



(RE)PENSANDO A COOPERAÇÃO

O Engendramento Processual do Cooperar e do Organizar nas Redes Agroalimentares Alternativas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Gean Carlos Tomazzoni

**(RE)PENSANDO A COOPERAÇÃO: O
ENGENDRAMENTO PROCESSUAL DO COOPERAR E DO
ORGANIZAR NAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS**

Porto Alegre

2022

Gean Carlos Tomazzoni

**(RE)PENSANDO A COOPERAÇÃO: O ENGENDRAMENTO PROCESSUAL DO
COOPERAR E DO ORGANIZAR NAS REDES AGROALIMENTARES
ALTERNATIVAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de **Doutor em Administração**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Claudia Simone Antonello

Porto Alegre
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Tomazzoni, Gean Carlos
(Re)pensando a cooperação: o engendramento
processual do cooperar e do organizar nas redes
agroalimentares alternativas / Gean Carlos Tomazzoni.
-- 2022.
359 f.
Orientador: Claudia Simone Antonello.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2022.

1. Cooperação. 2. Organização. 3. Redes
Agroalimentares Alternativas. 4. Teoria Ator-Rede. I.
Antonello, Claudia Simone, orient. II. Título.

Gean Carlos Tomazzoni

**(RE)PENSANDO A COOPERAÇÃO: O ENGENDRAMENTO PROCESSUAL DO
COOPERAR E DO ORGANIZAR NAS REDES AGROALIMENTARES
ALTERNATIVAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de **Doutor em Administração**.

Aprovada em 28 de março de 2022.

Prof.^a Dr.^a Claudia Simone Antonello

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Paes Barreto Davel

Doutor em Administração pela École des Hautes Études Commerciales de Montreal
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. César Tureta

Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Rodrigues

Doutora em Sociologia pela University of Sussex
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2022



*Dedico esta tese aos meus pais, **Claodino e Veranice**, que me ensinaram a compreender e a construir o mundo pelo **trabalho com a terra**.*

AGRADECIMENTOS

A gratidão não é um sentimento simples de transformar em texto. A gratidão abriga-se na relação com o outro, por meio da troca de olhares, gestos, angústias, medos que se comunicam, alegrias que se partilham, conhecimentos que se trocam, cooperações que se instauram. A oportunidade desta escrita entrego à afetação de encontros que marcaram momentos de gratidão no percurso de pesquisa.

Ao me encontrar com algum ponto de chegada na trajetória de doutoramento, digo que a construção desta tese só foi possível devido à colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais gostaria de expressar minha gratidão.

À minha orientadora, Professora Claudia Simone Antonello, pela acolhida afetuosa e incentivo desde o primeiro dia do doutorado. Foi na tua confiança que encontrei abrigo para construção desta tese. Foi nos teus afáveis conselhos, nas tuas instigantes questões e na tua presença estimulante e repleta de sensibilidade, que cada trilha do percurso doutoral foi sendo desenhada. Agradeço as incontáveis horas de trabalho dedicadas à leitura cuidadosa, à indicação de literatura e aos encontros de orientação. Agradeço a escuta atenciosa de meus extensos relatos do campo, das minhas angústias e das pequenas alegrias cotidianas durante o período doutoral. Obrigado por acreditar na potencialidade de meu trabalho desde os primeiros rascunhos e por me incentivar a estender as possibilidades de pensar a prática científica que produziu esta tese. Obrigado por ter participado ativamente de tudo, comemorando cada pequena vitória e sendo sempre a minha maior incentivadora. É uma honra ser teu eterno aprendiz.

Aos meus pais, Claodino e Veranice, que, desde muito cedo preocuparam-se em despertar em mim a curiosidade pelo mundo e a importância do trabalho e da dedicação àquilo que se deseja realizar. Agradeço por se fazerem presentes de todos os modos que um filho pode se sentir amado.

Ao Ramom, meu coautor da vida, por todo amor e companheirismo nesse percurso doutoral. Participou desta tese como ouvinte, debatedor, crítico, incentivador e revisor. Obrigado por ter sido presença e por me dar morada nos momentos difíceis dessa trajetória.

Aos membros da banca pelas valiosas contribuições que enriqueceram a elaboração desta tese: Professor Eduardo Paes Barreto Davel, Professor César Tureta e Professora Maria Beatriz Rodrigues. É um imenso privilégio apresentar este trabalho a pesquisadores que são referência e inspiração no meu fazer científico.

À Cooperativa GiraSol e a todos os seus associados que abriram as portas para a realização deste trabalho. Agradeço a acolhida vibrante que tornou a construção do percurso de pesquisa um processo prazeroso e instigante. Obrigado por permitirem minha presença no cotidiano do trabalho e por me ‘adotarem como um nativo desse campo’. Muito além de um campo de pesquisa, a convivência diária, em meio ao período pandêmico, foi um reduto de resistência e acolhida. Espero que, antes de qualquer contribuição acadêmica, esta tese traga contribuições para a construção constante dessa experiência transformadora que é a GiraSol. Este trabalho foi elaborado com vocês e para vocês: Adair Barcelos, Ademir Castro, André Mombach, Charles Lima, Helena Bonumá, Iasmin Costa, Marcelo Cotrin, Laura Barcelos, Leonardo Almeida, Márcia Almeida, Marina Gonzatto e Varinia Lado. Meu agradecimento especialíssimo à Laura Foschiera e à Tanara Lucas que foram minhas parceiras e fotógrafas oficiais nas andanças pelos territórios de pesquisa.

À Rede de Economia Solidária e Feminista, cuja conexão com a GiraSol é inseparável, pela receptividade e pelas contribuições essenciais para a elaboração desta tese.

À Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária que me permitiu circular entre a GiraSol e as organizações da agricultura familiar, dando forma e delimitação a esta tese.

À Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas pela abertura à pesquisa e pelo compartilhamento de uma experiência inspiradora no campo da organização social, política, econômica e cultural dos agricultores e das agricultoras familiares. Agradecimento especial ao Bruno Justin e ao Allan Fernandes pela acolhida no percurso de pesquisa.

Ao Grupo Orgânicos Mãos na Terra, que fez esta tese vibrar ao mostrar a força da agroecologia como um modo de vida e de fazer agricultura que ‘dá certo’. A experiência alentadora do grupo trouxe novos horizontes ao percurso de pesquisa. Agradeço especialmente: Anecio Foschiera, Arzelindo Ferro, Dilva Finatto, Dirlene Wermann, Jonas Ferro, Maristela Ferro, Oberdan Finatto, Ronaldo Ferro, Vanderlei Finatto, Vanessa Ferro. Agradeço à Maria Fátima Foschiera pelo gentil acolhimento em São Domingos do Sul.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Trabalho e Saberes na Contemporaneidade que nutriram um espaço enriquecedor de compartilhamentos de ideias e vivências, além de me incentivarem inabalavelmente na condução da pesquisa: Adriana Pancotto, Bruno Martins, Camila Bussular, Caroline Capaverde, Cecília Burtet, Dayane Ferraza, Gabriele Mercali, Jenifer Arruda, Igor Medeiros, Kelly Spier, Magdalena Coelho, Marcos Söllinger, Pedro Goes, Raquel Prá e Roberta Sawitzki.

À Professora Maria Beatriz Rodrigues pela inspiração e riqueza das disciplinas de “Modos de Saber e Pesquisar”, que trouxeram contribuições fundamentais na construção do percurso metodológico desta tese.

Ao Professor Sergio Schneider pela receptividade no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por incentivar que um ‘intruso’ da administração adentrasse o campo dos estudos rurais.

Aos queridos colegas de doutorado Roberto Ferreira, Aline Jansen, Rita de Cássia e Jaqueline Silinske, ‘minha família de Porto Alegre’, com quem compartilhei muito mais do que o processo doutoral. Obrigado pelo afeto e pela amizade sincera.

À Professora Vânia Costa da Universidade Federal de Santa Maria, que me acolheu ainda na iniciação científica e despertou em mim a curiosidade pela pesquisa. Obrigado por se fazer presente durante todos esses anos, me incentivando e torcendo pelo meu sucesso.

À família Biesdorf pela morada e hospitalidade na capital gaúcha. Miraci, Omar, Andrea e Erich muito obrigado pela amizade afetuosa.

Aos professores da Universidade do Rio Grande do Sul que participaram da minha trajetória doutoral: Alessandra Matte, Ariston Azevedo, Elaine Di Diego Antunes, Fábio Bittencourt Meira, Fernando Dias Lopes, Lisiane Quadrado Closs, Marcelo Antonio Conterato e Paulo Niederle.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição pública e gratuita, que me proporcionou uma formação de excelência.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento deste período doutoral.

A todos vocês, meu muito obrigado!

Cio da Terra

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão*

*Chico Buarque de Hollanda
Milton Nascimento*

RESUMO

(Re)pensando a cooperação: o engendramento processual do cooperar e do organizar nas redes agroalimentares alternativas

O objetivo desta tese é [foi e continua sendo] compreender a cooperação como prática performada para e nos processos organizativos das redes agroalimentares alternativas. A principal inspiração teórica-metodológica é o repertório da teoria ator-rede, que me provocou a assumir a performatividade da construção do método de pesquisa com o campo empírico. O ponto de partida foi o ingresso no campo, tendo como porta de entrada a GiraSol, cooperativa de consumidores localizada na cidade de Porto Alegre. Essa cooperativa é entendida por mim como um enclave privilegiado para investigação do encontro entre produtores, consumidores e muitos outros atores que constituem uma rede agroalimentar alternativa. As pistas produzidas pela investigação na GiraSol abriram novas possibilidades de estudo e, conseqüentemente, outros quatro territórios apresentaram-se relevantes à pesquisa: Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop), Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) e Grupo Orgânicos Mãos na Terra. As relações performadas por esses cinco territórios constituem o que delimito como rede agroalimentar alternativa. Provocado a construir um método inventivo, como proposto por John Law, a construção do percurso metodológico articulou técnicas de observações empíricas, levantamento documental e entrevistas. Com o objetivo de não descolar os esforços analíticos do percurso metodológico no campo empírico, mobilizei a noção de *hinterlands* da teoria ator-rede para propiciar uma possibilidade de compreensão da dinâmica da rede de relações instauradas pelos cinco territórios de pesquisa. Nessa trama de relações, a cooperação emerge como temática e campo teórico. As contribuições teóricas partem da problematização dos pressupostos subjacentes sobre os quais a literatura dominante sobre cooperação desenvolveu-se, no domínio dos estudos organizacionais. O prisma dessa problematização motivou o tensionamento das propostas teóricas de autores clássicos – Chester Barnard, Elton Mayo e Amitai Etzioni –, que assumem a cooperação como um fenômeno abstrato, humano, intencional, gerenciável, auspicioso, utilitário, precedente às práticas organizativas. Confeccionada a rede e aproximando-me dos escritos de Richard Sennett sobre cooperação dialógica, chego à compreensão da cooperação como prática performada no acontecimento das redes agroalimentares alternativas. Os resultados da investigação diferenciam-se das proposições dos autores clássicos, mostrando que a cooperação é algo múltiplo, que não depende de ideias, projetos e propósitos comuns para acontecer. As práticas organizativas nas redes agroalimentares alternativas performam e são performadas por processos vivos e constantemente negociados entre seus artífices, que não têm a unidade como requisito para participar do processo cooperativo. Nesse emaranhado de práticas, a cooperação é política, porque a rede agroalimentar alternativa é um acontecimento político que dá lugar àqueles que ‘teimam em existir’ e compor seu mundo, como algo múltiplo e repleto de denominadores incomuns. As cooperações acontecem de distintas formas, mobilizando realidades e atores heterogêneos – humanos e não humanos –, que ora se encontram, ora se chocam, ora se sobrepõem, mas que sempre encontram espaços para cooperar. A compreensão da cooperação como processo múltiplo e efêmero enriquece, criticamente, a literatura no domínio dos estudos organizacionais e oferece novas possibilidades de explorar as múltiplas cooperações emergentes nos engendramentos dos processos de cooperar e organizar.

Palavras-chave: Cooperação. Organização. Redes Agroalimentares Alternativas. Teoria Ator-Rede.

ABSTRACT

(Re)thinking cooperation: enacting cooperation and organizing in agri-food alternative networks

The aim of this dissertation has been [and shall continue to be] to understand cooperation as practice performed for and in organizational processes of agri-food alternative networks. The main theoretic-methodological inspiration is actor-network theory, thus assuming performativity in the building of the research method with the empirical field. The starting point was entering into the field, at first in GiraSol, a consumer cooperative located in the city of Porto Alegre. I understand this cooperative as privileged enclave for investigating the encounter between producers, consumers and many other actors that constitute an agri-food alternative network. Investigation at GiraSol has produced clues that offered new possibilities and, consequently, four other territories became relevant in the study: Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop), Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) e Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Relationships performed by these five territories constitute what I define as an agri-food alternative network. Committed to an inventive method, as proposed by John Law, the methodological path was composed of techniques such as empirical observations, collection of documents and interviews. So as to avoid detaching analytical efforts from the methodological path in the empirical field, I have applied the notion of hinterlands, one able to provide an understanding on the dynamics of the network relationships enacted by the five research territories. In this web of relationships, cooperation emerges as theme and theoretical field. This research contributes to questioning underlying theoretical assumptions about cooperation in mainstream organization studies literature. It has problematized theoretical propositions from classic authors – Chester Barnard, Elton Mayo and Amitai Etzioni –, who describe cooperation as an abstract, human, intentional, manageable, auspicious, utilitarian phenomenon, preceding organizational practices. Having the network configured and having approached the writings by Richard Sennet on dialogic practical cooperation, I could then understand cooperation as a practice that is performed in the enactment of agri-food alternative networks. Research results are different from classic authors' propositions, demonstrating cooperation as multiple and not dependant on ideas, projects and common purposes to take place. Organizational practices of agri-food alternative networks perform and are performed by living processes, constantly negotiated by their craftsmen, who are not demanded unity to participate in the cooperation process. In such tangle of practices, cooperation is political, since an agri-food alternative network is a political event from those who “stubbornly resist” and compose their world. It is multiple and full of uncommon denominators. Cooperation takes place in distinct ways, mobilizing realities and heterogeneous human and non-human authors, who/which sometimes meet, collide, or overlap, always finding space to cooperate. Understanding cooperation as multiple and ephemeral process contributes in a critical manner to the literature on the field of organization studies, offering new possibilities to explore multiple processes of cooperation emerging from the enactment of cooperation and organizing.

Keywords: Cooperation. Organization. Agri-Food Alternative Networks. Actor-Network Theory.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1. As <i>hinterlands</i> : rascunho da rede agroalimentar alternativa investigada | 103 |
| Figura 2. Extrato do pedido feito à Cooperativa GiraSol | 123 |
| Figura 3. Espaço físico da Cooperativa GiraSol na sede da Guayí..... | 124 |
| Figura 4. Assinatura do convênio com a Fundação Banco do Brasil e a ONU-Mulheres | 126 |
| Figura 5. Processo de separação e organização das cestas da compra programada..... | 152 |
| Figura 6. Reuniões de trabalho na GiraSol..... | 159 |
| Figura 7. Assembleia geral da GiraSol | 162 |
| Figura 8. Preparação para a inauguração do Armazém GiraSol | 165 |
| Figura 9. Armazém GiraSol | 166 |
| Figura 10. Evento de inauguração do Armazém GiraSol | 168 |
| Figura 11. Alterações na representação visual da GiraSol. | 201 |
| Figura 12. Cantinho da RESF no Armazém GiraSol..... | 205 |
| Figura 13. Organização logística da RedeCoop | 217 |
| Figura 14. Imersão no território de pesquisa da COOMAFITT..... | 244 |
| Figura 15. Publicação sobre a produção da COOMAFITT veiculada nas redes sociais da GiraSol | 261 |
| Figura 16. Estufas do Grupo Orgânicos Mãos na Terra | 279 |
| Figura 17. Processo de colheita dos alimentos no Grupo Orgânicos Mãos na Terra | 281 |
| Figura 18. Finalização do processo de colheita dos alimentos no Grupo Orgânicos Mãos na Terra | 285 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1. Descrição do percurso de observação no campo de investigação | 113 |
| Tabela 2. Descrição dos dados empíricos colhidos nos documentos institucionais | 117 |
| Tabela 3. Descrição dos dados empíricos colhidos nos estudos científicos | 118 |
| Tabela 4. Descrição das reportagens veiculadas nos meios de comunicação locais..... | 118 |
| Tabela 5. Descrição das entrevistas | 121 |
| Tabela 6. Descrição dos objetivos da Cooperativa GiraSol na sua fundação..... | 134 |

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

| | |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ADS/CUT | Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores |
| ADUFRGS | Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| CEASA | Centrais de Abastecimento |
| CETAP | Centro de Tecnologias Alternativas Populares |
| CGCRE | Coordenação Geral de Acreditação |
| CNES | Conselho Nacional de Economia Solidária |
| COOMAFITT | Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas |
| COTREL | Cooperativa Tritícola de Erechim |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| EES | Estabelecimentos de Economia Solidária |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura |
| FBB | Fundação Banco do Brasil |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| GEA | Grupo de Estudos Agrários |
| GiraSol | Cooperativa de Comércio Justo e Consumo Consciente GiraSol |
| GT | Grupo de Trabalho |
| Guayí | Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IN | Instrução Normativa |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| OCS | Organismo de Controle Social |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU-Mulheres | Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público |
| OPAC | Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |

| | |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PGDR | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PPGA | Programa de Pós-Graduação em Administração |
| PRONAF | Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| RedeCoop | Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária |
| RESF | Rede de Economia Solidária e Feminista |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| SIDRA | Banco de Dados Agregados do Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| TAR | Teoria Ator-Rede |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| PRELÚDIO: DE ONDE VENHO | 19 |
|--------------------------------------|-----------|

CAPÍTULO I

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| AFETAÇÕES, CONTATOS E ENCONTROS: INTRODUÇÃO À COOPERAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS..... | 24 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1.1 (RE)PENSANDO A COOPERAÇÃO | 28 |
| 1.2 DESCOBRINDO ALGUMAS PISTAS: FUNDAMENTOS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS..... | 32 |
| 1.3 CONSTRUINDO OUTROS CAMINHOS: POSICIONAMENTOS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS..... | 42 |
| 1.3.1 Qual Cooperação? Aproximações com a Cooperação Prática Dialógica de Richard Sennett..... | 43 |
| 1.3.2 Possibilidades Analíticas da Teoria Ator-Rede | 52 |
| 1.3.2.1 Agência e Simetria..... | 53 |
| 1.3.2.2 A Rede | 55 |
| 1.3.2.3 Enactment..... | 57 |
| 1.3.2.4 Ontologia Política | 59 |
| 1.3.3 Organizar e Cooperar: Encontrando as Perspectivas Processualmente | 60 |

CAPÍTULO II

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| POLÍTICAS, LOCALIDADES, PESQUISADOR E PESQUISA: AS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL | 65 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.1 REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS: O ENQUADRAMENTO CONCEITUAL..... | 71 |
| 2.1.1 Cooperação nas Redes Agroalimentares Alternativas: Dados Preliminares.... | 81 |
| 2.2 O LUGAR DO PESQUISADOR NO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: A TEORIA ATOR-REDE COMO MODO DE PESQUISAR NAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS | 95 |
| 2.2.1 Hinterlands como Modo de Compreender as Redes Agroalimentares Alternativas..... | 99 |
| 2.2.2 Caminhos e Descaminhos da Pesquisa: O Percurso do Pesquisador no Campo de Investigação | 104 |

CAPÍTULO III

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| O ENGENDRAMENTO DO COOPERAR E DO ORGANIZAR: PRIMEIRA HINTERLAND..... | 122 |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.1 A GIRASOL E SUAS VERSÕES: MULTIPLICIDADES, CONTINUIDADES E FRICÇÕES | 127 |
| 3.1.1 A GiraSol 1.0 | 128 |
| 3.1.2 A GiraSol 2.0 | 140 |
| 3.1.3 A GiraSol 3.0 | 153 |
| 3.2 O ENCONTRO DA ORGANIZAÇÃO E DA COOPERAÇÃO | 173 |

CAPÍTULO IV

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| A DIMENSÃO POLÍTICA DA COOPERAÇÃO: SEGUNDA HINTERLAND | 194 |
| 4.1 A REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA E OS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL..... | 195 |
| 4.2 A ASSOCIAÇÃO DA REDE DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL .. | 209 |
| 4.3 A DIMENSÃO POLÍTICA DA COOPERAÇÃO: AS MÚLTIPLAS REALIDADES COMPONDO MUNDOS | 221 |

CAPÍTULO V

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| A SOCIOMATERIALIDADE DA COOPERAÇÃO: TERCEIRA HINTERLAND | 241 |
| 5.1 A COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS E SEUS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL | 243 |
| 5.2 O GRUPO ORGÂNICOS MÃOS NA TERRA E SEUS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL | 270 |
| 5.3 A SOCIOMATERIALIDADE DA COOPERAÇÃO: A COOPERAÇÃO ENCONTRA A TERRA | 291 |
| ENCERRAMENTOS INSTÁVEIS E PROVISÓRIOS..... | 308 |
| REFERÊNCIAS | 321 |
| APÊNDICE | 356 |

PRELÚDIO: DE ONDE VENHO

Esta tese trata do encontro da cooperação com a organização. Antes de como o presente tornou-se possível, demonstra-se prudente apresentar a construção feita e os deslocamentos trilhados em relação ao interesse de pesquisa sobre as redes agroalimentares alternativas, suas constituições, seus modos de organizar e cooperar socialmente. Para descrever o interesse de estudo, é preciso desenhar a origem dessa caminhada, que não pode ser entendida como o ponto de partida, como a única origem que se encontra em determinado lugar e momento. O limiar dessa trajetória é, de fato, uma compilação de muitos caminhos que percorri, precedendo meu ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Procurar as origens desse caminho é desenhar um mapa pouco conclusivo, mas que começa provavelmente como exponho na sequência.

Visto de cima, Três Arroios é um pequeno município do interior do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai, em meio ao que parece ser um emaranhado de morros, matas e plantações. Atravessado a pé, Três Arroios é um tranquilo e charmoso vilarejo, de relevo de sobe e desce, colonizado predominantemente por descendentes de imigrantes alemães e italianos, marcado por pequenas propriedades rurais, fundamentalmente de agricultura familiar, que comungam plantações agrícolas em espaços de planície e florestas em áreas de declínio acentuado. Minha história começou ali, no inverno de 1993. Filho único de agricultores familiares, vivi minha infância e adolescência na zona rural de Três Arroios. A história dos meus pais pode ser contada reconstruindo as histórias de meus avós, bisavós e trisavós, partindo de um ponto comum: o cultivo da terra como ofício, fonte de subsistência e, arrisco dizer, até mesmo como um modo de existência.

Em 20 hectares de terra, na linha Lajeado Gruta, zona rural de Três Arroios, passei minha infância brincando pelo pomar de frutas, observando os animais e ensaiando ser agricultor com minhas conchas de caramujo que imitavam ser minha criação de bois. E, claro, entreouvindo as conversas dos adultos sobre a “falta de futuro da agricultura”. Nessa terra, meu pai e o pai dele nasceram e cresceram. Meu bisavô e minha bisavó aí chegaram no início da colonização da Região do Alto Uruguai gaúcho, em janeiro de 1920. Geração após geração, esse pedaço de terra é *il posto di Tomazzoni* [o lugar dos Tomazzoni], como, em dialeto italiano, minha *nonna* faz referência ao lugar. Meu pai conhece cada palmo desse chão. Ainda na infância, aprendi com ele a lidar com a terra, a identificar características do solo que favorecem determinado tipo de cultivo, a diferenciar as espécies de árvores e de animais. Com minha mãe, também descendente de uma família de agricultores, aprendi a cultivar os mais variados

alimentos que produzíamos, em geral, apenas para autoconsumo. Questionador desde criança, gostava de contestar alguns ensinamentos e inclusive fazia experimentos, pouco científicos, como colocar o ‘olho’ da rama de mandioca virado para baixo, para confrontar a regra “o ‘olho’ da rama precisa ficar para cima no plantio, para que a raiz desça e se desenvolva na terra fofa”. Possivelmente por falta de acurácia metodológica, nunca consegui comprovar que o ensinamento de minha mãe não era verdadeiro e, até hoje, a regra segue sendo um conhecimento válido e inquestionável.

Talvez eu tenha sido o último dos Tomazzoni, da geração dos dez netos de meus avós, que foi criado para lidar com a terra e cultivá-la. Meus pais não têm para quem passar os saberes do ofício da agricultura, mas, como legítimos artífices da terra, seguem incansavelmente pelo simples desejo de fazer o trabalho bem-feito.

Se a agricultura era atrativa para meus pais, avós e bisavós, não foi para mim. Incontáveis vezes ouvi: “Estuda que na roça não tem futuro nenhum”. O futuro prometido estaria então em alguma cidade. Certo vislumbre da carreira executiva, a qual eu via na televisão, contrastante com a simplicidade da vida no campo, levou-me a querer ser um administrador de empresas. Ressalto que tal deslocamento, mais que geográfico, aconteceu nas reverberações da crise das *commodities* do final da primeira década do século XXI, que afetou drasticamente a agricultura brasileira. Hoje quando volto à linha Lajeado Gruta deparo-me com um cenário, no mínimo, entristecedor. Das vinte e uma famílias que, no início do século XXI, formavam a comunidade, conhecida pela pujança de propriedades de ‘colonos fortes’ – fazendo referência à agricultura familiar bastante desenvolvida –, restam cinco, sendo apenas duas com sucessão rural de jovens. Entre as outras três, meus pais que ainda resistem.

Desde aí posso traçar o primeiro paralelo com o presente trabalho. Certamente, há uma vinculação bem estreita entre este estudo e o contexto sócio-histórico da agricultura familiar, em que perpassa, também, minha história. Na concepção e na elaboração desta tese, em diferentes momentos, minha experiência vivida permeou o pensar e repensar o estudo, redesenhando as possibilidades de desenvolvimento. De fato, mal sabia eu que a experimentação do mundo rural durante minha infância e adolescência, ainda que não diretamente, daria forma e definição a esta tese.

Em busca do sonho do diploma de ensino superior, ingressei, aos 17 anos, no Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Mais um, entre tantos, filho do êxodo rural. Em Santa Maria, o descobrir dos caminhos da ciência ocorreu pela iniciação científica. O interesse por coletivos, que instigam transformações nas bases do sistema econômico, político

e social vigente, sempre se fez presente tanto em minhas predileções de estudo como na militância no movimento estudantil.

De Santa Maria para Porto Alegre, os caminhos da academia levaram-me ao curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As discussões vinculadas às diferentes disciplinas das quais participei, alinhadas aos meus interesses de estudo, contribuíram para o amadurecimento desta tese, assim como o grupo de pesquisa “Trabalho e Saberes na Contemporaneidade”, no qual pude expor as ideias relacionadas à temática e amadurecer seus desdobramentos.

De onde venho, carrego uma grande preocupação cívica com a agricultura familiar no Brasil, que prolonga, simultânea e indissociavelmente, uma profunda reflexão sobre aquilo que me impulsiona em minha prática de pesquisa. Do lugar de onde falo, como estudante e pesquisador em formação, experimentei as dificuldades inerentes ao processo de descoberta do objeto de pesquisa para elaboração desta tese. Confesso ao leitor, senti certo desalento nesse processo exordial.

Resumidamente, acredito não ser tão evidente o encaixe da agricultura familiar com categorias analíticas predeterminadas e referenciáveis ao domínio teórico-epistemológico dos estudos organizacionais, somado ao vislumbre do potencial inovador desse encaixe para o próprio domínio do conhecimento. Por várias vezes (re)penso: “Com quem, sobre o quê, para quem e como operacionalizar este estudo? Não tenho ideia”. No início do doutoramento, essas foram interrogações para as quais não antevia nem sequer uma faísca de resposta. Se todo pesquisador é um pouco empresário (Law, 1986) e a prática científica é outro modo de fazer política (Latour, 1983; 1999a), arrisquei, portanto, começar com a agricultura familiar. Nada mais. Bem, mais ou menos, tinha algumas possibilidades a sondar.

Historicamente, a agricultura familiar ou os pequenos agricultores – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no país. Minha preocupação cívica com a agricultura familiar fomentou, ainda que paradoxalmente, reflexões sobre suas limitações socioprodutivas, bem como sobre as estratégias historicamente empregadas para superar as precárias condições de reprodução social dessa categoria sociopolítica.

Desde o século XIX, debates marcantes do domínio dos estudos rurais discutem o futuro e o lugar da agricultura familiar no desenvolvimento das nações. Especialmente desde o final do século XX, o debate sobre o futuro da agricultura familiar foi fortemente influenciado pela emergência dos estudos sobre desenvolvimento sustentável. O interesse crescente por práticas

de produção e consumo de alimentos identificados com a sustentabilidade e a emergente discussão da relação sociedade–natureza na interface da ‘crise do ambiente’ colocam em discussão as potencialidades das práticas alternativas de fazer agricultura, visando ao fortalecimento da categoria sociopolítica da agricultura familiar e de sua capacidade de produzir alimentos, organizar as relações com a natureza, gerar riqueza para o conjunto da economia e da sociedade.

As críticas endereçadas ao modelo agroalimentar industrial dominante levam-me a problematizar as lógicas de produção e consumo de alimentos na contemporaneidade, a fim de compreender as relações agricultor/consumidor, rural/urbano, local/global, agricultura convencional/agricultura alternativa. Ao desbravar a literatura, a primeira evidência foi a parcimônia da definição de agricultura familiar para abarcar a emergente discussão. A segunda sugere maior atenção ao deslocamento político e conceitual para dar conta do complexo de múltiplas relações que percorrem as práticas de produção e consumo de alimentos. Aqui, se fez notar, com maior força, a centralidade do alimento no engendramento das múltiplas relações que constituem os mercados como espaços de interação entre agricultores e consumidores.

Acredito ser importante, desde o começo, esclarecer que minha escolha inicial – agricultura familiar, sustentabilidade e mercados agroalimentares – somou-se à baixa frequência de estudos efetuados pelas ciências da gestão sobre as organizações que constituem os sistemas agroalimentares. Por conseguinte, busquei suporte em disciplinas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a fim de ir além de uma posição dada de antemão na arena dos domínios e saberes da administração.

Tratava-se da pertinência de minha pesquisa, no momento em que ela era provocada a cruzar uma fronteira e adentrar um espaço ou domínio que não lhe era evidente. Esse início marcou, para mim, reitero, o primeiro encontro com os estudos rurais. Desde esse momento, animado por tais circunstâncias e, principalmente, pelas provocações fomentadas nas disciplinas e pela leitura dos escritos de Alexander Chayanov, vislumbrei a possibilidade de investir no estudo do fenômeno da cooperação. Perguntava-me então, ainda no plano das ideias, como a cooperação imbricada no advento da ‘crise do ambiente’ poderia incentivar, de forma sustentável, práticas de produção e consumo de alimentos.

Repassando à memória, relembro das alianças entre meus pais e nossos vizinhos para organização de estratégias para melhoria na negociação na compra de insumos; compartilhamento de máquinas agrícolas; escambo de produtos; organização da terra e do trabalho; estabelecimento de mercados mais estáveis para comercialização dos produtos.

Confrontar-me com essas memórias fez-me suspeitar dos argumentos de que, no novo capitalismo, não haveria lugar para valores antiquados como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. Parecia haver algo a mais, algo que extrapolava as dimensões econômica e utilitarista da cooperação postulada na sociedade capitalista. Minhas inquietudes diante do elaborar abstrações, ideias e conceitos apresentavam-se junto com os enunciados “você precisa estar no campo”, “você não faz pesquisa sem o campo”. Em consequência, a tessitura da problemática clamava pela constituição e pela atuação em campo.

Residindo na capital gaúcha, os primeiros olhares possíveis sobre a agricultura familiar levaram-me a viajar de um contexto a outro, frequentando feiras de produtos orgânicos na cidade de Porto Alegre. Ainda que, costumeiramente, aos sábados, eu realizasse compras semanais na Feira Ecológica do Bom Fim, o explorar no campo exigiu-me abrir a ciência da gestão ao terreno abandonado por ela própria, de certa analítica que marginaliza formas de organizar as quais fogem do tradicional da organização empresa formal, hierárquica e rígida. Após minhas primeiras sondagens no campo, ficou evidente a complexidade do cenário, envolto pela relação direta entre quem produzia e quem consumia. Enquanto caminhava por entre as bancas, reforçava minha aposta no contraste entre uma gestão ‘de escritório’ e outra ‘na feira’. Abria-se, pois, a possibilidade de perceber a diferença entre ‘ficar no escritório’ e ‘estar na feira’, que não reduz uma à outra, mas que importa na compreensão dos modos de organizar. As conversas iniciais com os agricultores na feira marcam algumas das condições mais relevantes da investigação.

Em meio ao universo de possibilidades que se abriam para realização do campo empírico, chamou minha atenção a existência, na cidade de Porto Alegre, de uma cooperativa de consumidores, organizada através da prática do comércio justo e solidário e do consumo consciente. Inicialmente, senti certo estranhamento diante da ideia da institucionalização de uma cooperativa de consumidores no espaço urbano. No entanto, uma cooperativa de consumidores é, empiricamente, um enclave privilegiado para compreender o encontro entre produtores e consumidores de um sistema agroalimentar. No dia 17 de junho de 2019, às 17 horas em ponto, diário de campo na mão, acionei o interfone da sede da Cooperativa GiraSol. O nervosismo enquanto esperava uma resposta denunciava meu papel de pesquisador como estranho ao lugar. De estranhador a estranho. Uma aposta no campo sem nenhuma garantia, sem nenhuma certeza, que faz ao pensamento outra pergunta: “Por que me lancei nisto?”.

CAPÍTULO I

AFETAÇÕES, CONTATOS E ENCONTROS: INTRODUÇÃO À COOPERAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

“A cooperação azeita a máquina da concretização das coisas.”

Richard Sennett

Esta é uma tese sobre a cooperação. As problematizações levantadas, no entanto, não dizem respeito às formas pelas quais se conhecem e se perscrutam os resultados auspiciosos e utilitários do fenômeno da cooperação no domínio dos estudos organizacionais. Esta tese não toma a cooperação *a priori* como um fenômeno abstrato e metafísico, cujo movimento é dado pela gerência das intencionalidades humanas daqueles que querem, ou não, cooperar. Em vez disso, investigo os modos pelos quais a cooperação conecta, integra, desordena e ordena com a organização em suas diversas e variadas práticas. Isso significa que a cooperação não é, pelo menos aqui, compreendida como um objeto único. Torna-se importante, então, atentar, em primeiro plano, aos modos como a cooperação enacta e é enactada nas diferentes práticas de organizar. Como? Um delineamento de resposta é o que almejo nas páginas que seguem.

No prelúdio, apresentei os caminhos e descaminhos percorridos anteriormente à elaboração desta tese. Eles ajudaram a erguer as fronteiras, ainda que de maneira meramente abstrata e ilustrativa, entre o campo teórico e o campo empírico. Tal qual mostrei, a cooperação constitui, como temática central, o enquadramento do campo teórico desta tese. De onde falo como pesquisador, a cooperação é temática de pesquisa considerada legítima aos quadros referenciais e teóricos do domínio da administração, sendo estudada pela área desde os primeiros trabalhos da chamada Escola de Relações Humanas. Entretanto, a cooperação não constitui o ponto de partida para produção desta tese. Ela emergiu como temática somente a partir das pistas e das reflexões produzidas com o campo empírico. Antes de postular a égide do enquadramento teórico, é necessário mostrar a simbiose entre o que chamo de campo empírico e de campo teórico, que envolve a definição da temática da cooperação (campo teórico) nas redes agroalimentares alternativas (campo empírico).

A semente desta tese não adveio de uma revisão sistêmica da literatura sobre cooperação no domínio dos estudos organizacionais, almejando a identificação de uma lacuna que conferisse relevância e ineditismo ao estudo da cooperação nas redes agroalimentares alternativas. Essa semente germinou, antes, no solo material do campo empírico. Isso significa

que tanto a definição do campo teórico como a definição do campo empírico não surgiram *a priori*, através da revisão de literatura, mas emergiram do processo reflexivo de fazer pesquisa com e para o campo de investigação. Na imersão no contexto da Cooperativa GiraSol, porta de entrada no campo de investigação, respostas aos enquadramentos teóricos e empíricos começaram a ganhar forma e definição.

Ceguei na Cooperativa GiraSol sem certezas ou definições sobre o que pesquisar. Até esse momento, minhas preocupações engajavam-se nas temáticas agricultura familiar, sustentabilidade e mercados agroalimentares. Após inserido no campo de investigação, imerso nas possibilidades que vislumbrava, por várias vezes me perguntei: “Como definir isso?”; “O que é o meu campo?”. Na esteira dessa escolha, não encontrei melhor maneira de defini-lo senão expressando o que ele não é. O campo empírico desta tese não é, por escolha, constituído por modos de produção, circulação e consumo de alimentos do modelo agroalimentar convencional e hegemônico das cadeias agroalimentares industriais.

A complexidade do cenário com o qual me deparei, ao ingressar no campo de investigação, exigiu uma noção ampla, que abarcasse o enclave de encontro das relações de produtores, consumidores e muitos outros atores, em um sistema agroalimentar não convencional, para identificar conceitualmente meu campo empírico. No capítulo II, desenvolvo essa explicação, embora não haja elementos suficientes nem interesses para fazer, com precisão, essa caracterização do campo empírico. Entendo que a escolha por um conceito não significa, aqui, a definição rígida de uma categoria em termos de uma abstração finita, verificável, cujo efeito passe a ser, portanto, limitar ‘o que é’ o campo de investigação.

O conceito que escolhi, enraizado na literatura dos estudos rurais, permite-me falar sobre as vivências que tive no campo de investigação. Por consequência, tomo, de modo amplo e abrangente, o conceito de redes agroalimentares alternativas, como definição do campo empírico desta tese, a fim de compreender redes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modelo industrial de abastecimento alimentar (Murdoch, Marsden, & Banks, 2000; Renting, Marsden, & Banks, 2003). O próprio conceito de rede agroalimentar alternativa impulsionou-me a ultrapassar as fronteiras da GiraSol. As pistas colhidas no percurso empírico foram trazendo à cena outros quatro territórios conectados à GiraSol e relevantes para a pesquisa, os quais, juntos, formam o que delimito como rede agroalimentar alternativa: Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop), Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) e Grupo Orgânicos Mãos na Terra.

O conceito de redes agroalimentares alternativas, ultrapassando a definição necessária do campo empírico, também ajuda a delinear o campo teórico desta tese. A GiraSol é aqui entendida por mim como um enclave privilegiado para o encontro entre múltiplos atores heterogêneos (agricultores, consumidores, cooperados, alimentos etc.), formadores de uma rede agroalimentar alternativa. A GiraSol constitui-se, portanto, como o território central de pesquisa no desenvolvimento desta tese. As relações que a GiraSol instaura com a RESF, a RedeCoop, a COOMAFITT e o Grupo Orgânicos Mãos na Terra informam a relevância e a significância desses territórios para este estudo. Ao olhar a rede agroalimentar alternativa, entretecida nas relações dos cinco territórios de pesquisa, uma pergunta torna-se manifesta: como a rede agroalimentar alternativa se organiza?

Conquanto as primeiras provocações sobre a temática da cooperação tenham aflorado no espaço acadêmico, principalmente através da leitura dos escritos Richard Sennett, na administração, e de Alexander Chayanov, nos estudos rurais, o norte desse questionamento foram as aproximações com as práticas cotidianas no campo empírico, que sugeriram maior atenção ao engendramento processual do organizar e do cooperar, na constituição da rede agroalimentar alternativa investigada. A cooperação emergiu, portanto, como objeto de investigação através das determinações do próprio campo empírico. A escolha pela cooperação como campo teórico exigiu a averiguação do estado da arte de quadros e referenciais teóricos do domínio dos estudos organizacionais sobre a temática.

Se a lógica da pesquisa incremental, baseada na identificação de lacunas, não serviu para a definição da temática deste estudo, tampouco foi empregada para apresentar a revisão sistemática da literatura. Intento, explicitamente ancorado nas proposições de Alvesson e Sandberg (2013)¹, conferir aspiração reflexiva e inventiva à pesquisa, sem pretensão de sistematizar a abrangência e a pluralidade da produção científica acerca do tema da cooperação. A atenção é dada à problematização dos pressupostos subjacentes às teorias seminais que, no domínio dos estudos organizacionais, investigaram o fenômeno da cooperação. A identificação desses pressupostos subjacentes e suas evidentes insuficiências heurísticas para compreender as cooperações observadas, no campo empírico, durante a investigação, motivaram a procura

¹ Como alternativa à lógica de lacunas, Alvesson e Sandberg (2013) elaboraram uma metodologia para fazer estudos mais interessantes e desafiadores. A sistematização dos autores concentra-se especificamente em como gerar perguntas de pesquisa mais interessantes, problematizando os pressupostos subjacentes à literatura, de diferentes maneiras. A metodologia da problematização pode ser usada para identificar e desafiar suposições nas teorias estabelecidas e, com base nisso, construir e formular questões de pesquisa que abrem novas áreas de investigação.

de outras possibilidades nos referenciais da teoria ator-rede (Latour, 2000; Law, 2004; Mol, 2002) e nos escritos de Sennett (2012) sobre a cooperação prática dialógica.

Do reencontro do campo empírico com o campo teórico, surgiu o objetivo geral orientador desta tese: compreender a cooperação como prática performada para e nos processos organizativos das redes agroalimentares alternativas.

Esta tese estrutura-se em cinco capítulos, complementados pelas considerações finais. Na continuidade deste primeiro capítulo, desenvolvo a problematização teórica advinda dos estudos sobre cooperação. Assumindo a perspectiva reflexiva e inventiva deste trabalho, problematizo os pressupostos teóricos sobre os quais se desenvolveu, nos estudos organizacionais, a literatura de cooperação. Desenvolvendo outras possibilidades analíticas, exploro as contribuições dos escritos de Richard Sennett e as potencialidades da teoria ator-rede para a compreensão da cooperação como um fenômeno controverso, complexo e imbricado no enclave do encontro processual da cooperação com a organização.

No segundo capítulo, apresento as redes agroalimentares alternativas como campo de investigação social. Ultrapassando a discussão conceitual, intento evidenciar os engendramentos das práticas de produção, circulação e consumo de alimentos, seu caráter contemporâneo e os estudos já realizados sobre cooperação nas redes agroalimentares alternativas. Finalizo descrevendo o percurso de pesquisa, inspirado no repertório teórico-metodológico da teoria ator-rede. Evidencio a imersão em campo e os dispositivos analíticos que, além de auxiliarem na produção dos dados empíricos, possibilitaram analisar a rede pesquisada.

No terceiro capítulo, descrevo o percurso no campo empírico. Exponho, inicialmente, o modo como ocorreu minha entrada no território da GiraSol. Seguindo um ordenamento cronológico, identifico a GiraSol, conforme as diferentes versões informadas pelos interlocutores da pesquisa. Ao descrever os eventos que observei no cotidiano, sustento ser a GiraSol um enclave privilegiado para compreender o encontro da cooperação com a organização, na constituição das redes agroalimentares alternativas. Finalizando, explano sobre como a cooperação é performada nos processos organizativos.

No quarto capítulo, dou sequência à narrativa sobre meu caminho empírico, redirecionando o foco da análise para os territórios da RESF e da RedeCoop. Através das relações advindas do entrelaçamento da GiraSol, da RESF e da RedeCoop, analiso a dimensão política da cooperação, sustentando que o acontecimento da rede agroalimentar alternativa é uma ação política que dá existência à multiplicidade de realidades que não cabem ou não se ajustam na lógica capitalista das cadeias agroalimentares industriais.

No quinto capítulo, descrevo minhas incursões nos territórios da COOMAFITT e do Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Olhando para as relações desses dois territórios com a GiraSol, discuto a sociomaterialidade da cooperação. Descrevendo especialmente a agência dos alimentos e da terra, analiso como a cooperação é performada por atores heterogêneos.

Na última seção, costuro algumas discussões abordadas nesse estudo e indico que sejam abertas novas discussões que possam constituir uma agenda de pesquisas futuras.

Agora, o esforço teórico inicial é problematizar os pressupostos da literatura sobre cooperação no domínio dos estudos organizacionais.

1.1 (RE)PENSANDO A COOPERAÇÃO

A economia clássica alicerça-se sobre a premissa de que o representante *homo economicus*, detentor do egoísmo racional, persegue seus objetivos de acordo com o estreito interesse próprio. Os elementos subjacentes à literatura econômica clássica sustentam a lógica de maximização da utilidade pelos consumidores e dos lucros pelas empresas, negligenciando efeitos externos, como a degradação ambiental, e levando à noção de que bens comuns serão superexplorados na ausência de mercados ou de regulamentação (Hardin, 1968; Olson, 1965). Para o *mainstream* das ciências econômicas, a autossuficiência do mercado é capaz de resolver os dilemas sociais, ou problemas de ação coletiva, nos quais há conflito entre os interesses individuais e os coletivos (Dawes, 1980).

O principal teórico dessa corrente econômica ortodoxa é Hardin (1968). O dilema de Hardin (1968), também conhecido como tragédia dos comuns ou tragédia dos bens comuns, metaforiza uma situação em que indivíduos, agindo de forma independente e racionalmente, de acordo com seus próprios interesses, comportam-se em contrariedade aos melhores interesses coletivos, esgotando algum recurso comum. A hipótese sustentada pela tragédia dos comuns, fundada nos pilares do individualismo metodológico e da racionalidade instrumental, declara que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso comum finito terminam por condenar estruturalmente o recurso devido à sua superexploração (Hardin, 1968).

Muitos cientistas sociais expressaram, no entanto, reservas em relação ao realismo do *homo economicus*, detentor da racionalidade egoísta, penetrante do comportamento humano. As críticas concentram-se, geralmente, em bases lógicas, empíricas e comportamentais. Tecendo críticas à estreiteza do homem econômico, retratado pela teoria da escolha racional então dominante, Sen (1977, p. 332) expôs os extremos ilógicos aos quais os ‘tolos’ racionais atribuíam as ações coletivas, denunciando a situação paradoxal do abismo entre a realidade e o

modo como a economia neoclássica a retrata. À luz de evidências experimentais robustas de comportamentos que não podiam ser explicados pela teoria econômica padrão, a teoria da ação coletiva precisou ser atualizada.

A confluência de estudos tensionando as premissas do *homo economicus* fez emergir teorias relacionadas ao comportamento humano, apoiando a ideia de cooperação em várias escalas (Brekke, Kverndokk, & Nyborg, 2003; Fehr & Schmidt, 1999; Nyborg, Howarth, & Brekke, 2006; Roemer, 2010; 2015). Tabellini (2008) analisou o comportamento de pais que decidiam racionalmente se deveriam investir esforços em educar seus filhos de maneira pró-social e transmitir valores pró-sociais, dependendo da comitiva social endógena e da força da fiscalização externa da não conformidade. Dixit e Levin (2017) advogam que a instilação de preferências pró-sociais é resultado da ação coletiva de esforços empreendidos pelas sociedades, e não apenas pelas famílias, para socializar jovens de maneira pró-social. Dixit e Levin (2017) e Tabellini (2008) intentam explicar os motivos pelos quais o comportamento pró-social pode surgir e persistir nas sociedades contemporâneas. Além disso, foi construído um grande conjunto de conhecimentos que fornece evidências sólidas sobre o comportamento cooperativo das pessoas em contextos locais (Dixit, Levin, & Rubenstein, 2013; Fehr & Gächter, 2000; Fischbacher, Gächter, & Fehr, 2001; Kocher, Cherry, Kroll, Netzer, & Sutter, 2008; Ostrom & Ahn, 2003; Poteete, Janssen, & Ostrom, 2010).

Com o propósito de superar os pressupostos do *homo economicus*, o conceito de cooperação entrou com alguma força na arena econômica. A publicação seminal de Dawes e Thaler (1988) sustenta a análise da cooperação como uma das anomalias que não poderiam ser explicadas pela teoria econômica padrão. Dawes e Thaler (1988) relatam abundantes evidências metafóricas sobre situações em que a cooperação é observada, além daquilo que a racionalidade egoísta do homem econômico pressupõe. Os argumentos mais fortes dos autores articulam várias regularidades dos bons jogos públicos, mostrando o papel importante, nas ações coletivas, de fatores como o altruísmo e o altruísmo recíproco.

Seguindo o exemplo de Dawes e Thaler (1988), Ostrom (1990) estudou a questão da cooperação em bens comuns ambientais, fornecendo evidências sobre a cooperação em contextos locais. Os achados detectados pela autora sustentam que a tese de Hardin (1968) – de bens comuns que terminam em superexploração trágica na ausência de mercados (privatização) ou de coerção (intervenção do governo) – não precisa se materializar e, de fato, só é provável que se torne realidade quando circunstâncias adicionais se aplicarem, como acesso aberto ao recurso, ou haja falta de normas, instituições informais e oportunidades de comunicação. Embora Ostrom (1990) reconheça a probabilidade de essas condições serem atendidas em

ambientes globais e altamente competitivos, como os mercados financeiros, as evidências demonstram que esse não é o caso em muitas comunidades locais.

Ostrom (1990) desafia os quadros teóricos anteriores e os pressupostos da teoria da ação coletiva, especialmente os comuns de Hardin (1968) e Olson (1965), assente em pesquisas realizadas, durante 30 anos, sobre as regras de uso de bens coletivos. Ao investigar tais regras, Ostrom (1990) preconiza a cooperação como elemento essencial para a sobrevivência humana, constituindo-a como necessidade vital para encontrar, coletivamente, soluções para um patrimônio compartilhado, do qual todos dependem. Para Ostrom (2005), a ação coletiva, constituidora de convenções e instituições capazes de desenvolver alternativas de gestão diante de situações tanto triviais como complexas, é retroalimentada constantemente por essas mesmas convenções e instituições, deslocando para segundo plano as soluções oferecidas pela coerção do Estado, ou pelo mercado da firma.

Na tentativa de capturar os fatos estilizados, apreçados por Dawes e Thaler (1988), Ostrom (2000) propôs elaborar uma teoria atualizada da ação coletiva, ancorada na percepção de que há uma fração significativa de cooperadores condicionais na sociedade, cujo comportamento, diferentemente dos egoístas racionais, é compatível com as evidências experimentais. Ostrom (1990; 2000) estabelece a reciprocidade, a reputação e a confiança como elementos fundantes de sua teorização, evidenciando a capacidade de as pessoas confiarem e forjarem relações de confiança. No centro da explicação da ação cooperativa, estão os elos entre a confiança que os indivíduos têm entre si, os investimentos que outros fazem em reputações confiáveis e a probabilidade de os participantes usarem normas de reciprocidade. É provável que cooperadores cooperem desde que acreditem que os outros cooperadores são ‘reciprocadores’ confiáveis.

A atribuição, em 2009, do Prêmio Sveriges Riksbank, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel, a Elinor Ostrom sugere o reconhecimento da teoria atualizada da ação coletiva. Ostrom (1990; 2000) desafiou o conhecimento da economia clássica, demonstrando que as transações econômicas ocorrem não somente nos mercados, mas também em empresas, associações, famílias, agências e que os bens comuns são mais adequadamente geridos do que as teorias econômicas clássicas previam. Ao superar a descrença no esforço coletivo e considerar que o homem deixa de ser somente um parceiro de troca guiado pela utilidade, Ostrom (2005) analisa a relação direta que existe entre a ação humana e as instituições, dentre elas, a ação coletiva e a cooperação.

Embora a recente emergência dos estudos da cooperação no domínio da economia política, como solução potencial ao dilema de Hardin (1968), as ciências econômicas são uma

escola importante para as pesquisas sobre cooperação, na área de administração. A influência econômica propõe para discussão não apenas uma visão propriamente da cooperação, mas também da competição. O repertório das ciências econômicas concebe a cooperação como mecanismo de captura de economias de escala (fonte de eficiência) de suas firmas associadas, o que outros competidores não conseguem obter. A instrumentalização da cooperação é observada na literatura das ciências administrativas, na qual se acumulam estudos sobre cooperativas, sistemas cooperativos e redes de cooperação, que mostram o valor da cooperação (organizacional e/ou interorganizacional) no ambiente competitivo da economia capitalista.

A cooperação pode ser observada na história do ser humano, desde os primeiros clãs, indo de sua forma mais básica, até à complexidade das relações na sociedade contemporânea. Nas ciências naturais, as teorias evolucionistas defendem a cooperação como traço resultante do processo de seleção natural, tendo levado ancestrais a ganhos em termos de sobrevivência e/ou reprodução (Darwin, 2002; Gaulin & MacBurney, 2001). No seio dessa corrente, a cooperação é fortemente estudada na psicologia evolucionista como comportamento e mecanismo mental humano, assentando-se na ideia de que ambos resultam da seleção natural, ao longo do tempo evolutivo (Alencar & Yamamoto, 2008; Gaulin & MacBurney, 2001).

O cooperativismo, no entanto, é um fenômeno bastante recente. Como marco histórico, é fácil recordar do grupo de trabalhadores do bairro de Rochdale, na cidade de Manchester, que, em 1844, decidiu se unir e fundar um armazém para revenda de produtos a preços inferiores aos praticados no comércio local (Walton, 1997). Tal ação coletiva mostrou potencialidades e, sobretudo, resultados. Logo, é possível imaginar o motivo pelo qual o cooperativismo tornou-se um dispositivo de grupo sociais, assim como despertou o interesse das ciências da gestão. A experiência de Rochdale, escrita por pessoas como Robert Owen, George Jacob Holyoake e William King, gerou um modelo viável de cooperativismo que se disseminou amplamente no século XX.

O termo cooperação, na sociedade moderna, carrega “um valor positivo, geralmente incluindo a ideia de espontaneidade, caráter voluntário e tolerância” (Prestes-Motta, 1994, p. 9). Pela própria noção auspiciosa que a circunda, a cooperação é encorajada, nos discursos da área de administração, como estratégia de sobrevivência das organizações frente à competitividade e à turbulência no ambiente de negócios. Por consequência, o conceito de cooperação disseminou-se tanto na pesquisa em administração quanto em sua prática. Nesse contexto de superexposição do tema, ao revisar a literatura verifica-se a diversidade de estudos, a amplitude de conceitos distintos e a pluralidade de noções relacionadas com o termo cooperação.

Os conceitos predominantes no campo da administração recebem forte influência da abordagem positivista. Pela abrangência e pela pluralidade da produção científica acerca da cooperação, o debate abarca diversos campos teóricos, como econômico, sociológico, antropológico, político, psicológico, além do próprio campo das ciências da gestão. Essa dinâmica evidencia que os processos de conceituação não são singulares, mas múltiplos. Diferentes noções sobre o fenômeno coexistem e estão entrelaçadas no conjunto de interesses relacionados à noção de cooperação.

Existem diferentes objetivos e interesses na busca por definições, dependendo diretamente das relações entre aqueles que procuram compreender o que a cooperação significa. Nesse emaranhado de relações, o processo conceitual da cooperação aparece na encruzilhada de diversos discursos e práticas, envolvendo diferentes atores em distintos contextos. Diante da multiplicidade conceitual, o que a literatura acadêmica mais difundida no domínio dos estudos organizacionais diz sobre o conceito de cooperação?

1.2 DESCOBRINDO ALGUMAS PISTAS: FUNDAMENTOS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Na seção precedente dediquei-me a apresentar a ‘descoberta’ da cooperação pelas ciências econômicas e a superação do *homo economicus*, na teoria da ação coletiva. A presente seção recupera o estado da arte de quadros e referenciais teóricos do domínio dos estudos organizacionais sobre cooperação. Não se trata de uma revisão que se pretenda ‘redonda’, ou seja, de sistematizar a abrangência e a pluralidade da produção científica acerca do tema. Viso, explicitamente, perpassado pelas proposições de Alvesson e Sandberg (2013), conferir uma aspiração reflexiva e inventiva ao estudo, sem pretensão de apresentar uma revisão sistemática da literatura alinhada à pesquisa incremental de detecção de lacunas. A atenção é conferida à problematização dos pressupostos subjacentes às teorias seminais que investigaram o fenômeno da cooperação.

Com o intuito de contribuir para o avanço na discussão de novas concepções relacionadas com a cooperação, o esforço teórico inicial desta tese é problematizar os pressupostos sobre os quais a literatura sobre cooperação vem se desenvolvendo, no domínio dos estudos organizacionais. O recorte dado por mim ao almejado ‘alinhamento conceitual’ assenta-se nas análises realizadas na tese de Camillis (2016). Conforme tal autora, as contribuições seminais, nos estudos organizacionais, foram apresentadas por Chester Barnard, Elton Mayo e Amitai Etzioni, que abordaram de forma direta o tema da cooperação. Esses três

autores cumpriram a função de observar os estudos clássicos, visto que suas ideias ramificaram-se em diversas perspectivas de análise e em estudos empíricos sobre o tema. Na sequência, apresento essas teorizações.

Chester Barnard propõe uma teorização acerca da cooperação, sustentando a ideia de que as organizações são, por natureza, sistemas cooperativos. Na perspectiva de Barnard (1971), um sistema cooperativo específico, como determinada organização, sempre está entrecruzado por um sistema cooperativo maior, como a própria sociedade. Barnard (1971) entende a organização como um sistema de atividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas, o qual depende da cooperação entre elas para sobreviver. Para o mesmo autor, uma organização existe quando há pessoas capazes de comunicarem-se entre si, dispostas a contribuir para o atingimento de um propósito comum.

Barnard (1971) reconhece que as organizações formais são apenas uma modalidade particular de sistema cooperativo existente na sociedade moderna. Para ele, a organização formal e a informal coexistem, sendo que a informal, se eficaz, transforma-se em formal, pela explicitação de suas atitudes e instituições. A organização formal, uma vez estabelecida, reproduz organizações informais voltadas para a comunicação e a coordenação eficientes. O reconhecimento da existência da organização informal permite que a administração explore suas utilidades com o fim de obter melhor controle sobre a formal.

A organização informal apresenta características relacionadas à cooperação distintas da formal, uma vez que seriam espontâneas e não deliberadamente construídas e estruturadas para atingir dado objetivo predeterminado. A partir da “existência de propósitos de indivíduos – ou da crença em sua existência – e da existência de limitações, origina-se a cooperação para atingir propósitos e superar limitações” (Barnard, 1971, p. 52). Eis a gênese do fenômeno cooperativo particular nas organizações formais. Nessa perspectiva, a cooperação humana, nas organizações, se estabelece por meio de objetivos predeterminados e suficientemente específicos. A organização caracteriza-se como um sistema cooperativo deliberadamente funcional, que exerce um papel definido na sociedade.

As organizações formais têm propósitos, entretanto, por si só, esses propósitos não produzem a cooperação. Segundo Barnard (1971), embora as razões da existência de uma organização formal sejam seus propósitos, “temos de distinguir claramente entre propósito da organização e motivo individual” (Barnard, 1971, p. 107). A cooperação acontece quando eles são aceitos pelos participantes. Além da dimensão objetiva, o propósito tem o significado subjetivo e singular de cada indivíduo. É atribuição do executivo tomar decisões que concedam qualidade e moralidade à coordenação da atividade organizada, inculcando a crença na

existência real do propósito comum. As funções centrais do executivo correspondem à criação de incentivos e recompensas que levem os indivíduos a cooperarem (Barnard, 1971).

Em sua teoria acerca dos sistemas cooperativos, Barnard (1971, p. 133) reconhece que “as atitudes, instituições e costumes da sociedade informal afetam as organizações formais e são parcialmente expressas através delas”. Na visão de tal autor, nenhum sistema cooperativo, formal ou informal, pode ser suficientemente explicado sem que se faça referência aos códigos morais que modelam a ação dos indivíduos que os compõem. A cooperação emerge como uma ação coletiva, porque os indivíduos que detêm seus próprios objetivos não podem realizá-los sozinhos, então se associam, a fim de satisfazê-los. As organizações, portanto, são também meios para a satisfação de objetivos individuais.

Embora concorde que exista influência de sistemas morais nas atitudes dos indivíduos e que o comportamento cooperativo, dentro de uma organização social, não depende somente dos esforços administrativos, empreendidos isoladamente por sua administração executiva e que eles não estão sob seu total controle (Procópio, 2007), Barnard (1971) postula que, nas organizações, os indivíduos não cooperam voluntariamente, requerendo a ação direta e intencional do executivo para promover a cooperação.

O segundo autor que insiro na discussão é George Elton Mayo, expoente do movimento da Escola de Relações Humanas, reconhecido pela condução do famoso estudo de Hawthorne. Seus achados questionam as hipóteses sustentadas pela Escola Clássica e deslocam o foco de interesse da administração para os grupos informais e suas inter-relações. A perspectiva de Mayo ampara-se na análise da cooperação nas sociedades precedentes à revolução industrial. Na percepção de Mayo (1949), a sociedade moderna, pós-revolução industrial, é marcada pelo aniquilamento da capacidade colaborativa e cooperativa dos indivíduos, acentuado pelo enfraquecimento das tradições e dos costumes que permeavam intensamente as sociedades mais antigas.

Para Mayo (1949), nas sociedades anteriores à revolução industrial, a cooperação dependia da perpetuação dos costumes e das instituições tradicionais, ligadas à religião, à família e, principalmente, ao ofício do indivíduo, que regulamentavam as relações entre as pessoas e as atitudes de umas com as outras. Nessas sociedades, mantinham-se forte lastro de segurança, deveres sociais e sentimento de pertença social, que reforçavam o papel a ser desempenhado pelo indivíduo na sociedade (Mayo, 1949).

Nesse contexto sócio-histórico, segundo Mayo (1949), a cooperação estabelecia-se de forma espontânea, motivada pelo sentido atribuído pelo indivíduo à sua função social, em estrita conformidade com o código social. A colaboração espontânea contribui para a manutenção da

ordem e da disciplina social, sem necessidade de fatores de controle externo de quem quer promover a cooperação, nem de atitudes calculistas e utilitárias por parte de quem coopera. O indivíduo “sabe que seu trabalho é demandado pela sociedade e é necessário para a manutenção da vida social” (Mayo, 1949, p. 6).

Na sociedade moderna, pós-revolução industrial, caracterizada pela mudança rápida e contínua, na qual toda a concepção de organização social e disciplina social precisam ser rapidamente revistas, impera o avanço desequilibrado entre o engrandecimento das habilidades técnicas de trabalho e o descaso com as habilidades relacionais. Nesse contexto, a cooperação perde seu lastro estruturante, estando condicionada aos esforços deliberadamente empreendidos para manter-se artificialmente (Mayo, 1949).

Na perspectiva da cooperação espontânea de Mayo (1949), a ordem, a regularidade ou a previsibilidade organizacional não dependem de esforços coletivos deliberadamente direcionados para um objetivo específico, predeterminado, nem mesmo de uma adesão puramente autônoma e racional, manifestada conscientemente por dado indivíduo. A cooperação deriva da existência de costumes, hábitos, normas e instituições já estabelecidas na sociedade, modeladores da ação humana, que promovem a cooperação nos níveis mais elementares da vida social. A cooperação espontânea não é um ato de vontade, mas deve emergir das necessidades inerentes ao próprio indivíduo.

A capacidade de o indivíduo comunicar-se e coexistir com seus semelhantes, em um quadro institucional minimamente previsível, é antecedente a qualquer tipo de cooperação com outros para a realização de objetivos específicos (Mayo, 1949). Mayo (1949) considera normas, hábitos, instituições e costumes sociais como elementos mais fundamentais para a existência da cooperação entre os indivíduos do que todo o esforço deliberado de controle e administração do comportamento humano, empreendido para realização de objetivos específicos.

Mayo (1949) defende que a tarefa básica da administração é compreender as limitações da lógica gerencial e ser capaz de entender a lógica dos trabalhadores. Para o mesmo autor, o trabalhador é essencialmente motivado pela necessidade de ‘estar junto’ e de ‘ser reconhecido’. Por conseguinte, a atitude do empregado frente a seu trabalho e a natureza do grupo do qual ele participa são fatores decisivos para explicar a cooperação. O trabalhador não reage como indivíduo isolado, mas como membro de um grupo social. Logo, torna-se necessária a educação de uma elite social, dotada de chefes democráticos, persuasivos e simpáticos, capaz de recobrar a cooperação.

O terceiro autor, Amitai Etzioni, representa a visão neoclássica das teorias organizacionais. Etzioni (1976, p. 9) defende que a sociedade moderna é fundamentalmente

uma sociedade de organizações, sendo elas unidades sociais “intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”. Na ideia da sociedade das organizações, a discussão da cooperação desenvolve-se, através do conceito do consentimento, como sendo “uma relação que consiste no poder empregado pelos superiores para controlar os subordinados e a orientação destes em relação aquele poder” (Etzioni, 1974, p. 15). O consentimento envolve controle e construção de consenso, os quais são analisados por Etzioni (1974) sob três formas: coerção, bens econômicos, valores normativos.

Na organização social coercitiva, a cooperação pode ser obtida sob pressão de força física, latente ou mesmo manifesta. Essa forma de cooperação é normalmente encontrada em organizações como um hospital psiquiátrico, um campo de trabalho forçado ou uma prisão. O argumento sustenta que a cooperação não depende, necessariamente, da concordância em torno de algum objetivo comum. A segunda forma de cooperação pode ser obtida pela análise do custo-benefício individual, baseada nas vantagens e desvantagens econômicas particulares da colaboração, representando um tipo forma de cooperação encontrado tipicamente em uma organização social de caráter utilitarista. A terceira forma de cooperação é normalmente identificada nas organizações normativas. Nesse tipo de organização social, o poder é exercido através da manipulação de símbolos, prestígio e *status*, e a participação dos indivíduos, efetiva-se devido ao entendimento positivo sobre a importância, o valor ou o dever de sua colaboração com tal poder (Etzioni, 1974).

Procópio (2007, p. 66) destaca que Etzioni deliberadamente negligencia, em seu modelo, toda e qualquer cooperação que se pode processar de modo mais espontâneo, ou seja, “a partir da própria vontade ou motivação intrínseca dos indivíduos que compõem dada organização sem que haja, em primeiro lugar, uma exposição destes indivíduos a algum tipo de poder deliberadamente empreendido”. Etzioni (1974) intencionalmente desconsidera o que ele denomina participação social, por defender que esse tipo particular de participação, de natureza mais espontânea, não está ao alcance de qualquer núcleo de poder deliberadamente instituído para administrar a organização. Igualmente, Etzioni (1974) deixa de lado, em sua análise, o poder social, representado pela modalidade de poder independente do exercício deliberado de algum agente coordenador racional.

O entendimento de Etzioni (1974) sobre a cooperação nas organizações é sistematizado por Procópio (2007, p. 67) através de três características centrais: a primeira refere-se à “existência de objetivos específicos predefinidos a partir do qual a necessidade de cooperação se justifica e a partir do qual a necessidade de coordenação racional dos esforços cooperativos individuais se legitima”; a segunda pressupõe a “existência da consequente divisão de trabalho,

elaborada em função destes objetivos”; a terceira destaca a “existência de um centro de poder consciente e racional, responsável pela coordenação das diversas atividades individuais necessárias para a consecução dos objetivos predefinidos”.

Etzioni (1974) atribui uma ênfase marcadamente gerencialista à sua análise sobre o poder e sobre a participação nas organizações, defendendo que “o poder social só se torna em poder organizacional quando a organização pode influenciar os poderes do grupo” (Etzioni, 1974, p. 34). Nessa perspectiva, a cooperação é vista como um instrumento ou meio através do qual a administração executiva das organizações pode atingir seus objetivos ou resultados específicos predefinidos. Diante das prerrogativas de Etzioni (1974), seja pelo emprego do poder coercitivo, do poder remunerativo ou do poder normativo, os diversos componentes da organização orientam-se de acordo com um plano ou objetivo que, embora não seja necessariamente compartilhado de forma consciente e autêntica por todos, é proposto externamente por uma administração centralizada, consciente de seu papel coordenativo.

Conforme os conceitos de cooperação comumente discutidos nos estudos organizacionais, ao analisar as aproximações entre o entendimento da cooperação informal de Barnard (1971) e a cooperação espontânea de Mayo (1949), assim como a concepção de consentimento de Etzioni (1974) e o entendimento sobre a cooperação formal de Barnard (1971), é possível dizer que trata-se de perspectivas complementares para a compreensão do fenômeno da cooperação. Para Etzioni (1974), a cooperação nunca é espontânea, depende da existência de um objetivo predeterminado externo. Em Mayo (1949), a cooperação é efeito de elementos da tradição e dos costumes transmitidos, através da socialização, como definidores da capacidade colaborativa e cooperativa dos indivíduos, entretanto, ele coloca as estruturas, em especial a moral, como determinantes das ações cooperativas. Barnard (1971) discute as funções do executivo, no processo decisório, que emprestam qualidade e moralidade à coordenação da atividade organizada, nos sistemas cooperativos.

Ficam, pois, evidentes as similaridades e as complementaridades das teorizações de Barnard (1971), Mayo (1949) e Etzioni (1974), podendo-se questionar: fundada sobre quais pressupostos subjacentes, desenvolveu-se a literatura sobre cooperação no domínio dos estudos organizacionais? Em respostas elenco algumas evidências:

- a cooperação é sempre positiva e pressupõe a existência de ideias, projetos e propósitos comuns, seja ela formal ou informal (Barnard, 1971), espontânea (Mayo, 1949) ou consentida (Etzioni, 1974);

- a cooperação segue uma lógica de evolução institucional, na qual as práticas ditas informais, se bem-sucedidas, tendem a se institucionalizar em organizações formais (Barnard, 1971);
- a cooperação é gerenciável, sendo função do executivo promover as condições para que as pessoas cooperem (Barnard, 1971; Etzioni, 1974);
- a cooperação é resultado da intencionalidade humana, daqueles que querem cooperar por algum objetivo (Barnard, 1971; Etzioni, 1974; Mayo, 1949).

As pesquisas contemporâneas sobre cooperação vêm sendo desenvolvida tendo por base os desdobramentos desses pressupostos. Podem ser identificadas, pelo menos, quatro dimensões no domínio dos estudos organizacionais: (i) cooperativismo; (ii) cooperação interorganizacional; (iii) cooperação no trabalho; (iv) cooperação *versus* competição. Apresento essas dimensões sem assumir, no entanto, comprometimento com uma revisão sistemática da literatura.

A primeira dimensão está lastreada nas proposições da experiência da Cooperativa de Rochdale no Reino Unido, onde se originaram os princípios cooperativistas (Walton, 1997). Autores como Bialoskorski (2006, p. 21) mostram que as formas de cooperação são muito anteriores à experiência de Rochdale, em 1844. Há referências sobre a cooperação desde a pré-história, em tribos indígenas e em antigas civilizações, como a dos babilônios. No entanto, Rochdale é considerada marco histórico do cooperativismo por sua aparente oposição ao modelo econômico capitalista, emergente no século XIX. O cooperativismo, portanto, surge como uma força-ideia que visa, através da cooperação entre as pessoas, driblar a opressão social resultante do capitalismo (Bialoskorski, 2006). No escopo dos estudos sobre cooperativismo, as cooperativas são o cenário organizacional legitimamente profícuo para que a cooperação aconteça.

Nos estudos organizacionais, por consequência, muitos são os escritos acerca dos impactos sociais e econômicos das organizações cooperativas nos mais diversos setores da economia (Andrade & Alves, 2013; Arboleda, Zabala, & Cueto, 2019; Dueñas, Con, & Chávez, 2021; Francesconi & Ruben, 2012; Fuzinato, Cassol, Batista, & Bernardy, 2019; Gilioli & Borsatti, 2021; Greatti & Sela, 2021; Maldonado & Santos, 2006; Ortega et al., 2019; Wossen et al., 2017; Zhang, Sun, Ma, & Valentinov, 2020).

Em face da evidente relevância do cooperativismo, muitos pesquisadores dedicaram esforços para analisar e prescrever modelos e práticas de gestão e governança nas organizações cooperativas (Barreiros, Protil, & Moreira, 2008; Bressan, Braga, Bressan, & Resende, 2011; Costa, Azevedo, & Chaddad, 2012; Crúzio, 1999; Freitas, Freitas, Sampaio, & Máximo, 2010;

Gadea, 2009; Gimenes, Opazo, & Gimenes, 2003; Jansen, Maehler, & Wegner, 2018; Pies, Baggio, & Romeiro, 2016). Na esteira dessas pesquisas sobre os modelos de gestão e governança das cooperativas, há evidente divergência entre autores que defendem a necessidade de afastamento de modelos e práticas comumente encontrados nas organizações empresariais (Chaves & Sajardo, 2004; Fauquet, 1980; Spear, 2004); autores que sustentam que as cooperativas sofrem pressões externas e precisam adotar modelos e práticas dinâmicas e eficientes para se tornarem competitivas no mercado (Bager, 1994; Stryjan, 1994); autores que sustentam que as promessas de progresso das ‘cooperativas empresas’, influenciadas pela tradição do *management* e sua racionalidade de gestão na forma empresa de ser, não se concretizaram como previam as ciências da gestão (Amaral, 2001; Galerani, 2003; Knutson, 1966).

Com a recente emergência da agenda de estudos sobre sustentabilidade, o cooperativismo vem sendo considerado importante facilitador do desenvolvimento sustentável (Abebaw & Haile, 2013; Baptista, 2015; Candemir, Duvaleix, & Latruffe, 2021; Demajorovic, Caires, Gonçalves, & Silva, 2014; Ferguson & Kepe, 2011; Hocayen-da-Silva & Silva, 2021; Tiozo & Bertolini, 2021; Yu & Huang, 2020; Zhou, Liu, & Liang, 2018). No escopo de alternativa ao modelo capitalista, o cooperativismo é explorado como lócus da economia solidária e das organizações populares (Barbosa et al., 2008; Buendía-Martínez, Álvarez-Herranz, & Menéndez, 2020; Conti, Rocha, & Viteze, 2018; Gouvêa & Ichikawa, 2015; Kasparian, 2020; Monje-Reyes, 2011; Oliveira, 2007). Especialmente na literatura nacional, têm recebido destaque estudos sobre cooperativismo de plataforma, como uma alternativa às grandes plataformas digitais que dominam setores da economia, como é o caso dos transportes com o processo de ‘uberização’ (Fuster, Espelt, & Renau, 2021; Grohmann, 2018; Salvagni, Silva, Grohmann, Abs-da-Cruz, 2021; Scholz, 2017).

A segunda dimensão centra-se na cooperação interorganizacional. Nessa dimensão, ganha destaque a abordagem das redes de cooperação interorganizacionais, entendidas como sistemas criadores de valores para organizações que buscam complementaridade de recursos por meio da cooperação interorganizacional (Child & McGrath, 2001). As redes de cooperação interorganizacionais são constituídas por conexões que reúnem agentes econômicos que possuem objetivos comuns. Essas conexões possuem um fluxo de ligações que ocorrem entre uma ou mais organizações e na medida que a frequência e a intensidade dessas conexões aumentam, há evidências de que pertencem a uma mesma rede (Castells, 1999; Oliver, 1990).

Desse modo, as redes de cooperação interorganizacionais são acordos, por meio dos quais organizações instauram estratégias conjuntas, estruturas e formas de governança de

relacionamento, para alcançar objetivos comuns e gerar vantagens competitivas (Dean, Holmes, & Smith, 1997; Jarillo, 1988; Provan & Kenis, 2007). Na constituição das redes de cooperação interorganizacionais, a cooperação é um recurso organizacional para alcançar objetivos comuns. Por meio da cooperação, as organizações podem obter ganhos de escala (Verschoore & Balestrin, 2008); criação e apropriação de valor (Arantes, Mineiro, Castro, & Deboça, 2021; Franco, 2007); legitimidade (Podolny & Page, 1998), trocas de conhecimento (Balestrin, Vargas, & Fayard, 2008; Costa, Silva, & Nogueira, 2016; Posch, 2010); desenvolvimento de inovações (Hoffmann, Bandeira-de-Mello, & Molina-Morales, 2011; John et al., 2016; Poletto, Araújo, & Mata, 2011).

No escopo das redes de cooperação interorganizacionais, uma legião de pesquisadores sustenta a cooperação como uma forte estratégia organizacional para a geração de resultados que transcendem a simples soma dos recursos organizacionais individuais (Atouba & Shumate, 2010; Balestrin, Verschoore, & Reyes, 2010; Barringer & Harrison, 2000; Carvalho, Zanquetto, & Oliveira, 2018; Dyer & Nobeoka, 2000; Frias, Siqueira, Xavier, & Fernandes, 2021; Grandori & Soda, 1995; Kunzler & Bulgacov, 2011; Lee & Monge, 2011; Müller-Seitz, 2011; O'Connor, Lowry, & Treiblmaier, 2020; Turrini, Cristofoli, Frosini, & Nasi, 2010; Wegner & Padula, 2011). Os estudos verificados nessa dimensão ancoram-se no pressuposto de que “os resultados da cooperação de empresas em redes representam um dos principais focos de atenção dos estudos sobre as relações interorganizacionais” (Verschoore & Balestrin, 2008 p. 3).

A terceira dimensão refere-se à cooperação no trabalho. Ela é identificada principalmente nas pesquisas do campo do comportamento organizacional e recebe grande ênfase nos estudos sobre a gestão de equipes. Nessa perspectiva, a cooperação é compreendida como um comportamento manifestado nos esforços individuais, colocados em uso para alcance de objetivos mútuos ou compartilhados (Axelrod & Dion, 1988; Camargo, Lima, & Mendina, 2014; Smith, Carroll, & Ashford, 1995). Assumindo que é um comportamento gerenciável, a cooperação torna-se essencial à gestão das equipes de trabalho (Liang, Shih, & Chiang, 2015; Lin, He, Baruch, & Ashforth, 2017; Yang-Trevor-Yu & Cable, 2011; Zhuge, 2003).

Pesquisadores procuram mapear traços de personalidade e valores pessoais que expliquem a propensão do indivíduo para a cooperação (Axelrod, 2011; Chatman & Barsade, 1995; Rank & Tuschke, 2010; Volk, Thöni, & Ruigrok, 2012), assim como características organizacionais que a favoreçam (Borgo, Bianco, & Colbari, 2013; Chatman & Barsade, 1995; Ilsøe & Felbo-Kolding, 2020; Maciel, Hocayen-da-Silva, & Castro, 2008; McAllister, 1995; Pinto, Pinto, & Prescott, 1993; Ramos & Mendes, 2013; Souza & Valery, 2010; Thesek, 2006; Vogt, Beuren, & Silva, 2020). A cooperação no trabalho também é mencionada como

antecedente dos níveis de presenteísmo (Garrido, Borges, Borges, & Silveira, 2019); das motivações para compartilhar informação e conhecimento com colegas de trabalho (Silva, Binotto, & Vilpoux, 2016; Sordi, Binotto, & Ruviaro, 2014); da eficiência da gestão coletiva dos riscos em situações complexas (Guardia & Lima, 2019); dos níveis de virtualidade da equipe (Stark, Bierly, & Harper, 2014).

A quarta dimensão trata do paradoxo cooperação *versus* competição. Essa perspectiva é fortemente influenciada pela teoria dos jogos e pela teoria evolucionista, e ostenta considerável atenção no campo do estudo da estratégia organizacional. Muitos autores exploraram o paradoxo cooperação *versus* competição, buscando modelar suas inter-relações (Chen, 2008; Gnyawali, Madhavan, He, & Bengtsson, 2016; Nowak, Sigmund, & Leibowitz, 2000). Das relações duais entre organizações que simultaneamente cooperam e competem, surge o termo coopetição (Bengtsson & Kock, 2000; 2014; Gnyawali & Ryan-Charleton, 2018; Kim, 2018; Luo, 2007; Raza-Ullah, Bengtsson, & Kock, 2014).

As relações entre cooperação, competição e coopetição, na composição das estratégias organizacionais, foram investigadas no setor industrial (Bengtsson, Raza-Ullah, & Vanyushyn, 2016; Kotzab & Teller, 2003; Monticelli, 2015; Sauaia & Kallás, 2007), no setor varejista (Ritala, Golnam, & Wegmann, 2014; Santos, Olave, Rocha, & Nogueira, 2021; Silva, Donaire, & Gaspar, 2021), no setor de turismo (Chim-Miki, Batista-Canino, & Medina-Brito, 2018; Czakon & Czernek-Marszałek, 2021; Della-Corte & Aria, 2016), e na organização das redes interorganizacionais (Donato et al., 2019; Tidström, 2014; Wilhelm & Sydow, 2018). Principalmente na literatura internacional, identificam-se estudos que mobilizaram a relação cooperação e competição para discussão do dilema dos bens comuns, principalmente na gestão de recursos naturais (Carattini, Levin, & Tavoni 2019; Falco & Rensburg, 2008; Kopelman, 2009; Mason & Phillips, 1997; Sadowski et al., 2014; Schlager, 2002; Tarui, Mason, Polasky, & Ellis, 2008; Villamayor-Tomas, 2014).

Em consonância com essas quatro dimensões identificadas na literatura, a cooperação é compreendida como um fenômeno formal e gerenciável que determina as práticas organizacionais. A cooperação determina o cooperativismo; a cooperação determina as redes interorganizacionais; a cooperação determina organização do trabalho em equipe; a cooperação determina a estratégia organizacional. A cooperação é sempre um fenômeno que antecede a organização. O ponto de partida das pesquisas assenta-se nos esforços dos autores para a concepção de modelos analíticos, determinísticos, os quais pressupõem o gerenciamento dos fatores organizacionais (estrutura) e individuais (motivações) que levam o indivíduo a cooperar nos ambientes empresariais, com objetivos definidos, geralmente, de forma racional e coerente.

Legitima-se às organizações o controle da cooperação e marginalizam-se múltiplas outras formas de cooperação e de relações constituídas com outras organizações, com os mercados e com a sociedade.

Nesses termos, a cooperação é compreendida como um fenômeno abstrato, que parte da intencionalidade e da utilidade da cooperação para alcançar coletivamente objetivos comuns. Ao serem confrontados com o campo empírico, desde a fase inicial e exploratória, esses pressupostos mostraram-se heurísticamente insuficientes, tanto empírica quanto analiticamente, para compreender a complexidade do fenômeno da cooperação, observado no cotidiano da rede agroalimentar alternativa investigada. Sugerir que a cooperação é constantemente construída e reconstruída para e nas práticas organizativas, é tarefa que permeia o desenvolvimento desta tese.

1.3 CONSTRUINDO OUTROS CAMINHOS: POSICIONAMENTOS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A elaboração desta tese inspirou-se nas proposições de Alvesson e Sandberg (2013), sem pretensão de alinhar-se com a pesquisa incremental, fundamentada na prática científica de detecção de lacunas. Aqui, a atenção é dada à problematização dos pressupostos subjacentes às teorias dominantes. Na sequência, apresento, portanto, alternativas para a discussão sobre cooperação nos estudos organizacionais.

Não se trata de um descrédito das ‘cooperativas empresas’ nem de desmerecimento aos conhecimentos do *management*. Trata-se, antes, de um deslocamento do plano de análises para outros modos de organizar, historicamente marginalizados pelo domínio da administração, nos quais a cooperação acontece. A opção pelo estudo da cooperação exigiu o desbravamento de uma literatura pouco esclarecedora sobre o tema. Esse caminho de problematização, animado pelo contínuo interesse pela compreensão da cooperação, levou-me, não acidentalmente, aos escritos de Richard Sennett. É ele quem coloca, quem inscreve a cooperação como prática cotidiana, saindo da teorização e buscando “pensar melhor sobre as coisas comuns” (Sennett, 2012, p. 9).

Valendo-me de um largo desvio do domínio das teorias organizacionais, incorporo, na discussão, os escritos da trilogia projeto “Homo Faber” de Richard Sennett. Tal investimento parece ser um encontro com certas noções que tecem o pano de fundo da discussão sobre cooperação que venho conduzindo neste estudo. Não é qualquer cooperação, mas a ideia sobre

“as habilidades de que precisamos na vida cotidiana” (Sennett, 2012, p. 9). Trago à luz, com Sennett, a cooperação como prática dialógica na esfera da vida cotidiana.

1.3.1 Qual Cooperação? Aproximações com a Cooperação Prática Dialógica de Richard Sennett

O sociólogo e filósofo Richard Sennett dedicou sua carreira ao estudo das consequências sociais e emocionais do capitalismo contemporâneo. Entre suas obras mais conhecidas estão “The Fall of Public Man” [O Declínio do Homem Público] (Sennett, 1974), “The Corrosion of Character” [A Corrosão do Caráter] (Sennett, 1998) e “The Culture of the New Capitalism” [Cultura do Novo Capitalismo] (Sennett, 2006). Mas foi especialmente no encontro com a trilogia do projeto batizado “Homo Faber”, lançado com as obras “The Craftsman” [O Artífice] (Sennett, 2009), “Together” [Juntos] (Sennett, 2012) e “Building and Dwelling” [Construir e Habitar]² (Sennett, 2018), que encontrei sustentação para elaboração desta tese.

No projeto “Home Faber”, Sennett escreve sobre as habilidades de que se precisa, na vida cotidiana, em uma sociedade complexa. Em “O Artífice”, primeiro livro da trilogia, Sennett (2009) investiga a artesanaria como empenho de fazer bem as coisas materiais e experimenta o entrelaçamento entre ideia e matéria circunscrito a uma atividade manual ou mental. O autor explora os processos inventivos implicados na relação ideia e matéria, mente e corpo, apostando no envolvimento materialista do homem com seu trabalho. Do ponto de vista material, Sennett (2009) confere às pequenas coisas grandes significações. As ferramentas do artífice são consideradas não apenas como meros objetos inanimados. A relação do saber e do fazer do artífice com a materialidade possibilita reinventar seus usos, descobrindo novas aplicações. As habilidades do artífice permitem a imaginação e a criatividade fluírem, autorizando-o a questionar e a moderar o uso das coisas.

Para desenvolver sua obra, Sennett (2009, p. 20) constrói uma argumentação histórica que sustenta tanto a tese de que “as habilidades, até mesmo as mais abstratas, tem início como práticas corporais”, como a de que “o entendimento técnico se desenvolve através da força da imaginação”. O artífice é utilizado como símbolo do entrelaçamento entre práticas concretas e ideias. O artífice que desenvolve alto nível de capacitação vê, na técnica, a ‘alma’, o que Sennett (2009) chama de consciência material. Essa noção é mobilizada pelo autor para demonstrar que

² A obra “Construir e Habitar”, que encerra a trilogia “Homo Faber”, ganha pouco destaque na construção desta tese. Em síntese, Sennett (2018) desenvolve a relação do homem com a cidade na constituição do espaço público e a forma como as construções afetam a vida cotidiana.

a consciência das coisas (as ideias, as representações e os pensamentos) não está desvinculada das coisas em si. Sennett (2009) acredita em uma forte conexão entre a consciência material e os valores éticos, o que faz com o artífice desafie as ideias sobre o que constitui um bom trabalho no mundo de hoje. O mundo material objetivo está interligado ao mundo das ideias em um processo retroalimentador: “A realidade material dá a resposta, constantemente corrigindo a projeção, advertindo quanto à verdade material” (Sennett, 2009, p. 303).

O artífice, segundo Sennett (2009), é movido pelo impulso humano básico de fazer um bom trabalho em si mesmo, o que envolve desenvolvimento de habilidades e foco no trabalho em si mesmo. O médico, o artista, o programador, o marceneiro e até os pais ou os cidadãos podem estar envolvidos no trabalho de artífice. Fazer algo bem-feito só por fazê-lo é, segundo Sennett (2009), uma capacidade ao alcance da maioria dos seres humanos, mas, na sociedade contemporânea, essa habilidade não é valorizada como deveria. A sociedade ocidental caracteriza-se pela arraigada dificuldade de reconhecer a ligação entre a cabeça e a mão, de reconhecer e estimular a perícia manual.

Sennett (2009) não confere grande destaque à noção de cooperação em “O Artífice”, mas chama a atenção, repetidas vezes, para o valor social do trabalho coletivo nas guildas, nos ateliês e nas oficinas de fabricação de violinos Stradivari e Guarneri. Sennett (2009, p. 30) entende que “o artífice representa uma condição humana especial: a do engajamento”. Um engajamento que é prático, mas não instrumental. Consequentemente, não é difícil aventar os motivos pelos quais a segunda publicação da trilogia, intitulada “Juntos”, explora a cooperação como um valor social na realização de tarefas práticas, que se manifesta na arte da receptividade aos outros, nas práticas cotidianas do homem na sociedade. Tenho com Sennett (2012) um modo de pensar a cooperação e suas singularidades como uma prática cotidiana, que tensiona as fronteiras do domínio dos estudos organizacionais.

Sennett (2012, p. 15) ancora a definição de cooperação na noção de “troca em que as partes se beneficiam”. Em “Juntos”, Sennett convida a experimentar a ideia de que a cooperação manifesta-se nos contatos *on-line*, nas esquinas, nas escolas, nas oficinas, nas orquestras, no trabalho, na política local. Sennett leva a viajar pela história de como a cooperação evoluiu, como a cooperação é moldada por eventos históricos, como a cooperação é ameaçada e o que pode ser feito para fortalecer as habilidades cooperativas. Filiado à corrente do pragmatismo, Sennett (2012) explora a cooperação não apenas como um estado psicológico do indivíduo que coopera, mas como práticas da vida cotidiana. Como prática, a cooperação pode ser identificada tanto na equipe liderada por Robert Oppenheimer para a construção da bomba atômica como nos ritos de comunhão da comunidade cristã. A cooperação supera a dimensão ética. A noção

de cooperação de Sennett (2012, p. 10) apoia-se na cooperação como um ofício corporificado, que “exige capacidade de entender e mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto, mas o processo é espinhoso, cheio de dificuldades e ambiguidades, e não raro leva a consequências destrutivas”.

O argumento central de Sennett (2012) é de que a cooperação representa uma habilidade corporificada, como a do artífice, que envolve o pensar e o fazer do homem de forma indissociável. As ideias desenvolvidas por Sennett (2012) em “Juntos” são desdobramentos de “O Artífice”, uma vez que a investigação histórica do trabalho de artífices conecta-se a comunidades com vínculos sociais fortes e a organizações, como a oficina, que encorajam a cooperação. Sennett (2012) compreende a oficina como um sítio privilegiado no qual a cooperação exigente pode se desenvolver. As teorizações de Sennett, no entanto, não se tratam de uma volta nostálgica ao passado das guildas. Ao desenvolver o projeto “Homo Faber”, o autor intenta mostrar como tais vínculos sociais, que marcam o trabalho de artesanias, têm encontrado resistências na contemporaneidade. Resgatando os princípios da artesanias, Sennett (2012) emprega a caracterização ‘cooperação mais elevada e exigente’, para discutir outras formas de viver coletivamente.

Sennett (2012) assume o argumento de que a sociedade moderna está desabilitando as pessoas à prática da cooperação. A mais direta forma de desabilitação diz respeito às desigualdades. O autor explicita que as “desigualdades econômicas se traduzem em experiências cotidianas em termos de distância social. A elite torna-se remota para as massas, restando pouco espaço comum entre as expectativas e as lutas de um motorista de caminhão e as de um banqueiro” (Sennett, 2012, p. 18). Logo, ganham força pensamentos e comportamentos do tipo ‘nós contra eles’ que, nesse caso, são consequências racionais da concretude da desigualdade.

As metamorfoses no trabalho têm cada vez mais fomentado a erosão da cooperação, porém, de outras maneiras. No moderno do capitalismo flexível, o trabalho tende, cada vez mais, a ser de curto prazo, caracterizado por empregos temporários e abertos pela substituição daqueles que permanecem muito tempo na mesma organização. As relações sociais, por consequência, são de curto prazo, reforçando o ‘efeito de silo’, perceptível no isolamento dos indivíduos em departamentos e unidades que compartilham pouco. As organizações, conforme Sennett (2012), são sempre um campo favorável à cooperação, entretanto a inibem por suas estruturas. Esse processo vem ocorrendo desde a substituição de pessoas por máquinas no século XIX, sendo intensificado à medida que os empregos de curto prazo ou temporários vão substituindo as carreiras de longo prazo. O efeito silo é produto de relações superficiais e de

vínculos sociais breves. As pessoas ficam na reserva, não se envolvendo em problemas que não lhes dizem respeito diretamente, sobretudo afastam-se daquelas que fazem algo diferente, ou seja, os outros.

Além das condições materiais e organizacionais, forças culturais também militam contra a prática da cooperação. Sennett (2012) acredita que um novo caráter está se formando na sociedade contemporânea, assentado na busca pela redução das ansiedades provocadas pelas diferenças, sejam de natureza política, racial, religiosa ou étnica. A expressão ‘todo mundo é basicamente igual’ traduz uma visão de mundo que visa à neutralidade e à homogeneização. O desejo de neutralizar a diferença desdobra-se no objetivo de evitar qualquer sobressalto, de sentir-se o menos estimulado por diferenças profundas. Conseqüentemente, um dos efeitos é o enfraquecimento das práticas de cooperação com aqueles que se mantêm Outros.

Sennett (2012) acredita que a habilidade de cooperar esteja enraizada no DNA humano. Suas amostras mais expressivas manifestam-se nas etapas iniciais da vida humana e, em grande medida, têm potencial para não desaparecerem na vida adulta. No entanto, ao invés de ser estimulada, essa habilidade é desencorajada pela sociedade contemporânea. Perdem-se, assim, as habilidades de cooperação necessárias para o funcionamento de uma sociedade complexa. Decorrem daí conseqüências sociais. As pessoas perdem a capacidade de lidar com as diferenças insuportáveis à medida que a desigualdade material isola, que o trabalho de curto prazo torna mais superficiais os vínculos e que a homogeneização cultural gera ansiedade em relação ao Outro. Para Sennett (2012, p. 44), esse comportamento é contraditório, mas representa “um novo tipo de caráter que surge na sociedade moderna, um eu a-cooperativo, despreparado para lidar com a complexidade e a diferença”.

Visando sustentar a tese de que as pessoas estão desabilitadas a lidarem com o Outro, Sennett (2012) recorre ao conceito de ‘hibernação’ postulado pelo cientista político Robert Putnam. Putnam (2007) argumenta que, na vida cotidiana, as pessoas são constantemente forçadas a lidarem com indivíduos que temem, de quem não gostam ou simplesmente que não entendem. Defrontando-se com esse desafio, as pessoas tendem a apresentar atitudes de hibernação. Na experiência da complexidade e da diferença, elas se tornam cada vez menos interativas e mais segregadas em suas tribos. Para Sennett (2012), o declínio da cooperação na modernidade resulta de processos de hibernação na relação de uns com os outros, ou seja, de uma condição em que o indivíduo ‘retira-se’ em face dos desafios que se apresentam à prática da cooperação assentada na diferença. Contudo, a hibernação não é irreversível. A cooperação pode ser resgatada, consertada e fortalecida.

Uma solução recorrente à erosão da cooperação na sociedade contemporânea é a

solidariedade. A solidariedade tem sido a resposta tradicional tanto da direita, na solução para os ‘desajustes’ do neoliberalismo e do estado de bem-estar social, quanto da esquerda, para os males da besta capitalista. No entanto, Sennett (2012) alerta que a solidariedade tem sido uma obsessão na política moderna, existindo perversão da cooperação em nome da solidariedade. A solidariedade não representa um problema em si mesma, mas o modo como ela é criada torna-se alvo de grandes controvérsias: se forjada de cima para baixo ou de baixo para cima.

A ação política forjada de cima para baixo assenta-se fundamentalmente na criação e na preservação de coalizões, o que significa ter que enfrentar problemas especiais na prática da cooperação. Nesse tipo de ação política, a coesão entre as pessoas não se faz necessária, gerando formas de solidariedade socialmente frágeis. Tomando como exemplo os sindicatos, Sennett (2012, p. 54) explica: “Os militantes de soluções de cima para baixo encaravam a cooperação como uma ferramenta, um meio para alcançar suas metas políticas; para consecução de objetivos políticos, é necessário impor disciplina nas trocas frente a frente”. A solidariedade expressa nas ações de cima para baixo dá ênfase à unidade e à necessidade de conclusões comuns.

A ação política criada de baixo para cima visa à coesão entre aqueles que discordam e, embora possa ser socialmente pujante, sua força política mostra-se, na maioria dos casos, débil e fragmentada. Na ação de baixo para cima, as práticas de cooperação são abertas às pessoas diferentes, dispostas a se envolver com elas. Há um privilégio nas trocas e nas reciprocidades que não carecem de conclusões comuns. “Os militantes locais atuando de baixo para cima preocupavam-se com os jogos de poder no interior de suas pequenas organizações: quem governa o grupo, quem é aceito ou excluído?” (Sennett, 2012, p. 54). A inclusão é o elemento central da solidariedade forjada de baixo para cima.

O desafio de promover a solidariedade na ação política de baixo para cima torna-se maior quando se trabalha com pessoas que não são cópias-carbono umas das outras. Sennett (2012) sustenta que, em vez de visar uma unidade utópica, é precioso valorizar relações sociais que não anulem as diferenças e que fortaleçam a interação e a solidariedade com os outros, diferentes do nós. A ação política forjada de cima para baixo pode ser o palco mais propício para o aparecimento das solidariedades destrutivas do nós contra eles, a partir do qual os indivíduos demonstram solidariedade com aqueles com os quais se parecem e agressão aos que são diferentes. O espírito do nós contra eles está fortemente enraizado na moderna paisagem política, que procura neutralizar as diferenças. O efeito cruzado dos desejos de forjar a solidariedade “é a brutal simplificação da vida social: nós-contra-eles associado a você-está-entregue-a-si-mesmo” (Sennett, 2012, p. 336).

A saída para Sennett (2012, p. 16) encontra-se na política da cooperação elevada e exigente que “tenta reunir pessoas de interesses diferentes ou conflitantes, que não se sentem bem em relação umas às outras, que são desiguais ou simplesmente não se entendem. O desafio consiste em reagir aos outros nos termos deles”.

Ao pensar na política da cooperação, Sennett (2012) apresenta para discussão duas perspectivas que negam a cooperação entre homens no estado natural: as religiões monoteístas, que postulam o homem como criatura falha, que destruiu o Éden, e a percepção de Thomas Hobbes, que percebe os homens como seres não cooperativos e praticantes de uma competição mortal. Para refutá-las, Sennett (2012, p. 158) resgata a etologia contemporânea para mostrar como animais sociais “alcançam um delicado equilíbrio entre a cooperação e a competição no trato recíproco. O equilíbrio é frágil porque o ambiente natural está constantemente mudando, mas ainda assim pode ser alcançado através das trocas”.

A cooperação certamente está inscrita nos genes humanos: “Todos os animais sociais colaboram porque na solidão a abelha, o lobo ou o ser humano não são capazes de garantir a própria sobrevivência. Precisam – precisamos – uns dos outros” (Sennett, 2012, p. 89). Da mesma forma, na contracorrente, a competição é um sentimento fortemente enraizado nos seres humanos. Como animais sociais, é preciso descobrir, pela experiência, o equilíbrio entre cooperação e competição. A busca por esse equilíbrio é a base que Sennett (2012) mobiliza em seu argumento. O autor sustenta que o equilíbrio entre competição e cooperação reside no espectro de trocas experimentadas nas ações cotidianas de dar e receber. As trocas englobam espectros que vão do altruísmo à crueldade. Sennett (2012) as organiza em cinco segmentos: trocas altruístas, que implicam autossacrifício; trocas ganhar-ganhar, nas quais ambas as partes beneficiam-se; trocas diferenciadas, em que as partes conscientizam-se de suas diferenças; soma zero, na qual uma das partes prevalece em detrimento da outra; tudo ao vencedor, implicando a anulação de uma das partes pela outra.

Para Sennett (2012), o equilíbrio entre cooperação e competição acontece mais facilmente nos espectros de trocas ganhar-ganhar, diferenciadas e soma zero. Nas trocas ganhar-ganhar, o equilíbrio entre cooperação e competição pode gerar benefícios recíprocos. A construção de uma casa exemplifica isso: todos participam do esforço e todos se beneficiam do resultado. Nas trocas de soma zero, enfatiza-se a competição, mas não se descarta completamente a cooperação. Esse tipo pode ser observado em jogos infantis, nos quais, embora uma das partes seja consagrada vencedora, ambas precisam cooperar na negociação e no cumprimento de regras para que a competição aconteça. Bem no centro do espectro encontram-se as trocas diferenciadas. Nessas experiências, as diferenças e as complexidades não requerem

ser categorizadas como melhores ou como inferiores. Ser diferente não precisa induzir uma comparação invejosa com o outro. As trocas diferenciadas podem moderar a competição e promover a cooperação. Elas podem acontecer simplesmente no contato físico, ou em uma discussão ou debate. Na organização das comunidades urbanas, é possível que grupos entrem em conflito para delimitar espaços, os quais que passam então a respeitar, devido a esse tipo de sociabilidade diferenciada. O foco recai sobre o interesse reflexivo mais do que sobre aquilo que sustenta a relação (Sennett, 2012).

Nas trocas diferenciadas, a cooperação elevada e exigente alcança sua plenitude. “A troca diferenciada é a província da dialógica” (Sennett, 2012, p. 102). A cooperação passa a ser entendida como uma experiência específica da diferença. Para desenvolver essa ideia, Sennett (2012) apoia-se na dialógica, palavra cunhada por Mikhail Bakhtin para nomear uma discussão que não se resolve ao encontrar uma base comum, que diz respeito a prestar atenção e a responder a outras pessoas, como forma de tecer diferenças. Segundo Sennett (2012), a habilidade da escuta cuidadosa produz duas formas de conversação: a dialética e a dialógica. A dialética representa o jogo verbal de opostos que deve gradualmente construir uma síntese, com o propósito de chegar eventualmente a um entendimento comum. “A proficiência na prática da dialética está na detecção do que poderia contribuir para esse terreno comum” (Sennett, 2012, p. 31).

A dialógica ocorre na discussão que não se resolve encontrando uma base comum. “Embora não se chegue a um acordo, nesse processo de troca as pessoas podem se conscientizar mais de seus próprios pontos de vista e ampliar a compreensão recíproca” (Sennett, 2012, p. 32). A conversação dialógica, na visão do autor, “prospera através da empatia, o sentimento de curiosidade sobre os outros e o que são realmente” (Sennett, 2012, p. 36). Sennett (2012, p. 45) emprega o termo diplomacia cotidiana como modo de pôr em prática a habilidade dialógica: “[...] arte de interagir com pessoas das quais discordamos, das quais talvez não gostemos ou que não entendemos; as técnicas nesse sentido têm a ver com práticas de *performance*”.

Reagindo a uma provocação feita por Michel de Montaigne, Sennett traz à tona a forma exigente de cooperação, a forma dialógica, por meio da metáfora, sintetizada na indagação de Michel de Montaigne: “Quando estou brincando com meu gato, como posso saber que ele não está brincando comigo?” (Sennett, 2012, p. 329). A metáfora reforça que “não podemos realmente conhecer a vida íntima dos outros” (Sennett, 2012, p. 329), entretanto, tal desafio não deve impedir o engajamento político de baixo para cima, com base na cooperação prática dialógica. Para Montaigne, o objetivo da dialógica “é examinar as coisas sob todos os aspectos para enxergar os muitos lados de qualquer questão ou prática, permitindo essa mudança de foco

que as pessoas se tornem mais calmas e objetivas em suas reações” (Sennett, 2012, p. 332).

A cooperação prática dialógica demanda a habilidade de compreender e responder uns aos outros, para agir juntos em uma troca na qual os participantes beneficiam-se do encontro, sem necessariamente encerrar a discussão. Cooperar é uma ação política erigida de baixo para cima, que exige habilidades sociais denominadas dialógicas para “ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e gestão da discordância ou evitar a frustração em uma discussão difícil” (Sennett, 2012, p. 17). A cooperação é desenvolvida em conjunto, acontece na prática e incorpora-se aos indivíduos através dessa prática, passando a fazer parte dos rituais. Sennett (2012) não acredita que a cooperação seja uma aptidão inata. Como uma habilidade dialógica, a cooperação precisa de repetição, práticas para se desenvolver, manter-se e perpetuar-se. O desenvolvimento das habilidades cooperativas constitui-se de três fases: hábito, questionamento do hábito, retomada do hábito.

A repetição é um elemento que Sennett (2009) discute fortemente em “O Artífice”. Repetir possibilita a autocrítica, permite (re)inventar a prática de dentro para fora. O trabalho do artífice ancora-se nos rituais que “à medida que uma pessoa desenvolve sua capacitação, muda o conteúdo daquilo que ela repete. O que parece óbvio: nos esportes, repetindo infindavelmente um saque de tênis, o jogador aprende a jogar a bola de maneiras diferentes” (Sennett, 2009, p. 49). Em “Juntos”, Sennett (2012, p. 158-159) discute a cooperação através da relação com os rituais, que são apresentados como “uma forma especial encontrada pelo animal social humano para organizar as trocas equilibradas, rituais por nós inventados, rituais impregnados de paixão quando se tornam *performances* habilidosas”.

Sennett (2012) argumenta que os rituais estabilizam o equilíbrio harmônico entre a cooperação e a competição. Eles lastreiam a formação de vínculos sociais que cumprem o papel de aliviar e resolver ansiedades inerentes às práticas da cooperação dialógica. No entanto, os rituais sócio-históricos, promotores da cooperação na sociedade, sofreram uma ‘virada’ na modernidade, em decorrência da industrialização, do desenvolvimento do capitalismo, da disseminação dos meios de comunicação e do surgimento de uma nova ética da sociabilidade, tornando frágil o equilíbrio entre cooperação e competição (Sennett, 2012).

Embora Sennett (2012) sustente que a modernidade tenha corroído a habilidade de cooperar, a cooperação não é um objeto hermético, impossível de ser recuperado uma vez danificado. A cooperação “precisa desenvolver-se e ser aprofundada. O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas, a cooperação tornasse um grande esforço” (Sennett, 2012, p. 9). Sennett (2012) reforça a necessidade do desenvolvimento de habilidades dialógicas diante do arranjo de sociedade que desabilita as

peessoas na condução da vida no dia a dia. Nas palavras do autor: “Temos mais canais entre as pessoas, graças às modernas formas de comunicação, mas menor compreensão sobre como nos comunicar bem” (Sennett, 2012, p. 10-11). No entanto, “a falta de entendimento recíproco não nos deve impedir de nos relacionar com os outros, queremos que algo seja feito em conjunto” (Sennett, 2012, p. 329).

Avançando, Sennett (2012) trata também da discussão dos ‘consertos sociais’, justificando que a cooperação é um comportamento social que precisa de reparação, uma vez que “suas origens – sejam genéticas ou no primordial desenvolvimento humano – são na verdade duradouras; admitem conserto” (Sennett, 2012, p. 265). Assim como o artesão conserta o objeto quebrado, a cooperação pode ser reconfigurada como prática da vida cotidiana. O conserto de que trata o autor, requer a percepção da transformação sofrida pela cooperação durante o processo histórico, não para voltar no tempo, mas para encontrar, na sociedade atual, as formas dessa restauração.

Confiante na capacidade dos homens de viverem juntos, Sennett (2012) argumenta que, embora reprimida e distorcida pelas brutais simplificações contemporâneas, a cooperação não foi por elas eliminada nem poderá ser. Sennett (2012, p. 336) conclui: “Como animais sociais, somos capazes de cooperar mais profundamente do que imagina a atual ordem social, pois trazemos em nós o simbólico e enigmático gato de Montaigne”.

Das inúmeras discussões que daí podem derivar, mantenho, por ora, o foco em análise: a cooperação. Por tal escolha, Sennett aqui me interessa. Antes de investir na discussão sobre os posicionamentos ontoepistemológicos, nos quais esta tese ancora-se, é preciso atentar às contribuições que os escritos de Sennett oferecem para tal discussão. A pertinência e a profundidade de suas obras causaram torções no presente trabalho. Para além do afastamento do domínio dos estudos organizacionais, Sennett apresenta questões que relacionam conceitos, políticas, éticas e práticas com observações que me afetaram durante a pesquisa. Seus escritos situam-me nos movimentos que o contexto de minha pesquisa põe em evidência, devido à apropriação de uma noção de cooperação prática dialógica.

Sennett não apresenta encaixe imediato ao domínio dos estudos organizacionais, mas seus escritos, por certo, são farol para compreensão do trabalho na contemporaneidade. De modo mais amplo, o desejo é que, com esse autor, abram-se outras leituras sobre o modo como a cooperação acontece. Os escritos de Sennett não são mobilizados com o almejo de sustentarem, em completude, a noção de cooperação que intento ‘apreender’ empiricamente no campo. A noção de cooperação prática dialógica de Sennett aqui não serve como modelo sistemático com conceitos e definições facilmente aplicáveis e testáveis empiricamente, mas

como luz à complexidade do fenômeno da cooperação. Os questionamentos que se circunscrevem à problemática da cooperação hegemônica, investigada nos estudos organizacionais, substituem, então, interrogações de outra ordem. Em contraste aos clássicos dos estudos organizacionais, Sennett (2009; 2012) fornece subsídios para pensar a cooperação para além do estado psicológico dos indivíduos que cooperam; para além da dimensão ética; para além das fronteiras das organizações formais; para além do gerenciamento da cooperação.

Avançando, é preciso resolver certa intangibilidade no engendramento processual da cooperação e da organização. Algumas questões são ainda pontos cegos: (i) de quais aportes teóricos/metodológicos dispor para compreender essa relação, sem reduzir uma à outra? (ii) sob quais condições de fato – isto é, no cenário investigado – a cooperação e a organização relacionam-se? Trata-se de (re)situar a cooperação no domínio dos estudos organizacionais. Nessa tese, experimento, portanto, a ideia de que a cooperação e a organização são fenômenos amalgamados, sem impor, *a priori*, relações de causa-efeito. Nesse sentido, exponho a teoria ator-rede como uma possibilidade de compreender o engendramento processual/relacional da cooperação e da organização.

1.3.2 Possibilidades Analíticas da Teoria Ator-Rede

A teoria ator-rede (TAR) ganhou destaque ao propor que humanos e não-humanos fossem vistos de forma analiticamente simétrica (Camillis & Antonello, 2016). Nos estudos das organizações, a TAR conquistou espaço pelo alastramento das abordagens processuais, por fornecer uma perspectiva que focaliza não somente o elemento humano ou social das organizações, mas também voltando-se, com igual atenção, às materialidades que constituem sua realidade (Alcadipani & Hassard, 2010; Alcadipani & Tureta, 2009; Cavalcanti & Alcadipani, 2013; Czarniawska & Hernes, 2005; Law, 1994).

Ontologicamente relativista, essa perspectiva entende que o mundo pode ser organizado de diferentes formas, ou seja, que nada existe *a priori*. As entidades (humanos e não humanos) existem em relação, pois, ao mesmo tempo que produzem as práticas, são produzidas por elas. Na área de estudos organizacionais, a organização não é vista como algo dado e natural, mas como constante produção. A organização produz as práticas e as práticas produzem a organização (Alcadipani & Tureta, 2009; Latour, 2012; Mol, 1999). Empiricamente realista, a teoria ator-rede argumenta que a realidade não precede as práticas, mas é moldada por elas,

requerendo, portanto, a realização de estudos empíricos que possibilitem analisar as práticas de uma rede de actantes³ (Alcadipani & Tureta, 2009; Mol, 1999).

Conforme Camillis e Antonello (2016), a maneira como as pesquisas têm utilizado os conceitos mais famosos e fundadores – tais como não humano, humano, rede, ator, translação, caixa-preta – muitos deles relacionados a um modo de compreender e trabalhar com essa teoria, vem sendo bastante criticada. Visando superar as críticas endereçadas à TAR, alguns autores realizaram certas ‘torções’ analíticas, atribuindo a determinados conceitos sentidos não necessariamente concebidos originalmente (Cavalcanti & Alcadipani, 2013).

Nesse momento de evolução da teoria, alguns conceitos foram abandonados, outros incluídos, transformados, reconsiderados e revistos. Esse desdobramento é conhecido como *actor-network theory and after* [teoria ator-rede e depois]. O movimento de reformulação da TAR, liderado por seus principais expoentes, aprofunda a discussão acerca da complexidade ontológica do social (Law, 1999), o caráter metodológico (Latour, 1999b) e sua dimensão política (Mol, 1999). Conforme destacam Alcadipani e Hassard (2010), o movimento da TAR e Depois resgata a discussão sobre a política, propondo o poder para análise, não como fato em si, mas como uma das possibilidades para explicar as relações.

Nessa perspectiva, a TAR é apresentada como uma semiótica da materialidade (Law, 1999). A TAR inspira-se no aspecto relacional da semiótica, que pressupõe que as entidades são produzidas nas relações, expandindo essa lógica para toda a materialidade, não somente à linguística. A teoria ator-rede procura descrever as relações material e discursivamente heterogêneas que produzem e (re)ordenam todos os tipos de atores, incluindo objetos, seres humanos, máquinas, animais, natureza, ideias, textos, organizações, desigualdades e arranjos geográficos, entre outros (Law, 1992; 2007).

Nas próximas quatro subseções, exponho elementos do repertório teórico/metodológico da teoria ator-rede que, imbricados, oferecem possibilidades analíticas interessantes para discutir o engendramento processual da cooperação e da organização.

1.3.2.1 Agência e Simetria

A sociologia das associações, terminologia acerca da natureza performativa da prática associativa, segundo Latour (2012), propõe compreender o social como uma prática que associa

³ A noção de actante é apropriada pela teoria ator-rede com base no domínio da semiótica, em que tal conceito representa todos aqueles que se relacionam – podendo ser humanos ou não humanos – os quais executam ou sofrem a ação e são sujeitos dentro de uma narrativa.

atores heterogêneos em uma rede. O social é a produção de múltiplos arranjos, que se estabilizam por determinados períodos, mas que carregam, em si, características de instabilidade e momentaneidade (Latour, 2012). O social pode ser entendido como uma “série de associações entre elementos heterogêneos” (Latour, 2012, p. 23). Portanto, para não substancializar a noção de social, a TAR dedica-se a seguir os atores⁴ – aqueles que agem e que, em ação, levam vários outros a agir, sejam eles humanos ou não (Latour, 2012).

Conforme a proposta da TAR, toda ação produz o social, pois não há ação social, no sentido da adjetivação que lhe confere o termo social, como se fosse um material do qual as coisas são feitas (Latour, 2012). O social não explica nada, é ele que deve ser explicado. Para Law (1992), nada é social em si mesmo, sendo o social aquilo que resulta das associações de atores que, portanto, o produzem. Desse modo, a ação é entendida de maneira plural, coletiva, híbrida, realizada por diversos actantes, sendo ela também actante. Latour (2012) sustenta que a sociedade é performada pela atividade social dos actantes, os quais se encontram em constante ação. O social é, nesse sentido, híbrido, isto é, enreda humanos e não humanos.

Para representar uma ideia mais ampla do que aquela de sociedade, Latour (2001) faz uso do termo coletivo, sustentando que associações heterogêneas entre humanos e não humanos são “um intercâmbio de propriedades humanas e não humanas no seio de uma corporação” (Latour, 2001, p. 222). Seria a trama ou a rede de conexões da qual se faz parte. Entretanto, utilizar o conceito de coletivo não significa desconsiderar os traços característicos dos diversos elementos que o integram. A rede, na TAR, é constituída pelas associações, mesmo que transitórias, de elementos heterogêneos e não possui vida própria, independente das relações (Latour, 2012). A rede constitui-se, portanto, de forma variada, de acordo com os arranjos de relações e de elementos que ocorrem. “Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação” (Latour, 2012, p. 189).

Para a TAR, como defende Latour (1997), um ator ou actante é um ser ou qualquer coisa que provê a fonte de uma ação. Por meio do princípio de simetria, generalizado aos não humanos, a TAR reconhece a capacidade de ação de humanos e de não humanos, ou seja, nessa abordagem, não se prioriza um ou outro, pois os dois agem de modo associado (Callon & Latour, 1981; Latour, 1994). O conceito de não humano é tratado dentro da noção de

⁴ A expressão ‘seguir os atores’ foi sugerida inicialmente por Latour (2000) como uma proposição metodológica: seguir os atores em campo significa que o pesquisador deve, no desenvolvimento de sua pesquisa, acompanhar cotidianamente os atores em suas relações e práticas.

materialidade explicitada pela teoria ator-rede, a qual entende que não há distinção *a priori* entre actantes humanos e não humanos (Law & Hassard, 1999).

A materialidade é central no ordenamento social e os materiais são vistos como efeitos do ordenamento. Os não humanos compõem o social através das relações, porém não são tratados como elementos simbólicos, usados a fim de expressar ou significar uma intenção. Mais do que apenas reconhecer a influência dos elementos não humanos nos fenômenos cotidianos, a TAR sugere um olhar simétrico, no qual não seja assumida qualquer primazia dos humanos em relação aos não humanos e vice-versa (Alcadipani & Tureta, 2009).

A noção de ator, que representa a fonte de uma ação (Latour, 1997), está vinculada à rede. Atores não são entidades fixas, mas possuem fluxos e movimentos na rede, o que não significa afirmar não terem estabilidade e continuidade, porém existe um caráter transitório em suas propriedades, conforme ocorre o arranjo da rede (Latour, 1997). A noção de ator-rede reside em atentar diretamente para a agência na TAR. A agência é propriedade de entidades associadas, considerando também a ação desempenhada pelos não humanos. Qualquer entidade possui potencial para agir. Uma agência invisível, que não faz diferença no meio em que se encontra, que não deixa rastro, não pode ser considerada uma agência (Latour, 2012).

Em vista a noção de agência da TAR, que não concentra sua atenção para explicar se a estrutura é determinada por ela, a teoria ator-rede empenha-se em compreender como a rede de relações estabelece os espaços micro e macro (Alcadipani & Tureta, 2009; Camillis, Bussular, & Antonello, 2016). A centralidade está em entender como micro e macro – que não são dados e não precedem as redes – são estabelecidos como efeito/resultado das redes de relações. Nesse sentido, “aspectos como cultura nacional, classes sociais, relações de gênero e relações de poder não podem ser apontados como explicações para aquilo que acontece no nível de análise micro, mas sim o que precisa ser explicado” (Alcadipani & Tureta, 2009, p. 653). A agência deriva dos arranjos de humanos e não humanos (Latour, 2012), sendo correto afirmar que qualquer entidade tem potencial de agência, podendo agir/afetar outra entidade.

1.3.2.2 A Rede

A teoria ator-rede propõe olhar as pessoas e a materialidade engendradas em redes de relações. Nessa visão, redes não representam estruturas, mas ‘rede de relações’, ‘ator-rede’, ‘rizoma’, ‘malha’, ‘trama’, ‘coreografia’ ou outro termo que represente um arranjo no qual os atores agem como mediadores das relações que se estabelecem entre atores heterogêneos, no qual tudo e todos estão engendrados em redes (Law & Singleton, 2013). As relações

intercruzam-se, sobrepõem-se, desfazem-se e voltam a ser refeitas. Há um fluxo nessas relações as quais, em determinados momentos, estabilizam-se, mas nunca perdem seu movimento.

Com a TAR, o social não se encerra em grupos com limites definidos. O social pode ser entendido como uma “série de associações entre atores heterogêneos” (Latour, 2012, p. 5), “um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas” (Latour, 2012, p. 100). Pela lógica da TAR, assume-se que os engendramentos coletivos são heterogêneos, que tanto os atores humanos quanto a materialidade só atingem suas características através das relações, das estabilizações e dos ordenamentos que acontecem pelas práticas (Law & Singleton, 2013). O social, as instituições, a economia, os diversos atores são efeitos gerados pelos arranjos da rede (Law, 1992). Law (2002) explica, segundo uma tradição da semiótica, que a significação dos termos (atores) depende diretamente de suas relações e, especificamente, das relações de diferença entre um termo (atores) e seus ‘vizinhos’.

Para Law e Singleton (2013), as relações provocam afetações, são constitutivas e performam os atores que se encontram na relação com outros. As relações estão em fluxo contínuo, portanto carregam consigo um *status* provisório. A associação transitória de um coletivo heterogêneo que age relaciona-se com outros atores e os influencia, justificando o vocábulo ‘rede’ utilizado na denominação da teoria. O ator e a rede devem ser considerados sempre em relação, pois o ator é efeito da rede, não existe fora dela, assim como a rede não existe sem o ator. “Uma vez que as entidades existem em redes de relações, os atores e as redes não podem ser concebidos de maneira separada” (Alcadipani & Tureta, 2009, p. 409).

Latour (1997) destaca três propriedades do conceito de rede: (i) pensar em termos de rede auxilia a compreender o coletivo por meio de suas associações e não por sua localidade geográfica, uma vez que as noções de longe e perto desaparecem; (ii) extinguem-se as diferenças entre níveis (macro e micro), pois o social deixa de ser entendido como algo estruturado em hierarquia ou camadas, sendo então entendido como conexões que acontecem no fluxo da rede; (iii) a noção de dentro e fora é substituída pelo conceito de associações e conexões, visto que a rede é fluxo, as limitações de dentro e fora perdem sentido.

Para Latour (1994, p. 8), a rede é o meio de transporte da TAR, “mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas”. As redes são constituídas de elementos heterogêneos conectados, conceituados pelos anfitriões da TAR como actantes (atores humanos e não humanos). Um ator ou actante pode ser qualquer coisa que provê a fonte de uma ação (Latour, 1997). Os actantes não são entidades fixas, possuem fluxo e movimentos na rede, o que não significa afirmar que os atores não possuem estabilidade e continuidade. Em

determinadas situações, existe um caráter transitório de suas características, dependendo do arranjo da rede. O actante representa “tudo aquilo que gera uma ação, que produz movimento e diferença [...] ele é o mediador, o articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associação com outros. Ele é o que ‘faz fazer’” (Lemos, 2013, p. 42).

1.3.2.3 Enactment

A inclusão do conceito de *enactment* é uma das ‘torções’ da teoria ator-rede, que envolve o conceito de translação. O conceito de translação, originado nos trabalhos de Serres (1974), é inserido nas discussões sobre a importância da noção de interesse social para os estudos sociais da ciência. Na tentativa de transformar vários interesses gerais em poucos ou em um único, uma série de translações se processam, nas quais diferentes reivindicações, substâncias e processos tornam-se equivalentes uns aos outros (Callon & Law, 1982).

Na translação, a ideia de processo é entendida como uma sequência de sucessivos estágios complexos, estruturados por distintas fases, abarcando uma complexidade que possui certa coerência temporal e de unidade. O processo tem estrutura, um formato genérico formal. A translação tem a ver com o processo de ordenamento ou estabilização de um conjunto de elementos que, de outro modo, iriam funcionar de maneira desagregada entre si. Callon (1986) explicitou que a translação é um processo antes de ser um resultado, porém, na realidade, eles nunca são tão distintos como quando colocados no papel. Segundo Alcadipani e Tureta (2009), a TAR, bem como sua noção de translação, foi bastante criticada por ser mecanicista, determinista e por não considerar as diferenças.

Para Camillis e Antonello (2016), a noção de translação trata do predominante e enfatiza a compreensão de como as redes de relações e os objetos tornam-se estáveis. A translação remete a atenção a uma realidade escolhida, suas lutas, seus sucessos e fracassos, jogando para baixo a multiplicação de seus ‘outros sombrios’. Preocupa-se com o que deu certo, como um efeito de práticas mais ou menos precárias, de relações contingentes e heterogêneas.

O movimento de revisão e de resposta dos principais autores da TAR a essas críticas ensejou a inserção do conceito de *enactment*. *Enactment* (aqui traduzido como enectar) refere-se ao processo que possui consequências produtivas, que faz realidades e sugere que atividades acontecem deixando os atores vagos. Os conceitos de multiplicidade e alteridade são essenciais para a compreensão do *enactment*, pois entende-se que a realidade é múltipla e, nessa multiplicidade, sempre haverá um Outro (Law, 2004; Mol, 2002).

A noção de *enactment* propõe olhar a alteridade de tudo o que é enactado, que sustenta o processo e fabrica o coletivo, trabalha com a multiplicidade e a fluidez, em que o processo tem primazia sobre as coisas. Se algo é real, esse algo é enactado (Mol, 2002). Não se pode, pois, falar de uma solidez reificada ou de um encerramento, como na translação. Se as coisas parecem sólidas, prévias, independentes, definidas e únicas é por que talvez estejam sendo enactadas, e (re)enactadas nas práticas que são contínuas e múltiplas (Law, 2004).

O conceito do *enactment* aproxima-se daquele de *performance*, por referir-se à formação crônica das relações em um processo contínuo de produção e reprodução (Law, 2004). O termo *performance*, contudo, possui uma longa trajetória na literatura das ciências sociais, de modo que, para evitar ressonâncias com outros entendimentos atribuídos ao termo, Mol (2002) optou pela utilização do verbo enactar (*enact*), à época, um termo menos frequente nas agendas de pesquisa. Como entende Law (1999), as entidades alcançam suas formas, seus atributos a partir das relações nas quais se encontram, isto é, são performadas nas relações e através delas, sendo que tudo passa a ser incerto e reversível. Apesar desse atributo, a performatividade pode – em alguns momentos – provocar fixidez e durabilidade (Law, 1999), ainda que passíveis de eventuais mudanças e distúrbios.

O *enactment* descreve as diferentes realidades que coexistem, colidem, colaboram e interferem umas com as outras, que relatam as práticas as quais enactam objetos múltiplos que sustentam o processo. Enactar é, portanto, participar da contínua prática de artesanato. O enactar e a prática são contínuos fluxos e as realidades dependem desse contínuo artesanato – uma combinação de pessoas, técnicas, textos, arranjos, fenômenos naturais, que são todos também enactados (Law, 2004). Law e Singleton (2013) explicitam que diferentes práticas são enactadas de maneiras diversas e, sendo assim, diferentes objetos são enactados nessas distintas práticas. Woolgar e Lezaun (2013) expõem que os vários modos de *enactment* levam à multiplicidade de objetos constituídos em diversas configurações sociomateriais, as quais são igualmente e distintivamente reais.

O *enactment* coloca a atenção no processo, no fluxo, como aquilo para onde o pesquisador irá direcionar seu foco ao realizar suas descrições, sabendo que existirão sempre áreas de sombra (Camillis & Antonello, 2016). Abandona-se a definição exata, *a priori*, do que será destacado – os actantes e a ação – tudo e todos são relevantes, mesmo que, em alguns momentos, algo possa prevalecer. A noção de *enact* propõe olhar para as terras sombrias de alteridade de tudo o que é enactado, que sustenta o processo e forma o coletivo. Se algo existe, é enactado, é porque um Outro (alteridade) também é enactado. Como explicam Law e Lien

(2013), um implica o outro; um é, o outro não; todos são... todos participam do processo. Não é o fracasso da translação, mas a multiplicidade do objeto enactado.

1.3.2.4 Ontologia Política

Acerca das críticas voltadas especificamente ao suposto caráter neutro, apolítico da TAR (Amsterdamska, 1990; Lee & Brown, 1994; Walsham, 1997; Whittle & Spicer, 2008), Law (1991) argumenta que aceitar o relativismo epistemológico não implica aceitar o relativismo político em si. Para o mesmo autor, as consequências do organizar devem ser entendidas em termos das inclusões e exclusões que são criadas, bem como de seus efeitos. A noção política da TAR trata das distribuições hierárquicas, ou seja, de como ordens específicas geram inclusões e exclusões específicas, que são realizadas de forma heterogênea. Essas assimetrias são criadas no processo de constituição das redes, das associações, no qual um ator ou atores podem ocupar um ponto central, possibilitando desequilíbrios e a explicitação das relações políticas e de poder ao longo da rede (Law, 1999).

Segundo Mol (2002), analisar as conexões e as relações permite compreender como atores heterogêneos são performados, nesse processo de ser e tornar-se, por meio de práticas heterogêneas, nas quais assume-se que as entidades não são naturalizadas ou existem de modo autônomo, independente das relações que as produzem. A ideia de desnaturalização das realidades múltiplas aliada à política pode ser identificada no trabalho de Mol (1999), quando ela explica o termo ontologia política.

A ontologia política refere-se ao modo como o mundo está implicado na política e como a política está implicada no mundo (Mol, 1999). A junção dos termos ontologia e política sugere que as condições de possibilidade não são dadas, elas são performadas, contestadas e enactadas durante sua fabricação. A política representa o processo ativo de fabricação das realidades, sendo, ao mesmo tempo, aberto e passível de ser contestado (Mol, 1999). Como conceito, a ontologia política sustenta que as realidades não são destinos, que as coisas podem acontecer de outra forma, que diz respeito às controvérsias que perpassam a existência (Alcadipani & Hassard, 2010).

Diferente do pensamento latouriano – que prioriza a existência de controvérsia acerca de entidades que se convertem em questões de interesse e procura acompanhar o destino dos objetos até o encerramento da controvérsia –, consoante o conceito de ontologia política, as diferenças podem conviver sem que isso implique, necessariamente, a existência de um fato

controverso à espera de seu fechamento (Souza, 2015). As diferentes versões de um fenômeno não são necessariamente controversas, elas estabelecem relações distintas entre si, coexistem.

Na teoria ator-rede, especialmente na TAR e Depois, a realidade é compreendida como múltipla. A realidade é feita em muitos contextos locais, ela é múltipla, tolera finais abertos, encara dilemas trágicos e vive em tensão (Mol, 2002). Assume-se que a existência das entidades é efeito das relações que estão sendo recorrentemente enactadas. Fala-se em realidade que são feitas, coproduzidas pelos atores em suas relações, sendo localizadas histórica, cultural e materialmente (Mol, 1999).

As discussões de cunho mais crítico, que não assumem um repertório predefinido de como as coisas são ou de como deveriam funcionar, possibilitam que os estudos organizacionais lancem olhares para como estão acontecendo, como tornam-se seus objetos de estudo nas mais diversas relações, atravessamentos, diferenças e alteridades, em concordância com os elementos de desnaturalização, reflexividade e intenção não performativa (eficiência e eficácia) dos estudos críticos em Administração (Alcadipani & Hassard, 2010; Law & Hassard, 1999). Por essa compreensão ontológica, as realidades sofrem intervenções – não pontuais, mas múltiplas e contínuas – sendo, pois, constantemente performadas.

Antes de inferir as condições de possibilidade analítica, nas redes agroalimentares alternativas, preocupo-me em como tratar a perspectiva processual/relacional, que a teoria ator-rede traz consigo, o que dá luz à discussão sobre o encontro entre cooperação e organização. Através da TAR, obtém-se outra leitura sobre o modo como a organização é fabricada. Da aproximação entre a teoria ator-rede e os processos organizativos, surge novo campo de investimento: compreender as organizações como elas acontecem (Schatzki, 2006); como verbo e não substantivo (Cooper & Law, 1995); como resultado ou produto final e não como ponto de partida (Czarniawska, 2004) – para compreender como ocorrem a produção da organização (Cooper & Burrell, 1988), o efeito gerado pelos engendramentos coletivos heterogêneos, tanto de atores humanos quanto não humanos (Latour, 2012), que atingem suas características através de relações, estabilizações e ordenamentos que acontecem pelas práticas (Law & Singleton, 2013).

1.3.3 Organizar e Cooperar: Encontrando as Perspectivas Processualmente

As teorias sobre cooperação carregam consigo certa analítica da organização, que hierarquiza a cooperação como um fenômeno organizacional, que acontece, geralmente de forma racional e gerenciável, dentro das fronteiras bem definidas da organização. Isto por se

fechar ou, ao menos, intentar se fechar em uma noção de organização tradicionalmente entendida como um sistema social limitado, com estruturas e objetivos específicos, que atua de modo mais ou menos racional e coerente (Cooper & Burrell, 1988). Essa definição assume que conceitos como organização, objetivo, cultura, ambiente, estratégia, ciclo de vida, dentre outros, são objetos teoricamente legitimados da análise organizacional (Chia, 1996). Tal concepção encontra abrigo na predisposição acadêmica dominante do *management* para que a noção de organização seja naturalizada e reificada como neutra, natural e não problemática. Não se trata de desqualificar essa abordagem. Trata-se de parar e refletir: (i) que noção de organização constitui a possibilidade de análise da cooperação à luz da teoria ator-rede? (ii) qual noção de organização engendra-se no encontro processual com a cooperação?

As pesquisas e as teorias inspiradas na visão moderna sobre as organizações guardam um compromisso com uma postura ontológica do ser (*being ontology*), que assenta-se em uma concepção de realidade que existe objetivamente *a priori*, independentemente da observação, como mundos estáticos, discretos e identificáveis (Chia, 1996). Os metateóricos modernistas postulam uma ontologia que privilegia o pensamento em termos de estados discretos de fenômenos, atributos estáticos e eventos sequenciais (Chia, 1995). O problema organizacional é, portanto, gerir uma série de dependências funcionais com o intuito de atingir os resultados pretendidos, aparentemente bem determinados, por meio de planos mais ou menos bem definidos (Cooper & Law, 1995).

A disposição para lidar com resultados ou estados organizados e não com os processos sociais complexos, que geram esses resultados ou efeitos (Cooper & Law, 1995), é o fulcro da crítica básica aos modernos estudos sociológicos da organização (Duarte & Alcadipani, 2016). As críticas em relação à tradição moderna prepararam o terreno para a teorização organizacional do discurso pós-moderno. Como exposto por Cooper (1989), as teorias tradicionais, no campo da administração, fundamentam-se predominantemente em uma imposição epistemológica que atribui um significado possível à organização diante da infinidade de significados que a organização real – como instância da vida –, de fato, possui. Essas teorias compactuam com um ideal de duração, de estabilidade, de essência, abandonando a pluralidade, o devir, a transformação, a ambiguidade como princípios ontológicos (Silva & Toledo, 2016).

O pensamento moderno na teoria organizacional é, portanto, fortemente marcado pela supervalorização da noção de organização como um ente autônomo – uma extensão do sujeito consciente de si – que se sustenta por uma racionalidade autônoma, capaz de interpretar, decidir, julgar, avaliar e dirigir (Silva & Toledo, 2016). Na visão pós-moderna, a organização se estabelece sobre o caos, sobre a permanente transformação, sobre o eterno devir, constituindo-

se em um estado de fenômenos que está submetido ao devir. Ontologicamente, a organização não é uma unidade estável, mas uma contínua luta entre tentativas de estabilidade e instabilidade, uma eterna luta entre limite e transgressão (Silva & Toledo, 2016).

A abordagem pós-moderna, nos estudos organizacionais, foi desenvolvida através do compromisso com uma postura ontológica do ‘tornar-se’ (*becoming ontology*) (Chia, 1996). Desde a introdução dessas ideias no campo dos estudos organizacionais, as noções das metanarrativas organizacionais foram tensionadas a abandonar a concepção de organização como uma entidade fixa, sólida, com fronteiras bem delimitadas, com racionalidade e objetivos claros (Duarte & Alcadipani, 2016). Essas abordagens possibilitaram o surgimento de novas formas para explorar a análise organizacional, através de uma perspectiva processual e reflexiva, voltada para “a produção da organização e não para a organização da produção” (Cooper & Burrell, 1988, p. 106, tradução livre).

Cooper (1976), em seu texto “Open Field”, pioneiro no pensamento pós-moderno nos estudos organizacionais, desafia as proposições amplamente aceitas a respeito do fenômeno organizacional, defendendo a necessidade de se pensar a ação humana e o exercício do pensamento em termos difusos e processuais, propondo a epistemologia do processo como a base para o desenvolvimento da ação expressiva e criativa. Por conseguinte, Cooper e Law (1995) trabalham a noção da sociologia do ‘tornar-se’, na qual as entidades estáticas e assumidas sem contestação pela sociologia do ‘ser’ passam a ser vistas como efeitos de processos sociais complexos. A postura pós-moderna pressupõe uma visão de organizações fluidas e sem fronteiras rígidas, com partes ou funções mais ou menos discretas.

Sob a perspectiva pós-moderna, enxerga-se o mundo em termos de movimentos relacionais, na emergência e no ‘tornar-se’, em que as características efêmeras e transitórias do real são acentuadas. O real deixa de ser estático e assume postulado relacional, pois é formado por interações relacionais emergentes (Chia, 1996), que estão em fluxo, transformando as condições de possibilidade do mundo. Law (1992) refere que tudo aquilo que se tem são ações, relações e orquestrações locais de relacionamentos. As organizações são entendidas como uma ação, um verbo, um efeito temporário. Elas passam a ser compreendidas como processos ou práticas de organização (*organizing*⁵).

Cooper e Law (1995) apresentam um entendimento de organizar que considera as organizações como um constante curso de ações, um contínuo resultado de processos precários e parciais. Como fenômeno heterogêneo emergente, a organização existe somente como

⁵ Considerando que na língua inglesa a terminação “ing” promove a ideia de algo em movimento, na ação, a palavra *organizing* é, por vezes, traduzida nesse estudo como ‘processos organizativos’.

resultado contínuo do organizar ou *organizing*, entendido como ordenamentos locais de processos de organizar que coletivamente formam a realidade social.

Na perspectiva discutida por Law (1992), organizar é um ato ontológico, emergente e precário, para apresentar um mundo ordenado. Nesse contexto, a análise organizacional pós-moderna volta-se para processos organizativos realizados por meio da orquestração de ações, de relações, de relacionamentos interligados, gerando divisões, espaços, enquadramentos, arranjos de hierarquias, topo, margens, inclusões, exclusões (Chia, 1996; Law, 1992). Organizar é, portanto, considerar as organizações como realizações que estão sempre no curso de ações e que são resultados de processos coletivos, precários e parciais (Law & Cooper, 1995).

A organização é um processo de tensão que vai se desdobrando entre a ordem e a desordem, que pluraliza e conecta artefatos e sujeitos, humanos e elementos não humanos. A organização não é dirigida pela intenção (de gerenciamento), mas está sempre em tensão (Law & Cooper, 1995). É um processo de conectar o que, de outra forma, estaria separado. O processo organizativo é a dobra, onde a ordem e a desordem encontram-se no transgredir das fronteiras entre o velho e o novo, entre o estável e o instável (Clegg, Kornberger, & Rhodes, 2005).

A teoria ator-rede constitui uma das vertentes dos estudos organizacionais que sustentam a ideia dos processos organizativos em suas dimensões processual e relacional. Ao considerar que o mundo pode ser organizado de diferentes formas e de modo empiricamente realista (Lee & Hassard, 1999), a TAR, por ser ontologicamente relativista, vem sendo utilizada como uma alternativa para investigar os processos organizativos (Tureta & Alcadipani, 2009). Considerada uma abordagem empírica do pós-estruturalismo e fundamentada em estudos empíricos (Law, 2007), a TAR sustenta que as entidades são constituídas e adquirem seus atributos através da rede de relações que estabelecem umas com as outras, existindo somente por meio dessas relações (Law, 1999).

Nessa perspectiva, o real assume um postulado relacional, pois é formado por interações relacionais emergentes (Chia, 1996), que estão em fluxo e transformando as condições de possibilidades do mundo. Os sujeitos e a materialidade ganham seus atributos nas relações e os processos de organizar (re)enactam essas entidades sociais em sua existência, não *a priori*, mas na relação da diferença. O social é constituído por um tipo de ordenamento momentâneo, caracterizado pela associação de elementos materialmente heterogêneos, humanos e não humanos (Latour, 2012).

Com embasamento no repertório teórico/metodológico da teoria ator-rede, advém o engendramento do fenômeno da cooperação e da organização. Inspiro-me na teoria ator-rede

para discutir e refletir acerca de como a cooperação é performada nos processos organizativos, nas redes agroalimentares alternativas. A relação entre a temática da cooperação e a área de administração estabelece aproximação com a noção de *organizing*. Tendo como interesse contribuir para uma forma diferenciada de analisar a cooperação, a noção de *organizing* possibilita a compreensão das organizações como um processo de organizar, que se constitui como algo em constante estado de (re)constituição. Compreender a cooperação, como proponho nesta tese, seguindo os pressupostos da teoria ator-rede, sustenta a cooperação performada na relação com os modos de organizar, sob uma perspectiva aberta para ampliar a reflexão sobre os processos de cooperação e outras formas de organizar.

A cooperação pode ser considerada um fenômeno controverso e complexo, no qual o humano (indivíduo que coopera) encontra-se fortemente imbricado com outros atores, como elementos naturais, geográficos, tecnológicos, políticos e tantos mais. Diante dessa complexidade, a teoria ator-rede, como sociologia relacional e orientada para a ideia de processo e de práticas, que trata os actantes, as organizações e os materiais como efeitos relacionais (Law, 1992), constitui uma inspiração teórico-metodológica interessante para discutir o engendramento da cooperação com a organização. Ancoro esta tese na noção teórica do *organizing*, que propõe uma noção de organização que não é fixa, não é estruturada, mas fluida, dinâmica e relacional, e inspiro-me na epistemologia pós-estruturalista, para alcançar a compreensão das organizações.

A teoria ator-rede pretende ‘reagregar o social’ (Latour, 2012), apresentando novamente para análise sociológica elementos que foram sistematicamente excluídos. A TAR propõe que os objetos, as tecnologias, o mundo natural, ou seja, aquilo que não é humano, seja compreendido relacionalmente com os demais atores sociais. Por conseguinte, pode-se dizer que a cooperação é continuamente performada nos processos organizativos que constituem a rede heterogênea de atores – humanos e não humanos – mais ou menos conectados ou articulados. Desse entendimento resulta uma série de consequências analíticas. Sobre essas condições de possibilidade de pesquisas, discuto na sequência.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS, LOCALIDADES, PESQUISADOR E PESQUISA: AS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS COMO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

“Ninguém luta contra forças que não entende;
ninguém transforma o que não conhece.”

Paulo Freire

No prelúdio, relatei os caminhos que percorri até o ‘descobrimento’ do campo de investigação. Se a tessitura das relações sociais entre pesquisador e campo de investigação apresenta-se como elemento fundamental na prática científica, faz-se necessário situar minha problemática, qual seja, o encontro com o campo de investigação e os principais conceitos que informam a análise das redes agroalimentares alternativas. Para ancorar a escolha da noção de redes agroalimentares alternativas como definição do campo empírico, lanço, inicialmente, luzes sobre o sistema agroalimentar e seus desdobramentos conceituais.

O debate sobre o sistema agroalimentar tem sido marcado, ao longo do tempo, por notórias controvérsias científicas e políticas. Embora a extensa trajetória de estudos, “não é exagero afirmar que a questão alimentar voltou a ser um dos principais dilemas das sociedades (pós) modernas” (Niederle & Wesz, 2018, p. 13). Na contemporaneidade, a ‘questão alimentar’ é, entretanto, contraditória frente aos avanços das políticas de modernização da agricultura, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com aumento da produção de grãos. Notícias recorrentes sobre o ‘sucesso’ do agronegócio brasileiro – “Produção agrícola no país bate recorde e atinge R\$ 343,5 bilhões em 2018, diz IBGE”⁶ – contrastam indicadores sociais alarmantes – “Fome volta a crescer no Brasil e na América Latina e Caribe”⁷. Ao que parece, a estratégia modernizadora da Revolução Verde não apenas falhou em seu propósito de acabar com a fome, como também acentuou as desigualdades no acesso a alimentos e disseminou novos padrões alimentares – baseados em carboidratos, proteína animal e açúcares – cujos efeitos matam mais que escassez (Niederle & Wesz, 2018).

⁶ Ver notícia “Produção agrícola no país bate recorde e atinge R\$ 343,5 bilhões em 2018, diz IBGE”. Recuperado em 15 de julho, 2019, de <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/09/05/producao-agricola-no-pais-bate-recorde-e-atinge-r-3435-bilhoes-em-2018-diz-ibge.ghtml>

⁷ Ver notícia “Fome volta a crescer no Brasil e na América Latina e Caribe”. Recuperado em 15 de julho, 2019, de <https://oglobo.globo.com/sociedade/fome-volta-crescer-no-brasil-na-america-latina-caribe-23217530>

Esse tipo de contradição tem pautado discussões sobre a organização dos mercados agroalimentares, nas últimas décadas. Poucas são as respostas e os entendimentos com relação às soluções, porém se sabe que essa crise não é unicamente alimentar, mas igualmente financeira, energética e ambiental. Niederle e Wesz (2018) mostram que, pela primeira vez na história da humanidade, alimentos também se convertem em matérias-primas, combustíveis e ativos financeiros altamente valorizados. Em decorrência dos chamados ‘4F Crops’ (*food, feed, fiber, fuel*)⁸, a agricultura tem cada vez mais deixado de ser atribuição exclusiva dos agricultores. Ganham espaço, nesse cenário, corporações transnacionais, fundos de pensão, bancos, investidores e tantos outros interessados na valorização expropriada pela volatilização dos preços dos ativos agrícolas nas bolsas de valores.

A globalização no sistema agroalimentar deriva de agências que visam promover novas interligações entre os principais atores (agricultores, consumidores, comerciantes e outros); homogeneizar usos e formas de conhecimento; estabelecer novos tipos de mercadorias nos mercados de massa (Murdoch et al., 2000). Em muitos aspectos, a globalização do sistema agroalimentar segue o mesmo caminho que outros setores econômicos, em consequência, as cadeias produtivas são cada vez mais compostas por longas distâncias e por alguns poucos atores econômicos em larga escala, geralmente empresas transnacionais (Dicken, 1998). Entretanto, em outros aspectos importantes, o desenvolvimento do sistema alimentar segue seu próprio curso (Goodman & Watts, 1997).

No cenário brasileiro, um dos temas centrais na discussão é a histórica dependência do modelo agroindustrial influenciado pela produção de *commodities* para exportação. Há quem acredite e defenda a suposta vocação agroexportadora do país (Contini, 2014). No extremo oposto, há quem considere a questão postulando um processo de (re)primarização da economia agrícola brasileira (Cano, 2012; Oreiro & Feijó, 2010). As diferentes leituras sobre o sistema agroalimentar na contemporaneidade ancoram-se, em geral, em visões dualistas, que opõem dinâmicas locais e globais. Como explica Hinrichs (2003), local é geralmente entendido por um conjunto de atributos éticos, ecológicos e estéticos, positivados em uma economia moral; global é o espaço de domínio das grandes corporações transnacionais, de modelos industriais, de consumo e degradação de recursos e de *commodities* deslocalizadas em uma economia de mercado. Como destacam Niederle e Wesz (2018), as análises do sistema agroalimentar

⁸ ‘4F Crops’ é um termo empregado pela literatura anglo-saxã para representar os diferentes setores – alimentos, alimentos para animais, fibras e combustíveis – que competem pela terra. O principal objetivo do ‘4F Crops’ visa pesquisar todos os parâmetros que desempenham papel importante nos sistemas de cultivo não alimentar bem-sucedidos na agricultura, juntamente com os sistemas de cultivo de alimentos existentes.

mantiveram-se reféns da mesma lógica dualista que opõe: local/global, ator/estrutura, mercados convencionais/mercados alternativos. Nos estudos agrários críticos, esse dualismo se traduz em duas abordagens: regimes alimentares e estilos de agricultura.

A abordagem dos regimes alimentares é herdeira da economia política marxista, amparada em conceitos da teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 1974) e da escola francesa da regulamentação (Harvey, 2004). Ela foi desenvolvida inicialmente por Friedmann e McMichael (1989, p. 93, tradução livre) para analisar “o papel da agricultura no desenvolvimento da economia mundial capitalista, e a trajetória do *State system*”. No entanto, tornou-se especialmente atrativa desde os anos 2000, por conjugar esforços de pesquisa sobre as forças estruturantes do sistema agroalimentar globalizante, com capacidade analítica para definir os processos sociais agrários, emergentes: transnacionalização, supermercadização, financeirização, estrangeirização da terra, dentre outros (Niederle & Wesz, 2018).

Nessa perspectiva, identificam-se três grandes períodos históricos de estabilidade dos mecanismos de acumulação-regulação capitalista na agricultura (McMichael, 2016). O primeiro (1870-1920), denominado imperial-colonial, é marcado pela transformação dos países periféricos em exportadores de matérias-primas e alimentos para sustentar a classe industrial europeia. O segundo (1940-1970) caracteriza-se pela formação de um novo padrão mercantil-industrial de acumulação-regulamentação, sob controle dos Estados Nacionais, fundado nas práticas disseminadas pela Revolução Verde. O terceiro (1980 –) gera controvérsias quanto à sua existência e periodização. Friedmann (2005) sustenta que é uma (re)configuração ainda sem contornos definidos, em virtude da capacidade de resiliência do segundo regime para contornar crises. McMichael (2005) entende, porém, que os processos que ocorreram para o estabelecimento da hegemonia corporativa, sustentada por finanças internacionais e regras multilaterais, os quais colocaram os mercados acima do Estado, já delimitariam a emergência de um regime alimentar corporativo-neoliberal.

A disseminação da abordagem dos regimes alimentares ocorreu não isenta de críticas. A sobrevalorização das rupturas em detrimento das transições, a carência de evidências empíricas e o excessivo ocidentalismo da periodização dos regimes são as principais críticas endereçadas à abordagem (Niederle, 2018; Wilkinson & Goodman, 2017). Ao se amparar no marxismo estruturalista, a abordagem dos regimes alimentares apresentou ampla capacidade de generalização, entretanto ao custo de perder de foco a heterogeneidade da agricultura. O quadro homogeneizante dos regimes e das estratégias hegemônicas fracassa em reconhecer a diversidade das trajetórias agrárias e a variedade da paisagem institucional existentes desde a segunda metade do século XX (Wilkinson & Goodman, 2017).

A abordagem dos estilos de agricultura expressa a síntese construcionista que a sociologia formulou em torno do ‘problema da agência’ e ancora-se, principalmente, na teoria da estruturação de Giddens (1989). A proposta analítica dos estilos de agricultura é um dos desdobramentos da abordagem da perspectiva orientada aos atores (Long, 2001), desenvolvida em diálogo com as teorias neomarxistas sobre produção simples de mercadorias. Ao invés de focalizar as contradições estruturais do sistema, ela captura a heterogeneidade da organização das unidades de produção agrícola, bem como os espaços de manobra que os agricultores encontram para criar estratégias mais autônomas de produção e trabalho, a fim de resistir às pressões estruturais exercidas pelo mercado (Long & Ploeg, 1994).

Niederle e Wesz (2018) sustentam que o conceito dos estilos de agricultura foi mobilizado de modos variados ao longo do tempo. Entre os diferentes empregos, nota-se o afastamento da teoria da estruturação em direção às novas sociologias relacionais, sobretudo àquelas alicerçadas nos conceitos de redes (Murdoch, 2000). O mesmo autor entende que estudos produzidos desde os anos 2000 corroboram a aproximação da perspectiva orientada aos atores com a teoria ator-rede (Callon & Latour, 1981) e, a partir disso, com um conjunto mais amplo de abordagens sobre transições sociotécnicas (Charão-Marques, 2011; Hebinck, 2001). Das inúmeras discussões que daí podem derivar, esse movimento teórico representa o rompimento por completo do dualismo ator-estrutura. Com o amparo da teoria ator-rede, não faz mais sentido falar em estrutura se essa não for a própria rede conformada pelos actantes⁹. Noções estruturantes, como a de mercado, dão lugar a noções de arranjos heterogêneos de atores e artefatos (Callon, 2004).

No cerne de seu triunfo epistemológico, pela capacidade analítica de abarcar as heterogeneidades, a abordagem dos estilos de agricultura é presa à sua principal crítica: o localismo (Goodman, 2004). Tal crítica porta consigo o instigante olhar aos processos globalizantes, ao passo que ganham força as novas dinâmicas de transnacionalização dos mercados, as quais, sobretudo para os autores neomarxistas, demandam um novo olhar para os processos mais estruturantes do capitalismo agrário (Edelman & Borrás, 2016).

Ao se aproximar da pluralidade das práticas produtivas, conectadas a diferentes repertórios culturais e arranjos sociotécnicos – inclusive dialogando mais com a teoria ator-rede – a abordagem dos estilos de agricultura consegue agir para “conquistar e controlar cada vez

⁹ O actante na semiótica representa todos aqueles que se relacionam – podendo ser humanos ou não humanos – que executam ou sofrem a ação, e que são sujeitos dentro de uma narrativa. A teoria ator-rede, ao postular a simetria generalizada entre humanos e não humanos, entrega a noção de actante para representar um ser ou qualquer coisa que provê a fonte de uma ação (Latour, 1997).

mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global” (Ploeg, 2008, p. 20-21). Falta-lhe, todavia, extrapolar o conhecimento acumulado sobre os estilos localmente situados em prol de uma explicação mais ampla sobre a organização dos sistemas agroalimentares. Com a retomada da dinamicidade dos mercados globais de *commodities* nos anos 2000, prevalecem, na literatura, as análises embasadas na estrutura unificada de controle, a nova ‘superestrutura dos mercados globalizantes’ contra os movimentos localizados de ‘resistência camponesa’, incluindo as redes alimentares alternativas (Ploeg, 2008).

Ploeg (2008), autor até então norteado pela ancoragem dos estilos de agricultura, foi buscar em Hardt e Negri (2000) a noção de império para explicar as tendências mais abrangentes do capitalismo agrário. Essa mudança – do localismo dos estilos de agricultura para o globalismo da noção de impérios – ampara as reinterpretações sobre os efeitos da globalização, assim como expressa uma réplica às críticas sobre o localismo. Ploeg (2008, p. 279) define império como “um conjunto complexo, multifacetado e em expansão cada vez mais monopolista de ligações (isto é, uma rede coercitiva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica”. Na visão do mesmo autor, frente ao crescente controle dos impérios alimentares, a condição camponesa consiste em um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil, em que os camponeses têm de agir, e suas respostas ativamente construídas, as quais visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas. Esses mecanismos de resiliência, que Ploeg (2008) chama de recampanização, são significativamente dependentes da constituição de nichos técnicos e organizacionais.

Ainda que os estudos enraizados nos fundamentos das abordagens dos regimes alimentares e dos estilos de agricultura tenham procurado afastar-se do dualismo localismo *versus* globalismo, os pressupostos centrais de ambas amparam uma lógica dualista que opõe, em um extremo, o regime coeso, unitário, atuando globalmente da mesma maneira, conformando um verdadeiro sistema-mundo ou um império, e, em outro, as várias alternativas periféricas e localizadas, estilos diferenciados de agricultura que configurariam múltiplos e erráticos nichos. Justamente em virtude desse entendimento, nos últimos anos ganhou espaço uma via profícua, formulada a partir da aproximação de ambas as abordagens com a perspectiva multinível dos estudos de transição sociotécnica (Charão-Marques, Ploeg, & Dal-Soglio, 2012). Uma das principais contribuições foi o desenvolvimento de três níveis heurísticos, que integram os conceitos de paisagem, regime e nicho.

Regime é o nível dos padrões dominantes e estáveis de relações de produção. Segundo Milone (2009) e Moors, Rip e Wiskerke (2004), no regime dominante, as modificações na

forma de produzir são apenas incrementais e destinadas a manter o estado das coisas, a lógica e a gramática do regime, a partir de inovações tecnológicas exclusivamente produzidas por instituições que fazem parte do paradigma da modernização. Nos nichos, a contribuição da produção de novidades apresenta caráter radical, uma vez que descobertas, criações, inovações e novas maneiras de fazer, elaboradas pelos agricultores, querem romper com as regras e trajetórias tecnológicas dominantes e tensionar o regime dominante (Ploeg et al., 2004). Tanto o regime quanto os nichos podem ser profundamente impactados pela paisagem, nível formado pela infraestrutura material, pelas condições políticas, pelos valores sociais, pelas visões de mundo, pela macroeconomia, pelo ambiente natural, entre outros (Charão-Marques, 2009).

A aproximação com a perspectiva multinível também recebe críticas pelo aspecto diacrônico da interpretação construída pela ideia de regime, privilegiando os momentos de rupturas históricas (crises), os quais são marcadamente eventos externos ao sistema alimentar, associados ao nível da paisagem. Ao conferir *status* excessivamente homogêneo ao regime e aos contramovimentos, a abordagem reforça a divisão dualista criticada. Os estudos da abordagem multinível conferem pouca atenção ao nível da paisagem, além de apresentar inúmeros limites para explicar as relações complexas entre os níveis (Niederle & Wesz, 2018).

Chama a atenção precisamente que o tratamento concedido ao sistema agroalimentar, como objeto de análise social, reconhece a indissociabilidade ontológica entre local/global, ator/estrutura, recampanização/impérios. Entretanto, os mecanismos epistemológicos dão conta de compreender a heterogeneidade apenas nas análises micro (abordagem dos estilos de agricultura) e a generalidade nas análises macro (abordagem dos regimes alimentares). Não faço a análise pormenorizada dessas abordagens e seus desdobramentos nos estudos rurais, nem pretendo assumir um posicionamento a ser rigidamente seguido no desenvolvimento dessa tese. Por mais que se tente não congelar domínios na definição epistemológica, é certo que se tem maior ou menor inclinação a alguns modos de pensamento. Por conseguinte, a opção pelo conceito de redes agroalimentares alternativas, imbricada no movimento da virada da qualidade, carrega consigo suas filiações epistemológicas.

O propósito deste capítulo consiste em contextualizar o campo de investigação. Antes de investir nas definições e partições das redes agroalimentares alternativas, julguei pertinente apresentar as principais abordagens que analisaram o sistema agroalimentar no domínio dos estudos rurais críticos. No entanto, como torna-se mais claro nas seções que seguem, não posso me furtar a explicitar minha inclinação pelo conceito de redes agroalimentares alternativas para apresentar, conceitualmente, ‘o que é’ ou ‘o que está sendo’ o campo de investigação.

O campo de investigação desta tese não é, por escolha, constituído por modos de produção, comercialização e consumo de alimentos do modelo agroalimentar convencional e hegemônico na narrativa do *agribusiness*¹⁰. Inicialmente, dediquei-me a explorar a noção de sistemas agroalimentares sustentáveis como possibilidade conceitual. Acontece que, a complexidade do cenário com o qual deparei-me, ao ingressar no campo, exigiu uma noção mais ampla do que a da perspectiva fornecida pelo desenvolvimento sustentável, para dizer ‘que é’ meu campo de investigação. Mais adiante, aprofundo essa explicação. Na sequência, apresento o conceito de redes agroalimentares alternativas, que escolhi para definição do campo empírico desta tese.

2.1 REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS: O ENQUADRAMENTO CONCEITUAL

Na década de 1990, a desvalorização das *commodities* primárias nas cadeias globais sugeriu que esse modelo seria incapaz de sustentar tanto os agricultores quanto o desenvolvimento das economias nacionais. Por conseguinte, diversos estudos passaram a apregoar que, ao invés do padrão produtivista, sustentado nos ganhos de escala nos monocultivos de exportação, a nova economia agroalimentar deveria ancorar-se na diversificação e na produção de qualidade específica, respondendo à crescente demanda do mercado consumidor por alimentos orgânicos, artesanais, locais, éticos e étnicos (Guivant, Spaargaren, & Rial, 2010; Mior, 2005; Niederle, 2017; Schneider, & Gazolla, 2017; Wilkinson, 2008).

Uma década depois, desde os anos 2000, o mercado global de *commodities* recuperou seu dinamismo. No Brasil, as mudanças qualitativas e quantitativas, devido ao novo ‘boom’ das exportações, foram impulsionadas principalmente em resposta à demanda do mercado asiático, sobretudo dos dois novos gigantes do comércio mundial, China e Índia, no complexo ‘soja-carnes’ (Wesz, 2016). O processo de *commodities return* [virada das *commodities*] incentivou pesquisadores, como McMichael (2016), a (re)analisar a reconfiguração do regime alimentar internacional e seus impactos na reorganização dos espaços rurais. Contudo, as críticas ao movimento da virada das *commodities* logo passaram a ganhar destaque na arena dos estudos

¹⁰ O termo *agribusiness* ou agronegócio possui um forte apelo midiático, político e ideológico no Brasil. Ele foi cunhado, na década de 1990, por economistas agrícolas que buscavam uma palavra-síntese para caracterizar o conjunto de atividades e etapas constituem a produção de bens do setor primário. Na administração e na engenharia da produção, essas etapas são definidas pela literatura como cadeia de valor e cadeia agroalimentar (Schneider & Gazolla, 2017).

rurais. As críticas à instabilidade extrema da volatilidade dos preços internacionais e ao tipo de desenvolvimento agrário perseguido – que privilegia grandes produções, exaure os recursos naturais, acentua a lógica de especialização regressiva – e a desestruturação das socioeconomias dos territórios, constituíram o contraponto ao retorno das *commodities*.

No Brasil, as críticas foram direcionadas principalmente para o processo de ‘sojicização’ da agricultura (Conterato, Gazolla, & Schneider, 2007). Quanto à ‘sojicização’, Wesz (2014) evidencia que a produção nacional de soja é direcionada para exportação, restando apenas 26% para consumo interno. Além disso, o acesso ao mercado externo ocorre fundamentalmente sem agregação de valor, visto que 73% das vendas são em grão (*in natura*); 22%, em farelo; apenas 5%, em óleo (para consumo humano e biodiesel). Em síntese, trata-se de um cultivo que foca as exportações sem agregação de valor.

Todos esses elementos engajaram pesquisadores a procurarem alternativas, apesar do retorno das *commodities* no mercado global. Niederle e Wesz (2018) explicam que os principais esforços foram empregados para escrutinar miríades de cadeias curtas de comercialização (Cruz, Matte, & Schneider, 2016; Schneider & Gazolla, 2017) e o papel das políticas públicas que amparam os referenciais de segurança alimentar e nutricional como potencializadoras dessas alternativas (Maluf, Burlandy, Santarelli, Schottz, & Speranza, 2015). Trata-se, pois, de demonstrar não somente que os ‘novos’ mercados ampliaram-se, apesar do crescimento das *commodities*, mas também que essas alternativas dependem da ação de movimentos e governos nelas engajados (Niederle, 2016).

Os impactos gerados pela crise das *commodities*, na década de 1990, direcionaram grande parte da atenção crítica nos estudos agroalimentares para os processos de globalização, industrialização e padronização, enunciando boas razões para pensar alternativas (Whatmore & Thorne, 1997), frente ao crescente número de consumidores que exigem produtos de ‘qualidade’ (Torgnon, Bousset, Brannigan, & Lagrange, 1999). Qualidade, por conseguinte, passa a ser vista como inerente a alimentos mais ‘locais’ e mais ‘naturais’ (Nygard & Storstad, 1998). Trata-se de uma contraposição ao dominante modelo agroalimentar, fruto de uma sociedade reflexiva (Giddens, 1997) que preconiza mudanças em relação ao padrão de consumo agroalimentar preponderante na sociedade contemporânea (Goodman, Dupuis, & Goodman, 2012).

Especial atenção é conferida ao movimento *quality return* [virada da qualidade], no qual a questão agroalimentar movimenta-se em direção à qualidade alicerçada na confiança, na tradição local e em novas formas de organização econômica (Goodman, 2002). Desde a década de 1990, os movimentos de agricultura alternativa, que anteriormente haviam concentrado suas

ações na crítica ao regime dominante, começaram a se engajar na estruturação de novas redes de produção e consumo de alimentos.

Embora o consumo e a produção de ‘alimentos em massa’ ainda seja o padrão hegemônico, Marsden (1998, p. 107, tradução livre) defende que “os mercados de alimentos estão se tornando mais diferenciados com base em uma série de critérios socialmente construídos sobre qualidade dos alimentos”. Ao invés da lógica produtivista, fundada nos ganhos de escala dos monocultivos de exportação, a nova economia agroalimentar dos anos 1990 exigiu diversificação e produtos de qualidade específica, respondendo, assim, à crescente demanda dos consumidores por alimentos orgânicos, artesanais, coloniais, éticos e étnicos (Wilkinson, 2008). Surgem, então, novos mercados de especialidades alimentares além dos mercados anônimos de ‘alimentos em massa’. A virada da qualidade corresponde à afirmação de um movimento de busca de alimentos com qualidade diferenciada por consumidores cada vez mais reflexivos e informados. Ela representa, simultaneamente, um processo de mudança na relação dos produtores com os mercados de consumo.

A virada da qualidade traz à superfície do plano analítico a pertinência da (re)conexão entre produção e consumo, que se institui nas relações entre múltiplos atores que constituem o sistema agroalimentar. Goodman (2002) explica que, inicialmente, foram desenvolvidos estudos sobre a sociologia dos sistemas agroalimentares, sem relação com a sociologia do consumo, amparados na economia e na sociologia agrária, efetivando suas análises nas dimensões da produção de alimentos. No entanto, não demorou para que surgissem diversas reivindicações de aproximação entre quem produz e quem consome, trazendo à tona uma série de novas questões, como as críticas ao distanciamento e à desconexão entre as esferas da produção e do consumo, assim como entre seus atores (Barbosa & Campbell, 2006; Cassol & Schneider, 2015; Goodman & Dupuis, 2002).

Empiricamente, a virada da qualidade assume diferentes formas e expressões relacionados à busca por formas de “produção sustentáveis (produção orgânica), justiça social (movimentos de *fair trade*), produção em pequena escala (diversificação), valorização de produtos típicos e artesanais (certificação e selos de origem e procedência) e cadeias curtas de produção e consumo” (Cassol, 2013, p. 41). Tais experiências misturam-se aos contextos político e histórico específicos dos territórios em que as redes agroalimentares emergem. Por essa razão, existem distintos processos de virada da qualidade. Considerar todo esse atravessamento reorienta as possibilidades de existência daquilo que se denomina virada da qualidade, sem, entretanto, perder de vista a crítica ao modelo agroalimentar convencional

(industrial) e a reivindicação de formas diferenciadas de trato com os alimentos (Murdoch et al., 2000).

O sistema agroalimentar contemporâneo configura uma arena que vem passando por mudanças qualitativas, nas quais emerge o (re)encaixe nas ecologias locais. As ecologias locais de produção de alimentos de qualidade são frequentemente encontradas em áreas que escaparam aos processos de industrialização que sustentam os movimentos de globalização (Ilbery & Kneafsey, 1998). Desse modo, as áreas que permaneceram em grande parte marginais à agricultura industrializada são geralmente as mesmas áreas em que a produção de qualidade pode prosperar (Murdoch et al., 2000).

A abordagem das redes agroalimentares alternativas manifesta-se enraizada nas noções de virada da qualidade, desenvolvidas por Goodman (2003), e nas proposições da economia das qualidades, defendidas por Callon, Méadel e Rabeharisoa (2002) e Whatmore, Stassart e Renting (2003). Ao princípio, as redes agroalimentares alternativas eram entendidas como parte das estratégias de resistência camponesa, face à globalização do sistema agroalimentar (Ploeg et al., 2000). A virada da qualidade postula o deslocamento analítico para a dimensão dos consumidores, suas preferências alimentares, percepções e ideologias. Esse complexo cenário ressignifica a politização dos alimentos. Não se trata de um deslocamento somente teórico. Empiricamente, o enfoque das redes agroalimentares alternativas passa a privilegiar a homologia de posições entre atores das cadeias alimentares, conferindo aos consumidores crescente poder político, através de suas opções alimentares (Whatmore et al., 2003; Wilkinson, 2006).

O debate sobre as redes agroalimentares alternativas cresceu muito rapidamente nas últimas décadas (Holloway et al., 2010; Maye, 2013; Schneider & Gazolla, 2017), entretanto umas das grandes dificuldades, apesar da profusão de estudos, é sua conceituação. De modo amplo, Renting et al., (2003) introduziram os conceitos de redes agroalimentares alternativas e de cadeias curtas de abastecimento alimentar para caracterizar as iniciativas europeias de novas redes alimentares, de contraposição às cadeias convencionais (industriais). Tregear (2011) propõe uma definição que demarca as redes agroalimentares alternativas como sistemas de abastecimento alimentares, os quais são diferentes ou mesmo contrários às cadeias convencionais dominantes, tendo na sensibilidade ecológica seu traço distintivo.

Sage (2003) define as redes agroalimentares alternativas com base no contato direto entre consumidores e produtores, apoiado nas relações de confiança entre ambos, na inserção e imersão em contextos regionais e na proximidade entre os locais de produção e consumo. Jarosz (2008) postula que as redes agroalimentares alternativas são definidas por atributos como a

proximidade espacial entre agricultores e consumidores, a existência de estabelecimentos de varejo, de mercados de agricultores, da agricultura apoiada pela comunidade e do compromisso com a produção e consumo sustentável de alimentos.

Jarosz (2008, p. 232) define quatro elementos principais das redes agroalimentares alternativas: a) encurtamento das distâncias entre produtores e consumidores; b) tamanho e escala reduzida dos estabelecimentos produtores e uso de métodos biológicos ou orgânicos, que contrastam com a escala industrial das cadeias longas; c) existência de locais de compra e venda direta de alimentos, como feiras, lojas de agricultores, grupos de consumo solidário, entre outros; d) compromisso com as dimensões sociais, econômicas e ambientais da produção, distribuição e consumo sustentável de alimentos.

Cassol (2013) sustenta que as experiências acerca das redes agroalimentares alternativas, situadas no cenário brasileiro, estão assentadas em um princípio geral de (re)aproximação dos elos principais das cadeias de abastecimento alimentar: os produtores rurais e os consumidores de seus produtos. Essa reaproximação pode ser possibilitada na consolidação do processo da virada da qualidade, que se apoia sobre três conceitos principais: confiança, enraizamento, local (Goodman, 2003). Tais conceitos são considerados como princípios organizativos das redes agroalimentares alternativas e estão no centro dos debates sobre novas formas de produção e consumo.

Marsden, Banks e Bristow (2000) defendem que as redes alimentares alternativas são muito diversas e privilegiam os circuitos curtos de comercialização (feiras do produtor, entrega de cestas, pequenas lojas de produtores, venda na propriedade ligada ao agroturismo, venda institucional para alimentação escolar, entre outras formas de venda direta). Para o mesmo autor, o que caracteriza um circuito curto é o fato de um produto chegar às mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde ele foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção), em detrimento à alimentação padronizada e anônima da agricultura industrial dominante, que Ploeg (2008) caracteriza como ‘impérios alimentares’.

Se evidente que as redes agroalimentares alternativas pautam suas proposições pela crítica ao sistema político e econômico, ligado às empresas dominantes na produção, na circulação e na distribuição dos alimentos, emerge uma das principais polêmicas que envolve essa definição: a sua condição alternativa ao modelo dominante (Eriksen, 2013; Maye, 2013; Schermer, 2015). Schneider e Gazolla (2017) postulam três aspectos importantes para a discussão. Primeiro, as redes agroalimentares alternativas distinguem-se das convencionais por estarem enraizadas em territórios específicos, tradições de produção e culturas alimentares. O anonimato dos produtos das cadeias longas de distribuição dá lugar, portanto, a produtos que

chegam aos consumidores com informações necessárias para (re)conectá-los a seus produtores e lugares de origem, com suas técnicas de produção, tradições alimentares e preservação de características organolépticas (Schneider & Gazolla, 2017).

O segundo, a promoção da inclusão socioeconômica de grupos sociais de produtores e consumidores, marginalizados ou excluídos do sistema agroalimentar dominante. O enfoque das redes agroalimentares alternativas dirige-se, explicitamente, ao apoio aos pequenos agricultores familiares. O prisma de contribuições visa oferecer oportunidades econômicas aos agricultores, bem como articular espaços para que os consumidores possam se manifestar em relação a suas preferências alimentares e ter acesso a produtos saudáveis, de qualidade, com procedência cultural e preços justos (Allen, Fitzsimmons, Goodman, & Warner, 2003; Feenstra, 2002; Schneider & Gazolla, 2017). O terceiro, as redes agroalimentares alternativas orientam-se para ser ambientalmente amigáveis, promovendo e apoiando a produção tradicional, natural e ecológica, bem como dando suporte à redução das ‘pegadas ecológicas’ e das ‘milhas alimentares’ (Schneider & Gazolla, 2017; Tregear, 2011).

Os estudos conjugam seus fundamentos na crítica ao sistema político e econômico ligado ao sistema agroalimentar industrial dominante, reivindicando produção sustentável, justiça social, cadeias curtas de produção e consumo, valorização de mercados assentados em produtos singulares. As formas diferenciadas adquirem distintas características quanto ao funcionamento e às atribuições (mercado justo; sustentável; produtos singulares etc.), não sendo consideradas antagônicas aos mercados agroalimentares ditos convencionais (Cassol, 2013). As formas alternativas são compreendidas como espaços em que relações e significados culturais emergem como orientadores de ‘novas’ práticas de produção e consumo locais, revalorizando conhecimentos em torno dos alimentos e (re)conectando produtores e consumidores (Cruz, 2012).

A definição de redes possibilita a análise dos distintos atores locais e das instituições, que estabelecem vínculos e relações entre si para organizar mercados alimentares, fundados em interações e valores culturais e sociais próprios de cada território ou região (Cassol, 2013). A noção de redes agroalimentares refere-se aos atores e às instituições diretamente envolvidos na produção, no processamento, na distribuição e no consumo de alimentos, pelos quais os mercados são constituídos para a mediação de valores e significados atribuídos aos alimentos. Esses valores e significados passam a orientar práticas econômicas de comércio e consumo de alimentos, estimulando a qualidade dos produtos e a confiança entre os atores (Brunori, 2007). Ao interagirem nos espaços dos mercados, produtores e consumidores trocam valores sociais e

culturais que conferem significados e sentidos às suas ações econômicas e valorizam variedades locais de alimentos.

Nesses breves parágrafos, demonstrei a multiplicidade de elementos-conceitos relacionados com a noção de redes agroalimentares alternativas. Em parte, a pluralidade conceitual é consequência da característica genérica do termo e dos desdobramentos das pesquisas desenvolvidas, pois, em sua gênese, esse conceito possui caráter genérico. Não posso, entretanto, furtar-me a apresentar as teorias seminais que ancoram a noção de redes agroalimentares alternativas. Agora, discorro sobre essas filiações teóricas.

Frente à crise das *commodities* e à emergência da virada da qualidade, na década de 1990, emerge, nos estudos rurais críticos, a preocupação renovada com o *status* da natureza nas análises do sistema agroalimentar, amparada no desenvolvimento de um novo paradigma rural sustentável. Logo, ganham espaço, no debate, as características ‘híbridas’ (isto é, ‘naturais’ e ‘sociais’) dos alimentos, as quais tecem o pano de fundo da discussão sobre a definição de redes agroalimentares alternativas (Murdoch et al., 2000). Isso torna-se mais evidente em duas teorias sociológicas: teoria ator-rede e teoria das convenções. Ambas propiciaram avanços significativos aos estudos agroalimentares e, mais do que isso, ao avaliarem a relação sociedade–natureza, na interface da virada da qualidade, sustentaram a proposição da noção de redes agroalimentares alternativas.

Murdoch et al. (2000) argumentam que a abordagem da teoria ator-rede possibilita a releitura do *status* da natureza nas análises do sistema agroalimentar, porém fornece poucas ferramentas para a análise da qualidade, especialmente no setor de alimentos. A teoria das convenções une uma série de aspectos encontrados nas cadeias de suprimento de alimentos e permite considerar o estabelecimento da qualidade como um sistema de negociação entre qualidades específicas. Murdoch et al. (2000) ainda sustentam que, imbricadas, teoria ator-rede e teoria das convenções oferecem a análise da qualidade no setor de alimentos, intimamente ligada à natureza e à incorporação local das cadeias de suprimentos.

Goodman (1999) defende uma ideia mais simétrica e mais preocupada em examinar as várias formas complexas pelas quais híbridos da sociedade e da natureza são produzidos no sistema agroalimentar do que mostrar como a natureza está constantemente sujeita à dominação capitalista. FitzSimmons e Goodman (1998) ensaiam (ou, ao menos, não se fecham a isso) desafiar a natureza excessivamente abstrata de muitas teorizações, “postulando a corporalidade compartilhada das práticas agroalimentares da natureza no corpo humano e dos seres humanos nos complexos modos de vida do mundo natural” (Fitzsimmons & Goodman, 1998, p. 195, tradução livre).

Goodman (1999) recorre à teoria ator-rede¹¹ para sustentar como, nas redes heterogêneas, as entidades naturais e sociais entrelaçam-se. À luz da TAR, as redes são delineadas por relações ou associações, nas quais os elos ou vínculos entre as partes componentes conferem agência, e não por quaisquer características essenciais (naturais, sociais), mantidas por determinado discurso ou objeto. As práticas ou os efeitos da rede só podem ser compreendidos levando em consideração toda a gama de inter-relações nela encontradas (Latour, 2000).

A simetria exigida pela teoria ator-rede abre claramente alguns caminhos promissores de pesquisa para análise do sistema agroalimentar, reorientando o plano de análise para compreender como os elementos naturais e sociais passam a ser combinados nos processos de um sistema agroalimentar. Como essas relações são heterogêneas (Law, 1986), as redes são compostas por entidades sociais e naturais. A teoria ator-rede, “problematiza o alcance global, concebendo-o como um processo difícil, incerto e, acima de tudo, contestado de ‘agir à distância’” (Whatmore & Thorne, 1997, p. 290, tradução livre). A bifurcação de processos globais e locais – geralmente distintos e não relacionados – dá lugar, com a teoria ator-rede, às redes e tende trabalhar a ideia de que poder é igual ao comprimento do alcance da rede (Latour, 2000). Com o referencial da teoria ator-rede mobilizam-se, no mesmo plano analítico, redes ‘longas’ e ‘curtas’ e procura-se dar luz a tudo o que está envolvido no estabelecimento dessas redes. Ao fazer isso, visa-se ‘desconstruir’ o poder dos poderosos, mostrando como eles lutam para manter as inúmeras relações nas quais seu poder se baseia (Callon & Latour, 1981).

Nos estudos rurais, segundo Schmitt (2011), a teoria ator-rede tornou-se uma referência importante na análise de redes agroalimentares alternativas, como as redes de comércio justo (Whatmore & Thorne, 1997), influenciando, também no Brasil, diversos trabalhos de pesquisa empírica relacionados a esse tema (Mior, 2005; Pinheiro, 2010; Schmitt, 2001).

Alinhada à teoria ator-rede, outra abordagem teórica que ganhou espaço e influenciou os estudos sobre as redes agroalimentares alternativas foi a teoria das convenções. Murdoch et al. (2000) argumentam que, ao vincular teoria ator-rede à teoria das convenções, é possível considerar a construção de redes econômicas e as várias maneiras pelas quais estruturas, modalidades e convenções passam a ser ‘esculpidas’ em espaços de produção heterogêneos. As lutas pela qualidade abrem uma janela para o processo de estruturação e viabilizam avaliar

¹¹ A teoria ator-rede apresenta-se, nesta tese, como importante abordagem teórica/metodológica para discussão do engendramento processual da cooperação e da organização. Neste ponto, mostro a teoria ator-rede como uma abordagem sociológica que influenciou os estudos rurais e, especificamente, o desenvolvimento dos estudos sobre as redes agroalimentares alternativas.

como os atores das cadeias alimentares negociam as entidades que devem ser levadas em consideração e as que devem ser ignoradas (Callon, 1998).

Segundo Wilkinson (1997), a teoria das convenções desenvolveu-se pela análise das regras, normas e convenções que sustentam a relação salarial no capitalismo contemporâneo. Ele reconhece que “não apenas o trabalho, mas as mercadorias em geral sofreram as deficiências de ‘contratos incompletos’, exigindo, portanto, regras, normas e convenções para sua produção e troca” (Wilkinson, 1997, p. 309). Por conseguinte, esse argumento foi generalizado para a análise de como o modo de circulação de qualquer mercadoria pressupõe processos prévios de qualificação e de como regras, normas e convenções (ou organizações e instituições) determinam a forma e o conteúdo da produção e da circulação de mercadorias.

Boltanski e Thevenot (2006) inscrevem as proposições básicas dessa abordagem, sustentando que toda a ação é justificada por referência a princípios ou bens comuns de níveis mais elevados, instaurando noções de bem-estar que dão justificativa às diferentes formas de ação coletiva. Boltanski e Thevenot (2006) identificam seis diferentes mundos ou formas de bem-estar comum, legítimos no decorrer da história: a) o inspirado (baseado em Agostinho); b) o da opinião (Leviatã de Hobbes); c) o doméstico (vários); d) o industrial (Saint-Simon); e) o do mercado (Smith); f) o cívico (contrato social de Rousseau). Boltanski e Thevenot (2006) postularam seis princípios que são comuns a cada um desses mundos historicamente construídos: a) a humanidade comum; b) o princípio de diferença; c) o princípio de dignidade ou igual acesso; d) a existência de ordens de grandeza; e) a noção de investimento, através da qual a diferença é justificada pelo esforço ou sacrifício envolvido; f) a noção de bem-estar comum.

Boltanski e Thevenot (2006) entendem que cada um desses mundos é organizado em torno de diferentes tipos de qualificação e sujeito a formas diferentes de justificação. Atores e instituições movem-se através desses seis mundos distintos para conferir legitimação e justificar suas ações. Esses mundos são mantidos juntos por regras baseadas na adesão a objetos que recebem uma valoração comum e são sujeitos a exame constante.

Nos estudos sobre o sistema agroalimentar, a teoria das convenções é comumente empregada para tratar de questões sobre a qualidade e para evidenciar os distintos valores por trás da aparente neutralidade de normas e técnicas (Niederle & Wesz, 2018). Ancora-se no princípio de que os mercados só podem funcionar embasados em uma definição prévia da qualidade dos produtos a serem trocados. Pela dificuldade em apreender o que é qualidade através da percepção sensorial do usuário-consumidor, faz-se necessária a intermediação de normas e métodos de avaliação, os quais encontram-se incorporados em instrumentos ou coisas

que representam esses valores (Cassol, 2013). A teoria das convenções alega que os emaranhados de entidades naturais e sociais, observados no setor de alimentos, derivam de um conjunto de negociações em torno de noções particulares de qualidade (industrial, comercial, cívica etc.) (Murdoch et al., 2000).

Assim como os sociólogos da teoria ator-rede, os teóricos das convenções também adicionam à análise as entidades que expressam a materialidade da vida social (e dos mercados). Do mesmo modo que a teoria ator-rede, a teoria das convenções postula a atividade produtiva como uma forma de ação coletiva (Callon, 1998; Storper, 1997), que se baseia na coordenação de várias entidades dentro de algum tipo de estrutura de ação (rede, cadeia). No cerne dessa ação coletiva, estão as convenções definidas como “práticas, rotinas, acordos e suas formas informais e institucionais associadas, que vinculam os atos por meio de expectativas mútuas” (Salais & Storper, 1992, p. 174, tradução livre). A identificação de qualidade requer, portanto, a intermediação de normas e métodos de avaliação, os quais estão incorporados em instrumentos ou coisas que representam esses valores. Isso está na origem da noção de tratar pessoas e coisas simetricamente, comum tanto à análise das convenções quanto à de ator-rede (Wilkinson, 1999).

A abordagem das convenções, assim como a teoria ator-rede, tem o potencial de colocar a natureza (principalmente porque está ligada à qualidade) no centro da análise da cadeia alimentar. Murdoch et al. (2000) sustentam que as aproximações da teoria ator-rede e das convenções explicitam o compromisso claro de elevar o *status* da natureza nos estudos no sistema agroalimentar. Em resumo, a teoria ator-rede possibilita a análise das redes alimentares constituídas de forma heterogênea. No entanto, ao considerar como aspectos dessas redes são estruturados ou agrupados para torná-los economicamente negociáveis, a teoria das convenções entende melhor os quadros ou as normas típicas que governam a produção. Em termos da teoria ator-rede, esses quadros, normas ou convenções podem ser vistos como redes de relações heterogêneas, redes que indicam como as relações econômicas normalmente são consolidadas. Mas, adicionando a noção de uma convenção ecológica, os padrões de produção existentes podem ser reconfigurados em torno da natureza, e não contra ela (Murdoch et al., 2000).

Quando fiz referência à diversidade de estudos, à amplitude de conceitos distintos e à pluralidade de noções relacionadas com o termo redes agroalimentares alternativas, vale ainda mencionar que tais dificuldades, em certo sentido, advêm dos pressupostos da teoria ator-rede e da teoria das convenções. Entretanto, não raro, os estudos ancoram-se mais fortemente nos pressupostos de uma ou outra teoria. Interessam-me também o caráter conceitual genérico e o que ele torna possível no meu campo de investigação. A definição de redes agroalimentares

alternativas marca algumas das condições mais relevantes do terreno/cenário desta pesquisa. Não obstante a abrangência da definição, as controvérsias epistemológicas e a pluralidade da produção científica, essa definição interessa-me, aqui, justamente, por abranger a heterogeneidade de movimentos não convencionais – agricultura familiar, agricultura orgânica, agroecologia, cooperativismo, cadeias curtas, mercados locais etc. – emergentes no sistema agroalimentar.

Julgo importante antecipar que fui a campo, em uma investigação exploratória, estudar a organização de uma cooperativa de consumidores, regida pela iniciativa de economia solidária, a qual tem por objetivo a prática do comércio justo e do consumo sustentável. Nesse sentido, também me aproximo mais da noção de redes agroalimentares alternativas. O campo de investigação no qual me insiro ensaia um exemplo curioso, que demonstra, simultaneamente, em suas diferenças e conjugações, a complexidade da noção de redes agroalimentares alternativas. Talvez seja paradoxal findar uma seção aberta com o objetivo de apresentar o estado da arte das principais definições sobre o tema, indagando: o que são redes agroalimentares alternativas?

Tomo, por ora, o conceito de redes agroalimentares alternativas como termo amplo para abranger espaços na economia alimentar que envolvem produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modelo industrial de abastecimento alimentar (Murdoch et al., 2000; Renting et al., 2003; Bilewicz & Śpiwak, 2018).

Certamente, espero que o domínio empírico responda à indagação anteriormente proposta. Quiçá apresente uma compreensão consistente que liberte os estudos da lógica dualista que opõe mercados convencionais e alternativos, globais e locais. Não reduzir, não reconduzir um ao outro, tampouco garantir essa diferença é o que me motiva.

Na seção que segue, abro a primeira janela para apresentar uma breve contextualização sobre os atravessamentos teóricos imbricados com o campo de investigação, trazendo à cena alguns estudos sobre a cooperação nas redes agroalimentares alternativas.

2.1.1 Cooperação nas Redes Agroalimentares Alternativas: Dados Preliminares

Na seção anterior, passei das teorizações sobre o sistema agroalimentar ao conceito de redes agroalimentares alternativas. Agora, exponho a introdução preliminar de dados oficiais e bibliográficos sobre a cooperação no contexto das redes agroalimentares alternativas.

Aqui há uma diferença que precisa ser destacada desde logo. O objeto de investigação da literatura dos estudos rurais, que mobilizo nessa seção, é o cooperativismo agrícola, porém,

mais amplamente, esta tese tem como foco o fenômeno da cooperação. Ressalto também que os estudos centram-se na esfera da agricultura, no campo da produção, no entanto, diferentemente, ao mobilizar o conceito de redes agroalimentares alternativas, viso compreender a cooperação na relação dos processos de produção e consumo. Julgo que tal repertório pode fomentar alguns *insights* interessantes para a problematização que proponho, sem pretensão de caracterizar com acurácia o contexto das redes agroalimentares alternativas no Brasil, até mesmo devido à insuficiência de dados para tanto.

Valho-me, agora, de informações dos censos agropecuários realizados nos anos de 2006 e 2017 (IBGE, 2006; 2017)¹², para evidenciar alguns dados oficiais sobre o cooperativismo na agricultura brasileira. Sucintamente, resgato elementos sobre três indicadores (produção orgânica, associação a cooperativas, certificação da produção orgânica), tecendo comparativos entre as categorias familiar e não familiar. A seleção desses três indicadores decorre de suas conexões com o conceito de redes agroalimentares alternativas, que mobilizo para caracterizar o campo empírico desta tese.

O primeiro indicador relevante refere-se ao número de estabelecimentos agropecuários que possuem associação a cooperativas no Brasil. Em 2006, esse indicador registrou 346,4 mil estabelecimentos agropecuários, representando apenas 6,7% das unidades rurais brasileiras. Quando categorizados – agricultura familiar e não familiar¹³ –, verifica-se que dos 346,4 mil estabelecimentos que, em 2006, declararam associação a cooperativas, 237,9 mil (68,7%) classificavam-se na categoria sociopolítica da agricultura familiar. No levantamento de 2017, o indicador de associação a cooperativas cresceu expressivamente, atingindo a marca de 579,5 mil estabelecimentos (11,4% do total), dos quais 412,4 mil (71,2%) pertenciam à agricultura familiar. Ao se compararem os dados dos levantamentos de 2006 e 2017, chama a atenção o aumento expressivo do número de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas. No Brasil, os dados mostram crescimento de 6,7% para 11,4%. Na Região Sul, ele se mostra

¹² Todos os dados secundários referentes aos Censos estão disponíveis no Banco de Dados Agregados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). Foram quantificados dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, referentes à variável 'associação do produtor à cooperativa'. Ressalto que o Censo Agropecuário de 2006 teve como data base o dia 31/12/2006. O Censo Agropecuário de 2017 teve como data base o dia 30/09/2017.

¹³ Ressalto que, no censo agropecuário de 2017, os critérios empregados pelo IBGE para delimitação da categoria agricultura familiar consideraram o marco legal e as normativas vigentes em 30 de setembro de 2017. Baseado nesse referencial, o IBGE empregou os parâmetros da Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006) e do Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017 (Brasil, 2017a), que dispõem sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. A normatização do decreto foi feita pela Portaria Sead 234, de 04 de abril de 2017 (Brasil, 2017b). A Portaria SAF/Sead 001, de 13 de abril de 2017 (Brasil, 2017c) dispõe sobre a elegibilidade da Declaração de Aptidão do Pronaf. Para fins de comparação dos resultados da agricultura familiar do Censo Agropecuário de 2017 com os resultados do Censo Agropecuário de 2006 (processados anteriormente à publicação do repertório legal), o IBGE adaptou novo algoritmo para classificar a agricultura familiar em 2006, em sintonia com os quadros normativos vigentes em 2017.

ainda mais expressivo: em 2006, eram 158,5 mil (15,75%) estabelecimentos associados a cooperativas e, em 2017, o total aumentou para 313,3 mil (36,71%).

No que se refere à associação a cooperativas, destacam-se duas informações relevantes. Primeira, houve, entre os anos de 2006 e 2017, crescimento expressivo no número de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas. Segunda, as unidades agropecuárias classificadas na categoria sociopolítica da agricultura familiar representam o maior quantitativo de unidades associadas a cooperativas no Brasil.

Outro indicador interessante, extraído dos dados dos censos agropecuários, evidencia o número de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica no Brasil. Verifica-se que, em 2006, 90,5 mil estabelecimentos agropecuários declararam fazer agricultura orgânica, representando apenas 1,7% do número total de estabelecimentos no Brasil, sendo apenas 5,2 mil (5,64%) certificados. Ressaltando-se que 74,9 mil (82,7%) pertenciam à categoria agricultura familiar. No levantamento realizado no ano de 2017, observa-se o decréscimo no número de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica no Brasil, que decaiu para 64,7 mil estabelecimentos, representando 1,3% do total de unidades agropecuárias no país. Quando categorizados, verifica-se que 49,4 mil (76,3%) estabelecimentos foram classificados na categoria agricultura familiar. Apressadamente, se diria que, em onze anos, houve um decréscimo de 13,5% (10,2 mil) no total de estabelecimentos da agricultura familiar que fazem produção orgânica. Entretanto, essa conclusão precipitada tornaria os achados controversos, ao se resgatar a gama de estudos que sustenta o aumento da demanda por produtos orgânicos no Brasil (Dalcin, Souza, Freitas, & Dewes, 2014; Lourenço, Schneider, & Gazolla, 2017).

Acontece que houve importante alteração no método empregado pelo IBGE para mensurar esse indicador. Em 2006, foi perguntado ao agricultor: “Você é produtor orgânico?”, sendo a resposta positiva, uma segunda pergunta era introduzida: “Você possui certificação?”. Nesses termos, um total de 90,5 mil estabelecimentos declararam fazer produção orgânica, dos quais 5,2 mil (5,64%) eram certificados. No ano de 2017, foi feita a pergunta: “Você é produtor orgânico certificado?”. Nesses termos, foi apurado o total de 64,7 mil estabelecimentos orgânicos certificados. Por conseguinte, conclui-se que, entre os anos de 2006 e 2017, houve crescimento exponencial do número de agricultores orgânicos certificados. No entanto, não é possível verificar, no censo de 2017, informações sobre os estabelecimentos orgânicos não certificados existentes no país. Nota-se que, em 2006, na agricultura familiar, apenas 3,7 mil estabelecimentos eram de produção orgânica certificada e que, em 2017, esse indicador atingiu o número de 49,4 mil estabelecimentos agropecuários.

Do conjunto de dados dos censos e dos estudos resgatados, destacam-se dois pontos. Primeiro, o crescimento exponencial do número de estabelecimentos certificados de produção orgânica. Segundo, a categoria sociopolítica da agricultura familiar representa o maior quantitativo de estabelecimentos agropecuários que praticam agricultura orgânica no Brasil.

Os dados do censo agropecuário de 2006 possibilitam cruzar os índices de certificação orgânica com a associação a cooperativas, nas unidades agropecuárias de agricultura orgânica. No emaranhado de números, ressalta-se que dos 90,5 mil estabelecimentos que, em 2006, faziam agricultura orgânica, apenas 5,2 mil (5,64%) eram certificados. Mazzoleni e Nogueira (2006) e Niederle e Almeida (2013) realçam esse indicador e explicam que, para o acesso aos mercados, a certificação representa um dos grandes desafios da agricultura orgânica no Brasil. Lançando o olhar para as unidades que fazem agricultura orgânica e possuem certificações, verifica-se que 15,7% das propriedades certificadas estão associadas a cooperativas e que, nas propriedades não certificadas, esse índice atinge apenas 5,3%.

Uma pergunta emergiu da leitura dos dados: ações cooperativistas são agenciadoras da certificação dos estabelecimentos agropecuários que fazem agricultura orgânica no Brasil? Por se tratar de um cenário no qual certas práticas de produção orgânica são articuladas por múltiplos atravessamentos – movimento da modernização da agricultura, políticas públicas, autoconsumo etc. – a criação de uma grade comum para entendimento desses resultados torna-se quase impossível. Entretanto, abre-se a possibilidade de criação de uma série de inferências sobre os dados. Os *insights* que extraio deles não se referem, porém, a poder dizer que existe uma correlação positiva entre associação a cooperativas e os índices de certificação. É antes dizer que as composições dos elementos entre si – certificações, cooperativas, entidades de classe, agricultura familiar, agricultura não familiar – produzem diferenças, produzem contrastes no fazer agricultura.

É importante notar a representatividade da agricultura familiar na produção orgânica no Brasil. Lourenço et al. (2017) sustentam que, embora os agricultores mais estruturados e modernos sejam representativos no número de estabelecimentos orgânicos, são os agricultores familiares mais pobres que representam a parcela numericamente mais significativa de estabelecimentos que fazem produção orgânica. Esses dados podem ser tomados como importantes sinalizadores para análises mais profundas do contexto social, no qual tais estabelecimentos que fazem produção orgânica no Brasil estão inseridos. Pela leitura desse cenário, identificam-se os contornos e as relações da agricultura orgânica e da agricultura familiar. Ambas são definições que se conectam ao que denomino, empiricamente, redes agroalimentares alternativas, assim como a uma gama muito ampla de outras possibilidades

(agroflorestal, agricultura alternativa, agroecologia, agricultura tradicional etc.). Entre essas noções, a que ganha maior destaque é a agricultura familiar. Destaque esse cancelado, no percurso empírico de pesquisa.

A agricultura familiar ora é vista como atrasada, pobre e sem chances de sobreviver, ora é idealizada e referida como a solução alimentar para o mundo. Os dados do censo agropecuário (IBGE, 2017) mostram que 77% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares, perfazendo, aproximadamente, 3,9 milhões de estabelecimentos rurais. A agricultura familiar representa a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; absorve 40% da população economicamente ativa do país. Na agricultura orgânica, a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários orgânicos certificados está inserida na categoria da agricultura familiar, representando 49,4 mil estabelecimentos (IBGE, 2017).

Conquanto os referenciais da modernização e as teorias marxistas advoguem o fim dos camponeses, no Brasil, assim como em vários outros países, um olhar mais atento do governo e da sociedade para a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país fez florescerem condições de reprodução social e econômica dessa categoria sociopolítica (Grisa & Schneider, 2014). A agricultura familiar tem sobrevivido e se reproduzido por séculos e gerações, não havendo, no horizonte, nada que mostre que ela irá desaparecer (Schneider, 2016). Contudo, no Brasil, o debate atual opõe os que defendem o papel e o lugar da agricultura familiar em uma estratégia de desenvolvimento rural àqueles que sustentam que, devido ao padrão tecnológico exigido pela atividade agrícola moderna (agronegócio), não haveria espaço para essas unidades se reproduzirem em condições sociais minimamente aceitáveis.

No Brasil, a agricultura familiar vem ganhando espaço desde 1996, em consequência do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo como marco sua institucionalização, em 2006, através da Lei 11.326 (Brasil, 2006). Neste interstício a agricultura familiar consolidou-se no campo político institucional, tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural. Aqui, destacam-se dois deles: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado, em 2004, para responder aos problemas de comercialização e de acesso aos mercados da agricultura familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual foi reorganizado, atribuindo condições especiais ao fornecimento de alimentos pelos agricultores familiares .

No final dos anos de 1990, o debate sobre o futuro e o lugar da agricultura familiar foi fortemente influenciado pela crise das *commodities*, pelo movimento da virada da qualidade e pela emergência dos estudos sobre o desenvolvimento sustentável. O interesse crescente por

práticas de produção de alimentos identificados com a sustentabilidade e a necessidade de lançar olhares mais atenciosos para o desenvolvimento sustentável inseriram, na discussão, as potencialidades dos modos alternativos ao modelo convencional de fazer agricultura. Portanto, ganharam espaço, na agenda política e científica, os debates acerca do fortalecimento da categoria sociopolítica da agricultura familiar e suas capacidades para produzir alimentos, organizar as relações com a natureza e gerar riqueza para o conjunto da economia e da sociedade.

O desafio da atualidade é garantir a segurança alimentar, com alimentos saudáveis e o fornecimento dos insumos necessários para a economia, de modo socialmente justo e sem comprometer o meio ambiente e as gerações futuras. Nessa perspectiva, o aceno para as redes agroalimentares alternativas emerge tanto do reconhecimento dos ecossistemas e das formas de produção, que conservam parcela significativa dos patrimônios cultural e ecológico, caracterizadores da diversidade rural brasileira, quanto de ações e políticas de organizações e movimentos sociais, atuantes em diferentes escalas territoriais – de grupos locais às redes globais –, na formulação de políticas de mercado em defesa dos bens comuns (terra, recursos ecológicos, patrimônio cultural etc.).

Wilkinson (2008) chama a atenção para o fato de as redes e os movimentos sociais alternativos serem dispositivos de reinserção econômica de agricultores familiares brasileiros, excluídos do processo de modernização agrícola. O desenvolvimento e estabilização das redes e dos movimentos de base ecológica aconteceu na França, nos anos de 1980, e no Brasil, nos anos de 1990, alicerçado em princípios de confiança, equidade e novas relações sociais entre produtores e consumidores, contribuindo para a emergência de uma democracia alimentar fundada na racionalidade socioambiental (Brandenburg, 2002). As redes agroalimentares alternativas filiam-se a essa corrente de pensamento e engendram possibilidades em direção a mercados nos quais os consumidores podem estabelecer ligações confiáveis com os alimentos e os agricultores, garantindo modos mais autônomos de produção e comercialização (Goodman, 2003; Harvey, Macmeekin, & Warde, 2004).

Em oposição ao modelo agroindustrial dominante, configurou-se um conjunto de práticas sociais assentado na (re)conexão entre consumidores e produtores o qual, com o tempo, deu forma à noção de redes agroalimentares alternativas, sendo a agricultura familiar a categoria sociopolítica mais representativa desses contramovimentos de desenvolvimento rural sustentável. As perguntas mais coerentes, até aqui, são: (i) como situar as potencialidades da agricultura familiar nas redes agroalimentares alternativas? (ii) como se conjuga a afirmação da alternatividade dos contramovimentos com o modelo agroindustrial? (iii) como as lógicas da

agricultura familiar perpassam os modos de organizar nas redes agroalimentares alternativas?
(iv) quais modos de organização social engendram a (re)conexão de produtores e consumidores nas redes agroalimentares alternativas?

Essas indagações alertaram-me sobre as ‘outras partes’ que constituem uma rede agroalimentar alternativa. Fizeram emergir atravessamentos ocultos. A cooperação, com certeza, é um deles. Nesse sentido, os escritos de Alexander Chayanov, principal expoente da Escola da Organização da Produção e da Agronomia Social da Rússia, servem como referência e ponto de partida. O livro “The Theory of Peasant Co-operatives” [A Teoria das Cooperativas Camponesas]¹⁴, redigido por Chaynov, foi publicado logo depois da tomada do poder pelos bolcheviques, com o objetivo de demonstrar a líderes como Vladimir Lenin que a economia russa poderia ser organizada sobre as bases do cooperativismo. Ela assim preservaria a propriedade privada camponesa e permitiria estruturar a integração vertical com as agroindústrias, mediante a formação do que apenas recentemente foi denominado cadeias agroindustriais.

Chayanov (2017) reconheceu a transformação da economia camponesa no âmbito da economia de mercado, assumindo o argumento central de que o sucesso do sistema cooperativo depende do desenvolvimento combinado de diversas formas de organização da agricultura. Ao analisar o contexto russo do início do século XX, o mesmo autor problematiza as especificidades da agricultura em comparação com a indústria, analisando as vantagens consideráveis e as reduções de custos de produção provindas de modos de organização econômica de larga escala, sustentando que, na agricultura, essas características não são tão visíveis quanto na indústria.

Na economia rural, quando um agricultor aumenta sua produção, ele é obrigado, na maioria dos casos, a aumentar o número de insumos que utiliza, ao invés de expandir sua escala. Em razão disso, as economias de escala, expressas em termos quantitativos, são menores. As características da produção agrícola impõem um limite natural à ampliação de um empreendimento agrícola. Com muita frequência, o trabalho tido como não rentável em uma granja capitalista é lucrativo em uma unidade agrícola familiar, voltada para o mercado, e vice-

¹⁴ O economista e engenheiro agrônomo Alexander Chayanov, nascido em 1888, destacou-se na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas por suas obras sobre sociologia rural, ao estudar a estrutura da agricultura camponesa. Tecendo divergências ao pensamento de Lenin e Kautsky, herdeiros de Marx, que previram a destruição do campesinato pelo capital, Chayanov defendeu a existência e o lugar do camponês no desenvolvimento nacional. Chayanov era crítico à construção de fazendas coletivas em grande escala e sustentava a organização social de modo cooperativo. Essas opiniões foram fortemente criticadas por Joseph Stalin, e Chayanov foi fuzilado em 03/10/1937. Por conseguinte, durante muitos anos, seus escritos ficaram perdidos com ‘guardiões’. O livro “A teoria das Cooperativas Camponesas” é exemplo de uma obra só recentemente desvelada na literatura dos estudos rurais.

versa. Chayanov (2017) considera que a própria natureza de um estabelecimento agrícola coloca limites à ampliação de sua escala.

A cooperação é um meio de conciliar as vantagens da economia de larga escala com as unidades camponesas de pequeno porte, as quais, ao integrarem-se às cooperativas, alcançam maior escala do que as propriedades privadas. A unidade rural camponesa integrada às cooperativas pode intensificar o trabalho, gerando crescimento da produção, aumento da riqueza social e distribuição da renda nacional. Por meio da cooperação, descentraliza-se a análise da produção em escala. O importante não é ser muito grande ou muito pequeno, mas ser de tamanho ótimo, balanceando vantagens e desvantagens da grande ou da pequena escala, o que Chayanov (2017) denomina teoria dos ótimos diferenciais.

Com base no plano organizativo da unidade produtiva, considerando os diferenciais setoriais, torna-se possível aferir, em cada setor, sua escala ótima específica. Chayanov (2017) sustenta que existe um ótimo para o cultivo de pradarias, outro para a agricultura; um ótimo para o cultivo de grãos, outro para culturas consorciadas; outro para produção de sementes e outros ainda para diferentes modos de processamento – distinto em cada caso e, via de regra, com grande variação. Para o mesmo autor, as cooperativas podem representar uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao pequeno produtor separar, de seu plano organizativo, aqueles itens cuja produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação à de pequena escala. O camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de forma a alcançar, cooperativamente, um modo de produção de grande escala.

Analisando os diferenciais da unidade agrícola e identificando os elementos adequados para a cooperação, é viável elaborar o plano organizativo da unidade agrícola camponesa com diversas formas de cooperação. As cooperativas não podem ser isoladas das bases econômicas e sociais sobre as quais estão fundadas, pois sendo essas bases economicamente diversas, as cooperativas são também de diferentes tipos. As cooperativas organizam interesses e aspectos de grupos ou classes que já existiam antes de elas surgirem (Chayanov, 2017).

Chayanov (2017) investigou o movimento de cooperativas que havia obtido considerável impulso, no campo russo, nos anos que precederam a revolução de 1917. A cooperação, para o mesmo autor, refere-se a cooperativas fortes, seja a montante ou a jusante da unidade camponesa. Acerca do montante, deveria haver cooperativas que produzem e entregam insumos a propriedades camponesas. A jusante, estaria o processamento e a comercialização das diferentes produções das unidades camponesas. Estas “cooperativas

forneem aos pequenos empreendimentos todos os benefcios dos grandes” (Chayanov, 1988, p. 155).

Chayanov (2017) defende a coletivizaço cooperativa de setores da economia camponesa como meio de fortalecer o setor e promover estabilidade, manutenço e reproduço dos modos de produço camponeses. O conceito de cooperaço agrícola total é mobilizado para apresentar a cooperaço como um modo de produço camponês entre pequenos produtores, o qual facilita o acesso aos meios de produço e às tecnologias, podendo se estender para a comercializaço dos produtos e para o acesso ao crédito. Segundo o mesmo autor, as cooperativas podem ser a base sobre a qual se organiza um modelo social e econômico eficaz na alocaço individual dos resultados alcançados coletivamente (Chayanov, 2017).

Na visào de Chayanov (2017), a cooperaço nas unidades camponesas é a melhor soluço para o impasse entre a coletivizaço estatal e o modelo capitalista mercantil, discussào que, no início do século XX, perpassava o modelo russo de agricultura. Nesse sentido, o desafio da agricultura camponesa cooperativa é harmonizar, entre si, os princípios organizacionais, por meio do controle do volume de vendas, do desenvolvimento organizacional do sistema e da expansào da base financeira, o que asseguraria o sucesso da açào cooperativa. O sucesso de uma cooperativa é alcançado, portanto, pelo crescimento da renda de seus membros e não, necessariamente, pelo lucro da própria cooperativa.

Facilitando a extensào do sistema cooperativo à comercializaço e ao processamento técnico, as cooperativas agrícolas alcançam a concentraço da produço agrícola segundo padrões mais elevados, ajudando os pequenos produtores a adaptarem o plano organizativo de sua unidade e o acesso aos mercados, de acordo com a política de comercializaço e processamento cooperativo. A coletivizaço cooperativa, na visào de Chayanov (2017), representa o melhor caminho para introduzir, na economia camponesa, elementos da economia de grande escala, da industrializaço e do planejamento estatal. Segundo o mesmo autor, a organizaço das massas camponesas em cooperativas seria uma maneira de transformar o individualismo da agricultura em um sistema econômico cooperativo e coletivo.

Os escritos de Chayanov ajudam a compreender a organizaço da agricultura brasileira, principalmente da categoria sociopolítica da agricultura familiar. Esse modo de fazer agricultura requer conhecimentos, respeito às etapas de processo produtivo dos vários cultivos, manejo de elementos naturais, diferentes daqueles empregados na agricultura moderna, expressa no modelo do agronegócio. A produço orgânica, por exemplo, não conta com ‘a facilidade e a eficiência’ da utilizaço de dessecante, pesticida, adubo sintético e outros, exigindo diferentes saberes e técnicas sobre como efetivá-la. Em primeira análise, excedendo a

comercialização dos produtos e o acesso aos mercados, a cooperação, como postula Chayanov, pode representar um importante modo de organização social que guarda e dissemina saberes e técnicas – convertidos em capacitações, orientações, trocas de conhecimentos entre vizinhos, assistência técnica para os agricultores etc. – do fazer agricultura orgânica.

Historicamente, a agricultura familiar constituiu-se por meio de ações coletivas de organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos e outras entidades. As iniciativas coletivas, indubitavelmente, podem se desenvolver sempre mais, ampliando e articulando modos de organização cooperativos em novas esferas de produção. Conquanto proceder conexões entre tais estimativas estatísticas possa levar a conclusões apressadas, os dados dos censos agropecuários destacam, por exemplo, indicadores que reforçam o papel da cooperação no processo de obtenção da certificação da produção orgânica¹⁵.

Os dados do censo agropecuário (IBGE, 2017) mostram crescimento dos indicadores de certificação nas unidades agropecuárias orgânicas associadas a cooperativas. Acredito que se trata, antes de tudo, de informações que provocam reflexão. Não obstante esses dados referem-se apenas a modos de cooperação institucionalizados (cooperativas), negligenciando múltiplos outros modos de cooperar socialmente, à luz de Chayanov (2017), esse cenário pode representar o progresso da agricultura brasileira no desenvolvimento de um profícuo modelo econômico e social de organização. As ações cooperativas centradas em padrões de qualidade, transmissão de saberes e práticas, aquisição de tecnologias compartilhadas podem auxiliar os produtores nos processos de certificação de suas unidades e, conseqüentemente, aumentar a renda e patrimônio das famílias.

A cooperação, na visão de Chayanov (2017), traz consigo a concentração e a organização da produção agrícola, segundo padrões novos e mais elevados, ajudando os pequenos produtores a adaptarem o plano organizativo de sua unidade à política de comercialização e ao processamento cooperativo. Havendo sucesso, os camponeses aproveitam-se, inevitavelmente, do êxito para abarcar mais amplamente os setores produtivos da economia camponesa (criando associações de usuários de máquinas e implementos, com espaços para reuniões e formação, e também associações voltadas para a inspeção e a linhagem do gado, o processamento conjunto, a melhoria do solo etc.). Parte dos gastos envolvidos nesse tipo de produção cooperativa são cobertos – e devem sê-lo por questão de princípios – pelos lucros derivados da comercialização, das compras e dos créditos.

¹⁵ A certificação de qualidade encontra muitos limites e contradições nos mercados agroalimentares alternativos (ver Dias, Schultz, Schuster, Talamini, & Révillion, 2015).

O conceito dos ótimos diferenciais de Chayanov (2017) ajuda a discutir as múltiplas formas de cooperação que podem se constituir nas redes agroalimentares alternativas. Ao conceber o plano organizativo de uma unidade agrícola em seus elementos constituintes, a fim de examinar quais os mais adequados para organização cooperativa, é viável determinar todos os tipos plausíveis de cooperação. O citado autor postula a defesa da tão requisitada autonomia do camponês e encontra, por meio da análise dos ótimos diferenciais, formas de inserir, na economia de mercado, as unidades camponesas. Conforme Chayanov (2017, p. 88), pode-se “observar que muitos dos tipos de cooperação que identificamos analiticamente ainda não existem de fato. Ainda não foram descobertos na prática, assim como nossos químicos ainda não descobriram muitos dos elementos da tabela de elementos químicos de Mendeleev”.

Na pesquisa que conduzi em parceria com o Prof. Sergio Schneider, resgatamos as teorizações de Chayanov (2017) para investigar o desenvolvimento do cooperativismo na agricultura da Região Sul do Brasil e constatamos que a associação a cooperativas é uma variável que influencia positivamente as rendas agrícolas, o acesso a mercados para comercialização da produção agropecuária e a obtenção de orientação técnica. No entanto, diferente de Chayanov (2017), mostramos que o cooperativismo não tem sido mobilizado como estratégia organizativa apenas da agricultura familiar. Há um contingente expressivo de agricultores familiares ligados a cooperativas no Sul do Brasil, contudo o cooperativismo tem assumido cada vez mais importância entre médios e grandes proprietários rurais. Na própria agricultura familiar da Região Sul, o cooperativismo é mais pujante entre as unidades agrícolas detentoras de área total superior a dez hectares. Percebe-se, pois, a existência de um solo fértil para fomento do cooperativismo na agricultura familiar, principalmente nas unidades menores (Tomazzoni & Schneider, 2022).

Fragmentos do pensamento cooperativo de Chayanov podem ser encontrados em autores atuais, muitos dos quais talvez nunca tenham sequer ouvido falar de Chayanov e do cooperativismo na Rússia. Em seu clássico estudo, Helmberger e Hoos (1962) defendem o cooperativismo agrícola como um modelo organizacional que maximiza o preço pago aos agricultores, enquanto o lucro da cooperativa deveria ser igual a zero. Diversos estudos empíricos contemporâneos reforçam esse argumento, evidenciando que os agricultores recebem preços mais altos das cooperativas do que das empresas privadas (Fulton & Giannakas, 2013; Hanisch, Rommel, & Müller, 2013; Ofori, Sampson & Vipham 2019; Sexton, 1990), impactando positivamente a renda por eles obtida (Costa, Vizcaino & Costa, 2020; Hoken & Su, 2018; Ma, & Abdulai, 2016; Mojo, Fischer, & Degefa, 2017). Estudos enfatizam que o impacto da associação a cooperativas pode variar de acordo com o tamanho da unidade agrícola.

Hoken e Su (2018) mostram que, na renda agrícola, o impacto da associação a cooperativas é maior nas unidades de pequena escala.

A literatura apresenta evidências acerca do impacto da associação a cooperativas na produtividade agrícola (Francesconi & Ruben, 2012; Ortega et al., 2019; Wossen et al., 2017; Zhang et al. 2020). Wossen et al. (2017) analisaram os impactos do acesso aos serviços de extensão e a participação em cooperativas na adoção de tecnologia, na compra de ativos e na redução da pobreza na agricultura familiar da Nigéria. Eles concluíram que a associação a cooperativas tem efeitos positivos na adoção de tecnologia e, conseqüentemente, no bem-estar dos agricultores familiares. Francesconi e Ruben (2012) verificaram que, na Etiópia, a participação em cooperativas gera impactos positivos na produção de leite. Abate, Francesconi e Getnet (2014) observaram eficiência técnica mais elevada nas unidades agrícolas filiadas às cooperativas agrícolas por causa do melhor acesso aos insumos e aos serviços produtivos.

Com a emergência do debate do desenvolvimento sustentável, que marca o século XXI, diversos estudos têm mostrado o cooperativismo como potencializador da adoção de práticas e inovações agrícolas sustentáveis (Abebaw & Haile, 2013; Candemir et al., 2021; Zhou et al., 2018). Yu et al. (2021) demonstraram que a associação a cooperativas gera impacto positivo na adoção de tecnologias para o manejo integrado de pragas, que incluem a regulamentação ecológica e o controle biológico e físico. No campo social, Yu e Huang (2020) defendem que os impactos sociais devem ser levados em consideração na análise da eficiência de uma cooperativa. Ferguson e Kepe (2011) pesquisaram os benefícios não monetários obtidos por mulheres da Uganda que se associam a cooperativas e concluíram que o cooperativismo aumenta as habilidades de negociação e fortalece a capacidade de tomar decisões.

Guasselli (2002) destaca o papel significativo que o cooperativismo tem no desenvolvimento rural e na redução da pobreza no Brasil. Neves, Castro e Freitas (2019) sustentam que as cooperativas brasileiras são o principal elo entre agricultores e mercados. Silva, Cheung, Vilpoux e Sanches (2014) expõem que as dificuldades históricas enfrentadas pelos agricultores familiares brasileiros, como a insegurança para fazer investimentos, planejar as atividades e ampliar sua capacidade produtiva, podem ser superadas pelo agenciamento de ações cooperativistas. Buainain (2006) demonstra que o grau de organização e de participação dos agricultores em organizações sociais, como cooperativas e associações de produtores, têm impacto direto sobre a adoção de novas práticas, a produção e a eficiência do uso de recursos na agricultura familiar.

Ferreira e Braga (2004) destacam o papel do cooperativismo no desenvolvimento regional, evidenciando que, em algumas regiões do Brasil, as cooperativas são o único canal de

comercialização e de aquisição de insumos agrícolas pelos agricultores. Büttgenbender (2010) entende o cooperativismo como expressão das ações locais de desenvolvimento, que engendram interesses e necessidades dos cooperados, da comunidade e do território, como extensão de suas economias individuais, mas em cooperação. Johnston, Santana e Santos (2020) defendem que o cooperativismo ajuda a promover o desenvolvimento regional, sobretudo como mecanismo de facilitação a infraestruturas produtivas, mudança tecnológica, assistência técnica, agregação de valor à produção, comercialização, acesso a crédito e seguros. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação argumenta que as cooperativas agrícolas representam importante mecanismo de promoção do desenvolvimento rural e regional, abrindo oportunidades de mercado aos agricultores familiares, oferecendo capacitações para a gestão de recursos naturais e viabilizando o acesso à informação, tecnologia, inovação e aos serviços de extensão agrária (FAO, 2016).

O cooperativismo constitui elemento central desta tese. Intentar compreender a cooperação nas redes agroalimentares alternativas é olhar para um cenário marcado pelas lógicas e características da agricultura familiar, do cooperativismo, da pluriatividade das unidades rurais; é visualizar a diversificação de mercados, a coexistência de formas de organização dos modelos convencional e alternativo de agricultura, as práticas de cooperação não institucionalizadas e espontâneas dentro do mesmo espaço, a diversidade da cooperação (produção, comercialização, serviços etc.).

Quando fiz referência, na seção anterior, ao movimento da virada da qualidade, pretendi demonstrar que, desde meados do século XX, o sistema agroalimentar vem passando por grandes transformações que causaram impactos nas relações entre produção e consumo de alimentos. Emergiram, então, diversas reivindicações de aproximação entre quem produz e quem consome, trazendo à tona uma série de novas questões, como as críticas ao ‘distanciamento’ e à ‘desconexão’ entre as esferas de produção e de consumo, assim como entre seus atores.

À medida que a sociologia do consumo e da alimentação foi sendo incorporada aos planos políticos e epistemológicos, diversos autores ressaltaram a existência de assimetria no tratamento analítico das esferas de produção e de consumo, nos estudos do sistema agroalimentar (Barbosa & Campbell, 2006; Cassol & Schneider, 2015; Goodman & Dupuis, 2002). Logo, uma leitura atualizada de Chayanov (2017) faz indispensável interpor diálogos com novos discursos, agendas, mobilizações, práticas e políticas públicas. Em síntese, é preciso minuciar e complexificar as teorizações de Chayanov (2017) sobre a agricultura camponesa em relação às noções de redes agroalimentares alternativas, que aqui interessam. A falha em

reconhecer o consumo na equação dos estudos rurais reforça as redes agroalimentares alternativas e seu potencial paradigmático no desenvolvimento rural (Goodman, 2004).

Surtem, desses encontros, pistas sobre a cooperação nas redes agroalimentares alternativas. No entanto, são pistas preliminares, que não são aqui encaradas como verdades. Esta tese não situa as ideias de Chayanov nas esferas políticas e epistemológicas do ‘tempo atual’. Meu interesse no fenômeno da cooperação nas redes agroalimentares alternativas não está em concretizar a teoria de Chayanov, por meio de uma tese, que situe, reaplique e teste a análise chayanoviana para explicar as redes agroalimentares alternativas. Menos ainda em elaborar um trabalho cuja ancoragem vincule-se à visão utilitarista do cooperativismo frente ao ‘quão limitados’ de recursos são os agricultores familiares que integram as redes agroalimentares alternativas. Nesses encontros – censos agropecuários, pesquisas, Chayanov etc. – se fez notar, com maior força, a cooperação na organização das redes agroalimentares alternativas. Não raras vezes, ouvi, li, refleti sobre “a cooperação é o melhor caminho, e talvez o único possível para enfrentar a besta capitalista”. Contudo, esse modo de balizar o problema parece não estar bem acertado. Assim formulado, a cooperação é entendida como ‘vinda de fora’, é dizer que a cooperação responde ao ambiente – econômico, social, político – como elemento externo, como condição de existência e sobrevivência de quem é ‘pequeno’.

Evidenciei até aqui, de maneira geral, a reconstituição do desenvolvimento do conceito de redes agroalimentares alternativas e a introdução do debate acerca da cooperação no domínio dos estudos rurais. Não pretendo com esta tese reformular ou tensionar teorias e conceitos dos estudos rurais, ainda que, as discussões aqui estimuladas possam contribuir significativamente para essa área do conhecimento. Chamo a atenção precisamente para o tratamento concedido ao fenômeno da cooperação nos estudos rurais e suas implicações na constituição das redes agroalimentares alternativas. Não encontrei nos estudos rurais – nem nos estudos organizacionais – pesquisas e teorizações que abarcassem a complexidade dos contextos com os quais me deparei no campo, de modo a provocar a necessidade de novas compreensões acerca da cooperação em cenários que se distanciam da noção de organização empresarial, formal e estruturada.

Esta proposição não é fácil e tampouco pretendo tê-la atingido em sua integralidade. Considero que a teoria ator-rede pode fornecer subsídios para novas compreensões sobre a cooperação. Essa proposição não se refere exclusivamente a novas teorias sobre a cooperação que possam ser testadas na realidade de uma rede agroalimentar alternativa. Se assim fosse, seria até mesmo contraditória ao que postula a teoria ator-rede. Tal proposição implica, antes, os modos como as realidades das redes agroalimentares alternativas são interpeladas pelo

pesquisador. Precisamente os entrelaçamentos entre pesquisador e campo de pesquisa – informados, acima de tudo, pelo próprio empírico – fazem das redes agroalimentares alternativas um processo de elaboração de conhecimentos minuciosos e refinados sobre a cooperação. Assim, rascunhar qualquer possibilidade dessa proposição exige, primeiro, compreender a potência da teoria ator-rede como modo de pesquisar as redes agroalimentares alternativas.

2.2 O LUGAR DO PESQUISADOR NO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO: A TEORIA ATOR-REDE COMO MODO DE PESQUISAR NAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

Na obra “Reagregando o Social”, Latour (2012, p. 195) postula a expressão: “[...] porque doravante tudo é dado”. Para sustentá-la, preciso minimamente assinalar o que a teoria ator-rede representa como método e seus pressupostos. É a este repertório metodológico, especialmente dos desdobramentos da TAR e Depois (Law, 2004), que escolho direcionar meus esforços no percurso de pesquisa.

O método para a teoria ator-rede não é a aplicação de um quadro de referência, no qual, por meio de um conjunto de técnicas, podem-se inserir os fatos e suas conexões. Nessa teoria, os métodos de pesquisa constituem parte da realidade social que eles ajudam a criar e a transformar. Essa proposição não se refere exclusivamente à relação entre teoria e empiria. O lugar do pesquisador no campo não é nem pode ser neutro. A inserção do pesquisador engaja. Sua posição e sua postura são, simultaneamente, interpeladas pela realidade estudada e ajudam a construir e a propagar as realidades sociais (Law, 2004). O próprio método é um ato político, todo pesquisador é um pouco empresário (Law, 1986), a prática científica é outro modo de fazer política (Latour, 1983; 1999a).

A teoria ator-rede é, antes de teoria ou método, uma forma de engajamento no mundo, fornecendo pistas e ideias conceituais sobre a constituição da realidade heterogênea e política, mas que não exige que essa realidade seja emoldurada em quadros conceituais (Bussular, Antonello, & Burtet, 2019). Não há, portanto, um ‘mundo lá fora’ para ser encontrado com as ferramentas metodológicas certas. De outro modo, existe um real a ser constituído e transformado em conjunto com os demais atores do estudo (Law, Ruppert, & Savage, 2011).

Segundo Law (2004), tratar de método não corresponde apenas a falar sobre o tipo de realidades que se quer reconhecer ou sobre o tipo de mundo que se espera ‘fazer’, mas, fundamentalmente, a pensar sobre o modo de ser, de viver. Law (2004) fala em *after method*

como um procedimento mais amplo, mais flexível e diferente de muitos entendimentos convencionais. Embora ele não negue a importância dos métodos tidos como padrão, “o método, as regras e as práticas do método não apenas descrevem, mas também ajudam a produzir a realidade que eles compreendem” (Law, 2004, p. 4, tradução livre).

As orientações metodológicas da teoria ator-rede conferem ao pesquisador flexibilidade significativa, pois admitem que há mais desordem no mundo do que se pode imaginar ao projetar a metodologia como uma prescrição de higiene para purificar tudo (Law, 2004). Latour (1999b) explica que a teoria ator-rede é um método para entender o mundo em sua dinâmica e em suas relações políticas. “Os atores sabem o que fazem e nós temos que aprender com eles não apenas o que eles fazem, mas também, como e por que fazem determinadas coisas” (Latour, 1999b, p. 19, tradução livre).

Na origem da teoria ator-rede, nos estudos de ciência e tecnologia, Latour e Woolgar (1997) explicitaram que, para compreender a realidade dos estudos científicos, é necessário acompanhar os cientistas em ação, uma vez que a ciência está fundada em práticas sociomateriais e não no mundo das abstrações. Para dar conta dessa realidade precisa-se, portanto, prestar atenção aos detalhes da prática científica, do mesmo modo que os antropólogos descrevem tribos selvagens. Essa afirmação foi elaborada, anos depois, por Latour (2004), ao tratar a teoria ator-rede como um método que consiste em seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus enredos.

Os pressupostos da teoria ator-rede orientam uma postura similar à dos antropólogos, estabelecendo o mantra latouriano de ‘seguir os atores’ (Latour, 2012). No entanto, diferentemente dos estudos etnográficos, a teoria ator-rede não procura interpretar a simbologia presente nas culturas. Não se preocupa em simplesmente demonstrar como determinados fatores discursivos ou simbólicos operam em uma realidade social. Concentra-se, antes, em entender como as ‘coisas’ chegaram ao ponto em que estão: quais foram os jogos de interesse, o poder, os conflitos, as possíveis contradições que fabricam o ‘praticar como prática’. Desse modo, o locus do pesquisador deve estar aberto ao que pode emergir das relações entre os actantes (Bussular et al., 2019).

No primeiro capítulo, fiz referência à compreensão hegemônica do social, derivada da visão dicotômica da realidade, característica das ciências modernas. De outro modo, os escritos da teoria ator-rede começaram nos estudos de ciência e tecnologia, como uma maneira alternativa de compreender a realidade de modo relacional, rompendo com alguns padrões da tradição da sociologia (Callon, 1986; Latour, 2000; Latour & Woolgar, 1997). Os desdobramentos dos estudos na vertente da TAR e Depois, que aqui mais interessam, tornaram

ainda mais nítida a postura relacional da teoria ator-rede. Essa perspectiva entende que as entidades só existem em relação, pois, ao mesmo tempo em que produzem as práticas, são também produzidas por elas (Mol, 1999; 2002). Tal caráter relacional se faz presente em uma importante orientação metodológica, que postula a ausência de qualidades intrínsecas e evidencia a convicção de que nada existe *a priori*. A realidade não está à espera de ser descoberta por pesquisadores (Law, 2004).

O mundo social, conforme Law (1994; 2004), não é puramente social, mas complexo e desalinhado. As ordens não são seguras e tampouco ilimitadas. Elas são produtos e efeitos de ações performativas, de práticas estabelecidas entre atores heterogêneos que interagem, possuindo determinada duração em fluxo. A concepção de estrutura vai dando espaço a um conjunto de relações, de ações performativas e de práticas, evitando o pressuposto de uma ordem única e fundadora. Seus componentes – como as hierarquias, os fluxos de informação, as relações de poder – são consequências, nem sempre certas, de um processo de ordenamento heterogêneo e material (Law, 1994).

Law (2004, p. 42, tradução livre) fala do *assemblage* do método, que consiste em “um processo de empacotamento, de reunião, de junção, uma ‘autojunção’ recursiva” na qual os elementos colocados juntos não possuem forma fixa nem pertencem a uma grande lista predefinida, mas são enactados enquanto reunidos. Em outras palavras, significa dizer que pode não haver fórmula fixa ou regra geral para determinar bons ou maus ‘empacotamentos’ da realidade (Law, 2004). O método, alicerçado na reencarnação que Law (2004) propõe, assume aqui o caráter lento e incerto de um processo arriscado e preocupante que tomará tempo e esforço para fabricar a realidade e segurá-la, por um momento, contra um pano de fundo de fluxos e indeterminações.

O engajamento no campo, como postulado pela teoria ator-rede, oportuniza lançar olhares para além das estabilizações momentâneas sobre como agir, fazer e dizer – práticas na rede –, possibilitando compreender as relações, por meio das quais se torna possível observar as práticas em seu processo de ser. Analisar a cooperação sendo performadas nas redes agroalimentares alternativas, à luz da teoria ator-rede, permite observá-la em seu processo de ser, acontecendo de forma situada e contingente. O repertório teórico/metodológico da teoria ator-rede – simetria, rede, *enactment* e ontologia política entre outros – oportuniza a análise das relações enactadas entre os diferentes atores – humanos e não humanos – das redes pesquisadas, caracterizando-as em sua heterogeneidade, explorando como se ordenam e identificando os efeitos – práticas, cooperações – por elas gerados (Law, 1992).

Considerando o princípio de simetria, atores não humanos devem ser considerados no mesmo plano analítico que os humanos (Latour & Woolgar, 1997). Portanto, a teoria ator-rede convoca a identificar e seguir também os não humanos que atuam nessas redes. Acompanhar os não humanos reduz o risco de ignorar atores importantes que formam determinada rede (Czarniawska, 2007), propiciando a ampliação das fronteiras do estudo de inspiração etnográfica para além das relações somente humanas (Bruni, 2005) e a compreensão do papel de tais elementos nos processos organizativos (Miettinen, Samra-Fredericks, & Yanow, 2009).

Por esse direcionamento, o modo como conduzi a pesquisa levou-me a seguir atores humanos e não humanos, no momento em que estavam sendo enactados nas redes agroalimentares. Os pressupostos da teoria ator-rede convidam a olhar as redes agroalimentares alternativas como efeito de processos que constituem diferentes quadros de referência, os quais performam múltiplas cooperações, que não existem *a priori* em um mundo 'lá fora' (Law, 2004), só existem nesse conjunto de relações. Orientado pela teoria ator-rede fui desafiado a olhar para o mundo e, conseqüentemente, para o campo, assumindo uma postura mais dialógica, que pressupõe menos generalizações e mais particularidades. Guiado por essa postura, meu percurso em campo exigiu dialogar, simetricamente, com os diferentes atores e redes que criam e recriam formas de cooperar, trazendo para o plano analítico diversos atores que, tradicionalmente, encontram-se à margem desse debate.

Um dos grandes desafios do método da teoria ator-rede é traçar os limites da rede (Latour & Woolgar, 1997; Law, 2004), uma vez que as relações e as associações não possuem delimitações claramente definidas. Law (2004) desenvolve a noção de *method assemblage* para explicitar a plasticidade dos limites de uma rede, ou de um recorte dela. O *method assemblage* orienta o pesquisador a olhar para o conjunto de relações que constituem as práticas performadas no 'aqui e agora', sem perder de vista as relações que não estão acontecendo nesse mesmo espaço, mas que se encontram diretamente vinculadas ao conjunto de relações (Law, 2004). Apoiado na noção de rede como fluxo de múltiplas entradas e saídas, precisei escolher por onde começar, até onde ir e quando parar.

Como adiantei no final do prelúdio, a Cooperativa GiraSol foi a porta de entrada para o campo de pesquisa e também o território onde foram produzidos os maiores quantitativos de dados empíricos. Aqui, entendo a GiraSol como um enclave privilegiado para o encontro entre agricultores, consumidores e muitos outros atores constituintes de uma rede agroalimentar alternativa. Esse entendimento orientou meu olhar em campo, direcionando-o para as relações através das quais atores, práticas, cooperações e outras relações são constantemente enactados nas redes agroalimentares alternativas. Pelo engajamento com o campo, o seguimento dos

atores (Latour, 2012) sugeriu-me maior atenção às relações que me levavam a outros territórios relevantes – agricultores, governos, políticas públicas, movimentos sociais etc. – na rede agroalimentar. Meu caminho metodológico permitiu ‘mergulhos’ – alguns superficiais e outros profundos – nesses outros territórios.

À luz da teoria ator-rede, seria demasiada ingenuidade prescrever o tamanho dessa rede. Reconheço que, como todo recorte, há, nesse investimento, ganhos e perdas. Ao fazer a tessitura de uma rede de relações de inspiração latouriana (Latour, 2012), entrelaçam-se caminhos e descaminhos percorridos nos diferentes territórios, que prepararam o terreno sobre o qual esse trabalho desenrolou-se. Se a prática científica é um modo de fazer política (Latour, 1983; 1999a), o recorte de uma rede é, em primeira análise, a tessitura das relações do pesquisador com o campo de investigação.

No percurso metodológico, surgiram dúvidas, anseios, singularidades, eventos inesperados que exigiram redimensionamentos nas estratégias de pesquisa, e, por conseguinte, redesenhos na rede de relações analisadas. Mais ainda. Todas essas particularidades tiveram efeitos no próprio conteúdo dos dados científicos. Tudo é refletido, nada é garantido – o próprio campo informa as relações que se produzem em meio aos encontros de cooperações fabricadas e dão pistas para a condução metodológica. Intento elaborar uma descrição que expresse a trama de relações que constituem os territórios que engendram esta tese. Alicerçado em Law (2004), pretendo rascunhar a rede e suas *hinterlands* que amalgamam esses territórios.

2.2.1 Hinterlands como Modo de Compreender as Redes Agroalimentares Alternativas

O percurso em campo é entrecruzado por escolhas e injunções, a produção de um texto igualmente o é. A seguir, compartilho as escolhas que fiz para compreender a rede agroalimentar alternativa pesquisada.

A teoria ator-rede ultrapassa a descrição detalhada dos fatos em estudo, ela é um modo de produzir entendimentos sobre a dinâmica das realidades múltiplas, que o pesquisador acompanha, analisa e performa. O recorte dado ao acontecimento que constitui a rede agroalimentar alternativa, qual seja, o encontro entre os distintos atores na trama urbano/rural, é aquele que perpassa meu próprio percurso metodológico no campo de investigação. Por meio desses encontros, procuro jogar luzes sobre os atores que atuam e singularizam a cooperação.

Não há um modo único de demonstrar as trilhas que me levaram à consecução dessa tese. Guiado pela teoria ator-rede, ao menos cinco possibilidades abriram-se como caminhos metodológicos já desbravados por outros autores: praxiografia (Duarte, 2015; Pereira, 2016);

assemblage (Camillis, 2016); cartografia das controvérsias (Bussular, 2017); *hinterlands* (Burtet, 2019); etnografia (Tureta, 2011).

Com a pretensão de não descolar os esforços analíticos e o caminho metodológico no campo empírico, optei pela noção de *hinterlands* cunhada por Law (2004), para oferecer uma possibilidade de compreensão da dinâmica das redes agroalimentares alternativas. Tal escolha, no entanto, não se configura meramente instrumental. Ela não é uma definição *a priori* que orientou o seguimento dos atores desde a largada. A noção de *hinterlands* emergiu como uma possibilidade somente após mais de mil horas de observações e uma centena de páginas no diário de campo. O querer trabalhar com a noção de *hinterlands* apresentou-se, pois, como pista-chave na leitura dos modos de engajamento engendrados entre pesquisador e campo empírico.

O conceito de *hinterlands* ainda é pouco explorado no domínio da ciência da gestão. A tese de doutorado de Burtet (2019) foi pioneira, no Brasil, ao mobilizar a noção de *hinterlands* (Law, 2004) para compreender as práticas compartilhadas entre os atores da rede do movimento *maker*. Busco, portanto, suporte nos esforços metodológicos de Burtet (2019) para mobilizar a noção de *hinterlands* de Law (2004), com o objetivo de compreender a cooperação nas redes agroalimentares alternativas.

Law (2004) entende *hinterland* como:

Um conjunto de relações materiais, complexas, mais ou menos padronizadas, que se estendem indefinidamente e integram afirmações sobre a realidade e as próprias realidades. *Hinterland* inclui dispositivos de inscrição e enata a topografia das possibilidades, impossibilidades e probabilidades da realidade. Uma metáfora concreta para presenças e ausências (Law, 2004, p. 160, tradução livre).

O termo *hinterland*, na teoria ator-rede, tem conotações metodológicas mais salientes do que espaciais. Seguindo o *method assemblage*, Law (2004) desenvolve o conceito *hinterland* como um conjunto de relações que sustentam práticas, por meio das quais a rede constitui-se constantemente e a realidade mantém-se provisoriamente estável. As *hinterlands* produzem afirmações sobre a realidade e as próprias realidades. No entanto, ao assumir presenças e ausências, Law chama a atenção para inúmeras outras realidades que, ao mesmo tempo, podem estar sendo desfeitas na rede. Ainda, para as inúmeras outras realidades que nunca foram produzidas, mas que poderiam, se o aparato de produção da realidade tivesse sido ligeiramente diferente (Law, 2004).

Outra implicação relacionada ao conceito de *hinterlands*, refere-se aos arranjos de realidades que são – mais ou menos – facilmente produzíveis. Outras, no entanto, não o são –

ou nunca foram produzidas em primeiro plano. As *hinterlands* constroem uma topografia de (im)possibilidades de realidade. Algumas possibilidades tornam-se pensáveis e reais; outras, menos imagináveis e menos reais; ainda outras completamente impensáveis, irreais (Law, 2004). Nessa trama de possibilidades, Law (2004) propõe o *method assemblage* como a construção de *hinterlands* que se distinguem entre: “(a) tudo o que está aqui ou presente; (b) tudo o que está ausente, mas também se manifesta em sua ausência; (c) tudo o que está ausente, mas é Outro, porque, embora seja necessária a presença, não é ou não pode ser manifestado” (Law, 2004, p. 42, tradução livre).

Tais localidades não podem ser reduzidas a categorias ou níveis de alcance da realidade. As *hinterlands* só podem ser entendidas se ancoradas na noção de rede postulada pela teoria ator-rede. Em vez da singularidade de cada *hinterland*, Law (2004) resgata em Mol (2002) o interesse pela diferença, pela multiplicidade e pela alteridade. As relações entre presenças e ausências são incertas, às vezes vagas, difíceis e contraditórias. Na rede, as *hinterlands* ora se sobrepõem, ora se chocam, mas não são as mesmas. Diferentes realidades estão sendo criadas e mutuamente ajustadas para que possam se relacionar – com maior ou menor dificuldade (Law, 2004).

Se evidentes as multiplicidades de realidades (im)possíveis, qual a importância da metáfora epistemológica das *hinterland* para compreensão da cooperação enactada, nas redes agroalimentares alternativas? O seguimento dos atores no campo levou-me a vários territórios e contextos – feiras, grupos de consumo, cooperativas, redes, associações, agroindústrias, mercados – que se conectam e performam o que denomino rede agroalimentar alternativa. Recortes na tessitura da rede, no entanto, se fazem necessários na prática científica. O recorte na rede, produzido pela trama de caminhos percorridos no seguimento aos atores, conduziu o percurso metodológico por cinco territórios: Cooperativa GiraSol; Rede Economia Solidária e Feminista (RESF); Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop); Grupo Orgânicos Mãos na Terra; e Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT).

A escolha por esses cinco territórios não adotou um critério geográfico ou institucional nem a condução da pesquisa seguiu alguma padronização entre os territórios. A cada passo, analiso criticamente o percurso metodológico que possibilitou os encontros nos diferentes territórios, através da tessitura de uma rede, cujo início foi a GiraSol. O foco da pesquisa não se prende à organização da Cooperativa GiraSol ou de qualquer outro território. O foco da análise reitera, em primeiro plano, a cooperação nas redes agroalimentares alternativas. Ainda

assim, a GiraSol ocupa a centralidade na tessitura da [minha] rede, pois os desdobramentos na condução da pesquisa nesse local abriram caminhos para a expansão para outros territórios.

Os cinco territórios não podem ser considerados, em primeira análise, como *hinterlands*, pois esse conceito é mais epistemológico do que espacial (Law, 2004). A identificação de uma *hinterlands* requer um esforço analítico que congrega o percurso metodológico no campo empírico e a tessitura da teia de relações que constituem a rede agroalimentar alternativa. Identificar uma *hinterland* é um processo de separação de um complexo de relações, a fim de tornar parte do fluxo, ainda sem formato, uma forma, ou uma entidade, ou uma *hinterland* (Marques, 2018 *apud* Burtet, 2019). Identificar uma *hinterland* é, portanto, uma artesanaria da rede que separa, sem desfazer o conjunto de relações que sustentam algumas práticas, por meio das quais a rede constantemente se constitui.

Law (2004) destaca que a primeira *hinterland* refere-se a uma localidade de mais fácil acesso e visualização na rede. Trata-se de afirmações, dados ou representações de possíveis realidades que se tornam pensáveis e reais. Orientado pelas proposições de Law (2004), sustento que a pesquisa na Cooperativa GiraSol produziu a primeira *hinterland* na rede. Essa localidade é marcada pelas práticas de cooperar e de organizar que engendram modos de cooperação de consumidores urbanos. As pistas produzidas, nessa primeira localidade na rede, direcionam a atenção e a suspeita para outras *hinterlands*. Muitas são as pistas e proponho-me a expressá-las nos capítulos seguintes. Por ora, destaco apenas duas: a GiraSol é um desdobramento de articulações de outras redes; as práticas que constituem a GiraSol extrapolam a cooperação urbana.

A segunda *hinterland* refere-se às realidades ‘lá fora’, refletidas na primeira *hinterland*. São realidades ausentes na primeira *hinterland*, mas também se manifestam nela. A segunda *hinterland* integra outros espaços e relações possíveis, diferentes da primeira *hinterland*, mas observáveis e performados por atores que se relacionam diretamente com os da primeira *hinterland* (Law, 2004). O acesso à localidade da rede, que denomino aqui segunda *hinterland*, é possibilitado por dois territórios: RESF e RedeCoop. Esses dois territórios constituem uma localidade da rede agroalimentar que não está tão aparente aos olhos de quem a acessa apenas através da GiraSol. A segunda *hinterland* produz pistas sobre a dimensão política das cooperações performadas na RESF e na RedeCoop, manifestadas na primeira *hinterland*.

A terceira *hinterland* refere-se à ramificação infinita de processos e contextos ‘lá fora’, necessários, porém invisíveis para a primeira *hinterland*. É tudo o que está ausente, mas é Outro, porque, embora necessário à presença, também está oculto, reprimido ou desinteressante. Na terceira *hinterland*, encontram-se outros atores e contextos mais ‘distantes’, os quais, de algum

modo, relacionam-se com a primeira *hinterland*, mas, por alguma razão, não são visíveis aos olhos de quem observa (Law, 2004). A terceira localidade na rede emergiu de minha submersão em outros territórios, distantes do espaço urbano. Pelas aproximações com os agricultores familiares e suas organizações – Grupo Orgânicos Mãos na Terra e COOMAFITT – onde o alimento ganha materialidade e vida, constituiu-se a terceira *hinterland*, na rede agroalimentar alternativa pesquisada. A terceira *hinterland* produz pistas sobre a sociomaterialidade da cooperação.

As *hinterlands* favorecem a análise de como a cooperação é enactada nas redes agroalimentares alternativas. Ao entender as redes agroalimentares alternativas como dinâmicas, fluidas e sem limites definidos, a noção de *hinterland* rascunha uma abstração. Conquanto reducionista da realidade caótica, por meio dela é possível expressar os modos como a cooperação foi sendo performada durante a pesquisa. Mais reducionista ainda é tentar sistematizá-las no enquadramento estanque de uma figura, mesmo assim, o faço.

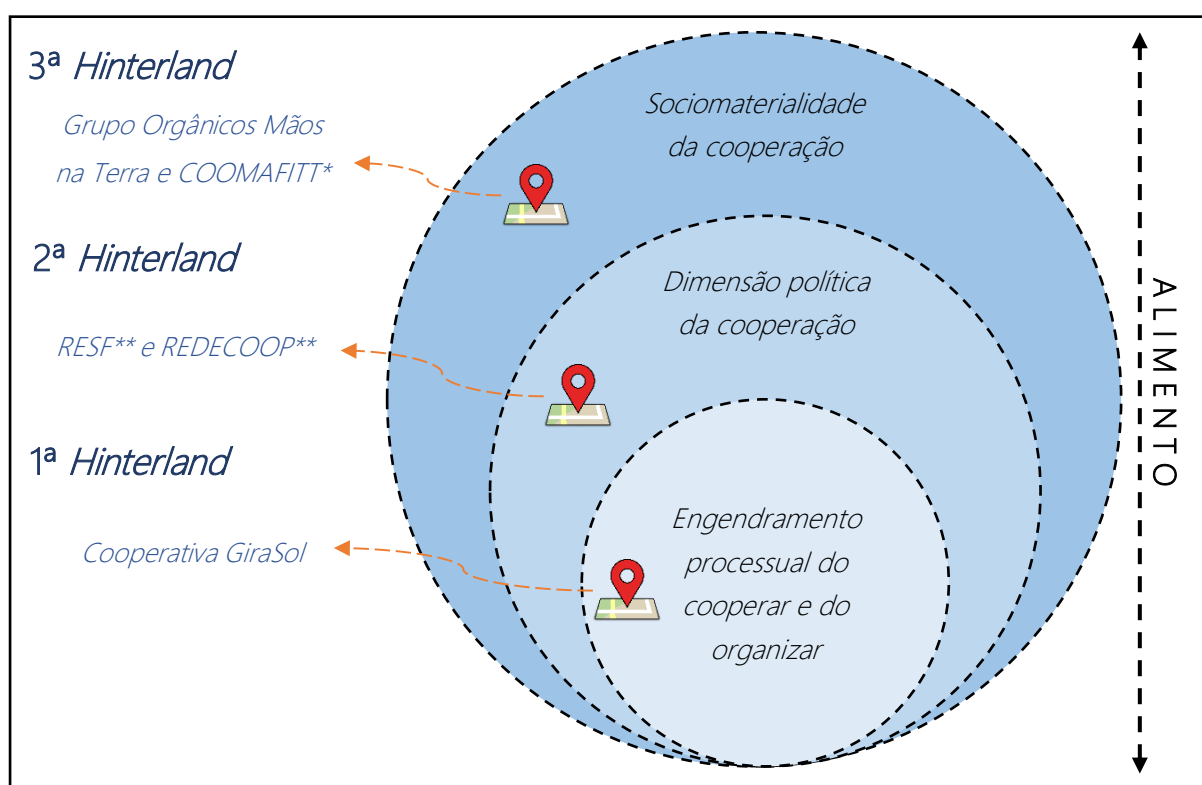


Figura 1. As *hinterlands*: rascunho da rede agroalimentar alternativa investigada

Nota: *Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas; **Rede de Economia Solidária e Feminista; ***Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária

As *hinterlands* produzem afirmações sobre a realidade mais aparentes e de fácil acesso (1ª *hinterland*); conduzem realidades não tão aparentes na rede (2ª *hinterland*); tornam

observáveis realidades veladas ou, nas palavras de Law (2004), atores que atuam, na rede, mais silenciosamente (3ª *hinterland*). Essas não são as únicas realidades possíveis, mas demonstram as tensões negociadas à medida que as *hinterlands* circulam, ora se sobrepondo a meu percurso de pesquisa, ora com ele se chocando.

Discuto as três *hinterlands* e aprofundado sua compreensão no desenvolvimento dos capítulos III, IV e V. Antes, porém, é preciso detalhar algumas escolhas metodológicas que circunscrevem o campo de pesquisa, as quais sustentam a construção de um método inspirado em Law (2004).

2.2.2 Caminhos e Descaminhos da Pesquisa: o Percurso do Pesquisador no Campo de Investigação

A ruptura com as purificações metodológicas, fortemente criticada por Law (2004), possibilita lançar luzes sobre os impasses, os dilemas, as dúvidas e os desafios vivenciados pelo pesquisador. Daí se evidencia o caráter performativo do método (Law et al., 2011). O que isso implica no fazer pesquisa que aqui conduzo? O que isso implica na experimentação da realidade da pesquisa nas redes agroalimentares alternativas?

Ao escolher trilhar os caminhos através dos quais vivenciei o campo, assumi o risco de questionar ‘para onde vou?’, sem amparo determinístico no passo a passo dos manuais metodológicos. Lançar-me ao incerto significou procurar, incansavelmente, novas pistas sobre a fabricação de cooperações nas redes agroalimentares alternativas. Incluir o arriscar-se não tira a legitimidade e a autenticidade desta tese. Pelo contrário, corrobora a busca por um método tal qual John Law (2004) convida a pensar, tendo em vista o mundo caótico e complexo do qual se participa. Law (2004) leva a pensar em uma metodologia disposta a conhecer de modo igualmente ‘desordenado’ – um produzir cooperação, um delinear a ‘desordem’ no método, um abrir-se à possibilidade de se surpreender com e no campo.

Na condução da pesquisa, Law (2004) convida a fazer dialogarem as experiências, com as quais me deparei no campo, e os referenciais metodológicos, de modo que seu efeito seja a terceira via para a construção de um método inventivo. No caso deste estudo, assumir um método inventivo exigiu ajustar constantemente o repertório metodológico às mudanças que iam se apresentando a cada passo. A natureza adaptável do método em Law significa que ele é construído peça por peça, à medida que o pesquisador instaura sua relação com o campo e descobre aquilo sobre o qual quer saber. É difícil generalizar um conjunto de ferramentas

metodológicas e repartir o método em técnicas de pesquisa isoladas. Há, contudo, algumas pistas que orientaram meu percurso metodológico.

No delineamento de um método inventivo, como proposto por Law (2004), ganha relevância e espaço, na metodologia, a técnica de observações empíricas. Desde as origens da teoria ator-rede, a observação torna-se valor metodológico-chave para compreender a realidade ‘como ela acontece’ (Latour & Woolgar 1997; Woolgar, 1982). A dinâmica que se estabeleceu enquanto eu ‘seguia’ alimentos, consumidores, agricultores, políticas públicas, cooperadores, militantes etc. registra também os dados empíricos produzidos pelas [minhas] observações e abriu caminhos para que outras técnicas metodológicas se mostrassem profícuas e significativas para a condução do estudo.

Na matriz de técnicas metodológicas, decorrentes das observações empíricas, duas delas podem ser singularizadas: levantamento documental e entrevistas. Embora as técnicas não representem etapas isoladas, cronológicas e rígidas de aplicação de um método de pesquisa, para tratá-las, detalhadamente e as articular com a ação observacional, mostra-se imprescindível ir devagar, passo a passo. Assim, começo pelas observações.

...

Considero o dia 17 de junho de 2019 o marco categórico do ingresso no campo de investigação. Por vezes, para escrever esta tese, recorri a memórias que antecedem essa data, pois acredito que esses atravessamentos também constituem a relação do pesquisador e suas vivências com o campo empírico. No dia 17 de junho de 2019, ocorreu o registro da primeira nota na caderneta de registros. Essa primeira página do diário de campo marca o início da atividade no campo de investigação. Esta pesquisa teve início, portanto, valendo-se da técnica de observação no campo. Em seu decorrer, a observação desenhou-se como a mais ampla e densa estratégia metodológica de produção de dados empíricos. As demais técnicas – levantamento documental e bibliográfico e entrevistas – representam desdobramentos diretos das reflexões acerca das observações realizadas.

Como técnica primordial no seguimento dos atores, a observação empírica desencadeou-se de dois modos: observação não participante e observação participante. Inicialmente, pretendia restringir minhas observações à forma não participante. Não por acreditar na fantasmagórica neutralidade científica, a ser alcançada pelo maior distanciamento fornecido pela observação não participante, mas por julgar, naquele momento, ser demasiadamente apressado investir na GiraSol e fechar outras janelas que entrevia no campo

exploratório. Em junho de 2019, iniciei meu percurso na Cooperativa GiraSol, com observações não participantes, realizadas em dois turnos semanais.

No primeiro dia no campo, a conversa com o coordenador geral já dava pistas de que a relação com a GiraSol seria diferente da que eu imaginava: “Quer que a GiraSol seja teu objeto de pesquisa? Já adianto que essa não é uma pesquisa neutra, é uma pesquisa participante” (diário de campo, 17/06/2019). Não raras vezes ouvi esse comentário. De imediato fui convidado a integrar os grupos de trabalho da GiraSol, organizados com a missão de ‘fazer funcionar’ o futuro empreendimento da cooperativa, o Armazém GiraSol, cuja previsão de inauguração era dezembro de 2019. Mais adiante, detalho esse processo de inserção no campo, mas, por ora, destaco apenas que a dinamicidade dos meses que antecederam a inauguração do Armazém GiraSol exigiu minha presença diária na cooperativa. À medida que desenvolvía minha investigação, preocupava-me também com a contribuição que poderia dar à GiraSol. Antes de finalizar o primeiro mês de campo, eu já havia incorporado o ‘nós’ quando me referia à GiraSol.

O modo como me engajei no campo, logo fez notar a emergência de uma nova proposição de relação com o campo de pesquisa. Como efeito direto das circunstâncias do fazer pesquisa com o campo, ou seja, da incontornável intensidade que é estar no campo, firmei, em 14 de agosto de 2019, meu compromisso como voluntário na Cooperativa GiraSol. A essa altura, já percebia a GiraSol como um campo profícuo para a discussão que pretendia fazer sobre a cooperação nas redes agroalimentares alternativas. Há uma tradição de titular ‘tocadores’ às pessoas que participam organicamente da GiraSol. Sem certeza quanto ao significado de tal termo, tomo-me também como um ‘tocador’ ou, como disse uma das fundadoras da GiraSol, um ‘tocador da nova geração’.

Consequentemente, essa nova relação com o campo teve desdobramentos metodológicos. Não se trata de estar preocupado em influenciar ou alterar, de alguma forma, o objeto de estudo. A teoria ator-rede aceita as responsabilidades e os desafios de estar no campo. Ocorre que não havia outra definição científica para explicar a relação estabelecida com o campo e o modo como o fazer pesquisa desenvolvia-se, senão caracterizá-la como uma observação participante. Mais ainda. Uma observação participante que, sob o enquadro dos referenciais da tipologia clássica de Gold (1958), poderia ser definida como tendo participante totalmente envolvido. Em muitos momentos, questioneei minha postura no campo: “Afinal estou sendo pesquisador ou funcionário?” (diário de campo, 20/01/2020). Por vezes, a confrontação com essa inquietude, fez-me suspeitar de algumas de minhas escolhas metodológicas. Por outras, elas eram validadas pelo próprio campo empírico, como na fala de uma das coordenadoras da GiraSol.

Eu não sei se tu conheces o livro chamado ‘Corpo e Alma’? [...] Loic Wacquant foi fazer a tese dele de doutorado nos Estados Unidos, e ele queria estudar os... ele foi pra Detroit, uma cidade americana lá, e ele queria estudar os trabalhadores industriais. E aí depois de algumas tentativas de aproximação, resolveu então, por várias coisas, ele acabou entrando em uma academia de boxe, boxer. Ele entrou naquela academia de boxe, ele entrou para fazer boxe, mas aí começou a olhar, e ele começou a ver que o povo que ele queria estava ali. Ele começou a praticar boxe, mas ele começou a entrar no processo. E aí ele escreve, inclusive na introdução do livro dele ‘Corpo e Alma’, que é um trabalho que ele foi de corpo e alma. E aí ele faz homenagem ao Bourdieu na apresentação, e ele diz que algumas vezes ele chegou a se perguntar se ele queria seguir na sociologia ou no boxe. Mas isso para dizer como que ele chegou nesse movimento, como processo, e aí ele fala para o Bourdieu como que ele acha que isso aí não compromete o conhecimento. [...] Esse ‘Corpo e Alma’ é muito bonito, é bem legal. E trata um pouco disso, dessa relação que é... essa relação que eu acho que tu tem com a GiraSol, que é também um cara que teve uma interação muito importante, ajudando a segurar a GiraSol em um momento crucial da vida da GiraSol (entrevistada E6).

Diferentemente de Gold (1958), contudo, não pretendo fazer uma classificação tipológica das observações pelo nível de envolvimento com meu campo empírico nem tampouco destiná-lo, mesmo que justificadamente, à confirmação da acurácia das [minhas] observações. A escolha pela observação participante aqui se apresenta como desdobramento da performatividade do método de pesquisa, do percurso de conceber um método inventivo na relação do pesquisador com o próprio campo. Meu campo evidenciou-me que a observação participante não aparece como condição *a priori*, mas como consequência metodológica.

Assim como Loic Wacquant assumiu o ‘corpo e alma’, em seu fazer científico com os lutadores de boxe em Detroit, assumo a relação com a GiraSol como um modo de pesquisar, que não silencia os atravessamentos da simbiose pesquisador/voluntário no fazer pesquisa. Diferentemente, transformo esses atravessamentos em dados do próprio estudo. Isso significa que uma relação caracterizada como via de mão única passa a ser de mão dupla. A radicalidade da experiência com o campo suscitou um constante estado de vigilância sobre a metodologia. Não com o intuito de purificar as [minhas] observações, retirando-lhe sua carga subjetiva ou mesmo abstrata, como se houvesse um alcance próprio da racionalidade objetiva sobre o campo, mas visando à permanente abertura para a reflexão e o debate sobre pesquisar com o campo e suas consequências éticas.

O seguimento dos atores no fluxo da rede, como postula a teoria ator-rede, fez com que, além da GiraSol, outras localidades (Law, 2004) se manifestassem no percurso metodológico. Os desdobramentos levaram a imersões em outros territórios conectados com a GiraSol, pois conduzi meu estudo deslocando-me da GiraSol a outras localidades, de outras localidades à GiraSol. Nesse percurso, minhas reflexões no diário de campo direcionaram-me para outra grande inquietude. Desde a inauguração do Armazém GiraSol, em fevereiro de 2020, meu

diário de campo registrava pistas de que a GiraSol não era, apenas, uma cooperativa urbana de consumidores. A conexão da GiraSol com outras localidades na rede mostrava-se cada vez mais evidente.

No primeiro momento, as notas no diário de campo rascunhavam um emaranhado de relações conectando a GiraSol com a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) e a Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop) e indicavam que “seria, no mínimo, reducionista, falar da GiraSol sem falar das suas conexões com a RESF e a RedeCoop” (diário de campo, 06/03/2020). Aqui, no plano analítico, RESF e RedeCoop, são entendidas como a segunda *hinterland* na rede (Law, 2004), uma vez que são realidades ‘fora’ da GiraSol, mas nela presentes, visíveis e com ela relacionadas. As múltiplas conexões amalgamadas por valores, projetos, espaço físico e até mesmo pessoas tornam difícil a tarefa de ‘separar’ a GiraSol da RESF e da RedeCoop. As conexões, principalmente espaciais, da GiraSol com a RESF e a RedeCoop, facilitaram, porém, o acesso a esses dois territórios, permitindo que, durante a pesquisa na GiraSol, fossem realizadas observações não participantes, nas realidades da RESF e da RedeCoop e em seus desdobramentos nas realidades da GiraSol. Desse modo, RESF e RedeCoop tornaram-se territórios relevantes na rede, sendo as técnicas observacionais mobilizadas para perscrutar esses territórios.

Ulteriormente, a articulação entre GiraSol, RESF, RedeCoop e as cooperativas da agricultura familiar, que resultou na criação do Centro de Distribuição GiraSol, em março de 2020, mostrou fortes indícios de que “existe uma relação, que conecta a GiraSol com a cooperativas da agricultura familiar, para além da simples circulação de alimentos” (diário de campo, 27/03/2020). A percepção de possibilidades de expansão para outras localidades na rede, ultrapassando GiraSol, RESF e RedeCoop, foram, no entanto, ofuscadas pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, desde o final de março de 2020. No início, cultivei esperanças de que a crise seria passageira e a pesquisa seguiria com alguma normalidade. Passados os primeiros quatro meses pandêmicos, as chances de inserções mais profundas para investigação das cooperativas e das organizações dos agricultores familiares, no mundo rural, apresentaram-se cada vez mais improváveis.

Junho de 2020 foi o prazo [máximo] estabelecido para minha saída do campo de investigação. Sem nenhuma garantia, assumi o risco de manter-me em campo por mais algum tempo. Sentia certo desalento por não conseguir chegar, diretamente, ao contexto rural. A pertinência e a profundidade das discussões que pretendia fazer pareciam estar ameaçadas. As notas do diário de campo registram essa conjuntura.

A situação da pandemia vem piorando no Rio Grande do Sul. A publicação de um novo decreto hoje, endurece as restrições de circulação. A cada dia parece menos possível chegar até as cooperativas da agricultura familiar. Qualquer inserção nesses campos exige um deslocamento para municípios no interior do estado. [...] A decisão de me manter como voluntário na GiraSol, com contato direto com fornecedores, consumidores e colegas de trabalho, me torna uma pessoa em situação de alta exposição ao vírus. Não me parece prudente sair de Porto Alegre e realizar inserções em outros municípios, nas propriedades dos agricultores, nas cooperativas, no momento mais crítico da pandemia. Por outro lado, sinto que se não conseguir chegar até os agricultores, minha tese terá um gigante ‘buraco’. Há alguns meses meu diário de campo mingua. A decisão de me manter em campo só terá valido a pena se eu conseguir chegar no espaço rural, onde os alimentos, que mobilizam toda essa rede, ganham materialidade (diário de campo, 06/07/2020).

O cotidiano na GiraSol possibilitava rápidos contatos com as cooperativas e os agricultores. No entanto, julgava esses eventos demasiadamente insuficientes para compreender o mundo rural, cada vez mais relevante nas reflexões no diário de campo. A única janela para essas localidades que eu percebia era a realização de entrevistas virtuais. No entanto, escolhi esperar, amparado na profunda crença de que seria possível chegar aos territórios rurais.

Durante minhas observações, as localidades do mundo rural na rede, que propus transformar em campo de pesquisa, foram sendo escolhidas segundo dois critérios: relações comerciais consolidadas com a GiraSol; relações políticas com a GiraSol. Com esses balizadores, três localidades (cooperativas) foram mapeadas como possibilidade de campo de pesquisa, todas sugeridas pela coordenação da GiraSol e cogitadas por mim com base nos registros observacionais.

Em setembro de 2020, indicadores mostravam que, no estado do Rio Grande do Sul, a pandemia de Covid-19 estava dando uma trégua. Na GiraSol, estava sendo discutida a necessidade de realização de uma visita técnica ao Grupo Orgânicos Mãos na Terra, que reúne agricultores familiares e agroecológicos do município de São Domingos do Sul - RS. De imediato, visualizei nessa visita uma possibilidade – talvez única – para explorar esse território na rede. O Grupo Orgânicos Mãos na Terra era uma das organizações da agricultura familiar que me interessavam, contudo, a inserção e o processo observacional precisavam ser rápidos, com duração de, no máximo, dois dias. Contatos prévios concretizaram a possibilidade. A visita técnica, realizada no feriado de 07 de setembro de 2020, possibilitou a primeira imersão formal na realidade do mundo rural, e o Grupo Orgânicos Mãos na Terra constituiu-se como um território de pesquisa. Para otimizar o curto tempo disponível, as observações empíricas foram combinadas com entrevistas com os agricultores. Detalho, mais adiante, os procedimentos para a condução das entrevistas. Por ora, destaco que as observações e as entrevistas produziram um

surpreendente volume de dados de empíricos. De certo, esses foram os dias, metodologicamente, mais intensos.

A experiência bem-sucedida da imersão no Grupo Orgânicos Mãos na Terra despertou o interesse em avançar a investigação para outros territórios previamente mapeados que, julgava, merecerem olhares mais atenciosos. Face à trégua na crise pandêmica, procurei oportunidades para imersões, ainda que rápidas, nas outras duas cooperativas da agricultura familiar. Após os primeiros contatos, uma delas foi imediatamente descartada. Não havia espaço na agenda para que os dirigentes e/ou os agricultores pudessem me receber, devidamente. Na segunda cooperativa, após contato prévio, foi possível agendar uma visita. No final de setembro de 2020, realizei uma imersão, em dia único, na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT), no Litoral Norte do estado. Do mesmo modo que na imersão no Grupo Orgânicos Mãos na Terra, as observações foram combinadas com a realização de entrevistas. A COOMAFITT tornou-se o quinto território da pesquisa. Juntos, Grupo Orgânicos Mãos na Terra e COOMAFITT performam o que chamo de terceira *hinterland* (Law, 2004), ou seja, realidades que atuam, na rede, de modo mais invisível e silenciosa.

Essa é a síntese de como os cinco territórios foram ganhando forma e relevância durante a pesquisa. As condições materiais, geográficas, temporais e pandêmicas, impostas para imersão nessas cinco localidades, exigiram posturas acerca das observações empíricas, que não podem ser envelopadas no mesmo pacote. As observações realizadas no território da GiraSol (1ª *hinterland*), perpassadas pelo trabalho voluntário, são uma observação do tipo participante ou dela se aproximam. As observações realizadas nos territórios da RESF e RedeCoop (2ª *hinterland*) e nos territórios do Grupo Orgânicos Mãos na Terra e da COOMAFITT (3ª *hinterland*) aproximam-se ora do tipo não participante, ora do tipo participante.

Em consequência de tais reflexões, escolho caracterizar as observações efetuadas nessa realidade ‘bagunçada’ – para resgatar o termo empregado por Law (2004) – como um *continuum* (Scott, 1972) de observações empíricas do cotidiano, nos diferentes territórios que constituem a rede agroalimentar alternativa investigada, que vão, por vezes, para observação participante e, por outras vezes, para a observação não participante.

As observações empíricas possibilitaram idas e vindas no campo que, eventualmente, extrapolavam a dimensão física de observações presenciais. As redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp) e os conteúdos que por elas circulavam mostraram relevância na produção de dado empírico e, principalmente, serviram como sinalizadores para as escolhas de pesquisa. Disso resultaram consequências metodológicas. No domínio da etnografia, a

emergência da internet desencadeou amplo debate sobre etnografias em cenários *on-line*. Robinson e Schulz (2009) detalham três fases de desenvolvimento do fazer etnográfico nos ambientes virtuais. A primeira caracterizou-se pelo foco em campos na internet, devido à reivindicação da separação das identidades *on-line* e *off-line*. Na segunda, os etnógrafos dedicaram-se a explorar a transferência da prática etnográfica *off-line* e de conceitos como campo e observação participante para o domínio *on-line*. Na terceira, as abordagens etnográficas na internet tornaram-se cada vez mais multimodais, explorando o uso de combinações de interações *on-line* e *off-line*.

Embora seja perfeitamente possível produzir um recorte arbitrário e definir um campo estritamente *on-line*, separado do *off-line*, e fazer uso de técnicas e estratégias das ciberetnografias, tal recorte aqui não é pertinente. A maneira como conduzi a pesquisa na dimensão *on-line*, que circunscreve o campo empírico, situa-se nos enquadros que Robinson e Schulz (2009) denominam terceira fase, multimodal, pois o foco não se direciona a um campo localizado puramente *on-line*. Como argumenta Boellstorff (2010), a etnografia pode ser apropriada para estudo de um único mundo virtual em si mesmo, mas também é possível focar os modos pelos quais diferentes mundos virtuais interagem e as interações entre o mundo virtual e mundo real.

Além de um elemento externo, que impacta a sociedade, uma tecnologia, como a internet, pode ser compreendida como mediadora da relação das pessoas com o mundo. Uma tecnologia não preexiste a qualquer cenário de uso. Ela é estabelecida pelas práticas que dão dinamicidade àquele cenário (Law & Lien, 2013). Práticas diferentes podem produzir representações múltiplas e divergentes de uma tecnologia (Mol, 2002). Por conseguinte, se a internet emerge na prática e é também potencialmente múltipla, dissipa-se qualquer fronteira entre *on-line* e *off-line*, entre virtual e presencial (Braga, 2012; Hine, 2020; Segata, 2016).

Hine (2015) sustenta uma abordagem etnográfica que tem como objetivo seguir conexões, ao invés de focar um lugar específico. Nesse sentido, o fazer etnográfico pretende, em primeiro plano, entender a particularidade e a especificidade dos engajamentos com a internet como um componente da vida cotidiana, que não pode ser facilmente separado do fluxo geral da existência. Optar por colher dados na internet não acarreta tomar as fronteiras *on-line/off-line* como limites para locais de campo de pesquisa, que exigem técnicas metodológicas específicas. Aceita-se, pois, que os temas e as questões cruzem essa fronteira (Hine, 2015).

Orientado pelas proposições de Hine (2015) no domínio dos estudos etnográficos, o modo como conduzi o estudo, especialmente o processo observacional, abarcou locais virtuais relevantes no campo, de múltiplos modos, explorando locais específicos, contidos na internet,

mas que se movem, e buscam conexões entre locais *on-line* e *off-line*. Houve, nesta pesquisa, observação participante/não participante; presencial/virtual e outras correspondentes a tantas possíveis classificações metodológicas, que conectam múltiplos territórios, inclusive virtuais, considerando que, como postula Latour (2012, p. 195), “doravante tudo é dado”.

Abarcar locais virtuais não minimiza, no entanto, que os conteúdos nas redes sociais carreguem o filtro da intencionalidade do que os atores querem mostrar. O que circulou nas redes sociais e seus atravessamentos tornaram-se dados nos registros no diário de campo. Alicerçado nesse entendimento metodológico, no período de junho de 2019 a outubro de 2020, observações atenciosas direcionaram-se para os conteúdos que circulavam no Facebook e no Instagram dos cinco territórios da pesquisa, na medida em que foram ganhando relevância, e para os quatro grupos de WhatsApp da GiraSol, nos quais fui adicionado.

Orientada pelo repertório metodológico da teoria ator-rede, a observação no campo empírico mobilizou estratégias de construção de um complexo de múltiplas agências que perpassam e aglutinam pessoas, alimentos, redes sociais, organizações, cooperações, estratégias etc. Uma trama que, de modo singular, mistura os atores a cada ação ou a cada atividade, em que tudo é dado empírico. Por esse direcionamento, os registros das observações empíricas, participantes ou não participantes, presenciais ou virtuais, ganharam destaque e importância (Latour & Woolgar, 1997). O registro no diário de campo é constitutivo da prática e da disciplina etnográfica da observação. Demarcando os 17 meses no campo de investigação, o diário de campo integraliza 213 páginas, nas quais (d)escrevi 1.661 horas de observação, distribuídas em 227 eventos.

As anotações no diário de campo foram feitas no período de até 24 horas após a observação. O diário serviu tanto para registro das observações feitas no cotidiano do campo empírico, como para compilar as reflexões que emergiram durante a pesquisa. Descrevi eventos em sua simplicidade, mas também esbocei reflexões que os conectam com os arcabouços teóricos; relatei reuniões formais, mas falei sobre as conversas informais; obedeci à ordem cronológica, mas resgatei situações que fogem à linha temporal; rastreei os deslocamentos no campo de investigação, mas relatei vivências que extrapolam as fronteiras do campo. Nada que desnature os requisitos científicos das observações, qual seja, o de criar relatos de minha imersão em campo.

Law (2004) orienta que as anotações no diário de campo precisam ser as mais detalhadas possíveis, uma vez que essas descrições orientam o seguimento dos atores e dão pistas sobre o fluxo da rede de relações. Esse entendimento orientou minha prática de registro das observações no diário de campo, direcionando minhas reflexões para as relações através das quais atores,

práticas, realidades, tecnologias, alimentos são constantemente enactados na rede agroalimentar alternativa. Na Tabela 1, apresento sucinta descrição dos principais eventos registrados no diário de campo.

Tabela 1

Descrição do percurso de observação no campo de investigação

| Período | Horas de Observação | Eventos Destacados |
|----------------|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Junho 2019 | 2 horas | - Entrada no campo de investigação. - Aproximação com a Cooperativa GiraSol. |
| Julho 2019 | 4 horas | - Solenidade de assinatura do convênio com a Fundação Banco do Brasil e a ONU-Mulheres. - Apresentação da proposta de pesquisa. |
| Agosto 2019 | 19 horas | - Reunião com a equipe da Superintendência do MAPA. - Inserção no grupo de trabalho administrativo da GiraSol. - Inserção no grupo de trabalho comercial da GiraSol. - Formalização do voluntariado na GiraSol. - Observações do cotidiano da GiraSol. |
| Setembro 2019 | 33 horas | - Reunião do conselho de administração da GiraSol. - Visita à cooperativa Amigos da Terra. - Observações do cotidiano da GiraSol. |
| Outubro 2019 | 80 horas | - Reunião do grupo de trabalho comercial. - Reunião geral de planejamento com os grupos de trabalho. - Inserção do grupo de trabalho operacional. - Reunião do grupo de trabalho administrativo. - Seminário Nacional da Rede de Economia Solidária e Feminista. - Observações do cotidiano da GiraSol. |
| Novembro 2019 | 33 horas | - Reunião do grupo de trabalho administrativo. - Reunião do grupo de trabalho operacional. - Início da obra de reforma do espaço físico do Armazém GiraSol. - Visita da equipe da Fundação do Banco do Brasil. - Observações do cotidiano da GiraSol. |
| Dezembro 2019 | 23 horas | - Visita à obra de reforma do espaço físico do Armazém GiraSol. - Visita à CEASA de Porto Alegre. - Assembleia Geral de Associados da GiraSol. - Observações do cotidiano da GiraSol. |
| Janeiro 2020 | 121 horas | - Visita dos desenvolvedores de negócios sociais da ADS/CUT, - Defesa do projeto de tese. - Início das atividades no Armazém GiraSol. - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Fevereiro 2020 | 284 horas | - Seminário Nacional da Rede de Economia Solidária e Feminista. - Solenidade de inauguração do Armazém GiraSol. - Escola de Verão Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de Desenvolvimento Rural em Santa Catarina. - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Março 2020 | 165 horas | - Primeiro caso confirmado de Covid-19 em Porto Alegre. - Publicação do decreto de estado de calamidade no município de Porto Alegre, para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. - Organização do espaço do Centro de Distribuição GiraSol. - Reunião do conselho de administração da GiraSol. - Reativação do <i>E-commerce</i> da GiraSol. - Primeira entrega a domicílio de alimentos da GiraSol. - Fechamento de parceria da GiraSol com a ADUFRGS. - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |

| | | |
|------------------|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Abril 2020 | 184 horas | - Recebimento das chaves do Armazém GiraSol. - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Maio 2020 | 192 horas | - Primeira visita ao Centro de Distribuição GiraSol. - A feira está diferente: retomada da feira agroecológica. - Observações participante do cotidiano da GiraSol. |
| Junho 2020 | 187 horas | - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Julho 2020 | 115 horas | - Reunião do conselho de administração. - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Agosto 2020 | 136 horas | - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Setembro 2020 | 76 horas | - Visita ao Grupo Orgânicos Mãos na Terra. - Visita à cooperativa COOMAFITT. - Reunião do conselho de administração. - Observações participantes do cotidiano da GiraSol. |
| Outubro 2020 | 7 horas | - Reunião do conselho de administração. - Assembleia geral de associados da GiraSol. - Eleição da coordenação, do conselho administrativo e do conselho fiscal da GiraSol. - Despedida com a equipe. - Saída do campo de investigação. |

Obedecendo ao pressuposto antiessencialista da teoria ator-rede, pelo qual o método não possui determinações *a priori*, os próprios desdobramentos da observação empírica sugeriram a mobilização de outras duas técnicas de coleta dos dados empíricos: levantamento documental e entrevista.

...

A coleta e a análise documental são amplamente empregadas por cientistas sociais e facilmente referenciadas nos manuais de pesquisa qualitativa (Flick, 2008; Fowler, 2011). Tradicionalmente, documentos – cartas, textos, imagens, vídeos, biografias, relatórios entre outros – representam importantes repositórios de dados passíveis de garimpagem pelo levantamento documental. Como fonte de evidências, os documentos são entendidos como recursos estáticos e imutáveis, que podem ser garimpados, lidos, categorizados e compreendidos através da pesquisa documental. Tal entendimento confere às variações das técnicas de análise de conteúdo e análise discursiva posição de destaque nas análises desses documentos (Prior, 2008).

No entanto, reposicionamentos do papel da pesquisa documental são possíveis e a têm levado a novas abordagens. Prior (2008) desenvolve alternativas de abordagens mais dinâmicas para a pesquisa documental. Em vez de um conjunto de ‘coisas’ estáticas e imutáveis, documentos podem ser entendidos como agentes ativos no mundo social. O enfoque nos documentos como ação, tal qual postula Prior (2008), redireciona a atenção para como eles são usados (agência) e como se relacionam no mundo social (rede). Não se trata de descarregar o

conteúdo dos documentos – palavras, imagens, planos, ideias, padrões etc. Trata-se, antes, de analisar o que os documentos produzem, em vez de somente o que eles dizem.

O entendimento dos documentos como ação, muito interessa ao método desta pesquisa, pois a teoria ator-rede comunga esse entendimento. Desde os primeiros estudos, a TAR enfatiza a conexão, em redes, de diversos elementos e atores heterogêneos – humanos e não humanos (Callon, 1986; Law & Hassard, 1999). O conceito de dispositivos de inscrição da TAR (Latour, 2000) fornece o modo de compreensão dos documentos como elementos construídos em tramas de linhas de articulação compartilhadas, ou seja, em rede. Na rede, outra esfera de materialidade dos documentos manifesta-se. Eles são tanto os agenciamentos que os fazem existir, como os agenciamentos que produzem (Prior, 2008).

Pesquisar documentos em ação exige esforços metodológicos para compreender sua dimensão relacional e orienta meu seguimento dos atores, na tarefa de produzir pistas sobre os modos como os documentos estão sendo enactados na rede. Norteados, portanto, pelo repertório teórico/metodológico da teoria ator-rede (Latour, 2000; Law & Hassard, 1999) e pelas proposições feitas por Prior (2008), conduzi o levantamento documental no campo de investigação. O levantamento documental constituiu-se em uma técnica robusta para estudar as redes agroalimentares alternativas, especialmente no território da Cooperativa GiraSol.

A Cooperativa GiraSol foi fundada em 2006. Meu ingresso no campo empírico ocorreu em julho de 2019. Ingressei em campo sem ter ciência do contexto histórico que envolve a GiraSol, sua rede de relações, seus fluxos e suas tensões. Esses elementos foram aparecendo para mim durante a pesquisa. Logo, mostrou-se fundamental inserir, na análise, dados que, de alguma forma, contam a história da GiraSol, antecedente a meu ingresso no campo empírico. Mais adiante, levanto indícios de que o contexto que permitiu a criação da GiraSol é muito anterior a 2006, ano de fundação da cooperativa.

Após três meses de observações empíricas na GiraSol, meu caderno de campo já registrava notas que demonstravam a crença na significância dessa cooperativa como campo empírico. “É certo”, pensei, “que meu campo empírico será a GiraSol”; “Menos certo, mas muito provavelmente, que a GiraSol me possibilite circular por outros lugares” (diário de campo, 23/09/2019). Tendo algumas certezas sobre o campo empírico, passaram a ganhar destaque, em meus registros de campo, notas que circundavam o momento GiraSol 3.0, a qual era o principal assunto nas rodas de conversa dos coordenadores da cooperativa: “A GiraSol 3.0 é um momento da cooperativa” (diário de campo, 03/10/2019). O que significa o complemento 3.0? A noção GiraSol 3.0 representa a própria efervescência de um campo de

pesquisa que está acontecendo e se reinventando e, simultaneamente, denuncia a existência de outras ‘GiraSois’ 1.0 e 2.0.

A análise poderia sugerir que os complementos 1.0, 2.0 e 3.0, informados pelos interlocutores da pesquisa, representam o decurso histórico da GiraSol, e que a 2.0 estaria dando lugar à 3.0. Ao intentar compreender essas ‘GiraSois’, procurei me afastar do resgate do passado, cujas ‘causas’ explicam o presente, pois não pretendo contar uma história na qual acontecimentos passados diferenciam-se daqueles que estão ocorrendo no presente. As ‘GiraSois’ não são algo passado do qual só a GiraSol 3.0 sobreviveu. Conforme o repertório da TAR e Depois, passado e presente não podem ser entendidos como domínios diferentes do tempo. Há um presente em si que está e permanece instável. A noção de *enactment* contempla um presente complexo, no qual há o aqui e o agora, em que o fazendo (*doing*) acontece, mas não é explicado pelo que aconteceu antes (Mol, 2002).

Não se trata da tessitura de uma linha temporal da GiraSol 1.0 até a 3.0, mas antes de compreender que há diferentes realidades, diferentes *performances*, diferentes versões da GiraSol que coexistem no presente, as quais emergiram em momentos distintos da história, mas nenhuma desapareceu. Elas coexistem. Elas performam a(s) realidade(s). Pelas proposições da pesquisa documental em ação (Prior, 2008), os documentos também são atores que produzem e são produzidos por essas realidades. Por tal entendimento, a técnica de levantamento documental mostrou-se adequada à condução do estudo. Documentos institucionais enactam diferentes versões da GiraSol, engendradas em momentos históricos distintos, as quais coexistem e tornam o presente possível.

A fim de compreender as diferentes versões da GiraSol e suas metamorfoses, explorei, após expressa autorização da coordenação, os documentos do arquivo da cooperativa. Igualmente, procurei coletar documentos nos cinco territórios de pesquisa. A colheita foi transversal e ocorreu, durante toda a pesquisa no campo empírico: nos registros no diário de campo, na participação em reuniões, nas entrevistas, no exame de documentos, no acompanhamento das redes sociais, nas conversas informais com os atores e em todas as demais atividades da pesquisa. Nesse processo de garimpo, foram verificados documentos como estatutos, atas e relatórios de gestão. Alguns arquivos foram compartilhados pelos interlocutores. Outros, especialmente os mais antigos, existiam apenas na forma física e foram digitalizados para integrarem a grade de dados empíricos.

Tabela 2

Descrição dos dados empíricos colhidos nos documentos institucionais

| Documento | Fonte | Data | Páginas |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------|----------------|
| Estatuto Social da Cooperativa GiraSol – 1ª versão | Arquivo da GiraSol | 18/03/2006 | 16 |
| Ata de assembleia geral de constituição da Cooperativa GiraSol | Arquivo da GiraSol | 18/03/2006 | 04 |
| Caderno de Formação: Projeto Brasil Local | Arquivo da RESF | 05/2013 | 17 |
| Informativo 01: RESF | Arquivo da RESF | 04/2014 | 08 |
| Informativo 02: RESF | Arquivo da RESF | 03/2015 | 04 |
| Informativo 03: RESF | Arquivo da RESF | 12/2015 | 04 |
| Ata do conselho de administração da Cooperativa GiraSol | Arquivo da GiraSol | 17/09/2016 | 04 |
| Estatuto social da Cooperativa GiraSol – 2ª versão | Arquivo da GiraSol | 08/10/2016 | 14 |
| Ata de assembleia geral de retomada das atividades da Cooperativa GiraSol | Arquivo da GiraSol | 08/10/2016 | 10 |
| Ata do seminário de consolidação e planejamento da GiraSol | Arquivo da GiraSol | 18/02/2017 | 03 |
| Ata do conselho de administração da Cooperativa GiraSol | Arquivo da GiraSol | 13/04/2017 | 03 |
| Carta de recomendação da Subsecretaria de Economia Solidária (SENAES): Rede de Economia Solidária e Feminista | Arquivo da RESF | 31/05/2017 | 01 |
| Ata do conselho de administração da Cooperativa GiraSol | Arquivo da GiraSol | 21/03/2018 | 03 |
| Ata da assembleia geral ordinária da GiraSol | Arquivo da GiraSol | 28/04/2018 | 17 |
| Relatório da pesquisa de hábitos de consumo da GiraSol | Arquivo da GiraSol | 13/06/2018 | 19 |
| Planejamento estratégico da Cooperativa GiraSol 2018-2020 | Arquivo da GiraSol | 2018 | 10 |
| Ata do conselho de administração da Cooperativa GiraSol | Arquivo da GiraSol | 29/04/2019 | 02 |
| ata conselho de administração da cooperati va GiraSol | Arquivo da GiraSol | 06/06/2019 | 06 |
| ata da assembleia geral ordinária da GiraSol | Arquivo da GiraSol | 29/06/2019 | 03 |
| Projeto “Mulheres Rurais em Rede: Agroecologia, Autonomia Econômica e Autogestão Solidária” | Arquivo da GiraSol | 07/02/2019 | 40 |
| Estatuto social da Cooperativa GiraSol – 3ª versão | Arquivo da GiraSol | 18/12/2019 | 19 |

No percurso metodológico, a técnica de levantamento documental permitiu a colheita de outro tipo de dado empírico interessante: estudos científicos. Diferentemente dos documentos institucionais coletados conforme proposição do pesquisador, os estudos científicos foram propiciados por iniciativa dos atores da pesquisa. Inicialmente, sequer havia considerado essa possibilidade de material empírico. Relembro Law (2004) e seu aviso acerca da necessidade de abrir-se para a possibilidade de se surpreender com e no campo.

A visibilidade da GiraSol no cenário da capital gaúcha já havia despertado o interesse de outros autores e de outras áreas do saber. Na primeira aproximação com o campo, me foi sinalizada a existência de estudos anteriores que “poderiam me ajudar a conhecer mais sobre a GiraSol” (diário de campo, 24/06/2019). Na semana inicial, a coordenação da GiraSol partilhou comigo cinco estudos realizados anteriormente a meu ingresso no campo de investigação.

No campo, outros dois estudos científicos mostraram-se relevantes. O primeiro foi indicado pelo dirigente de uma das cooperativas da agricultura familiar parceira da GiraSol. O segundo decorreu da realização da pesquisa de mestrado de uma aluna da Universidade Federal de Santa Catarina, que conduziu seu campo de estudo na GiraSol, na última semana de março

de 2020. Por conseguinte, sete estudos científicos, que abordaram diretamente os territórios da pesquisa, foram integrados à grade de dados empíricos (Tabela 3).

Tabela 3

Descrição dos dados empíricos colhidos nos estudos científicos

| Documento | Fonte | Páginas |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------|
| A retomada da GiraSol em Porto Alegre: caminhos e descaminhos na construção de uma cooperativa de consumo responsável | Schütz & Frizo (2017) | 10 |
| Catalisando sentidos: um estudo etnográfico sobre os tocadores da cooperativa GiraSol | Garcias (2018) | 42 |
| Comunicação e economia solidária: o desenvolvimento da Cooperativa GiraSol através de uma trajetória pessoal | Porto & Kieling (2019) | 15 |
| Cooperativa GiraSol – colaboração solidária, consumo sustentável e comércio justo | Spier, Mombach, & Lucas (2019) | 06 |
| Novas reconfigurações em torno das cadeias curtas de abastecimento alimentar: Uma análise comparada entre dois Grupos de Consumo em Porto Alegre, RS | Gräf (2019) | 62 |
| As práticas ecológicas da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) | Aydos (2020) | 68 |
| Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop | Oliveria, Grisa, & Niederle (2020) | 29 |
| Consumidores organizados promovendo a cooperação: os circuitos curtos de comercialização da Cooperativa GiraSol - Porto Alegre/RS/Brasil | Barcelos & Rover (2021) | 15 |
| ‘Reinvenção’ e inclusão socioproductiva a partir dos mercados alimentares digitais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul | Duarte, Justin, Souza, Grisa, & Bolter (2021) | 31 |

Um terceiro tipo de documento também foi colhido no campo empírico: reportagens veiculadas nos meios de comunicação locais (Tabela 4). Esclareço que as reportagens não foram coletadas através do garimpo ou do acompanhamento sistemático dos meios de comunicação locais. Elas foram detectadas, ao acaso, durante a pesquisa, e avaliadas como relevantes para integrarem a grade de dados empíricos.

Tabela 4

Descrição das reportagens veiculadas nos meios de comunicação locais

| Documento | Fonte | Data | Páginas |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|------------|---------|
| Cooperativa GiraSol abre armazém com alimentos orgânicos e produtos da economia solidária | Portal Sul21 | 03/02/2020 | 03 |
| Agricultura familiar conquista espaço de comercialização na capital gaúcha | Site da Fundação Banco do Brasil | 10/02/2020 | 03 |
| Porto Alegre ganha armazém de orgânicos e produtos de agricultura familiar | Jornal do Comércio | 15/02/2020 | 05 |
| ADUFRGS fecha parceria para garantir alimentos saudáveis aos associados | Site da ADUFRGS | 25/03/2020 | 01 |
| Em meio à pandemia do coronavírus, associados da ADUFRGS poderão receber alimentos em casa | Site da ADUFRGS | 25/03/2020 | 01 |

| | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|----|
| Cestas de alimentos começam a ser entregues hoje, em porto alegre e no Litoral Norte | Site da ADUFRGS | 30/03/2020 | 02 |
| Parceria da ADUFRGS leva alimentos direto do produtor para a mesa dos associados | Site da ADUFRGS | 03/04/2020 | 02 |
| É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar (por Catia Grisa e Paulo Niederle) | Portal Sul21 | 06/05/2020 | 09 |
| Parceria da ADUFRGS com cooperativas e outros sindicatos apoia comunidades em vulnerabilidade social e fortalece a classe trabalhadora | Site da ADUFRGS | 03/07/2020 | 03 |

...

Em campo há três meses e com algumas certezas e várias páginas de anotações no diário de campo, decidi mobilizar a terceira técnica para produção dos dados empíricos: as entrevistas. Os primeiros meses em campo foram fortemente marcados pelas inquietações sobre as versões 1.0 e 2.0 da GiraSol. Os dados do levantamento documental e as observações no cotidiano evidenciavam algumas pistas para minhas inquietudes. No entanto, julguei relevante, naquele momento, a realização de uma entrevista formal com o coordenador geral, o qual tinha sido o primeiro coordenador comercial da GiraSol. A transição pelas diferentes versões da GiraSol conferia a ele certo *status* de privilégio investigativo para compreender a GiraSol e suas distintas versões. Assim, as entrevistas entraram em cena como técnica para produção dos dados empíricos.

A riqueza de dados oriundos desse primeiro encontro, que durou um pouco mais de uma hora, evidenciou o vigor dessa técnica para a condução da pesquisa, principalmente se bem articulada com o processo observacional. Ali se manifestou, claramente, a relevância das notas e das reflexões rascunhadas no diário de campo, como matéria-prima para a realização das entrevistas formais. Desde então, direcionei olhares mais atenciosos para questões, controvérsias e inquietudes que permeavam o campo, assim como para a identificação de atores-chave a serem entrevistados. Sem definir, de antemão, a quantia de pessoas, grupos, organizações, redes que seriam pesquisados, dediquei-me às observações empíricas, julgando que elas me trariam pistas sobre a condução metodológica dessa técnica.

As entrevistas formais retornaram à cena, como técnica para produção de dados, somente no décimo quarto mês em campo (julho de 2020). A essa altura, o diário de campo já continha elementos suficientes para a definição de quais os atores e as questões relevantes a serem investigados. Assente nas reflexões e nas inquietudes ainda sem respostas, registradas nas notas do diário de campo, comecei, em julho de 2020, as 10 entrevistas com atores-chave que integram os territórios da primeira e da segunda *hinterland*, de acesso mais fácil na rede: GiraSol, RESF e RedeCoop.

Como mencionei logo acima, as entrevistas mostraram-se uma estratégia profícua para produção de dados empíricos, em curto espaço de tempo, nos territórios que integram a terceira *hinterland* na rede. Combinadas com o processo observacional, as inserções realizadas, em setembro de 2020, nas organizações da agricultura familiar – Grupo Orgânicos Mãos na Terra e COOMAFITT – possibilitaram a realização de três entrevistas formais, que juntas somaram mais de quatro horas de gravação, bem como preencheram várias páginas de notas no diário de campo.

Ao fim do percurso em campo, em outubro de 2020, a grade de dados empíricos contabilizava a realização de 13 entrevistas formais e semiestruturadas, totalizando, aproximadamente, 16 horas (956 minutos) de gravação e 191 páginas de transcrições. A escolha pela classificação como semiestruturadas não representa um processo de elaboração de perguntas *a priori*, fechadas e fundamentadas em *frameworks* teóricos. O modo como conduzi as entrevistas foi orientado pelas reflexões registradas no diário de campo. O próprio percurso em campo alicerçou as questões relevantes que precisavam ser investigadas através de entrevistas. Antes de cada uma, foi elaborado um roteiro individualizado com perguntas amplas e fundamentadas nos registros observacionais (Apêndice A). A condução das entrevistas, no entanto, não seguiu rigidamente o roteiro, buscando não limitar o campo de respostas. As perguntas e as respostas revelaram-se como uma abertura a outras perguntas e respostas, muitas das quais inimagináveis, até aquele momento – perguntas provisórias, que adquiriram sentido na condução da entrevista.

As entrevistas foram, predominantemente, presenciais, respeitando medidas de segurança e de distanciamento social. O contexto pandêmico, entretanto, exigiu a alternativa de realização de encontros virtuais. Três dos treze entrevistados optaram pela modalidade virtual. Todas as interlocuções foram gravadas, mediante autorização dos respondentes, e posteriormente transcritas. As transcrições foram compartilhadas com os respectivos entrevistados, para que avaliassem seu teor e verificassem se havia algo a acrescentar ou modificar. Só então esse conteúdo foi incluído na grade de dados empíricos da pesquisa.

Diversas entrevistas ou pequenas conversas efetivaram-se durante os meses de observação, as quais estão registradas no diário de campo, porém não destacadas aqui devido a seu teor conversacional e menos intencional. Na Tabela 5, apresento a sistematização das entrevistas formais.

Tabela 5

Descrição das entrevistas

| Data | Entrevistados | Modo | Instituição | Duração |
|------------|---------------|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 25/09/2019 | E1 | Presencial | Cooperativa GiraSol e Rede de Economia Solidária e Feminista | 1h |
| 23/07/2020 | E2 | Presencial | Cooperativa GiraSol e Rede de Economia Solidária e Feminista | 1h05min |
| 12/08/2020 | E3 | Presencial | Cooperativa GiraSol | 43min |
| 17/08/2020 | E4 | Presencial | Cooperativa GiraSol e Rede de Economia Solidária e Feminista | 1h04min |
| 19/08/2020 | E5 | Presencial | Cooperativa GiraSol e Rede de Economia Solidária e Feminista | 2h38min |
| 04/09/2020 | E6 | Virtual | Cooperativa GiraSol e Rede de Economia Solidária e Feminista | 1h47min |
| 06/09/2020 | E7 | Presencial | Grupo Orgânicos Mãos na Terra | 1h49min |
| 06/09/2020 | E8 | Presencial | Grupo Orgânicos Mãos na Terra | 1h09min |
| 23/09/2020 | E9 | Presencial | Cooperativa GiraSol | 1h10min |
| 23/09/2020 | E10 | Virtual | Cooperativa GiraSol, Rede de Economia Solidária e Feminista e Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária | 51min |
| 24/09/2020 | E11 | Presencial | Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas | 1h08min |
| 29/09/2020 | E12 | Presencial | Cooperativa GiraSol | 58min |
| 13/10/2020 | E13 | Virtual | Cooperativa GiraSol | 34min |

Nas páginas precedentes, apresentei algumas pistas que orientaram as escolhas metodológicas e instruíram o desenvolvimento da pesquisa. Elas, no entanto, são insuficientes para descrever quer a complexidade com a qual me deparei, quer a intensidade com que me engajei no campo, quer para sustentar os modos como conduzi o estudo. Nos capítulos subsequentes, descrevo a riqueza metodológica da relação com o campo de pesquisa e delinuo os lugares que, na prática, fui ocupando. Expresso como o desenvolvimento da pesquisa ensejou a construção do conhecimento acerca da cooperação nas redes agroalimentares alternativas. No capítulo que segue, explico como ocorreu minha entrada no campo empírico, a Cooperativa GiraSol. Começo por ela porque pretendo manter alguma ordem em meu percurso no campo e por que, mais tarde, esse território constituiu-se como a primeira *hinterland*.

CAPÍTULO III

O ENGENDRAMENTO DO COOPERAR E DO ORGANIZAR:

PRIMEIRA HINTERLAND

"Afinal, o que justifica uma cooperação tão apaixonada?"

(diário de campo, 07/04/2020).

Como relatei no prelúdio, nas perambulações exploratórias pelas feiras orgânicas da cidade de Porto Alegre, as possibilidades para realização da parte mais densa de meu campo empírico foram sendo aventadas. Especialmente a Cooperativa GiraSol instigou meu estranhamento, pois cooperativas de consumidores em espaços urbanos não são frequentemente encontradas. Ainda mais raras são as cooperativas de consumo no segmento alimentício. Dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020¹⁶ identificam 263 cooperativas do ramo do consumo no Brasil, estando apenas 25 localizadas na Região Sul do país. Especificamente no segmento de produtos alimentícios, vestuário e beleza, 69 cooperativas foram mapeadas em todo território nacional. No entanto, tecendo um comparativo simplista, porém que julgo ser importante, o Anuário mostra dados de 1.223 cooperativas do ramo agropecuário no país (OCB, 2020). Há, portanto, indícios preliminares de assimetrias entre a cooperação no espaço urbano e a cooperação no espaço rural.

Do estranhamento, que assumo aqui como estratégia de pesquisa, começo o garimpo na internet e chego ao *site* da Cooperativa GiraSol. Além de *site* institucional e de comunicação, ele também é uma ferramenta comercial da cooperativa. Leio com atenção as informações. “Faça seu pedido até segunda-feira, ao meio-dia, e busque na quarta-feira, a partir das 17h, na sede da GiraSol!”. Eis a fresta para me infiltrar no campo empírico. À medida que espreiro a grade de produtos disponíveis, vou preparando minha cesta de compras, o ‘cavalo de troia’¹⁷,

¹⁶ Os dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro, publicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2020), apresenta resultados da consolidação e tabulação dos dados enviados pelas cooperativas e unidades estaduais vinculadas à OCB, além de fontes secundárias, como: Aliança Cooperativa Internacional, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Mineração, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Banco Central do Brasil, Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, Confederação Internacional de Cooperativas e Seguros Mútuos e Ministério da Economia. O Anuário não se compromete com o mapeamento de todas as cooperativas brasileiras, sendo possível que os dados levantados abarquem somente as maiores e mais estruturadas cooperativas do país. Não reside nelas meu maior interesse. Tampouco preocupo-me apenas com as organizações formalizadas como cooperativas. Evidencio dados do Anuário apenas como pistas para sustentar o argumento de que a cooperação urbana, no segmento alimentar, ainda é pouco frequente.

¹⁷ A expressão ‘cavalo de troia’ faz referência à mitologia da Guerra de Troia, que teve seu apogeu quando os troianos aceitaram o famoso presente grego: um cavalo de madeira cheio de soldados. Esse episódio gerou a expressão cavalo de troia, utilizada como referência a um artifício astuto, um ardil que oculta a verdadeira intencionalidade.

que construo estrategicamente para adentar um novo reduto do campo empírico. Observo que a descrição dos produtos vem acompanhada da divulgação do valor pago ao produtor por aquele item. Tento resgatar na memória se tal prática é inédita em minhas experiências de consumo. Concluo, rapidamente, que, no contexto das feiras, a relação mercadológica direta também informa ao consumidor o valor que o produtor recebe. Ainda assim, tal particularidade aumenta minhas expectativas. Pedido confirmado. Tenho um ‘cavalo de troia’ e uma data para chegar até a GiraSol.

Girasol recebeu seu pedido realizado em junho 10, 2019

Pedido #6204

| Produto | Quantidade | Preço para sócios | Preço para não sócios |
|-----------------------------------------|------------|-------------------|-----------------------|
| Bergamota Comum - 500g | 3 | R\$4,35 | R\$5,10 |
| Arroz Branco Longo e Fino (vácuo) - 1Kg | 1 | R\$4,50 | R\$5,40 |
| Arroz Cateto Integral (vácuo) - 1Kg | 1 | R\$7,00 | R\$8,40 |
| Imposto: | | R\$15,85 | R\$18,90 |

Figura 2. Extrato do pedido feito à Cooperativa GiraSol

Dia 17 de junho de 2019, quarta-feira, dia de entrega das cestas da compra programada. A sede da GiraSol fica a, aproximadamente, um quilômetro e meio de onde moro. Decido ir caminhando. No trajeto, ensaio possibilidades para manifestar meu interesse de pesquisa na GiraSol. Chego às 16h50. Julgo pertinente esperar até às 17h, horário marcado para o início da retirada das cestas. Aproveito a espera para observar o prédio onde está sediada a GiraSol. Localizado na esquina da Rua José do Patrocínio com a Rua Luiz Afonso, no bairro mais boêmio da cidade de Porto Alegre, a construção de apenas dois andares exibe arquitetura não contemporânea e pintura descorada. No primeiro andar, funciona uma farmácia. No segundo andar, uma singela placa com os grafos: “GUAYÍ: Democracia, Participação e Solidariedade”. Abaixo dela, uma porta de madeira, fechada, que acredito dar acesso ao segundo andar onde, de acordo com o endereço que tenho anotado, funciona a Cooperativa GiraSol. “É bem diferente do que eu imaginava” – penso comigo mesmo.

O relógio marca 17h em ponto, sem nenhuma garantia e disfarçado de mero comprador, aciono o interfone. De imediato sou recebido com um “ah você que é o Gean Carlos?”. Por ser estranho àquele lugar, não esperava ser recebido com tamanha expectativa e cordialidade. A

maneira como eu fui recebido denunciava, de início, que se tratava de lugar onde as relações vendedor/cliente não eram as do arquétipo das teorias do comportamento do consumidor que estudei, nas disciplinas de *marketing*, na graduação em administração. Conheço, na oportunidade, Armando e Melinda (nomes fictícios, a fim de preservar a identidade dos atores)¹⁸, sócios, funcionários e voluntários da GiraSol. Como de praxe, apresento-me. Para não parecer totalmente perdido, comentei que conhecia, pelo relato de outras pessoas, a trajetória da Cooperativa GiraSol e fiz perguntas protocolares: quais os principais produtos comercializados, número de associados etc.

O espaço onde são entregues as cestas fica nos fundos do prédio, na última sala, pequena, mas aconchegante. Visualizei pessoas trabalhando em outras salas. Fiquei curioso, mas preferi me abster de excessivas perguntas. No chão, estavam as caixas com a cesta de cada consumidor já organizada. No canto, uma pequena prateleira com alguns produtos industrializados.



Figura 3. Espaço físico da Cooperativa GiraSol na sede da Guayí

A predominância das tonalidades de verdes dos produtos *in natura* nas cestas chamou minha atenção. Perguntei se eram eles – Armando e Melinda – que organizam as cestas. Eles comentaram estarem “desde às 9h trabalhando para organizar tudo”. Armando complementou

¹⁸ Foram adotados nomes fictícios para todas as pessoas citadas nesta tese, a fim de preservar suas identidades.

que, naquele dia, havia poucos pedidos, apenas oito, mas que “tem dias que chega a mais de 20... uma trabalhadora só”.

Enquanto acomodava minha modesta cesta de produtos na mochila, a conversa seguia e desembocou nas recentes notícias sobre as liberações recordes de agrotóxicos pelo governo federal e no privilégio da alimentação orgânica. Legitei o diálogo com as credenciais de minha origem na agricultura familiar e apresentei-me, então, como doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tomei coragem e falei brevemente sobre meu interesse de pesquisa, alinhado com o que estávamos conversando, e revelei minha curiosidade com a experiência da GiraSol. Eles me ouviram pacientemente e complementaram: “Tu precisa conhecer o Luiz”.

Fui então apresentado ao coordenador geral da GiraSol. “Esse é o Gean, doutorando da Administração da UFRGS, veio aqui conhecer a GiraSol”, diz Armando. Endossei a apresentação já feita e descrevi, sucintamente, meu estudo. Dentro de alguns minutos, encaminhei a finalização da conversa sobre minha pesquisa, quando fui interpelado: “Muito bem. Mas o que quer da GiraSol?”. Depois de tanto falar e gesticular, meu pensamento imobilizou-se, fixo. Tinha receio de ensaiar uma resposta. Sucinta e detalhadamente, expressei meu interesse em ter meu campo de investigação na GiraSol. “Quer que a GiraSol seja teu objeto de pesquisa? Já adianto que essa não é uma pesquisa neutra, é uma pesquisa participante”. Não raras vezes, especialmente quando eu era apresentado, ouvi esse comentário. Em conclusão: “As universidades são muito bem-vindas nesse momento da GiraSol”. Considero essa frase o marco da abertura do campo de pesquisa para iniciar meu estudo exploratório. Ficou combinada, ali mesmo, uma agenda par a apresentação formal do projeto, ainda em construção. Em tom de ‘certo’ e pronunciando essa mesma palavra, me despeço.

Esse foi um dos encontros marcantes, de tantos que vivenciei no início da jornada de pesquisa e reflexão – o primeiro encontro com a GiraSol. Não só uma cooperativa como a representação que nutri – porta de entrada para o campo empírico; enclave privilegiado para compreender da organização de uma rede agroalimentar alternativa – mas também uma GiraSol que se colocou, inesperadamente, interessada na proposição de a cooperativa e a administração encontrarem-se na direção não de respostas, mas de questões partilhadas e engendradas na condução de uma pesquisa participante.

Nos dois encontros seguintes negocieei formalmente meu ingresso na GiraSol. Em ambos ouvi: “Essa não é uma pesquisa neutra, é uma pesquisa participante”. Ela perpassa o discurso da organização, requerendo, portanto, contribuições para a ‘melhoria dos processos de gestão’ ou para a ‘profissionalização da gestão’. Minha preferência sempre se dirigiu a estar no campo,

no cotidiano, em que a(s) realidade(s) acontece(m). Estava sempre presente a vontade de conhecer as práticas cotidianas da cooperativa e suas interações com outras organizações, cooperativas, mercados, consumidores, produtores etc. da rede agroalimentar que ela integra. Após esses dois encontros, animado pelas circunstâncias e, principalmente, pela provocação que me fora então feita, decidi investir na relação com a GiraSol.

Acordadas as condições oficiais para início da investigação e do processo observacional, fui convidado a participar da cerimônia de assinatura do convênio da GiraSol com a Fundação Banco do Brasil e a ONU-Mulheres, que abriria uma nova página na história da cooperativa. Mesmo sem muita noção sobre a especificidade do convênio, decidi participar. Eu já havia constatado que a GiraSol passava por intenso processo metamórfico, que resultaria na abertura de um espaço comercial da cooperativa. Supunha que o evento traria pistas sobre o projeto que estava em curso. Em 10 de julho de 2019, a GiraSol assinou o contrato de convênio que fomentaria novo momento na trajetória da GiraSol, simbolicamente batizado de GiraSol 3.0.



Figura 4. Assinatura do convênio com a Fundação Banco do Brasil e a ONU-Mulheres

Ali, ainda não tinha elementos suficientes para projetar os impactos desse convênio no cotidiano da cooperativa e tampouco para compreender seus desdobramentos em minha pesquisa. O complemento 3.0 provocou suspeitas acerca das versões 1.0 e 2.0 da GiraSol. A efervescência do momento e a curiosidade em conhecer as fricções e as continuidades da GiraSol em suas diferentes versões produziram os primeiros rastros investigativos.

Nos estudos organizacionais mais amplamente praticados, a evolução linear da GiraSol 3.0 e a não existência de versões anteriores seriam, provavelmente, assumidas como um fato. No entanto, o arrefecimento das versões da GiraSol é aqui observado com suspeita. Ressalto que, na perspectiva teórico-metodológica por mim adotada, seguir os atores implica seguir suas relações no mundo, isto é, a própria GiraSol, seus associados, o território, o alimento etc. As

diferentes versões da GiraSol não podem ser compreendidas como perspectivas históricas, disruptivas, que seguem uma evolução linear, na qual uma versão dá lugar a outra. A noção de multiplicidade advinda do conceito de *enactment* rejeita a ideia de que passado, presente e futuro representam domínios diferentes do tempo. Há múltiplas realidades, que estão manifestadas no presente complexo e que permanecem instáveis no aqui e no agora (Mol, 2002).

Inserir na análise as diferentes versões da GiraSol é, portanto, resgatar e visibilizar elementos analíticos e novamente invisibilizá-lo; é descartá-los em um contexto para, em seguida, usá-los em outro. A temporalidade não é o critério analítico mais apropriado para análise das diferentes versões da GiraSol, embora também o seja, pois o andamento do estudo exprime um processo temporal, porém não menos contextual. O caráter pragmático e relacional e não o substancial dá vida à rede constituída pelo pesquisador. Portanto, as relações provisórias, precárias e situadas entre elementos heterogêneos – consumidores, cooperados, agricultores, políticos, cientistas, alimentos etc. – tramam e sustentam a ideia da GiraSol e suas versões, ainda que repletas de conflitualidade e discordâncias.

Dedico-me agora a abrir a janela descritiva das relações que constituem, abstratamente, o que delimito como primeira *hinterland* de pesquisa. Começo com as versões da GiraSol, porque elas permeiam todas as discussões que circunscrevem o território da primeira *hinterland*.

3.1 A GIRASOL E SUAS VERSÕES: MULTIPLICIDADES, CONTINUIDADES E FRICÇÕES

A ordem cronológica dos acontecimentos que constituem a GiraSol e os distintos modos de engajamento que experimentei com o campo, durante a pesquisa, produziram o que meus próprios interlocutores chamam de ‘versões da GiraSol’. Alimentos, cooperativas, agricultores, redes, consumidores, administradores e sociólogos misturaram-se devido aos arranjos de cooperação e organização postos em exercício nas três versões da GiraSol que acompanhei e pesquisei. Os modos de engajamento com cada versão diferiram quanto à intensidade, ou seja, estratégias metodológicas distintas foram postas em operação na produção dos dados científicos acerca de cada versão. Observando a ordenação cronológica, começo a explicação pela GiraSol 1.0.

3.1.1 A GiraSol 1.0

18 de março de 2006 – essa é a data da assembleia de constituição da Cooperativa de Comércio Justo e Consumo Consciente Ltda. GiraSol. Conforme a ata, vinte e sete pessoas formaram a assembleia constituinte que aprovou o estatuto e elegeu os primeiros conselhos administrativo e fiscal da cooperativa. Nasceu assim a GiraSol! Especificamente, nasceu a GiraSol 1.0, conquanto tal qualificação só tenha sido cunhada mais de uma década depois. Como esperado, as pistas sobre a versão GiraSol 1.0 exigiram maiores esforços metodológicos para serem delineadas. O processo observacional levantou inquietações e indícios, mas foram os documentos – aqui tratados como agentes em redes de ação (Prior, 2008) – e as entrevistas que se constituíram como as técnicas de pesquisa mais profícuas para investigação desta versão.

A GiraSol abriu as portas em 2006, como resultado da articulação coletiva de vinte e sete associados, autointitulados ‘tocadores’. O termo ‘tocadores’ não é mera nomenclatura, pois ele coloca em cena a primeira pista sobre um dos elementos marcantes da GiraSol 1.0. ‘Tocador’, como são denominadas as pessoas que participam organicamente da construção da GiraSol, remete à noção de quem ‘toca’. Quem ‘toca’ a GiraSol, especialmente a 1.0, são alguns militantes do campo da economia popular e solidária, da agricultura familiar, da agroecologia, que a ela se dedicam voluntariamente. Assim, o termo ‘tocador’ corresponde à primeira pista de pesquisa, a qual me levou a investigar, nas outras versões, as realidades performadas pelo trabalho voluntário e seus desdobramentos.

A GiraSol surgiu como uma organização urbana de e para consumidores, que ‘tocam’ a GiraSol através do trabalho voluntário. Destaco, no entanto, que a assembleia constituinte, realizada em 2006, não corresponde ao marco zero da Cooperativa GiraSol. Anteriormente, já havia o solo que possibilitou sua criação. Fiz essa constatação logo nos primeiros meses no campo, especialmente pela leitura do trabalho de Schutz e Frizo (2017) que descreveram os caminhos e descaminhos na retomada da cooperativa GiraSol: “Foi inspirada pelos ventos dos sucessivos Fóruns Sociais Mundiais que nasceu a ideia de criar uma cooperativa de consumo que conectasse os agricultores familiares agroecológicos do interior do estado com a população da capital gaúcha” (Schutz & Frizo, 2017, p. 119).

A referência aos Fóruns Sociais Mundiais, que ocorreram em 2001, 2002 e 2003 na cidade de Porto Alegre, rendeu uma pista acerca da criação da GiraSol, que foi sendo explorada

e validada durante a pesquisa¹⁹. As entrevistas com os ‘tocadores’ evidenciaram, com mais detalhamento, as agências dos Fóruns Sociais Mundiais na criação da GiraSol:

Em 2001, nos Fóruns Sociais Mundiais, em especial dos Acampamentos da Juventude, nós já trabalhávamos a ideia de um conceito de uma cidade de juventude, que era no Parque da Harmonia, trinta mil jovens, trinta e cinco mil jovens acampados, que a gente precisava pensar a autogestão de uma cidade. E autogestão de uma cidade ela implica em pensar os serviços de segurança, de abastecimento, de ocupação de território, então o que são as áreas públicas, o que é recuperação de áreas, o que é uma arquitetura a serviços da integração e não do apartamento e do isolamento, de uma comunicação alicerçada em tecnologias livres e não na propriedade e por isso que todos os nossos *sites* e nossa tecnologias é baseado no *software* livre. Então são princípios que foram sendo construídos a partir de vivências e interações e que se materializam e estão presentes no nosso cotidiano (entrevistado E5).

E aí, nos Fóruns Sociais Mundiais que ocorrem em Porto Alegre, eles não vão ocorrer em Porto Alegre de graça, eles ocorreram em Porto Alegre porque aqui tiveram uma experiência de governo, que praticavam o orçamento participativo. Tínhamos desde 98 a experiência, de 98 a 2002 no governo do Estado do Rio Grande do Sul, que estendeu para o Rio Grande do Sul esse processo também. Então, estávamos de fato em uma aldeia gaulesa, num lugar muito efervescente e o mundo veio pra cá, pra debater, e a gente pôde enxergar tudo que estava acontecendo no mundo também, de resistência ao capitalismo, de alternativas (entrevistada E6).

Os Fóruns Sociais Mundiais conectam-se com a GiraSol de várias maneiras. Não raras as vezes, no desenrolar da pesquisa, as memórias desses eventos foram lembradas com nostalgia, inclusive embasando os debates sobre o futuro da GiraSol. Por ora, a agência dos Fóruns Sociais Mundiais, para além da demarcação de um (im)possível marco da zero da cooperativa, coloca em cena um elemento que me interessa: a GiraSol foi concebida e conforma-se como uma cooperativa que transcende o objetivo restrito da organização cooperativa de consumo, no espaço urbano.

O estudo de Gustavo Schütz e Pedro Frizo – ‘tocadores’ da GiraSol – reforça que o objetivo da GiraSol “não é vender bananas, bergamotas, pães ou farinhas meramente orgânicos. O objetivo é fazer com que as e os porto-alegrenses vejam que tais bananas, bergamotas, pães e farinhas eram feitos por pessoas” (Schutz & Frizo, 2017, p. 119). A criação da GiraSol conecta-se, pois, a um espectro mais amplo de transformação das relações de compra e venda de alimentos, cerceando o fetiche das mercadorias produzidas na economia capitalista. Na dinâmica do sistema agroalimentar, o fetichismo ganha agência e materialidade com a figura do ‘atravessador’. Simplificadamente, ele é um actante que complexifica a rede de relações na

¹⁹ Conforme define sua Carta de Princípios, o Fórum Social Mundial é um espaço internacional para reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e buscam alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e a superar a dominação dos mercados, em cada país e nas relações internacionais. O Fórum Social Mundial reuniu-se, pela primeira vez, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos.

qual transitam os alimentos, distanciando quem consome de quem produz. Ele é a própria concretude do sistema de expropriação dos alimentos, que a GiraSol visa combater.

O combate à figura do atravessador é um elemento que permeia as versões da GiraSol e constitui-se como elo investigativo para expandir a rede até as cooperativas de produção (3ª *hinterland*), tendo sido um rastro investigativo visualizado logo nos primeiros dias no campo: “Na cidade, os atravessadores descaracterizam as ‘mãos’ do agricultor que produziu o alimento, além de cobrarem muito do consumidor final e repassam muito pouco para quem de fato produziu. Mas por que a GiraSol é diferente?” (diário de campo, 28/08/2020). A singela interrogação que registrei em meu diário de campo, no final do segundo mês de observações, denuncia, de algum modo, a ‘inocência’ do pesquisador que, até ali, não tinha conseguido estabelecer as conexões necessárias para compreender a rede de relações que ultrapassa a restrita organização da GiraSol.

Algumas luzes acerca desse questionamento foram percebidas na produção de dados acerca da versão 1.0 da GiraSol. Como estratégia para abarcar a dimensão ética do comércio justo e do consumo consciente, os ‘tocadores’ entenderam fundamental adotar princípios e metodologias da economia solidária. “O próprio nome da cooperativa remonta esse desejo: GiraSol, em referência a girar solidariedade e levar luz e consciência às práticas cotidianas de consumo de alimentos” (diário de campo, 24/06/2019).

A economia solidária não foi, por acaso, elegida como estratégia norteadora para criação da GiraSol. Em Porto Alegre, “estávamos de fato em uma aldeia gaulesa, num lugar muito efervescente e o mundo veio pra cá” (entrevistada E6). A cidade de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul estiveram na contramão das políticas neoliberais do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os governos municipais e estaduais mais à esquerda do espectro político fomentaram experiências de democracia participativa, como o orçamento participativo, implantado pioneiramente, em 1989, pelo prefeito Olívio Dutra, tendo se tornado referência mundial. O orçamento participativo foi um mecanismo governamental que deu espaço para fomento de experiências de alternatividade ao modelo econômico capitalista.

A gente fez um primeiro congresso da cidade em 93. A gente trabalhou uma coisa chamada ‘Porto Alegre também para as mulheres’ para apresentar no congresso da cidade. Então foi de março, no 8 de março, o congresso foi em dezembro, desde 8 de março até dezembro a gente discutiu todos os temas da agenda feminista, com as mulheres de Porto Alegre. E um dos temas era a economia, mas a gente chamava naquela época, o nome da coisa era geração de trabalho e renda. E aí a gente então debateu dezesseis temas, e um deles era: geração de trabalho e renda. [...] Em 94, se fez o primeiro plano de desenvolvimento econômico de Porto Alegre. E aí dentro do plano do governo municipal, a gente conseguiu colocar uma coisa que se chamava ações coletivas, o nome do negócio era ações coletivas, tá? E aí a gente organizou um

grupo de mulheres em Porto Alegre, que em 95 foram para o orçamento participativo. Então tu vê que é 93 discutir com os grupos, 94 o plano de desenvolvimento econômico, a gente leva para o plano, 95 a gente foi com o grupo de mulheres para o orçamento participativo, conquistamos o recurso, os primeiros R\$50.000, foi os primeiros R\$50.000 para ações coletivas, que era esse conceito de entrada no plano de desenvolvimento (entrevistada E6).

“O mundo veio pra cá”. Os Fóruns Sociais Mundiais adotaram esse conceito de economia solidária para (re)nomear práticas de organizações alternativas de resistência ao capitalismo, até então chamadas de geração de trabalho e renda, que já vinham sendo disputadas nas institucionalidades dos governos da prefeitura de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. No fórum de 2001 foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária.

E aí a economia solidária aparecendo como centro desse processo no final da década 90, quando ela ainda não era denominada. E aí, foram os Fóruns Sociais que trazem esse ponto de pauta, vamos dizer assim, porque na França já tinha o Ministério de Economia Solidária. [...] Tinha experiência no mundo inteiro (entrevistada E6).

Em 2003, ano do terceiro e último Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o Paço dos Açorianos – sede do governo municipal – e o Palácio Piratini – sede do governo do estado – já não eram mais comandados por governos de esquerda. No entanto, nesse mesmo ano, ocorreu, em Brasília, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da república. A assunção de um governo federal identificado com os referenciais de esquerda inaugurou uma nova agenda para a economia solidária.

As políticas federais referenciadas pelas ideias neoliberais, implementadas no Brasil desde a década de 1990, as quais postulavam que o Estado perdesse as funções de planejador e condutor da economia e repassasse tal papel ao mercado, haviam gerado precarização das relações de trabalho, redução do assalariamento, crescimento do desemprego e da informalidade no país. A luta política ocupou papel central contra a imposição desse modelo (Fornazier & Oliveira, 2013). Gaiger (2013) atribui as mudanças, no modelo de acumulação capitalista brasileiro, na década de 1990, às novas experiências sociais, às análises e às formulações estratégicas de luta dos excluídos do sistema.

A trajetória de lutas sociais, que circunscreve a economia solidária no Brasil, emprestou matéria para que o governo federal trabalhasse com política pública de Estado. Em 2003, no terceiro Fórum Social Mundial, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego. Paul Singer, professor, pesquisador e militante, foi apresentado como nome consensual para ocupar a pasta. Em junho de 2003, com a publicação da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003 (Brasil, 2003a) e com base

no Decreto 4.764, de 24 de junho de 2003 (Brasil, 2003b), foi instituída a SENAES e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Nesse contexto de efervescência da economia solidária e de sua consolidação como política pública, a GiraSol é criada, enraizada no repertório da economia solidária. Durante a pesquisa, percebi que os ‘tocadores’ que fundaram a GiraSol, em 2006, eram pessoas atuantes no campo político e institucional da economia solidária. A GiraSol foi, portanto, concebida por lutadores sociais que ansiavam por uma experiência concreta de economia solidária.

Nós, as fundadoras e os fundadores da GiraSol, nos idos de 2004, 2005, atuávamos basicamente em projetos da Economia Popular Solidária (EPS), na agroecologia e na luta feminista. Éramos militantes e sobretudo formuladores(as) e executores(as) de políticas públicas voltadas para o fortalecimento desse campo. Porém, o pilar da EPS que empreendia, nos instigava muito e resolvemos então nos desafiar e também empreender coletivamente (documento recuperado).

Aquele núcleo inicial era um núcleo, vamos dizer assim, de assessores, uns associados em cooperativas, outro aqui, outro ali, mas ninguém estava vinculado a uma experiência cooperativa. Ninguém era de nenhuma cooperativa. A gente defendia a importância da organização cooperativa, mas pessoalmente ninguém estava vinculado a uma cooperativa. ‘Olha gente, isso é uma contradição, mas ter que discutir isso’. E aí para ligar isso com o alimento, a agricultura familiar, a gente criou a GiraSol (entrevistado E9).

As discussões que circunscrevem a temática da economia solidária não são foco desta tese, por ser ela sobre a cooperação. Contudo, a economia solidária emergiu no campo empírico como um elemento crucial para compreensão das práticas organizativas performadas nos territórios de pesquisa. A relação cooperação e economia solidária adquiriu melhor forma na discussão desenvolvida nas análises da segunda *hinterland*. Por ter a economia solidária constituído, na segunda *hinterland*, uma trilha importante, alguns entrelaçamentos teóricos e empíricos preliminares se fazem necessários.

A economia solidária abarca variedade de conceitos: economia popular, economia do trabalho, economia social, economia solidária, socioeconomia solidária (Dias, 2011). Paul Singer, autor mais citado na produção intelectual brasileira sobre economia solidária (Calbino & Paes-de-Paula, 2013), defende que “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (Singer, 2002, p. 112).

No entanto, desde que as práticas de organização do trabalho passaram a receber, no Brasil, essa nomenclatura, a economia solidária convive com contradições (Costa, Meira & Icaza, 2016), que se assentam na gênese do conceito, o qual assume a intenção de superar o modo de produção capitalista (Singer, 2000; 2002). A contradição fundamental da economia

solidária localiza-se no apoio a uma prática discursiva de transformação radical da sociedade, estando absolutamente imersa em sua teia de relações (Costa et al., 2016).

No seio dessa contradição, autores, como França e Laville (2004), defendem a existência concomitante de diferentes formas econômicas, devendo a economia solidária caminhar no sentido de ser uma economia plural, na qual convivem simultaneamente princípios mercantis, não mercantis e não monetários. Outros autores, como Benini e Benini (2010), entendem que, ao aceitar a convivência na ou com a economia capitalista, a economia solidária fragiliza os anseios de transformação, tendendo a ser funcional ao capital e suas crises, por amortecer os impactos sociais do desemprego e da precarização do trabalho. Ainda outros autores, como Barbosa (2007), defendem que, sem condições de oferecer resistência, a economia solidária torna-se mais uma forma de precarização do trabalho.

Conquanto a intenção aqui não seja discutir o peso de tais contradições ou resolvê-las, elas ajudam a olhar para as práticas performadas em consonância com o repertório de princípios da economia solidária, assumidos pela GiraSol desde sua criação. Para que a economia solidária não seja apenas um discurso ou uma invenção de intelectuais e militantes mostra-se essencial o repertório de princípios que os próprios atores do campo produzem e reproduzem, em seus discursos e, principalmente, na sociomaterialidade das práticas organizativas. As entrevistas com os ‘tocadores’ foram momentos propícios para levantar pistas acerca das noções de economia solidária produzidas no campo empírico.

É uma economia sem patrão. A ideia sem a figura do proprietário clássico que organiza e que faz a gestão, que pensa e se apropria dos resultados. Então, se ela é uma economia sem patrão, ela é uma economia feita pelos trabalhadores, pelas pessoas, enfim, que se dispõem a cooperar, a organizar seus empreendimentos formais ou informais, de produção, de prestação de serviço, de consumo, de crédito. [...] Bem, em todas as áreas que a gente tem experimentado iniciativas de cooperação, ela coloca esse princípio forte de uma economia que ela tem que ter viabilidade, que ela tem que ser forte, que ela tem que ser, mas onde os resultados do trabalho são apropriados de forma coletiva e o lucro não é a razão dele existir, mas o bem-estar, a solidariedade, a gente firma a ideia do bem-viver também, que os povos indígenas andinos nos trazem também dessa economia do bem-viver, enfim, que ela vai muito pra além, enfim, de só realizar, comprar, produzir e vender mercadoria (entrevistado E5).

A economia solidária no Brasil reconhece essa diversidade. Então, ela não tem um conceito estreito que às vezes ela é identificada, nos grupos de crochê, de mulheres que fazem crochê, panos de prato e reciclagem. Ela é mais ampla. Ela tem o reconhecimento, vamos dizer assim, o conceito que a nossa política pública trabalhou, é um conceito de enxergar que a produção da vida a partir da autogestão é Economia Solidária (entrevistada E6).

O discurso é insuficiente para descrever uma prática como ela acontece. A fala dos ‘tocadores’ mostra, no entanto, alguns delineamentos acerca dos processos através dos quais os

princípios da economia solidária ganham materialidade como práticas organizativas na GiraSol. Uma prática muito importante na economia solidária e muito bem aproveitada na GiraSol é a autogestão do trabalho, a qual não é prática específica da sociedade contemporânea. No século XIX, Proudhon abordou essa prática, sem nunca ter usado igual denominação (Prestes-Motta, 1981). No campo organizacional, a autogestão coloca-se como contraponto à heterogestão, modo hegemônico de organização do trabalho na sociedade capitalista. Não obstante economia solidária seja um conceito controverso ainda em elaboração (Singer, 2002), autores compartilham do entendimento de que a autogestão é condição básica para os empreendimentos serem caracterizados como de economia solidária (França, 2002; Singer, 2002; França & Laville, 2004).

O repertório que envolve a temática da economia solidária ofereceu os elementos básicos para a criação da Cooperativa GiraSol, no ano de 2006. A autogestão instituiu-se como prática organizativa da cooperativa. A própria nomenclatura ‘tocadores’ evidencia processos de organização do trabalho que fogem ao padrão hegemônico do modelo de heterogestão. A economia solidária encontra-se no firmamento do primeiro Estatuto da GiraSol (2006).

Os ‘tocadores’ definiram como finalidade principal da cooperativa a “defesa econômica-social e cultural dos associados por meio da ajuda mútua, libertando-os do comércio intermediarista desenvolvendo para isso atividades de comercialização e organização do consumo” (documento recuperado). Está igualmente instituído que “a cooperativa atuará sem discriminação política, racial, de gênero, religiosa, social ou de orientação sexual e não visará o lucro” (documento recuperado). Além disso, no cumprimento de suas finalidades e na medida de suas possibilidades, a GiraSol deveria observar dezesseis objetivos.

Tabela 6

Descrição dos objetivos da Cooperativa GiraSol na sua fundação

| Objetivos |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> – praticar o ato cooperativo; – comercializar e fornecer aos(às) associados(as) produtos oriundos da Economia Popular Solidária, da agricultura e agroindústria familiar e de pequenas cooperativas; – comercializar e fornecer aos(as) seus(suas) associados(as) produtos de base agroecológica; – estabelecer prioridade para o(a) associado(a) no consumo e no abastecimento de produtos na cooperativa; – beneficiar ou embalar produtos de seu programa comercial, tendo em vista a melhoria de qualidade e preço dos mesmos ou a facilidade no abastecimento aos associados e às associadas; – abrir e manter postos, escritórios e áreas de fornecimento fora de sua sede, julgadas vantajosas para o cumprimento dos seus objetivos sociais; – adotar marcas comerciais e registrá-las para os produtos a serem distribuídos por seu intermédio; – propiciar condições de garantia e controle de qualidade dos produtos fornecidos a preço justo; – utilizar todos os meios de comunicação, como edição de revistas, livros, vídeos e outros que sirvam para educar e divulgar suas atividades; – promover e fomentar a cultura da autogestão, do comércio justo e do consumo consciente; |

- apoiar e fomentar outros empreendimentos autogestionários, bem como a integração e a formação de redes entre empreendimentos da economia popular solidária, da agricultura e agroindústria familiar;
- promover estudos sobre produção, fabricação, distribuição, consumo e qualidade dos alimentos, incentivando melhores condições técnicas e comerciais junto aos produtores e às produtoras e mantendo para isso relações com órgãos e instituições afins;
- promover atividades de educação, formação, cultura e lazer junto a seus(suas) associados(as) e outros setores sociais;
- promover e participar de atividades com os movimentos sociais afins;
- promover e fomentar o consumo consciente entre grupos sociais diversos;
- promover, ainda, a educação cooperativista dos associados e das associadas e participar de campanhas de expansão do cooperativismo e da modernização de suas técnicas.

Fonte: documento recuperado.

O estatuto da GiraSol demonstra a amplitude de seus objetivos, que ultrapassam a simples comercialização de alimentos. Existem, porém, limites:

Tu tem N possibilidades de ampliar a experiência da GiraSol nesse sentido de transformação social. A pauta é muito grande. [...] Tu pode entrar por quinhentos, buraquinhos assim, né? A GiraSol é o alimento, a venda de alimento, politizar essa venda, fortalecer as relações pra trás. Esse é um dos campos (entrevistado E9).

A fala do interlocutor mostra as novas possibilidades para a GiraSol, que atua constantemente em movimentos de negociação, em debates e em acordos sobre pautas políticas. Ao se assumir como uma alternativa ao modelo capitalista, a GiraSol abre um leque de campos para sua atuação. O que mais me interessa, é aquilo que a GiraSol oportuniza, além da simples compra e venda de alimento. Os objetivos definidos em 2006 – que permanecem quase inalterados nas versões seguintes – ajudam a constituir as práticas organizativas da cooperativa. Um desses princípios, tímido nos escritos estatutários, porém que ganha centralidade no cotidiano da GiraSol, em suas diferentes versões, é a agricultura familiar. Um dos enunciados mais repetidos, em meu período de campo, foi ‘agricultura familiar’. Especialmente nas entrevistas com os ‘tocadores’, a intencionalidade de fortalecer e potencializar a agricultura familiar, desde a criação da cooperativa, recebeu relevância.

Então, lá na década de 1990, anos 2000, naqueles anos de efervescência da esquerda em Porto Alegre, nós tínhamos aqui os Fóruns Mundiais Sociais e toda essa discussão sobre reforma agrária, luta pela terra. Só que na verdade o nosso apoio à agricultura familiar era muito pequeno. Era um apoio mais na luta. Nós mesmo, todos militantes e comprávamos nos mercados, nos grandes supermercados. E aí nós começamos a se perguntar: por que não compramos direto dos agricultores? Essa relação não existia. Nós apoiávamos a agricultura familiar e as pautas da agricultura familiar. Naqueles anos estavam nascendo as políticas públicas, como o PRONAF, aqui mesmo na Região Metropolitana tínhamos os assentamentos da reforma agrária, a gente apoiava essas lutas, mas não tínhamos essa relação direta com esses agricultores (entrevistado E9).

Eu participei da fundação da GiraSol em 2006 e tive a tarefa de assumir a coordenação comercial na época, com o objetivo da GiraSol poder ser um elo de ligação com a agricultura familiar, com as agroindústrias da agricultura familiar (entrevistado E1).

Em conversas que tive com alguns ‘tocadores’, eles me contaram havia, na época, início do século XXI, algumas experiências informais, ainda incipientes, de grupos de consumo na cidade de Porto Alegre. Isso fomentou a fundação da GiraSol como um dos movimentos pioneiros quanto à constituição como cooperativa e organização econômica formal e efetiva de consumidores, conectada diretamente à agricultura familiar. Seria demasiadamente apressado atribuir, de imediato, à agricultura familiar *status* de actante na análise que desenvolvo, pois as trilhas de pesquisa possibilitaram adentrar territórios e domínios mais próprios para essa discussão. Dos processos particulares que circunscrevem o conceito de agricultura familiar, os quais desenham um mosaico bastante amplo de marcadores, sobressai a grande magnitude da agricultura familiar no meio rural brasileiro. Para falar deles, é preciso, no entanto, contextualizá-los. O Censo Agropecuário de 2006 mostrou que 84,4% (aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos) do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertenciam à categoria sociopolítica da agricultura familiar.

No ano de 2006, foi promulgada a Lei 11.326 (Brasil, 2006), conhecida como Lei da Agricultura Familiar, resultante da convergência de ações das organizações de agricultores, de trabalhos acadêmicos e da crescente valorização internacional da agricultura familiar, nesse período, ela evidenciou o reconhecimento institucional dessa categoria sociopolítica (Grisa & Schneider, 2014; Thies, 2020). No início dos anos 2000, o Brasil vivenciou, não somente na agenda do desenvolvimento rural, importantes mudanças políticas, decorrentes das eleições de 2002 e da ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república. A política orientada por princípios neoliberalistas e articulada por alianças com os setores mais conservadores da política nacional, que imperava desde a redemocratização, deu lugar a um governo lastreado por uma aliança de vários partidos e movimentos sociais situados à esquerda da arena política, sem, no entanto, desacolher a agenda de interesses da burguesia bancária, industrial e agrícola nacionais (Mielitz, 2011).

Apesar de as mudanças não terem promovido uma ruptura política radical, novas configurações da relação do Estado com a sociedade civil, especialmente no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, abriram espaço a atores até então marginalizados nas arenas políticas nacionais. Grisa e Schneider (2014) expõem que os movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar passaram de uma postura de protesto e proposição para uma postura de parceiros na execução das políticas públicas. No campo do desenvolvimento rural,

novas ideias – novas apenas na institucionalidade governamental – vindas dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, de políticos e pesquisadores passaram a disputar, direcionar e cogestar a formulação e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar, fundamentadas em referenciais, dentre outros, os que orientam a organização de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade (Grisa & Schneider, 2014).

Na arena acadêmica, o movimento da virada da qualidade, alavancado, na década de 1990, pela crise dos mercados globais de *commodities*, ganhou novos direcionamentos com a retomada da dinamicidade desses mesmos mercados nos anos 2000. Os argumentos de que os mercados alimentares, ancorados em critérios socialmente construídos sobre qualidade dos alimentos, estariam se tornando mais diferenciados (Marsden, 1998), foram substituídos por críticas à volatilidade dos mercados globais e à instabilidade do modelo de desenvolvimento agrário que exaure recursos naturais, privilegia grandes produções e agrava a lógica de especialização regressiva e de desestruturação das socioeconomias dos territórios (Niederle e Wesz, 2018). No contexto brasileiro, as críticas concentraram-se no processo denominado ‘sojicização’ da agricultura (Conterato et al., 2007; Wesz, 2014).

As críticas não somente demonstraram que os mercados globais de *commodities* haviam recuperado sua *performance* (Niederle e Wesz, 2018), mas também visaram encontrar alternativas para criação e consolidação de novos mercados, enraizados em cadeias curtas de comercialização (Cruz et al., 2016; Scnhneider & Gazolla, 2017), e requerer políticas públicas que, como agenciadoras, defendessem a segurança alimentar e nutricional (Maluf et al., 2015).

A convergência da discussão crítica para o modelo agroalimentar baseado em mercados globais de *commodities*; a proposição de novos mercados com cadeias curtas; a assunção de um governo que permitiu a permeabilidade de atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional e no campo agroecológico fizeram, dos anos 2000, um terreno pródigo para a formulação e consolidação de amplo espectro de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Engendrada nesse cenário efervescente e promissor para agricultura familiar brasileira, a GiraSol foi fundada no ano de 2006. Não é difícil, portanto, imaginar por que a agricultura familiar constituiu-se como elemento fundante e prevacente no desenvolvimento das práticas organizativas da GiraSol 1.0.

No plano organizativo, a idealização da proposta de uma cooperativa de e para consumidores ganhou materialidade, ainda em 2006, com o modelo denominado compras programadas. Tendo por guia a ideia de construção de cadeias curtas com a agricultura familiar, nas quais a GiraSol pudesse firmar-se como espaço de comercialização distinto das estruturas

comerciais convencionais, as relações comerciais foram delineadas diretamente com os agricultores. Elas foram, majoritariamente, firmadas de modo individualizado com cada agricultor, seja por não estarem articulados coletivamente, seja por ser incipiente a oferta de produtos, principalmente orgânicos e agroecológicos. A relação direta e individualizada com os agricultores é uma prática marcante da GiraSol 1.0.

Sem lugar fixo de comercialização, capital de giro e estoque, a GiraSol iniciou suas atividades através de *website*, por meio do qual eram realizados os pedidos de compra. Com a parceria de sindicatos, ONGs etc., os pedidos eram entregues em datas específicas nos espaços físicos dessas organizações. “Na prática, a cooperativa desempenhava o papel de mobilização dos consumidores, de contato com os fornecedores e de organização dos pedidos. Essa sistemática oportunizou trabalhar com estoque próximo de zero e organizar o consumo a partir da demanda da semana” (diário de campo, 24/06/2019).

Éramos uns trinta e a gente se reunia e se revezava em trabalho voluntário. Funcionávamos uma vez por semana. Geralmente uma vez. Uma época foi uma vez por semana, depois foi quinze dias, depois voltou para uma vez por semana. Então foi assim, funcionávamos assim, foi pequeno, né? A gente criou um compromisso com os sindicatos. ‘Olha, nós vamos... vocês mobilizam os sócios e os funcionários e a gente entrega pra vocês’. Começamos dentro de um sindicato, do SEMAP, que foi o primeiro sindicato que nos abriu (entrevistado E9).

O modelo que a gente conseguiu viabilizar no início era a dinâmica da compra programada. A cooperativa fazia a mobilização dos consumidores, gerenciava e organizava os seus pedidos e fazia a totalização da demanda dos consumidores e fazia a relação com os fornecedores semanalmente. Isso nos permitiu sempre trabalhar com estoque perto e próximo do zero, um *just in time* quase 100% de organizar o consumo a partir da demanda concreta. A ideia da compra programada primeiro era uma necessidade, mas também a gente conseguir refletir sobre a sustentabilidade econômica de uma iniciativa de perdas e desperdício de alimentos. Então nós operamos com o processo de perdas nesse período próximo do zero, o que nos permitiu também fazer uma discussão sobre um preço um pouco mais competitivo (entrevistado E1).

Como experiência concreta da economia solidária, a organização do trabalho foi feita através do voluntariado. Esse modelo foi adotado pela GiraSol 1.0 para suscitar uma organização de e para consumidores autogestionários. A dependência do trabalho voluntário tornou-se outra característica marcante da GiraSol 1.0.

Nos desdobrávamos por escalas de trabalho e tínhamos o que chamávamos de os ‘tocadores’. Ou seja, aqueles que assumiam as tarefas de fazer as compras, receber os agricultores, ir à feira para retirar ou identificar novos produtos, administrar a página, fazer o caixa, fazer o controle financeiro, reunir com sindicatos, organizar os *coffee break* em eventos e organizar a entrega das compras aos sábados (excerto coletado nas redes sociais da GiraSol, 23/09/2020).

Em 2007, a cooperativa alugou o primeiro espaço físico, o que possibilitou manter um pequeno estoque de alimentos, principalmente agroindustrializados, para venda a pronta-entrega, a qual complementava o sistema de comercialização por compra programada. A abertura do ponto fixo trouxe maior autonomia para a cooperativa, porém acentuou os desafios de viabilidade econômica.

A gente tinha uma discussão muito grande dentro da cooperativa naquela época, que era assim: se a gente ia se capitalizar ou não. Se a gente se tornava um empreendimento mais econômico. E tinha uma maioria que não queria isso, né? Tanto que eu insistia que a gente para além dos nossos ranchos semanais, a gente pegasse dois ou três produtos, as cooperativas ofereciam: ‘Vende a minha erva-mate aí’. E o pessoal não aceitou essa proposta. E nós trabalhávamos com uma margem muito pequena, uma coisa de só 10%, 15%. Então isso nunca permitiu que a gente pudesse crescer. Então, a maioria do pessoal, eu até tinha uma visão um pouquinho diferente, mas a maioria do pessoal queria ser um clube de compras, né? Queria ser um pequeno núcleo de pessoas que comprasse (entrevistado E9).

Ouvi algo semelhante em meu campo: “Nós precisamos ser economicamente fortes, senão não tem sentido. Nisso nós não podemos errar”, disse-me, certa vez, um ‘tocador’. A tensão que envolve a dimensão econômica na GiraSol foi algo que observei logo no início do percurso no campo. A relação entre o econômico e o político, constitutiva da GiraSol, provocou uma série de interrogações. Tudo o que compreendi e pesquisei mostra que a GiraSol 1.0 é antes uma organização política do que uma organização econômica.

Rastrear os desdobramentos das versões da GiraSol nessas duas zonas ajuda a entender as práticas organizativas (re)criadas e (des)estabilizadas nas múltiplas versões da cooperativa. Não se trata de estabelecer fronteiras e simetrias. Em nenhuma versão, o poder do econômico e/ou do político desapareceu, sendo apenas deslocado. Trata-se de construir uma relação através das diferenças, da lacuna que se instaura entre um e outro. A GiraSol 1.0 não é efeito apenas das intencionalidades de seus atores. Ela é, antes, lastreada por suas próprias práticas organizativas. Uma delas, que me foi informada pelo campo, é o voluntariado. “Então, ela se manteve até 2011, baseada muito no processo, que era um processo militante, e depois ela se esparrama” (entrevistada E6). O trabalho voluntário engendra uma GiraSol que se coloca como organização política do consumo de alimentos, mas também revela limites.

Aí a experiência começou a cansar, algumas pessoas foram saindo, foram se aposentando. Aí fizemos uma conversa de parar. Então, rapidamente essa foi a história. Quais eram as coisas então que nos colocavam? Primeiro, essa questão da organização do consumo. Isso era o mais importante. Depois a gente conseguiu ter uma boa visibilidade enquanto debate sobre esse tema do alimento. A gente fez muito debate, muito evento... porque nós nos tornamos conhecidos, porque a gente era único, né? Fomos o primeiro, muito conhecido (entrevistado E5).

O fato é que nos faltava tempo, pois todas e todos tínhamos os nossos trabalhos em paralelo e nos restavam apenas as noites e os finais de semana para cumprir nossas tarefas na cooperativa. Chegamos no nosso limite e decidimos então dar um tempo. Isso era o ano de 2011. Foi uma decisão permeada por muita tristeza, porque a GiraSol era parte importante de nossas vidas. Mas, outros compromissos se impunham e não seria possível, dentro do modelo que construímos, sem contratação de trabalhadores, seguir em frente (excerto coletado nas redes sociais da GiraSol, 23/09/2020).

“Então, rapidamente essa foi a história”. A GiraSol interrompeu suas atividades no mês de agosto do ano de 2011.

As páginas que dediquei à GiraSol 1.0 não são uma descrição absoluta que conta a verossímil história da cooperativa. Elas descrevem uma versão da GiraSol, que me foi informada pelo campo, e que eu ajudo a construir na relação que estabeleço com meu próprio campo de pesquisa. A descrição que faço corresponde a versões da GiraSol engendradas pela [minha] pesquisa. Sendo a realidade múltipla, aquela que descrevi é apenas uma entre tantas possíveis. A GiraSol 1.0 também não acaba aqui. As versões da GiraSol que identifiquei, por várias vezes, encontram-se, chocam-se e sobrepõem-se nessas multiplicidades de realidades que me esforço para descrever e compreender da GiraSol no aqui e agora.

3.1.2 A GiraSol 2.0

8 de outubro de 2016. Essa é a data da assembleia de retomada das atividades da Cooperativa de Comércio Justo e Consumo Consciente Ltda. GiraSol. Passados mais de cinco anos de inatividade, vinte e um associados, em pleno gozo dos seus direitos junto à cooperativa, participaram da assembleia de retomada de suas atividades. A cooperativa contava, então, com quarenta e nove associados, sendo vinte e sete sócios-fundadores e vinte e dois recém integrados ao quadro social, em decorrência do processo de retomada das atividades.

Conquanto a assembleia de retomada possa ser lembrada como marco formal da retomada das atividades, esse evento foi apenas a consolidação do trabalho iniciado anteriormente. De acordo com os documentos analisados, sem sobras financeiras e com um pequeno passivo dos exercícios anteriores, em “maio de 2016 um grupo de associados(as) resolveu se mobilizar para retomar seu funcionamento” (documento recuperado). O movimento de retomada derivou não apenas da intencionalidade de seus associados, mas engendrado no seio de outras organizações, das quais, inicialmente, destaco uma.

Dia 17 de junho de 2019. Primeiro dia no campo. Cheguei à sede da Cooperativa GiraSol ‘disfarçado’ de comprador não intencionado. Na parede da sala de entrega das cestas da compra programada, havia um *banner*, predominantemente roxo, no qual estava grafado: “Tecendo

redes: sustentabilidade e solidariedade para o bem-viver”. No centro, o logo da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). A menção ao *banner* da RESF é um dos primeiros registros feitos no diário de campo. Embora ainda não tivesse como saber o lugar e o significado da RESF para o estudo, essa foi a primeira pista de que a RESF seria um elemento significativo no percurso de pesquisa.

A RESF e suas relações com a GiraSol ganham mais espaço no capítulo subsequente. Separar a GiraSol da RESF é possível apenas na escrita, no exercício analítico e reflexivo da delimitação das *hinterlands* de pesquisa. No percurso empírico, a RESF perpassa, ora mais presente, ora mais ausente, todos os territórios de pesquisa, porém, é na relação com a GiraSol que ela adquire compleição neste estudo.

Das imbricações entre RESF e GiraSol, a mais imediata apresenta-se na partilha do mesmo espaço físico. Se o leitor resgatar na memória, nas páginas precedentes, descrevi sucintamente as características do prédio da Cooperativa GiraSol. Na sede da GiraSol, uma pequena placa onde está grafado: “GUAYÍ: Democracia, Participação e Solidariedade” não é apenas um elemento estético. Ela revela que ali também funcionam outras organizações. “O espaço é consideravelmente maior do que aparenta lá de fora. Lá dentro são várias salas. Me informaram que a GiraSol utiliza duas delas e que as outras estão ocupadas por outros projetos da Guayí” (diário de campo, 17/06/2019).

A Guayí não é, pelas escolhas que fiz e caminhos que percorri, um território desta pesquisa, entretanto, um leve desvio poderia elevá-la a esse *status* investigativo. A Guayí é uma organização fortemente conectada à rede na qual GiraSol e RESF estão constituídas. Em consequência, para seguir algum ordenamento na escrita, preciso já abrir uma janela para situar brevemente a Guayí nessa rede.

A Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade foi fundada no de 2001 como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). A pesquisa, no entanto, gerou pistas de que a Guayí está enraizada em, pelo menos, duas experiências históricas importantes na política gaúcha. A primeira vem do Grupo de Estudos Agrários (GEA), criado em 1979, o qual, posteriormente, se transformou em GEA – Formação e Assessoria Sindical, com atuação junto a movimentos sociais e sindicais. A segunda são as experiências das gestões da administração popular na prefeitura de Porto Alegre, que forneceram referenciais para a luta pelos direitos humanos, a gestão participativa, a participação e o controle das políticas públicas. Os documentos recuperados muito me ajudaram, mas a conversa que tive com um integrante da Guayí, nos primeiros meses de campo, foi ainda mais elucidativa sobre seu papel.

Eu: E a Guayí é responsável por todos esses empreendimentos?

Interlocutor: Ela opera como uma incubadora, uma incubadora popular, para utilizar um termo, e eu acho que sempre se concebeu como uma ideia de uma incubadora popular mesmo. Não de uma assessoria técnica externa e neutra, ou dizendo o que deveria ser feito. Não. Nós sempre tivemos um princípio de que devemos estar dentro dos processos econômicos. Não é um olhar externo. É um olhar de dentro. Então eu acho que nesse processo de retomada, ele se deu nesse espaço, com um papel estratégico que a Guayí cumpriu. Por um lado, fortalecer e construir a Rede de Economia Solidária e Feminista. Por outro lado, albergar e incubar a própria RESF, a GiraSol, a EM-REDE, a própria RICS, o Quilombo do Sopapo, um conjunto de redes locais aqui que formam a RESF, que a gente conseguiu, digamos, incorporar e integrar neste processo de retomada da GiraSol (diário de campo, 14/08/2019).

A opulenta explicação que recebi sobre a Guayí demonstra, de algum modo, sua atuação como incubadora popular. Uma consequência direta de adentrar o espaço físico de uma incubadora popular foram as observações tangentes aos contextos organizativos da Guayí, da GiraSol, da RESF e de outros empreendimentos e organizações ‘incubados’, como a RedeCoop, que ganhou maior relevância com o avanço da pesquisa. Eu poderia abrir uma janela para cada empreendimento citado e tecer as suas relações com a GiraSol, no entanto, mantenho a linha descritiva no escopo do recorte que faço na rede. Essa breve conversa também adianta a centralidade que a RESF tem na articulação estratégica de vários empreendimentos da economia solidária ‘incubados’ pela Guayí.

A RESF é resultado da experiência acumulada da Guayí no campo da economia solidária e da provocação das políticas públicas da então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No ano 2010, a Guayí participou de um edital da mesma secretaria, visando a um projeto para mapear empreendimentos organizados por mulheres em nove estados, nas cinco macrorregiões do país. Os resultados do projeto fomentaram a discussão acerca da necessidade de articulação em rede dos empreendimentos da economia solidária. Por conseguinte, em 2012, durante a Feira Internacional de Economia Solidária de Santa Maria, foi impulsionada a criação da Rede de Economia Solidária e Feminista. Nasceu, assim, a RESF.

Outro projeto foi lançado, também fomentado pela SENAES, com o objetivo fortalecer a rede e sua articulação produtiva por segmentos e/ou arranjos locais e oferecer assessoramento para gestão e comercialização. A organização da RESF, que conglomerava organizações da economia solidária de onze estados brasileiros, “é compreendida como um conjunto de empreendimentos articulados entre si, que trocam informações e experiências, se complementam e se fortalecem na sua atividade produtiva, a partir dessa relação” (diário de campo, 18/10/2019).

Não por casualidade, explanei essa breve apresentação da RESF. As movimentações que ocorreram, desde 2010, para a criação da RESF evidenciam que, embora a história oficial

conte que a GiraSol esteve inoperante entre 2011 a 2016, vários eventos a ela conectados aconteceram nesse interstício. Do modo como entendo, informado pelos escritos de Mol (2002), dentre outros autores, esses eventos constituem a GiraSol, ainda que idealizados, aparentemente, ‘fora’ dela. Por isso, o período de 2011 a 2016 não se caracteriza como um vácuo na história da GiraSol. Na trama de relações – aparentemente desconexas – às quais atribuo alguma forma, esse período foi fértil para a GiraSol. Assim, a criação da RESF é elemento essencial para compreender a GiraSol e suas diferentes versões, mesmo que fora de sua linha temporal de atividade. Consoante a rede latouriana, GiraSol e RESF estão engendradas em uma trama de relações, que não são unilaterais nem determinísticas. Portanto, se a RESF é elemento constituinte da GiraSol, há também possíveis relações, não exploradas por esta pesquisa, que evidenciam a GiraSol como constituinte da RESF. O foco, nesta primeira *hinterland*, é compreender a GiraSol.

O primeiro projeto desenvolvido pela Guayí produziu muitos subsídios para a criação e a articulação da RESF, uma das constatações sobre ele aqui interessa.

E aí ficou muito claro para nós que o que a gente precisava também era amarrar melhor esse processo da comercialização. E aí existia uma cooperativa de consumo, com a experiência da GiraSol e com o desenho da GiraSol que estava desativada. Então ficou muito claro que aquele instrumento, era um instrumento precioso, que sim cabia e a gente teve todo carinho em estar retomando essa proposta da GiraSol, rearticulando (entrevistada E6).

A retomada da GiraSol não resultou apenas da intencionalidade de seus associados, pois seu período de inatividade mostrou-se muito fértil. Os eventos que criaram e conformaram a RESF são elementares e prepararam o solo material para a retomada da GiraSol. A trama de relações que aproxima e afasta uma da outra é complexa, complicada para ser explicada. A relação mais visível é que o projeto originário da RESF indicava a necessidade de “amarrar melhor esse processo da comercialização” e preparava a retomada da GiraSol.

A questão da retomada da GiraSol, ela foi dentro de um encontro, onde a RESF, a Rede de Economia Solidária e Feminista, que convidou a COOMAFITT, convidou... eu faço parte da construção da rede também a partir da Guayí, que é a entidade de apoio e fomento, articuladora um pouco desses processos da rede no Brasil. A própria questão dos empreendimentos urbanos e outras redes estiveram presentes e conseguiram situar e provocar essa discussão naquele momento. Então eu acho que quando a gente pensa neste processo de integração e a GiraSol então foi pensada e concebida para dentro da RESF, como mais uma rede. A gente até hoje fala da ideia da Rede GiraSol de Consumo Responsável. Mas uma rede, por um lado, a GiraSol é uma cooperativa de consumidores, mas a rede dela é a sua parceria com os fornecedores. A gente então foi amadurecendo e concebendo a ideia que a GiraSol poderia ser, digamos, a âncora, a articuladora, a gestora do ponto fixo da RESF na Região Sul. Isso amadureceu no conselho gestor da RESF (entrevistado E5).

No entanto, o acontecimento RESF ocorreu desencontrado da GiraSol. Retomar a GiraSol exigia, além articulação com a RESF, responder a uma questão capciosa: por que retomar uma experiência que não havia ‘dado certo’? Eis a questão norteadora que engendrou o processo de (re)criação da GiraSol, em 2016, pois, antes da assembleia de retomada, em outubro de 2016, alguns ‘tocadores’ da GiraSol entabularam discussões, inscritas em documentos riquíssimos, sobre os pontos “que a gente não podia errar e como é que a gente podia pensar uma ideia de linhas para um processo de retomada” (entrevistado E5). O resgate desses documentos permitiu levantar pistas que amalgamam RESF e GiraSol. A primeira sobre os fatores que levaram a GiraSol 1.0 a encerrar suas atividades em 2010, interessa-me especialmente por evidenciar a dependência do trabalho voluntário dos ‘tocadores’.

O diagnóstico do primeiro fator é um antigo conhecido dos empreendimentos da economia solidária. Como explica Laville (1997), a dependência do trabalho voluntário pode enfraquecer a gestão pela dificuldade de manter os voluntários e de agenciar as aprendizagens coletivas necessárias à continuidade da organização. A GiraSol 1.0 assentou-se na ação coletiva organizada por meio do voluntarismo dos ‘tocadores’, de modo que as atividades eram desenvolvidas sem contrapartidas diretas pelo trabalho na cooperativa. Assim, ao passo que os ‘tocadores’ perdiam sua disponibilidade de trabalho na cooperativa, a GiraSol foi perdendo sua força de trabalho e sua capacidade operacional.

[...] isso foi muito, muito forte, na avaliação do porque a primeira fase da GiraSol acabou sucumbindo ou se esgotando, que era uma ideia da dependência do trabalho voluntário. De um trabalho só de dedicação. Não, ele precisa também ter profissionalismo, ele precisa ter remuneração. Quando tu depende só do trabalho voluntário, tu não consegue construir a dedicação suficiente e fazer com que essas experiências se tornem experiências econômicas. Então, a ideia de que a GiraSol pudesse e deve por justiça e por visão de mundo que a gente tem que remunerar o trabalho que as pessoas dedicam, ela foi uma ideia muito forte (entrevistado E5).

Considero não ser aqui produtiva a discussão sobre o trabalho voluntário, suas possibilidades e seus limites para organizações que, como a GiraSol, amparam-se nas práticas da economia solidária. Para a compreensão assumida nesta tese, absorvo e entrelaço o trabalho voluntário como um modo de engajamento ético com o campo empírico, ressaltando que o trabalho voluntário e o trabalho remunerado sempre coexistiram nas práticas organizativas da GiraSol, em suas diferentes versões. Minhas observações levaram-me a constatar que todo o trabalho remunerado na cooperativa foi, de algum modo, também voluntário. Ainda destaco que, embora a necessidade de profissionalização e remuneração do trabalho tenha sido referida como um imperativo para a retomada da GiraSol, emergiram contrapontos a essa ideia. O

excerto de uma conversa informal, registrada em diário de campo, mostra pistas a serem mais bem observadas.

Eu: A cooperativa ainda conta com muito trabalho voluntário. Como se deu essa escolha pela profissionalização do trabalho?

Interlocutor: Nós tivemos pessoas que por razões diferentes, horizontes, convicções e crenças que as pessoas trazem, acabaram não se envolvendo com a GiraSol, com a retomada da GiraSol. Algumas pessoas não queriam e não vieram conosco para uma experiência econômica, pois acreditavam que a GiraSol tinha que ser dedicação de trabalho militante (diário de campo, 19/08/2020).

Da maneira como descrevi, essa parece ser apenas uma controvérsia pontual e resolvida com a retomada da GiraSol. No entanto, o excerto reproduzido traz à cena mais uma pista acerca da tênue e espinhosa fronteira entre a organização, a qual ultrapassa a simples compra e venda de mercadorias e a própria imprescindibilidade de viabilidade econômica. A ‘nova GiraSol’, surgida também como uma experiência econômica, exigiu algo mais entranhado nas relações com os mercados, que viabilizasse a profissionalização e a remuneração do trabalho. Esse foi o primeiro elemento que vislumbrei nas dobras que marcam a GiraSol 1.0 e a GiraSol 2.0 – essa precisava ser [também] uma experiência econômica.

No (r)encontro com a RESF, a GiraSol 2.0 depara-se com o solo material para se constituir como uma experiência econômica. Nas relações com a RESF, a GiraSol 2.0 vislumbra possibilidades para superar a primeira causa do encerramento das atividades em 2011. No entanto, o processo de retomada da GiraSol, em 2016, tornou a profissionalização e a remuneração do trabalho apenas uma meta a ser buscada.

Porque nós não tivemos um centavo de recurso, de capital, de investimento para retomar a GiraSol. Nós passamos três anos e meio sem um centavo de investimento, construindo no grau de parceira, de amarração de parceiras, esse fluxo comercial. Que quando a gente conseguiu constituir por conta de trajetória, de vivência, de expertise a questão do projeto, a gente colocou uma possibilidade de concretizar esses desejos de um espaço físico, de começar a remunerar e de pensar, a partir das condições estruturais também, digamos, uma possibilidade pelo giro, pela capacidade econômica, remunerar o conjunto dos trabalhos que estavam envolvidos na GiraSol. [...] O primeiro estudo de viabilidade da GiraSol em 2016, esboçava a ideia de remuneração do trabalho operacional da GiraSol no primeiro ano. Bom, não deu certo. Foi bem mais complexo (entrevistado E5).

No campo das ideias, a GiraSol 2.0 (re)surge com o propósito de avançar como experiência econômica. Não como um empreendimento equiparável ao modelo empresarial das ‘*cooperbusiness*’, mas como um experimento da economia solidária que pretende ser economicamente viável e duradouro, ancorado nas experiências da RESF. Como indica meus estudos em campo, as relações com a RESF constituem o acontecimento da GiraSol 2.0.

O engendramento da GiraSol com a RESF é o elemento mais facilmente observado e mais robusto para compreender as relações que (re)criaram a GiraSol 2.0. Entretanto, ele não foi o único mapeado no processo de pesquisa. Outro elemento, menos visível em primeira análise, porém vigoroso, despontou para a compreensão do processo de retomada da GiraSol. Recordo que a primeira referência à Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (RedeCoop), que ouvi, foi feita na disciplina “Abordagens Contemporâneas em Sistemas Agroalimentares”, do Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Naquele momento, a RedeCoop foi aventada como possibilidade de campo ou como ingresso no campo empírico. Entretanto, já em campo, diferentemente da RESF, que ganhou registros em meu diário desde a primeira aproximação com a GiraSol, a RedeCoop captou minha atenção somente após alguns meses de observações.

01 de outubro de 2019. Passados quatro meses de minha primeira aproximação da GiraSol, já estava certo que minha relação ali não se restringiria às observações de pesquisa, quando fui convidado a participar da reunião do grupo de trabalho comercial (GT comercial) da cooperativa. Adentrar as discussões do GT comercial representou a possibilidade de compreender as relações que a GiraSol estabelece com seus fornecedores. Elas poderiam me ajudar a responder um questionamento que imperava em minhas reflexões no diário de campo: “Mas por que a GiraSol é diferente?”. Até ali, não tinha conseguido levantar indícios robustos que me ajudassem a compreender as relações e o lugar da GiraSol na rede agroalimentar na qual ela está engendrada.

A reunião do GT comercial aconteceu na própria sede da GiraSol, que agora sabia ser, efetivamente, sede da Guayí. As pessoas que participaram da reunião foram os ‘tocadores’ – coordenadores e cooperados convidados – da GiraSol. Eu, “o administrador da UFRGS que veio pesquisar a GiraSol” já tinha sido apresentado a todos. “A pauta centra-se em dois pontos: a) os entraves para início da obra de reforma do espaço físico do futuro armazém; e b) as estratégias comerciais do futuro armazém” (diário de campo, 01/10/2019).

O atraso na obra de reforma era a maior e mais imediata preocupação dos ‘tocadores’, por ser condição *sine qua non* para a concretização do projeto Armazém GiraSol. A mim, no entanto, interessa mais o segundo item da pauta da reunião. A necessidade de estabelecer relações sólidas com potenciais fornecedores levou a GiraSol a se preocupar em estabelecer uma agenda de visitas às cooperativas da agricultura familiar, para contar a boa nova do futuro armazém. Ao combinar as possibilidades de acompanhar algumas visitas, ‘descobri’ que o coordenador comercial da Cooperativa GiraSol era também, não por acaso, o presidente da RedeCoop. Aqui a RedeCoop despontou e ganhou o primeiro registro no diário de campo. Essa

pista, que colho no momento de transição para a GiraSol 3.0, ajuda a compreender o lastro das relações que, em 2016, engendraram a retomada da GiraSol. Surgia a primeira pista de que as relações com a RedeCoop eram passagem obrigatória para pesquisar a GiraSol. A organização da RedeCoop e seu relacionamento com a GiraSol ocupam maior espaço nas discussões da segunda *hinterland*, no entanto, para descrever a GiraSol 2.0, preciso apresentar, a RedeCoop.

A RedeCoop foi fundada, em julho de 2017, com o objetivo de conectar as cooperativas da agricultura familiar e promover a interoperação e a colaboração mútua entre elas, principalmente em questões ligadas à comercialização e à logística de entrega de alimentos para distintos mercados. Conquanto o foco da RedeCoop não seja unicamente os mercados institucionais, aproximadamente 80% do total de produtos comercializados o são por meio de programas de compras públicas. A RedeCoop reúne quarenta e quatro cooperativas, localizadas em trinta e um municípios do estado do Rio Grande do Sul. Uma delas, e a única de consumo, é a Cooperativa GiraSol.

A RedeCoop não atua diretamente na comercialização. As cooperativas e as centrais de cooperativas compartilham um sistema logístico de transporte e de comercialização articulado pela RedeCoop, otimizando os custos envolvidos. Um excerto da entrevista com um dos coordenadores da RedeCoop exemplifica a criação dessa organização.

A ideia realmente é essa, junta e entrega junto, né? Então, ela começou pelas políticas públicas com as entregas nas escolas. As cooperativas saíam para entregar cada uma o seu produto. Com quatro, cinco veículos, cada uma com o seu e cada uma tendo um prejuízo no fim do dia. Então, essas cooperativas, a gente fez uma grande reunião e definiu então entregar tudo junto. Aí todo mundo se encontra num ponto fixo na cidade e entrega juntos esses produtos em um veículo só, em vez de cada um entregar no seu veículo. E a partir de então começou a dar essa viabilidade (entrevistado E10).

A RedeCoop organiza-se através da articulação das cooperativas e das centrais de cooperativas para o atendimento das demandas dos mercados institucionais, em diferentes regiões do estado do Rio Grande Sul. Eis o elemento central para descrever sucintamente a RedeCoop, no entanto a defesa do cooperativismo na agricultura familiar e da economia solidária, expressa no lema “mais cooperação, menos competição”, denuncia que sua agência ultrapassa a articulação instrumental de comercialização e logística. Por estar ancorada no contexto da agricultura familiar, a RedeCoop busca, por meio da cooperação, fortalecer os circuitos curtos e agroecológicos.

Tal qual com a RESF, o entrelaçamento da GiraSol com a RedeCoop perpassa o diagnóstico dos fatores que levaram à interrupção das atividades, em 2011. O segundo fator aventado, nos documentos recuperados, sobre o encerramento das atividades da GiraSol 1.0,

foi a inexistência de “organizações de agricultores articuladas, que pudessem fornecer os alimentos de forma regular e com baixo custo de logística”. Na GiraSol 1.0, as relações com os agricultores eram individualizadas, tendo sido muitos os episódios contados pelos ‘tocadores’ sobre as dificuldades enfrentadas para levarem os produtos até a GiraSol, no dia das entregas. Ouvi relatos contando que, por vezes, o único canal logístico disponível aos agricultores eram as linhas de ônibus intermunicipais, o que obrigava os ‘tocadores’ a estarem, na rodoviária de Porto Alegre, no primeiro horário da manhã, para receber os produtos.

Além das contribuições políticas, a RedeCoop cumpriu, no processo de retomada da GiraSol, o papel de articuladora das relações comerciais com os agricultores e suas organizações. A existência de uma rede articulada de agricultores foi condição fundamental para que a GiraSol (re)nascesse como uma experiência econômica. A RedeCoop foi formalmente fundada após a retomada da GiraSol, no entanto cooperativas e atores que participaram da criação formal da RedeCoop foram partes importantes da GiraSol 2.0. Entre elas, está a COOMAFITT que, no decurso da investigação, ganhou, nesta tese, *status* de território de pesquisa. A existência de cooperativas partes, com processos logísticos organizados, que posteriormente deram vida à RedeCoop, possibilitaram a GiraSol conectar-se a uma rede logística, viabilizadora de confiáveis e facilitadas relações comerciais com as cooperativas da agricultura familiar. Como indica minha experiência em campo, as relações com a RedeCoop constituem o acontecimento da GiraSol 2.0.

As relações com a RESF e RedeCoop acarretaram as possibilidades para o acontecimento da GiraSol 2.0. Até aqui descrevi dois elementos importantes para compreender o processo de retomada da GiraSol: (i) a GiraSol 2.0 é [também] uma experiência econômica; (ii) ela estabelece relações comerciais preferencialmente com agricultores organizados e articulados em redes logísticas de comercialização de alimentos. Essa nova trama de relações teve desdobramentos no plano organizativo da cooperativa. Conforme as alterações estatutárias, o objetivo prioritário da GiraSol passou a ser “a comercialização a seus associados de produtos oriundos da agricultura familiar, economia popular solidária e pequenos empreendimentos, visando a estabelecer relações diretas com os produtores, de modo a dispensar intermediários e atravessadores” (documento recuperado). Entre os objetivos prioritários definidos na criação da GiraSol, em 2006, estava a centralidade na “defesa econômico-social e cultural dos associados por meio da ajuda mútua”. Tal objetivo não foi apagado, mas o destaque conferido aos processos de comercialização traduzia a experiência econômica a que se lançava a GiraSol. Talvez esse novo objetivo prioritário seja a síntese do acontecimento da GiraSol 2.0.

A segunda alteração estatutária firmada na retomada das atividades ganhou relevância na pesquisa: “A GiraSol, em respeito à vida e a sustentabilidade, trabalhará apenas com produtos livres de matérias primas provenientes de abate animal” (documento recuperado). Os desdobramentos que circunscrevem esse princípio estatutário tornaram-se interessantes, especialmente, na dobra da GiraSol 2.0 para a GiraSol 3.0. Contudo, os registros contidos na ata da assembleia de reformulação estatutária narram a introdução desse princípio como “um ponto polêmico e que implicou em um longo debate”. Ao cabo, sua introdução foi aprovada e a GiraSol 2.0 o incorporou em suas práticas organizativas. Eis o terceiro elemento fundamental para compreender a GiraSol 2.0.

Alicerçada nesses elementos, a GiraSol retomou suas atividades e sediou-se no espaço da Guayí. A compra programada, modelo utilizado na GiraSol 1.0, retornou à cena como modo de operacionalização das atividades. Através da compra programada, o alimento chega aos consumidores. “Faça seu pedido até segunda-feira, ao meio-dia, e busque na quarta-feira, a partir das 17h, na sede da GiraSol!”. Essas são as práticas mais visíveis aos olhos do consumidor. No entanto, a compra programada necessita da junção de muitas outras práticas, que se engendram no fluxo percorrido pelo alimento, anteriores à agência do consumidor nessa trama de práticas. Rastrear, ainda que parcialmente, as práticas ocultas a quem consome é uma das tarefas que percorre toda a confecção desta tese. Para abrir uma janela descritiva das práticas da compra programada, resgato o registrado, no diário de campo, no primeiro dia de observações empíricas no cotidiano da GiraSol.

15 de julho de 2019 – quarta-feira, dia das entregas das compras programadas. Conforme acordado com a coordenação da GiraSol, dei início ao processo observacional no cotidiano da cooperativa. Combinei de chegar cedo, no período da manhã, para acompanhar Armando e Melinda na preparação e montagem das cestas. Na chegada, fui informado que havia doze pedidos para aquele dia. A primeira tarefa era organizar a logística para recolher os produtos deixados, em diferentes pontos da cidade de Porto Alegre, pelas cooperativas de produção parceiras. “Se faltar alguma coisa, depois passamos na feira para buscar”, disse Armando. Quarta-feira também é dia de uma importante feira ecológica na capital gaúcha. Descobri, mais adiante, que a escolha pela quarta-feira como dia de entrega das cestas da compra programada foi pensada em função da realização dessa feira.

A relação entre a GiraSol, as cooperativas de produção e a feira despertou meu interesse por vários aspectos. Entretanto, optei apenas por perguntar: “Por que a GiraSol não compra todos os produtos na feira, direto dos agricultores?” A resposta: “As cooperativas dão a maior força para a GiraSol. Desde que a gente retomou em 2016, a prioridade é comprar das

cooperativas”. Concordo, protocolarmente, mas segui intrigado. Até ali, não havia nenhuma pista sobre a trama de relações da GiraSol com as cooperativas da agricultura familiar. O que me foi informado ganhou registro no diário de campo.

O *checklist* dos itens que precisávamos foi escrito de próprio punho. Fomos no carro particular de Armando e Melinda. No caminho, aproveitei para indagar quais cooperativas vendiam produtos para a GiraSol. A lista informada contemplava algumas cooperativas que já conhecia, ao menos de nome. Fiz o registro de todas, com o objetivo de, posteriormente, obter mais informações na internet. A distância da GiraSol até o local onde fomos buscar os produtos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, é relativamente extensa. “Por que precisamos buscar os produtos aqui? As cooperativas não podem entregar na sede da GiraSol?”, perguntei. “No início elas entregavam, mas pela quantidade pequena, ficava inviável para eles. Aí a gente combinou de pegar aqui”, respondeu Armando. Dali rumamos para a feira. Armando sabia, com precisão, o que encontrar em cada banca. A relação com os agricultores era, nitidamente, de confiança. Escolhemos alface, gengibre, cúrcuma e alho-poró e voltamos para a GiraSol. Ao chegar, enfrentamos uma escada de 18 degraus para chegar até o segundo andar, na sala onde os produtos são acondicionados. Cheguei esbaforido. Missão cumprida, agora só faltava separar e organizar as cestas. Mas essa tarefa ficou para a tarde.

Retomamos a tarefa logo no início da tarde. Voluntariei-me para auxiliar no processo de separação e organização das cestas. “Vou deixar para tu ver como funciona”, argumentou Armando. Primeiro organizamos o espaço da sala e as caixas com os produtos. Melinda organizou os extratos de cada pedido. “Pedido da Maria! Pega uma caixa para começar”, disse Melinda. Escolhi uma caixa, de papelão, que considerei ser de médio porte. “Não, essa é pequena, pega uma maior, o pedido é grande”, explicou Armando. Melinda informou cada item e suas quantidades: “Um quilo de arroz cateto integral à vácuo”. Armando me orientou: “Aí, bem embaixo na prateleira”. E assim, fui montando a cesta.

“Agora, pega meio quilo de laranja”. As vendas pelo *site* são em quantidades predeterminadas, normalmente meio ou um quilo. É preciso entregar ao cliente a quantidade solicitada no ato da compra. Não há, em princípio, recálculo do valor da cesta. No entanto, como cada laranja pesava mais ou menos 200 gramas, peguei três e coloquei na balança, resultado: 640 gramas. Olhei para Armando, sem saber o que fazer. “Tenta com duas”, ele sugeriu. Retirei uma e pesei: 450 gramas. Olhei novamente para Armando, esperando sua validação: “Vê se não tem umas maiores na caixa”. Escolhi as duas maiores que visualizei, pesei e a balança registrou 470 gramas. “É impossível conseguir exatamente meio quilo”, pensei comigo mesmo. De pronto, Melinda resolveu: “Deixa essas duas mesmo. Colocamos mais

maçãs para compensar. Maria gosta de maçãs”. Armando complementou: “É assim, perde um pouco numa coisa, e ganha em outra”.

Minha memória resgatou, de imediato, o livro “Saberes no Trabalho” de Mike Rose (2007) – o trabalho comum nem sempre é visto em sua complexidade. Esse evento mostrou uma pista inicial importante acerca de como o fazer e o pensar são engendrados nas práticas organizativas na GiraSol. Eis um elemento significativo a investigar. Esse evento reforçou minha percepção inicial de que, na GiraSol, as relações vendedor/cliente não correspondem às do arquétipo que estudei no curso de administração. Perguntei-me quais as probabilidades de, em uma relação de compra/venda convencional, quem vende saber que “Maria gosta mais de maçãs do que de laranjas”. Concluí que talvez tivesse observado tal relação no contexto das feiras, mas a GiraSol não é uma feira.

Seguimos com o trabalho de separação e organização das cestas. Agora já tinha aprendido a resolver impasses. “Perde um pouco numa coisa, e ganha em outra”. Ainda assim, precisei que Melinda e Armando me informassem o que deve ‘ganhar’ e o que deve ‘perder’, quando for o caso. Os saberes que adquiri como ‘agricultor mirim’, durante minha infância e adolescência, ajudaram-me a identificar os alimentos em sua diversidade de cor, tamanho e cheiro. É tarefa fácil distinguir, pelo cheiro, salsa de coentro, apesar da similaridade de outras características. No entanto, diferenciar uma alface mimosa de uma alface lisa nem sempre é tão simples.

Sigo, orientado por Melinda e Armando, até finalizar o 12º pedido. Levamos mais de duas horas para concluir a tarefa. Provavelmente muito mais do que o normal, em razão da minha ‘pouca prática’. Agora era só esperar os consumidores. Enquanto desfrutava um momento de descanso, olhei para o conjunto de cestas organizadas, coloridas, majoritariamente de alimentos frescos, *in natura*, e pensei no trabalho materializado em cada alimento. Pensei em todo o trabalho que Melinda e Armando e eu dispendemos, nas últimas horas, para que as cestas ficassem prontas para serem entregues aos consumidores (Figura 5). Pensei também em todos os outros processos que a GiraSol mobilizou anteriormente ao trabalho de hoje. Mas refleti, principalmente, sobre o trabalho de tantos agricultores e agricultoras que dedicam sua vida a fazer agricultura, a produzir alimentos. Lembrei-me que os tomates, por exemplo, requerem em torno de quatro meses desde o cultivo até a colheita. Qual o valor de quatro meses de trabalho materializado nessas cestas? R\$6,00?



Figura 5. Processo de separação e organização das cestas da compra programada

Aproveitei o tempo de espera para formular mais perguntas sobre a GiraSol. Visando mapear processos envolvidos nas atividades cotidianas na cooperativa, indaguei o número de funcionários da GiraSol. “Tem muita gente envolvida, mas a maioria é voluntário. Agora pelo projeto tem três funcionárias”, explicou Melinda. Armando é um dos voluntários, mas Melinda é funcionária, porém, cumpre apenas vinte horas semanais. Devido à demanda de trabalho, concluí que ela também é voluntária. A explicação que me foi dada, foi registrada, no diário de campo, apenas como mais uma informação, sem nenhuma conexão com o trabalho voluntário nas diferentes versões da GiraSol. Não havia elementos suficientes para tal, naquele momento.

As conexões da GiraSol 2.0 com a descrição de meu primeiro dia de observações no cotidiano, registrada no diário de campo, só ganharam forma após vários meses em campo. Conquanto não corresponda ao registro primordial contido nos documentos recuperados sobre o processo de retomada, a breve descrição que fiz do primeiro dia de observações no cotidiano, demonstra que a GiraSol 2.0 constitui-se pelo trabalho voluntário de seus ‘tocadores’. Embora as relações com as cooperativas de produção tenham sido traçadas e fortalecidas no processo de retomada, as necessidades operativas exigiram que a GiraSol estabelecesse também relações comerciais com agricultores individuais, como as da feira que observei. As pistas que colhi no primeiro dia de observações vão, portanto, de encontro aos documentos que recuperei acerca dos objetivos que marcaram a GiraSol no processo de retomada.

Uma análise precipitada de minhas observações pode levar a inferir que, no plano organizativo, as versões 1.0 e 2.0 são muito semelhantes. No entanto, não o são, quer pelos elementos que descrevi, quer por tantos outros que não foram inseridos nos conjuntos de realidade aqui fabricados. Conforme a GiraSol 2.0 vai se apropriando de práticas da GiraSol 1.0, ela também prepara o terreno para o despontar da GiraSol 3.0. As condições objetivas e materiais fazem da GiraSol 2.0 um cruzamento de práticas e desejos; práticas que ora vêm do ‘passado’, do que não se deseja mais ser, ora vêm do ‘futuro’ do que se deseja ser. A GiraSol 2.0 é uma representação elucidativa da noção de tempo postulada por Mol. Não há como separar passado, presente e futuro. Não há como separar as versões da GiraSol. Há apenas múltiplas realidades, que coexistem e correlacionam-se no mundo.

3.1.3 A GiraSol 3.0

Meu ingresso no campo foi marcado pelo discurso “uma nova GiraSol vem aí”. Nos primeiros nove meses em campo, vivenciei o apagar das luzes da GiraSol 2.0 e a passagem à GiraSol 3.0. De fato, nos primeiros meses, minhas observações e meus registros são, majoritariamente, sobre o novo momento da cooperativa que estava por se iniciar. A efervescência do campo centrava-se na GiraSol 3.0. Mais tarde, compreendi que o projeto da GiraSol 3.0 era, sobretudo, a consolidação dos objetivos traçados na largada do processo de retomada da GiraSol 2.0. Alguns ‘tocadores’, inclusive, defendiam que a GiraSol suspendesse suas atividades comerciais para a preparação do grande momento de inauguração da terceira fase da cooperativa. Ainda sem elementos para compreender todas as facetas do que era ou viria a ser, a GiraSol 3.0, desde as primeiras observações, mostrava que uma grande transformação estava em curso.

Dois marcos iniciais, temporalmente divergentes, podem ser atribuídos à GiraSol 3.0. O primeiro e mais simbólico é a inauguração do Armazém GiraSol, no dia 05 de fevereiro de 2020. Mais adiante detalho esse evento. O segundo é anterior e marca os primeiros meses de observações empíricas. No início deste capítulo fiz referência ao evento de assinatura do convênio da GiraSol com a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a ONU-Mulheres, “que abriria uma nova página na história da cooperativa”. Ali, apenas o apresentei como uma pista que me levou a problematizar o complemento 3.0 e seus desdobramentos nas versões da GiraSol. No entanto, o firmamento desse convênio e as relações engendradas são ponto de passagem obrigatório para descrever a GiraSol 3.0.

A parceria firmada pela GiraSol com a FBB e a ONU-Mulheres foi articulada no seio da RESF, e materializou-se no projeto “Mulheres Rurais em Rede: Agroecologia, Autonomia Econômica e Autogestão Solidária”, que tem como objetivo principal:

Implantar o Armazém da GiraSol como estratégia de comercialização da produção desenvolvida pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, realizar ações de investimento que qualifiquem as capacidades produtivas dos grupos apoiados e articular sua participação na Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) para construção da autonomia econômica, do protagonismo e empoderamento das mulheres rurais (documento recuperado).

O projeto, cujos primeiros rascunhos são do ano de 2018, tem como centralidade a abertura do Armazém GiraSol. O desejo de ter um espaço físico fixo de comercialização era cultivado tanto pela RESF como pela GiraSol 2.0. O fomento advindo da FBB e da ONU-Mulheres “vem, de certa forma, concretizar o que a gente já vem falando há muito tempo” (entrevistada E2). Além da GiraSol, outros dezoito empreendimentos solidários dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro foram contemplados com investimentos do mesmo projeto, gestado pela GiraSol, entre eles, cooperativas da agricultura familiar, cooperativas dos povos tradicionais, associações de economia solidária, grupos de mulheres em associações de comunidades quilombolas e grupos informais de mulheres. Destaco que uma das cooperativas da agricultura familiar que se articulou com a GiraSol, nesse projeto, foi a COOMAFITT que, ulteriormente, constituiu-se território de pesquisa desta tese.

Esse projeto foi o principal impulsionador da criação da GiraSol 3.0, não apenas pelo aporte de recursos, mas principalmente pelo tensionamento das fronteiras da GiraSol como cooperativa de consumidores para consumidores. A GiraSol 3.0 é uma organização que se constitui e atua em rede.

Então, fortalecendo isso e a gente tendo em vista que os estados que foram escolhidos para esse primeiro projeto não foram aleatórios. Foi, então, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná que já são estados que estão articulados comercialmente e politicamente também na Rede de Economia Solidária e Feminista. Então a gente já usou a estrutura da Rede Feminista para articular esse projeto. Então a gente já, na estruturação desse projeto, a gente já atuou em rede, já usou toda estrutura da rede. Então, ao mesmo tempo tu usa a estrutura da rede pra articular esse projeto, tu segue usando na comercialização em si (entrevistada E2).

A concretização do projeto que entrelaça as versões da GiraSol e as conecta com a RESF e, de algum modo, também com a RedeCoop, teve desdobramentos imediatos na cooperativa e, consequentemente na condução da minha pesquisa. Os primeiros meses de observações no cotidiano foram marcadamente protagonizados por discussões circunscritas à GiraSol 3.0. No

primeiro dia de observações, tomei nota acerca dos entraves que retardavam o início da obra de reforma do espaço físico do futuro Armazém GiraSol. A preocupação com a obra de reforma dominava as discussões tanto nas reuniões do conselho como nos bastidores do cotidiano da cooperativa. Nas primeiras páginas do diário de campo, os registros dos entraves da obra ganharam alguma centralidade. No entanto, à medida que o novo espaço foi recebendo (re)forma, adquiriram forças também as discussões sobre “como vai funcionar o armazém?”. Essas muito me interessaram e deram contornos a discussão que desenvolvo nesta tese.

Os discursos da coordenação expressavam a certeza da necessidade de profissionalização da GiraSol. Essas falas remeteram a uma situação de pesquisa específica, sobre qual discorri no capítulo precedente. Engajado oficialmente e pelas próprias microdinâmicas do trabalho, meu acesso ao campo foi facilitado devido à missão de contribuir com a ‘profissionalização da gestão’ da GiraSol. No segundo mês de observações, fui convidado a participar da reunião do conselho de administração da GiraSol. Como combinado, no dia 22 de agosto, às 18 horas, cheguei cedo e esperei, na sala de reunião, pelos demais participantes. O momento foi descontraído, pois, à medida que as pessoas foram chegando, formou-se uma grande roda de conversas do que parecia ser um grupo de amigos. Na oportunidade, conheci todos os sete coordenadores da GiraSol. Fui apresentado como um doutorando da UFRGS que “cismou com a GiraSol”. Em resposta, ouvi: “Estamos mesmo precisando de um administrador”.

“Se você pudesse ajudar na estruturação administrativa. Estamos precisando repensar a forma como nos organizamos para o novo momento”, desafiou-me um dos coordenadores. “Estamos sempre tentando conciliar a participação coletivamente com a necessidade de fazer as coisas funcionarem. Passamos horas e horas discutindo. Essa história de economia solidária e autogestão é complicada, viu!”, expressou outro coordenador. Os discursos dos coordenadores convidavam-me, mais uma vez, a tensionar os limites da pesquisa. Sem ter certeza de que o método de pesquisa ‘aceitaria’ tal engajamento ético com o campo, comprometi-me não com a procura de soluções, mas com a proposta de um método para operacionalizar as tratativas sobre as necessidades de profissionalização da GiraSol. Na mesma reunião, fui convidado a integrar os grupos de trabalho comercial e administrativo, para acompanhar as discussões e as proposições para funcionamento do futuro Armazém GiraSol.

Repetidamente, o discurso de profissionalizar a gestão acompanhou meus dias no campo, durante a passagem da GiraSol 2.0 para a GiraSol 3.0. Sem respostas concretas nem soluções a prescrever, elaborei uma metodologia para que se pudesse discutir e propor um processo para iniciar a aclamada profissionalização da GiraSol. Julgou-se necessário começar

do zero, da proposta de governança da cooperativa e do futuro armazém. Os primeiros encontros do GT administrativo foram dedicados a pensar a reestruturação do organograma da Cooperativa. Evidente estava que o cotidiano de um armazém, em funcionamento seis dias por semana, requisitaria uma estrutura de governança distinta da então adotada, sobretudo mais ágil no processo de tomada de decisão.

Conforme consta nos estatutos recuperados e nos relatos dos ‘tocadores’, a estrutura de governança e o processo de tomada de decisão na GiraSol sempre foram regidos pelo princípio da participação coletiva. Pelo que observei da GiraSol 2.0, as decisões seguiam a prática ‘reúne todo mundo para discutirmos’. Parecia improvável que tal prática pudesse ser transplantada para a GiraSol 3.0. Afinal, não poderíamos “reunir sete coordenadores em uma reunião do conselho de administração para decidir sobre o preço de venda de um lote de tomates prestes a estragar”, argumentou um dos ‘tocadores’. O que se imaginava sobre a GiraSol 3.0 ou se desejava para ela dava pistas que se precisaria definir, com clareza, políticas e processos operacionais de funcionamento do Armazém GiraSol.

Por isto, a coordenação geral e eu julgamos imprescindível realizar uma grande imersão com os ‘tocadores’ da cooperativa. Dia 04 de outubro de 2019, agenda prevista para todo o dia. Foi estabelecida uma pauta que reunia as duas principais questões discutidas no GT administrativo: a reestruturação organizacional e a definição de estratégias e de políticas de preços das frentes comerciais. Nos dias precedentes, eu havia me dedicado a elaborar uma breve apresentação abrangendo o mapeamento dos principais processos, a estrutura organizacional vigente e a sistematização das discussões que haviam emergido até então.

Realizados os ritos de abertura da imersão e discutida a pauta, comecei minha apresentação. A essa altura, já conhecia todos os participantes. Ressalto aqui algo bastante curioso: à medida que minha apresentação foi se desenvolvendo e, aparentemente, sendo bem recebida pelo grupo, tornava-se perceptível a estranheza de alguns. Conquanto o termo profissionalização seja muito comum e facilmente encontrado em artigos, jornais, revistas, discursos empresariais, refleti silenciosamente: “Qual a concepção de profissionalização que está imbricada nesse discurso?”. No turno da tarde, foi proposta uma atividade coletiva para debater as questões que haviam sido apresentadas. Como intruso e pesquisador, meu lugar era o daquele que vem ajudar na ‘profissionalização’ da GiraSol”. Optei por assumir uma postura menos ativa, de observador, esperando conferir maior liberdade às discussões. Ainda intrigado, refleti sobre o estranhamento com relação à minha apresentação. Parecia haver ali algo a mais, que extrapolava a simples discordância ou a incompreensão da proposta.

Dentre os desencontros do debate, foi detectado o que pareceu a todos ser um grande desafio: a definição da política de preços. Devido ao dilema, um ‘tocador’ falou:

No modelo capitalistão é fácil! Tu joga com os fornecedores, os pequenos que tu tem maior poder de barganha, tu obriga eles a entregarem os produtos a preços lá embaixo, coloca uma margem alta nos preços de venda e pronto. Ainda, não assume o risco pelas perdas. Se a alface que o agricultor entregar não vender e estragar, tu devolve pra ele. Mas esse não é o modelo que a gente quer. Na administração e economia é assim que eles fazem. A nossa lógica é outra, estamos tentando fazer algo diferente. Talvez não dê certo e fecha aqui dois ou três anos, mas a gente quer fazer algo diferente (diário de campo, 04/10/2019).

Essa fala ofereceu-me respostas acerca do estranhamento sobre minha apresentação. Pela primeira vez no processo de observação em campo, a aclamada profissionalização da GiraSol estava sendo questionada. Eu havia percebido até ali uma espécie de consenso sobre a profissionalização, reforçado pelo [temor do] que se imaginava da GiraSol 3.0. A profissionalização é um discurso que percorre distintos pontos da rede, mas é uma questão especialmente relevante para aqueles que se ocupam permanentemente do cotidiano da GiraSol e do que ela representa – pelo que me informa a experiência de pesquisa.

Não posso, contudo, ignorar a fala e a tensão que se defrontavam não apenas com o sentido atribuído à profissionalização, mas principalmente com debate mais amplo sobre como a GiraSol, como proposta de experiência econômica “vai viver e operar dentro do capitalismo sem perder aquilo que nos faz GiraSol?” (diário de campo, 04/10/2019). Ficou evidente que era preciso avançar na profissionalização, mas não qualquer profissionalização. Não se tratava da noção de profissionalização como hierarquia, eficiência/eficácia econômica, divisão do trabalho, relação entre áreas funcionais etc. – guiada pelo paradigma científico moderno dos estudos organizacionais, que privilegia o entendimento da realidade como um estado de ordem e estabilidade.

Depois de oito horas de imersão e discussão, a tarde findou com menos propostas do que se tinha no início da manhã. Ao final, foi criado mais um grupo de trabalho, denominado GT operacional. Acredito ter entendido o sentido da fala de uns dos coordenadores na reunião do conselho de administração: “Estamos sempre tentando conciliar a participação coletiva com a necessidade de fazer as coisas funcionarem”. Isto é, a participação coletiva, no processo de tomada de decisão, não pode ser considerada, *a priori*, um óbice às práticas de gestão da organização cooperativa. Em concordância com o pensamento de Robert Cooper, pensar a profissionalização da GiraSol é antes libertar-se da prisão da janela mental do conhecimento naturalizado da gestão, que supõe a garantia da ordem como a única lógica possível para se

pensar o trabalho de gestão (Cooper, 1989; Cooper & Burrell, 1988). É importante notar o afastamento que intento fazer de estudos com recorte discursivo: não se trata essencialmente de pensar por meio dos discursos da profissionalização, mas de observar os modos como eles se conectam com as práticas e circulam na rede, conformando-a, ainda que de forma instável. Como então, por outra via que não a ordem, esses mesmos discursos criam o fluxo que permite que a GiraSol 3.0 ‘exista’?

Após essa imersão e durante os meses que precederam a abertura do armazém, os GTs comercial e administrativo dedicaram-se a pensar a GiraSol 3.0. No final de 2019, foram realizadas algumas reuniões geralmente com os ‘tocadores’ mais atuantes no cotidiano da cooperativa, para construir as propostas das alterações necessárias para o evento da GiraSol 3.0. Algumas dessas reuniões ocorreram no espaço físico (em reforma) do futuro armazém. Cartolina, canetão, *post its*, chimarrão – em meio ao imaginário do “aqui ficarão as hortaliças, aqui será o caixa...” – o Armazém GiraSol foi ganhando formas e contornos (Figura 6). As discussões que permearam esses encontros permitiram a [minha] compreensão sobre o que era o projeto Armazém GiraSol. A GiraSol 3.0, no final de 2019, era um projeto de articulação de cinco frentes comerciais a serem criadas organizacionalmente e, principalmente, viabilizadas.

A primeira frente correspondia à loja física, para venda direta e cotidiana ao consumidor. Um desejo antigo dos ‘tocadores’, de algum modo experienciado na GiraSol 1.0. O armazém sediaria um café – segunda frente comercial, concebido como espaço cultural e de formação relacionado à temática da alimentação saudável, do consumo consciente e sustentável e do cooperativismo. Na terceira frente, a prática da compra programada, que marcava a GiraSol 1.0 e 2.0, deveria ganhar novos desenhos para abranger o *e-commerce*, como extensão da loja física, com a possibilidade de entrega diárias a domicílio. A quarta frente concerne às vendas para pessoas jurídicas – bares, restaurantes, creches, escolas privadas – que precisam de fornecimento regular de alimentos orgânicos. A quinta frente é a prestação de serviços de *coffee breaks* e coquetéis em eventos, os associando à discussão acerca da alimentação saudável, do consumo consciente e do consumo responsável.



Figura 6. Reuniões de trabalho na GiraSol

Por estar juridicamente constituída como uma cooperativa, a GiraSol segue o marco legal e as normativas da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971), que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Como previsto no quadro normativo, as propostas discutidas e elaboradas precisavam, necessariamente, passar pelo debate e pela aprovação da Assembleia Geral da cooperativa. Algumas das alterações sugeridas requeriam inclusive reformulações estatutárias. O que foi construído para a profissionalização da GiraSol, no final de 2019, por um grupo orgânico e atuante em seu cotidiano, exigia a apreciação dos associados da cooperativa. Dessa vez, porém, não no caráter informal de imersão, mas dentro dos ritos específicos de uma assembleia de cooperativa.

18 de dezembro de 2019. Dois eventos importantes para a GiraSol e também para o campo de pesquisa, ocorreram nesta data. O primeiro foi poder considerar essa data como marco oficial do encerramento das atividades comerciais da GiraSol 2.0, pois, naquela quarta-feira,

foram entregues os últimos pedidos da compra programada. Em consequência, as atividades comerciais só retornariam com a inauguração do Armazém GiraSol. A nostalgia do encerramento de um ciclo e de um modelo operativo, que perpassou a história da cooperativa, misturava-se com as expectativas do que seria o Armazém GiraSol. O segundo foi a assembleia geral da Cooperativa GiraSol.

A assembleia estava marcada para ocorrer na sede da GiraSol na Guayí, às 19h, em primeira chamada. Eu estava na GiraSol desde o início da tarde, acompanhando o processo de entrega das cestas da compra programada. Às 18h30 começaram a chegar os primeiros associados para a assembleia. Em decorrência dos seis meses de observações no cotidiano, eu conhecia a grande maioria dos participantes. Dessa vez, deliberadamente, assumi postura passiva, de observador. Na abertura da assembleia, fui apresentado como pesquisador da UFRGS e voluntário da GiraSol. Na extensa pauta, o ponto mais importante e possivelmente mais polêmico referia-se às propostas de alteração do estatuto. Eu esperava um evento controverso, com discussões acaloradas, mas não o foi. A maturidade das discussões, a proximidade com a data de inauguração do armazém e a pontualidade das propostas, lapidadas nos grupos de trabalho, nos últimos meses, fizeram da assembleia de reformulação estatutária um evento aprazível. Das alterações consolidadas pela assembleia, quatro especialmente me interessam.

A primeira refere-se à ampliação das frentes comerciais da cooperativa – a fim de dar conta do planejado para a GiraSol 3.0, “na consecução do seu planejamento econômico e comercial, a GiraSol desenvolverá as atividades de armazém, e-commerce, distribuição de alimentos, café e realização de eventos de gastronomia saudável para fortalecer a integração comercial e cultural dos seus associados” (documento recuperado).

A segunda desenhou nova estrutura de governança da cooperativa e consolidou as discussões acerca da necessidade de um conselho administrativo menor, orgânico e atuante no cotidiano da GiraSol. De um conselho administrativo composto por “coordenador geral, coordenador financeiro, coordenador administrativo, coordenador comercial, coordenador de comunicação, coordenador de formação, estudos e pesquisas e coordenador de participação e mobilização”, a GiraSol passaria a operar com um conselho de administração composto por “coordenador(a) geral, coordenador(a) administrativo(a) e financeiro(a), coordenador(a) comercial, coordenador(a) de formação e comunicação” (documentos recuperados).

A terceira refere-se ao capital social da cooperativa. Como ouvi diversas vezes durante a pesquisa, até então, a GiraSol organizava-se antes como um clube de compras, ancorado no engajamento político de um pequeno grupo de associados orgânicos, do que como um

empreendimento comercial. A GiraSol 3.0, como empreendimento comercial que articularia cinco frentes comerciais, precisaria ampliar seu quadro social superando a célula de, aproximadamente, 40 consumidores mais ativos. Para cumprir tal tarefa, uma das estratégias adotadas para incentivar novas associações foi a redução da cota de capital social a ser integralizada no ato de associação, que passou de R\$150,00 para R\$1,00.

A quarta, que produziu célere controvérsia, diz respeito a um artigo aditado no estatuto, durante o processo de retomada da GiraSol, em 2016. Naquele momento o grupo de ‘tocadores’ definiu que “a GiraSol, em respeito à vida e a sustentabilidade, trabalhará apenas com produtos livres de matérias primas provenientes de abate animal”. O primeiro registro no diário de campo sobre a agência desse dispositivo estatutário, nas práticas organizativas da GiraSol, foi rascunhado no dia 18 de setembro de 2019. Nos meses que precederam a abertura do armazém, a coordenação da GiraSol realizou visitas a cooperativas e agroindústrias parceiras e a potenciais fornecedores. Deslumbrei, nessas visitas, a possibilidade de circular pela rede e desbravar relações ultrapassando o território da GiraSol. Em uma dessas visitas, o artigo estatutário que proibia a comercialização de produtos de matérias-primas provenientes de abate animal despertou minha curiosidade.

Quarta-feira, 18 de outubro de 2019, na agenda uma visita comercial à cooperativa parceira. Peguei carona com Maurício e Talita – ela, sócia e funcionária da GiraSol, ele, sócio e colaborador do GT comercial da cooperativa. A saída foi cedo para chegarmos por volta das 13h30, conforme estava marcado. No caminho, falou-se sobre a relação de produtos considerados indispensáveis para o armazém. “A gente não vai se manter só vendendo alface, tomate e pão. Tem que ter esses produtos coloniais típicos, como queijo, salame”, diz Maurício. “Mas salame não dá porque é abate animal, tá no estatuto que não pode”, rebate Talita. Maurício conclui, “tem que mudar, isso aí foram dois ou três vegetarianos lá quando escreveram o estatuto colocaram isso. Como tu vai num armazém de produtos coloniais e não tem salame para comprar. Eu já disse que não vai dar certo se a gente ficar só vendendo alface, tomate e pão”.

Minhas observações, precedentes à assembleia, indicavam entendimento comum sobre a necessidade de alteração desse princípio estatutário. “O pessoal vegetariano que defendia isso nem está mais na GiraSol”, explicou-me um dos ‘tocadores’. O consenso sobre a alteração desse dispositivo estatutário parecia envolver a assembleia, até que uma controvérsia veio à cena. “Não podemos mudar assim uma coisa que foi tão debatida entre nós e 2016”, argumentou um associado. A divergência ganhou mais força com a fala de um novo associado vegetariano, que participava, pela primeira vez, de uma assembleia da GiraSol. Enquanto a discussão afluía

entre contrários e favoráveis, a flexibilização desse artigo foi sendo rascunhada. Logo, a discussão desembocou nos contrastes entre um produto oriundo de abate animal, em escala industrial, e um produto com identificação territorial e originário de pequenos produtores. Evidente ficou que o elemento ‘escala industrial’ engendrava tipos distintos de produtos que implicam abate animal e, assim, argumentos, contrários e favoráveis foram sendo remodelados. Foi interessante notar que se forjou uma espécie de arena, na qual as falas, contrárias e favoráveis foram se articulando em torno dos marcadores da produção de escala. Ao final, definiu-se que a “GiraSol, em respeito à vida e à sustentabilidade, não trabalhará com produtos transgênicos, bem como com aqueles que não respeitem os preceitos da produção de base ecológica e ou impliquem abate animal em escala industrial” (documento recuperado).

Até aqui, essas quatro alterações estatutárias, extensamente discutidas e construídas, nos últimos meses de 2019, e validadas pela assembleia geral de associados, circunscreveram as possibilidades de se experimentar a organicidade do que seria, concretamente, a GiraSol 3.0. A questão-chave foi a difícil tarefa de propor uma experiência economicamente viável e sustentável da GiraSol, “sem perder o que nos faz GiraSol”.

Na mesma assembleia (Figura 7), foi divulgada a data de inauguração do Armazém GiraSol: 05 de fevereiro de 2020, intencionalmente escolhida para inserir o evento de inauguração na programação do Seminário Nacional da RESF, que reuniria lideranças de empreendimentos solidários de todo o país. Assim, a GiraSol encerrou 2019.



Figura 7. Assembleia geral da GiraSol

Houve a concretização das alterações estatutárias, faltando um pouco mais de um mês para a conclusão da obra de reforma e instalação de todos os equipamentos e do mobiliário. O cronograma apertado da obra de reforma não era, no entanto, a principal preocupação. Na

medida que o espaço físico ganhava traços e características de um armazém, crescia também a “preocupação sobre como as prateleiras seriam preenchidas de produtos” (diário de campo, 17/01/2020). Essa preocupação vinha ganhando destaque, no diário de campo, desde a reunião do GT comercial em 01 de outubro de 2019, quando discutiram-se as estratégias comerciais do futuro armazém. Desde então, a diversidade de produtos era vista como uma estratégia fundamental para o sucesso do Armazém GiraSol, sendo assim verbalizada: “Não podemos abrir o armazém com meia dúzia de coisas, com as prateleiras vazias”. De outubro até dezembro de 2019, diversas visitas comerciais foram realizadas a antigos e potenciais fornecedores, havendo um conjunto de listas de produtos, certificadamente orgânicos, que poderiam ser comercializados pela GiraSol. No entanto, ‘encher as prateleiras’ não era apenas uma questão de mapeamento de produtos e de potenciais fornecedores. Envolvia principalmente um componente da vida financeira da cooperativa: o capital de giro.

Ainda em 2019, o GT comercial esforçou-se para definir os critérios que seriam empregados na escolha dos fornecedores da GiraSol. Deliberou-se, como principal, que a GiraSol não compraria produtos originários das grandes empresas do setor de alimentos orgânicos. Em uma escala de prioridades, cooperativas da agricultura familiar deveriam ter primazia no plano comercial da GiraSol. Essa definição estratégica acentuou o problema do capital de giro, uma vez que muitos fornecedores potenciais, principalmente as cooperativas menores, não poderiam arcar com a ampliação do prazo de pagamento pelos produtos entregues à GiraSol. Essa preocupação acompanhou-me até a semana de inauguração do Armazém GiraSol, no final de fevereiro 2019, quando vi as prateleiras do armazém cheias. Durante a reunião do GT comercial, em outubro de 2019, lembrei-me das aulas do prof. Ronaldo Morales sobre administração financeira e das pesquisas que mostram os índices de falência de empresas por falta de capital de giro. Perguntava-me silenciosamente: “Como a GiraSol vai conseguir levantar o montante necessário para viabilizar a abertura do armazém?”.

Não acompanhei todos os processos que envolveram as negociações entre a coordenação comercial e os potenciais fornecedores da GiraSol. Alguns pontos só foram compreendidos através das entrevistas com a coordenação comercial. Duas estratégias foram aqui substanciais. A primeira mobilizou o capital político da GiraSol e sua articulação no cerne da RedeCoop para negociar, com as cooperativas com maior fôlego financeiro, prazos especiais para pagamento dos primeiros pedidos, a fim de “encher as prateleiras do armazém”. Cooperativas, como a COOMAFITT, exerceram papel fundamental na mobilização e na articulação dessa estratégia. Ela, no entanto, resolvia apenas parte do problema, dado que muitos outros fornecedores não poderiam arcar com a ampliação dos prazos de pagamento. A

segunda estratégia mostrou-se mais engenhosa. Se aumentar os prazos médios de pagamento não era uma possibilidade com a grande maioria dos fornecedores, era preciso então levantar recursos para financiar o capital de giro necessário. Como? Antecipando vendas. Foi assim que a GiraSol criou uma categoria de vendas específica, denominada ‘vendas parceiros’. Elas nada mais eram do que a prática de crédito antecipado. Ou seja, o associado depositava uma quantia financeira preestabelecida na cooperativa e convertia esse crédito em compras futuras a serem realizadas dentro de um período previsto. Essas e outras estratégias possibilitaram que, no final janeiro de 2020, a GiraSol tivesse o montante financeiro necessário para ‘encher as prateleiras’ e dar início às atividades comerciais do Armazém GiraSol.

No final de janeiro de 2020, ainda durante as últimas etapas da obra, os primeiros produtos começaram a chegar ao armazém (Figura 8). Jamais conseguirei descrever o entusiasmo com que cada entrega era recebida. Os primeiros produtos a chegar foram os agroindustrializados. Ensaiei-se, por diversas vezes, como se organizaria a disposição dos produtos. A cada nova entrega, uma nova (re)configuração. Pouco a pouco o armazém foi ganhando concretude. Muitas foram as vezes que a experiência concreta da GiraSol desafiou os conhecimentos do domínio da administração, mas, sem dúvida, os processos que envolveram o ‘encher as prateleiras’ foram os que mais me surpreenderam. Ao findar de janeiro, às vésperas da inauguração, a GiraSol realizou sua primeira venda no novo armazém.

Os dias que precederam a inauguração do armazém foram bastante intensos no campo de pesquisa. A demanda de trabalho requerida pelos processos de receber, acondicionar, cadastrar no sistema de gestão os novos produtos exigiu a permanência por mais de doze horas no armazém. Esse foi também o período mais fértil da pesquisa, rendendo muitas páginas de registro no diário de campo.

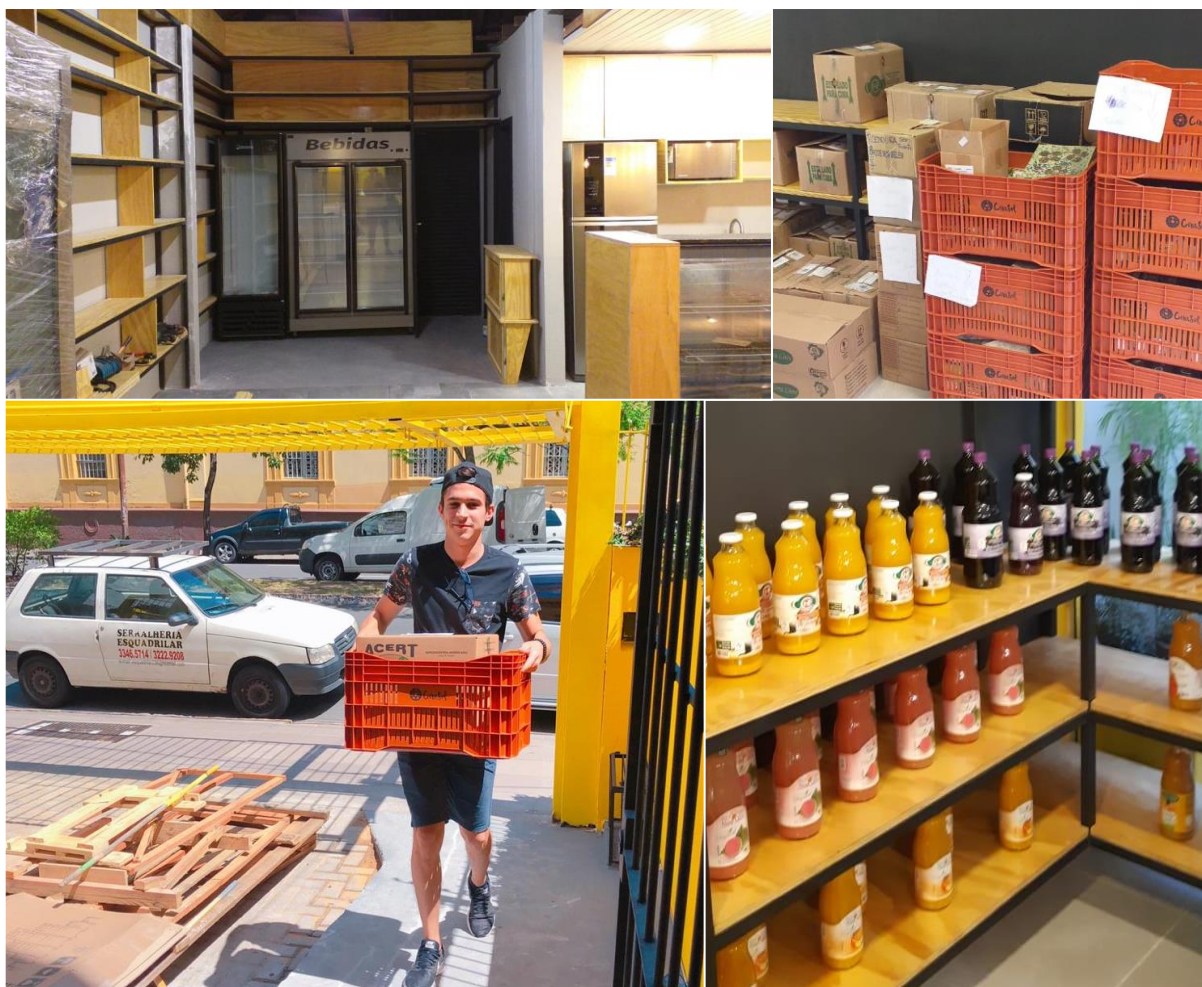


Figura 8. Preparação para a inauguração do Armazém GiraSol

Em meio a tudo isso, experimentamos a chegada dos primeiros consumidores, as primeiras compras e a preparação de tarefas, rotinas e processos envolvendo a complexidade de funcionamento do armazém. Nenhum plano desenhado no imaginário do que seria o funcionamento do Armazém GiraSol deu conta de sua complexidade. Como prever que as embalagens de vidro das geleias poderiam chegar danificadas? Como prever que as batatas-doces seriam entregues ainda sujas de terra, exigindo processo de lavagem? Essas e tantas outras imprevisibilidades marcaram a pré-inauguração do Armazém GiraSol (Figura 9) e engendraram um contínuo processo de ‘o que a gente faz agora?’. Dia após dia, o armazém ganhava novos produtos, novas práticas, novas regras e novos acordo de funcionamento. Assim, chegou-se a 05 de fevereiro de 2020, data da inauguração oficial da GiraSol.



Figura 9. Armazém GiraSol

O evento de inauguração estava marcado para as 19 horas. O dia foi de intenso trabalho. Muitos produtos, principalmente os *in natura*, chegaram naquele mesmo dia. Muitos curiosos vinham conhecer o novo empreendimento do bairro. Os comentários elogiosos, geralmente atrelados à estética do espaço e à qualidade orgânica dos produtos, eram envolvidos pela surpresa quando apresentava-se a GiraSol como uma cooperativa. “Cooperativa? Que legal, mas como funciona isso?”. As repetidas e espantadas reações sobre a existência de uma cooperativa de consumidores levaram-me refletir sobre como a cooperação é uma prática distante das pessoas, principalmente no espaço urbano. Tentei recordar algum episódio em que

a ação coletiva tivesse sido apresentada como solução nos reconhecidos estudos de caso da administração. Concluí que soluções individuais, como criar uma *startup*, são as propostas mais recorrentes. Enquanto rascunhava minha reflexão no diário de campo, a alguns quilômetros de distância, acontecia o Seminário Nacional da RESF. Lá, diversas experiências de empreendimentos da economia solidária levavam à discussão, direta ou indireta, sobre a cooperação e seu papel nas estratégias de desenvolvimento das nações.

No final da tarde, as primeiras pessoas começaram a chegar para a inauguração. Com a chegada do ônibus que trouxe os participantes do Seminário da RESF, o armazém ficou totalmente lotado, tomado por pessoas dos quatro cantos do país. O deslumbre com o espaço e com a diversidade de produtos que coloria as prateleiras fazia acreditar no sucesso do Armazém GiraSol. A inauguração correspondeu ao ápice de meu campo de pesquisa. Em uma rápida fuga dos pressupostos ontoepistemológicos da teoria ator-rede, falo da dimensão afetiva em termos de envolvimento, encantamento e motivação que perpassaram a inauguração do primeiro espaço físico comercial da GiraSol. Lágrimas, nostalgia, emoções imbricaram-se com o evento. A concretização do que, por vezes, julguei utopia reforçava as escolhas que fiz para a condução da minha pesquisa de doutorado. A GiraSol mostrava-se um enclave privilegiado e significativo para compreender a cooperação engendrada nas redes agroalimentares alternativas. O evento foi um sucesso. Sucesso em termos de faturamento, que destaco como administrador que contabiliza o fechamento do caixa. Sucesso em termos de ganhos políticos, destacam os coordenadores rememorando participações ilustres. Passava da meia noite quando, finalmente, o expediente do armazém foi encerrado. Missão cumprida! O Armazém GiraSol e a GiraSol 3.0 haviam se tornado realidade (Figura 10).



Figura 10. Evento de inauguração do Armazém GiraSol

Decidimos que, no dia seguinte à inauguração, o armazém abriria somente após o meio-dia, como merecido descanso aos que haviam dedicado mais de 16 horas de trabalho para organizar tudo o que envolveu a inauguração. A aparente tranquilidade dos dias que sucederam a inauguração do Armazém GiraSol me levou a acreditar, por um curto espaço de tempo, que mais nenhum evento significativo ocorreria naquele território de pesquisa. A nova configuração do cotidiano estava se estabilizando nas práticas organizativas do armazém. Contudo, eu estava enganado e dois acontecimentos no campo mostraram-me isso.

14 de fevereiro de 2020. Passadas mais de duas semanas do início das atividades no armazém, a GiraSol 3.0 estava funcionando a ‘pleno vapor’. Então uma prática que eu observara na GiraSol 2.0 foi mobilizada. ‘Reúne todo mundo para discutirmos’ os primeiros dias de funcionamento do armazém. Todos tinham muito a dizer, mas dois problemas ganharam especial atenção: a) a implementação das demais frentes comerciais da GiraSol: café, *e-commerce*, vendas P.J. eventos; b) a insuficiência do espaço físico para receber e acondicionar, adequadamente os alimentos, principalmente aqueles *in natura*.

A intensidade de trabalho para a abertura do armazém e o tamanho da equipe de trabalhadores provocaram o consenso de que as operacionalizações de três das frentes comerciais deveriam ser postergadas. “Nós precisamos consolidar o armazém para planejarmos com calma como operacionalizar as outras frentes comerciais”, argumentou um coordenador. A abertura do Café GiraSol, no entanto, era uma prioridade. A maior parte da estrutura já estava pronta, porém havia dois entraves para o início de suas atividades: a aquisição da máquina de café e a capacitação de um funcionário para operá-la. A solução: um ‘tocador’, que conhecia pessoas do setor de cafeterias, se responsabilizaria por resolver a questão.

O segundo problema ou sua solução causou meu estranhamento como pesquisador e mostrou-me que eu estava enganado sobre a fertilidade do território da GiraSol para a continuidade da pesquisa. Antes da inauguração do armazém, eu havia registrado, no diário de campo, uma conversa com um dos coordenadores sobre a constituição de um centro de distribuição para dar suporte às atividades da GiraSol, o qual, naquele momento, estava atrelado ao firmamento de parcerias com as cooperativas da agricultura familiar. Agora, o Centro de Distribuição GiraSol mostrava-se uma realidade. O espaço físico havia sido alugado e pequenas adequações seriam realizadas para dar início às atividades. No princípio, o centro de distribuição funcionaria como suporte às atividades do armazém, recebendo, acondicionando e conservando os produtos comercializados pela cooperativa. Posteriormente, incorporaria as atividades das demais frentes comerciais da cooperativa, como o *e-commerce* e as vendas para pessoas jurídicas. Em complemento, ele foi pensado como um entreposto para que as cooperativas da agricultura familiar, sediadas fora da capital gaúcha, também pudessem usufruir desse espaço logístico.

O centro de distribuição é, assim, efeito direto da relação da GiraSol com a RedeCoop. A necessidade da organização de um espaço logístico em Porto Alegre era uma demanda antiga das cooperativas que formam a RedeCoop. A organização de um espaço de articulação e inserção no território da capital do estado do Rio Grande do Sul “dá condição de buscar novos mercados e profissionalizar ainda mais as operações logísticas das cooperativas da agricultura familiar” (entrevistado E10). As relações da GiraSol e da RedeCoop são melhor investigadas na segunda *hinterland*, mas as condições que possibilitaram a constituição do centro de distribuição mostram-se importantes para descrever a GiraSol 3.0. Reforço que o engendramento do centro de distribuições despertou, especialmente, meu interesse em investigar a RedeCoop como um território de pesquisa. Desse modo, encerrou-se o primeiro mês de existência (oficial) da GiraSol 3.0, com o centro de distribuição e o armazém operando a ‘pleno vapor’.

Simultaneamente, surgiam, no Brasil, os primeiros casos de Covid-19. Em Porto Alegre, a primeira ocorrência foi confirmada em 11 de março de 2020. Em 17 de março de 2020, a prefeitura municipal de Porto Alegre decretou situação de emergência e estabeleceu medidas específicas para o funcionamento (ou não) de restaurantes, bares, casas noturnas e outros. Em 23 de março de 2020, estava marcada, na agenda, uma reunião do conselho de administração da cooperativa. Na pauta, os rumos da cooperativa no contexto da pandemia que cruzava os pórticos de Porto Alegre, fortemente envolvida por incertezas e contradições. No início da pandemia, no Brasil, aspectos relacionados à segurança alimentar emergiram como uma das questões mais controversas. As previsões mais apocalípticas postulavam um desabastecimento das cidades, em decorrência do fechamento dos canais de comercialização dos agricultores. O elo geográfico e histórico que entrelaça o urbano e o rural, tendo o alimento como principal agenciador, parecia estar ameaçado.

Das inúmeras discussões daí derivada, por ora, destaco apenas uma. Ali se fez notar, com grande força, o esvaziamento das abordagens teóricas direcionadas à análise da estrutura unificada de controle do sistema agroalimentar, que opõem a superestrutura dos mercados globalizantes aos movimentos localizados de resistência. Todo o sistema agroalimentar aparentava estar ameaçado. No armazém, alguns produtos começaram a faltar, não pela redução da entrega pelos agricultores, mas pelo aumento da demanda dos consumidores. O maior faturamento diário, nos oito meses em que acompanhei o funcionamento do Armazém GiraSol, foi registrado no último sábado do mês de março de 2020, auge da histeria coletiva causada pela pandemia.

Não se trata aqui de sustentar um deslocamento (somente) teórico. Empiricamente, o contexto passou a sugerir maior atenção às relações que entrelaçam rural/urbano, agricultor/consumidor. O evento pandêmico acentuou, portanto, minha preocupação com as relações rurais e urbanas, o que conduziu-me à terceira *hinterland*. Naquele final de março, registrei, em meu diário de campo, uma interrogação relevante: “Quais relações têm potência para engendrar práticas que garantam a segurança e abastecimento alimentar na pandemia?” (diário de campo, 27/03/2021). Seria demasiada ingenuidade apresentar, naquele momento, uma resposta definitiva, mas anseios e dúvidas que circunscreviam meu campo de investigação levaram-me a ensaiar uma resposta: cooperação.

Cooperação também norteou meu posicionamento na reunião do conselho de administração. O cenário recomendava cautela e redução das atividades econômicas. A cooperativa pretendia manter o funcionamento do armazém e as vendas presenciais, respeitando o horário reduzido determinado por decreto municipal. Considerava, porém, a necessidade de

ativação da frente comercial das vendas por *e-commerce*. Os desafios eram muitos, por exemplo, mobilizar pessoas para trabalhar durante a pandemia, pois ativar nova frente comercial exigiria mais pessoas atuando. Minha decisão foi imediata: manter-me em campo como voluntário. Ela não consistia em uma decisão apenas de pesquisa, de um doutorando que necessitava de dados para a sua tese, tratava-se, antes, do compromisso e do engajamento ético com o campo de pesquisa. Eu não fui o único a reagir assim, novos voluntários chegaram à GiraSol, julgo que com o mesmo propósito.

Um dos desafios concentrava-se em garantir que a produção dos agricultores chegasse até a cidade para atender a demanda. As barreiras sanitárias montadas nas entradas da capital impediam que agricultores vindos do interior a adentrassem. Em algumas situações, foi preciso ir até as cooperativas, com o furgãozinho da GiraSol, buscar os produtos. Outro desafio era reativar o antigo sistema *on-line* das compras programadas da GiraSol e transformá-lo em *e-commerce*. Entraves de programação impediam que o banco de dados do armazém fosse incorporado ao antigo sistema das compras programadas. Tal tarefa exigiu o cadastramento individual de centenas de produtos no *site* do *e-commerce*. Não me envolvi diretamente nessa tarefa. Assumi maior protagonismo no armazém. Escutei, no entanto, relatos de colegas que trabalharam intensamente para concluir essa missão.

Apenas cinco dias depois da reunião do conselho de administração, efetivou-se a primeira entrega do *e-commerce*. Eis um dos dias mais marcantes do campo de investigação. Embora o cenário fosse temeroso, a intensa mobilização para possibilitar que o alimento chegasse à mesa das pessoas estimulou minha profunda crença de que uma transformação estava a caminho: um ‘novo normal’ mais cooperativo. Essa foi a principal razão pela qual assumi os riscos de manter-me no campo.

No mês de abril, o faturamento do armazém despencou, ao passo que as vendas pelo *e-commerce* cresceram exponencialmente. O armazém funcionava das 10h às 16h e o *e-commerce* operava com entregas de segunda a sábado. E assim, com a equipe de trabalho sugada pela demanda de trabalho, tanto no armazém como no centro de distribuição, o cenário da GiraSol foi entrando em estado de platô. A pandemia inviabilizava reuniões com todos os colaboradores da cooperativa. Durante os meses de abril a julho de 2020, meu campo de pesquisa parecia inócuo. Somavam-se horas de observação, no entanto minguavam os registros no diário de campo. Toda a efervescência dos nove primeiros meses em campo deu lugar a anotações pontuais sobre conversas com clientes, problemas com a conservação dos alimentos... Uma rotina de trabalho normal consistia em chegar às 9h no armazém; realizar a limpeza e a higienização do espaço físico; retirar os alimentos dos refrigeradores, selecioná-los, e colocá-

los em exposição; receber e acondicionar os produtos do centro de distribuição; registrar, no sistema, os produtos recebidos do centro de distribuição; abrir o armazém às 10h; atender os clientes; repor os produtos nas prateleiras; realizar as vendas; fechar o armazém às 16h; apurar o fechamento do caixa; elaborar a relação de produtos necessários para o abastecimento pelo centro de distribuição no dia seguinte; acondicionar os produtos nos refrigeradores. Até mesmo as longas reuniões que ecoavam pela GiraSol antes da pandemia, já não eram mais possíveis, tanto por questões sanitárias como pela ‘abdução’ a que fomos submetidos pela demanda de trabalho.

Naquele final de março, das três trabalhadoras remuneradas que atuavam no armazém, duas passaram ao trabalho no modelo *home office* e a terceira foi requisitada pelo centro de distribuição, para operacionalização do *e-commerce*. Alguns voluntários que atuavam no cotidiano do armazém também precisaram ser deslocados para o centro de distribuição. Das pessoas presentes no cotidiano do Armazém GiraSol, em seu primeiro mês de funcionamento, fui o único a permanecer no armazém. Para manutenção das atividades, uma das coordenadoras da GiraSol, que atuava mais diretamente na RESF, passou a integrar voluntariamente a equipe de trabalho do armazém. No final de março, uma estudante do curso de agronomia da UFRGS, que nem mesmo era associada da GiraSol, voluntariou-se para trabalhar no armazém. Formava-se a nova equipe do Armazém GiraSol: três voluntários, com diferentes níveis de engajamento, ficaram responsáveis por ‘tocar’ o armazém naqueles primeiros meses do novo contexto engendrado pela pandemia.

A forte demanda de trabalho e o aumento do faturamento, impulsionado pelo *e-commerce*, levaram o conselho administrativo a adotar nova política de remuneração dos trabalhadores. Ressalto que, inicialmente, o faturamento era insuficiente para remunerar todos os trabalhadores da cooperativa, em vista disso, a coordenação decidiu que os primeiros a serem ‘profissionalizados’ seriam aqueles que não integravam a coordenação da cooperativa. O último trabalhador a ser remunerado foi o coordenador geral da GiraSol, o que só ocorreu em agosto de 2020.

Inclusive fui convidado a receber monetariamente pelas sete horas diárias dedicadas ao Armazém GiraSol. Por meu engajamento ético com o campo, julguei que tal condição não seria adequada nem mesmo justa, pois outros trabalhadores, com engajamento muito superior ao meu, ainda não eram remunerados. Mesmo assim, eu era sempre incentivado a retirar em produtos da GiraSol algum tipo de ‘remuneração pelo meu trabalho’.

Quando descrevi a GiraSol 2.0, destaquei que a remuneração do trabalho correspondia a um dos objetivos dos ‘tocadores’, definido no processo de retomada da GiraSol, por ser uma

das dimensões da profissionalização da GiraSol. Em agosto de 2020, a GiraSol, após quase quatro anos do processo de retomada, conseguiu ‘profissionalizar’ seus trabalhadores. Dos elementos que envolveram o processo de profissionalização da GiraSol, a remuneração foi a que ganhou maior centralidade nesta pesquisa. Entretanto, a profissionalização performada pelo próprio campo engendra outros elementos relevantes. Aos poucos, alguns estranhamentos destacados nos registros do diário de campo foram sendo conectados e desenharam importantes pistas para compreender o engendramento do cooperar e do organizar, que observei no cotidiano da GiraSol. Para discutir essas pistas, preciso fechar a descrição da GiraSol 3.0 e, sem perder a conexão com o percurso de pesquisa, abrir nova discussão, mais focada na análise da cooperação e ancorada no repertório teórico que dá lastro a esta tese.

Consoante a breve apresentação que fiz da GiraSol, argumento que, em sua história, não há uma narrativa única e homogênea, mas um emaranhado de histórias repletas de tensões internas, refletindo-se inclusive na diversidade de suas versões. No plano enunciativo, ao mirar a universalidade, isto é, a amplitude da abrangência da GiraSol, na rede em que ela está engendrada, encontram-se fragmentações, fricções e experiências que ela produz. Acredito que o mais essencial seja a compreensão de algumas tramas das relações da GiraSol e suas versões, constantemente produzidas, permitindo-lhe determinadas conexões com o mundo. Questiono: se a GiraSol tece amplas redes de atores e nelas está envolta, como o acontecimento da GiraSol 3.0 está amalgamado com versões da GiraSol 2.0 e da GiraSol 1.0? A discussão permite considerar que há certos fluxos e possibilidades que excedem a GiraSol, ou seja, está em jogo não apenas a quantidade de conexões, mas certo tipo de relação entre atores, aqui compreendida como um processo organizativo da GiraSol, o qual a cooperação intenta produzir, ainda que ‘fracasse’.

A descrição da GiraSol não se encerra aqui, pois foram apresentadas apenas algumas ‘pílulas’ descritivas para situar a primeira *hinterland*. Na sequência avanço na descrição da GiraSol e discuto o engendramento processual do cooperar e do organizar.

3.2 O ENCONTRO DA ORGANIZAÇÃO E DA COOPERAÇÃO

Os primeiros meses de pandemia foram, sem dúvida, os de maior volume de trabalho na GiraSol. A narrativa dos desafios que envolveram os processos necessários para que a GiraSol realizasse a primeira entrega do *e-commerce* já foi descrita nas páginas precedentes. Entre os aspectos mais intrigantes que dominaram os registros no diário de campo, especialmente nos primeiros meses de pandemia, destacam-se os modos de engajamento

observados na GiraSol. No começo de abril de 2020, registrei alguns questionamentos interessantes: “Afim, o que justifica uma cooperação tão apaixonada, que se traduz, muitas vezes, em longas jornadas de trabalho voluntário? Quais elementos seriam capazes de fazer emergir uma cooperação tão apaixonante? A cooperação apaixonante é uma característica individual de quem coopera?” (diário de campo, 07/04/2020).

‘Cooperação apaixonante’ – termo que empreguei sem grandes pretensões nos registros do diário de campo – não se limitava aos processos de implementação de *e-commerce*, ela perpassa as versões da GiraSol e manifesta-se fortemente nos eventos de inauguração do armazém. Embora possa parecer que a profissionalização, que retira o protagonismo do trabalho voluntário, mitigue a cooperação ‘apaixonante’, a pesquisa produziu pistas de que esse é o elemento mais entranhado no histórico da GiraSol. Volto à questão que permeou meu percurso de pesquisa: “Mas por que a GiraSol é diferente?”. Resituando a problemática: o que a GiraSol faz de diferente que produz uma cooperação tão ‘apaixonante’?

Os primeiros rascunhos de resposta a esse questionamento mostravam que a GiraSol é uma cooperativa de consumidores, que, por si só, estabelece um interessante marcador de diferença. Trata-se de uma cooperativa assente no lastro da economia solidária. Possíveis respostas ensaiavam associações com a noção de solidariedade, que permeia os processos organizativos da GiraSol. Contudo, esse modo de colocar o problema não parece bem acertado, pois a solidariedade aparece como ‘vindo de fora’, ou seja, a cooperação é consequência da solidariedade compartilhada pelos associados da GiraSol, como um elemento externo que os indivíduos trazem para dentro da GiraSol.

Isso não expressa que os significados/ usos de solidariedade deixem de ser elementos importantes para compreender a cooperação. Eles são fundamentais. No entanto, a fim de não incorrer em uma relação de causa e efeito apressada (e equivocada), antes de destacar como a solidariedade circula na rede de cooperações, é preciso investigar a trama que sustenta os modos de cooperação observados na GiraSol. As observações no cotidiano foram, aos poucos, conectando pistas de que a relação da solidariedade com a cooperação e as práticas que elas engendram são mais complexas do que a mera conclusão de que pessoas solidárias são propensas a cooperar. Há outros elementos mais concretos, emaranhados nas práticas cotidianas da GiraSol, que mostram indícios relevantes ao estudo.

Na descrição da pesquisa na GiraSol, evidenciei as passagens, os momentos de dobra entre suas versões. Em primeira análise, esses momentos, essas passagens poderiam ser considerados apenas como eventos disruptivos de uma rede de relações provisórias, que constituem, em determinados tempo e espaço, versões da GiraSol. No entanto, nessas dobras

pulsam desejos, interesses, experiências, negociações. Existe riqueza nesse processo de *devir* de uma organização engendrada na militância, que deseja se transformar [também] em uma experiência econômica/comercial. Emergem daí contradições.

Passando pela feira [*nome preservado*] antes de chegar a GiraSol, fiquei refletindo, mais uma vez, sobre os balizadores que marcam a alternatividade de um mercado convencional e um alternativo. Eu consigo com facilidade descrever o porquê as relações estabelecidas na feira são alternativas aos mercados tradicionais. Mas essa alternatividade não é tão evidente na GiraSol. Especialmente na GiraSol 3.0 enquanto uma experiência que se quer mais econômica. No entanto, o critério econômico não é um bom balizador. Por certo, a feira [*nome preservado*] ostenta faturamentos muito superiores aos da GiraSol. Ainda assim, é mais fácil sustentar a alternatividade da feira aos mercados tradicionais do que a da GiraSol (diário de campo, 27/06/2020).

Amplamente, esses são estranhamentos que tensionam o papel e o lugar de alternatividade que uma cooperativa de consumidores ocupa na organização de uma rede agroalimentar alternativa. No repertório teórico que dá lastro ao conceito de redes agroalimentares alternativas, a alternatividade manifesta-se, na maioria dos casos, na organização de sistemas de distribuição, independentes das cadeias agroalimentares industriais (Bilewicz & Śpiewak, 2018). Mapear as relações que a GiraSol mantém com a RedeCoop e com as cooperativas da agricultura familiar possibilita levantar evidências de por que a GiraSol é diferente dos mercados convencionais. Essa é uma trama de relações que exploro, com mais destreza, na segunda *hinterland*.

Poderiam ser resgatados incontáveis eventos, que observei em campo, sobre consumidores da GiraSol que devotam o alimento como bem comum, que materializa associações espontâneas de pessoas que dedicam tempo e atenção para produzir, distribuir e comercializar o ‘bom alimento’. Esses acontecimentos dão subsídios para conectar a GiraSol com os mercados convencionais e colocar em evidência sua alternatividade. Por sua própria constituição, a GiraSol, de alguma forma, em seu processo de expansão espacial e temporal pela rede, reconfigura as relações com o alimento, o que requer o reconhecimento do papel ativo, relacional e político dos consumidores. A trama de relações que envolve o alimento e o engajamento dos consumidores ganha maior destaque na terceira *hinterland*.

Afastando, de algum modo, as discussões que emergem na segunda e na terceira *hinterland*, cabe aqui, na primeira *hinterland*, melhor compreender os processos organizativos da GiraSol. Eles podem trazer pistas sobre “por que a GiraSol é diferente?” e como performam modos de cooperação tão ‘apaixonantes’.

Ao transitar pelas versões da GiraSol, observa-se que a ‘cooperação apaixonante’ é uma característica também manifesta no emprego do termo ‘tocadores’ para designar os

associados/trabalhadores que dedicam tempo e atenção à GiraSol. ‘Tocadores’ são atores que representam mais do que o quadro de voluntários que ‘tocou’ a GiraSol 1.0 e 2.0. Os ‘tocadores’ constituem um espaço de poder e de decisão da cooperativa. Ressalto, porém, que o termo ‘tocadores’, tão presente no cotidiano da GiraSol, não existe na institucionalidade burocrática expressa nos documentos recuperados (estatutos, atas, registros etc.). Os ‘tocadores’ ocupam um espaço de poder que não existe nem atua na estrutura formal de governança da GiraSol, mas acontece à sua margem. Mesmo assim, é um espaço de poder legítimo da cooperativa.

Com a concretização do desejo de tornar a cooperativa uma experiência mais econômica/comercial e a consequente profissionalização dos trabalhadores, o termo ‘tocadores’ perdeu o protagonismo. A referência aos ‘tocadores’ é feita apenas como uma lembrança nostálgica da história recente da GiraSol. Entretanto, características do trabalho dos ‘tocadores’ e seus modos de cooperação tão ‘apaixonantes’ permanecem e emaranham-se no cotidiano da GiraSol. O campo empírico começa, pois, a sugerir que os processos organizativos podem conectar pistas relevantes para compreender a cooperação ‘apaixonante’ que observei. Conquanto metamorfoses aconteçam e surjam novos atores, nas diferentes versões da GiraSol, práticas são continuamente performadas e estabelecidas no cotidiano da cooperativa.

Ao intentar compreender a cooperação performada nos processos organizativos da GiraSol, o primeiro passo é desnaturalizar a cooperação como fenômeno humano, abstrato e intencional daqueles que querem ou não cooperar. Compreender a cooperação, lastreada no repertório da teoria ator-rede, reforça a ideia de que as entidades não são naturais ou existem de modo autônomo, independente das relações as produzem. A desnaturalização da esfera ontológica, expressa no conceito de *enactment* (Mol, 1999; 2002), evidencia a condição contingente, localizada e socialmente criada (Law & Singleton, 2013) da cooperação como uma prática. Especialmente Mol (1999), ao propor o conceito de ontologia política, compreende que a realidade não é dada, não precede as práticas. Analisada desse modo, a cooperação deixa de existir *a priori* como algo subjetivo do ser cooperante que precede a organização, para ser entendida como algo constantemente produzido nas e pelas relações. Sennett (2012) assume essa mesma perspectiva. De modo semelhante, quero experimentar a ideia de “evitar a mitologização da cooperação natural como algo que estabelece a lei do comportamento” (Sennett, 2012, p. 89).

Tenho, portanto, algumas possibilidades. A cooperação na GiraSol não acontece [apenas] por ser cooperativa sua natureza jurídica, ou por as pessoas quererem cooperar. Eis uma diferença importante do *mainstream* das teorias de cooperação. O foco aqui não são as pessoas que cooperam, mas os processos organizativos que performam modos de cooperar. Em

consonância com a teoria ator-rede, a cooperação é uma prática constantemente performada, em um processo político e ativo, que orienta o fluxo do organizar e do cooperar na GiraSol. Ao desnaturalizar a cooperação e compreendê-la como um processo, emerge outra questão interessante: como a ‘cooperação apaixonante’ é enactada na GiraSol? Durante a pesquisa, pistas investigativas lançaram luzes sobre esse questionamento.

04 de novembro de 2019. Na pauta do grupo de trabalho administrativo, está a discussão de uma proposta de organograma para a GiraSol. A reestruturação da governança da GiraSol foi um dos assuntos que permeou as discussões que precederam a abertura do armazém. Em parte, essa discussão encerrou-se com a assembleia geral, em dezembro de 2019, que aprovou a redução do número de coordenações do conselho de administração da cooperativa. Antes disso, porém, dediquei-me a elaborar o rascunho de uma proposta de organograma para fomentar a discussão. Naquela ocasião, já se trabalhava com a prospecção de uma estrutura de governança reduzida, composta por apenas cinco coordenações: coordenação geral, coordenação comercial e logística, coordenação administrativa e financeira, coordenação de relações institucionais e coordenação de educação e comunicação. Desenhei um organograma, no qual a coordenação geral estava hierarquicamente acima das demais coordenações, em claro respeito à regra de unidade de comando e à Lei 5.764, que rege as cooperativas e cooperativismo no Brasil (Brasil, 1971).

Entretanto, mais uma vez, ainda que sem presunção, tentei imputar uma noção de profissionalização que não se ajustava à GiraSol. Logo após minha breve apresentação do rascunho de organograma e sua funcionalidade para o cotidiano do novo armazém, o coordenador geral interpelou-me: “Não sei, mas não consigo enxergar a coordenação geral acima das outras coordenações. Não seria melhor colocar todas as coordenações numa linha horizontal?” (diário de campo, 04/11/2020). Evidentemente, não se tratava de mera modéstia do coordenador geral, pois esse questionamento nunca se encerrou por completo. Até a data de minha saída de campo, o desenho definitivo de organograma da GiraSol não fora finalizado.

Essa foi apenas uma das tantas propostas de ‘profissionalização’ da GiraSol, discutidas antes da abertura do armazém, as quais se baseavam mais na idealização da GiraSol 3.0 do que na concretude das práticas cotidianas da cooperativa. As reflexões sobre o aparente fracasso desse evento conduziram-me a uma pista relevante: há uma aparente negação à hierarquização vertical na organização da GiraSol, a qual concentra uma contradição visto que o aparato legal e normativo da Lei do Cooperativismo (Brasil, 1971) requisita uma unidade de comando legítima de representação perante a institucionalidade governamental. Conquanto tal aparato exista aos olhos do Estado e também na organização da GiraSol, ele não se manifesta nas

práticas cotidianas. Há muita inventividade nos modos de organizar, que não se encaixam na estrutura formal, porém engendram modos de cooperação. Ulteriormente, com a inauguração do armazém e pelas observações no cotidiano da GiraSol, compreendi melhor os estranhamentos que emergiram da [minha] proposta de organograma hierarquizado verticalmente. Na sequência, resgato outro evento relevante para complexificar meus ‘descobrimientos’ no campo.

14 de julho de 2020. Acompanhei uma colega da GiraSol nas entregas à domicílio do *e-commerce*. Ao finalizar as entregas, aproveitei a oportunidade para observar o cotidiano no Centro de Distribuição GiraSol. Na aproximação do estacionamento, visualizei, de longe, pessoas executando lavagem das caixas de armazenagem dos alimentos. Nunca tinha presenciado essa atividade, porém, diversas vezes, ouvira que, no centro de distribuição, era um dos processos mais penosos e desgastantes. Percebi que a atividade estava sendo realizada pelo coordenador geral da GiraSol, a qual já contava com uma equipe de oito trabalhadores profissionalizados (mais alguns voluntários) que se dividiam entre o armazém e o centro de distribuição. O coordenador geral, como já destaquei, foi o último trabalhador a ser remunerado profissionalmente, o que ocorreu em agosto de 2020. O fato de o coordenador estar lavando as caixas, não me despertou espanto ou surpresa, por ser uma entre tantas ações que retratam o cotidiano laboral que observei na GiraSol. Ainda assim, utilizei tal situação para investigar mais sobre a aparente negação da hierarquização vertical na organização da GiraSol e em suas práticas cotidianas.

Eu: Não é em qualquer empresa que o presidente vai pro trabalho duro.

Coordenadora: E é verdade. Com ele não tem tempo ruim, porque é um cara que ele trabalha, se ele tiver que trabalhar vinte horas por dia, ele vai trabalhar vinte horas por dia. Ele é o nosso coordenador geral e ele dá um exemplo assim que é fundamental, porque ele não é o cara burocrata que chega aqui se reúne, vamos definir isso, dá ordens e vai embora pra casa. Não, ele lava as caixas, ele arruma, ele adora, ele deixa assim a perfeição, tudo arrumadinho, todo o estoque. Na verdade, todos aqui são assim. Não é porque eu sou coordenadora financeira, que eu vou ficar aqui só no computador. Eu vou, separo cestas, olho se os produtos estão conservados, eu faço a limpeza, lavo tudo isso aqui. Todos aqui são assim. A gente é apaixonado pela GiraSol (diário de campo, 14/07/2020).

À sua maneira, a interlocutora expressa que não se trata apenas de uma dissolução das hierarquias da estrutura formal da cooperativa nem das narrativas de que o bom gestor conhece a vida operacional da organização. A negação da hierarquia é efeito de um engendramento mais complexo do fazer e do pensar nas práticas cotidianas da GiraSol. Para analisar tal engendramento, recorro aos escritos de Richard Sennett, que se mostram apropriados para compreender a organização e a cooperação na GiraSol. Os trabalhos de Sennett não são

reavivados aqui exclusivamente em relação ao referencial teórico, a escolha decorreu do que observei no cotidiano do campo empírico. Por isso, suas ideias voltam à cena no plano analítico da pesquisa.

O projeto “Homo Faber” (Sennett, 2009; 2012; 2018) empresta reflexões importantes para compreender como a cooperação acontece no cotidiano da GiraSol. Sennett, especialmente na obra “Artífice”, sustenta que o trabalho material, prático, artesanal – como lavar caixas de armazenamento dos alimentos – é entretido em diversos pares ambíguos, criados na modernidade: mente *versus* corpo, pensamento *versus* ação, ideia *versus* execução, teoria *versus* prática. Sennett (2009) advoga que deles resultam concepções de inferioridade assimiladas ao trabalho manual em relação ao trabalho mental, porém rejeita essa tese, mostrando que não há separação entre corpo e mente. Ele compreende que não se trata de uma zona entre a ideia e a matéria, cujo efeito é a separação das coisas entre si e das ideias entre si, mas a ideia misturada confunde-se com a execução misturada. Para Sennett, (2009) pensar é fazer e fazer é pensar. Não há, portanto, dicotomia.

Não pretendo especificar como o pensar e o fazer amalgamam-se nas práticas cotidianas da GiraSol. No entanto, a tese de Sennett (2009) convida a olhar com atenção para o envolvimento mais materialista do homem com seu trabalho. Quanta inventividade existe nos trabalhos manuais executados na GiraSol? Sennett (2012) mostra como a separação entre mãos e mente traz prejuízos para o desenvolvimento intelectual humano. Indo um passo além, experimento a ideia de que a (re)conexão entre mãos e mente traz benefícios também para os processos organizativos da GiraSol. Sennett (2012) instiga a observar a criatividade, os processos de imaginação e de gestão, que capacitam o trabalho bem-feito, que ocorrem através das práticas do trabalho manual. Note-se que a dissolução das fronteiras entre trabalho manual e trabalho mental não se manifesta apenas na atividade do principal gestor da GiraSol que realiza atividades operacionais, como lavar as caixas. Ela requer compreender como acontece o trabalho supostamente mais intelectual que, no contexto de uma organização como a GiraSol, se traduz nos processos que envolvem gestão, estratégias e tomadas de decisões.

A permeabilidade dos espaços de poder na GiraSol sempre me surpreendeu e rendeu vários registros no diário de campo. Causava-me estranheza que um voluntário/pesquisador estranho à GiraSol participasse e, em grande medida, tomasse decisões importantes no cotidiano da cooperativa. Os princípios da autogestão, emprestados da economia solidária poderiam ser uma explicação para a permeabilidade dos espaços de poder e da tomada de decisão. Mais interessante do que apresentar os princípios da autogestão é investigar como eles se traduzem nas práticas cotidianas da GiraSol. Colocado como princípio, poderia parecer que a

permeabilidade dos espaços de poder segue à revelia, sem nenhuma continuidade ou fluxo estável. No contexto da GiraSol, no entanto, a permeabilidade, pelo menos como performada nas práticas cotidianas que observei, não significa que não existam assimetrias de poder nos processos de tomada de decisão.

Acho que esse limite tênue entre a manutenção dos espaços democráticos e uma gestão que tem de ser gestão de um empreendimento econômico, que é o que ele também é. Então eu acho que ela exige rápidas decisões as vezes que não conseguem ser totalmente compartilhadas e tomadas em coletivos, mas que estabelece acho nessa perspectiva fundamental de espaço democrático, como são as suas assembleias, como são as suas plenárias, como são os seus encontros mais ampliados, onde se estabelece princípios. Então, acho que esse zelo por uma provocação de construir as instâncias, construir os espaços do contraditório, ela é a essência da ideia da economia solidária, da ideia do cooperativismo. [...] Mas a gente sempre experimentou e sempre tentou construir como a marca da GiraSol ser um espaço aberto a quem efetivamente a quem quer construir, quer participar. Inclusive no cotidiano, inclusive na tomada de decisões. Obviamente que ela precisa ter um núcleo também diretivo, dirigente, que acumula, digamos, uma linha histórica e um horizonte, porque senão ela também sempre corre em torno do seu próprio rabo, sempre pessoas novas chegando. Não, ela precisa ter... acho que esse exercício entre uma direção, e acho que a gente conseguiu consolidar isso na GiraSol, acho que um núcleo de direção importante, mas, enfim, ao mesmo tempo preservar espaços de agregação e de acolhida. A ideia é que os espaços de poder sejam permeáveis também (entrevistado E5).

Chama a atenção, na fala do interlocutor, que, na cooperativa, os espaços de poder e de decisão não são limitados a cargos ou funções. Embora sua estrutura seja legitimada pelo regimento estatutário e pelos processos democráticos de participação e voto, outros critérios são mobilizados nos espaços de poder e de decisão. Como isso se repetiu, de modo semelhante, em outros territórios e momentos de campo, cabe aprofundar como esses espaços são concebidos no contexto da GiraSol. Nas práticas cotidianas que observei na GiraSol, os espaços de poder e de decisão circunscrevem-se principalmente a três elementos, entretecidos nas relações sociais, que fogem da estrutura formal da cooperativa: autoridade, responsabilidade, confiança.

A tão repercutida frase – “ele/ela conhece tudo aqui” – ganha sentido bastante forte e preciso, manifestado na autoridade conquistada no cotidiano da GiraSol. A autoridade não se restringe à qualificação e à competência formal e técnica. Alguém tem autoridade, porque adquiriu habilidades em meio ao encontro de práticas cotidianas. “Porque está ali [na GiraSol] o tempo todo” (entrevistada E4). Abrir ou não o armazém em um feriado é uma decisão na qual assumem primazia, sobre aqueles que ocupam cargos formais, as pessoas que atuam no cotidiano da cooperativa. Abrir ou não o armazém em um feriado envolve aspectos como possibilidade de abastecimento, expectativas de vendas, banco de horas, segurança da equipe. A política de preços praticados no armazém era constantemente negociada e ajustada por

aqueles que atuavam no cotidiano. Definir o preço de venda não corresponde a simplesmente calcular a margem de lucro. A própria materialidade do alimento, contida em suas características, era mobilizada para a definição do preço de venda de um produto: “Essa alface tá muito pequena para vender a R\$3,00”.

Uma idealização extrema dos princípios de autogestão indicaria que decisões pontuais, como abrir o armazém em um feriado ou definir a política de preços, deveriam ser debatidas, com igualdade de voz e de voto, por todos aqueles que compõem a organização. Na estrutura de governança inscrita no repertório legal e normativo do cooperativismo, tais decisões devem ser tomadas por aqueles que foram eleitos democraticamente para representar a cooperativa. No entanto, a autoridade surge como um elemento que equaliza, harmoniza essas perspectivas, ou, nas palavras dos próprios interlocutores, estabelece o “limite tênue entre a manutenção dos espaços democráticos e uma gestão que tem de ser gestão de um empreendimento econômico, que é o que ele também é” (entrevistado E5).

A expressão “ele/ela conhece tudo aqui” se traduz em práticas cotidianas, situadas historicamente, que conferem autoridade e orientam os espaços de poder e decisão, sendo performadas pela variedade de formas e meios. A autoridade é situada no conjunto de ações práticas contínuas, relacionais, sempre arraigadas em um contexto de interação. Autoridade, portanto, nunca é um processo absolutista, mas uma relação de diálogos, em que se misturam a estrutura formal de governança e a autoridade cotidiana, adquirida pela participação, negociada e sempre provisória.

Os ‘tocadores’, que participaram da construção histórica da GiraSol 1.0 e 2.0, são atores constantemente consultados nos processos decisórios cotidianos. Conquanto não ocupem cargos formais nem atuem, com regularidade, no cotidiano da cooperativa, a autoridade adquirida pelos ‘tocadores’ permeia os espaços de poder. Eles são mobilizados e conjugam-se a cada prática de modo especial, mas se manifestam de modo integrado através de uma prática batizada de ‘conselho de administração ampliado’. Nele, há diversidade de atores: aqueles que compõem a estrutura formal de governança; os trabalhadores que atuam no cotidiano da cooperativa; os ‘tocadores’ que participaram da construção histórica da GiraSol; atores das redes, das cooperativas e das organizações parceiras. O ‘conselho de administração ampliado’, inserido na estrutura de governança formal, evidencia o conjunto de operações pragmáticas trazido à coexistência da autoridade, na performatividade dos espaços de poder e de decisão na GiraSol.

A autoridade performada na coletividade produz o segundo elemento relevante: a responsabilidade no trabalho. A conduta ética da autoridade torna-se disposição para assumir

responsabilidade pelo e com o coletivo. Autoridade é, pois, entendida como um novo tipo de engajamento que acarreta níveis mais elevados de responsabilidade dos envolvidos. No cotidiano, a responsabilidade impulsiona as pessoas a encontrarem soluções para problemas locais, por vezes, também estratégicos. Ela não se concentra, no entanto, em uma elite decisória, mas organiza o que precisa ser feito e como, e controla o resultado. A autoridade é mobilizada para conferir a responsabilidade sobre o trabalho, não como uma função explicitamente, mas como produção de práticas que envolvem o fazer cotidiano.

O encontro da autoridade conquistada com a responsabilidade pelo trabalho é engendrado pelo terceiro elemento: a confiança. As relações de confiança emergem na expectativa de que pessoas detentoras de autoridade assumam suas responsabilidades e façam o trabalho bem-feito. Embora o bom resultado não seja assegurado, a confiança manifesta-se na responsabilidade de querer um bom trabalho e de fazê-lo. Nas práticas cotidianas, a confiança firma-se na autoridade conquistada e é retroalimentada pela responsabilidade. As entrevistas que conduzi mostram uma pequena, mas eloquente evidência sobre como a confiança opera nas práticas cotidianas da GiraSol.

A gente organiza para além de comungar e compartilhar dessas visões de mundo, mas as nossas relações sociais também. Ela se constrói um pouco nessa relação mais fraterna, mas ampla também de cuidados. Aí volto de novo a ideia da economia feminista. Dessa economia dos cuidados. De saber que nós somos diferentes, que nós temos as nossas diferenças na forma organizativa, diferenças nas formas de pensar, diferenças na forma de agir, de produzir as respostas, uns mais dispersos e destrambelhados, outros mais focados e mais organizados. Mas acho que essa certeza que a gente tá junto é uma confiança que a gente foi construindo ao longo e está construindo inclusive com as pessoas novas que chegam (entrevistado E5).

Sennett (2012) vale-se da noção de confiança para discutir como os vínculos sociais são gestados nas organizações. Ele recorre à relação entre artífice e aprendiz em uma oficina para demonstrar como os vínculos sociais são permeados por relações de confiança, que atuam como mediadores entre a autonomia e a obediência. Os vínculos sociais, na visão de Sennett (2012), harmonizam as diferenças entre o mestre e o aprendiz e as habilidades dialógicas possibilitam trocas diferenciadas entre eles. Das trocas diferenciadas emana um tipo de cooperação mais elevada e exigente, que Sennett (2012) chama de cooperação dialógica.

A constante busca pelo equilíbrio entre autonomia e obediência poderia ser uma boa explicação para compreender como são performados os espaços de poder e de decisão na GiraSol. Embora autoridade, responsabilidade e confiança sejam balizadores importantes, o equilíbrio só se efetiva, nas práticas cotidianas da GiraSol, pela intersecção entre as mãos e a

cabeça, entre fazer e pensar, entre decidir e executar. O engajamento material do homem com o trabalho, de que fala Sennett (2009), ajuda mais uma vez a compreensão.

Nas práticas cotidianas, observadas nas diferentes versões da GiraSol, a dualidade entre o trabalho manual e o intelectual, uma das características da sociedade contemporânea, sofre torções relevantes para analisar como a cooperação acontece. O evento do coordenador geral lavando as caixas de armazenamento de alimentos é representativo, mas muitos outros poderiam ser enunciados. Nos processos organizativos da GiraSol, não há trabalho mental puro e nem trabalho manual puro. Não há gestor puro nem trabalhador puro. Todo gestor é trabalhador e todo trabalhador é gestor. Conforme Sennett (2009), fazer e pensar misturam-se nas práticas cotidianas.

A dissolução das fronteiras entre trabalho da mente e do corpo não se assenta na concepção de que todas as pessoas possuem habilidades intelectuais, porém nem todos exercem a função de intelectuais na sociedade. A experiência da GiraSol evidencia que o trabalho manual é, indiscutivelmente, também intelectual. A atividade operacional não é pensada, planejada e definida por uma elite decisória e executada por aqueles que estão ‘embaixo’. O trabalho, seja operacional ou de gestão, é considerado em sua complexidade e ao trabalhador, detentor de conhecimento e imaginação, é permitido pensar em outras possibilidades de organizar, improvisar, experimentar em seu fazer cotidiano. O trabalho é pensado em sua relação com o fazer cotidiano. Autoridade, responsabilidade e confiança atuam nessa relação e performam espaços de poder e de decisão para que a GiraSol não esteja “corre[ndo] em torno do seu próprio rabo” (entrevistado E5).

Em desajuste com essa caracterização, rascunhei a proposta de organograma, seguindo a racionalidade de uma divisão que coloca o trabalho supostamente mais intelectual acima do trabalho manual, por isso não houve aderência à realidade da GiraSol. Como Sennett (2009; 2012) reflete, o trabalho constitui-se na concomitância do emprego das mãos, dos braços, do exercício mental e intelectual. Se não existe trabalho manual puro nem trabalho intelectual puro, a hierarquização vertical do organograma serve apenas para cumprir a formalidade legal requerida pela Lei do Cooperativismo.

Sennett (2012) discorre sobre os efeitos corrosivos do afastamento laboral entre corpo e mente. Ele expõe que “à medida que as organizações se tornam maiores e mais fortes, a burocracia levanta barreiras entre o topo e a base; os rituais que unem os líderes nas antecâmaras do poder não são transparentes para os que estão do lado de fora” (Sennett, 2012, p. 81). As barreiras burocráticas erguidas em zonas hierárquicas verticalizadas e desiguais, blindam a elite decisória e delineiam um elemento desabilitador da cooperação: o ressentimento, manifestado

no sentimento de traição da elite decisória, mais inclinada a cooperar internamente do que com aqueles que estão ‘embaixo’. A experiência da GiraSol mostra que, quando as condições de ação das pessoas estão, *a priori* estabelecidas, a burocracia cerceia a concepção de uma política da cooperação. Desse modo, a estrutura burocrática, prescrita na Lei do Cooperativismo, atua na essência da separação dualística entre fazer e pensar, destituindo as pessoas da liberdade política e do poder de agir. A burocracia deve/pode ser eficiente nas organizações em que a cooperação é executada pela lógica da neutralização das diferenças e da liberdade política, visando à formação de coalizões e unidades. Contudo, a burocracia é precária como modelo de organização de uma cooperativa como a GiraSol.

Não se trata de recusar as estruturas burocráticas e formais da GiraSol, orientadas pelo repertório legal e normativo do cooperativismo, mas de compreender que existem muitas práticas cotidianas que acontecem à margem dessas estruturas, que se (re)conectam com elas e as complementam. O abrandamento da linha divisória entre práticas formais e informais proporciona encontros produtivos e mantém as pessoas conectadas com a concretude e a complexidade do trabalho. Essas práticas cotidianas e os elementos que elas engendram são responsáveis pelos modos de cooperação existentes na GiraSol. Para compreender a cooperação que acontece na GiraSol, é preciso entender seus modos de organizar. O ‘conselho de administração ampliado’, a horizontalização do organograma funcional, a atuação dos ‘tocadores’, o envolvimento da coordenação nos trabalhos operacionais e dos trabalhadores nos processos de gestão, a (re)criação de espaços de poder à margem da organização formal oferecem relevantes subsídios para discutir como a cooperação acontece na GiraSol.

Antes, porém, de caracterizar os modos de cooperação performados na GiraSol, há evidências suficientes para tensionar os pressupostos da teoria da cooperação de Barnard (1971). O autor da teoria clássica da administração concebeu a cooperação como um sistema funcional de atividades. Ele reconhece a existência da organização formal e informal, no entanto suas teorizações procuram isolar elementos particulares das organizações formais, pressupondo que as práticas ditas informais, se eficazes e bem-sucedidas, transformam-se em organização formal. Da teoria de Barnard (1971) decorre o primeiro elemento subjacente à literatura do domínio dos estudos organizacionais sobre cooperação: a cooperação segue uma lógica de evolução institucional, na qual as práticas ditas informais, se bem-sucedidas, tendem a se institucionalizar em organizações formais (Barnard, 1971).

A experiência da GiraSol evidencia que as práticas formais – prescritas na Lei do Cooperativismo e no estatuto da cooperativa – e as informais – que acontecem no cotidiano – coexistem e, em alguns casos, estão entretidas. Diferente do pensamento de Barnard (1971),

o caso concreto da GiraSol mostra que, na separação reducionista entre formal e informal, as práticas cotidianas, alicerçadas na autoridade, na responsabilidade e na confiança, produzem modos de cooperação que adquirem primazia sobre a cooperação que acontece nos limites da estrutura de governança formal da cooperativa. A organização formal é fundamental para a GiraSol que existe e atua em conformidade com a legalidade e a institucionalidade do Estado e de seus órgãos reguladores, porém é pobre para que se compreenda como a GiraSol organiza-se e como as cooperações acontecem.

Muitas práticas, ditas informais, reconstróem a história da GiraSol 1.0 e 2.0 e nada indica seu desaparecimento ou institucionalização como parte da organização formal, como previsto por Barnard (1971). As práticas informais conectam a GiraSol com movimentos sociais, sindicatos, redes, cooperativas da agricultura familiar, empreendimentos da economia solidária. Por conseguinte, na GiraSol, a cooperação é performada – principalmente, mas não unicamente – para e nos processos organizativos que ocorrem à margem da organização formal. A cooperação dispõe uma trama de práticas precárias e emergentes, que não cabem [apenas] no engessamento burocrático requerido pela estrutura de governança de uma cooperativa.

Dissolver as barreiras hierárquicas entre fazer e pensar, nas práticas cotidianas, e superar as fronteiras das classificações formais/informais (Barnard, 1971) possibilitam (re)posicionar as noções de organização como um sistema social, com estruturas e objetivos bem-definidos, que atua de modo racional e coerente. Daí decorrem efeitos sobre os modos como a cooperação acontece. Sennett (2012) explica que muitas empresas postulam doutrinas do trabalho em equipe e de cooperação, entretanto, frequentemente, esses princípios tornam-se uma farsa. Durante a pesquisa, reuni evidências suficientes para sustentar que, embora a cooperação e a organização sejam processos amalgamados na constituição da GiraSol, as práticas de cooperação são efeito dos modos como ela se organiza. A cooperação manifesta-se no modo como a GiraSol se organiza. O problema, então, é outro. Torna-se pouco profícuo identificar a relação de causa e efeito, pois o objetivo visa investigar as cooperações que emergem para e nos processos organizativos da GiraSol.

Não utilizo a teoria de Sennett (2012) para enquadrar as cooperações observadas nesta pesquisa, porém seus escritos propiciam alguns *insights* instigantes. Os momentos de passagem entre as versões da GiraSol provocam torções nos modos como a cooperação acontece. Especialmente na GiraSol 3.0, a cooperação é permeada por um contexto mais complexo, no qual ganham relevância as estratégias de expansão das práticas comerciais e econômicas da cooperativa. Em consequência, o conceito de cooperação prática dialógica de Sennett (2012) interessa bastante aqui.

Sennett (2012) não se dedica a prescrever modelos de como as pessoas devem se comportar no exercício da cooperação, porém assinala a possibilidade de negociações da diferença, do aceite à dialogia, à cooperação, em contextos complexos. A habilidade dialógica é empregada pelo citado autor para desenvolver um tipo de cooperação que “embora não se chegue a um acordo, nesse processo de troca as pessoas podem se conscientizar mais de seus próprios pontos de vista e ampliar a compreensão recíproca” (Sennett, 2012, p. 32). Na cooperação prática dialógica, trocas entre ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência, gestão da discordância são mais valiosas do que estar certo. Nem todas as cooperações observadas durante a pesquisa são dialógicas, no sentido *stricto sensu* atribuído por Sennett (2012). Contudo, nos processos organizativos da GiraSol, identifica-se a cooperação prática dialógica.

Situações concernentes à alteração estatutária, na dobra da GiraSol 2.0 para a 3.0, permitiram a comercialização de produtos oriundos de abate animal. Acontecimentos, que antecederam a assembleia que aprovou tal alteração estatutária, levaram-me a acreditar que ali havia uma possível controvérsia. No repertório da teoria ator-rede, as controvérsias configuram-se como um dispositivo para analisar aquilo que ainda não se tornou prática, ou seja, as discordâncias, negociações e conflitos entre os atores da rede (Venturini, 2010). Os eventos que, na GiraSol, circunscreveram a permissão de comercialização de produtos oriundos de abate animal poderiam ser analisados à luz das controvérsias, no entanto o modo como a aparente controvérsia esvaiu-se levou-me a abandonar tal dispositivo analítico.

A fim de prever os desdobramentos da alteração estatutária, registrei uma interrogação no diário de campo: “Será que os associados defensores do veganismo/vegetarianismo continuarão cooperando na GiraSol?” (diário de campo, 18/12/2019). A continuidade da pesquisa mostrou que a resposta para esse questionamento era sim, eles continuavam cooperando com a GiraSol. Daí decorreu novo questionamento: “Por que eles continuam cooperando?” (diário de campo, 30/06/2020). Esse foi um estranhamento que tentei investigar.

Embora houvesse permissão para comercialização de produtos de origem animal, eles começaram a ser comercializados de maneira bastante acanhada, com produtos como queijo, iogurte e nata. Especificamente a carne aparecia apenas como ingrediente de alguns salgados, comercializados no café, e de alguns congelados. A própria comunidade vegana/vegetariana orientou que os produtos não veganos e não vegetarianos, que representavam uma pequena parcela do que era comercializado, fossem isolados em um espaço específico do armazém. A GiraSol passou também a comercializar uma gama de alimentos veganos/vegetarianos,

fabricados por um empreendimento local especializado. Embora não fosse um posicionamento declarado da cooperativa, a comunidade vegana/vegetariana representa uma parcela importante dos consumidores da GiraSol. Havia um ‘pacto diplomático’, um acordo tácito entre a GiraSol e a comunidade vegana/vegetariana.

No final do mês de setembro de 2020, a GiraSol passou a receber leite produzido e industrializado por agricultores de assentamentos da reforma agrária. O produto foi recebido com entusiasmo, pois a reforma agrária é fortemente defendida pela GiraSol. No entanto, uma publicação nas redes sociais, divulgando a chegada do novo produto, reacendeu as discussões com a comunidade vegana/vegetariana. O debate foi protagonizado especialmente por uma associada e voluntária, que atua principalmente nas estratégias de comunicação, a qual considero como a principal voz da comunidade vegana/vegetariana na GiraSol. Os argumentos mobilizados por ela estão expressos em sua fala: “Tem tantos outros produtos para serem divulgados e botar o leite na lista de transmissão? A GiraSol tem muitos clientes veganos e vegetarianos. Por que o leite? Por mais que seja um produto agroecológico, da reforma agrária, existe um processo que é bastante cruel com o animal” (diário de campo, 05/10/2020). De algum modo, o acordo diplomático foi fragilizado pela estratégia de comunicação da GiraSol. Aproveitei o acontecimento para realizar uma entrevista com a protagonista desse debate. Emergiram, assim, algumas pistas sobre o porquê a comunidade vegana/vegetariana continuava cooperando com a GiraSol.

Então, dentro da filosofia do veganismo não é ir contra somente ao abate animal ou só deixar de usar produtos de origem animal. Não adianta, por exemplo, eu começar a cortar a carne, cortar os produtos de origem animal, mas ficar consumindo produtos de grandes empresas que, na verdade, são vendedoras de carne, mas que criaram produtos veganos. Porque o capitalismo transforma todo mundo em mercado, né? E com o veganismo não é diferente, né? Então, se enxergou que o veganismo é um mercado no capitalismo que cresce 40% ao ano, segundo aí as estatísticas. E o capitalismo enxerga no veganismo uma forma também de lucrar. Isso é como o sistema funciona. Então eu vejo a GiraSol como um organismo que vai contra essas questões da monocultura, de *big* empresários que não valorizam a questão dos seus trabalhadores, a questão de distribuição de renda, né? Então quando a GiraSol está falando sobre economia local, quando a GiraSol está falando sobre agroecologia, o feminino na agroecologia, tudo isso está relacionado ao veganismo. São coisas que a gente valoriza, que a gente pratica também. E o que me mantém na GiraSol eu acho que é todo esse potencial que ela tem (entrevistada E13).

Posso retomar a fala da interlocutora em termos diferentes: as discussões que envolvem a comercialização de produtos não veganos e não vegetarianos, na GiraSol, aproximam-se do apresentado por Sennett (2012) como discussão dialógica, na qual se estabelecem conexões que visam formar engajamento crítico e não convencimento de determinada posição. Diante das

diferenças, há deliberado esforço para ampliar a compreensão recíproca e levar as pessoas a se conscientizem dos próprios pontos de vista. Posicionamentos divergentes não são reduzidos um ao outro. A comunidade vegana/vegetariana e/ou a GiraSol não abandonou seus posicionamentos para encontrar a unidade que resulta em síntese política que anula as diferenças. Outros elementos foram mobilizados – agroecologia, reforma agrária, produção local, consumo, mercados etc. – e complexificaram a discussão, o que resultou, como expõe Sennett (2012, p. 26), em uma conversa “enriquecida, mais cooperativa, mais dialógica”. A própria materialidade do alimento é introduzida nessa discussão: “A gente precisa considerar que não é qualquer leite, é o leite produzido por agricultores familiares, da reforma agrária. É um leite que é resultado da luta histórica pela terra” (diário de campo, 05/10/2020).

A cooperação prática dialógica deixa espaço para a ambiguidade e requer habilidade para mostrar-se receptivo ao outro para agir em conjunto e assim cooperar, mesmo que não haja entendimento recíproco. Por isso, a comunidade vegana/vegetariana continuou cooperando com a GiraSol, embora não concordasse com a comercialização de produtos de origem animal. Igualmente por isso, a GiraSol continuou cooperando com a comunidade vegana/vegetariana, colocando em separado os produtos de origem animal, comercializando uma gama de produtos do segmento, e principalmente, propiciando o debate.

Então, eu me vejo muito mais um papel assim de abrir essas conversas, né? E esclarecer coisas que muita gente não sabe, como eu não sabia antes de me tornar vegana. E eu acho que a GiraSol é um espaço muito rico para essas discussões. Muito mais do que uma loja, do que um mercado, do que algo para vender produtos, a GiraSol é um espaço de discussão e desconstrução e construção. Então, eu fico muito feliz assim, na verdade, de poder ter esse espaço para ter essas conversas, para ter essa troca. E inclusive fiz ali, falei bastante, para a gente ter produtos veganos dentro da GiraSol e tudo mais. Eu vejo a diferença como sendo recebida de forma muito positiva. Inclusive quando eu tive essa conversa [sobre a publicação do leite] com o grupo da comunicação, teve uma abertura para se falar dessas questões. Então, eu acredito que a diversidade, ela é muito aceita, justamente porque é a tentativa de se construir um modelo diferente (entrevistada E13).

Aqui reside mais um elemento interessante sobre a cooperação performada na GiraSol. Embora o princípio cooperativista – cada pessoa um voto – permita que a decisão democrática da maioria torne-se absoluta, a cooperação que acontece na GiraSol é performada pela lógica de inclusão, de participação livre, mesmo que isso signifique sacrifícios visando à [utópica] unidade. A cooperação na GiraSol é sustentada por relações sociais que não anulam as diferenças e que estimulam a interação e a solidariedade de uns com os outros. A cooperação como experiência da diferença não é, porém, um processo fácil. Como pondera Sennett (2012), a cooperação prática dialógica é espinhosa, cheia de ambiguidades e dificuldades. As diferenças

podem conviver sem implicar necessariamente a existência de um fato controverso à espera de seu fechamento, porém a experiência da diferença pode despertar o espírito tribal do nós contra eles, pelo qual as pessoas agem cooperativamente com aqueles com os quais se parecem e agressivamente com os que lhe são diferentes.

A pesquisa mostrou que a cooperação, como a performada na GiraSol, obstrui a formação de tribos diante da experiência da diferença. As práticas organizativas – como os espaços de poder e de decisão permeabilizados e construídos à margem da estrutura formal, o ‘conselho de administração ampliado’, os grupos de trabalho, entre outras – possibilitam que as trocas diferenciadas, dialógicas aconteçam. A cooperação prática dialógica é muito desafiadora, torna os processos organizativos mais complexos e morosos do que na cooperação que busca, pela neutralização das diferenças, a suposta unidade. Na concepção estrita da GiraSol como uma cooperativa/negócio, o debate sobre a comercialização de produtos de origem animal poderia ter sido encerrado pela decisão democrática da maioria. No entanto, esse fechamento pode ser maléfico para a fabricação da cooperação, principalmente de modos de cooperação mais elevados e exigentes. Como ouvi diversas vezes, durante a pesquisa, a GiraSol “não tem dogma, ela não pode ter dogma, ela não pode ter cláusula pétrea, ela precisa ser uma experiência em aberto” (entrevistado E5).

Ao ser confrontada com a atividade comercial intensa, na passagem da GiraSol 2.0 à GiraSol 3.0, a cooperação mostrou-se ainda mais complexa. O elemento mercado e as relações que ele engendra passaram a atuar nos modos de cooperar. Na GiraSol 2.0, as discussões ampliadas – em geral efervescentes – lastrearam os processos decisórios. A cooperação prática dialógica encontra, na experiência mais política e militante do que comercial da GiraSol 1.0 e 2.0, solo fértil para seu desenvolvimento. Na GiraSol 3.0, em uma experiência mais comercial e econômica, intensamente envolvida pelo contexto de pandemia, as decisões precisam ser mais ágeis e objetivas. Daí decorrem contradições que se refletem nas práticas cotidianas de uma organização que se faz alternativa aos mercados convencionais, mas que precisa atuar com eles. Conquanto a conexão com a rede agroalimentar alternativa possibilite à GiraSol atuar em mercados que fogem às relações mercantis hegemônicas, elementos dos mercados tradicionais reverberam no cotidiano da cooperativa. Atrair novos consumidores, propagar a cooperativa, garantir o abastecimento regular, alcançar a viabilidade financeira, divulgar os produtos comercializados são práticas facilmente identificáveis na gestão de um grande supermercado, assim como ocorre na GiraSol.

A divulgação dos produtos comercializados pode parecer uma decisão simples. Porém, diferente de um mercado convencional, a GiraSol encontra suas bases na “tentativa de se

construir um modelo diferente” (entrevistada E13). A alternatividade da GiraSol, que tanto me intrigou, encontra aqui mais uma elucidação: as diferenças tornam-se constitutivas da GiraSol em sua singularidade nos modos de organizar e cooperar. Mesmo parecendo dúbio, os modos como as diferenças são engendradas nos processos organizativos da GiraSol são constitutivos de sua alternatividade. Em discussões difíceis, como a da comercialização de produtos de origem animal, as diferenças transformam-se no encontro cooperativo com a GiraSol. O que quero argumentar é que há possibilidade de as diferenças em relação à organização não serem individualmente as mesmas. As práticas organizativas da GiraSol, em seu cotidiano, oportunizam que comportamentos tribais de determinados grupos deem lugar à cooperação prática dialógica. Em outros termos, a experiência da GiraSol indica que cooperar na organização e compor seus processos organizativos contém multiplicidade e nem sempre encontra-se um denominador comum.

As alterações estatutárias que permitiram a comercialização de produtos de abate animal na GiraSol são, mais uma vez, elucidativas. Ainda que essa decisão possa ser sustentada como estrita estratégia comercial, como defendeu um interlocutor da pesquisa – “Como tu vai num armazém de produtos coloniais e não tem salame para comprar. Eu já disse que não vai dar certo se a gente ficar só vendendo alface, tomate e pão” (diário de campo, 18/10/2019) – os modos como a tensão é resolvida com a comunidade vegana/vegetariana insere, na discussão, outros elementos: “A GiraSol, em respeito à vida e à sustentabilidade, não trabalhará com produtos transgênicos, bem como com aqueles que não respeitem os preceitos da produção de base ecológica e ou impliquem abate animal em escala industrial” (documento recuperado). O termo ‘escala industrial’ emerge como demarcador do lugar e do papel que a GiraSol ocupa na rede agroalimentar alternativa pesquisada, ao mesmo tempo em que atua como um harmonizador para resolver discordâncias. Os argumentos discordantes não precisam ser reduzidos um ao outro, como na visão de mundo ‘vencedora’. Há trocas diferenciadas que propiciam espaços para que a cooperação aconteça.

A efervescência dos debates, das discussões, das contradições, das diferenças dos desacordos deixa de ser percebida como um erro ou uma falha no processo de cooperação. Diante da diferença, um tipo de cooperação mais elevado e mais exigente aparece em cena. Áreas comuns são encontradas na cooperação performada na GiraSol, porém a ausência de unidade diante das diferenças não se traduz em não cooperação. Assumindo essa perspectiva, surgem argumentos para tensionar o segundo elemento subjacente à literatura sobre cooperação no domínio dos estudos organizacionais: a cooperação é sempre positiva e pressupõe a

existência de ideias, projetos e propósitos comuns, seja ela formal, informal (Barnard, 1971), espontânea (Mayo, 1949) ou consentida (Etzioni, 1974).

A pesquisa na GiraSol mostrou que cooperar é um processo mais complexo e espinhoso do que apresentam as abordagens auspiciosas da cooperação. Como é possível cooperar com aqueles com cujas ideias, projetos e propósitos não se concorda? Talvez os eventos que, na GiraSol, circunscreveram a discussão com a comunidade vegana/vegetariana sobre a comercialização de produtos de origem animal evidenciem como a cooperação pode acontecer através das diferenças. A cooperação mais exigente, como a prática dialógica de que fala Sennett (2012), não acontece apenas quando há unidade e consenso entre aqueles que cooperam. Considerar a cooperação como fenômeno apenas da ação política da unidade é uma simplificação da vida social. Cooperar somente com aqueles com quem comungam-se ideias, projetos e propósitos é palco propício para fenômenos contemporâneos como a cooperação destrutiva do nós contra eles, do tribalismo e da hibernação em relação aos outros.

A cooperação prática dialógica, que, na GiraSol, manifestou-se tanto no evento da comercialização dos produtos de origem animal como em muitos outros observados durante a pesquisa é uma experiência específica da diferença. A cooperação, na GiraSol, é um processo vivo, sendo constantemente negociada entre seus artífices no cotidiano. Mesmo que pareça que a cooperação sofre fragilidades em discussões complexas, as relações mais horizontalizadas entre diferentes, a permeabilização dos espaços de poder, a troca de informações, os modos de organizar e reorganizar na e para a GiraSol performam práticas de cooperação que correspondem à cooperação prática dialógica de Sennett (2012) ou dela se aproximam.

Os dados empíricos produzidos no território da GiraSol permitem-me sugerir que a cooperação não está impressa no estatuto da cooperativa nem acontece na mente dos sujeitos cooperativos. Não há cooperações antecedentes à formação de práticas. A organização e a cooperação encontram-se nas práticas cotidianas da GiraSol. Seu engendramento produz processos precários, instáveis, que são criados e recriados, ainda que tragam em si sua historicidade. Não pretendo tecer conclusões universais e generalizáveis sobre a cooperação, mas a pesquisa na GiraSol leva-me a sugerir que a cooperação prática dialógica, proposta por Sennett (2012), encontra barreiras para se desenvolver dentro dos limites da estrutura formal de governança de uma cooperativa.

Muitas práticas de cooperação são performadas na organização formal, porém para que a cooperação prática dialógica, mais elevada e exigente, prospere, ela se mostra insuficiente. Quando a elite decisória isola-se do fazer cotidiano da organização, apartando corpo (fazer) e mente (pensar), a cooperação tende a ser minada por sentimentos de ressentimentos, que

despertam fenômenos que desabilitam a cooperação mais elevada. Na experiência da GiraSol, a cooperação prática dialógica encontra mais espaço para acontecer nas práticas localizadas à margem da organização formal, como o ‘conselho de administração ampliado’, os grupos de trabalhos, as práticas cotidianas de tomada de decisão, a representatividade dos ‘tocadores’.

As práticas organizativas do cotidiano da GiraSol abrem espaço para que cooperações mais elevadas e exigentes aconteçam. No processo performativo, a cooperação (re)engendra e (re)orienta o fluxo das práticas organizativas. Embora existam, no cooperativismo, princípios que indicam a cooperação como um meio de alcançar objetivos comuns, é possível ir além. A experiência da GiraSol propicia experimentar as ideias de Sennett (2012) sobre a cooperação prática dialógica como experiência da diferença, da coesão entre os que não encontram pontos comuns em suas ideias, projetos e propósitos, mas ainda assim cooperam.

Como observei, na experiência da GiraSol, a cooperação é um processo com potencial tanto criativo como de destruição. Os processos organizativos atuam constantemente sobre o modo como as cooperações acontecem. A cooperação existe somente como resultado contínuo do organizar, dos processos de organizar que, coletivamente, constituem a GiraSol. Compreender a cooperação engendada nas práticas organizativas é reconhecer que as cooperações no e para o contexto de uma organização que atua em mercados convencionais, por exemplo, jamais será a mesma cooperação na e para a GiraSol, por serem distintas as práticas às quais estão imbricadas. Nessa perspectiva, rejeita-se a ideia de que a cooperação é uma ação estimulada por um ente externo ou um estímulo moral, ganhando evidência outras lógicas organizacionais valiosas para produção de cooperações. Os modelos do cooperativismo tradicional não dão conta de abarcar a complexidade de relações que produzem cooperações mais elevadas e exigentes, como a cooperação prática dialógica de Sennett (2012).

Ao se colocar como uma organização alternativa aos mercados alimentares convencionais, a GiraSol deparou-se com um cenário onde se engendram muito mais do que atores e redes do sistema agroalimentar. Valores, princípios, visões de mundo, objetivos conectam-se a relações de cooperação que intentam transformações mais amplas na sociedade. Como evidenciam as discussões com a comunidade vegana/vegetariana sobre a comercialização de produtos de origem animal, cooperar visando ser uma organização diferente exigiu um tipo de cooperação mais elevada e mais exigente, que fomentasse trocas diferenciadas entre atores diversos. Cooperar não é apenas interagir rumo a um objetivo comum, mas também, eventualmente, se engajar em acordos e negociações.

O encontro processual entre cooperação e organização pode ser entendido como efeito gerado por engendramentos coletivos heterogêneos, que atingem suas características através

das relações, das estabilizações e dos ordenamentos que acontecem nas práticas. Discutir cooperação e organização, como processo, à luz da teoria ator-rede, é aspirar compreender como a cooperação é enactada na relação, inclusive, com e nas formas de organizar. Assumindo o caráter processual do organizar, evidenciam-se, na experiência da GiraSol, outras lógicas de organização, que se distanciam da estrutura formal de governança da cooperativa, na qual ‘se faz’ com pouco recurso; trabalha-se de forma autônoma, estando simultaneamente em grupo (ser coletivo); coopera-se e constitui-se na relação. Há criatividade performativa nesses relacionamentos que produzem múltiplos modos de cooperar, os quais não cabem no estatuto da organização, mas acontecem e estabilizam-se nas práticas cotidianas.

A experiência de pesquisa permite-me sugerir que, quiçá, não sejam apenas os processos organizativos da GiraSol a compor seus modos de cooperar. Compreendida como prática dialógica, as cooperações são performadas em processos de negociação permanente, nos quais colocam-se em questão não apenas diferenças, unidades e coesões, mas também os modos como são produzidas e como circulam na rede agroalimentar alternativa, incluindo quais atores coexistem nessa rede emaranhada. As diferenças tornam-se criadoras e criaturas da GiraSol. A cooperação concebida pela GiraSol precisa ser conectada às redes nas quais está sendo constantemente performada. Isso avoluma a discussão. O próximo capítulo dedica-se a investigar as cooperações performadas na relação da GiraSol com os territórios da segunda *hinterland*. Na sequência, os modos de cooperar são direcionados à análise das diversas maneiras pelas quais RESF e RedeCoop participam da produção de cooperações com a GiraSol.

CAPÍTULO IV
A DIMENSÃO POLÍTICA DA COOPERAÇÃO:
SEGUNDA HINTERLAND

“Não tem lugar para quem é pequeno. A gente que teima em existir.”

(diário de campo, 18/09/2019).

A construção que envolve a segunda *hinterland* de pesquisa entrelaça a GiraSol com outros dois territórios: a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) e a Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (RedeCoop). De acordo com Law (2004), o que analiticamente é constituído como segunda *hinterland* refere-se a outros espaços relevantes, diferentes daquele primeiro observado, mas que são observáveis e compostos por atores que se relacionam diretamente com os atores da primeira *hinterland*. O objetivo aqui não é investigar propriamente a organização da RESF e/ou da RedeCoop. O que interessa são as relações da RESF e da RedeCoop com a GiraSol, e como elas podem ser entendidas como um conjunto de práticas constantemente performadas, na rede agroalimentar alternativa, em que está amalgamada a GiraSol, destacando-se a cooperação ali produzida. Antes, porém, é relevante apresentar tais territórios com maior riqueza de detalhes.

Se bem que a RESF e a RedeCoop já tenham sido brevemente apresentadas, como fortes elementos para a constituição da GiraSol, faz-se necessário descrevê-las como territórios de pesquisa que a ela se entrelaçam, mas que também tecem a própria constituição na rede. Não há como definir, arbitrariamente, um marco temporal que caracterize minha passagem por esses dois territórios, devido à dificuldade de traçar fronteiras entre GiraSol, RESF e RedeCoop. O percurso em campo, em vários momentos, cruzou com essas duas redes e a elas se sobrepôs, antes mesmo de ganharem *status* de território de pesquisa. O compartilhamento do espaço físico na Guayí e a transição de interlocutores pelos territórios de pesquisa da primeira e da segunda *hinterlands* condicionaram a observação no cotidiano da GiraSol, que simultaneamente tangenciou o cotidiano da RESF e da RedeCoop. O objetivo aqui é compreender a tessitura de relações dos territórios de pesquisa. Começo pela RESF e seus entrelaçamentos com a GiraSol.

4.1 A REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA E OS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL

A criação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) foi um desdobramento do projeto “Brasil Local: Economia Solidária e Economia Feminista (2010/2012)” coordenado pela Guayí e financiado pela Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo desse projeto, executado entre março de 2010 e outubro de 2012, era elaborar um diagnóstico sobre os empreendimentos da economia solidária situados em nove estados brasileiros (Distrito Federal, Ceará, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo), abrangendo as cinco macrorregiões do país. Por meio desse projeto, a Guayí mapeou trezentos empreendimentos da economia solidária, organizados em diferentes segmentos produtivos, em uma rica demonstração da diversidade regional, cultural e étnica do país. Alguns indicativos dos resultados do projeto prospectam, em especial, a criação da RESF.

Então, foram mapeados muitos empreendimentos. E o que foi notado com esse projeto é que a maioria desses empreendimentos era formado por mulheres, tá? E no sistema da Secretaria de Economia Solidária a maioria dos empreendimentos eram cadastrados por homens e foi detectado com esse projeto que não, ao contrário, a maioria desses empreendimentos era composto por mulheres, pelo trabalho das mulheres (entrevistada E4).

O Projeto confirmou com muita clareza que as mulheres são uma base importante da economia solidária, mas que economicamente continuam sendo os segmentos mais vulneráveis. Soma-se a isto o fato de que as mulheres também são as principais responsáveis pelos cuidados com filhos e famílias, além do trabalho doméstico cotidiano. [...] Assim, o projeto apontou para a necessidade de avançarmos na articulação de possibilidades concretas para garantir a visibilidade, a qualificação e a viabilidade econômica das iniciativas produtivas das mulheres (documento recuperado).

A marcada presença feminina indicava as necessárias valorização e visibilidade do trabalho e dos saberes produzidos pelas mulheres na economia solidária. Aqui economia feminista ganhou espaço, não isoladamente, mas amalgamada com a economia solidária. Nesse encontro de conceitos, quiçá de ontologias, a RESF é concebida.

A noção de economia feminista, que emergiu no campo, remete a uma área das ciências econômicas que incorpora as relações de gênero no pensamento econômico e intenta compreender a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade das mulheres na esfera da produção (Bauhardt, 2014). A noção de economia feminista, evidenciada pelos interlocutores da pesquisa, objetiva construir novas organizações do trabalho e relações socioeconômicas,

alicerçadas na igualdade de gênero (Soares, 2019). Essas noções teóricas aqui me interessam, porque se aproximam, em grande medida, das noções que me foram informadas no campo.

A economia feminista questiona essa situação e denuncia o viés androcêntrico (centrado no homem) e o caráter abstrato da teoria econômica, cego a uma parte importante da realidade concreta da produção da vida em nossa sociedade. Como alternativa, a economia feminista propõe uma profunda transformação na economia, que integre todas as dimensões, tendo como princípio básico a satisfação das necessidades humanas, a igualdade entre homens e mulheres e a inclusão da solidariedade nas estruturas econômicas, tendo como objetivo maior o bem viver de tod@s (documento recuperado).

A noção de economia feminista que circunscreve a RESF assenta-se na crítica à economia capitalista, arraigada na dominação masculina, na busca do lucro a qualquer preço e na exploração do trabalho. “Então quando a gente fala em economia feminista, a gente está falando em considerar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres realizam para manter suas famílias como trabalho necessário para a sustentabilidade e o bem-estar da sociedade” (entrevistada E6). Ao reconhecer esse trabalho como parte da economia, “isso é valorizado, isso é levado em conta. Não só ele é aceito, ele é vibrado” (entrevistada E2). No entanto, reconhecer esse trabalho como econômico não significa enquadrá-lo no modelo mercantil capitalista, ao menos pelo que me foi informado pelo campo. Esse é um ponto importante que entrelaça economia feminista e economia solidária. Os diálogos entre elas já foram explorados em outros estudos (ver Guérin, 2003; Guérin, 2005; Nobre, 2003; Soares, 2019), não sendo, nesta tese, objeto central de discussão. As relações que mais me interessam são manifestadas empiricamente no campo. Por aquilo que pesquisei e compreendi, na RESF, a economia solidária e a economia feminista se entrelaçam na:

[...] vocação contrária a lógica do capital e uma compreensão dos sistemas produtivos que vai além dos limites dos mercados, tendo como referências as necessidades humanas, o bem viver e a preservação do meio ambiente e do planeta onde habitamos. Também são valores de ambas a solidariedade, a necessidade de redistribuição equânime das tarefas, bem como a reciprocidade dos direitos e deveres (documento recuperado).

Conquanto criador e criatura possam ser problematizados, no caso da RESF, a noção de economia feminista foi incorporada ao repertório de experiências da Guayí, no campo da economia solidária. Por conseguinte, pelo menos aqui, a economia solidária prepara o terreno para que, no encontro com a economia feminista, surja o acontecimento da RESF. Embora o foco não fosse investigar a economia solidária, esse conceito perpassou todo o percurso de pesquisa e teceu conexões entre as *hinterlands*. O estranhamento com as noções que

circunscrevem a economia solidária no campo foi despertado no primeiro Seminário Nacional da RESF, do qual participei no final de outubro de 2019. Uma conversa com uma das coordenadoras da RESF chamou, especialmente, minha atenção.

Eu: Foi esse projeto que motivou a criação da RESF?

Coordenadora: A RESF surge numa fresta da economia solidária. Por que numa fresta? Porque ela não está assentada no lastro sindical da economia solidária; uma fresta por que ela não está assentada no lastro da igreja; e mais na fresta ainda por que ela se qualifica como feminista (diário de campo, 31/10/2019).

A referência à ‘fresta’ em que germinou a RESF denunciava existirem ali elementos importantes para compreender a economia solidária e, principalmente, a própria RESF. Ulteriormente, outros dados de campo permitiram-me descrever a RESF e compreender os sentidos atribuídos à ‘fresta’ em que ela se insere no campo da economia solidária.

O efervescente contexto do campo da economia solidária, na década de 2000, devido à ascensão de um governo de espectro político mais à esquerda, o qual criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), beneficiou várias organizações, porém a RESF é considerada pelos interlocutores da pesquisa como ‘filha tardia’ desse processo. Sua criação consolidou-se, em 2012, com os resultados do projeto “Brasil Local”, e ganhou organicidade, em 2013, com o projeto “Fortalecimento da Rede de Economia Solidária e Feminista: sustentabilidade e solidariedade para o bem viver”, financiado pela SENAES. O ano de 2013 foi de celebração pelos dez anos de criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária²⁰. Por um lado, os dez anos da SENAES marcavam a consolidação da Política Nacional da Economia Solidária. Por outro lado, o sucesso das políticas de geração de emprego e distribuição de renda dos governos Lula e Dilma, que haviam elevado o Brasil à sexta maior economia do mundo, colocavam a economia solidária na primeira ‘fresta’ das estratégias de desenvolvimento nacional.

A segunda ‘fresta’ da economia solidária na qual se arraiga a RESF, como o campo me informou, foram os desdobramentos dos desgastes institucionais e políticos do governo, que culminaram no golpe constitucional contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016. O Ministério do Trabalho, de 2010 até sua extinção pelo presidente Jair Bolsonaro, em 01 de janeiro de 2019²¹, foi chefiado por nove ministros. As repetidas substituições de comando tiveram

²⁰ O documento “Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)”, escrito por Paul Singer (2014), narra os desafios e as conquistas celebrados na primeira década de existência da SENAES.

²¹ Em 28 de julho de 2021 o governo federal editou a MP 1.058/2021, desmembrando a pasta do trabalho do Ministério da Economia e criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

desdobramentos diretos na execução do projeto da RESF, constituindo-se no que o campo denomina segunda ‘fresta’.

Então nós passamos assim, acho que uns quatro meses sem nenhum recurso. Quando recém nós tínhamos dado uma arrancada para uma articulação. Foi uma coisa muito difícil de administrar numa organização do porte da Guayí, que não têm outra... outros fundos, né? Isso comprometeu o projeto depois do retorno. Ficou com um passivo para trás de trabalho, de custos, que é muito difícil de administrar (entrevistada E6).

Emaranhada nas ‘frestas’, a RESF alcunhou ‘primos ricos’ as organizações que se beneficiaram do período de efervescência da economia solidária. O apelido ‘primos ricos’ faz referência às organizações mais consolidadas da economia solidária que já estavam envolvidas na antiga luta dos trabalhadores, quando do surgimento das políticas institucionais da economia solidária. Por consequência, esse envolvimento político possibilitou que essas organizações fruissem mais concretamente as políticas engendradas desde a criação da SENAES. É o caso, por exemplo, das políticas de trabalho, que ampararam a vertente da economia solidária no movimento sindical, e das políticas de desenvolvimento agrário, que fomentaram a economia solidária no campo da agricultura familiar. Ressalto que a RESF foi criada no momento de decesso da economia solidária na institucionalidade governamental.

A RESF tensionou o campo da economia solidária, ao incorporar a noção de economia feminista a seu discurso e a suas práticas. Historicamente, certo recorte de gênero é observado no campo da economia solidária, constituído, principalmente, por grupos de mulheres produtoras de artesanatos e amparado pela ação social de instituições confessionais, ONGs, etc. A vertente da economia solidária que chegou à RESF, veio, porém, de outras raízes, como explicou uma de suas coordenadoras:

[...] vem das práticas de resistência mesmo dos excluídos, que ao longo da história do nosso país tem produzido a vida para atingir as mais diversas formas. [...] A economia solidária no Brasil reconhece a diversidade. Então, ela não tem um conceito estreito que às vezes ela é identificada, nos grupos de crochê, de mulheres que fazem crochê, panos de prato e reciclagem. Ela é mais ampla. Ela tem o reconhecimento, vamos dizer assim, o conceito que a nossa política pública trabalhou, é um conceito de enxergar que a produção da vida a partir da autogestão é economia solidária (entrevistada E6).

Essa vertente da economia solidária, alicerçada no reconhecimento da diversidade política, cultural, social e produtiva da economia solidária no Brasil, chegou à RESF através da experiência acumulada pela Guayí, a qual, como já relatei no capítulo precedente, pode ser entendida como uma incubadora popular de empreendimentos solidários. O reconhecimento da diversidade da economia solidária, à luz dos resultados do projeto “Brasil Local”, preparou o

solo para o delineamento da RESF no engendramento da economia solidária com a feminista. Isso coloca a RESF na terceira ‘fresta’, lapidada dentro do próprio campo da economia solidária. Como relatado por uma das interlocutoras da pesquisa: “Quando a gente saiu com essa bandeira para começar a discutir organização de mulheres, com a bandeira feminista dentro da economia solidária, ahh, mas nós apanhamos bastante” (diário de campo, 18/08/2020).

Além da percepção do engendramento da economia solidária com a economia feminista, a pesquisa produziu dados de campo para a compreensão do segundo elemento importante na criação da RESF, também efeito direto das principais conclusões do projeto “Brasil Local”.

A partir desse projeto foi visto que muitos empreendimentos trabalhavam em rede, se juntavam os empreendimentos para formar uma rede, tipo fazer uma atividade juntas, feiras juntas, comercializavam juntas. E essa rede se articula com outra rede de outro estado em algumas trocas ou troca de conhecimento, troca de saberes, às vezes trocas de mercadoria (entrevistada E4).

A organização em rede, que caracterizava os empreendimentos da economia solidária, foi o segundo pujante elemento na criação da RESF. O objetivo era dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, na economia solidária, e articular os empreendimentos com componentes econômicos e produtivos, com segmentos e/ou arranjos locais, com a gestão e na comercialização. A rede, como concebida pela RESF, não se refere à consecução de uma unidade nacional centralizadora, gerenciadora e controladora dos empreendimentos associados. Eis uma questão que procurei inserir nos diálogos que tive com interlocutores de pesquisa, a fim de localizar pistas das singularidades da organização em rede performada na RESF.

Porque o núcleo nacional que fica aqui em Porto Alegre não serve para garantir que a fulaninha de tal lá no Belém do Pará vai vender. A gente não sabe. E não é função da rede isso. Agora, o que essa rede faz? Mantém esses grupos articulados para que juntos, juntas consigam solucionar os problemas, muitas vezes individuais. Mas então, como isso acontece? Porque os grupos eles estão ligados por esses conceitos subjetivos e fortíssimos que é a visão de mundo (entrevistada E2).

No engendramento da economia solidária com a feminista, a organização em rede foi mobilizada como modo organizativo do acontecimento da RESF. Alguns dos principais eventos de articulação da RESF foram os encontros nacionais, reunindo representantes dos empreendimentos de todo o país. Observei um desses encontros nacionais, em outubro de 2019. Outro ocorreu em fevereiro de 2020, na semana de inauguração do Armazém GiraSol, o que me impossibilitou assisti-lo. Documentos recuperados acerca do encontro nacional realizado

em 2013, na cidade de Brasília, ajudam a apresentar o quadro de objetivos sobre os quais a RESF foi criada:

(i) Fortalecimento da Rede de Economia Solidária e Feminista, como rede nacional que articula empreendimentos compostos majoritariamente por mulheres, dando-lhes visibilidade e fortalecendo-os; (ii) Fomento às 18 redes de cooperação solidária, cadeias produtivas ou arranjos locais nos territórios e municípios de abrangência do projeto; (iii) Implantação de 12 Bases de Economia Solidária e Feminista para assessoramento técnico, sendo uma por estado e quatro no Rio Grande do Sul, com os necessários desdobramentos para articulação/fortalecimento das redes; (iv) Estratégias de acesso à informação nas temáticas necessárias à qualificação produtiva; estudo/pesquisa sobre a situação da mulher na economia solidária; discussão conceitual e metodológica de consolidação da Rede; e sistematização da experiência do projeto; (v) Estratégias de comercialização de produtos e serviços das 18 redes no âmbito local/territorial, com ênfase no acesso às compras governamentais; certificação e aproveitamento da dimensão nacional da Rede para potencializar processos de comercialização; (vi) Subsidiar processos locais (onde as 18 redes estão situadas) e nacionais (no âmbito de abrangência da Rede) de desenvolvimento solidário e sustentável, avançando em estratégias e ações voltadas à responsabilidade social e pública, no cuidado com as pessoas e com a vida em suas diversas dimensões, na perspectiva da economia solidária e feminista, articulando com os movimentos sociais e com as políticas públicas, em parceria com órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais, principalmente com o Plano Brasil Sem Miséria e as prioridades do desenvolvimento social (documento recuperado).

Atualmente, no estado do Rio Grande do Sul, conforme informaram interlocutoras da pesquisa, a RESF abrange vinte e uma redes de empreendimentos da economia solidária e feminista, sendo uma delas a Cooperativa GiraSol. Os eventos que delinearam e conformaram a RESF são elementares e prepararam o solo material para a retomada da GiraSol, em 2016. É possível, portanto, sustentar que o acontecimento da GiraSol 2.0 é efeito direto de sua relação com a RESF.

Outra trama de relações que conecta RESF e GiraSol é o projeto “Mulheres Rurais em Rede: Agroecologia, Autonomia Econômica e Autogestão Solidária”, concretizado pela parceria com a Fundação Banco do Brasil e a ONU-Mulheres, que teve como principal resultado a inauguração do Armazém GiraSol. Ao ser arquitetado como uma organização conectada à rede performada na e para a RESF, o Armazém GiraSol constituiu-se como estratégia de diálogo para “organização de um ponto comercial fixo, no intuito de potencializar a comercialização dos alimentos orgânicos e agroecológicos, especialmente oriundos da agricultura familiar e do artesanato e da confecção produzidos pela economia solidária e feminista” (documento recuperado). O acontecimento da GiraSol 3.0 é, portanto, efeito direto das relações com a RESF, entretanto elas não se limitam ao desenvolvimento das diferentes versões da GiraSol, pois sua trama vai sendo (re)engendrada constantemente no cotidiano da cooperativa.

Os elementos simbólicos que marcam a relação da GiraSol com a RESF são facilmente observados no Armazém GiraSol. O mais visível refere-se à escolha da cor roxa, característica da RESF, no projeto arquitetônico e decorativo do armazém. Essa cor, que marca os componentes visuais da RESF, agenciou uma alteração nos componentes visuais da GiraSol: o verde deu lugar ao roxo (Figura 11). O protagonismo dessa cor foi assim justificado “para traduzir o feminismo tão presente na nossa alma e no nosso trabalho em rede, a partir da Rede de Economia Solidária e Feminista” (excerto coletado nas redes sociais da GiraSol, 13/04/2021)²².



Figura 11. Alterações na representação visual da GiraSol

Fonte: arquivo da GiraSol.

Além da representação simbólica, muito interessam as práticas performadas no entrelaçamento da RESF com a GiraSol, no qual elementos simbólicos ganharam performatividade. O leitor detalhista deve ter observado que a fachada do Armazém GiraSol (Figura 9) ostenta duas placas com a frase “Escolha produtos feministas”, que destacam a representação visual da RESF. Essas placas não são mero projeto decorativo da cooperativa, elas dizem algo sobre aquele lugar, elas agenciam realidades, acontecimentos e, principalmente, contestações, como observei durante a pesquisa. Lembro-me do ocorrido, nos primeiros dias de

²² A discussões que circunscrevem a alteração nos competentes da representação visual da GiraSol foram observadas durante a pesquisa. No entanto, a consolidação dessas alterações só foi concretizada e divulgada, após a data de saída do campo. Por conseguinte, uso de dados que extrapolam o marco temporal oficial da produção de dados empíricos no campo.

funcionamento do Armazém GiraSol, quando uma consumidora questionou a relevância dos dizeres das placas: “Mas eu também sou feminista... pra que essas placas? Pra que ficar pegando em foices?”. Possivelmente, uma análise estratégica estritamente comercial, focada na maximização de vendas, advogaria a neutralidade de posicionamentos da cooperativa, porém esse nunca foi o posicionamento da GiraSol. Entre as tantas respostas a um questionamento tão simplista, escolho expor o discurso de um interlocutor, que julgo expressar o que observei no cotidiano da GiraSol:

Então, muitas pessoas dizem: ‘ah mas por que economia feminista?’. Sim, nós temos uma concepção que todo o trabalho feito pelas mulheres, que historicamente foi invisibilizado, que nunca foi visto como economia, que tem todo o trabalho nos cuidados que não é contabilizado enquanto riqueza e que tem outras singularidades. Tem produtos que materializam todo esse sofrimento, todo esse trabalho invisibilizado, nós queremos que esses produtos estejam aqui (entrevistado E5).

Assumir tal posicionamento, no entanto, não teve – pelo menos não observei na pesquisa – desdobramentos intencionais como estratégia comercial da cooperativa, tal qual poderiam sugerir abordagens da área de *marketing*, que exploram estratégias de maximização de consumo agregadas à manifestação e ao reforço do posicionamento político das empresas.

A instrumentalização de posicionamentos políticos remete a um evento observado no campo, circunscrito a uma discussão com os profissionais da área de comunicação, que gerenciavam as redes sociais da cooperativa. Em agosto de 2020, obtive grande repercussão, nos meios de comunicação mais à esquerda do espectro político, uma ação de reintegração de posse de território Quilombo Campo Grande, ocupado, há vinte e dois anos, por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Nesse território, é produzido o café orgânico Guaiú, produto comercializado pela Cooperativa GiraSol. Assim, como a economia solidária e feminista, a reforma agrária e o direito pela terra são assumidos abertamente pela GiraSol. Tão logo a notícia da ação de despejo começou a circular nos grupos de WhatsApp, surgiu a necessidade de uma manifestação pública da GiraSol. De imediato, suas redes sociais passaram a compartilhar notícias sobre a ação de despejo que acontecia no Quilombo Campo Grande. Os profissionais de comunicação, externos à GiraSol, que gerenciavam suas redes sociais, nelas publicaram uma postagem autoral:

Semana passada deixamos claro aqui o nosso apoio ao Quilombo Campo Grande, que estava absurdamente sendo devastado pela polícia por ordem do governador de MG. A história teve um (triste) desfecho: a Escola Popular Eduardo Galeano - que ficava no local - foi demolida, o barracão onde as atividades da produção eram realizadas foi tomado e diversas famílias foram despejadas. É triste, é um crime, é um erro. São famílias que há anos cultivavam nessa terra e possibilitavam a entrega de alimentos

livres de agrotóxicos a muitas pessoas. É de lá que vinha o @cafeguaii, orgânico e agroecológico, comercializado aqui na GiraSol. Ressaltamos a nossa posição de resistência e de apoio ao Quilombo e à agricultura familiar. 🤝 Estamos juntos! (excerto coletado nas redes sociais da GiraSol, 28/08/2020).

A publicação *on-line* logo teve desdobramentos no cotidiano presencial do armazém. Consumidores perguntavam sobre o café Guaiú e o compravam. A análise apressada desse evento sugere que a publicação foi um sucesso, pelo menos comercialmente, entretanto ela não foi recebida nem avaliada desse modo. Diferentemente, gerou muitas contrariedades: “O pessoal da comunicação ainda não entendeu a GiraSol”; “Parece que a gente está aproveitando a situação para vender”; “A publicação não fala nada sobre a reforma agrária, o MST”. Evidentemente, defender a agricultura familiar é muito menos controverso e gera mais engajamento do que defender a reforma agrária. Contudo, associar o produto comercializado com a repercussão e a sensibilização provocadas pelas notícias da ação de despejo mostrou-se eficiente como estratégia de vendas. Essas [falsas] ilações colocam a GiraSol em posição isolada, como mera cooperativa de consumidores para consumidores, que segue as estratégias de *marketing* comumente adotadas pelas empresas.

Seria, no entanto, reducionismo analisar a GiraSol como uma organização autônoma, isolada, com fim em si mesma. Não se trata de dizer que a GiraSol estabelece parcerias com outras organizações, pessoas, entidades, como postulam as tradicionais teorias de redes de cooperação, mas que a GiraSol, como é ou está sendo, é efeito das organizações com as quais ela está amalgamada. A RESF é a mais significativa nessa trama de relações. Por isso o que delimito, arbitrariamente, como territórios da segunda *hinterland* é tão difícil de separar da GiraSol. Os posicionamentos que a cooperativa assume e defende não são só dela, pois circulam e ganham força na rede, ainda que as conexões possam estar eivadas de notórias contradições.

Aqui, é preciso considerar a singularidade do lugar na rede em que a GiraSol é performada. Tanto na RESF como na RedeCoop, a GiraSol é a única cooperativa de consumidores. Embora não seja sua única atuação, a organização do consumo, ou seja, a transformação das relações de consumo, especialmente nos espaços urbanos, é o elemento central na GiraSol. Quando conectada à rede, a GiraSol é engendrada na construção de mercados alternativos, em que a visão de mundo compartilhada possa ser materializada em práticas de comercialização e consumo. Os interesses que motivaram a retomada da GiraSol, em 2016, envolveram a compreensão de que, sem mercados alternativos ou redes agroalimentares alternativas, as multiplicidades de modos alternativos de produção eram jogadas à marginalidade das práticas dos mercados tradicionais e hegemônicos.

A (re)criação da GiraSol constituiu-se como o ‘elo perdido’ para a fabricação das redes de relações organizadas entre quem produz e quem consome. Esse ‘elo perdido’ da organização do consumo mostrou-se, porém, mais complexo do que a (re)criação de uma cooperativa de consumidores. As práticas de organização do consumo delineiam modos de cooperação distintos dos modos de cooperação engendrados nas práticas de organização de produção. Essa pode parecer uma constatação óbvia, inclusive para o próprio campo, mas, em meu processo reflexivo, ela foi umas conclusões mais doloridas, pois dilacerou minha utopia de que a organização do consumo seria o grande *driver* de uma transformação radical na relação que a sociedade estabelece com o alimento. Não se trata de desacreditar as potencialidades da organização do consumo para tamanha transformação, mas de suspeitar que a cooperação pode impulsionar a organização solidária do consumo.

A descrição do acontecimento relativo à publicação de apoio ao Quilombo Campo Grande desenha pistas acerca das contradições da GiraSol, pois ela se encontra em uma encruzilhada de constantes negociações, que, de múltiplas maneiras, tensionam sua própria existência. Entendida em seu entrelaçamento com a RESF, conectada na rede, a GiraSol ocupa um lugar de crítica, de alternatividade, de transformação do grande ‘guarda-chuva’ chamado de superestrutura capitalista. Na rede, posicionamentos, como economia feminista, reforma agrária, agroecologia, e a materialização das suas ideias-forças, operam, quer produzindo o tipo de relação desejável, quer desejando interromper modos de se relacionar até então vigentes.

A GiraSol não existe nem atua somente na trama de relações com a RESF e a RedeCoop, com quem comunga suas visões de mundo. A GiraSol, especialmente a 3.0, atua em mercados e, ainda que não seja seu objetivo, precisa disputar espaço (para não falar competir) para garantir a continuidade de sua existência. Declarar publicamente apoio ao Quilombo Campo Grande fez circular, na rede, outros sentidos que geraram efeitos distantes das proposições originais da GiraSol, mas, contraditoriamente, também geraram efeitos (vendas) desejáveis e necessários para continuidade de sua existência.

As pistas produzidas pelo entrelaçamento da RESF com a GiraSol levaram a dar maior atenção a dois aspectos: (i) a organização em rede e o lugar na rede que engendra a GiraSol; (ii) a dimensão política dessas relações. As pistas colhidas indicaram a relevância de investigar como as realidades performadas na e para a GiraSol aproximam-se, sobrepõem-se, afastam-se das realidades performadas na e para o entrelaçamento da GiraSol com a RESF. Assim, foi se desenhando mais uma pista interessante.

O Armazém GiraSol foi arquitetado como um espaço de comercialização da RESF, na Região Sul do Brasil. O armazém resultou do desejo da RESF e da GiraSol de construir um

espaço fixo de comercialização e de avançar em seus programas econômicos. O alimento orgânico é central nas estratégias comerciais da GiraSol, porém o armazém foi desenhado para também acolher o denominado ‘cantinho da RESF’ (Figura 12), espaço onde são expostos produtos – artesanato, confecção e biocosméticos – vindos dos empreendimentos de mulheres associados à RESF.



Figura 12. Cantinho da RESF no Armazém GiraSol

O evento de inauguração do Armazém GiraSol, intencionalmente acoplado à programação do Seminário Nacional da RESF, possibilitou a congregação de produtos originários de todas as macrorregiões do país. Assim, o armazém ostentava uma amostra da diversidade cultural e produtiva dos empreendimentos associados à RESF em todo o Brasil.

As primeiras observações, no cotidiano do Armazém GiraSol, levaram-me a acreditar que existia tessitura de uma rede logística de troca, comércio e circulação de produtos entre os empreendimentos associados à RESF em todo o Brasil. Estava, no entanto, profundamente enganado. Observações ulteriores conduziram-me à conclusão que a impraticabilidade de uma rede logística, que facilitasse a circulação em todo o território nacional, posicionou essa alternativa em segundo plano, nas estratégias comerciais da GiraSol. Reforço que meu percurso de pesquisa foi radicalmente transpassado pelo contexto da pandemia de Covid-19. Várias consequências derivaram desse episódio, cito duas. A primeira: o alimento, que já era central para a GiraSol, ganhou mais relevância e firmou-se na vanguarda das estratégias comerciais. A segunda: os poucos e precários canais de circulação foram enfraquecidos pelas restrições impostas pela pandemia. Nesse contexto, o ‘cantinho da RESF’ – espaço da diversidade cultural

e produtiva das diferentes macrorregiões do país – constituiu-se como uma prática isolada, possibilitada apenas pelo evento do Seminário Nacional da RESF.

A descontinuidade de uma prática não pode, no entanto, ser considerada *a priori* como enfraquecimento das relações entre RESF e GiraSol. Condições específicas – inexistência de rede logística consolidada e restrições pandêmicas – interromperam o fluxo de relações que permitia essa prática. Trata-se, portanto, de um nó de relações – que performa circuitos de comercialização nacionalmente – na trama que conecta RESF e GiraSol, que perdeu estabilidade e continuidade, talvez apenas momentaneamente. A compreensão dessa interrupção exige entender que, como explica Mol (2002), há relações entre as práticas e que as práticas existem – e desaparecem – com as tramas de relações precárias e instáveis em que são manipuladas. Aqui, o elemento localização geográfica performa diferentes realidades. Conquanto o objetivo da RESF seja a articulação nacional dos empreendimentos associados, a localização geográfica e as realidades que ela performa abriram possibilidades de acesso ao ‘cantinho da RESF’. As negociações existentes no entrelaçamento da RESF com a GiraSol possibilitaram que outros empreendimentos associados à RESF, situados especialmente no Rio Grande do Sul, usufruam do ‘cantinho da RESF’, no Armazém GiraSol.

Ao comentar essa situação com uma interlocutora vinculada à RESF, descobri que outros elementos produzem manipulações nessas relações, que ultrapassam a localização geográfica.

Porque o meu abastecimento eu só compro fora da GiraSol, o que a GiraSol não tem. E ainda tensiono a GiraSol, estou sempre brigando com o [*nome preservado*] e com a [*nome preservado*], porque na RESF a gente tem coisas que a GiraSol não vende e que eu preciso comprar de fora. Então, eu tensiono. E daí então entra na questão da informalidade, que a gente ainda não consegue resolver, então, está na nossa pauta (entrevistada E6).

A (in)formalidade²³ e os dispositivos legais que regem os padrões de qualidade do que é formal e do que é informal – em suas mais variadas ramificações: jurídica, fiscal, sanitária, técnica, certificação orgânica etc. – desenharam pistas relevantes para essa tese. As controvérsias que circunscrevem a (in)formalidade perpassaram diversos acontecimentos detectados durante a pesquisa e ganharam mais visibilidade quando foram investigados os

²³ O relatório “Informalidade na Economia Solidária”, publicado pelo DIEESE (2015), resgata dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), que mapeou 19.708 estabelecimentos de economia solidária (EES), entre os anos 2009 e 2013, em todo o Brasil. Do total de EES mapeados, mais da metade (50,4%) eram informais, evidenciando a presença da (in)formalidade na produção de realidades na Economia Solidária no Brasil.

territórios da terceira *hinterland*. Ressalto que a (in)formalidade e as realidades por ela performadas são pontos de passagem obrigatórios para a compreensão das relações da GiraSol com a RESF. Analisar as realidades performadas pelo elemento (in)formalidade ajuda a entender a GiraSol e suas relações com a RESF.

As intervenções do elemento formalidade não figuram apenas como uma trama de relações comerciais (interrompidas), mas também como elementos políticos no entrelaçamento da RESF com a GiraSol. São intervenções no modo como muitos empreendimentos associados à RESF ganham, especialmente do Estado, legitimidade e ‘existência’, podendo ou não estabelecer relações com a GiraSol. A clivagem produzida pelo critério formalidade evidencia que reivindicar a existência, processo complexo por si só, adquire diferentes nuances diante dos Outros, que estão engendrados nas realidades produzidas pela RESF e não estão – ou não podem estar – engendrados nas realidades orquestradas pela GiraSol. Essa é uma pista da dimensão política produzida pelo entrelaçamento da RESF com a GiraSol.

Há diferentes realidades que coexistem, colidem, colaboram e interferem umas com as outras e relatam as práticas que enactam (in)formalidades. A RESF constitui-se na existência de possibilidades, de diferenças, na concepção de que as coisas podem ser organizadas de maneiras diferentes, e celebra a diversidade da “produção da vida a partir da autogestão” (entrevistada E6). Os enquadramentos formais ou informais ganham pouca relevância na RESF. Na GiraSol, dispositivos legais, que regem quais estabelecimentos podem ser considerados formais ou não, conformam as relações passíveis de acontecer e as que devem ser interrompidas. É importante destacar que não se trata [apenas] de escolhas, pois, como propõe Mol (2002), as escolhas não decorrem somente das várias maneiras de fazer coisas, elas são também efeito de momentos e de contextos nos quais podem ser levadas em consideração.

A (in)formalidade está na encruzilhada de diversas práticas. Na GiraSol, a ausência da formalidade mobiliza discursos e ações que tentam formalizar o que é informal. Muitos são os registros no diário de campo que contemplam esse discurso: “O problema que eles não têm nenhuma formalização”; “Eles não conseguem emitir nota para vender para a GiraSol”; “Será que eles não conseguem abrir um MEI para poder vender para a gente?”; “A produção deles não tem certificado de orgânico”. Logo, o diagnóstico desdobra-se na necessidade de atuar como assessoria para que os empreendimentos [ainda] informais adquiram formalidade e possam, assim, estabelecer relações comerciais com a GiraSol. As observações empíricas não registraram nenhuma praticabilidade além do discurso do desejo de atuar na assessoria aos empreendimentos informais. No entanto, há atravessamentos que conferem relevância a esse discurso. Um deles corresponde aos critérios elementares para composição da rede de

fornecedores da GiraSol que, deliberadamente, priorizam empreendimentos cooperativos e associativos de menor porte e menos estruturados. Exatamente nesses empreendimentos menores reside a informalidade da economia solidária, como mostra o relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015).

A ‘escolha’ comercial da GiraSol articula relações com a (in)formalidade, porém, elas são complexas e atuam silenciosamente na rede. Os conceitos de multiplicidade e de alteridade (Law, 2004; 2007; Law & Lien, 2013; Mol, 2002) tornam visíveis as realidades performadas pelo Outro dessas realidades que, engendradas pela ausência da formalidade, não estão visivelmente conectadas nem produzem diferenças na GiraSol. Na GiraSol, a informalidade é instituída como um obstáculo às práticas comerciais, em consequência, de acordo com os dispositivos legais, ela precisa ser transformada em formalidade. Torna-se necessário formalizar o informal. Na RESF, a informalidade é performada como mera característica de sua experiência. A informalidade é tensionada para além de sua contraposição ao formal, cujo pano de fundo é a inaptidão para ligação dos fatores produtivos aos dispositivos legais de formalidade do Estado, os quais servem à dinâmica da economia capitalista. Apesar de partilharem mesmas raízes ideológicas, a (in)formalidade performa realidades distintas na RESF e na GiraSol. Mais uma vez, a GiraSol é colocada na encruzilhada de constantes negociações, que, de múltiplas maneiras, tensionam sua própria existência.

Reitero que não se trata de escolhas. A sociomaterialidade das relações que performam a GiraSol como uma cooperativa que existe e atua na dinâmica da economia capitalista, amparada pelo Estado, produz realidades distintas daquelas da RESF, a qual se constitui como uma rede de empreendimentos da economia solidária e feminista. Contudo, não há apenas diferenças, existem também sobreposições de realidades. Ainda que produza práticas distintas, a informalidade, tanto na RESF como na GiraSol, não é entendida como um indicador de atraso de um empreendimento que ‘não deu certo’. O produto do fazer efetivado na formalidade não recebe maior importância do que o produto do fazer efetivado na informalidade. Nem mesmo a formalidade garante acesso à RESF e à GiraSol. O que permite o acesso de um empreendimento à RESF e à GiraSol não são os limites do formal e do informal conferidos pelo Estado, conquanto eles possam limitar práticas comerciais.

A (in)formalidade é elemento importante para compreender o entrelaçamento da RESF com a GiraSol e que a tessitura dessa trama de relações entre elas é fortemente enlaçada por dispositivos legais do Estado, os quais regem a qualidade da (in)formalidade. As diferentes práticas produzidas pela (in)formalidade ganham outros elementos e complexidades na terceira

hinterland, quando a discussão é deslocada especialmente para a qualidade do produto orgânico.

Sugiro aqui, no entrelaçamento da GiraSol com a RESF, que formal e informal não correspondem a estados naturais, mas são efeito, resultado de processos negociais e de conflitos. Não se trata de elementos determinísticos. Há muita performatividade nos modos como as (in)formalidades são enquadradas, os critérios são moldados e os empreendimentos e os produtos são ‘empurrados e puxados’ para uma forma ou outra. A (in)formalidade produz pistas para compreender a cooperação como relações políticas e ideológicas, perpassadas pelos interesses de quem os (re)cria, trazendo consigo possibilidades e limitações de mundos. Relações políticas manifestam-se na trama de relações que constituem a cooperação performada para e na GiraSol. Como explica Mol (1999), os vínculos relacionais que circulam pela rede, como os entrelaçamentos da GiraSol com a RESF, ocasionam constantes negociações a respeito das condições de criação e recriação de realidades.

De certo modo, é possível sustentar que as relações tornam-se mais legítimas não só pela quantidade de aliados arregimentados, mas também pela matriz política na qual estão estabilizadas. Ao direcionar o olhar para esse processo, que constantemente articula quem pode ou que tipo de relação pode se conectar com a GiraSol, observam-se negociações, contestações e concordâncias, que antecedem a formação das práticas e evidenciam jogos de poder que geram modos de organizar e cooperar na GiraSol e na rede na qual ela é engendrada.

4.2 A ASSOCIAÇÃO DA REDE DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL

Para descrever os processos que circunscrevem a criação da Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop), é preciso conectá-los à emergência dos mercados institucionais para a agricultura familiar. Na última década, várias nações conceberam iniciativas de compras públicas de alimentos, a fim de usar o poder de compra do governo e a demanda regular por alimentos como um instrumento político para promover o desenvolvimento sustentável (Swensson & Tartanac, 2020). Essas iniciativas, também denominadas compras institucionais de alimentos, incluem a aquisição de alimentos para merenda escolar, hospitais públicos, prisões, universidades, restaurantes de prédios públicos etc. (Swensson, Hunter, Schneider, & Tartanac, 2021).

Segundo Grisa e Schneider (2014), a emergência dos programas de compra institucional de alimentos de agricultores familiares está atrelada à nova geração de políticas, que

desenvolvem cadeias curtas de comercialização e aproxima produtores e consumidores, como estratégia de fortalecimento da segurança alimentar e ampliação da renda dos agricultores familiares. O argumento da influência dos programas de compras públicas, na organização social da agricultura familiar, foi fortemente reforçado pelos interlocutores da pesquisa, entretanto estudos têm aventado movimentos de retroalimentação entre política pública e organização social da agricultura familiar no Brasil (Procedi, 2019; Oliveira, Grisa, & Niederle, 2020). O importante aqui é compreender como os programas de compras públicas performam [novos] modos de organização social da agricultura.

Em 2003, foi elaborado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aliado ao conjunto de estratégias intersetoriais de combate à fome e à pobreza, por meio do Programa Fome Zero e das ações do plano Brasil Sem Miséria, visando articular a compra de alimentos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar para a população em vulnerabilidade social. Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite (2010) destacam que a instituição do PAA pela Lei 10.696 de 02 de julho de 2003 (Brasil, 2003c) resultou da confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. O primeiro refere-se às discussões acerca da segurança alimentar e nutricional, intensificadas desde o final da década de 1980, as quais encontraram maior espaço no governo Lula, a partir de 2003. O segundo assenta-se no reconhecimento da categoria sociopolítica da agricultura familiar, que ganhou expressão com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, mas que permaneceu à margem das estratégias de desenvolvimento nacional, pelos efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura e pelas consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social brasileira.

Em 2012, com a promulgação do Decreto 7.775, de 04 de julho de 2012 (Brasil, 2012), foi regulamentada a modalidade do PAA denominada Compra Institucional, que ampliou as possibilidades dos mercados institucionais, permitindo a estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirirem alimentos da agricultura familiar, através de chamadas públicas, com recursos financeiros próprios e com dispensa de licitação. Tal alteração no PAA possibilitou o acesso a mercados alimentares demandados por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros (Grisa & Schneider, 2014).

Na mesma esteira da chamada nova geração de políticas públicas da agricultura familiar (Grisa & Schneider, 2014), que criou o PAA, foi elaborado, no ano de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei 11.947 de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009). O PNAE transfere, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE), recursos financeiros do governo federal a estados, distrito federal e municípios, para a aquisição de alimentos destinados aos alunos do ensino básico da rede pública. Apoiado na mesma estratégia do PAA – conectar a produção local da agricultura familiar ao consumo, através de mercados institucionais –, o PNAE determina que, do total dos recursos repassados pelo FNDE no domínio do PNAE, no mínimo 30% devem ser utilizados na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar e/ou de suas organizações (Brasil, 2014).

O PAA e o PNAE são programas conectados pelos objetivos de promover ações de segurança alimentar e nutricional e de desenvolver a agricultura familiar (Ávila, Caldas, & Assad, 2013; Belik & Domene, 2012; Belik & Fornazier, 2016; Cunha, Freitas, & Salgado, 2017; Grisa & Schneider, 2014; Mattei, 2007). Nesse encontro, expandem-se os mercados institucionais para a agricultura familiar, agenciando a comercialização de alimentos para escolas públicas, equipamentos públicos de alimentação e entidades socioassistenciais que dispõem de recursos do Estado (Cunha et al., 2017). Oliveira et al. (2020) sustentam que, para além da esfera política, os programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar promovem a reconexão entre produção, processamento, distribuição e consumo, atalhando pontos de passagem das cadeias agroalimentares industriais. Mais do que contratos de compra e venda de alimentos, os programas de compras públicas da agricultura familiar delineiam processos de interação, articulação, negociação, cooperação e modos organizativos em um amplo quadro de atores (Grisa & Schneider, 2014). Na literatura, há diversos estudos que se dedicaram a compreender como os programas de compras públicas possibilitaram a existência de mercados conectados aos territórios, valorizadores de identidades, promotores da diversidade e com potencial para contribuir no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis (Chiodi, Almeida, & Assis, 2022; Sonnino, 2019; Sonnino, Spayde, & Ashe, 2016).

No Brasil, deliberadamente, as políticas públicas de fortalecimento dos mercados institucionais foram associadas à criação, à estruturação e ao fortalecimento das organizações cooperativas da agricultura familiar (Grisa et al., 2010; Porto, 2014). No Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, estão definidas duas finalidades do PAA, no campo do cooperativismo: (i) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; (ii) estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2012). O cooperativismo não é colocado em cena por mero acaso. De modo quase unânime, os interlocutores da pesquisa reforçaram o papel do PAA e do PNAE na formação das cooperativas. Esse efeito agrega-se a vários contextos já pesquisados (Chiodi et al., 2022; Costa, Amorim, & Silva, 2015; Cunha et al., 2017; Freitas,

Freitas, Coelho, & Dias, 2011; Oliveira et al., 2020). No caso da RedeCoop, das quarenta e quatro cooperativas filiadas, quarenta e uma foram criadas após a implementação do PAA. Assim, apoiado pela literatura e fortemente reforçado pelo campo, tenho pistas sobre o papel dos programas de compras públicas na organização dos agricultores e dos processos comerciais e produtivos na agricultura familiar.

E aí, então, a partir de então, as cooperativas começaram a se estruturar. Mas existiam grandes desafios, principalmente logísticos, porque os agricultores, até então, nunca tinham pensado em abastecer as cidades. Sempre tinham pensado, as próprias cooperativas, sempre tinham pensado em plantar. E esse sistema agroalimentar que passava pelo CEASA, ele terceirizava o abastecimento para terceiros mesmo. De fato, que isso era tomado por atravessadores, que são atravessadores até hoje. Como então que a agricultura familiar ia conseguir fornecer diretamente? (entrevistado E10).

As compras públicas impulsionam nova organização social, política, econômica da agricultura familiar. Em um sistema agroalimentar convencional, há pouco protagonismo do agricultor nos processos de comercialização da produção. Por isso, o repertório legal dos programas de compras públicas requer o fortalecimento das organizações cooperativas e associativas da agricultura familiar. Não bastava apenas comprar o alimento produzido pelo agricultor, era preciso criar novos modos organizativos da agricultura familiar para atender a demanda advinda da PAA e, posteriormente, do PNAE.

Historicamente, as cooperativas participaram do plano organizativo da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul. A primeira cooperativa do setor agropecuário no Brasil, datada em 1892, denominada *Società Cooperativa dele Convenzione Agricoli*, localizou-se no município de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul. O cooperativismo do final do século XIX e início do século XX foi introduzido como estratégia para superar as situações de desamparo em que viviam os imigrantes europeus (Gaiger, 2013). Nas décadas de 1960 e 1970, ele se expandiu exponencialmente no setor agrícola gaúcho, impulsionado pela ampliação dos mercados de trigo e soja *in natura* e pelas políticas de modernização da agricultura implantadas, no Brasil, na década de 1970. Conforme Delgado (1985), essas cooperativas mostraram forte tendência a se tornarem grandes empresas, ligadas não somente à comercialização de produtos, mas também à agroindustrialização, projetando diversificar suas atividades. Benetti (1992) expõe que, embora o cooperativismo tenha lançado suas raízes na estratégia de sobrevivência de pequenos agricultores, sua rápida expansão, no estado do Rio Grande do Sul, teve participação expressiva dos chamados ‘granjeiros’, na grande maioria fazendeiros e estancieiros dedicados à pecuária extensiva, e dos produtores empreendedores, que queriam investir em

máquinas e equipamentos modernos e dedicavam-se à produção especializada em grande escala, visando ao mercado.

As cooperativas agropecuárias passaram a agir como agentes intermediários da comercialização (Santos, 1978; Delgado, 1985) e converteram o cooperativismo em um mecanismo de aliança empresarial, extremamente sensível ao poder econômico. Gaiger (2013, p. 216) explicita que “tais cooperativas resumiram-se a uma modalidade de empresa econômica, visando a reforçar o poder de classe dos produtores rurais e a garantir melhor barganha dos recursos públicos”. Singer (2001) descreve as cooperativas agropecuárias tradicionais como organizações centralizadoras e autocráticas, com reduzidos vínculos entre direção e cooperados.

Entre os inúmeros desdobramentos do cooperativismo tradicional, a consequência mais desastrosa foi o movimento de ‘quebradeira’ das cooperativas agropecuárias, desde a segunda metade da década de 1980. Crúzio (1999) escreveu um artigo intitulado “Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?” no qual, sumariamente, concluiu: “Trata-se das superestruturas cooperativistas, complexas demais para atender aos objetivos-fins da associação de cooperados” (Crúzio, 1999, p. 25). Tragtenberg (2004) identificou que um dos principais problemas das organizações cooperativas era a tendência de se tornarem empresas convencionais. Para ele, a falta de lastro ideológico conduziu as cooperativas a perderem, gradualmente, as características que as distinguiam de uma empresa tradicional, com fins exclusivamente lucrativos. Conforme Gaiger (2013), o cooperativismo agropecuário tradicional, que marcou o século XX, foi perdendo seu lastro social e político por causa da centralização do poder e pela metamorfose de instrumentalizações, como um esquema empresarial de desoneração de custos sociais.

Na atualidade, o cooperativismo agropecuário predominante no Brasil tem reproduzido o domínio de uma elite rural promotora da economia agroexportadora (Costa et al., 2015), estando fortemente marcado por grandes cooperativas com modelo empresarial. Gaiger (2013) atribui esse quadro a uma política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores cooperativados no meio rural. Esse tipo de cooperativismo surge como elemento importante para a compreensão do que os interlocutores da pesquisa chamam de ‘novo cooperativismo das compras públicas’.

Então, assim, se a gente pensar que cooperativismo, mil novecentos e pouquinho, aqui no Brasil, a gente vai pensar que teve aquele processo mais produtivista das tritícolas e de cooperativismo ligado à empresa. E a gente tem uma certa lacuna aí, né? E a partir de dois mil e pouco com as políticas públicas a gente volta com o cooperativismo mais basal da agricultura familiar (entrevistado E12).

O ‘novo cooperativismo das compras públicas’ ou ‘basal da agricultura familiar’ distingue-se do cooperativismo agropecuário tradicional do século XX. Em uma análise dualista e simplista, o ‘novo cooperativismo’ apresenta-se como oposição ao modelo das conhecidas ‘*cooperbusiness*’ ou ‘coopergatos’ (Tauile, Rodrigues, Vilutis, Faria, 2005). Duas das características que marcam o ‘novo cooperativismo’ interessam-me especialmente: (i) ele está fortemente arraigado às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, em ascensão desde 2003; (ii) ele se constitui na organização formal de agricultores familiares, orientados pelo cooperativismo solidário. Merecem destaque também as novas estratégias organizativas orquestradas pelos agricultores para inserção nos novos mercados institucionais. Nas discussões que circunscrevem a terceira *hinterland*, o ‘velho’ e o ‘novo cooperativismo’ ganham outros elementos interessantes. Aqui, é preciso compreender como as compras públicas (re)acenderam um movimento cooperativista na agricultura familiar, que se distancia do cooperativismo agropecuário tradicional, ao mesmo tempo que se assenta em suas ruínas.

Diferentemente do cooperativismo agropecuário tradicional, caracterizado por grandes organizações cooperativas, o ‘novo cooperativismo’ na agricultura familiar, que nasceu com os programas de compras públicas, organiza-se em cooperativas de pequeno e médio porte, as quais se constituem como organizações ligadas ao desenvolvimento local. No entanto, o ‘novo cooperativismo’ não está à parte das contradições que circunscrevem historicamente o cooperativismo alternativo ao capitalismo, pois (re)existe nele. Tão logo surgiram as demandas dos programas de compras públicas, os processos logísticos por eles requisitados, como entregas em múltiplos territórios, evidenciaram vantagens indubitáveis das operações de larga escala em relação às de pequena escala.

No capítulo precedente, descrevi as dificuldades logísticas enfrentadas pela GiraSol 2.0, devido à pequena escala do sistema das compras programadas. Aqui, a organização logística ganha contornos diversos e constitui-se como elemento significativo para compreender a criação da RedeCoop. O excerto de uma conversa que tive com um dos interlocutores da RedeCoop retrata os desafios logísticos que os programas de compras públicas propuseram às cooperativas da agricultura familiar:

Eu: E como vocês tiveram a ideia de criar uma rede?

Interlocutor: No início as cooperativas tinham dificuldades para executar os projetos em alguns municípios. Daí a gente começou a se perguntar como é que as empresas que entregavam nas escolas conseguiam ter viabilidade. E aí a gente viu que esses caras, eles se juntavam e entregavam tudo em um caminhão só. Entregavam tudo junto. Não ia cada um entregar o seu, como a gente fazia no início. Então a gente pensou: vamos fazer igual. Aí três cooperativas começaram a juntar as entregas e pagar a prestação de serviços um para o outro (diário de campo, 23/09/2020).

A criação da RedeCoop foi consequência, em parte, das dificuldades logísticas e de comercialização das cooperativas da agricultura familiar, que atuavam, isoladamente, no atendimento às demandas dos mercados institucionais. Diferente, porém, das cooperativas agropecuárias do século passado, que se constituíam como grandes estruturas organizacionais, que visavam ao crescimento e ao domínio de mercado, muitas vezes incorporando cooperativas de menor porte, as cooperativas do ‘novo cooperativismo’ constituem-se como organizações locais e coletivas dos próprios agricultores. A COOMAFITT, por exemplo, que tem protagonismo na tessitura das práticas de intercooperação e na constituição da RedeCoop, mostra no próprio nome o apego ao território ao qual ela se conecta.

No estatuto, ela está como Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, que são os três municípios, onde define o território de abrangência da COOMAFITT. Então, ela já foi pensada nesse modelo também, porque é para a COOMAFITT atender os agricultores daqui dessa região e não se tornar daqui a pouco uma grande cooperativa que vai ter associados em todo o estado e vai deixar de atender as pessoas aqui dos nossos municípios (entrevistado E11).

Considero esse o principal elemento que aflorou, no percurso de pesquisa, para separar o ‘velho cooperativismo’ do ‘novo cooperativismo’ da agricultura familiar. Tal elemento, porém, também assenta as cooperativas do ‘novo cooperativismo’ frente à contradição que circunscreve o problema da escala de produção. Embora exista uma aparente correlação negativa entre porte e organicidade das cooperativas, a escala é um forte elemento para o engendramento de processos logísticos que se refletem na viabilidade operativa das organizações. Frente a tal contradição, as estratégias mobilizadas pelas cooperativas da agricultura familiar produzem o segundo elemento que as distingue daquelas do ‘velho cooperativismo’. A busca por ganhos de escala, que conferissem vantagens e viabilidade às cooperativas da agricultura familiar frente aos mercados institucionais, incubou alianças estratégicas com outras cooperativas, sobretudo ações conjuntas que viabilizassem processos logísticos.

Porque a COOMAFITT tinha dificuldade de executar projetos em alguns municípios, porque ela saia só com a banana. Então a banana é o carro chefe, não só da COOMAFITT, mas pensando em termos de região. E se tu vai para entregar um, dois produtos, tu nunca vai conseguir encher um caminhão. Agora se tu pega a banana, pega a maçã que vem da Serra, pega a cebola que vem de uma outra região, isso já vai dando condição, vai enchendo o caminhão e isso dá viabilidade. Porque todo mundo divide o custo e isso se torna mais viável de ser executado, que é um processo da rede, começa muito por isso e vai aí fortalecendo, criando relações com outras cooperativas, né? E aí a gente consegue chegar também a outras regiões do estado (entrevistado E11).

Nas dificuldades cotidianas com os processos logísticos e no olhar para as experiências de indústrias e atacadistas, já atuantes nos mercados institucionais, as cooperativas da agricultura familiar encontraram novos modos de se organizar. Por exemplo: o compartilhamento de fretes ganhou especial atenção. Como explicou um interlocutor, as práticas de organização em rede ou de intercooperação foram anteriores à criação formal da RedeCoop.

A pesquisa foi produzindo pistas das estratégias testadas e aperfeiçoadas pelas cooperativas, na organização de uma rede logística comum e de gestão dos custos de distribuição que abarcasse a demanda dos mercados institucionais. Assim, anteriormente à criação formal da RedeCoop, as cooperativas da agricultura familiar organizaram-se em centrais de cooperativas. A estruturação de uma cooperativa central apresenta vantagens indubitáveis em relação à cooperativa singular, na participação em chamadas públicas dos mercados institucionais. As centrais podem ser consideradas congregações de cooperativas que se articulam coletivamente, assim como na RedeCoop, porém constituem arranjos menos complexos. Uma de suas principais vantagens reside na possibilidade de troca de produtos entre as cooperativas, propiciando, por exemplo, que a banana produzida, na Região do Litoral gaúcho, por agricultores associados à COOMAFITT, seja fornecida na alimentação escolar de municípios da Região Noroeste.

A estratégia de conectar produtos e serviços entre as cooperativas das diferentes regiões foi a incubação da RedeCoop, porém sua criação formal está circunscrita por outros elementos. Oliveira et al. (2020), que analisaram a organização da RedeCoop na construção social dos mercados institucionais para a agricultura familiar, destacam duas políticas públicas ligadas à fundação da RedeCoop. A primeira prende-se ao Programa de Extensão Cooperativa, instituído, em 2011, pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, que reorganizou a estrutura da EMATER e criou as Unidades de Cooperativismo. A segunda, destacada por Oliveira et al. (2020), corresponde ao Programa ATER Mais Gestão, criado, em 2012, pelo governo federal, visando à qualificação dos processos de gestão das cooperativas da agricultura familiar. Essas políticas públicas possibilitaram apoio e assistência técnica que estimularam relações estratégicas de intercooperação das cooperativas da agricultura familiar no atendimento, principalmente, às demandas dos mercados institucionais (Oliveira et al., 2020).

Em 2015, um seminário estadual do Programa Mais Gestão fomentou os primeiros diálogos para institucionalização de uma rede logística de cooperativas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Em junho de 2017, foi criada oficialmente a RedeCoop, adquirindo personalidade jurídica de associação. Como expresso em material de divulgação e validado por

interlocutores da pesquisa, o principal objetivo da RedeCoop é “promover a intercooperação ao conectar cooperativas da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e empreendimentos da economia solidária do estado para abastecer mercados institucionais e privados com alimentos de qualidade” (documento recuperado). A RedeCoop articula quarenta e quatro cooperativas, que somam mais de doze mil famílias de agricultores, presentes em trinta e um municípios gaúchos.

A RedeCoop não atua diretamente nos processos de comercialização e nas chamadas públicas dos mercados institucionais. Cada cooperativa ou central de cooperativa institui seu próprio regimento e tem autonomia na definição das estratégias de comercialização. Esse é um dos elementos que diferenciam as centrais de cooperativas da RedeCoop. A atuação da RedeCoop concentra-se na organização das cooperativas e das centrais de cooperativas em uma rede logística compartilhada, que intenta viabilizar o atendimento às demandas dos mercados institucionais, em diferentes regiões do estado. Ou seja, cada cooperativa ou central de cooperativas institui, independentemente, seus processos organizativos, ainda que esteja conectada à RedeCoop (Figura 13).



Figura 13. Organização logística da RedeCoop

Fonte: arquivo da RedeCoop.

No plano operacional, a intercooperação coordenada pela RedeCoop possibilita a diversidade de processos logísticos. A organização em rede comporta, entre outros, os processos denominados ‘logística seca’, a qual, segundo um interlocutor, significa: “Tu levar

até o ponto, que é até uma cooperativa parceira. E a partir disso, a logística de distribuição ponto a ponto, é feita pela cooperativa local. Então, isso que viabilizava” (entrevistado E11). As práticas de logística seca possibilitam, por exemplo, que a laranja produzida por agricultores da Região Norte do Rio Grande do Sul seja entregue na Região Central sem que o produtor preocupe-se com a logística de distribuição e de entrega local. Visto que os mercados institucionais, como o PNAE, requerem entregas em diversos pontos, o custo logístico para efetivá-las em locais distantes daqueles de produção praticamente inviabiliza, por exemplo, que uma cooperativa da Região Norte do estado atenda a demanda da Região Central. A distância é um dos elementos relevantes nos processos logísticos.

Avaliando os processos de intercooperação, uma percepção equivocada poderia indagar sobre os motivos de cooperativas locais colaborarem com cooperativas de outras regiões: por que as cooperativas locais não atendem à demanda dos mercados institucionais locais ‘eliminando’ possíveis ‘concorrentes’ provindos de outras regiões? O percurso de pesquisa levantou pistas para responder a esse questionamento.

A organização logística performada para e na RedeCoop (Figura 13) abrange dois elementos relevantes no sistema agroalimentar do Rio Grande do Sul: diversidade produtiva e sazonalidade, os quais são explicados, em parte, pelas características geográficas e climáticas. “A gente consegue morar num estado que tem produção de maçã que é de clima frio, muito frio e produção de abacaxi, que é de clima tropical, no mesmo estado. E isso em uma diferença de setenta, oitenta quilômetros de distância” (entrevistado E10). Isso se reflete no cotidiano da GiraSol: frutas cítricas são colhidas no outono/inverno; pinhão, no início do inverno; cebola, no período de primavera/verão, conseqüentemente, não é possível a GiraSol ter disponibilidade desses e de outros produtos sazonais, durante os 365 dias do ano, se restringir-se à produção local.

A diversidade e a sazonalidade não determinam somente o consumo de alimentos, pois, no âmbito do rural, elas impulsionam práticas singulares de agricultura, de cultivo e de produção.

Por exemplo, a região de Erechim e companhia no Alto Uruguai, tem uma grande produção de citros e fruticultura, mas também tem uma grande produção de farinha de trigo, de farinha de milho, né? Tu vai mais pra região, por exemplo, do Noroeste, fronteira, tem uma grande produção de carne. Tu desce para a Região Central, tem uma grande produção de arroz. Aí tu desce pra Região Metropolitana continua sendo o arroz. A Região Sul tem fruticultura, pêssego, milho, né? Tem também grãos na Região Sul. A Região do Litoral, frutas e hortaliças em geral, mas tem uma fruta específica que é a banana que tem grande potencial de produção. A Região da Serra tem a fruta específica da maçã que tem grande potencial de produção (entrevistado E10).

Através de diferenças como as de clima e geografia, se estabelece um *quantum* de modos produtivos e, conseqüentemente, de organizativos. Na palavras de um entrevistado: “Se todo mundo só comesse maçã na Serra e todo mundo só comesse banana no Litoral, de manhã, de meio-dia e de noite, ninguém ia conseguir comer toda a produção de banana do Litoral e ninguém ia conseguir comer toda produção de maçã da Serra” (entrevistado E10). As cadeias agroalimentares industriais historicamente fazem uso de uma logística que conecta diferentes territórios a grandes centros de consumo. As tradicionais CEASAs²⁴ são um exemplo dessa organização logística.

A constituição de redes logísticas das cooperativas da agricultura familiar, assentadas em práticas de cooperação, torna-se, portanto, fundamental na organização da diversidade produtiva e no atendimento das demandas advindas dos programas de compras públicas. Mesmo que as cooperativas venham a ‘concorrer’ umas com as outras na oferta de determinados produtos, é possível organizar a diversidade produtiva da agricultura familiar no estado e atender as demandas dos mercados institucionais em todas as suas regiões.

Os mercados institucionais e os processos logísticos requeridos por eles forjaram a RedeCoop, porém o entrelaçamento entre a RedeCoop e a GiraSol derivou de outras vertentes. Eles aconteceram notadamente em consequência da redução dos investimentos em programas e compras públicas. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento mostram o decréscimo dos investimentos federais direcionados ao Programa de Aquisição de Alimentos. Em 2012, o PAA alcançou o ápice de investimentos com 586 milhões de reais. Em 2017, apenas 124 milhões foram direcionados ao PAA. Parêntese de alerta ao leitor: poderia dedicar algumas páginas à tessitura de críticas às políticas catastróficas do governo Bolsonaro no que tange à segurança alimentar e nutricional. Entretanto, dados do inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), resumem minha indignação: 55,2% dos lares brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020.

Nas relações com a GiraSol, a RedeCoop ocupa lugar de destaque em dois eventos no campo de pesquisa. Primeiro, a organização das cooperativas da agricultura familiar, que precede a criação da RedeCoop, foi fundamental no processo de retomada da GiraSol e cumpriu papel seminal nas negociações comerciais com os agricultores e suas organizações. Segundo, a

²⁴ No Rio Grande do Sul, a CEASA/RS (Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul) é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Segundo dados disponíveis no *site* da instituição, ela conta com 2.184 produtores e 311 empresas atuantes.

articulação do Centro de Distribuição GiraSol que, no entrelaçamento com a RedeCoop, foi pensado como um entreposto para que as cooperativas da agricultura familiar, sediadas fora da capital gaúcha, pudessem usufruir de um espaço logístico.

Nessa trama, a RedeCoop é performada como o elo que conecta a GiraSol diretamente com os agricultores e suas organizações. Na RedeCoop, a GiraSol foi proposta como uma experiência de abertura de novos mercados frente ao cenário de decadência dos programas de compras públicas. A instabilidade dos mercados institucionais força, de algum modo, as cooperativas da agricultura familiar a adentrarem os mercados privados. A pandemia de Covid-19 acelerou drasticamente esse movimento, mas o desgaste das engrenagens das compras públicas já sinalizava isso muito antes. Para comercializar suas produções, os agricultores e suas organizações ‘inventaram’ estratégias que vão de vendas locais através do WhatsApp a entregas para grandes redes de supermercados. Por conseguinte, uma experiência como a GiraSol é um enclave privilegiado para o surgimento de novas relações das cooperativas da agricultura familiar com os mercados privados. No entanto, não se trata de mercados convencionais, pois a GiraSol não é um mero espaço de comercialização de alimentos. Em seu processo de retomada, evidencia-se que ela é Outra no sistema agroalimentar.

Os próprios atores da RedeCoop e da Rede de Economia Solidária e Feminista, também: ‘Vamos sentar, porque nós precisamos construir um canal de comercialização em Porto Alegre que fuja da outra referência que é o padrão da grande cadeia dos supermercados, que daí o processo é draconiano’. Para essas agroindústrias e cooperativas conseguirem se inserir no sistema das grandes cadeias de supermercado, ele é aviltante. As condições são insuportáveis, mesmo para os agricultores minimamente estruturados, quicá os que ainda não tem estrutura logística, ou escala (entrevistado E5).

As pistas que colhi durante pesquisa levaram-me a rascunhar ilações precipitadas no diário de campo, deduzindo que, diferentemente da RESF, a RedeCoop está desenhada de acordo com a visão instrumental da rede. A organização parecia se constituir pelo atingimento de determinados fins e sua dimensão, supostamente intrínseca, de politização parecia se manifestar como elemento positivo, porém residual em sua constituição. De algum modo, interlocutores reforçaram essas ilações precipitadas: “A grande solda da RedeCoop é de fato as articulações comerciais e logísticas das cooperativas, de uma forma de dar uma viabilidade extremamente maior” (entrevistado E10). Talvez por uma ingenuidade – ou arrogância própria do administrador – ficava surpreso com as comparações [simplórias], que eu mesmo estava rascunhando, entre a RESF e a RedeCoop. Uma suposta supremacia dos elementos instrumentais na constituição da RedeCoop, como a organização logística e instrumental,

sempre esteve em suspeição no decorrer da pesquisa. Parecia haver algo a mais do que a mera análise de que a logística e a comercialização constituíam o eixo central dos processos organizativos na RedeCoop. Avançando no estudo, essas ilações precipitadas sofreram drásticas torções. Não há pretensão despolitizada no entrelaçamento da RedeCoop com a GiraSol. Há elementos simbólicos, afetivos, de política e poder envolvidos, que performam uma rede na qual circula, sobretudo, alimentos, mas não somente. A organização criada pela RedeCoop é fundamental para compreender a rede agroalimentar alternativa e, para compreender toda a sua força, é preciso olhar para as cooperativas da agricultura familiar.

A RedeCoop foi ganhando *status* de território de pesquisa, que integra a segunda *hinterland*, principalmente por se constituir, na rede, como caminho que levava às cooperativas da agricultura familiar. Não se trata de subestimar as relações da RedeCoop com a GiraSol, mas de evidenciar que a RedeCoop é também uma trilha que conecta a GiraSol com as cooperativas da agricultura familiar (terceira *hinterland*). As *hinterlands* são uma abstração construída no entrelaçamento do pesquisador com o campo empírico e adotada como conceito/dispositivo analítico para expressar os modos pelos quais a rede pesquisada foi sendo performada nos diferentes momentos de imersão em campo. Bagunçando as fronteiras das *hinterlands*, os entrelaçamentos entre a GiraSol e a RedeCoop, na paridade de seu peso analítico, fazem da segunda um processo de conhecimento minucioso e refinado também das cooperativas da agricultura familiar.

4.3 A DIMENSÃO POLÍTICA DA COOPERAÇÃO: AS MÚLTIPLAS REALIDADES COMPONDO MUNDOS

Nas discussões que circunscrevem a primeira *hinterland*, analisei como a cooperação e a organização são engendradas no cotidiano da GiraSol. A cooperação dialógica, nos termos de Sennett (2012), emergiu como uma prática que fomenta a cooperação na experiência da diferença. As discussões sobre a comercialização de produtos de origem animal com o movimento vegano/vegetariano ajudaram a elucidar como a cooperação dialógica é performada nos processos organizativos da GiraSol.

A GiraSol não se caracteriza apenas como uma cooperativa de consumidores que atua no espaço urbano, organizada com o objetivo de fornecer alimentos de qualidade. Essa seria uma leitura muito estreita da GiraSol, que não corresponde ao observado no percurso de pesquisa. A cooperação existente na GiraSol extrapola a esfera organizacional e os estritos interesses privados de seus associados. A leitura de seu estatuto evidencia o amplo quadro de

elementos políticos que a constituem, alguns dos quais merecem imediato destaque: cooperativismo; economia solidária; economia feminista; autogestão; comércio justo; sustentabilidade; contrariedade a venda de produtos transgênicos e de origem de abate animal em escala industrial; agricultura familiar; pequenos empreendimentos; alimentação saudável; agroecologia (documento recuperado).

Esses elementos, somados a muitos outros que emergem nos discursos e nas práticas cotidianas, performam a GiraSol e, conseqüentemente, os modos como a cooperação acontece. A constituição desses elementos, como mostraram os eventos sobre a comercialização de produtos de origem animal, nem sempre é um processo harmônico. Na dobra da GiraSol 2.0 para a GiraSol 3.0, as relações mercantis ganharam centralidade e passaram a atuar sobre as relações políticas, por vezes conflitantes. Com efeito, os modos como as relações políticas, comerciais e sociais relacionam-se, encontram-se, sobrepõem-se, chocam-se levaram-me a extrapolar os limites da primeira *hinterland*. Emergiu assim um dos enunciados mais problemáticos identificados pela pesquisa: “Vejo ela [a GiraSol] como uma ferramenta política que é um negócio. Não é um negócio que é uma ferramenta política” (diário de campo, 15/06/2020). Jogar luzes sobre a aparente dualidade entre a cooperação comercial (negócio) e a cooperação política é o objetivo das discussões deste capítulo.

O ponto nodal da análise nos territórios da segunda *hinterland*, sob a lente da teoria ator-rede, leva a problematizar as tessituras da trama de relações que conectam GiraSol, RESF e RedeCoop, na rede agroalimentar alternativa investigada. Conquanto esses territórios tenham sido singularizados e categorizados por meio do dispositivo analítico das *hinterlands* (Law, 2004), essa separação precisa ser (re)entretecida à rede. Analisar possíveis dimensões políticas da cooperação enactada na e para a GiraSol só é tarefa factível se investigada em sua relação com as redes nas quais é performada. Isso não significa que o encontro da organização com a cooperação, explorado na primeira *hinterland*, seja um processo apolítico. Trata-se de compreender que o engendramento da cooperação nos processos organizativos é perpassado por elementos políticos, que ganham maior visibilidade quando se analisam as redes de relações em que a GiraSol é constantemente criada e recriada. Tal modo de compreensão traz uma indagação relevante ao estudo: qual trama de relações conecta GiraSol, RESF e RedeCoop?

A trama de relações mais visível é a economia solidária, elemento constituinte da GiraSol, desde a sua fundação, em 2006. As raízes da economia solidária, que nutrem a GiraSol, remetem a eventos do século XX. Ela é um fio que conecta os cinco territórios de pesquisa, e, especialmente na relação com a RedeCoop e a RESF, constitui-se como uma trama de relações significativas (*hinterland*) para compreender a dimensão política da cooperação performada

para e na GiraSol. Na discussão tecida na primeira *hinterland*, o princípio da autogestão da economia solidária foi problematizado nos processos organizativos da GiraSol, agora, abordo como a economia solidária, em uma perspectiva mais ampla, atua nas redes que performam a GiraSol. A economia solidária reverberou incontáveis vezes neste estudo, para analisá-la, intento antes compreender como a cooperação e a solidariedade encontram-se nos territórios de pesquisa.

A palavra solidariedade ecoou retoricamente, nos meios de comunicação, desde o início da pandemia de Covid-19, provocando, diante do desconhecido, ansiedade para compreender como seria o ‘novo normal’ pós-pandêmico. Propagou, inicialmente que o ‘novo normal’ seria mais solidário e, conseqüentemente, mais cooperativo, porém, essa obsessão pela solidariedade não é um fenômeno específico da pandemia de Covid-19. Sennett (2012), em “Juntos”, assinalava a perversão do termo solidariedade na sociedade moderna. A solidariedade não representa um problema em si mesma, mas, segundo Sennett (2012), a forma como é constituída tem desdobramentos significativos na cooperação.

Sennett (2012) problematiza os modos como a solidariedade é tramada na ação coletiva pela diferenciação de dois tipos de ações políticas: de cima para baixo e de baixo para cima. Na ação política de cima para baixo, a solidariedade é utilizada como uma ferramenta, um meio para alcançar os objetivos. Na ação política de baixo para cima, a solidariedade preocupa-se com a inclusão, a participação livre, mesmo que isso signifique o sacrifício de certa dose de disciplina e unidade.

A solidariedade tem sido a resposta tradicional tanto da direita, na solução para os ‘desajustes’ do neoliberalismo e do estado de bem-estar social, quanto da esquerda, para os males do capitalismo. Sennett (2012) é assertivo ao dizer que a própria intencionalidade altruísta de solidariedade induz ao comando e à manipulação de cima para baixo. A cooperação, em si mesma, pouco tem aparecido nas estratégias de resistência na sociedade contemporânea e parece ter perdido ainda mais espaço na crise atual. Sennett (2012) atribui às desigualdades sociais, econômicas e culturais as razões pelas quais as pessoas têm dificuldades em estabelecer vínculos sociais umas com as outras, levando, cada vez mais, as formas de cooperação mais elevadas e exigentes a serem desabitadas. O espírito do nós contra eles está fortemente enraizado na moderna paisagem política, que pretende neutralizar a diferença por meio de ações altruístas, como a solidariedade forjada de cima para baixo.

Como explica Sennett (2012, p. 336), “o efeito cruzado dos desejos de garantir a solidariedade em um ambiente de insegurança econômica é a brutal simplificação da vida social: nós-contra-eles associado a você-está-entregue-a-si-mesmo”. Sennett (2012) acredita

que o tipo de cooperação mais elevada e exigente, como a cooperação prática dialógica, só seja factível pela ação política de baixo para cima, capaz de produzir vínculos sociais e solidariedades mesmo entre os diferentes. A cooperação dialógica é, para o citado autor, uma necessidade para conviver juntos em uma sociedade diferente e complexa.

O contexto da crise pandêmica acentuou as desigualdades e gerou ansiedade entre os desiguais. A pandemia escancarou, por exemplo, as diferenças entre aqueles que passam fome e os que têm o privilégio de consumir alimentos de qualidade orgânica. Ela também fomentou a discussão sobre os efeitos da alimentação saudável na capacidade imunológica do corpo humano. Nesse cenário, o faturamento da GiraSol disparou, apoiado pelos esforços de operacionalização do *e-commerce*. As exaustivas jornadas de trabalho mobilizadas para atender a demanda do armazém e o *e-commerce* eram comemoradas pelo evidente sucesso da recém inaugurada GiraSol 3.0. No entanto, se sabia que a aquisição de alimento orgânico, como o comercializado na GiraSol, era privilégio das classes mais abastadas, percepção contrastante com o crescimento exponencial do número de moradores de rua que se abrigavam nos entornos do armazém.

A democratização alimentar começou então a pulsar, com evidente desconforto, nos discursos dos coordenadores da GiraSol. Comemorava-se cada relato de entregas realizadas nos bairros mais pobres da cidade de Porto Alegre. Em meio à crise, “multiplicam-se os exemplos de solidariedade por todo Brasil”²⁵, forjada de cima para baixo e orientada para os ganhos de imagem de grandes empresas, na tentativa de aliviar e resolver ansiedades provenientes do contexto de desigualdade, porém esse tipo solidariedade altruísta não se ajustava às práticas observadas na GiraSol.

O objetivo de Sennett (2012), do qual compartilho, não é condenar a solidariedade fundada em trocas altruístas. Trata-se delinear seus limites como ação política para gerar transformações na sociedade. Do mesmo modo como explicitam ideias de Sennett (2012), esta tese é militante da solidariedade, porém de um tipo de solidariedade gestada na ação política de baixo para cima, que possibilite trocas diferenciadas e exigentes e formação de vínculos sociais, que julgo gozarem, no contexto das redes agroalimentares alternativas, de potencial de transformação das relações mercantis capitalistas. Sennett (2012) discorre sobre a solidariedade que emana da ação política de baixo para cima e abre espaço para práticas cooperativas mais elevadas e exigentes, como a cooperação dialógica.

²⁵ Referência ao quadro “Histórias de solidariedade se multiplicam pelo Brasil em meio à pandemia do coronavírus” do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão.

Não pretendo fazer classificações apriorísticas com base nas categorias de Sennett (2012), para enquadrar os dados empíricos produzidos por esta pesquisa, mas seus escritos ajudam a entender que a solidariedade por mim observada não corresponde ao desejo altruísta de trocas descomprometidas e incapazes de gerar cooperações²⁶. Assim, a solidariedade deixa de ser uma intenção, um estado de espírito humano. Ela passa a ser entendida através da ação política que, simultaneamente, constitui vínculos sociais no cotidiano capazes de gerar cooperações e uns com os outros. Embora a GiraSol organize doações solidárias de alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade, pautas como a democratização alimentar, emanam como uma inquietação nos discursos dos coordenadores:

Me parece que as pessoas estão valorizando um pouco mais o alimento como uma forma de preservar a saúde. Agora estão entendendo que precisam comer coisas que vão nutrir o corpo, que vai aumentar a imunidade, enfim. Que a gente sabe que muito do que tem nos mercados é o alimento enche barriga, mas que não alimenta, só mata a fome. A GiraSol é uma frente importante pra isso seguir acontecendo, mas também a gente tem a consciência de que, por mais que a gente defenda a democratização desses alimentos, dessa comida de verdade, como a gente chama, a gente sabe que isso ainda é um privilégio. A gente mora num país que quantos milhões de pessoas miseráveis que têm? Que comem comida do lixo. Então, o debate ainda é muito mais elementar, muito mais primário do que se é um alimento orgânico. As pessoas não têm nem o que comer, seja orgânico ou não-orgânico, entende? A gente pensa, acredita, defende que o alimento de qualidade tem que ser para todo mundo. Que não é porque não tem poder aquisitivo, que pode comprar com veneno. Mas a gente sabe que muitas vezes o alimento orgânico ele é mais caro até pela forma de produção, que é mais trabalhosa porque não vai veneno (entrevistada E2).

A relação alimento que ‘enche barriga’ *versus* ‘alimento de verdade’ mostra que o isolamento decorrente da pandemia de Covid-19 não é apenas social, mas também político. A perspectiva de solidariedade altruísta, ao fazer entender que problemas como a fome e a insegurança alimentar podem/devem ser resolvidos com ações humanas de ‘bondade’, oblitera a complexidade das relações, sendo inadequada a um contexto de crise. O anseio pela democratização alimentar soma-se a outros eventos observados – como a moção de apoio ao Quilombo Campo Grande, o cantinho da RESF – que produzem indícios de que a solidariedade não pode ser descolada das ações políticas. Embora a solidariedade seja referenciada pelos interlocutores da pesquisa como o elemento mais visível, que conecta as diferentes

²⁶ Destaco que, em 2021, a GiraSol passou a executar o projeto “Brasileiros pelo Brasil”, com o objetivo de distribuir cestas básicas, com alimentos da agricultura familiar e da agroecologia, a pessoas em vulnerabilidade social. O projeto é uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil em parceria com GiraSol, RedeCoop e RESF. Segundo dados do projeto, em 2021, foram distribuídas noventa e duas toneladas de alimentos agroecológicos da agricultura familiar e quatro mil de produtos de higiene pessoal da economia solidária, atendendo dez municípios do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia, Viamão, Portão, Gravataí, Mostardas e Santa Maria.

organizações que constituem a rede agroalimentar alternativa investigada, o processo observacional leva-me a afirmar que as solidariedades não ficam apartadas da ação política que as cria.

As ideias de Sennett sobre política são fortemente influenciadas pelo pensamento Hannah Arendt. Assim como Arendt, nas obras “O Declínio do Homem Público” (Sennett, 1988) e “A Corrosão do Caráter” (Sennett, 1998), Sennett sustenta a separação entre as esferas da vida privada e da vida pública. Ele mostra como a sociedade contemporânea volta-se mais para o culto do indivíduo, do caráter privado da vida, do que para a vida social e coletiva. A centralidade no monetário, no individual, no familiar desabilita as expectativas do que seria de domínio público e produz implicações políticas no espaço público, como lugar por excelência para exercer a atividade política. Sennett (1988, p. 29) é categórico ao dizer que a sociedade moderna produziu “um sentido um tanto mais brutal de isolamento social em locais públicos, um isolamento produzido diretamente pela nossa visibilidade para os outros”. O fato de voltar-se mais para o indivíduo do que para a sociedade tem implicações significativas na política e, portanto, também nos modos como a cooperação é performada.

Aqui reside uma ideia sobre a dimensão política da cooperação que merece destaque. Sennett (2012) não acredita que a cooperação seja uma forma de fazer política, pelo contrário, em sua visão, a ação política é capaz de produzir cooperações. Não se trata apenas de um jogo de palavras. Sennett (2012) não acredita que a política se expresse apenas em atividades como as dos movimentos sociais ou das organizações puramente sociais. Em um sentido amplo, Sennett (1988) entende a política como um instrumento de sociabilidade. Nesses termos, a esfera pública pode engendrar práticas de cooperação e muitas outras funções, além de conectar as pessoas para ação coletiva. Cooperar, para ser realizado como política, exige algo mais do que virtude. A solidariedade não é um elemento político suficiente para compreender a cooperação, pois não precede as práticas que a cria. Nas relações de práticas que antecedem a fabricação da solidariedade, podem ser observadas possíveis dimensões políticas da cooperação.

A noção de política exposta por Sennett (1988) ajuda a entender que a solidariedade, que circula na GiraSol, na RESF e na RedeCoop, não acontece de modo apolítico ou como uma representação passiva da relação entre sujeitos intencionalmente solidários. De modo tangencial, as discussões na primeira *hinterland* elucidaram como ações políticas de baixo para cima produzem modos de cooperação correspondentes à cooperação prática dialógica ou dela se aproximam. A cooperação dialógica mostra como a solidariedade e os vínculos sociais podem ser concebidos em meio a diferenças e discordâncias. Essa ação política orienta-se pela

coesão entre aqueles que discordam e querem espaços e mecanismos que garantam e possibilitem envolvimento, esclarecimento e participação de forma ativa e conjunta. Tal análise impulsionou a compreensão do encontro entre a cooperação e a organização na GiraSol. Entretanto, ao adentrar os territórios da RESF e RedeCoop, a cooperação é complexificada.

Na rede, a cooperação assume outras performatividades. A primeira evidência disso é que a investigação de como uma possível política circula pelos territórios de pesquisa só se faz possível se analisada nas relações na rede, no sentido latouriano, que performa GiraSol, RESF e RedeCoop. Investigar a dimensão política da cooperação requer, portanto, entender que a GiraSol, a RESF e a RedeCoop não se conectam na mesma rede ao acaso ou por pura estratégia. No decorrer da pesquisa, expressei algumas ponderações sobre a dimensão política da cooperação nas relações entretecidas por GiraSol, RESF e RedeCoop. As entrevistas indicam algumas pistas.

Mas o que nos une eu acho que é essa convicção de que nós estamos situados em um amplo campo de disputa de uma visão de mundo, de uma ideologia que quer transformar a sociedade. Em última instância quer transformar o mundo. E alicerçado nessas relações de solidariedade, de cuidado, de cooperação. Eu acho que isso, o primeiro é o compartilhamento, enfim, de uma visão de mundo, visão social de mundo, uma ideologia. Michael Löwy sempre diz que as ideologias são as visões sociais de mundo. Eu acho que a gente consegue se enxergar, acho que tem muita sororidade, muita, digamos, integração, afinidade nesse coletivo amplo que constrói a GiraSol. Se situar e se engajar também neste, digamos, nesse sentido mais amplo de construção de uma outra sociedade e esse é um trabalho também militante (entrevistado E5).

Eu posso te responder que elas são construções que elas têm muita intencionalidade, entendeu? Tipo assim: ‘Não sabia que era impossível foi lá e fez’. São construções que estão alicerçadas em uma determinação muito grande de mudar o mundo, de trabalhar nesse sentido, e de se aproximar dos segmentos que potencialmente já estão mudando o mundo todo dia na sua prática de sobrevivência, de organização, de auto-organização, de autoajuda, de cooperação, de solidariedade, ao natural (entrevistada E6).

Se a discussão tivesse se encerrado da maneira como dizem os interlocutores, talvez fosse mais fácil ensaiar uma análise da cooperação com base na macrocategoria ideologia, opondo-se à ordenação de mundo na qual a economia capitalista é hegemônica. Um elemento político sustentaria a cooperação. Nesses termos, as pessoas cooperam para combater o capitalismo. Contudo, esse argumento é frágil, simplista e demasiadamente abrangente, não correspondendo ao observado no campo empírico. No cenário por mim descrito, as visões de mundo não são só perspectivas de mundo. Elas produzem fricções, interdependências e modos como os mundos são compostos. A rede agroalimentar exige a eclosão de práticas que não são mero acaso ou ordem natural. Para entender como as visões de mundo estão imbricadas nos

modos de organizar e cooperar, os discursos dos interlocutores precisam ser colocados em relação com as práticas que observei no cotidiano dos territórios de pesquisa. Esta tese não dá conta de explorar a dimensão política da cooperação na complexidade em que é performada, na rede agroalimentar alternativa investigada. Porém, a análise de dois elementos propicia *insights* relevantes à investigação: multiplicidade e alteridade. O repertório da teoria ator-rede muito adquire maior interesse, desde agora.

Uma das noções que ganha destaque, na teoria ator-rede, é o conceito de *enact* (Mol, 1999; 2002). Pelo *enactment*, a realidade é sempre múltipla e, nessa multiplicidade, sempre haverá um Outro (Law, 2004; Mol, 2002). A multiplicidade implica assumir as diferentes realidades sobrepostas, que interferem uma na outra (Law, 2004). A primeira *hinterland* oferece uma amostra da multiplicidade de realidades que coexistem e disputam lugar e centralidade na organização da GiraSol. A descrição das diferentes versões da GiraSol elucida como múltiplas realidades atuam em sua constituição. Reconheço que os complementos 1.0, 2.0 e 3.0 não representam uma realidade que é construída e que muda no tempo, mas múltiplas realidades produzidas pelos atores, em suas diferentes redes de relações, das quais resultam múltiplos quadros de referência, localizados histórica, política e materialmente (Mol, 1999). As múltiplas versões da GiraSol são produzidas para e nas práticas cotidianas, por meio das quais os atores interagem, criam e compõem seus mundos (Law & Lien, 2013), seus modos de se organizar e também de cooperar.

Considero que não existe apenas uma GiraSol. Nem mesmo as versões 1.0, 2.0 e 3.0, informadas pelos interlocutores da pesquisa, levam à compreensão de sua multiplicidade. Dependendo dos modos como a GiraSol é performada, alguns elementos são incluídos nessa rede e outros não, abarcando aqueles trazidos por redes como a RESF e a RedeCoop. A economia feminista, por exemplo, é um forte elemento na GiraSol advinda da relação com a RESF, porém, na GiraSol oriunda da relação com a RedeCoop, a economia feminista não encontra a mesma força. A informalidade é um dos critérios de exclusão no acesso de um empreendimento solidário às práticas mercantis da GiraSol. Na relação com a RESF, a informalidade impulsiona a GiraSol a atuar na inclusão dos empreendimentos solidários. Na relação com a RedeCoop, a informalidade tem pouca centralidade, mas a certificação da produção orgânica é um significativo elemento mobilizador. A certificação da produção orgânica, no entanto, adquire pouca importância na GiraSol 2.0, outras variáveis são adotadas para atestar a qualidade orgânica de um alimento.

Esses eventos, observados durante a pesquisa, mostram a coexistência das diferentes versões da GiraSol. Multiplicidade não significa pluralidade, pois existem complexas e

intrincadas relações entre as várias versões da GiraSol. Nesse movimento, a versão da GiraSol 2.0 sobrepõe-se à GiraSol performada com o movimento vegano/vegetariano; na versão da GiraSol 3.0, ao possibilitar a comercialização de produtos de origem animal, choca-se com o movimento vegano/vegetariano. No cotidiano do armazém, a consumidora que repreende as placas em defesa da economia feminista fixadas na fachada encontra na aquisição do alimento agroecológico, espaço para cooperar com a GiraSol. As diferentes versões da GiraSol não são representações nem perspectivismo. Elas carregam consigo múltiplas realidades, manifestadas na diversidade de visões de mundo; de práticas; de modos de existir, produzir, comercializar, consumir; de maneiras de ler, construir e compor o mundo. A GiraSol é constituída não apenas de múltiplas versões, pois também múltiplas cooperações circulam por ela.

Um ‘tocador’ da GiraSol verbalizou uma explicação que pode ajudar nesse entendimento: “Tu tem N possibilidades de ampliar a experiência da GiraSol nesse sentido de transformação social” (entrevistado E9). Reforço que falar em “N possibilidades” não significa falar de várias escolhas ou estratégias, como se as realidades pudessem ser escolhidas como se selecionam frutas no armazém. Se assim fosse, a dimensão política, que circula pela GiraSol, seria reduzida ao perspectivismo de diferentes grupos/movimentos em disputa. “N possibilidade” refere-se às múltiplas realidades, emaranhadas, que precisam coexistir, relacionar-se e cooperar na constituição da rede performada por GiraSol, RESF e RedeCoop. A multiplicidade aqui se refere aos modos como diferentes realidades podem ser trabalhadas em coprodução, abertamente, estimulando a construção da GiraSol.

Isso não significa que não existam inúmeras tensões dentro da GiraSol. O processo de fabricação de realidades ocorre por meio dos modos de engajamento. Sugiro, portanto, que se passa por muitos ‘denominadores incomuns’, que são precisamente o conjunto de diferenças que se tornam constitutivas das realidades. Esses ‘denominadores incomuns’ podem ser sustentados, em primeira análise, como complicadores da cooperação. No entanto, não reduzir as diferenças a denominadores comuns é essencial para compreender a dimensão política da cooperação.

As práticas organizativas da GiraSol atuam constantemente no delineamento de processos abertos à diferença e à discordância, que possibilitam a coexistência, mais ou menos organizada, de múltiplas realidades performadas na GiraSol. A cooperação não pode ser fechada ou como dizem os ‘tocadores’: “Ela não pode ter dogma” (entrevistado E5). Uma política da cooperação ressoa abertura, indeterminação. No entanto, compreender a dimensão política da cooperação apenas pelas múltiplas realidades fabricadas, tensionadas, abandonadas, reformuladas e harmonizadas, nos territórios de pesquisa, simplifica a discussão. Para avançar,

é preciso fugir, ainda que rapidamente, pelas terras sombrias da alteridade (Camillis & Antonello, 2016).

O *enactment* propõe olhar para a alteridade de tudo o que é enactado, que sustenta o processo e constitui o coletivo. Se algo existe, é enactado, porque um Outro (alteridade) também é enactado. Como explicam Law e Lien (2013), um implica o outro; um é, o outro não; todos são... todos participam do processo. A alteridade é amalgamada na multiplicidade e trata da mútua dependência aos que são Outros, mas que se fazem e se tornam mutuamente com a realidade. Law (1999) sugere pensar em como um ausente só é ausente, se há um presente. Da noção de alteridade da teoria ator-rede emerge um pressuposto do estudo: para existir uma organização alternativa (mercados, agricultura, redes etc.) outro modo organizativo precisa coexistir, a organização convencional. Compreender a dinâmica das redes agroalimentares alternativas requer considerar as relações de interdependência com as cadeias agroalimentares industriais como seu Outro, seu ausente.

Retornando ao campo empírico, percebo que o conceito de rede agroalimentar alternativa, que emprego como definição do campo empírico desta tese, contém, no sistema agroalimentar, o caráter alternativo de certo outro. Alternatividade e alteridade não podem ser equiparadas conceitualmente, mas o caráter alternativo que perpassa os cinco territórios – nos mercados, nas redes logísticas, na economia solidária, na agricultura etc. – é uma pista preliminar de que a alteridade entre a rede agroalimentar alternativa e a cadeia agroalimentar industrial contém elementos políticos que merecem investigação.

Mobilizar a noção de alteridade não é cair em dicotomias fáceis que opõem economia capitalista e economia solidária; agroecologia e agronegócio; mercados alternativos e mercados convencionais. Alteridade exige compreender que a realidade é múltipla e que, nessa multiplicidade, sempre haverá um Outro (Law, 2004; Law & Lien, 2013; Mol, 2002). A noção de alteridade ajuda a não apolitar o processo analítico pelo isolamento da rede agroalimentar alternativa em sua constituição, em seu lugar e em seu papel na rede latouriana. No desenvolvimento da investigação, acompanhei as relações acontecendo em um fluxo de negociações, concordâncias e discordâncias entre o que é considerado convencional e o que é considerado alternativo. A realidade entretecida na relação do pesquisador com o campo empírico performa minha definição de rede agroalimentar alternativa e sou convidado por ela a olhar para a alteridade.

Há aqui um deslocamento importante no delineamento do percurso de pesquisa. O Outro, na realidade construída pelo processo de pesquisa, é exatamente o não alternativo, o convencional, o padrão, o hegemônico que, de modo amplo, conceituo como cadeias

agroalimentares industriais. O termo alternativo denuncia a característica ‘periférica’ e ‘secundária’ atribuída à rede agroalimentar alternativa. Considerando as relações de poder, identifica-se o ‘centro’²⁷ da rede, o qual, quase sempre, não abarca o que defino conceitualmente como rede agroalimentar alternativa.

Abre-se, pois, a possibilidade de investigar lugares e forças performadas pelo ‘centro’ e pela ‘periferia’ da rede. Em análise ampla, a principal alternatividade que se manifesta no campo é a crítica ao sistema capitalista. A rede agroalimentar alternativa constitui-se na proposição de variações ao modelo capitalista mercantil. Essa maneira de analisar a alternatividade força a tecer ilações sobre uma visão de mundo pós-capitalismo, mais centrada no campo das ideias do que na concretude das práticas que observei durante a investigação. A noção de alteridade da teoria ator-rede possibilita compreender que há, pelo menos, duas realidades distintas sendo performadas: a convencional (ordenada pela economia capitalista) e a alternativa (ordenada pela economia solidária).

Embora convencional e alternativo possam ser singularizados como ‘centro’ e ‘periferia’ da rede, respectivamente, não se trata de realidades apartadas, isoladas em sua existência. Há uma relação de interdependência, que pode ser observada nas práticas logísticas da RedeCoop, constituídas, de modo espelhado, na organização das grandes empresas que atuam nos mercados agroalimentares; na constituição de pontos comerciais dos empreendimentos da RESF; na transformação do alimento orgânico em um nicho de mercado das grandes redes de supermercados. Há encontros, sobreposições, dobras entre as categorias convencional e alternativa sem, no entanto, equipará-las mutuamente. Há também fricções que constituem a rede agroalimentar alternativa.

18 de setembro de 2019. Dirijo-me para uma visita comercial em uma cooperativa parceira no interior de Novo Hamburgo – Região Metropolitana de Porto Alegre. Naquele momento, buscavam-se parcerias com possíveis fornecedores do futuro Armazém GiraSol. Fui recebido com entusiasmo pela agricultora. Por ser uma agroindústria de padaria e de laticínios, não demorou muito para serem oferecidas provas dos produtos. Em meio ao cheiro característico da padaria e à discussão sobre a gama de produtos, condições de entrega, oferta, prazos de pagamento etc., a conversa desembocou nas dificuldades enfrentadas, especialmente nas relacionadas aos lácteos.

²⁷ A referência ao ‘centro’ da rede não representa hierarquização estanque. Ao se falar em ‘centro’ e ‘periferia’ da rede, considera-se que as relações podem ser/são desiguais, negociadas, políticas e que o poder entre membros de empresas, capital, fornecedores, trabalhadores, insumos, tecnologias, construções performam realidades que se estabilizam no centro do poder.

Em novembro de 2018, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou, no Diário Oficial da União, as novas regras para produção de leite no país, as Instruções Normativas (INs) 76 e 77²⁸. “Essas normativas vêm para acabar com os pequenos. Primeiro era a normativa 51, agora já tem 76 e 77. Daqui a pouco vamos ter 78 até ficar inviável para o pequeno produzir” (diário de campo, 18/09/2019), desabafou a agricultora. Mais uma vez, meu pensamento para, por um instante, e viaja até Três Arroios. Lembrei-me da publicação da IN 51²⁹, em 2002. As atuais palavras da agricultora reproduzem os relatos que escuto há pelo menos 20 anos. É comum, porquanto processo excludente arquitetado pelos impérios agroalimentares. É real, visto os dados que atestam a redução exponencial de produtores de leite, em contraste com o aumento significativo da quantidade produzida³⁰. Um registro em meu diário de campo assinala que das onze famílias vizinhas a meus pais, as quais à época produziam e comercializavam, apenas duas conseguiram se adequar às exigências da IN 51, publicada em 2002.

Essa constatação apresenta-se oportuna pertinente por si só, porém torna-se mais grave quando contextualizada na agricultura alternativa (orgânica, agroecológica, ecológica). Romper com as facilidades do manejo e do suprimento alimentar à base de químicos, que melhoram a qualidade do leite nos padrões das INs, impõe aos agricultores novos saberes e práticas para lidar com essa realidade. A agroindústria conta com apenas um produtor de leite agroecológico, não isento dos padrões de qualidades (ou poderia ser denominado leite ‘formal’), como explicita a fala da agricultora:

Mês passado as vacas do [*nome preservado*] estavam com muito carrapato, daí o nível de proteína no leite ficou baixo. Fizemos os testes do leite com os novos padrões da IN76, nível baixo de proteína, multa de R\$1.000,00. Isso aumenta muito o nosso custo, e não temos o que fazer, pagamos e vamos tentar resolver. Aí o veterinário foi lá e estamos ainda tentando achar uma solução para controlar os carrapatos. Porque não é só ir passar um carrapaticida. Na agroecologia controlar a infestação de carrapatos é um problema (diário de campo, 18/09/2019).

²⁸ A Instrução Normativa 76 (IN76) contém os regulamentos técnicos para identidade e qualidade do leite cru, do leite pasteurizado e do leite pasteurizado tipo A. Os novos critérios para obtenção de leite de qualidade e seguro ao consumidor, que englobam organização da propriedade, instalações e equipamentos, formação e capacitação dos responsáveis pelas tarefas cotidianas, controle sistemático de mastites, entre outros, estão expressos na Instrução Normativa 77 (IN77).

²⁹ A Instrução Normativa 51 (IN51), publicada em 2002, objetiva regulamentar produção, identidade, qualidade e transporte do leite.

³⁰ Os dados do Censo Agropecuário mostram que entre os anos de 2006 e 2017, houve aumento de 63% da produção leiteira no estado do Rio Grande do Sul e a diminuição de 5,3% do tamanho do rebanho. Em 2006, havia aproximadamente 205 mil estabelecimentos que produziam leite. Em 2017, esse número caiu para menos de 130 mil (IBGE, 2006; 2017).

Os padrões de ‘qualidade’ são transplantados para os processos pós-unidade agropecuária, quando os produtos chegam à agroindústria para processamento e comercialização. Não se trata do desejo de uma desregulamentação das regras sanitárias, pois o problema situa-se na generalização dessas normas.

As mesmas regras que valem para a Parmalat que processam milhões de litros de leite, valem para a gente que processa cem, duzentos litros de leite. Eles não querem que a gente sobreviva. Para a produção da manteiga, o fiscal exigiu uma baita de uma máquina para embalar. Investimos R\$30.000,00, mas aquele negócio só funciona quando você processa uma grande quantidade. Nós tentamos usar, mas como era pouca quantidade, a manteiga ficava presa dentro da máquina, foi uma função. Agora tá lá um elefante branco e nós desistimos de produzir a manteiga (diário de campo, 18/09/2019).

Pelas reflexões decorrentes desse evento, percebi o descolamento dos padrões que atestam o que é e o que pode ser comercializado, anulando a diversidade e a heterogeneidade de modos de fazer agricultura, de produzir, de comercializar etc. Essa análise advém da avaliação de várias INs, por exemplo: a referente ao leite; a do selo de certificação orgânica de alimentos orgânicos; a que exige formalidades dos empreendimentos filiados à RESF. Aquilo que se executa como padrão – formalidade, qualidade, certificação etc. – são forças desses dispositivos legais que, pela chancela do Estado, mascaram-se de neutralidade e universalidade. O alternativo não é só um conceito, mas também uma ação política. O evidente desequilíbrio de forças entre o convencional e o alternativo mostra as desigualdades entre os atores e os preconceitos com aqueles que são sempre Outros, como expressou a agricultora de Novo Hamburgo: “Não tem lugar para quem é pequeno. A gente que teima em existir” (diário de campo, 18/09/2019). O alternativo provoca destabilizações nas relações e tensiona o que é considerado padrão, convencional, evidenciando as relações desiguais e de disputas. A interlocutora expressa a condição de não lugar no mundo experimentada por pessoas às quais o próprio direito de existir é cerceado.

Ulteriormente, na esteira dessa discussão sobre a política do alternativo, um agricultor e quilombola, filiado a um empreendimento da RESF, ofereceu à pesquisa um relato relevante:

Coordenadora: Vocês já pensaram no processo de certificação da produção de vocês?
 Agricultor: Certificação? Precisa certificar? A gente sempre fez assim. Coloca semente na terra, cresce e depois colhe. Sempre foi feito assim.
 Coordenadora: Sim, claro... entendo. A certificação é um atestado de que a produção é orgânica. Para a gente comercializar como orgânico, precisamos desse certificado. Como vocês sempre produziram agroecologicamente, o processo é simples.
 Agricultor: É engraçado ter que comprovar que é orgânico (diário de campo, 03/10/2019).

A fala do agricultor e quilombola soma-se às palavras da agricultora de Novo Hamburgo e a tantos outros eventos descritos nesta tese, que demonstram que, no ‘centro’ da rede do sistema agroalimentar, o alimento é produzido com tecnologias de ponta, em escala industrial. Isso contrasta com as redes agroalimentares alternativas, ‘periféricas’ na rede, as quais produzem o alimento respeitando os saberes locais, os ‘desejos’ da natureza. Essa discussão retorna aos territórios da terceira *hinterland* com locus mais ajustado à sociomaterialidade do alimento, aqui ela evidencia que a rede agroalimentar alternativa é performada na ‘periferia’ da rede, na qual está estabilizado um ‘centro’ que naturaliza o que é padrão universal para outras localidades ‘periféricas’ a ele (Law & Mol, 2008). Ao assumir que não se trata apenas de múltiplas realidades engendradas em práticas distintas, reconhece-se o processo de supressão do Outro, cujos efeitos materiais e simbólicos não se encerram com o acesso aos mercados.

As realidades situadas no ‘centro’ da rede são hegemonicamente naturalizadas como padrões universais, nos quais o alternativo frequentemente não tem lugar nem é convidado a elaborá-los. Por mais genuinamente orgânico que seja o alimento produzido pelo agricultor e quilombola, sua produção só será considerada orgânica se ostentar padrões universais definidos através de realidades localizadas no ‘centro’ da rede. As multiplicidades de modos de produzir, cultivar, ler a natureza, por meio de saberes tradicionais só são aceitas se conseguem se aproximar do ‘centro’ da rede. As desigualdades entre o ‘centro’ e a ‘periferia’ da rede tem, portanto, reverberações nas políticas públicas, no acesso aos mercados e nas possibilidades de existência e reprodução social de tudo que é considerado sempre Outro, alternativo.

Ao notar e descrever as múltiplas realidades e as interdependências da alteridade, a teoria ator-rede leva à compreensão de que a constituição da rede agroalimentar alternativa envolve o choque de mundos, de realidades performadas em relações de poder assimétricas e desiguais. As múltiplas realidades são também convocadas a fazer política. Organizar uma rede agroalimentar alternativa configura-se, então, como um modo de fazer política. Das fricções e interdependências entre alternativo e convencional deriva uma das conclusões: os atores no ‘centro’ da rede têm primazia e legitimidade para produzir realidades, entretanto outras realidades ‘teimam em existir’.

Ao se considerar que o acontecimento da rede agroalimentar alternativa é político, verifica-se que as realidades performadas no ‘centro’ da rede atuam de modo excludente e que os atores excluídos constituem sua ‘periferia’. No entanto, os atores ‘periféricos’ não são passivos nem apolíticos. Muitas e muitas realidades são constantemente criadas na ‘periferia’ da rede e vários modos de engajamento delas emergem. A rede denominada, conceitualmente, agroalimentar alternativa é uma constelação de organizações, empreendimentos, associações,

cooperativas, sindicatos, pessoas, que encontram, nas realidades advindas do entrelaçamento entre GiraSol, RESF e RedeCoop, multiplicidade de modos de existir (habitar, produzir, comercializar, consumir etc.) que não se correspondem ao modo como o mundo é desenhado no ‘centro’ da rede.

Ficando evidentes as desigualdades de poder, a cooperação performada na GiraSol pode ser apresentada como um dispositivo político capaz de desfazer ou, pelo menos, de não reforçar as desigualdades entre o ‘centro’ e a ‘periferia’ da rede. Como propõe a teoria ator-rede, não há uma equação explicativa por meio de variáveis dependentes e independentes. Criador e criatura são performadas na rede. As realidades que performam também o são para e na rede. Entender a cooperação apenas como um dispositivo político com potencial papel transformador das realidades obriga a aceitar três argumentos: a cooperação acontece com o objetivo de superar as carências individuais; ela serve como meio para aproximar do ‘centro’ da rede as realidades situadas na ‘periferia’; a localidade ‘periférica’ ocupada na rede atua como força motriz para que a cooperação aconteça. Não pretendo refutar esses argumentos, mas mantenho, no horizonte, a ideia de que a cooperação não precede as práticas.

A descrição do acontecimento da RedeCoop é um exemplo elucidativo de por que é preciso ir além da noção de cooperação como um dispositivo político. O movimento do ‘novo cooperativismo’ das cooperativas da agricultura familiar, no qual se funde a RedeCoop, surge como oposição ao modelo das conhecidas ‘*cooperbusiness*’ ou ‘*cooperगतos*’ do ‘velho cooperativismo’ do século XX. Há cooperações distintas sendo performadas no ‘velho’ e no ‘novo cooperativismo’, porém os agricultores familiares que integram as novas cooperativas, são predominantemente os mesmos que integravam aquelas do ‘velho cooperativismo’. A condição de desigualdade da agricultura familiar frente ao modelo do agronegócio pouco se alterou nas últimas décadas. Emerge, pois, um relevante questionamento: quais marcadores podem diferenciar a cooperação performada no ‘velho cooperativismo’ da cooperação performada no ‘novo cooperativismo’?

O ensaio de possíveis respostas a esse questionamento produziu inúmeras explicações. Considerar a cooperação apenas como um dispositivo político requer sustentar que, na virada do século XX para o século XXI, os agricultores familiares passaram a cooperar de modo diferente. No entanto, essa abordagem do problema parece não ser bem exata. Explorando a experiência da RedeCoop, observa-se que há antes uma (re)criação de novos modos de organização que fabricam também cooperações diferentes. Nas imersões nas cooperativas da agricultura familiar, os discursos dos agricultores reforçaram que essa passagem do ‘velho’ ao

‘novo cooperativismo’ corresponde mais à “necessidade de mudar as formas como a gente se organiza” (diário de campo, 24/09/2020) do que mudanças nos modos de cooperação.

O ‘velho cooperativismo’ é organizado pela ação política assente na unidade e nas coalizões. O ‘velho cooperativismo’ está lastreado na lógica de que a cooperação pode dar aos pequenos agricultores as mesmas condições dos grandes produtores rurais, ou seja, a cooperação pode deslocar os que estão na ‘periferia’ para o ‘centro’ da rede. Essa é uma combinação perigosa por fomentar cooperações destrutivas, do tipo nós contra eles. Ao conceber a cooperação como um meio para alcançar um objetivo comum, ela aniquila a multiplicidade dos modos de existência, excluindo aqueles que não se enquadram na unidade requerida para participar do processo cooperativo. Formam-se, nas fronteiras da própria ‘periferia’, subgrupos e tribo, que não encontram espaço para cooperações mais elevadas e exigentes.

As cooperativas do ‘novo cooperativismo’, diferentemente, foram organizadas através da inclusão e da livre e ativa participação dos agricultores, mesmo que isso tenha significado sacrifícios em relação à unidade. Identifica-se esse modo de organização na RESF e na GiraSol. Por essa razão, sustento que a cooperação, que perpassa o entrelaçamento entre GiraSol, RESF e RedeCoop, é antes efeito da ação política do que um dispositivo político, embora reconheça que criador e criatura misturam-se na performatividade das realidades. Nesses termos, a cooperação é efeito da ação política que pode estar organizada em uma cooperativa, uma associação, um sindicato, um grupo etc. A experiência da RESF e da RedeCoop, mostra que muitas dessas organizações se (re)encontram na organização das redes.

A cooperação não é um fenômeno restrito às redes agroalimentares alternativas, mas estou convencido de que a cooperação performada no entrelaçamento entre GiraSol, RESF e RedeCoop engendra-se na ação política, a qual dá existência e lugar a modos organizativos que fogem do padrão, do convencional, do hegemônico das cadeias agroalimentares organizadas no rastro da economia capitalista. Ao conceber a cooperação como efeito da ação política organizada, afasto análises de que a cooperação acontece como meio para superar as carências individuais dos excluídos do ‘centro’ da rede. A rede agroalimentar alternativa e as organizações dela derivadas não cooperam para dominar ou competir em igualdade com as cadeias agroalimentares industriais. A rede agroalimentar alternativa é um acontecimento político que dá lugar aqueles que ‘teimam em existir’ e compor, com o seu mundo, algo múltiplo e repleto de denominadores incomuns. Essa ideia é corroborada pelo fato de as cooperações observadas apresentarem uma dimensão política por ser a constituição da rede agroalimentar alternativa uma ação política.

A rede agroalimentar alternativa e a materialização desta força-ideia, em organizações como a GiraSol, RESF e RedeCoop, operam produzindo realidades e mundos que ‘teimam em existir’ e tensionando as formas até então vigentes, em um jogo de poder desigual e assimétrico. A rede agroalimentar alternativa, quero sugerir nesta tese, é ela própria um acontecimento político, que instaura modos de preservar territórios e modos de vida, de produzir, de habitar e de delinear vínculos sociais, embebidos em historicidades e materialidades. A agricultora de Novo Hamburgo e o agricultor e quilombola estabelecem relações entre si, com o alimento, com os mercados, com a sociedade, com a terra, com as sementes, com a água..., entretanto são conexões, distintas daquelas produzidas no ‘centro’ da rede e, em geral, bastante variadas. Em síntese, não se trata de uma ‘monocultura’ de conexões. Abre-se, assim, um caminho para adentrar os territórios da terceira *hinterland* e investigar, com maior destreza, a sociomaterialidade da cooperação. Antes, no entanto, encerro este capítulo.

O pensamento exposto descreve algumas das realidades performadas na rede agroalimentar alternativa. Ao sustentar que o acontecimento da rede agroalimentar alternativa que, nesta tese, conecta cinco territórios de pesquisa (GiraSol, RESF, RedeCoop, COOMAFITT e Grupo Orgânicos Mãos na Terra), é uma ação política, conduzo a emergência da multiplicidade de realidades que se diferenciam da ‘monocultura’ de realidades situadas no ‘centro’ da rede, cabendo discutir como a ação política organizada nas redes opera diante das múltiplas realidades que se conectam e que produzem cooperação, mesmo na ausência de denominadores comuns.

As teorizações de Sennett (2012) ajudam mais uma vez. A ação política de baixo para cima, como orienta Sennett (2012), torna-se essencial para fabricação de cooperações elevadas e exigentes, como a cooperação dialógica. Os modos de cooperação que observei no entrelaçamento entre GiraSol, RESF e RedeCoop aproximam-se da noção de cooperação dialógica de Sennett (2012), sendo elementos essenciais para a constante (re)estabilização da rede que conecta e performa essas organizações. Sem um tipo de cooperação elevada e exigente, como a cooperação dialógica, as assombrações do ‘velho cooperativismo’ e suas práticas podem reaparecer. Na ação política de baixo para cima, as múltiplas realidades performadas na rede agroalimentar alternativa não precisam ser reduzidas a denominadores comuns para que a cooperação aconteça. Os denominadores incomuns são vibrados e convidados à discussão, ao debate, às torções e às negociações. Por conseguinte, ainda que não haja um objetivo comum e bem-definido para que as cooperações aconteçam, a ação coletiva, os vínculos sociais de engajamento e a solidariedade são tecidos, podendo ocorrer trocas diferenciadas, cooperativas.

Entender a cooperação como efeito da ação política permite suspeitar da dualidade cooperação comercial *versus* cooperação política. A noção de alteridade e de multiplicidade possibilita olhar para como as cooperações são enactadas no cotidiano da GiraSol. A preposição *versus* cede lugar à multiplicidade. Se a rede agroalimentar alternativa, que dá existência a GiraSol, é acontecimento político e cooperações são resultado da ação política, a dualidade perde sentido. A ação política está presente tanto na cooperação orquestrada para a transformação social, visível no anseio pela democratização alimentar, quanto na atuação comercial da cooperativa. As práticas mercantis da GiraSol contêm a ação política sobre a qual são constantemente criadas e recriadas. Os critérios definidos pela GiraSol para escolha de fornecedores, por exemplo, orientam-se pela ação política da inclusão e da participação de atores e realidades excluídas do ‘centro’ da rede. São, portanto, uma maneira de fazer política. Julgamentos morais podem provocar avaliações sobre o que é mais e o que é menos político, no cotidiano da GiraSol. Compreender o lugar e o papel da GiraSol, na rede agroalimentar alternativa, permite sustentar que a cooperação nela performada é política.

Intentar compreender a dimensão política da cooperação levanta subsídios para tensionar o pressuposto subjacente à literatura dos estudos organizacionais de que a cooperação é gerenciável, sendo função do executivo promover as condições para que as pessoas cooperem (Etzioni, 1974; Barnard, 1971). No entendimento de Etzioni (1974) e Barnard (1971), a cooperação é um instrumento ou um meio através do qual a administração executiva das organizações pode chegar a seus objetivos ou alcançar resultados específicos predefinidos. Nesse cenário, o executivo precisa ser eficaz no atingimento dos objetivos da organização que dirige e eficiente na satisfação das motivações individuais de seus subordinados, na medida em que visa realizar os objetivos de sua organização.

Ao pressupor que a cooperação é um processo gerenciável, como Barnard (1971) e Etzioni (1974), atribui-se ao executivo (ser pensante) o controle dos condicionantes para que a cooperação aconteça, sendo ela um fenômeno que pode ser estimulado por entes externos, incentivos morais, motivacionais e sociais. A atividade de liderança do executivo é concebida como o poder de inspirar a cooperação através da compreensão de objetivos comuns. É função do executivo mapear as pessoas e as variáveis propensas à cooperação. Não pretendo monopolizar a cooperação, pois, muitos modos de cooperação escapam a este estudo. Entretanto sugiro que o desejo de gerenciar a cooperação, como ferramenta organizacional que serve à manipulação das pessoas, mostra que as noções de cooperação de que falam Barnard (1971) e Etzioni (1974) pressupõem a ação política de cima para baixo.

A cooperação forjada de cima para baixo pressupõe a existência de coalizões para o atingimento de objetivos comuns, como explicitam Barnard (1971) e Etzioni (1974). No entanto, Sennett (2012) alerta que esse modo de cooperar normalmente torna-se socialmente frágil e, não raro, desperta cooperações destrutivas do tipo nós contra eles. Diferentemente, a cooperação que observei no entrelaçamento entre GiraSol, RESF e RedeCoop é performada na ação política de baixo para cima. Daí derivam tipos de cooperação mais elevados e exigentes, como a cooperação dialógica (Sennett, 2012). Aquela que observei, na pesquisa, não é gerenciável nem influenciada pela intenção de um executivo. Ela também não é uma virtude do ser propenso a cooperar. Ela é efeito da ação política que constitui o acontecimento da rede agroalimentar alternativa.

Diferente do exposto por Barnard (1971), os objetivos comuns não foram identificados como determinantes da cooperação. Em vez disso, a pesquisa mostrou que as múltiplas realidades, que se conectam no acontecimento da rede agroalimentar alternativa, nem sempre encontram denominadores comuns para a cooperação. A ação política organizada de baixo para cima coloca, em discussão, debate e negociação, a multiplicidade de denominadores incomuns, sem a necessidade de unificá-los. Daí derivam modos de cooperação mais elevados e exigentes, que não se dissipam nem são destruídos por diferenças e discordâncias.

Redes como a RESF e RedeCoop não estão organizadas em uma perspectiva verticalizada, de criação de unidades de comando centralizadoras do poder. Elas não atuam na manipulação das pessoas e organizações para que a cooperação aconteça. A cooperação nas redes é efeito da ação política que considera as multiplicidades e as alteridades que elas conectam. RESF e RedeCoop atuam antes como articuladoras das múltiplas realidades, oriundas da relação com diferentes atores, objetivos, visões de mundo, que ora se encontram, ora se chocam, ora se sobrepõem, mas que sempre encontram espaços para cooperar. A dimensão política da cooperação atribui abertura e indeterminação a múltiplas realidades que nem sempre encontram denominadores comuns para a cooperação. Esse modo de cooperar, sempre vem com tensões. Na dimensão política, a cooperação performada na rede agroalimentar alternativa não está lastreada na ordem das coisas, mas é efeito do constante processo de construir, consertar, lutar, fracassar, tentar novamente a composição de mundos diversos.

Finalizando, ainda que a discussão aqui iniciada transborde no capítulo subsequente, quero defender que o acontecimento da rede agroalimentar alternativa não é apenas político, mas também sociomaterial. Não se pode ignorar que ele mobiliza vínculos com elementos como solo, água, alimentos, sementes, mediados pela historicidade e ancestralidade que

circunscrevem a multiplicidade dos modos de fazer agricultura. Na sequência, adentro os territórios rurais da terceira *hinterland*.

CAPÍTULO V
A SOCIOMATERIALIDADE DA COOPERAÇÃO:
TERCEIRA HINTERLAND

“O ‘agri’ não existe, se ele é só ‘agri’ ele vai virar o agronegócio, o ‘cultor’ é o elemento fundamental.”

(excerto de entrevista).

O recorte dado ao acontecimento que constitui a rede agroalimentar alternativa pesquisada, qual seja, o encontro entre os múltiplos atores e as realidades que performam a trama de relações urbano/rural, pela qual circula o alimento, conduz ao contexto da agricultura familiar. Desde as primeiras reflexões rascunhadas no diário de campo, os agricultores familiares e suas organizações ocuparam centralidade no percurso de pesquisa. Antes mesmo de completarem-se três meses de observações empíricas no território da GiraSol, no diário de campo já estava registrado: “As organizações da agricultura familiar são ponto de passagem obrigatório para compreensão dos processos organizativos e de como a cooperação acontece na rede agroalimentar alternativa em que se conecta a GiraSol” (diário de campo, 03/09/2019). As pistas produzidas nos territórios da primeira e da segunda *hinterland* conduziram à necessidade de investigar o contexto rural, pois, talvez, ali, houvesse novas pistas sobre como o cooperar e o organizar acontecem e entrelaçam-se na rede agroalimentar alternativa estudada.

No início da crise pandêmica, a GiraSol, a RESF e a RedeCoop já se constituíam como territórios de pesquisa e, no diário de campo, acumulavam-se dados empíricos relevantes para esta tese. Naquele momento, duas cooperativas da agricultura familiar despertavam interesse para ampliação da rede investigada. Elas não estavam sendo escolhidas ao acaso, pois eu seguia os critérios balizadores de minha escolha, dentre outros, o entrelaçamentos das duas cooperativas na trama de relações que performa a GiraSol, a RESF e a RedeCoop, inclusive na articulação e na execução do projeto “Mulheres Rurais em Rede”, que deu vida ao Armazém GiraSol.

A ampliação da rede pesquisada era, entretanto, uma estratégia incerta e, por vezes, improvável. O período de espera e prospecção possibilitou, porém, novas pistas e abriu novas trilhas que forjaram torções relevantes no estudo. A crise pandêmica aproximou da GiraSol uma organização de agricultores familiares e agroecológicos da Região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, que despertou especial atenção investigativa. Essa curiosidade assentava-se em critérios balizadores dos caminhos da pesquisa, dos quais destaco: organização própria de um

grupo de agricultores; agroecologia como modo de fazer agricultura; qualidade do alimento que chegava à GiraSol; transição dos tipos de mercado em decorrência do contexto pandêmico.

Em agosto de 2020, frente à aparente retração da crise pandêmica, surgiram três [possíveis] territórios de pesquisa. Os coordenadores da GiraSol facilitaram os contatos e as interações com essas três organizações. Durante o mês de agosto de 2020, negociei, à distância, meu ingresso nos três territórios aventados preliminarmente. Todavia, percebi que, apesar de haver uma aparente trégua na crise pandêmica, que oportunizava chegar até essas organizações, o cenário não se mostrava favorável nem seguro para grandes incursões em novos territórios de pesquisa. Essa situação provocou desdobramentos na elaboração desta tese. O mais significativo é que o percurso de pesquisa posicionava-me e engajava-me em localidades evidenciadas por ele, porém de modos e em níveis de engajamento distintos. Não escolhi *a priori* direcionar meus esforços para determinado território, porém é preciso considerar que a rede agroalimentar alternativa investigada foi construída pela trama de relações que abrange desde a organização do consumo, no espaço urbano, até a organização da produção, no espaço rural. O percurso de pesquisa não pode ser compreendido como linearidade e simetria de estratégias, técnicas e engajamento com os territórios investigados. O cenário pandêmico exigiu que as inserções e os processos observacionais, nos territórios da terceira *hinterland*, fossem céleres na produção de dados empíricos. Em consequência, as entrevistas constituíram-se como técnicas de pesquisa fundamentais para condução do estudo nos territórios da terceira *hinterland*.

No avanço das negociações com os interlocutores dos territórios de pesquisa, a crise pandêmica gerou outros desdobramentos. Uma das duas cooperativas aventadas preliminarmente fechou-se à possibilidade de incursões empíricas. Contudo, os outros dois territórios responderam, de imediato, positivamente: “Teremos grande prazer em apoiar o seu trabalho”. Assim sendo, o Grupo Orgânicos Mãos na Terra e a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT) constituíram-se como territórios de pesquisa. Posteriormente, no plano analítico, tais territórios foram enquadrados como territórios da terceira *hinterland*. Como propõe Law (2004), localizam-se, na terceira *hinterland*, os atores e as realidades mais ‘distantes’, que, de algum modo, relacionam-se com os atores da primeira *hinterland*, mas que não são visíveis ao observador e atuam silenciosamente na rede.

O objetivo principal não é descrever e compreender os territórios da terceira *hinterland* isoladamente. O interesse aqui é compreender como a construção permanente desses territórios performa múltiplos actantes (sujeitos, cooperativas, alimentos, documentos, sementes, rios,

terra etc.), que tecem relações, mais ou menos provisórias, na e para a rede agroalimentar alternativa pesquisada. São essas relações, engendradas pela emergência do acontecimento da GiraSol, que me interessam. Entretanto, a COOMAFITT e o Grupo Orgânicos Mãos na Terra instauram relações próprias que se distanciam da trama de relações com a GiraSol. À vista disso, para melhor compreender as relações da GiraSol com os territórios da terceira *hinterland*, é preciso singularizar a constituição organizativa de cada território. Começo pela COOMAFITT, considerando que, cronologicamente, ela emergiu primeiro.

5.1 A COOPERATIVA MISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITATI, TERRA DE AREIA E TRÊS FORQUILHAS E SEUS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL

16 de setembro de 2019 é data do primeiro registro, no diário de campo, sobre a COOMAFITT: “A COOMAFITT é uma cooperativa parceria importante da GiraSol. [*nome preservado*] me explicou que a COOMAFITT vai receber o investimento de uma câmara fria pelo projeto da FBB/ONU-Mulheres, que será instalada no armazém” (diário de campo, 16/09/2019). Embora essa seja a data oficial em que a COOMAFITT apareceu nos registros do diário de campo, muito antes sua experiência já havia despertado meu interesse. Inúmeros foram os eventos em que ela foi referida nas disciplinas que cursei no PGDR/UFRGS.

No final de outubro de 2019, ocorreu, na sede da Guayí, uma reunião com interlocutores da GiraSol, da RESF e da RedeCoop, na qual fui apresentado a dois dirigentes da COOMAFITT. Além da oportunidade de diálogo, um acontecimento em especial interessa a pesquisa: “Nós consideramos a COOMAFITT como parte de um conselho gestor da GiraSol e a gente senta toda hora com a COOMAFITT” (diário de campo, 29/10/2021), declarou um dos coordenadores da GiraSol. Obtive assim uma pista de que a relação da GiraSol com a COOMAFITT era mais engenhosa do que uma simples relação comercial. Desde então, direcionei olhares mais atenciosos para a COOMAFITT e suas relações com a GiraSol.

A COOMAFITT foi referenciada, nesta tese, em cinco eventos: (i) processo de retomada da GiraSol; (ii) articulação do projeto “Mulheres Rurais em Rede”; (iii) processo de ‘encher as prateleiras’ do Armazém GiraSol; (iv) emergência do ‘novo cooperativismo’ na agricultura familiar; (v) práticas de intercooperação que engendram a RedeCoop. Esses cinco eventos foram dando pistas da força e da relevância da COOMAFITT para compreensão da rede agroalimentar alternativa em investigação. Ela se evidenciava como um território de pesquisa privilegiado para compreender as relações estabelecidas pela GiraSol com as cooperativas da agricultura familiar.

Após negociações com os coordenadores, parti, em setembro de 2020, para a Região do Litoral gaúcho a fim de conhecer e pesquisar o contexto da COOMAFITT. As inúmeras participações da coordenação da COOMAFITT no cotidiano da GiraSol facilitaram meu acesso a essa localidade do campo. Em 24 de setembro de 2020, na companhia de uma colega de trabalho da GiraSol, cheguei à sede da COOMAFITT (Figura 14).



Figura 14. Imersão no território de pesquisa da COOMAFITT

Antes de descrever minha incursão nesse território e as pistas produzidas, é preciso abrir uma janela para apresentar, mais detalhadamente, a COOMAFITT.

A Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas foi fundada, em 5 de setembro de 2006, por agricultoras e agricultores familiares dos municípios de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, como o próprio nome especifica. A pesquisa levantou evidências de que a criação formal da COOMAFITT foi precedida pela organização de um grupo de apicultores, que a partir da “produção de mel, já estavam tentando se organizar de alguma forma. E esse grupo depois veio a formar a COOMAFITT” (entrevistado E11). Do grupo de apicultores à fundação da COOMAFITT, encontram-se movimentos engendrados pelos programas de compras públicas, principalmente o pioneirismo do PAA. Ressalto que a fundação da COOMAFITT foi um dos efeitos do que os interlocutores chamam de ‘novo cooperativismo’, articulado pelos mercados institucionais das compras públicas.

E a COOMAFITT, ela vem justamente desse processo já de um cooperativismo diferente, assim, né? Que vem das políticas públicas, que inicia lá com os programas do Fome Zero, do PAA, depois vem o PNAE de alimentação escolar. Então, aí nasce um monte de cooperativas no estado, no Brasil, para atender, também, esse mercado que estava nascendo (entrevistado E11).

Ao adentrar os territórios da terceira *hinterland*, o movimento do ‘novo cooperativismo’ foi revelando outras pistas e contornos. As experiências da COOMAFITT, que colhi como dado empírico, são a principal referência dos modos pelos quais o ‘novo cooperativismo’ da agricultura familiar foi performado pelas demandas geradas pelos mercados institucionais.

Porque tinha um histórico também das pessoas de participação em algumas experiências e que não tinham sido bem-sucedidas. O [*nome preservado*] falava muito que as pessoas na época diziam: ‘Abriu uma cooperativa, ela abriu hoje e fecha amanhã’. Porque tinha uma desconfiança muito grande de construir um processo de cooperativismo, né? E que ele tinha que ser diferente e que tinha que se basear muito na participação das pessoas, que realmente os associados quisessem construir esse processo e ele ter medidas de transparência, né? De que representasse, passasse confiança (entrevistado E11).

O vácuo deixado pelo cooperativismo, no final do século XX, devido aos escândalos de corrupção, desacreditou a ação cooperativa. Em incontáveis eventos, fora e dentro do campo, ouvi: “Abriu uma cooperativa, ela abriu hoje e fecha amanhã” (entrevistado E11). Mais do que ouvir, eu vi e vivi o drama da falência da Cooperativa Tritícola Erechim (COTREL) que ‘evaporou’ a produção e as economias dos agricultores associados, como meus pais, no início dos anos 2000. A COTREL pode ser tomada como exemplo do desfecho de muitas megaestruturas cooperativas do século XX, no Rio Grande do Sul. Fundada em 1957, em Erechim, município polo do Alto Uruguai gaúcho, devido à necessidade de armazenagem e comercialização do trigo, a COTREL tornou-se uma megacooperativa que monopolizava toda a cadeia de comercialização agropecuária daquela região, sendo, no final da década de 1990, a maior cooperativa agrícola gaúcha. A megaestrutura que, em 2004, contava com mais de dezesseis mil associados constituía-se como a maior organização da região, no entanto, ‘do dia para a noite’, transformou-se em uma imensa massa falida, com passivos milionários, insolvente para quitar os valores devidos aos credores e aos agricultores associados. O caso da COTREL é apenas uma representação do ocorreu com diversas megacooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul. Ao explorar o território do Grupo Orgânicos Mãos na Terra, outras pistas somaram-se à discussão que circunscreve as ruínas do cooperativo agropecuário do século XX, no entanto já é possível perceber os motivos pelos quais se firmou a ideia: “Abriu uma cooperativa, ela abriu hoje e fecha amanhã” (entrevistado E11).

As ruínas do cooperativismo lançaram desafios para a criação de novas cooperativas. O vácuo na organização social deixado por elas abriu caminhos para a proliferação dos atravessadores na distribuição e comercialização da produção da agricultura familiar. As práticas engendradas por esse actante estendem e complexificam a organização do sistema agroalimentar, ao lhe conferir o papel de intermediário entre os produtores e os consumidores, distanciando quem consome de quem produz. Nas cadeias agroalimentares industriais, há uma complexa e extensa rede de actantes intermediários, que nem produzem nem consomem o alimento, porém nelas atuam muito antes de qualquer semente ser lançada à terra.

Nas cadeias agroalimentares industriais, o atravessador conecta-se às empresas de maquinário e implementos agrícolas, insumos, sementes e agrotóxicos e estende sua ação para muito além da unidade agropecuária, envolvendo mercados financeiros, empresas de transformação de fibras e matérias-primas alimentares, grandes atacadistas, redes supermercados. Ele é, pois, um actante da trama de relações que a literatura do domínio do desenvolvimento rural classifica como cadeias agroalimentares longas (Murdoch et al., 2000; Renting et al., 2003; Schneider & Gazolla, 2017), em oposição às cadeias agroalimentares curtas. O atravessador, que não produz nada por si próprio, dedica-se basicamente a sugar o valor agregado daquilo que foi produzido por outros, os agricultores.

Ainda que o objetivo desta tese não seja pesquisar as cadeias agroalimentares longas, assumindo a teoria ator-rede e a noção de alteridade, faz-se necessário compreendê-las como realidades que não estão desconexas do objeto central deste estudo. Sob essa perspectiva, duas características das cadeias agroalimentares longas interessam aqui: (i) as relações entre quem produz e quem consome são mediadas por um conjunto de atravessadores, que se conectam à rede por interesse financeiro, mas não atuam diretamente nos processos de produção e consumo dos alimentos; (ii) na rede, a agência de quem produz e de quem consome é limitada e subordinada aos interesses [financeiros] do conjunto de atravessadores que performa as práticas de distribuição e comércio dos alimentos. Tais noções são mobilizadas, no desenvolvimento do conceito de redes agroalimentares alternativas (Schneider & Gazolla, 2017), mas me interessam principalmente porque emergiram em todos os territórios de pesquisa, performando o que conceitualmente a literatura denomina cadeias agroalimentares longas. Na primeira *hinterland*, adquiriram destaque as grandes redes de supermercados; na segunda *hinterland*, as cadeias agroalimentares industriais; aqui, na terceira *hinterland*, o atravessador e sua agência na rede. Esse actante foi referenciado em diferentes eventos que se conectam à primeira e à segunda *hinterlands*, mas, na terceira *hinterland*, ele se constitui como um elemento ainda mais significativo para análise. As pistas deixadas pelas referências a ele conduziram a investigar as

relações tecidas por esse actante na rede. Na constituição da COOMAFITT, ele ganha maior relevância.

O primeiro aspecto a ser elucidado é que o atravessador “não é um ser maligno. Ele tem a concepção de mercado dele. E ele é regido pelos preços de mercado que ele consegue e vai remunerar o agricultor pelo preço de mercado que ele consegue visando o lucro dele” (entrevistado E12). Aqueles que os interlocutores da pesquisa caracterizam como atravessadores seriam considerados, no *mainstream* da administração, empreendedores que identificam uma oportunidade de mercado e, com sua atuação, ‘agregam valor’ ao produto. Porém, análises moralistas da atuação do atravessador, no sistema agroalimentar, pouco contribuem para esta tese. O foco aqui é compreender as práticas performadas por esse actante e suas relações com a rede agroalimentar alternativa investigada.

Ao estudar os eventos que engendraram a criação da COOMAFITT, compreendi as primeiras pistas acerca das práticas performadas pelo atravessador na agricultura familiar, como se evidencia na entrevista com um interlocutor:

Então, chegava o atravessador lá e dizia: ‘Olha, vou te pagar tanto na caixa’. ‘Ah, mas é muito baixo’. ‘Bom, aceita ou vai ficar... vai ficar aqui’, né? Então, era uma lógica perversa. Tinha a questão da banana, que tinha muita dificuldade também. Que era o pagamento por caixa e não por quilo. Então, tinha uma caixa lá que cabe vinte quilos de produto, o cara conseguiu colocar trinta e pagava por caixa. E a classificação era do próprio atravessador, né? Sempre tem essa coisa da classificação. Então, tinha uma lógica muito, muito torta, né? Da banana, na classificação, é uma coisa que a qualidade, muitas vezes, do produto, pode ser a mesma, pode ser muito próxima, mas é o atravessador que define. Então, por exemplo, hoje, o preço da banana que eles falam que é R\$1,80, aqui, chegando na propriedade. Só que R\$1,80 é a primeira e R\$0,90 é a segunda. A segunda é a metade do preço da primeira (entrevistado E11).

O excerto reproduzido avigora a compreensão de que a limitação e a subordinação da autonomia de quem produz e de quem consome o alimento são características das cadeias agroalimentares longas. Ele apresenta a compreensão de que as práticas engendradas pelo atravessador rebaixam o poder de agência do agricultor à [falsa] simplicidade da produção de bananas, laranjas, feijão, milho etc. Nos desdobramentos dessas práticas, o agricultor perde o poder de agência sobre o resultado de seu trabalho. O diagnóstico mais duro foi empreendido por um agricultor, ao me contar as situações que sua comunidade enfrentara, antes da criação da COOMAFITT: “Chega a ser engraçado, mas era como se fosse um favor o cara ir lá comprar a banana do cara que está lá em cima do morro e pagar um preço irrisório para o agricultor” (diário de campo, 24/09/2020).

O atravessador é um ator presente no contexto da agricultura brasileira. As relações que ele ajuda a construir, na articulação de cadeias agroalimentares longas, representam a

hegemonia das práticas mercantis contemporâneas. Isso sugere que a relevância atribuída pelos interlocutores a seu papel, na articulação de práticas mercantis que devem ser combatidas, é uma trama de relações que precisa ser explorada. Por esta mesma razão, o atravessador não é um ator ‘natural’ da agricultura. Ele é engendrado em uma trama de relações mais complexas do que a aparente naturalização postulada pela agricultura moderna. Realizo, pois, um breve desvio analítico, a fim de conectá-lo ao processo histórico de modernização da agricultura brasileira.

A modernização da agricultura brasileira é uma trama de relações extremamente complexas que, nesta tese, não é possível descrever em sua totalidade e potência³¹. Aqui, o que mais interessa são os efeitos materiais e ideológicos que ela produz na agricultura nacional. Por ora, demonstro que o atravessador não é um actante ‘natural’ da agricultura familiar brasileira. Ele foi introduzido na dinâmica da agricultura familiar pelos desdobramentos das políticas de modernização da agricultura, que acompanharam o movimento de difusão da Revolução Verde pelo mundo, Pós-Segunda Guerra Mundial.

Os processos de modernização da agricultura, de modo geral, engendram “uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir” (Kageyama, 1990, p. 113). Essa é uma descrição bastante tecnicista dos movimentos de modernização da agricultura brasileira. Para além da mudança na base técnica e nos novos modos de fazer agricultura por ela engendradas, “a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (Graziano, 1985, p. 27).

A agricultura brasileira Pré-Revolução Verde foi fortemente marcada pelo modo camponês de fazer agricultura. Como postula Schneider (2016), é provável que não haja grupo social mais incompreendido do que o dos camponeses, ora são vistos como atrasados, pobres, sem chance de sobreviver, ora são vistos como a solução alimentar para o mundo. Na esteira da visão dualista entre economia camponesa e economia capitalista, muito foi escrito para promulgar a tese do desaparecimento do camponês, em decorrência dos referenciais de modernização e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Tal tese assenta-se, parcialmente, nas ideias de Marx, no século XIX, aprimoradas por seus herdeiros

³¹ Os processos de modernização da agricultura ocorridos no Brasil, desde a década de 1950, teve inúmeros desdobramentos, principalmente ambientais – motivados pelo uso indiscriminado de produtos tóxicos – e sociais, por contribuir para o desemprego no campo e o conseqüente êxodo rural.

testamentários. Kautsky (1980), por exemplo, defendeu que a divisão social do trabalho na agricultura, tal como ocorreu na indústria, tenderia a empurrá-la para a especialização produtiva e a centralização do capital, levando o campesinato ao desaparecimento, como aconteceu com os artesãos após o surgimento das fábricas.

A concretização do modo de fazer agricultura empresarial – que na atualidade chama-se agronegócio – só se tornou possível devido às novas condições introduzidas e consolidadas pelo projeto de modernização, iniciado na década de 1960, atribuindo papel central ao estado brasileiro, nesse processo (Abramovay, 1992). As políticas de modernização em todo mundo culminaram em profundas transformações no campesinato, impelindo a agricultura para uma lógica produtiva subordinada aos mercados, até mesmo as unidades produtivas de caráter familiar. Contrariamente às previsões fatalistas, Shanin (2005) observa que, embora as transformações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo à agricultura sejam incontestáveis, desdobrando-se em condições socioeconômicas desfavoráveis, isso não significa que tais imperativos resultem no desaparecimento do campesinato.

Contudo, as definições mais estreitas que caracterizam o camponês “como aquele que trabalha a terra para se nutrir” (Mendras, 1978, p. 44), colocando a economia camponesa em total oposição à racionalidade capitalista, levantaram suspeições sobre a existência do campesinato na contemporaneidade. No âmbito dessas suspeições, surgiram as primeiras concepções de que a lógica produtiva capitalista, baseada no mercado e empregada no pacote tecnológico das políticas de modernização da agricultura, teria transformado o camponês em agricultor familiar (Mendras, 1976).

Abramovay (1992) defende que o termo agricultura familiar representa uma nova categoria, produzida nas metamorfoses das sociedades capitalistas desenvolvidas. O modo de vida camponês teria se transformado em uma profissão, em uma forma de trabalho denominada agricultura familiar. Para o mesmo autor, a agricultura familiar “é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais” (Abramovay, 1992, p. 22). Ele expõe que “a agricultura familiar e o agronegócio, são membros de uma mesma ordem: agricultura capitalista contemporânea” (Abramovay, 1992, p. 130). Em linha argumentativa oposta, Wanderley (2009, p. 156) define a agricultura familiar “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Segundo Wanderley (2009), a agricultura familiar assenta-se nas raízes históricas do campesinato. Ele argumenta que as metamorfoses ocorridas na agricultura familiar não representam total ruptura com os modos de vida camponês, pois se alicerçam na relação propriedade, trabalho e família.

O camponês do início do século XX não pode ser equiparado ao agricultor familiar do século XXI, mesmo havendo semelhanças e sobreposições. Lamarche (1997, p. 16) os diferencia ao dizer que “a exploração camponesa é uma forma de exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa”. Não adentro o debate sobre a (in)existência do campesinato no Brasil contemporâneo, porque interessam-me, especificamente, as definições explanadas pelos interlocutores. É por isso que, nesta tese, assumo a noção de agricultura familiar. Entretanto, o próprio campo reconhece que a agricultura familiar não representa unicidade. A agricultura familiar investigada nesta tese apoia-se na agroecologia e no enfrentamento ao modelo do agronegócio. Compreender as metamorfoses da agricultura familiar é fundamental para compreender a agricultura familiar performada nos territórios investigados.

O pacote tecnológico da Revolução Verde impulsionou transformações estruturais significativas na agricultura brasileira. Como descreve Ploeg (2008), o camponês do início do século XX mantinha a produção orientada à reprodução da unidade agrícola e da família, com pouca interação com os mercados, e, por vezes adotando o sistema de escambo com os vizinhos. Com o pacote tecnológico da Revolução Verde, o camponês se viu diante da possibilidade de ter maior controle sobre a ‘generosidade’ da natureza e, conseqüentemente, aumento significativo na produtividade. No entanto, a tradicional produção orientada à reprodução da unidade agrícola e da família mostrou-se insuficiente para usufruir do pacote tecnológico das políticas de modernização da agricultura. O camponês precisava produzir algo que tivesse valor no mercado, em quantidade suficiente para cobrir os custos inerentes ao pacote tecnológico. Nesse ínterim, o camponês foi direcionado para produção orientada ao mercado: não é mais o agricultor quem define o que e quanto será produzido, é o mercado que determina a produção na unidade agropecuária³².

Entretanto, diferentemente do que pregavam as abordagens fatalistas, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não transformou o campesinato em proletariado e, muito menos, em burguesia rural. No Brasil, por exemplo, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários existentes no país, 3.897.408 (77%) pertenciam à categoria sociopolítica da agricultura familiar. Nos estudos

³² A modernização da agricultura não pode ser vista como um processo unicamente perverso e negativo. Ela trouxe benefícios indubitáveis aos agricultores. A presença do trator na unidade agropecuária torna o trabalho do agricultor indiscutivelmente menos penoso. A luz elétrica eleva a qualidade de vida no campo. Qualquer retorno obscurantista ao campesinato do início do século XX é uma utopia daqueles que pouco conhecem o rural brasileiro.

rurais, os escritos Chayanov adquiriram relevância ao conceberem o camponês³³ através de sua lógica própria de sobrevivência.

Segundo Abramovay (1992), Chayanov compreendeu o campesinato não como uma simples forma ocasional, transitória e fadada ao desaparecimento, mas como um sistema econômico, do qual é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento. Fortemente influenciado por Chayanov, Ploeg (2008) defende que os camponeses não são mais o lado da equação que vai desaparecendo na contemporaneidade, pois eles mostraram grande engenhosidade na (re)criação de novas, robustas e promissoras práticas de resistência ao domínio e à dependência de relações mercantis intensas e assimétricas. Isso corrobora o estudo clássico de Wolf (1976), o qual postula que o camponês não existe como um ser isolado no mundo, sua existência conecta-se a um sistema maior, exigindo constantes adaptações em suas estratégias produtivas, em consonância com as características das sociedades às quais pertence.

Ainda que as interpretações marxistas de Lenin e Kautsky, acerca do fim do campesinato, não tenham se concretizado, o capitalismo encontrou maneiras de incluir o camponês em sua engrenagem. As políticas de modernização da agricultura assumiram o papel de inserir, na lógica da produção capitalista, as massas camponesas que organizavam seus modos de vida à margem desse sistema. No entanto, não foi preciso transformar o camponês em proletariado para o capitalismo desenvolver estratégias de exploração da agricultura. Ploeg (2008) expõe a noção de impérios alimentares para representar as forças capitalistas empregadas nas estratégias modernas de domínio e controle da agricultura. Em concordância com as proposições de Hardt e Negri (2000, p. 7), esses impérios são caracterizados como “um aparelho descentralizado e desterritorializado de governação que incorpora progressivamente todo o domínio global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão”.

Para Ploeg (2008), os elementos centrais dos impérios alimentares são o controle e a apropriação da agricultura. Eles se materializam na apropriação continuada de espaços locais, antes relativamente autônomos e auto-organizados (Friedmann, 2006), e os governa para assegurar sua controlabilidade e sua explorabilidade. O império elimina o local, transformando-o em ‘não lugar’. A única relevância do local é que ele representa um conjunto de coordenadas – um entre muitos outros conjuntos – em que se aplicam normas generalizadas e globalizantes. No sistema agroalimentar, o império representa uma desconexão definitiva entre a produção e

³³ O termo agricultura familiar e seus derivados foram gestados pela literatura latino-americana. Em geral, o que a literatura internacional denomina, na atualidade, como camponês, corresponde ao agricultor familiar no Brasil. Em respeito à terminologia adotada por autores internacionais, uso, por vezes, camponês/campesinato, como sinônimos de agricultura familiar.

o consumo de alimentos e também as particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e consumo ficam sem qualquer importância (Ploeg, 2008).

A Parmalat é analisada por Ploeg (2008) como um caso empírico de império alimentar, que conseguiu obter e centralizar uma riqueza considerável – não produzida por ela própria, mas obtida de outros que se tornaram dependentes dela. A análise do caso da Parmalat demonstra que, no período de vinte e cinco anos, pagando preços baixos aos agricultores; confrontando os consumidores com preços elevados; adiando pagamentos aos produtores de leite; terceirizando suas atividades, a empresa acumulou a extraordinária quantia de cerca de 12 bilhões de euros (Ploeg, 2008). Com isso evidencia-se que a noção de império ultrapassa das noções de cadeias agroalimentares longas, ele é, sobretudo, um mecanismo de dominação, controle e exploração capitalista da agricultura.

Embora os impérios estejam presentes no sistema agroalimentar, o ponto cego das abordagens fatalistas foi desconsiderar as possibilidades de espaços de manobra (Long, 1984) engendrados por camponeses frente a eles e aos ambientes marcadamente controlados por relações mercantis intensas. Diferentemente do que expressou Marx (2011, p. 142), nos escritos do 18 de Brumário, os camponeses provaram ser muito mais do que “batatas em um saco constituem um saco de batatas”. No decorrer da história, os camponeses (re)criaram estratégias de resistência para garantir sua reprodução social, as quais foram expressas de múltiplos modos. Essas estratégias não se manifestam apenas por lutas abertas, como as que marcam o cenário brasileiro desde a década de 1980, através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), elas também se manifestam nos modos organizativos dessa categoria sociopolítica. Ploeg (2008) advoga que a resistência do campesinato reside na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas para confrontar os impérios.

Na compreensão da multiplicidade de estratégias de resistência gestadas pelo campesinato, Ploeg (2008) defende que a luta constante por autonomia ou a busca pela liberdade dos agricultores é a principal característica da condição camponesa na contemporaneidade. Para defender sua proposição, Ploeg (2008) resgata os trabalhos de Slicher-van-Bath (1978) para mostrar que o desejo do camponês por autonomia implica dois tipos de relação: a que assegura, relativamente, que ele esteja livre de relações agressivas de exploração e submissão; a que assegura liberdade para agir de modo que a agricultura corresponda a seus interesses e aspirações. Portanto, a potencial autonomia produtiva, em vista da capacidade singular de mobilizar recursos a seu favor, constitui o modo camponês de fazer agricultura na contemporaneidade (Ploeg, 2008; Ventura & Milone, 2005).

A contextualização teórica feita aqui enseja compreender, embora parcialmente, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura familiar, fortemente impulsionado por políticas de modernização da agricultura, seus desdobramentos e suas manifestações, desde a década de 1960. No entanto, o processo de mercantilização não é determinístico, único e inevitável, derivado da natureza do desenvolvimento capitalista. A literatura corrobora o observado no decorrer da pesquisa: a mercantilização é processo heterogêneo e negociado entre diversos atores, no qual os agricultores detêm poder de agência para enfrentar, resistir e (re)criar processos organizativos singulares, que não podem ser reduzidos à racionalidade econômica capitalista *stricto sensu*.

As manifestações emergidas no campo não fizeram referência literal aos impérios alimentares, que controlam os mercados agroalimentares e deles se apropriam, em que (re)existem e atuam também os agricultores familiares. A materialidade das práticas engendradas por esses impérios é retratada pelos interlocutores na figura do atravessador e seus modos de atuação mercantil. Ele não é, por si só, um império, podendo ser entendido como um ator que se conecta às realidades engendradas pelo império e atua diretamente na relação com os agricultores. O atravessador igualmente se conecta com pequenos comerciantes, supermercados, CEASA, setor industrial e exportador. Essa trama de relações performadas por esse actante, a qual ultrapassa suas ligações com os agricultores, excede os limites desta tese. Aqui se visa compreender como esse actante concebe práticas que materializam o sequestro da autonomia dos modos produtivos do agricultor familiar e, conseqüentemente, dos modos de reprodução social da agricultura familiar.

O atravessador ganha notória significância nos discursos dos agricultores. As práticas mercantis que ele delineia excluem o poder de agência do agricultor de definir o valor do produto resultante de seu trabalho: “Chegava o atravessador lá e dizia: ‘Olha, vou te pagar tanto na caixa’. ‘Ah, mas é muito baixo’. ‘Bom, aceita ou vai ficar... vai ficar aqui’” (entrevistado E11). O agricultor perde o poder de agência para aferir a qualidade do produto que ele produziu: “Da banana, na classificação, é uma coisa que a qualidade, muitas vezes, do produto, pode ser a mesma, pode ser muito próxima, mas é o atravessador que define” (entrevistado E11).

Em processo mais amplo, o agricultor familiar sequer tem poder de agência para definir o que será produzido em sua unidade agropecuária, sua inserção em intensos encadeamentos mercantis produz acentuadas relações de dependência aos mercados. Por exemplo, o agricultor familiar que, incentivado por políticas de modernização, obteve financiamento para a aquisição de um trator, a fim de custear as parcelas devidas e também de garantir a manutenção da máquina, é forçado a produzir algo que tenha valor comercial, aferido não por ele, mas pelo

atravessador. O agricultor familiar que, pela herança camponesa, orientava sua produção para a reprodução da unidade agrícola e da família, passa a orientá-la também para os mercados. Ou seja, o agricultor que culturalmente produzia, de modo diversos, batata, frutas, mandioca, milho, cebola, carne, arroz, feijão etc. em escala suficiente para alimentação da família e para pequenas trocas com vizinhos e comerciantes locais, é obrigado a produzir ‘alguma coisa’ que gere valor comercial suficiente para custear as tecnologias (máquinas, insumos, agrotóxicos, utensílios etc.) que o próprio mercado lhe vende.

Esse é um dos motivos pelos quais a agricultura familiar é direcionada para a produção de *commodities*, como a soja, por exemplo. Embora os comprovados impactos que o processo de ‘sojicização’ gera na agricultura familiar (Conterato et al., 2007), a *commodity* soja assegura um mercado relativamente estável, que atua antes mesmo de a semente ser lançada na terra e garante que o agricultor terá para quem vender sua produção. O atravessador não acrescenta qualquer tipo de recurso nem novas tecnologias e/ou capacidades organizacionais superiores, mas sua atuação garante que o agricultor obterá o valor comercial da produção. “O atravessador não arrisca nada. Não tem medo de seca, da geada, de temporal, de nada... quem corre todos os riscos é sempre o produtor. No bolso do intermediário não dá doença, não dá chuva de pedra, e ainda por cima, são eles quem dizem o preço” (diário de campo, 16/07/2020). Esse desabafo de um agricultor, fornecedor da GiraSol, me conduz a resgatar o excerto da entrevista com uma das interlocutoras da GiraSol: “Uma das reclamações que a gente mais via assim ‘ah eu não vou produzir porque não tenho para quem vender’. Então, ‘ou eu tenho que trocar por uma meia dúzia de trocados lá para os atravessadores ou eu tenho que ver apodrecer’” (entrevistada E2). Na relação coadunada pelos impérios agroalimentares, o agricultor é imerso em uma relação de dependência aos mercados, na qual o atravessador – e toda a performatividade existente por trás dele – define o que será produzido e o correspondente valor.

As ações do atravessador, por meio de seu aparato, solapam ou sufocam a herança camponesa da heterogeneidade dos modos de fazer agricultura. Nessa forma de composição de relações mercantis, expressa pela figura do atravessador, elementos como terra, mata, água, sementes e o próprio agricultor não são convocados a dela fazer parte. A luta por autonomia, postulada por Ploeg (2008), é uma mobilização pela própria existência, já que, para o agricultor familiar, terra, água, sementes, matas são vida e estão intimamente interligadas, atuando umas sobre as outras em um agenciamento recíproco que produz modos de vida que não se reduzem à racionalidade capitalista.

O capitalismo, por meio da rede de atores mobilizados pelos impérios agroalimentares, encontrou maneiras bem mais astuciosas de exploração e controle da agricultura³⁴ do que transformar o camponês em uma grande massa de trabalhadores assalariados, explorada por uma pequena parcela da burguesia rural. No entanto, como mostram as pistas investigativas desta tese, corroboradas pela literatura, os agricultores familiares também encontram espaços de manobra e de resistência aos processos de mercantilização e racionalidade econômica capitalista. Se, ‘da porteira para dentro’, os agricultores familiares aprenderam a conjugar a produção para reprodução da unidade agrícola e da família com a produção orientada aos mercados, da ‘porteira para fora’, eles aprenderam a mobilizar processos organizativos que combatem as relações mercantis agressivas de exploração e submissão, assegurando a autonomia de seus modos de produção. Na esteira dessas estratégias para manutenção da autonomia, a cooperação emergiu como um modo organizativo que ultrapassa os limites da unidade agrícola individual.

Diferentemente de outros tipos de agricultura (empresarial, agronegócio, capitalista etc.), a agricultura familiar firma-se no apego ao local, ao território com o qual o agricultor familiar está conectado. Ela implica um ténue equilíbrio entre os interesses comunitários locais e os interesses individuais. Por exemplo: embora pareça vantajoso a um agricultor devastar a mata ciliar à margem de um rio, de cujo recurso hídrico ele não usufrui, para transformar em terra agricultável, ele não o faz, pois sabe que seu vizinho precisa desse recurso em sua unidade agrícola. Esse tipo de equilíbrio é amalgamado no tempo e no espaço. A cooperação é historicamente uma ação estratégica na agricultura familiar, especialmente no enfrentamento a ambientes e situações hostis, como os oriundos dos impérios agroalimentares. A cooperação é uma das estratégias de defesa da agricultura familiar, apesar de nem sempre ser efetiva. Ela não foi criada com o surgimento das instituições cooperativas no século XIX, pois suas práticas sociais localizam-se no lastro histórico da organização da agricultura. Conquanto o modelo das ‘*cooperbusiness*’ tenha se esgotado no final do século XX, devido a práticas mercantis que, em alguns casos, se aproximavam do que Ploeg (2008) denomina impérios agroalimentares, a cooperação como estratégia social, política e econômica dos agricultores familiares não desapareceu com a falência das cooperativas. Sempre é tempo de mencionar que a cooperação

³⁴ O relatório “Seed laws that criminalize farmers: Resistance and fightback”, publicado pela Via Campesina e pela Grain (2015), demonstra que três empresas controlam mais da metade (53%) do mercado mundial de sementes: Monsanto (26%), DuPont Pioneer (18,2%), Syngenta (9,2%). Entre o quarto e o décimo lugar, aparecem Vilmorin, WinField, KWS, Bayer Cropscience, Dow AgroSciences, Sakata e Takii. Essas dez empresas dominam 75% do mercado mundial de sementes. Oliver e Sánchez (2016) mostram que os chamados ABCDs, Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, administram a maior parte do comércio mundial de grãos, controlando 75% dele.

é criada e recriada constantemente nos modos de organizar dos agricultores familiares. Esse desvio no percurso da tese visou contextualizar, histórica e teoricamente, a criação da COOMAFITT, em 2006. Como aconteceu em grande parte do território brasileiro, a agricultura familiar da Região do Litoral do Rio Grande do Sul, onde se situa a COOMAFITT, foi, desde a década de 1960, fortemente impactada pelas políticas de modernização da agricultura. Duarte et al. (2021) analisaram as dinâmicas introduzidas, na Região do Litoral gaúcho, pelas políticas de modernização da agricultura e constataram que, pelas dificuldades geográficas e ecológicas para mecanização e produção de grãos, os processos de modernização centraram-se na adoção de insumos químicos e agrotóxicos. Paralelamente, o pacote tecnológico das políticas de modernização da agricultura trouxe a intensificação das relações mercantis da agricultura familiar. Na maioria delas, sobressaía, até o início dos anos 2000, a presença do atravessador, atuando nos processos de compra e distribuição da produção e retendo parte significativa do valor obtido. Contudo, para driblar essa intermediação, os agricultores mobilizaram estratégias de venda direta aos mercados locais e em barracas às margens da BR 101 e da RS 453 que cortam a região.

A fim de reagir contra esse cenário, alicerçados na resistência às práticas mercantis performadas pelo atravessador e no modelo de cooperativismo das *'cooperbusiness'*, 27 famílias fundaram a COOMAFITT, com o anseio de que a nova cooperativa “tinha que ser diferente e que tinha que se basear muito na participação das pessoas, que realmente os associados quisessem construir esse processo” (entrevistado E11). Nos primeiros anos de existência, a cooperativa tinha como objetivo aprimorar os sistemas produtivos e de comercialização. Desde 2008, os mercados institucionais, gestados pelos programas de compras públicas (PAA e PNAE), despontaram como a principal estratégia comercial da cooperativa. Dados atualizados pelos interlocutores da pesquisa, mostram que a COOMAFITT é atualmente composta por 223 famílias de agricultores que, por meio dela, ofertam mais de 6,4 mil toneladas de 88 variedades de alimentos, sem recorrer a atravessadores.

A produção dos agricultores associados à COOMAFITT não é exclusivamente orgânica e/ou agroecológica, porém encontraram-se pistas da atuação da cooperativa no fortalecimento e na expansão da agroecologia na região.

Por exemplo, chegou um associado aqui na COOMAFITT e o cara meio que perguntou: ‘Bah, como é que funciona a questão da agroecologia?’; ‘Dá pra fazer?’; ‘Como tem que fazer?’. E aí a gente já conversa um pouco, a gente vai marcar, agendar uma visita e o [nome preservado] vai lá conversar, vai olhar a propriedade e já ver como é que pode ser feito, né? Então, quando ele chega na propriedade, ele já vai orientando: ‘Olha, tem OPAC, tem a Rede ECOVIDA, que é a certificadora

participativa. Tu vai participar das reuniões, vai ser associado e aí, a partir disso, vai solicitando um certificado'. Mas ele já olha a propriedade e diz: 'Olha, tá e aquele terreno ali do lado é de quem?'. 'Ah, é o vizinho, tal, é convencional, usa veneno'. 'Bom, então, aqui, você já pode plantando uma barreira, já pode fazer'. Então, já vai dando orientações no início que vão facilitando. E tem coisas da transição que são muito... são coisas muito pequenas, assim, mas que fazem a diferença (entrevistado E11).

A COOMAFITT auxilia seus associados nos processos de transição agroecológica e na obtenção da certificação orgânica, através de parceria com a Rede Ecovida de Agroecologia e o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC Litoral Norte). A transição agroecológica não é um processo unilinear de base técnica, mas possui múltiplas dimensões, inclusive a econômica. Os modos convencionais de fazer agricultura são performados pela dinâmica de exploração máxima dos agroecossistemas, em direção à maximização da produção, sem aparente preocupação com a deterioração do meio ambiente, com os desequilíbrios sociais e com perda de qualidade de vida nas comunidades rurais. O 'novo' modo agroecológico de fazer agricultura requer mais racionalização produtiva, embasada no conhecimento das especificidades físicas, químicas e biológicas dos agroecossistemas (Costabeber, 2006). Estudos científicos indicam a redução dos custos de produção, à medida que diminui o uso de adubos químicos, agrotóxicos e outros insumos externos às propriedades (Altieri, 1998; Costabeber, 2006; Marin, 2009; Santos, Siqueira, Araújo, & Maia, 2014). No entanto, é inevitável que, no processo de transição, os agricultores enfrentem perdas financeiras e a redução da produtividade no curto prazo, em decorrência da erosão do solo, causada pelas práticas convencionais (Altieri, 1998). Além disso, no período de transição, o agricultor não pode comercializar seus produtos com o valor agregado pela certificação orgânica. Na esteira desse processo de transição, a COOMAFITT concebeu uma prática interessante.

A gente tem uma tabela de preço do convencional e do orgânico, mas durante, então, esse processo de transição, a COOMAFITT não comercializa como orgânico, porque ele não é um alimento certificado, né? Mas ela dá um aumento de 15% no valor e vende como convencional, né? Então, pega o produto dá esses 15% e vende como convencional, mas como uma forma de subsidiar aquela redução que existe no momento de transmissão. Uma redução da produção, então pode cair um pouco a qualidade, então para subsidiar isso, coloca esse aumento também para não tornar o processo ainda mais... mais difícil (entrevistado E11).

Embora não se restrinjam à produção orgânica, as práticas performadas no campo da agroecologia têm desdobramentos: "Ano passado, dobrou o número de certificados" (entrevistado E11). Como informaram alguns interlocutores, o incentivo à transição

agroecológica das unidades agrícolas associadas, com o consequente aumento de participação dos produtos orgânicos nos processos de comercialização da cooperativa, é uma das estratégias prioritárias da COOMAFITT. Entretanto, o incentivo à transição agroecológica não é, unicamente, uma estratégia comercial da cooperativa, pois tem repercussões sociais e políticas relevantes. Como é entendida e informada pelos interlocutores, a COOMAFITT exerce práticas de inclusão de agricultores que sempre produziram de modo agroecológico. O trecho de uma entrevista, a seguir reproduzido, oferece pistas a serem observadas:

[...] é justamente não tornar a agroecologia um processo exclusivo. Porque, ao contrário, tem que ser inclusivo. Tem agricultores aqui que foram pessoas que até, se duvidar da Revolução Verde foram excluídos. Por que? Ficava lá no morro, não tinha nem acesso a isso, sempre produziu a banana daquela forma e continuam produzindo. Só que são pessoas que não colocam os insumos, esses insumos pesados, então que tem um processo de transição [agroecológica] muito fácil de ser feito e que pode agregar valor no alimento que eles comercializam (entrevistado E11).

A essa percepção – “sempre produziu a banana daquela forma e continuam produzindo” – somam-se outras inquietações provocadas pelas observações realizadas durante a pesquisa. Ela parece sinalizar um fenômeno ainda mais enraizado, advindo da certificação orgânica, o qual circunscreve a fronteira entre um produto orgânico e um produto agroecológico. Essa fronteira é demarcada por dualidades, como agronegócio *versus* agroecologia; pequenos *versus* grandes agricultores; campesinato *versus* agricultura familiar. Em que pesem as disputas em torno da definição do termo, assim como das práticas que podem ser consideradas [mais ou menos] agroecológicas e/ou orgânicas, aqui reflito, especialmente, acerca dos desdobramentos que a certificação orgânica produziu nos modos de fazer agricultura e, principalmente, no acesso aos mercados.

Durante a pesquisa, fiz inúmeros registros de interpelações que evidenciavam determinadas realidades – “produzem tudo agroecologicamente, mas não tem certificação de orgânico para vender”. Diversas também foram as ocasiões, em que eu e os colegas de trabalho no Armazém GiraSol explicamos aos consumidores as diferenças e as semelhanças entre um produto orgânico e um produto agroecológico. Essas distinções não foram [ainda] totalmente apropriadas pelos consumidores nem mesmo por aqueles que optam por alimentação orgânica e/ou agroecológica. Certa vez, uma consumidora da GiraSol explicou-me: “Todo produto agroecológico é orgânico, mas nem todo orgânico é agroecológico” (diário de campo, 14/04/2021). Na primeira análise, até concordei com definição utilizada pela consumidora. Entretanto, as pistas produzidas levantaram suspeitas de que essa relação é bem mais complexa.

Essa ideia encontrou eco em um evento observado em campo. Reproduzo³⁵, um trecho da conversa entre uma coordenadora da GiraSol e um agricultor quilombola:

Coordenadora: Vocês já pensaram no processo de certificação da produção de vocês?

Agricultor: Certificação? Precisa certificar? A gente sempre fez assim. Coloca semente na terra, cresce e depois colhe. Sempre foi feito assim.

Coordenadora: Sim, claro... entendo. A certificação é um atestado de que a produção é orgânica. Para gente comercializar como orgânico, precisamos desse certificado. Como vocês sempre produziram agroecologicamente, o processo é simples.

Agricultor: É engraçado ter que comprovar que é orgânico (diário de campo, 03/10/2019).

“Sim, é engraçado que o agricultor, que sempre fez agricultura aos moldes do que hoje chamamos de agroecologia, precise obter uma comprovação do Estado de que sua produção é orgânica”, pensei em silêncio. Abre-se, por conseguinte, uma reflexão acerca dos limites que definem o que constitui um produto orgânico, ultrapassando a simples oposição ao convencional. É notável, portanto, que a matriz das políticas de modernização da agricultura e os modos de fazer agricultura por ela suscitados tenham transformado, em menos de um século, a agroecologia em exceção ou nicho, como denominariam os manuais da administração. Essa discussão adentra as agendas científicas e perpassa movimentos sociais e sindicais rurais, que compreendem a agroecologia não apenas como uma maneira de produzir alimentos livres de agrotóxicos. Trata-se de múltiplos modos de fazer agricultura entrelaçados a relações de trabalho e de produção tidas como mais corretas ambiental e socialmente. “Ela tem-se apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os agentes reconhecem como estando o mais próximo dos ‘modelos’ camponês e indígena” (Almeida, 2003, p. 501).

Em minhas perambulações pelas feiras da cidade de Porto Alegre, chamava-me a atenção a recorrente terminologia: ‘produtor agroecológico de produto orgânico’. A esquisitice reside na [falsa] percepção de que a existência do ‘produtor agroecológico de produto orgânico’ pressupõe a existência do ‘produtor agroecológico de produto não orgânico’. No plano dos modos de fazer a agricultura, das práticas de produção, todo agricultor agroecológico produz produto orgânico, tendo ou não a certificação orgânica. Entretanto, no plano da comercialização, a certificação orgânica regulamentada e conferida pelo Ministério da

³⁵ A reapresentação do excerto da conversa com o agricultor e quilombola não é acaso ou desatenção. Considero esse relato um dos mais desconcertante desta tese, o qual perpassa toda a constituição da rede agroalimentar alternativa investigada. Aqui, ele é reapresentado com o objetivo de contextualizar os modos de fazer agricultura ‘organicamente orgânicos’.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ³⁶ define as fronteiras do que pode ou não ser comercializado como produto orgânico. No âmbito da comercialização, não são somente as práticas adotadas na produção de um alimento que lhe conferem qualidade orgânica. Nas relações mercantis, ganham centralidade os regramentos do Estado, que estão impressos na certificação orgânica.

A referência da consumidora da GiraSol – “Todo produto agroecológico é orgânico, mas nem todo orgânico é agroecológico” – não pode ser considerada uma falsa ilação. Ela denuncia a existência de práticas, no plano de consumo, que mobilizam tipos de certificação diversos dos regramentos da legislação. Nos mercados convencionais, a certificação exerce papel fundamental nas práticas de consumo. No contexto de um supermercado, organizado em cadeias agroalimentares longas, o selo representa a garantia ao consumidor de que o alimento é orgânico. No entanto, em mercados alternativos, organizados em cadeias agroalimentares curtas, em que a relação entre produtor e consumidor é direta, a certificação perde protagonismo. Nas feiras, por exemplo, a qualidade orgânica é auferida mais pela palavra do produtor do que pela apresentação da certificação orgânica. “Nas feiras a gente vê na cara do produtor se ele é agricultor familiar, agroecológico ou se só está aí vendendo” (diário de campo, 5/06/2020), explicou outra consumidora.

No cotidiano do Armazém GiraSol, em que as relações mercantis são aproximadas, porém não diretas, constantes eram as interpelações dos consumidores: “É orgânico(a)?”. Ainda que os atestados de certificação orgânica dos produtores sempre estivessem disponíveis para apresentação aos consumidores, eles nunca foram necessários. Entretanto, eram requeridas explicações mais elaboradas do que um simples ‘sim’. Uma das respostas era assim verbalizada: “Sim, é orgânica. Essa banana é produzida na Região do Litoral, por agricultores familiares associados à COOMAFITT. A Região do Litoral tem muita produção de bananas. No nosso Facebook tem publicações que falam da COOMAFITT” (Figura 15). Em várias situações, a conversa seguia e os consumidores mostravam-se interessados em saber mais sobre a história ‘daquela banana’ e de quem a produziu. Dos efeitos diretos de ‘contar a história do alimento’, surgiam perguntas dos consumidores, como: “Já chegou a banana do pessoal do Litoral?”. Os

³⁶ A legislação brasileira estabelece três maneiras de garantir a procedência orgânica: (i) agricultores familiares, que realizam apenas a venda direta em feiras, entrega em domicílio, vendas para o governo, podem obter a certificação orgânica através da Organização de Controle Social (OCS), que fornece o documento de conformidade de produção orgânica participativa; (ii) no Sistema Participativo de Garantia formam-se Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), que são grupos compostos pelos próprios agricultores, técnicos e consumidores. A OPAC deve ser registrado no MAPA e possuir uma comissão verificadora, composta pelos próprios agricultores para fazer visitas técnicas nas propriedades; (iii) na certificação por auditoria, as empresas que emitem certificados são auditadas e fiscalizadas e devem estar regularizadas na Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro e no MAPA (MAPA, 2021).

consumidores, principalmente os mais fiéis, memorizavam os dias da semana em que eram entregues os produtos de determinada cooperativa: “Os verdes de São Domingos chegam na terça e quinta, né?”.



Figura 15. Publicação sobre a produção da COOMAFITT veiculada nas redes sociais da GiraSol

Fonte: imagem coletada nas redes sociais da GiraSol (27/08/2020).

A certificação orgânica ganhou os primeiros registros, no diário de campo, muito antes da inauguração do Armazém GiraSol. Em 01 de outubro de 2019, conforme a agenda, discutiram-se os critérios para definição dos fornecedores. Inicialmente, o armazém foi idealizado como um espaço de comercialização de produtos estritamente orgânicos, por conseguinte ali só seriam comercializados produtos certificados conforme o regramento legal. Foi, inclusive, realizada uma reunião com o representante da Superintendência do MAPA, em Porto Alegre, para debater o assunto. Na ocasião, em face das explicações do representante do MAPA, parecia haver consenso que “a GiraSol só irá comercializar produtos orgânicos certificados”. No entanto, rompeu-se esse consenso: “Mas a cebola da [nome preservado] não é certificada”, explicou um dos coordenadores. Isso gerou um efeito complicador, pois tal cooperativa era importante parceira política da GiraSol. “Nos comprometemos em comprar a cebola deles”, expressou um dos coordenadores. “E tem também o pão do [nome preservado] que é orgânico, mas não tem certificado”. Durante a reunião, foi narrada uma série exceções, firmadas em “não tem certificado, mas a gente conhece, sabe que é orgânico” e “são nossos parceiros de tempos” (diário de campo, 01/10/2019).

De um lado, estavam aqueles que sustentavam que o armazém só poderia comercializar produtos com certificação, consoante as normativas legais sobre o que é um produto orgânico. No outro lado, situavam-se aqueles que defendiam a análise singular das exceções, sustentando o papel integrador da GiraSol na rede que estava se formando. Provisoriamente, a discussão se resolveu pela fala de um dos coordenadores:

Seria muito fácil a gente só trabalhar com os grandes produtores de orgânicos. Esses são certificados, têm rastreabilidade, emitem nota fiscal, conseguem entregar grandes quantidades de produtos, dão boas condições de pagamento, mas a nossa proposta é outra. Se o pessoal não é certificado, a gente precisa ir lá e ajudar eles a conseguir a certificação, mas fechar as portas para eles é contra os princípios da GiraSol (diário de campo, 29/10/2019).

Embora essa fala se assentasse na implementação de uma solução, não raras vezes, a discussão ressurgiu e parece estar longe de ter um ponto final. A arena de mediações foi estabelecendo os critérios de seleção e de exclusão dos atores que querem se conectar à rede da GiraSol como fornecedores. Esta arena foi ganhando maleabilidade, formularam-se novos critérios de diferenciação da qualidade orgânica que, não sem tensões, extrapolou os limites impostos pelas normas regulamentadoras. O percurso de pesquisa ensejou a percepção de que o posicionamento da GiraSol corresponde à agroecologia. A certificação orgânica não é, portanto, o único critério para acesso à GiraSol – para ser fornecedor da GiraSol “não basta ser orgânico, precisa também ser agroecológico” (entrevistada E3).

Na esteira desse critério, as definições do que é um produto orgânico foram ganhando outros modos de atestação, pois não existe um certificado de produção agroecológica. Na definição dos critérios – que envolve [ausência do] o agrotóxico, mas também mobiliza, entre outros elementos, terra, água, povos tradicionais, sementes, relações de gênero, alimento – identificam-se algumas fraturas nas relações com a certificação orgânica, que não dão conta da multiplicidade e da heterogeneidade de atores que performam a agroecologia.

Os orgânicos são só produção. Tu fala em agroecologia tu não fala só em produção. Tu fala do cuidado, da resistência, da relação que tu tem com a terra para outros usos também para lazer, enfim, cuidado. Como tu se sente naquele ambiente. No caso do agricultor, tua relação com as outras pessoas também. Envolve tudo isso. Não é só um modelo de produção, vai para muito além disso. É meio complexo, às vezes parece meio abstrato, mas enfim é tipo um modelo de vida trabalhar com a agroecologia (entrevistada E3).

Ao extrapolar os limites predeterminados, assomam, como desdobramento da produção agroecológica, outras possibilidades de atestar a qualidade orgânica. Os modos de produção

orgânica são tão heterogêneos que sobrevivem outras possibilidades de contar algo sobre a qualidade de um produto. Então o problema torna-se outro: não basta a obtenção da certificação, é preciso saber como atestar a qualidade orgânica de produtos ‘organicamente orgânicos’, como certa vez ouvi de um consumidor. Em consonância com o observado em campo, embora não existam critérios normativos e legais sobre o que é um produto agroecológico, existem certos marcadores de diferença (que não são universais) que se interseccionam – e (re)produzem – os critérios, que a GiraSol mobiliza para definir seu quadro de fornecedores. No escopo desses critérios, a COOMAFITT conecta-se política e comercialmente com a GiraSol. Duarte et al. (2021), em seus estudos, apresentam a caracterização do trabalho da COOMAFITT com as mulheres e a juventude rural e sua atuação em rede com outras organizações.

Muito antes de ela ganhar *status* de território de pesquisa, registrei, no diário de campo, notas sobre as práticas e os modos organizativos da COOMAFITT. Os registros acumulados subsidiaram o percurso de pesquisa. Nas pistas colhidas, ressaltava a necessidade de melhor explorar as práticas da COOMAFITT com as mulheres. Essa trama de relações conecta a GiraSol, a RESF e a COOMAFITT, sendo uma trilha que percorre as três *hinterlands*. Em mais de uma ocasião em campo, ouvi “sem feminismo, não existe agroecologia”. Para melhor especificar, escolhi um excerto da entrevista que realizei com um dos interlocutores da COOMAFITT.

E lá em 2014 foi feito um debate sobre as mulheres e a pergunta era: por que as mulheres não participavam dos espaços da COOMAFITT? A gente tinha, na época, 12% ou 13% do quadro social de associadas. Então, era um problema, porque a gente sabe que a realidade não é essa, né? E que as mulheres estão presentes em todos os espaços da propriedade e que não é só a produção, né? É em tudo, nas tarefas da casa, do galpão e na produção, em tudo, é muito mais amplo. Então, como é que a gente ia poder mudar essa forma, para que não viesse só o homem aqui e parecendo que o cara está trabalhando sozinho. Então, isso foi discutido pelos dois públicos, na verdade. E a partir dali, daquele debate, foi importante porque teve uma discussão para entender a importância da participação e também criar um processo dentro da COOMAFITT para isso, que era associar as mulheres e que elas tivessem uma cota de produção. Então, por exemplo, quando eu faço um pedido de banana, tem 100 quilos de banana, tem quatro associados, é 25 quilos para cada um. Se tem o homem e a mulher associados, então, ambos ficam com 25, dá 50 para a família. Então, a mulher representar a mesma cota que o homem e quando é feito o pedido sai o nome de cada um. Então, isso hoje a gente tem 35% ou 36% de associadas. Então, mudou muito, cresceu a participação e na hora do pagamento, por exemplo, faz ali o mesmo pagamento, mas sai um relatório, o que é do homem e o que é da mulher (entrevistado E11)

A atenção conferida às relações de gênero, nos processos organizativos da cooperativa, carrega um marcador de diferença da compreensão do que é um produto agroecológico para a GiraSol.

A valorização do trabalho das mulheres, no âmbito da unidade agrícola, e o expressivo crescimento no número de mulheres associadas à cooperativa, a que fez referência o interlocutor citado, geraram consequências interessantes nos espaços de gestão da COOMAFITT. A gestão da cooperativa, no período de realização da pesquisa (2019/2020), tinha a participação de quatro mulheres. Após a saída oficial de campo, uma nova gestão foi eleita, havendo nela duas mulheres, sendo a presidenta uma associada de 31 anos. A permeabilidade dos espaços de gestão da cooperativa, com marcante presença de mulheres e jovens, despertou meu interesse de estudo, na expectativa de que o engendramento da cooperação e da organização encontraria novas pistas no território da COOMAFITT.

Na criação da COOMAFITT, havia um anseio: a nova cooperativa “tinha que ser diferente e que tinha que se basear muito na participação das pessoas, que realmente os associados quisessem construir esse processo” (entrevistado E11). Os referenciais do trabalho com as mulheres e a juventude; da agricultura familiar; do cooperativismo solidário, da organização em rede; da agroecologia subsidiam análises que singularizam a experiência da COOMAFITT. Torna-se relevante descrever tanto o modo como a COOMAFITT distancia-se das práticas dispostas pela lógica mercantil do atravessador e do cooperativismo de modelo empresarial quanto as práticas de cooperar e de organizar que esse distanciamento constantemente cria e recria, no cotidiano da cooperativa.

Se os atravessadores sequestram o poder de agência e a autonomia do agricultor, as práticas performadas pela COOMAFITT deveriam estar orientadas pela restituição da autonomia do agricultor. Assim, práticas que retiram a autonomia do agricultor não poderiam obter espaço nos processos organizativos da cooperativa. Se as práticas mercantis do atravessador não servem nem são aderentes ao desejo sobre o qual foi fundada a cooperativa, quais práticas sustentam a organização da COOMAFITT “como uma cooperativa que precisa ser diferente”? Para jogar luzes sobre este questionamento, retomo os exemplos dos processos de classificação da banana e de definição dos modos de verificação da quantidade, orquestrados pela COOMAFITT:

Então, isso também foi um processo de construção que teria que ser diferente e toda essa lógica da organização, por exemplo, no caso da banana, começou a ser discutida pelos próprios associados. Bom, o pagamento é em quilos. Esse negócio de pagar por caixa não existe. O justo é por quilo. A classificação, qual é a classificação dentro da COOMAFITT? Então, todos os associados, é feito até hoje essa dinâmica, quando vai fazer uma reunião para ver a classificação, cada um traz uma penca da produção. Então, entre eles mesmos, eles olham e dizem: ‘Olha, bom, essa banana aqui é de primeira, essa é de segunda’ e definem por eles um processo de classificação padrão. E esse padrão depois ele é seguido e aí no caso o motorista, ele vai só conferir, mas quem deixa pronto, já deixa classificado, é o associado (entrevistado E11).

De algum modo, aqui narro e radicalizo as distinções que os interlocutores da pesquisa estabelecem sobre as práticas engendradas pelo atravessador. Agricultores e agricultoras também produzem os próprios processos organizativos. A pesquisa levantou pistas de que os processos organizativos por eles performados, à margem da estrutura de governança formal da cooperativa, possibilitam pensar em outras lógicas de relação, organização e cooperação, que mantêm a autonomia do agricultor e simultaneamente age para e no coletivo através das múltiplas formas de atrelamento desses atores.

Falar de processos organizativos concebidos pelos próprios agricultores exige lembrar as ruínas do ‘velho cooperativismo’. As fronteiras entre o ‘velho’ e o ‘novo cooperativismo’ são zonas cinzentas, que ora se distanciam, ora se sobrepõem ao denominado ‘novo cooperativismo’. Se as superestruturas cooperativistas do século passado tornaram-se “complexas demais para atender aos objetivos-fins da associação de cooperados” (Crúzio 1999, p. 25), ou, em outros termos, complexas demais para produzir cooperação, aquelas amparadas no movimento do ‘novo cooperativismo’ encontraram estratégias para devolver aos agricultores seu poder sobre as próprias organizações.

Há, nos discursos e nas práticas observadas, preocupação com os referenciais da autogestão da economia solidária como meio de formular modos de organizar que se distanciam dos modelos hierarquizados. O cooperativismo participa, historicamente, das tentativas de auto-organização dos trabalhadores (Prestes-Motta & Bresser-Pereira, 1980). Os princípios gerais do cooperativismo orientam práticas de gestão horizontalizadas: assembleia geral, como instância máxima de deliberação; cada pessoa, um voto; gestão assumida por pessoas da própria organização, que recebem da assembleia geral essa atribuição revogável, a qualquer tempo. No entanto, como faz referência um interlocutor, a realização de uma assembleia geral, por exemplo, pode não se constituir em prática de participação dos agricultores nos espaços de poder da cooperativa.

Então, se tiver que tocar em algum problema, muitas vezes eles [associados] não vão falar numa assembleia. Então, isso não é legal, porque se tu tem só o espaço só de uma assembleia e aí tem lá 200 pessoas, às vezes o cara vai ficar meio assim e não vai querer falar. Então, tem que viabilizar o espaço mais informal, porque justamente a gente quer que os problemas, eles venham (entrevistado E11).

Para não cair na armadilha do ‘velho cooperativismo’, as cooperativas filiadas às ideias do ‘novo cooperativismo’ firmaram suas relações de poder na participação direta de todos nas decisões, ultrapassando as fronteiras dos espaços formais. Para tornar seus espaços de poder permeabilizados, a COOMAFITT suscitou modos de organizar que (re)criam e aprimoram

outros espaços, à margem da estrutura formal, nos quais os associados são protagonistas na construção de novas relações de poder que, de algum modo, orientam o fluxo do organizar. Nas margens, também se fazem negociações, acordos e encontram-se brechas e linhas de fuga que dão poder de agência aos agricultores.

A experiência da COOMAFITT soma-se à da GiraSol ao evidenciar que as estruturas de governança prescritas na Lei do Cooperativismo (Brasil, 1971) e os modos de organizar que ela propõe são nitidamente insuficientes para garantir que a cooperação aconteça na cooperativa. Novos modos organizativos precisam ser idealizados. Para que a cooperação aconteça, o poder de agência dos agricultores não pode ser limitado à participação em uma assembleia, à uma candidatura, ao voto nas eleições etc., como prevê o regramento legal. No plano organizativo, superando os espaços de governança prescritos pela legislação, a COOMAFITT organiza-se por meio de pequenos núcleos de agricultores, de acordo com as especificidades de cada tipo de produção, os quais atuam à margem da estrutura formal, porém, com primazia nos processos de tomada de decisão.

Então, a gente, dentro de todo quadro social da COOMAFITT, tem a produção da banana, então reúne os bananeiros e eles conversam entre eles, que é um tipo de produção. Reúne no plano de cultivo os produtores de hortaliças e aí também entre uma mesma cultura de produção faz a sua organização. As agroindústrias em um outro grupo e agora também mais recente, três ou quatro anos, a gente tem feito reuniões com os orgânicos, que daí também representa um outro grupo. Tem o grupo da banana, mas a banana orgânica já é um outro formato também de produção, tem um outro mercado, então é uma forma diferente de discutir. E é uma forma de organizar por famílias, que é justamente para que se viabilize um debate mais fino, assim, né? Que eles se entendam entre famílias que produzem a mesma cultura de produto. Então, por meio disso, funciona reuniões trimestrais, semestrais. Então já tem que ser organizado de uma forma mais contínua. E aí nessa reunião do plano de cultivo, que é das hortaliças, a gente coloca no Excel e aí a partir das demandas que têm de projetos, da alimentação escolar, coloca lá que vai sair 5.000 quilos de tomate para o mês de novembro. E aí os agricultores aqui, ‘bom, eu vou plantar’, ou ‘eu vou ter o tomate’. E aí, ele coloca o nome e vê também quais os outros agricultores que estão organizados naquele produto. Então, ele, naquele dia, ele sai dessa reunião sabendo uma quantidade mínima que ele vai entregar e sabendo o preço que ele vai receber. Então, isso, essa forma representa uma garantia mínima de renda. E de investimento na propriedade que ele pode fazer antes mesmo de plantar, muitas vezes. Então, essa é a importância dessa organização da produção (entrevistado E11).

As práticas de permeabilização dos espaços de poder expostas pelo interlocutor da COOMAFITT relembram-me a explicação de um associado da GiraSol sobre autogestão: “Aqui quem administra, administra, obedecendo” (diário de campo, 20/02/2020). A expressão “administra, obedecendo”, revela as contradições dos modos de organizar que, tanto precisam da representação legal de quem exerce o poder, a administração formal da cooperativa, quanto do delineamento de outras relações e de espaços de tomada de decisão descentralizados,

conferindo poder de agência ao agricultor. As relações estabelecidas nesses locais oferecem condições para entender como a experiência da COOMAFITT singulariza-se, a começar pelas negociações.

No início, nas primeiras reuniões, ninguém comentava muita coisa, né? Abria o debate e tal. 'E aí, pessoal, o que vocês acham?' Ninguém falava nada. Então, no início era difícil até das pessoas falarem. Porque o agricultor foi sempre uma pessoa acostumada a não dizer nada. Porque a lógica do atravessador é assim, tu planta e o resto deixa comigo, o resto todo da parte comercial, a parte onde entram os valores, que é o acesso à comercialização está na mão de outra pessoa que não é de quem está produzindo (entrevistado E11).

O regramento legal que rege o cooperativismo no Brasil é marcadamente alicerçado em práticas organizacionais orientadas à ação de um conjunto de pessoas, que pressupõem hierarquia de comando, controle centralizado e institucionalização de papéis de perícia e liderança. Ele manifesta grande dificuldade na compreensão de arranjos e práticas organizativas diferentes daqueles produzidos pelo modelo tradicional de empresa. A estrutura de governança de uma cooperativa aí concebida espelha a estrutura de governança de uma empresa do tipo sociedade anônima³⁷. Embora o movimento do 'novo cooperativismo' busque se afastar do modelo empresarial de megaestruturas cooperativas, que caracterizaram o cooperativismo do século passado, ele ainda está enredado em suas ruínas.

Retorno ao exemplo das práticas de classificação da banana. O poder delegado àqueles que representam e exercem formalmente a administração da cooperativa permite que os critérios de classificação da banana sejam definidos por deliberação de um pequeno grupo de gestores e 'especialistas' e, posteriormente, institucionalizados em práticas organizativas de cima para baixo, da diretoria ao agricultor. Mesmo que quem está 'lá em cima' tenha sido eleito por quem está 'lá embaixo', esse simplório exemplo mostra o poder de agência do agricultor sendo, mais uma vez, sequestrado. A agência do agricultor fica limitada à eleição daqueles que, formalmente, podem representar e exercer a administração da cooperativa e, conseqüentemente, definir se o alimento produzido pelo agricultor é de primeira ou segunda qualidade. Conquanto esses mecanismos pareçam democráticos, as experiências investigadas nesta tese mostram que eles são insuficientes para promover a cooperação para e na cooperativa. Configura-se demasiadamente apressado afirmar que a cooperação performada na COOMAFITT é efeito das

³⁷ Embora a estrutura de governança (conselho administrativo, conselho fiscal, diretoria, assembleia geral etc.) de uma cooperativa assemelhe-se à de uma sociedade anônima, a principal distinção reside no princípio cooperativista 'cada pessoa, um voto', independente das cotas-partes que cada associado detém.

práticas organizativas, que ora estão na estrutura formal, ora acontecem à margem dela, mas dão poder ao agricultor. Porém, mantenhamos isto em mente.

Muitas cooperativas que faliram, no final do século XX, perderam-se em suas próprias estruturas burocráticas, apoiadas na divisão do trabalho e na imunização da elite decisória contra aqueles definidos como carentes de perícia. A conversa que tive com um interlocutor da pesquisa, sobre os motivos que levaram à falência uma dessas megacooperativas, ilustra o que aconteceu: “[...] mas no que ela se perdeu? Em achar que ela era grande, que ela precisava profissionalizar todos os seus gestores, que eles tinham autonomia em relação ao quadro social que só complicava” (diário de campo, 19/08/2020). Esse pequeno excerto, registrado anteriormente à inserção nos territórios da terceira *hinterland*, ocupou, no diário de campo, algumas páginas de reflexões acerca das possíveis relações entre os diferentes modos de cooperação e o porte da cooperativa. As práticas que observei na COOMAFITT levam-me a complexificar essas reflexões.

A pesquisa levantou pistas sobre como as práticas de organizar, orquestradas pelos próprios agricultores cooperados e localizadas à margem da estrutura formal da cooperativa, assumem primazia e orientam os processos de tomada de decisão daqueles que, pelo menos formalmente, assumem o poder na cooperativa. O caso específico dos processos de classificação da banana mostra-se exemplar, entretanto é preciso considerar que a COOMAFITT é constituída por 223 famílias de agricultores de três municípios da Região do Litoral gaúcho, cujo nome consta na própria razão social da cooperativa, a consolidando como uma organização conectada com esse território. Estando isso presente na experiência relatada, indago: como as práticas observadas na COOMAFITT poderiam ser ‘reproduzidas’ nas megacooperativas, como a antiga COTREL, que contava com mais de 16.000 associados? Esse é um questionamento relevante, porém não obtém respostas concludentes nesta tese. Considero mais significativa a compreensão de que o sucesso da organização cooperativa não se mede pela capacidade de expansão do número de associados. O sucesso é antes resultado da “potencialidade da cooperativa de conseguir trazer inclusão para quem não nunca iria conseguir se organizar daquela forma. A gente não consegue sozinho” (entrevistado E11).

A maior participação do quadro social complexifica os processos organizativos da cooperativa. As relações entre interesses individuais e interesses coletivos, nem sempre concordantes, tensionam os modos de organizar e, conseqüentemente, de cooperar. Nenhuma visão de mundo é inocente e nenhuma agência é despropositada. Compreender a cooperação como distribuição igualitária de oportunidades e benefícios e como conciliadora de interesses é obliterar a complexidade das relações. As possibilidades de ação coletiva são muito maiores

do que prevê o Dilema do Prisioneiro, no qual o prisioneiro ou satisfaz seu próprio interesse (trair) ou atende o interesse do grupo (cooperar).

As práticas performadas pelo coletivo – grupo/indivíduo – constituem-se no encontro das pessoas e da sociomaterialidade, com o objetivo de construir os próprios modos de organizar. Nesse encontro, o interesse individual é confrontado com os interesses do grupo e com a própria materialidade do produto fornecido. Assumir que os interesses individuais e coletivos coexistem e friccionam-se enseja compreender que a cooperação – manifestada nas ações intencionais *versus* alianças explícitas; nas forças intensivas *versus* acordos políticos; na empatia *versus* jogo de interesses – mistura-se aos interesses individuais e coletivos. As diferenças que emergem nas relações são negociadas pelos próprios agricultores que, detentores de perícia, buscam o entendimento coletivo do ‘melhor’.

O percurso de pesquisa, nos diferentes territórios, converge para a compreensão da organização cooperativa como “uma experiência que efetivamente sempre esteja sob domínio do quadro social. E acho que esse é o desafio maior das cooperativas” (entrevistado E5). Se “quem administra, administra obedecendo”, os espaços de poder precisam ser permeabilizados e ocupados – formal e informalmente – pelo quadro social. Como mostra a experiência da COOMAFITT, os processos de deliberação requerem mais do que serem conhecidos, pois não se trata apenas de ouvir a voz (e, por conseguinte, as reflexões) dos sujeitos. Os espaços de poder e suas relações precisam ser concebidos, compreendidos e expressados por quem coopera. Para que as relações de poder não se realizem à revelia de quem coopera, é necessário o engajamento prático e cotidiano, não meramente instrumental.

O desenvolvimento do estudo sugeriu maior atenção para os modos como a cooperação é prejudicada quando as ‘mãos’ de quem prepara, planta, cultiva e colhe são apartadas da ‘mente’ de quem [tem poder para] administra[r] os fluxos processuais que circunscrevem a mercantilização do alimento. Quando escuto: “Uma cooperativa não pode ser administrada por um agricultor sem conhecimento”, como certa vez expressou um integrante dessas entidades representativas do cooperativismo, verifico que aquilo que é enunciado mostra a distância demarcada pelo Outro (‘especialista’ na administração) e reificada em múltiplos espaços (inclusive naqueles em que legalmente o agricultor cooperado precisa, ao menos, ser consultado, como nas assembleias). Compreender como a cooperação acontece, nas cooperativas da agricultura familiar, requer investigar como esse apartamento é produzido e quem se beneficia do discurso da diferença e da assimetria – fazer e pensar – que coloca o agricultor como sujeito subalternizado, carente de perícia para conceber seus próprios processos organizativos.

Ao assumir as distinções que a COOMAFITT oferta à pesquisa, por meio de suas narrativas e de suas práticas, torna-se possível levantar pistas acerca das relações do ‘fazer’ e do ‘pensar’ como processos organizativos que engendram a cooperação. O percurso na COOMAFITT é, porém, perpassado pela institucionalidade da pessoa jurídica cooperativa. Experimento, pois, a ideia de que a cooperação não é apenas um fenômeno restrito às cooperativas e às organizações formais. Parece haver algo mais, nos modos de organizar, que fogem às estruturas cooperativas, algo que, por vezes, extrapola a dimensão organizacional. Investigar o contexto da unidade agrícola, do trabalho cotidiano dos agricultores tornou-se uma trilha a ser explorada. O território de pesquisa do Grupo Orgânicos Mãos na Terra permite isso.

5.2 O GRUPO ORGÂNICOS MÃOS NA TERRA E SEUS ENTRELAÇAMENTOS COM A GIRASOL

O Grupo Orgânicos Mãos na Terra emergiu, no decorrer da investigação, no início da crise pandêmica de Covid-19, em abril de 2020. As primeiras notas no diário de campo que fazem referência ao grupo foram registradas como “agricultores de São Domingos”. São Domingos do Sul é um município localizado na Região do Planalto Médio gaúcho, com população estimada pelo IBGE de 3.091 habitantes. Explano brevemente, na sequência, como o Grupo Orgânicos Mãos na Terra chegou até a GiraSol.

A pandemia de Covid-19 trouxe inúmeras incertezas aos agricultores e restringiu importantes canais de comercialização para a agricultura familiar. Um dos efeitos mais imediatos foi a proibição da realização das feiras agroalimentares nas grandes cidades. Eis o ponto de partida para a consecução das relações do Grupo Orgânicos Mãos na Terra com a GiraSol. Antes da pandemia, os agricultores que integram o grupo tinham uma feira como principal canal de comercialização de sua produção. Ela ocorre, semanalmente, na cidade de Passo Fundo, polo da região, sendo organizada por uma cooperativa, da qual as famílias que compõem o Grupo Orgânicos Mãos na Terra são filiadas. Aqui surge relevante disparidade entre os territórios de pesquisa da terceira *hinterland*. Diferente da COOMAFITT que tem os mercados institucionais como principal canal de comercialização, o Grupo Orgânicos Mãos na Terra tinha, na feira, a principal forma de escoar a produção.

Em março de 2020, pelos decretos estaduais e municipais que impuseram restrições para tentar frear a disseminação do vírus da Covid-19, a realização da feira, na cidade de Passo Fundo, foi temporariamente suspensa. Os agricultores então mobilizaram estratégias para driblar o fechamento da feira. A primeira foi a organização de um sistema de *delivery*, preparado

pela cooperativa que gerenciava a feira. No entanto, a experiência que começou inovadora, logo esbarrou em dificuldades e se mostrou insuficiente para escoar o montante da produção dos agricultores. Essa é a primeira trama que levou o Grupo Orgânicos Mãos na Terra até a GiraSol. O segundo elemento de conexão com a GiraSol foi aventado no percurso de pesquisa.

Então, nesse sentido a pandemia veio para tirar a gente do cômodo. ‘Não queremos mais fazer feira’. Mas tá, nós só dizia que não queremos mais fazer feira. Tá, mas daí nós vamos fazer o que se a gente não fazer feira? A conversa com o pessoal do grupo era sempre assim. Daí veio o Covid e desmanchou a feira e fez a gente se tocar que realmente dá para fazer diferente (entrevistada E7).

A feira fazia parte da organização social e econômica dos agricultores, desde o ano de 1998, tendo cumprido papel fundamental na transição agroecológica, ou melhor, no resgate dos modos tradicionais de fazer agricultura. A maneira de fazer agricultura ‘organicamente orgânica’ retorna à cena.

Eu vim para cá no ano 90. A minha sogra sempre foi contrária de usar químicos. Ela sempre combateu. Quando eu cheguei aqui nos regava no meio do milho, nós não passávamos veneno. Nossa! Mas era muito sofrido aquilo ali. E daí veio os tais dos venenos para aliviar o peso do trabalho. Veio os tais dos químicos que a [*nome preservado*] incentivava a botar. Daí nós usamos assim uns par de anos, mas no ano 98 a gente já começou a fazer a feira e voltamos a ter toda a propriedade livre de químicos (entrevistada E7).

As feiras representam, historicamente, um canal de comercialização muito importante para os agricultores familiares, principalmente no campo da agroecologia, sendo um elemento cultural marcante. “Eu era muito apaixonada pela feira. Eu vivia a feira. E eles sempre diziam, já antes da pandemia ‘nós não vamos continuar a vida inteira a fazer feira’ e eu me doía. Como é que vamos viver sem fazer feira?”, expressou uma interlocutora. Esse relato lembrou-me a explicação que um ‘tocador’ da GiraSol ofereceu à pesquisa sobre as distinções entre uma cooperativa de consumidores e uma feira, como evidencia esse excerto:

A feira vai ter sempre um grande diferencial porque ela é um espaço vivo. Até por ser uma vez por semana ela é realmente uma celebração. Ela tem esse caráter diferente de uma cooperativa. A diferença nossa é que numa cooperativa nós podemos fazer debates, podemos fazer visitas, coisas que uma feira não consegue. A feira é o momento do consumo, é o momento de um encontro daquele alimento que eu procuro. É assim como é na loja, mas a feira é mais viva nesse sentido (diário de campo, 30/09/2019).

Nas redes agroalimentares alternativas, feiras e cooperativas de consumidores – e muitos outros modos organizativos que conectam produtores e consumidores – não podem ser

analisadas como organizações concorrentes no mercado, condição que observei nos territórios de pesquisa que contemplam tanto a esfera do consumo, como a esfera da produção. São modos organizativos que se complementam, ainda que ocupem lugares distintos na rede agroalimentar alternativa. Esse diagnóstico, feito nos primeiros meses de observações empíricas, ficou ainda mais evidente na conversa com um dos coordenadores da GiraSol, durante uma reunião de planejamento das estratégias comerciais do futuro Armazém GiraSol. Reproduzo, mais ou menos, a conversa:

Coordenador: Uns dias antes de abrir o armazém temos que pensar em algumas estratégias para divulgar a inauguração do armazém.

Eu: Temos que pensar em algo. Interessante é que ali é uma região conhecida pela feira orgânica, só que teremos que lidar com a concorrência também.

Coordenador: Sabe que eu não vejo a feira e outros estabelecimentos que vendem orgânicos como nossos concorrentes. Na verdade, eles são nossos parceiros. A grande maioria dos agricultores da feira são nossos fornecedores e estão engajados no movimento. Eu já vejo que no futuro essa região vai se tornar uma rota ecológica, com vários estabelecimentos de venda de produtos orgânicos, da agricultura familiar, reforma agrária (diário de campo, 21/10/2019).

Aquilo que o domínio da administração entenderia como concorrentes diretos, aqui, é visto como parceiros. Sarcasticamente, registro no meu diário de campo: “Devo ter faltado na aula de estratégia que ensinam isso”. Acredito que, a esta altura do meu relato, não preciso convencer ninguém de que não se trata de uma negação ao domínio das ciências da gestão. As noções de gestão que perpassam e constituem a GiraSol orientam-se, primordialmente, por saberes-fazer cotidianos, cujos entendimentos podem ou não dialogar com entendimentos dos manuais do domínio da administração. Aqui, experimento fugir das polarizações: ‘capitalistão’ *versus* alternativo, capitalismo *versus* socialismo, empresa *versus* organizações não convencionais.

Retornando aos caminhos que conectam o Grupo Orgânicos Mãos na Terra à GiraSol, é preciso compreender que eles foram desbravados à sombra das limitações que a feira impunha aos agricultores e na esteira das transformações advindas do contexto pandêmico. Durante a imersão neste território de pesquisa, conheci os bastidores que antecederam a celebração da parceria comercial entre as duas organizações.

Quando terminou a feira, logo a gente ficou se enrolando, até começar a mandar para Porto Alegre. A gente ficou: ‘Para onde a gente se atira?’ Aí se atracamos naquelas cestas [*delivery*] e vamos fazer e acontecer. Mas aí a gente não conseguia ir para a horta. Nós passávamos a semana inteira em função. Nós estávamos perdidos assim. A gente só conseguia colher, até que terminou tudo na horta (entrevistada E7).

Em consonância com o que diz esta interlocutora, considero que “para onde a gente se atira?” denuncia demandas desta localidade específica que espelham um fenômeno mais amplo, que observei em outros territórios de pesquisa que tangenciaram a rede agroalimentar alternativa. Neste desenrolar de práticas – que envolve sementes, terra, tecnologias, mercados, alimentos – identifiquei algumas fraturas na relação com os consumidores. A histeria coletiva observada, no início da pandemia, impulsionada por previsões fatalistas quanto ao abastecimento das cidades, é um retrato dessa ruptura. Havia consumidores apavorados com a possibilidade de escassez de alimentos – “nunca imaginei que um dia eu teria dinheiro, mas não teria produto para comprar” (diário de campo, 28/03/2020), disse uma consumidora da GiraSol. Havia agricultores desarvorados, sem saber como comercializar suas produções. Contudo, diferentemente dos consumidores impassíveis, que esperavam o alimento chegar até suas mãos, os agricultores conceberam alternativas aos mercados que tinham se fechado, como vendas por WhatsApp, entregas domiciliares, *delivery*.

Os dados produzidos permitem afiançar que o Grupo Orgânicos Mãos na Terra cumpre, com excelência, os critérios que a GiraSol postula para escolha de seus fornecedores, ressaltando modo de fazer agricultura agroecológico; certificação de produção orgânica; agricultura familiar; organização política, social e econômica coletiva dos agricultores. Não foi, portanto, por mero acaso que o grupo obteve destaque nos bastidores da GiraSol. As características dos alimentos produzidos pelos “agricultores de São Domingos” levantaram a primeira pista investigativa. Especialmente o espinafre despertou a atenção. Logo que o Armazém GiraSol foi inaugurado, houve dificuldades com a conservação com alguns alimentos. As repetidas perdas de maços de espinafre, vindos de determinado fornecedor, desencadearam a rotina denominada ‘saga do espinafre’, com a suspeita de que não se sabia ‘vibrar o alimento’.

‘Vibrar o alimento’ é uma expressão reificada, no cotidiano da GiraSol, expressando que é preciso enxergar o alimento não como simples coisa, como mera mercadoria a ser vendida.

Quando a gente fala do ‘vibrar o alimento’. Acho que de conseguir saber que ele tem história, ele tem vidas e almas e esperanças por trás dele e expressadas nele. Mas ele também tem toda a questão nutricional, biológica, fisiológica, enfim, que ele precisa de cuidado. Ele é um ser vivo também. E se tu não cuidar bem desse ser vivo e a [*nome preservado*] que nos introduziu, a [*nome preservado*] que foi uma das fundadoras e gestoras da [*nome preservado*], ela dizia: ‘Precisa alguém que vibre o alimento, que cuide dele, que saiba como acondicionar ele, como apresentar ele para o consumidor, como oferecer, expor na prateleira, o que fazer com ele, o que tu pode fazer’ (entrevistado E5).

‘Vibrar o alimento’ representa um pacto, um agenciamento alimento–homem. Dos processos particulares que observei sobre o ‘vibrar o alimento’, desenha-se um complexo de relações. Nessa trama ou, em outros termos, nessa experiência, localizada no agenciamento homem–alimento, há uma rede de práticas e atores reunidos ao redor da conservação do alimento. As relações que circunscrevem o ‘vibrar o alimento’ esparramam-se para muito além do território da GiraSol.

Na esteira da dimensão da conservação, o grupo Mãos na Terra ganhou seu primeiro registro no diário de campo: “A saga do espinafre parece ter tido fim. Começamos a receber produtos de um grupo de agricultores de São Domingos do Sul e o espinafre deles parece ter uma durabilidade disparatadamente maior do que o espinafre da [*nome preservado*]” (diário de campo, 27/04/2020). Ulteriormente, descobriu-se que a ‘saga do espinafre’ não era [apenas] uma questão de ‘vibrar o alimento’.

Vocês vivenciaram aqui esse experimento do espinafre, que chegava e era nitidamente um alimento sem vida no processo de cultivo. Quando ele chegava aqui, durava um dia, dois dias, por mais que tu tentava estabelecer processos de cuidado, de vibrar, não tinha jeito, porque lá na origem ele foi um alimento desnutrido, produzido para um mercado, bonito, vistoso, mas que não tinha nutrição (entrevistado E5).

Os modos de cultivo, de adubação e até mesmo a composição do solo, como explicou um engenheiro agrônomo, são elementos que se distanciam das práticas de conservação engendradas na GiraSol. Há no ‘vibrar o alimento’ o encontro da heterogeneidade de atores e saberes que constitui uma força que reúne elementos diferenciados e afirma algo sobre o alimento, suas origens, sua constituição e a história [das relações] que ele carrega. As primeiras impressões sobre os alimentos dos ‘agricultores de São Domingos’ reforçavam tratar-se de um produto diferente. Ainda que as relações com a GiraSol fossem recentes, logo os ‘agricultores de São Domingos’ tornaram-se íntimos não só da equipe de trabalho do armazém, mas também dos consumidores. Recorrentes eram as interpelações dos consumidores: “Quando chega os verdes do pessoal de São Domingos?”; “Essa alface também é de São Domingos?”.

A relação com a GiraSol e as pistas produzidas durante a pesquisa no Grupo Orgânicos Mãos na Terra despertaram meu interesse em investigá-lo como um território de estudo. Após negociações com os agricultores, parti, em setembro de 2020 para São Domingos do Sul, na companhia de duas colegas da GiraSol. Devido ao contexto pandêmico e às orientações de controle sanitário, a visita precisava ser célere. Nos dois dias de incursão, observei o cotidiano dos processos que envolvem o cultivo do alimento que chega à GiraSol e produzi dados

relevantes para esta tese. Face às condições de pesquisa, observações empíricas e entrevistas mostraram-se como as técnicas mais proíficas para a produção dos dados empíricos.

06 de setembro de 2020. Cheguei à Comunidade São Valentim, zona rural de São Domingos do Sul. Após dirigir por cerca de quatro horas, o colorido dos canteiros e as estufas que, de algum modo, contrastavam com as áreas de monocultura observadas durante o caminho, sinalizavam a chegada ao destino. Minhas colegas e eu fomos recebidos por uma das famílias que integram o Grupo Orgânicos Mãos na Terra. O almoço, preparado com alimentos agroecológicos produzidos pela própria família, estava pronto. Eles nos esperavam com a mesa farta. Registrei tal experiência, no diário de campo, como “um encontro, um retorno para casa”. Na propriedade rural, onde estávamos, moram sete pessoas, de quatro gerações. Toda sua força de trabalho é empregada na produção agroecológica, orientada para o autoconsumo e, principalmente, para o atendimento a mercados nos quais o grupo de agricultores atua, entre eles, com algum destaque, a GiraSol.

O Grupo Orgânicos Mãos na Terra é constituído por quatro famílias do município de São Domingos do Sul, que se organizaram coletiva e solidariamente para produção de alimentos, tendo a agroecologia como veio de seus modos de fazer agricultura e de reprodução da vida. A agroecologia foi o elemento mais marcante da incursão nesse território. Experimentei in loco que a agroecologia não restringe-se à produção de alimentos orgânicos. A agroecologia e os processos por ela engendrados nos modos de fazer agricultura deram novas dimensões às práticas de ‘vibrar o alimento’, observadas no cotidiano da GiraSol.

Após o almoço, houve uma roda de conversa com os agricultores. Em uma conversa bem-humorada, encontrei meus primeiros interlocutores. A conversa sobre a agricultura logo se deslocou para a agroecologia e daí para a terra:

E daí assim, o conhecimento do solo, da forma como tu trabalhar a terra é fundamental para a agroecologia. É o ponto número um. Não é aquele inseticida orgânico que tu vai passar, não é aquele secante, não. É como tu vai tratar o solo. Então aquelas caldas que o pessoal usa e que brigam com a Rede ECOVIDA para passar e não passar é para a emergência. Bom, só que não temos conhecimento no geral. 90%, 95% dos agricultores não têm esse conhecimento. Por isso que tem gente desistindo, por isso que tem gente empacada que não anda (entrevistada E7).

Conforme contaram os agricultores, não há como falar da agroecologia e das disputas que a circunscrevem sem fazer referência à terra. Em nenhum território de pesquisa a terra deixou de ser mencionada, mas, na terceira *hinterland*, ela obteve maior relevância. O feixe de relações com a terra ganhou novos elementos, à medida que a conversa avançava:

Eu: E a assistência técnica vocês recebem de alguma instituição?

Entrevistada: Nós recebemos!! Do Google [Risos]. A gente tem o [nome preservado] e o [nome preservado] que fazem agronomia, eles falam bastante com os colegas, professores. Aí tem o vendedor que vende veneno, mas que não gostaria de vender veneno e ele é um cara que ajuda bastante. Ele vai auxiliando bastante as pessoas aqui, mesmo que ele sabe que não vai poder vender para gente os venenos dele. Mas dizer assim, a gente tem a [nome preservado] e tal? Não, não temos. O cara da [nome preservado], ele só sabe plantar soja. Nós fomos pedir cobertura de solo aqui, tipo normal, foi feita análise e o [nome preservado] foi lá pedir para ele. Ele ficou folheando lá o manual dele de adubação e forragem e ta, ta, ta. Não sabia nem dizer o que nós devíamos plantar (entrevistada E7).

As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foram implantadas, no Brasil, com o objetivo de disseminar o aparato tecnológico da Revolução Verde e impulsionar o projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo. A extensão rural brasileira é marcadamente influenciada por modelos estadunidenses quer em sua filosofia, quer nos princípios, métodos e meios de comunicação (Olinger, 1996). A ATER, porém, não se constitui apenas como um dos pilares da implantação da Revolução Verde. O que a interlocutora da pesquisa expressa com a frase “ele só sabe plantar soja” tem reverberações contemporâneas. No primeiro momento, a ATER cumpriu o papel de disseminação das ‘novidades’ da Revolução Verde e, no segundo, assumiu a função de integrar a agricultura familiar ao modelo de desenvolvimento do agronegócio (Alentejano, 2012).

Seguir os fios emaranhados por trás da assistência técnica, possivelmente levaria às universidades e à concepção desenvolvimentista concebida e legitimada, nessas instituições de ensino, por retóricas que sustentam a agricultura moderna como único caminho possível. Essas ideias associam, instrumentalmente, o desempenho econômico do rural à noção de eficiência e, simultaneamente, caracterizam os ‘ineficientes’ de setores diversificados (assentamentos, agricultores familiares, quilombolas, indígenas etc.), como atrasados, que precisam ser superados (Zarnott, Dalbianco, Neumann, & Fialho, 2017). Os argumentos que lastreiam essa concepção encontram-se nas proposições denominadas “Sete teses sobre o rural brasileiro”, elaboradas por Buainain, Alves, Silveira e Navarro (2013), discutidas no livro “O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola”, publicado estrategicamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Buainain, Alves, Silveira, & Navarro, 2014).

Ainda que essa discussão não chegue ao horizonte de discussão aqui pretendido, ressalto que a referência “ele só sabe plantar soja” põe em jogo as disputas para o aniquilamento do Outro, dos modos de fazer agricultura que se distanciam da agricultura moderna. A homogeneização da agricultura é perceptível nas narrativas disseminadas pelo agronegócio brasileiro: “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo; Agricultura Familiar é agro; orgânico é agro

[...]”³⁸. Entre os desdobramentos dessa estratégia homogeneização da agricultura pretendida pelos defensores do agronegócio, estão a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016, e as políticas do Plano Safra que privilegiaram determinados produtos, principalmente os exportáveis, como a soja e o milho.

Inicialmente, acreditei que a dualidade agricultura familiar *versus* agronegócio ganharia manifesta centralidade no campo de pesquisa, especialmente nos espaços que envolvem diretamente a agricultura familiar. De diferentes maneiras, essa discussão emergiu no decorrer do estudo, ao serem aventadas evidências de que os interlocutores da agricultura familiar compreendem as disputas que estão por trás da narrativa do agronegócio: “O discurso de que o agricultor familiar está integrado ao agronegócio é só propaganda, porque na prática não vai acontecer isto. O que tá por trás disso é fazer com que o agricultor familiar produza *commodities*, aquilo que o mercado quer” (entrevistado E12).

O agronegócio, produtor de *commodities* com vocação exportadora, mobiliza diversidade de atores, envolvendo a bancada ruralista no congresso nacional, a assistência técnica, o crédito rural, a indústria de maquinários e implementos agrícolas, a indústria de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e insumos agrícolas. Como mostram Oliver e Sánchez (2016), corresponde a um mercado de bilhões de dólares dominado por quatro multinacionais, que disseminam o agronegócio como único modelo desenvolvimentista possível para o setor rural brasileiro. Se esses atores constroem e controlam um aparato para que o agricultor familiar insira-se no modelo da agricultura moderna e produza *commodities*, indago: o que conserva modos de fazer agricultura alternativos, agroecológicos, tradicionais, camponeses que se distanciam do padrão do agronegócio? Embora o agronegócio e sua racionalidade possam corresponder ao padrão moderno de agricultura, há resistências e descontinuidade, que performam e dão existência a outros modos de pensar e de ocupar e habitar a terra.

Se tu for ver só pelo preço da soja a R\$140,00, bom então a gente larga tudo e vai plantar soja. Só que o mundo não vai se alimentar só de derivados de soja e nem o agricultor quer produzir monocultura, soja transgênica com veneno. E aí como é que tu quebra a monocultura? Mostrando que tu faz diferente e que dá certo (entrevistada E7).

Os agricultores que participam das discussões, nesta tese, pertencem à categoria sociopolítica da agricultura familiar e identificam-se com o campo da agroecologia, a qual

³⁸ Referência à campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil.

perpassa todo este estudo e, por si só, denuncia um elemento, talvez o mais importante, que possibilita o “faz diferente e que dá certo”. Durante a pesquisa foram identificados alguns elementos que ultrapassam a dualidade agricultura familiar *versus* agronegócio. Na esteira do “faz diferente e que dá certo”, surgiram novas pistas. Para elucidar, refiro um evento específico que gerou profunda inquietude.

Após uma longa conversa, os agricultores propuseram: “Vamos lá para vocês conhecerem as estufas”. Caminhamos entre os canteiros, observando a diversidade de cultivos de hortaliças. Cada uma das estufas apresentava uma configuração diferente de calor, cores e cheiros. Frente a cada canteiro, os agricultores davam explicações sobre o tipo de cultivo. Nós, da GiraSol, não cansamos de expressar nosso encantamento: “Isso é alho? A gente precisa ter no armazém”; “Olha que linda essa couve-flor”. O caçula da família, um menino de apenas dois anos de idade, nos acompanhou entusiasmado e, pulando de um canteiro para outro, arrancou uma folha de couve e comeu ali mesmo. “É tudo orgânico”, disse a avó, complementando: “Trabalhar com a agroecologia é maravilhoso. Tu me perguntou como a agroecologia influencia na qualidade de vida, né? É só olhar para ele, diz tudo. Aqui tu pode comer qualquer coisa sem medo. Eu venho aqui encho a minha carriola e levo para casa. Faço meu rancho aqui” (diário de campo, 06/09/2020). Obtive pistas sobre as noções que circunscrevem o que é ‘dar certo’ para esses agricultores.

Continuando a expedição, chegamos à derradeira estufa. Os cheiros anunciavam que ali havia determinados tipos de temperos e de chá. “Essa é a nossa primeira estufa, a primeira que a gente construiu”, explicou a agricultora. No entanto, parecia haver ali algo mais do que o marco histórico de primeira estufa da propriedade.



Figura 16. Estufas do Grupo Orgânicos Mãos na Terra

Impressionado com os arranjos dos diversos cultivos que preenchiam harmonicamente os canteiros, verbalizei: “Quanta coisa que tem nessa estufa”. De imediato, e com grande entusiasmo, a agricultora explicou:

Aqui nessa estufa tem tudo um pouco. Eu gosto de ter meus potes e enche eles de plantinhas. A maioria das coisas aqui não tem valor para vender, não tem mercado. Eu vou ali numa vizinha, pego umas mudas, planto aqui. Quem vem aqui pega umas mudas e leva. Eu gosto disso. Daí me perguntam por que eu tenho todas essas coisas aqui e não uso a terra para plantar outras coisas que eu possa vender. Mas isso aqui é minha vida, eu não vivo sem minhas plantinhas. Aqui tem de tudo! (diário de campo, 06/09/2020).

A fala da interlocutora é um dos enunciados mais marcantes obtidos, carregado de simbolismo e elementos que dizem muito sobre o ‘fazer diferente’. Ele me conduz a pensar sobre as multiplicidades de outras ‘coisas’ que não têm lugar – ou relevância – na lógica do modelo produtivista do agronegócio. A dimensão política da cooperação encontrou aqui novas pistas. Penso, igualmente, em certos marcadores de diferença que se entrelaçam e operam a fim de possibilitar que essas outras ‘coisas’ tenham lugar e possam existir no mundo.

A herança camponesa, que nunca se desvencilha das minhas vivências, sobrepõe-se a qualquer protocolo de conduta de pesquisa e terminei a expedição pelas estufas com as mãos cheias de mudas de chás, temperos e ervas. Na agenda, constava uma visita a outra propriedade de agricultores do grupo. Mas antes de partir, minhas colegas e eu negociamos com aquela família nossa participação nos processos de colheita, no dia seguinte, pois às segundas-feiras são colhidos os produtos entregues à GiraSol. “Ah, mas então amanhã nós vamos ter três funcionários”. Risada geral. “Combinado! Amanhã às 7h a gente tá aqui” (diário de campo, 06/09/2020).

Segunda-feira, feriado de 07 de setembro, segundo dia de imersão com os agricultores do Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Enquanto tomamos café, começou uma chuva torrencial. A chuva umidifica o chão, deixa a terra mais escorregadia e torna o trabalho de colheita mais difícil. “Vocês não vão para em pé nesse barro”, advertiram os agricultores. Recorri a minhas credenciais de filho de agricultor que conhece bem como é o trabalho em dias chuvosos. Os agricultores nos emprestaram capas de chuva e botas e partimos para a colheita (Figura 17).

A família organiza o trabalho de acordo com os tipos de alimentos a serem colhidos. Comecei auxiliando na colheita do espinafre, o mesmo alimento que constou de meu primeiro registro no diário de campo sobre o grupo. À primeira vista, colher espinafre parecia simples, mas não é tão fácil para observadores ‘sem prática’ quanto para as mãos ágeis de quem o faz cotidianamente. O espinafre precisa ser cortado em um ponto específico do caule para garantir a rebrota. Os menores também devem ser deixados para trás, para que se desenvolvam até a próxima colheita. Os ‘feios’, com aspecto amarelado e poucas folhas são cortados, mas deixados para adubação do solo. Minhas credenciais de filho de agricultor mostraram ‘pouca prática’ em relação ao espinafre.



Figura 17. Processo de colheita dos alimentos no Grupo Orgânicos Mãos na Terra

Durante a colheita do espinafre, aproveito para comentar sobre a ‘saga do espinafre’ vivenciada na GiraSol. Confesso que sou incapaz de reproduzir, na integralidade, a complexa explicação que o agricultor, que também é estudante de agronomia, ofereceu-me sobre as prováveis causas do problema. Aquilo que registrei, no diário de campo, após a imersão, evidencia a importância da relação com a terra e do conhecimento sobre ela. A pesquisa ensinou identificar que a referência à terra feita pelos interlocutores envolve um amplo quadro de atores não humanos (solo, água, sementes, mata, clima, chuva, ambiente, planta, alimento etc.) que agem na trama de relações que delinea a produção dos alimentos. A terra, por exemplo, não pode ser compreendida como sinônimo de solo. Mais do que isso, ela é o encontro de elementos da natureza que propiciam a apreensão das relações desse conjunto, que, na relação com o homem, engendra práticas de produção dos alimentos. Os próprios agricultores explicam esse encontro de elementos da natureza. Reproduzo um excerto das explicações:

O que se faz com a terra sem a água? Nada! Não tem como produzir nada sem água. Isso vale desde a retenção da umidade no solo até a água das nascentes para irrigar os canteiros. Se chove muito, a gente depende pouco da água das nascentes, mas se chove pouco, em época de seca, naqueles dias quentes de verão, depende muito da água. Também, se a produção é nas estufas ou fora, influência na umidade do solo e na quantidade de água que a gente precisa. Por isso que a gente precisa preservar a mata para preservar as nascentes. Sem água, não se faz nada (diário de campo, 07/09/2020).

O encontro de elemento, humanos e não humanos materializa-se, de algum modo, no alimento. As explicações oferecidas expressam que as práticas de conservação do alimento não dependem [apenas] da habilidade com que o indivíduo ‘vibra o alimento’, na GiraSol, pois o processo começa muito antes.

Minha ‘pouca experiência’ na colheita do espinafre lembrou-me um enunciado verbalizado durante a pesquisa: “Um horticultor não se forma em menos de 20 anos” (diário de campo, 19/08/2020). Essa ponderação feita por interlocutores da GiraSol mostra que os saberes penetram o alimento e nele se materializam. A ‘saga do espinafre’ mostrou como eles encontram meios de se manifestarem. Como me explicou o agricultor, o tipo de solo, o modo de produção, de irrigação e a quantidade de adubação orgânica empregada no cultivo influenciam a qualidade do alimento e, por consequência, as práticas de conservação.

O desenvolvimento do estudo levantou indícios de que a terra, as relações que o agricultor estabelece com ela e o entrelaçamento com o ambiente (água, mata, clima, alimento, enfim com a natureza) não são tão universais e reproduzíveis quanto postula a agricultura moderna e seus representantes, ao visualizarem as *commodities* que disseminam a falsa noção de universalidade e padronização. Nas negociações dos mercados futuros, a soja produzida no Rio Grande do Sul é igual àquela produzida nos Estados Unidos. Aos mercados de *commodities* interessa a padronização e não as diferenças.

Diversamente, nos mercados das redes agroalimentares alternativas, por exemplo, o espinafre produzido em São Domingos do Sul não é igual ao produzido na Região Metropolitana de Porto Alegre. Não por acaso, os consumidores da GiraSol desejavam comprar, especificamente, o espinafre de São Domingos ou a banana da COOMAFITT. As diferenças, no entanto, não residem [apenas] na condição geográfica. Suas reverberações estão expressas na fala de um dos entrevistados, que abre este capítulo: “O ‘agri’ não existe, se ele é só ‘agri’ ele vai virar o agronegócio, o ‘cultor’ é o elemento fundamental” (entrevistado E5). Indago-me: o que seria o ‘cultor’ se não o conjunto de saberes e fazeres que o agricultor mobiliza na produção do alimento e que, de algum modo, manifesta-se em suas características? Pensar nas características que o agricultor verte no alimento é puxar o fio de relações com pessoas e materiais que passam – direta ou indiretamente – pelo agricultor.

Um conjunto de atores, humanos e não humanos, performam o alimento, de modo singular, muito antes de ele chegar ao consumidor. Exemplificando: o ‘sucesso’ do espinafre comercializado na GiraSol não depende apenas da habilidade de cozinhar ou da capacidade de ‘vibrar o alimento’. Há muita história envolvida: engenheiros agrônomos lidam com conhecimento sobre o solo; agricultores trabalham com a terra e produzem o alimento; cooperativas fazem o transporte; a GiraSol ‘vibra o alimento’; consumidores preparam o alimento. Esse conjunto de práticas não significa, no entanto, uma sequência de etapas lineares. As relações entre diferentes – observando, entendendo seus termos, trabalhando junto em tempos diversos – constituem o alimento em variados lugares e momentos.

O alimento que chega ao consumidor contém características do agricultor e dos elementos mobilizados para sua produção. Como uma cooperativa de consumidores que postula o comércio consciente, a GiraSol esforça-se para que o consumidor conheça e compreenda que o alimento não é mera mercadoria com valor de troca. Um alimento produzido pelos agricultores do Grupo Orgânicos Mãos na Terra, por exemplo, abrange muito mais do que características nutricionais e qualidade de produto orgânico. Esse desejo ecoou nos territórios de pesquisa, mas ganhou ainda mais relevância na terceira *hinterland*. O percurso de pesquisa, perpassando as diferentes *hinterlands*, leva-me à conclusão de que o campo do consumo é o principal entrave para a consecução das redes agroalimentares alternativas. Mesmo sendo a GiraSol um espaço privilegiado em comparação com os mercados tradicionais, em não raros eventos que observei o consumo ‘não consciente’. Meus sentimentos reverberaram nas conversas com os agricultores:

Esses dias uma me escreveu reclamando que a laranja tinha um bichinho dentro. Sabe a laranja às vezes tu não vê, porque a casca é enferrujada e tal. E aí ela me disse: ‘Como eu vou explicar para o meu filho que tem bicho dentro da laranja’. Mas olha, qual a dificuldade de dizer: Tem um bicho porque faz parte da natureza, os bichinhos gostam de comer a laranja, a laranja é orgânica. A gente faz, se o cliente reclama, não estava do jeito de que ele esperava, na próxima compra a gente manda de novo e tal. Mas quando o consumidor entende a agroecologia, ele entende essas coisas, os ciclos da natureza, as pessoas que trabalham nessa produção (entrevistada E7).

Os mercados tradicionais engendram práticas de consumo que conferem ao consumidor tamanha passividade, que, por completo, apaga do alimento as ‘mãos’ do agricultor e o conjunto de atores e relações que envolvem o cultivo, o plantio, a colheita, a distribuição antes do consumo final. Nos mercados tradicionais, o alimento é mera mercadoria, em geral sempre disponível, havendo preferência pelos ‘mais bonitos’: “‘Eu vou pegar o que eu gosto’. Mas não pensa de onde que tá vindo aquilo? Quem produziu? Como produziu? Não lê nem o rótulo para

ver ‘oh, vem lá de São Paulo’; ‘isso aqui vem lá Minas Gerais’. Não pensa isso, é consumo totalmente passivo” (entrevistado E12); “Aí a pessoa pensa: ‘Não tem cebola orgânica, então vou comprar a cebola no mercado’. No mercado pode ter a cebola, mas essa cebola que vem de fora, sei lá como foi produzida, que impacto causou no solo e na natureza” (entrevistada E7).

Uma abordagem interpretativista propiciaria a compreensão mais acurada da formação da consciência do sujeito consumidor, no entanto, em consonância com o repertório teórico e metodológico da teoria ator-rede, aqui interessam, particularmente, as relações presentes nas redes agroalimentares alternativas. Ainda que de modo ‘não consciente’, devido ao apagamento da complexidade da trama de relações materializada no alimento, o consumidor que escolhe o alimento agroecológico, produzido pelos agricultores do Grupo Orgânicos Mãos na Terra e comercializado pela GiraSol, conecta-se à rede. Na GiraSol, há um esforço para que tal trama seja evidenciada e vibrada pelas práticas mercantis. Esse é um marcador que distingue, por completo, a GiraSol de um supermercado tradicional. Essa distinção é notada pelos agricultores e sua inter-relação é permeada pela confiança. Os agricultores confiam:

A gente tem essa preocupação. Quando o consumidor de orgânico te procura, além dele estar procurando orgânico porque é saudável, porque é uma moda, hoje em dia orgânico é uma moda, tu tem que mostrar que existe um tipo de agricultura, um modo de vida que tá ali. Isso a gente se preocupa bastante. De não ser só um meio da gente despachar a nossa produção, mas que as pessoas saibam quem existe a [*nome preservado*], que existe o [*nome preservado*], a [*nome preservado*], o [*nome preservado*], que produzem aquele alimento (entrevistada E7).

A GiraSol também confia e chancela que o alimento produzido pelo Grupo Orgânicos Mãos na Terra é agroecológico. Como descrevi na seção anterior, há uma certificação conferida pelo Estado sobre a qualidade de um produto orgânico, entretanto, não existe uma certificação de produto agroecológico. A qualidade agroecológica é auferida pelas relações estabilizadas entre as organizações, nas quais circulam, sobretudo, pactos de confiança. Essa relação de confiança não é auditada apenas pela linearidade da parceria isolada, mas pela rede em que as organizações se inserem.

Ao se relacionarem com a GiraSol, os agricultores do grupo encontraram caminhos para se filiar à RedeCoop e, através dela, delinear relações com a COOMAFITT, as quais possibilitaram a abertura de novos canais de distribuição. O Grupo Orgânico Mãos na Terra e a COOMAFITT possuem as próprias estratégias de comercialização direta com os consumidores, bem como trocam alimentos produzidos especificamente em seus territórios. O Centro de Distribuição GiraSol opera na articulação das trocas entre as organizações. Eis um entrelaçamento das *hinterlands* de pesquisa.

Com o trator carregado de caixas de alimentos que seriam entregues à GiraSol no dia seguinte, foi finalizada a incursão no território de pesquisa do Grupo Orgânicos Mãos na Terra (Figura 18). “Missão cumprida! Trabalharam tanto que nunca mais vão querer visitar a gente!”, brincaram os agricultores. Mas antes de encerrar a descrição envolvendo esse território, narro o encontro que tive com outra família de agricultores do grupo, que propiciou pistas interessantes sobre a organização e cooperação.



Figura 18. Finalização do processo de colheita dos alimentos no Grupo Orgânicos Mãos na Terra

A cooperação é o elemento central desse estudo. Em vista disso, a incursão neste território tinha por objetivo produzir pistas sobre como a cooperação é performada no Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Encontrei algumas bastante relevantes. No dia 06 de setembro de 2020, depois da expedição pelas estufas, fomos à propriedade de outra família pertencente ao grupo, sendo recebidos com grande entusiasmo. Na propriedade, reside apenas o casal de agricultores. Os três filhos, jovens, são universitários e um deles estudante de agronomia. Devido ao feriado da Independência, eles estavam em casa. Na apresentação, expliquei os objetivos da nossa visita e, para mostrar algum conhecimento prévio, explanei: “A gente veio conhecer como são produzidas as limas de vocês” (as limas são a principal produção da propriedade). O agricultor explicou: “Aqui a gente é mais voltado para as frutas como a lima, principalmente a lima, mas tem também limão, cana de açúcar.” Eis uma característica interessante dessa propriedade, porém outras singularidades merecem igualmente ser destacadas.

O casal tem suas origens rurais, mas a agricultura nem sempre foi a principal atividade econômica da família. Por muitos anos, eles venderam sua força de trabalho e mantiveram a

agricultura como uma atividade secundária, das horas vagas. A pluriatividade, ou seja, rendas obtidas fora do estabelecimento agropecuário, é considerada, em diversos estudos, como estratégia de reprodução social da categoria sociopolítica da agricultura familiar brasileira (Del-Grossi, 1999; Escher, Schneider, Scarton, & Conterato, 2014; Graziano-da-Silva, 1996; Mattei, 1999; Schneider, 2003; 2007). Schneider, Cazella e Mattei (2021) mostram que a pluriatividade não é uma característica negativa ou um óbice à produção agropecuária das unidades familiares. Trata-se daquilo que Ploeg (2008) denomina espaços de manobra, uma estratégia que os agricultores adotam para permanecerem na agricultura. Interessante é que a conciliação do trabalho fora do estabelecimento agropecuário com a agricultura engendrou um modo de fazer agricultura que eu não esperava encontrar.

Nós, na verdade, a nossa família, sempre vendeu mão de obra. Então lá nos anos 2000 nós começamos a plantar lima em agrofloresta. 2000 começou uma experiência de quinhentas mudas no meio da capoeira. Foi um experimento. Dois anos depois nós vimos que as mudas sobreviveram, porque em 2000 falar de agrofloresta? Então, abrimos uma picada com a foice, fizemos as covas, plantamos, anos depois nós fomos lá e achamos duas, três limas. Daí nos anos seguintes continuamos plantando. Vários tipos de florestas. Não mais em capoeira, mas em capoeirão. E foi. Mas assim, só dava para ir no sábado e domingo porque a gente trabalhava fora e algumas lavouras que a gente fazia, assim, dois hectares, um hectare de milho e outras coisas, um pouco de cana (entrevistado E8).

Uma agrofloresta! Não consegui esconder minha reação de surpresa. Embora toda a minha trajetória de vida perpassasse o mundo rural, nunca havia conhecido uma agrofloresta além das exibidas nas reportagens do programa Globo Rural. A criação dessa agrofloresta não seguiu um modelo replicado, mas foi uma invenção dos próprios agricultores. “Isso da agrofloresta, lá nos anos 2000 teve uma palestra com o pessoal do CETAP falando de agrofloresta como algo novo, inovador. Eu fiquei me sentindo porque eu já tinha uma agrofloresta e nem sabia”, expôs a agricultora.

A agrofloresta engendra modos específicos de fazer agricultura e de se relacionar com a natureza, para os quais, adianto, não tenho mais do que algumas singelas descrições. A lima do Grupo Orgânicos Mãos na Terra comercializada na GiraSol, produção de uma agrofloresta, já havia motivado elogios de consumidores impressionados com sua doçura. Entretanto, antes de tomar conhecimento da agrofloresta, esses elogios ressoavam apenas como mera característica do alimento. Ao chegar a este território de pesquisa, encontrei novas pistas sobre a lima e sua relação com a agrofloresta.

A lima normalmente tem aquele gosto amargo e a nossa não tem esse amargo. É diferente. A original mesmo ela tem mais um amargo. E também, existe uma

explicação. Por ser na agrofloresta, ela pega menos sol e diz que se ela pega mais sol ela passa o gosto para a fruta dentro. E como a nossa é sombreada toda na agrofloresta, também não fica com esse amargo. Também não se sabe, não é uma explicação científica também, né? Na verdade, na ciência dizem que o sol deixa a fruta mais docinha. Essa semana nós estamos tirando onde elas são mais verdes, porque é um outro pedaço, mas quando tu vai chupar ela é doce, muito doce. Tu pega ela verde e pensa que é azeda, porque tá verde, mas em vez, ela é doce (entrevistado E8).

A lima produzida na agrofloresta apresenta uma qualidade singular, reconhecida inclusive pelos consumidores da GiraSol, no entanto a hipótese empírica de que a redução da incidência da luz solar na agrofloresta impacta sua qualidade quanto à acidez e à doçura é uma discussão que permanecerá sem resposta concludente. Há uma categorização entre os diferentes saberes, sendo privilegiados os saberes científicos, ditos agronômicos, em meio a uma gama de outras possibilidades de apreensão das relações com a terra. É curioso notar os modos como os agricultores criaram a agrofloresta através da inventividade lastreada em seus saberes sobre a terra, os quais se desenvolveram à margem da orientação técnica e científica. As técnicas ditas científicas e as práticas locais dos agricultores encontram caminho para atualizações recíprocas, porém não simétricas. Aqui, nesse evento, são as técnicas científicas que parecem estar ‘atrasadas’. A experiência da agrofloresta soma-se às da produção ‘organicamente orgânica’, para mostrar que as inovações promulgadas como novo paradigma rural sustentável, são releituras, envelopadas em ciência moderna, de práticas locais e históricas dos agricultores.

As poucas horas em que interagi com essa família de agricultores renderam inúmeras trocas ‘não científicas’, em diversas áreas. Sobre o processamento da lima, sua principal produção, registrei sete possibilidades para seu uso, além da fruta *in natura*, que abrangem desde a utilização da folha para chá até a extração do óleo essencial. “As experiências que o agricultor foi desenrolando durante nossa conversa, mostram que eu estava diante de um genuíno laboratório de experimentos” (diário de campo, 06/09/2020). Entretanto, a conversa não se restringiu à agrofloresta e às experiências com a lima. Aproveitei a oportunidade para encontrar pistas sobre como a organização e a cooperação acontecem na dinâmica do Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Para bem entender o grupo, faço um breve resgate de sua história.

A falência de muitas cooperativas agropecuárias, no final do século XX, deixou marcas na agricultura do Rio Grande do Sul. Elas atingiram também os agricultores de São Domingos do Sul.

A origem nossa de cooperativismo ela vem na realidade dos pais, meu pai que tem quase 90, que sempre foi incentivado a fazer desenvolvimento e progresso em cooperativas. Mas aquelas histórias de cooperativas que a gente conhece. Nos lugares pequenos que nem aqui sempre teve cooperativas, mas também para se sustentar... imagine as épocas de botar banha nas carroças e ir vender, mas fizeram a sua história.

Mas a mais recente assim, de 50 anos atrás, a nossa pequena cooperativa daqui foi, vamos dizer, ela se incorporou a cooperativa maior, que era a [*nome preservado*], era uma cooperativa regional de Passo Fundo. E no que acabou de integralizar o seu capital e o seu patrimônio para essa cooperativa maior, claro, deu o estouro nas cooperativas maiores. Com esse divisor de falência, o pequeno capital que era da comunidade acabou sendo uma hipoteca para os credores dessa cooperativa maior (entrevistado E8).

Não vou retomar a discussão sobre o ‘velho cooperativismo’ e como a falência das cooperativas agropecuárias despertou o descrédito coletivo no cooperativismo agrícola. No entanto, a incursão neste território de pesquisa inseriu novos elementos nessa discussão. Começaram a despontar, com mais força, algumas distinções entre o cooperativismo e a cooperação. Nos desdobramentos do processo de falência da cooperativa que atuava em São Domingos do Sul obtive uma trilha investigativa – a associação – para identificar pistas de que, embora as cooperativas estivessem desacreditadas, o desgaste não se estendeu, na mesma medida, para a cooperação entre os agricultores: “Nós, que éramos jovens, fomos incentivados pelos nossos pais a criar um grupo de associação, que não era rotulado de cooperativa, porque havia aquele desgaste das cooperativas. Então nós chamamos de associação, que é uma experiência que tem aqui desde 85 pra cá” (entrevistado E8).

A criação da associação evidencia que o vácuo deixado pelas ruínas do cooperativismo, no final do século XX, não é um terreno infértil para pesquisar a organização e as práticas de cooperação performadas pelos agricultores. Com o exemplo das cooperativas fracassadas, os agricultores partiram para outro tipo de organização. Além de atuar na organização econômica dos agricultores, a associação age também sobre a organização política e social de seus sócios. Um interlocutor ajuda a compreensão de como a associação organiza-se:

Por exemplo, o problema da comunicação. Na zona rural aqui ninguém tinha telefone. Aí no governo aquela vez tinha um formulário para pedir telefone rural. Então a primeira coisa que a gente viu de necessidade era aquilo: a gente precisa de telefone. Como é que a gente vai se avisar se tem reunião, se tem que se reunir. Então a associação organizou tudo com os agricultores, fez assembleias, preencheu os formulários e entregou o processo para a prefeitura, que mandou a Brasília. Em pouco tempo nós tínhamos o telefone, telefonia rural. Outro exemplo, a escola. A escola tinha só na cidade. Para o pessoal do interior tinha que ter transporte escolar. Só que naquela época não tinha transporte escolar, era privado. Então a associação arranjava uma Kombi, um carro e juntava a piizada ‘Ah quem vai para a escola?’. ‘Fulano, tá, tá’. Então os da associação eram os que lideravam o processo de negociação e também de agilizar a proposta de fazer eles estudarem (entrevistado E8).

A atuação social e política da associação mostra à pesquisa elementos que direcionam o olhar para a cooperação como um processo mais amplo e complexo do que os processos idealizados pelas cooperativas agropecuárias nos campos da organização da produção e da

comercialização. A cooperação como processo organizativo não está restrita ao domínio das cooperativas. Há múltiplas cooperações que escapam à racionalidade economicista dos custos de transação. A organização econômica e as possibilidades de mercados que a associação potencializa muito interessam a este estudo. Foram obtidas pistas sobre as estratégias de organização coletiva instituídas pela associação.

E chegou um momento que se coletivizou algumas lavouras, então. Precisava de grana para sustentação do grupo e não se sabia como fazer essa organização financeira. Então, se dividiu em grupos e cada comunidade fez uma lavoura coletiva, próxima de cada comunidade. Então uma comunidade plantou um hectare de batatinha, outra plantou dois, três hectares de feijão, outra plantou vica para semente. Foi uma experiência que ajudou o setor financeiro, mas foi uma experiência também que disse 'olha, impossível nós abandonarmos a nossa produção para ir para a coletivização da lavoura'. Inviabiliza, corre-corre e é difícil combinar os horários de todos se encontrar (entrevistado E8).

A coletivização agrícola é uma proposta de transformação das relações de propriedade e da produção agrícola, que remonta um debate histórico decorrente da necessidade de superação do modelo capitalista no campo. Essa experiência fundamentou-se na perspectiva teórica marxista-leninista, que postula o campesinato como uma classe social em extinção e sem espaço em uma sociedade capitalista. Marx (2011) entendia o desejo de propriedade da terra pelos camponeses como favorável ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que gerava uma classe de proprietários livres para a organização da produção agrícola de acordo com seus interesses. Entretanto, como mostra Thomaz (2015) em uma análise bastante detalhada, experiências concretas, na antiga União Soviética, em Cuba e no Brasil, levam a reflexões que revelam as contradições da produção agrícola coletiva.

No bojo dessas contradições, está a dificuldade de compreender a autonomia nos processos produtivos. Diferente de Thomaz (2015), que defende o retorno à condição camponesa para a construção de 'outro' mundo mais justo, a experiência dos interlocutores desta pesquisa reforça as possibilidades de interação da agricultura familiar com a economia de mercado, permitindo o desenvolvimento combinado de diversos modos de organização da agricultura, sem perda da autonomia e da auto-organização dos agricultores. A associação orquestrada pelos agricultores concretizou uma dessas possibilidades, ao encontrar novos caminhos. Nos desdobramentos da experiência da coletivização da terra, no final da década de 1990, a organização dos agricultores construiu novas alternativas.

O início da feira começou com a comercialização de alimentos com a [*nome preservado*] que fazia a organização dos grupos nos bairros e fazia os pedidos de alimentos para gente. Então nós carregávamos aqui, recolhíamos e íamos lá entregar,

de noite, sem nota, de madrugada para não ser pego. Era duas latas de banha, não sei o que, batatinha, carne. Começou assim e começou dá certo, gerava renda, uma renda a mais para os agricultores. Assim, logo depois surgiu a ideia de fazer a feira em Passo Fundo (entrevistado E8).

O surgimento, em 1998, desse novo canal de comercialização teve consequências interessantes nos modos de fazer agricultura. De alguma maneira, a feira abriu caminhos e viabilizou que os agricultores resgassem os modos ‘organicamente orgânicos’ de produzir alimentos. Essa nova alternativa, no entanto, gerou impactos na associação, como explica um interlocutor:

Mas dentro do grupo da associação, ele bifurcou. Ela ficou assim: de um lado mais a tendência de frango confinado, suínos, leite, grãos, silagem; e de outro, cinco, seis famílias mais na produção desse lado ali da agroecologia. Então, nós ficamos no lado da agroecologia porque nós não éramos nem a produção de ‘agrogranjeiros’, nem no ‘agronegocinho’ e fomos para a frutas (entrevistado E8).

As maneiras como se arregimentaram os agricultores reforçam as dualidades agronegócio *versus* agricultura familiar e agricultura moderna *versus* agroecologia. Os modos de fazer agricultura e os canais de comercialização concebidos pelos dois grupos mostram que eles não se reduzem à escala de produção (pequeno, médio, grande). O termo ‘agronegocinho’, bastante elucidativo, faz referência a uma característica comum, na agricultura do Rio Grande do Sul, a pequena unidade agrícola de base familiar, que opera com os referenciais da agricultura moderna e do agronegócio. Essas unidades constituíram-se por um conjunto de sistemas para a produção de *commodities*, através da monocultura. A agricultura familiar que interessa a esta pesquisa é aquela lastreada no campo da agroecologia. Muitos ‘agronegocinhos’ conjugam a monocultura produzida para o mercado de *commodities* com a produção de alimentos, em geral orientada para o autoconsumo, que faz uso de saberes tradicionais da agricultura livre de químicos. Conheci muitos agricultores familiares que fazem a conjugação de práticas agrícolas aparentemente dicotômicas. Aqui, não julgo o ‘agronegocinho’, pois interesse-me pelas relações concretas que (re)criam possibilidades de a agroecologia acontecer na agricultura familiar. A feira foi a força motriz que impulsionou os agricultores familiares, por mim pesquisados, a fazerem agroecologia.

Na trama de relações do novo mercado surgido com a feira, o Grupo Orgânicos Mãos na Terra é um desdobramento da ‘bifurcação’ da associação dos agricultores, um grupo que encontra, na agroecologia, seus referenciais e, na cooperação, seu modo organizativo. A agroecologia e a cooperação, nos territórios da terceira *hinterland*, mesclam-se em interessante

entrelaçamento. A cooperação acontece nos contextos do ‘agronegocinho’, do agronegócio e das organizações formais e informais. Há cooperação pulsante nas dobras dos marcadores de diferença. Por exemplo: a questão do telefone rural mobiliza tanto os agricultores do grupo do campo da agroecologia como os do grupo do agronegócio. A cooperação como experimentada na elaboração desta tese é um fenômeno múltiplo. A cooperação, que percebi nos territórios da terceira *hinterland*, é constituída por relações com a agroecologia. A cooperação é aqui entendida como um processo amplo que gera mais do que relações entre pessoas, pois ela (re)cria relações singulares dos agricultores com a terra, com a natureza e seus elementos, com os alimentos, que, mesmo diante do modelo universal do agronegócio, ‘teimam em existir’.

5.3 A SOCIOMATERIALIDADE DA COOPERAÇÃO: A COOPERAÇÃO ENCONTRA A TERRA

A linha de pensamento desenvolvida desde a primeira *hinterland* corresponde a um emaranhado de realidades performadas na constituição da rede agroalimentar alternativa que conecta GiraSol, RESF, RedeCoop, COOMAFITT e Grupo Orgânicos Mãos na Terra, no qual são fabricadas cooperações. Essas realidades, no entanto, não são constituídas puramente de relações de homens entre si. Negligenciar a agência dos não humanos no desenvolvimento de cooperações é cair na mesma armadilha da ciência outrora criticada por Latour e Woolgar (1997).

Em consonância com o arcabouço teórico-epistemológico, que sustenta esta pesquisa, o conceito de não humano é entendido conforme a noção de materialidade dada pela teoria ator-rede, a qual entende que não há distinção *a priori* entre actantes humanos e não humanos (Law & Hassard, 1999). Latour (2012) explica que, isoladamente, o conceito de não humanos não tem sentido e tão pouco representa pequenos seres estranhos atuantes em níveis subatômicos da realidade. Os não humanos constituem as realidades através das relações e tanto os atores humanos quanto a materialidade só atingem suas características pelas estabilizações e pelos ordenamentos das relações nas quais se encontram (Law & Singleton, 2013). A sociomaterialidade, portanto, termo composto pelos vocábulos ‘socio’ e ‘materialidade’, refere-se à ideia de que “o social e o material estão inextricavelmente relacionados” (Orlikowski, 2007, p. 1437, tradução livre). Por meio dessas relações, pretendo jogar luzes sobre a sociomaterialidade que, na constituição das redes agroalimentares alternativas, molda cooperações mais ou menos provisórias.

A escolha por explorar a sociomaterialidade da cooperação pela descrição dos territórios da terceira *hinterland* não corresponde apenas à ordenação da linha argumentativa. Nos territórios da COOMAFITT e do Grupo Orgânicos Mãos na Terra, a agência dos não humanos torna-se evidente e elementos, como o alimento e a terra, são performados e performam a rede agroalimentar alternativa investigada. O alimento é o principal não humano que circula pelas três *hinterlands* e pelos cinco territórios de pesquisa. Ele é a principal estrela de uma rede agroalimentar, seja alternativa, seja convencional. Antes mesmo do ingresso oficial no campo empírico, nas minhas perambulações pelas feiras agroecológicas da cidade de Porto Alegre, o alimento já ostentava registros interessantes no diário de campo.

Por diversas vezes, no cotidiano da GiraSol, o alimento foi referenciado por seu aspecto simbólico e transcendental: “O alimento para a alma da gente” (entrevistada E6). Não existem elementos unicamente com caráter material ou unicamente com caráter simbólico. No entanto, mais interessante do que as simbologias purificadas são as relações que constituem o alimento, por exemplo, os agricultores que o produzem o alimento; os documentos (como a legislação que determina a certificação orgânica); os consumidores; a terra e os saberes necessários para ‘ler’ seus desejos e cultivar o alimento. As relações desses elementos, por vezes, geram alimentos distintos, como o ‘alimento de verdade’ e o ‘alimento enche barriga’. Há muita simbologia na noção de ‘alimentos de verdade’, informada pelos interlocutores da GiraSol, mas também há um conjunto de relações que o produzem e lhe conferem a condição comumente conhecida como ‘alimento de verdade’. Essas relações estão, em grande parte, inseridas nos territórios da terceira *hinterland*.

Nas observações do cotidiano da GiraSol, a concepção de ‘alimento de verdade’ é frequentemente adotada pelos consumidores, sendo ele reconhecido por diferentes características na forma, no tamanho, na cor, no aroma, no sabor. A qualidade orgânica do alimento é a principal marca distintiva do ‘alimento de verdade’ no âmbito do consumo. No contexto da pandemia de Covid-19, o ‘alimento de verdade’ ganhou grande repercussão mediática e a GiraSol viu seu faturamento crescer significativamente. Tal evento poderia ser concebido como ‘aumento’ nos índices de cooperação na GiraSol, ou seja, o ‘alimento de verdade’, comercializado pela cooperativa mobilizou consumidores a cooperarem com ela. No entanto, há pistas empíricas de que somente o ‘alimento de verdade’, na estrita concepção de alimento orgânico, é frágil para o engendramento de cooperações. Tais pistas são sustentadas por dados que mostram que a expansão do quadro de associados não acompanhou o crescimento do número de consumidores e do faturamento da cooperativa. Então, indago: por que as pessoas que adquirem o ‘alimento de verdade’ não cooperam com a GiraSol? Ou será que cooperam?

As observações empíricas, no cotidiano da GiraSol e nas incursões à COOMAFITT e ao Grupo Orgânicos Mãos na Terra, produziram evidências acerca de certa ‘não consciência’ do consumidor sobre os atributos do alimento, as quais mostram que o consumidor ‘não consciente’ não coopera e o consciente coopera. A conscientização sobre as características do alimento seria, portanto, a grande força motriz para cooperação acontecer. Reservadas as devidas críticas, essa não é uma falsa ilação. O consumo consciente, como prega a GiraSol, tem o objetivo político de mudar a maneira como as pessoas compreendem e relacionam-se com o alimento. Porém, essa mudança não visa apenas as práticas de consumo de ‘alimento de verdade’. O consumo consciente envolve uma trama de relações materializadas no alimento, nem sempre visível e identificável. Investigar essa trama torna-se obrigatório para compreender as práticas de consumo consciente e ‘não consciente’ e suas reverberações nos modos de cooperação.

Exponho uma situação bastante elucidativa sobre o consumo ‘não consciente’:

Consumidor: Não tem cebola hoje?

Eu: Não. A safra da cebola no estado acabou. Os agricultores já começaram a plantar, mas a safra, só no ano que vem.

Consumidor: Ah sim! Esse é o problema do orgânico, né? Não tem o ano inteiro (diário de campo, 16/06/2020).

O silêncio após a narrativa da consumidora gerou tamanho desconforto que, coletivamente, concluiu-se: “Não é problema do orgânico. Esse é o processo natural dos alimentos, das produções, dos cultivos agroecológicos. E não é problema nenhum. A gente que está acostumado a consumir diferente” (diário de campo, 16/06/2020). Além da análise da ‘não consciência’ do consumidor propiciada por esse evento, ressalto o tratamento concedido à experiência individual de ‘consumir um alimento sem veneno’, ou seja, o apego ao conceito de produto orgânico *stricto sensu*. Consumir um ‘alimento sem veneno’, orgânico, assume primazia sobre a complexidade das demais relações que estão impressas no alimento agroecológico comercializado na GiraSol. A categoria consciência mostra-se insuficiente para ser sustentada como força motriz da cooperação performada nas redes agroalimentares alternativas.

Outros fatos que se conectam a diálogos que tive com consumidores e que trazem à cena práticas de consumo ‘não consciente’, centradas na experiência individual, despertaram um sentimento de frustração coletiva. Eles manifestaram-se de variadas formas, através do consumidor que requisitava sacola plástica para empacotamento; que reclamava porque, na semana anterior, a alface estava ‘muito mais bonita’, que não compreendia a sazonalidade dos

alimentos; que criticava pois a maçã da GiraSol parecia muito mais rápido do que a do mercado...

A alienação nas práticas de consumo foram estudadas por renomados teóricos sociais, como Bourdieu (2008), Simmel (1998, 2004), Douglas e Isherwood (2009), e, na esteira marxista, por seus herdeiros, como os frankfurtianos Marcuse (1979) e Adorno (1994), os quais consideram o consumo alienado como característica da sociedade de massas. O campo da alimentação não escapa a essas análises. Poulain (2004), por exemplo, empenha esforços para explorar a farsa industrial da Revolução Verde e mostra como não se sabe nem se tem controle sobre o que se come. Ele sustenta que as ações de *marketing* mascaram as tecnologias desconhecidas dos alimentos industriais, tranquilizando os consumidores e anunciando os produtos como se fossem verdadeiros alimentos.

No domínio da sociologia da alimentação, Fischler (1988) explica que a expansão da produção industrial de alimentos transformou o ‘comedor moderno’ em ‘mero consumidor’, que desconhece a produção, a história e a origem do alimento. A “comida moderna é cada vez menos identificável por sua consistência, sabor, cheiro e textura” ao passo que a tecnologia “está se tornando sempre mais poderosa, pois agora usa, cada vez, mais processos sofisticados, tendendo a esconder, imitar e transformar produtos ‘naturais’ ou ‘tradicionalis’” (Fischler, 1988, p. 289, tradução livre). Na visão de Fischler (1988, p. 279, tradução livre), o ato de consumir “alimentos é, em termos reais e imaginários, incorporar todas ou algumas de suas propriedades” de modo que “nós nos tornamos o que comemos”. O alimento é, portanto, um porta-voz da relação do homem com o mundo que ele ajuda construir (Fischler, 1988).

Em consequência dessas e de outras críticas ao sistema agroalimentar contemporâneo, o movimento da virada da qualidade, no final do século XX, desenvolveu a noção de redes agroalimentares alternativas, apostando no surgimento de uma força-ideia alternativa aos modos de industriais de produção e ao modelo hegemônico de distribuição e consumo alimentar. O próprio conceito de redes agroalimentares alternativas sinaliza uma virada na direção de reconectar produtores e consumidores e restabelecer os vínculos entre sociedade e natureza (Goodman, 2003; Marsden et al., 2000; Renting et al., 2003). Na perspectiva teórica, o consumo consciente e o protagonismo das ações dos consumidores são elementos fundamentais na constituição de redes agroalimentares alternativas. No entanto, diversos autores evidenciam, nos estudos do sistema agroalimentar, a assimetria entre produção e consumo (Barbosa & Campbell, 2006; Cassol & Schneider, 2015; Goodman & Dupuis, 2002).

Não se trata, porém, de uma assimetria apenas no campo científico, pois, como informa o campo empírico, ela também se verifica na ação coletiva, na organização empírica das redes

agroalimentares alternativas. Ao transitar pelos territórios de pesquisa, entrei em contato com diferentes experiências, de localidades diversas, que se constituem como redes agroalimentares alternativas, tendo ficado com a sensação de que há desequilíbrio, entre consumidores e produtores, no protagonismo e na atuação, visando à consecução das redes agroalimentares alternativas.

Conquanto representem experiências significativas e inspiradoras, muitas dessas experiências alternativas aos mercados convencionais estão assentadas, primordialmente, no trabalho dos agricultores, que agregam a suas atividades de produção também as responsabilidades pelos processos de circulação e comercialização do alimento. Os consumidores, no entanto, assumem ínfima responsabilidade sobre a constituição das redes agroalimentares alternativas. Os diálogos com os agricultores e agricultoras do Grupo Orgânicos Mãos na Terra, que atuaram na experiência da feira agroecológica por mais de 20 anos, reforçam essa argumentação.

As feiras são um modo organizativo que, por excelência, conecta-se às redes agroalimentares alternativas. Elas engendram práticas diretas de consumo, que, no delineamento de relações mercantis, colocam, frente a frente, produtores e consumidores. A feira contém esse elemento mágico de relações mercantis vivas, porém, simultaneamente, encontra limitações como estratégia de abastecimento agroalimentar das cidades. Duas dessas limitações são relevantes nesta pesquisa. A primeira, como explica um interlocutor da RedeCoop, é que para dar conta de escoar toda a produção da agricultura familiar “todos os bairros de Porto Alegre teriam que ter feiras funcionando todos os dias e ainda assim ia faltar espaço para muito agricultor” (entrevistado E10). A segunda é a feira atribuir aos agricultores a responsabilidade de organização de todos os processos que envolvem produção, circulação e comercialização do alimento.

Na relação estabelecida na feira, o consumidor tem uma agência passiva, que de alguma forma, aproxima-se das relações de consumo vigentes nos grandes supermercados. Ao consumidor cabe apenas escolher os alimentos que deseja consumir. Ao agricultor é conferida toda a responsabilidade de preparar o cultivo, plantar, colher, armazenar, transportar, preparar a feira, expor, negociar, vender o produto e, principalmente, assumir todo o risco inerente à atividade econômica. Essa é uma distinção importante entre a feira e a cooperativa de consumidores, a qual reforça o lugar da GiraSol na orquestração das redes agroalimentares alternativas. A fala de uma interlocutora do Grupo Orgânicos Mãos na Terra explana: “Facilita muito o nosso trabalho. É meio caminho andado. Porque a feira, assim, a gente precisa pensar na comercialização e na produção. Nessa parceria com a GiraSol, a gente pensa na produção.

Seria nossa parte” (entrevistada E7). Eis, portanto, uma das conclusões deste estudo: a organização ativa dos consumidores é o principal entrave na constituição das redes agroalimentares alternativas.

A falha em ‘reconhecer’ a esfera do consumo, na equação de constituição das redes agroalimentares alternativas, parece mais adequada para compreender as práticas de consumo do que o processo de alienação do consumidor. A alienação nas práticas de consumo não é despropositada. Há interesse dos mercados convencionais e das grandes redes globais de comercialização de alimentos na passividade do consumidor nos atos de consumo. É igualmente importante considerar que o espaço urbano, como realizador das práticas de consumo, está submerso em transformações vivenciais demandadas pelo novo mundo do trabalho. As relações de curto prazo e as intermediações tecnológicas fragilizaram as possibilidades de compreensão e engajamento crítico na vida cotidiana, como bem expressa Sennett (2009; 2012). Não assumo a perspectiva de culpabilidade da passividade dos consumidores, assim como não tenho subsídios teóricos suficientes para tecer ilações sobre a formação da consciência na constituição da subjetividade dos indivíduos, entretanto a pesquisa provocou questionamentos que me impulsionam a avançar: (i) quais tramas de relações possibilitam o acontecimento da rede agroalimentar alternativa? (ii) quais fluxos de relações são interrompidos nas práticas de consumo ‘não conscientes’? (iii) qual materialidade engendra-se desde aí?

Os mercados convencionais, pelas características de funcionamento e pelas interações que propiciam, assentam-se em práticas de consumo passivas e pouco vinculativas, nas quais o alimento é apenas uma mercadoria a ser trocada por dinheiro. Nessas práticas apaga-se a complexidade de relações sociomateriais que acontecem muito antes de o alimento chegar ao consumidor. Esse apagamento tem desdobramentos nos processos de alienação nas práticas de consumo e na formação de um tipo de consumidor passivo que “não lê nem o rótulo para ver ‘oh, vem lá de São Paulo’; ‘isso aqui vem lá Minas Gerais’” (entrevistado E12). Daí decorrem situações como a da consumidora que julga a sazonalidade dos alimentos como um problema da agroecologia; a do consumidor que estranha a falta de padrão do alimento agroecológico; a da consumidora que não sabe como explicar ao filho que os ‘bichinhos’ também se alimentam da maçã.

Reverter esse apagamento, dar visibilidade à complexidade de relações materializadas no alimento, reconectar produtores e consumidores nas práticas mercantis são possibilidades para promover o consumo consciente e engendrar engajamentos e vínculos sociais na esfera do consumo. O acontecimento da GiraSol é uma experiência concreta nesse sentido. No cotidiano da GiraSol, práticas como ‘vibrar o alimento’ revelam a centralidade que o alimento ocupa na

rede agroalimentar alternativa. Como informam os interlocutores da pesquisa, ‘vibrar o alimento’ é contar “uma história por trás dessa alface que chega pra gente aqui” (entrevistado E5). Contar a história que está por trás do alimento é um modo (re)conectar o consumidor com o produtor e muitos outros atores presentes na rede agroalimentar alternativa. Contar a história do alimento e tudo o que ele materializa propicia engajamento e vínculos entre produtores e consumidores, ainda que eles não se conheçam pessoalmente.

O alimento é um ator importante na produção das cooperações que acontecem na rede agroalimentar alternativa. Mesmo o consumidor passivo, que procura a GiraSol apenas pelo interesse em adquirir ‘alimento sem veneno’, estabelece uma relação com a GiraSol e com toda a rede de atores envolvidos. O alimento que o consumidor leva para casa ajuda a construir a rede agroalimentar alternativa. No decorrer da pesquisa, também observei acontecimentos em que despontaram modos de engajamento crítico dos consumidores.

No final de junho de 2020, um temporal atingiu o Rio Grande do Sul, deixando um rastro de perdas na produção agropecuária do estado. Assim que as notícias sobre os prejuízos causados pelo temporal começaram a circular nos meios de comunicação, muitos consumidores vieram até o Armazém GiraSol, preocupados com os agricultores: “E que temporal foi esse na Região Norte do estado? Vocês sabem se os agricultores de São Domingos perderam muita coisa?” (diário de campo, 30/06/2020). Tal expressão não se refere apenas a uma atitude de empatia com o próximo. Nos dias seguintes ao temporal, a GiraSol enfrentou dificuldades de abastecimento e significativas avarias na ‘qualidade’ dos alimentos. Esse cenário despertou insatisfação nos consumidores ‘não conscientes’, devido à indisponibilidade de determinados produtos e a falta de uniformidade e de padrão nos alimentos. No entanto, muitos consumidores manifestaram sua solidariedade com os agricultores, conscientes de que a ação do temporal havia prejudicado a produção.

De algum modo, os consumidores ‘conscientes’ tornam visível a responsabilidade política no consumo do alimento e nele encontram modos de se conectar, de cooperar com os agricultores com os quais estabelecem relações mercantis, ainda que não face a face. A referência específica aos agricultores de São Domingos evidencia que a GiraSol, através de suas práticas, consegue ‘contar a história’ do alimento que comercializa ou, pelo menos, uma parte dela. Ao ‘vibrar o alimento’, a GiraSol está fazendo aí operar a cooperação. A GiraSol não é constituída só por consumidores conscientes e está longe de alcançar expressividade no mercado agroalimentar de Porto Alegre. Contudo, as histórias que ela conta sobre o alimento, dando visibilidade à complexidade de relações, que circunscrevem a produção, a circulação e a comercialização do alimento, realçam a possibilidade de engajamento e vinculação entre

consumidores e produtores. Abrem-se aí oportunidades para a cooperação acontecer. Meu campo sugere que o alimento não é mera mercadoria nem mero simbolismo, ele é um ator, que materializa muitos outros atores e relações performadas muito antes da atuação da GiraSol. O alimento torna-se capaz de engendrar modos de cooperação, não [apenas] por ser um ‘alimento de verdade’, mas por materializar a complexidade de relações políticas, sociais e ambientais. Emergem, por conseguinte, novos questionamentos: (i) que histórias são essas a serem contadas sobre o alimento? (ii) quais marcadores seriam capazes de assinalar a diferença entre o alimento comercializado na GiraSol e o alimento comercializado no mercado convencional?

Investiguei respostas para essas interrogações nos territórios da terceira *hinterland*, visando compreender a agência do alimento na constituição da rede agroalimentar alternativa e na moldagem das cooperações. Com esse intento, perguntei aos agricultores quais elementos, além da qualidade orgânica, estavam materializados no alimento que eles produziam e que a GiraSol comercializava. As respostas pouco surpreenderam:

A primeira coisa é a questão da agricultura familiar. Porque eu acho que muita gente não conhece, na verdade, o que é a agricultura familiar, como é que é a forma de produzir na agricultura familiar, né? Então, eu acho que é uma coisa muito legal de mostrar o modelo da agricultura familiar, que na verdade é uma forma de vida, é uma forma de produzir alimento, de cuidar da terra, é uma maneira de viver que existe da agricultura familiar. Que na agricultura familiar tem essas relações com as comunidades, de ter essa construção, da relação que tem com o vizinho, enfim. Eu acho que isso é necessário levar para as pessoas (entrevistado E11).

Nos diálogos com os agricultores e as agricultoras descobri que o termo terra não pode ser compreendido apenas como sinônimo de solo, pois ele é mais amplo e engloba a diversidade de elementos da natureza que compõem a paisagem da agricultura familiar. No capítulo precedente, busquei explorar como a rede agroalimentar alternativa é um acontecimento político que dá lugar e existência as realidades que não cabem na ‘monocultura’ de realidades performada nas cadeias agroalimentares industriais. Novos elementos surgiram nos territórios da terceira *hinterland*. Descrevi as práticas da agricultora que cultivava uma diversidade de ‘plantinhas’, que não ostentam valor comercial, mas marcam a agricultura familiar.

No encontro da agricultora com a terra, instaura-se um processo constante, cotidiano e histórico de fazer agricultura, de produzir o alimento e, como dizem os interlocutores da pesquisa, de tecer a vida e compor o mundo. Quando a interlocutora expressa: “Eu não vivo sem minhas plantinhas”, ela não verbaliza apenas um discurso. Ela chama a atenção para a agricultura familiar como um modo de estar no mundo conectado com a terra, isto é, de fazer agricultura com elementos da natureza, como solo, água, sementes, ‘plantinhas’, rios, mata.

Esses elementos não humanos geram efeitos nas formas de cultivo da terra, como a agroecologia e a agrofloresta, e também compõem os modos de os sujeitos existirem no mundo. É como se a existência se expressasse em um entrelaçamento, no qual o agricultor e a terra constituem-se mutuamente.

A terra, portanto, não é só um recurso produtivo que o agricultor explora para produzir o alimento, ela tem desejos, vontades, limitações que precisam ser compreendidos pelo agricultor que trabalha com ela. A terra e o agricultor estão permanentemente associados, mediando um ao outro em um enlace. Por isso, os agricultores fazem tão intensa referência ao conhecimento sobre a terra como condição primeira para a produção do alimento, como expressou um interlocutor: “Não se forma um horticultor com menos de 20 anos” (entrevistado E5). A terra precisa ser compreendida em sua existência e não disciplinada e uniformizada como faz a máquina ‘modernizadora’ do agronegócio. Desde a Revolução Verde, as ciências agrônômicas e as instituições de pesquisa e orientação técnica dedicam grandes esforços para melhor conhecer o solo, no entanto esse conhecimento está subordinado ao interesse de dominação da terra como um recurso à disposição da exploração máxima da agricultura.

Na agricultura moderna, para além das narrativas, é interessante notar as interdições colocadas nas relações instauradas entre o agricultor e a terra. Essa relação, no caso da agricultura familiar, não é tão instrumental e utilitarista como creem os defensores do agronegócio. A relação do agricultor com a terra remonta à herança secular camponesa. Ainda que o agronegócio sustente que tudo cabe em seu modelo de agricultura – “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo; Agricultura Familiar é agro; Orgânico é agro [...]”³⁹ –, com evidente interesse em silenciar as disputas sociais e políticas que circunverem o rural brasileiro, as relações da agricultura familiar com a terra confrontam esse discurso. Nos modos de produção agroecológicos, compreender os desejos da terra requer “aprender a lidar com as perdas”, como me explicou uma agricultora: “Quando eu planto aqui, eu sei que uma parte é para os bichinhos comerem. Eles também existem na agroecologia e precisam comer!” (diário de campo, 30/09/2019). A força dessa relação fica evidente naquilo que disse um interlocutor: “O ‘agri’ não existe, se ele é só ‘agri’ ele vai virar o agronegócio, o ‘cultor’ é o elemento fundamental” (entrevistado E5).

O ‘agri-cultor’ cultiva terra, sendo o alimento um dos produtos da multiplicidade de efeitos desse enclave. O alimento carrega tanto trabalho humano quanto elementos da terra. Na

³⁹ Referência à campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil.

agroecologia, a terra e seus modos de cultivo não são recursos e meios uniformizados. A ‘saga do espinafre’, observada no cotidiano da GiraSol, mostra como elementos da terra (solo, nutrientes, umidade, água etc.) produzem marcadores de diferença no alimento. Não é apenas o selo de certificação orgânica que atesta um ‘alimento de verdade’, ele próprio carrega consigo características que denunciavam as relações de produção.

Não foi um fato inusitado terem os agricultores e as agricultoras feito referência à agricultura familiar como principal elemento materializado no alimento por eles produzido. Não se trata, porém, apenas de uma forma de produzir o alimento. A agricultura familiar, ao fazer-se, instaura uma ordem de relacionamentos com a terra e dessa ordem criam-se e recriam-se modos de produzir o alimento. Por isso, modelos de agricultura, como o agronegócio – ou melhor ‘agronegocinho’ – encontram resistência entre os agricultores familiares. O agronegócio, amparado nos referenciais da agricultura moderna, inverte a relação, ou seja, os modos de produzir o alimento assumem primazia sobre as relações instauradas com a terra. Nessa inversão, operam alterações e cortes nas possibilidades de vínculo com elementos como solo, água, sementes, ‘plantinhas’, que não encontram espaço e/ou relevância na racionalidade estritamente econômica do agronegócio. Há razões para isso. Falar sobre a terra é falar de um não humano múltiplo, animado e vigoroso, que toma parte em uma rede emaranhada de afetos, práticas e sentidos constitutivos da agricultura familiar.

No caso do agronegócio, os monocultivos de exportação, como soja e milho, inevitavelmente criam modos de fazer agricultura homogêneos que reduzem a produção de alimentos a poucas espécies vegetais e animais, a mercê dos desejos dos mercados globais de *commodities* (Porto, 2018). O conceito de impérios alimentares proposto por Ploeg (2008) é profícuo para compreender a agricultura capitalista e o forte poder monopólico na produção, no processamento, na distribuição e no consumo de alimentos. Nesses impérios, atuam tanto grandes donos de terra como multinacionais de fertilizantes, agrotóxicos, transgênicos e outros insumos, além de grandes cadeias de supermercados. Como bem explica Porto (2018), em prol da promessa de acabar com a fome no mundo, a destruição dos elementos da natureza é mero ‘efeito colateral’, externalidades a serem eventualmente compensadas.

Delgado (2012) fez o resgate histórico dos processos de estruturação e desestruturação da agricultura brasileira, desde o regime militar de 1964, no qual chama a atenção para as maneiras como o agronegócio intenta o monopólio da natureza e de seus elementos, sobretudo, o domínio da terra. Estão em jogo não apenas as práticas produtivas (agroecologia *versus* agronegócio), mas a própria possibilidade de habitar o mundo de diferentes modos, o que passa obrigatoriamente pelas relações estabelecidas com e junto à natureza e seus elementos, como

exemplificado no caso das ‘plantinhas’ – sem valor comercial – cultivadas pela agricultora. Não visou engessar agricultores e agricultura em uma identidade fixa e romantizada, mas chamar a atenção para o fato de que outros modos de relação com a terra – por consequência, outras reações à natureza e a seus elementos – estão ganhando relevância nas disputas sociais, atualizando antigas lutas sociais camponesas.

São disputas porque põem em cena a dificuldade de coexistência de diferentes ‘mundos’. Desde os processos de modernização da agricultura, a estratégia desenvolvimentista aprofunda e alarga o ‘fosso de desigualdade’ do rural brasileiro, operando na marginalização e no aniquilamento de diversos sujeitos (Delgado, 2012) e, conseqüentemente, de seus modos produtivos, de reprodução da vida, de existência. Impera a quase impossibilidade de coexistência razoável entre convivências e distintos modos de vida e de produção. Mais que o modo de produção, estão em discussão as relações com a terra, a qual engendra atores diversos em torno do alimento, mas também vincula ancestralidades, saberes, modos de habitar a terra e de existir no mundo. A terra não pode ser concebida como algo externo, mero recurso a ser explorado. Há uma pertença recíproca entre terra e agricultor que não encontra eco na lógica produtivista do agronegócio.

As relações que o agricultor estabelece com a terra remonta à ancestralidade e à historicidade do campesinato, seus modos de vida, de fazer agricultura e produzir o alimento. Nessas relações, situam-se e instalam-se saberes cotidianos que, nem sempre, encontram eco no domínio do ‘conhecimento científico’. O caso específico do agrofloresta ‘inventada’ pelos agricultores mostra como saberes, marginalizados pelos processos homogeneizadores da agricultura moderna, são reapresentados como inovação, na medida em que são cooptados pelo discurso da sustentabilidade como um grande nicho de mercado para o agronegócio. Semelhante processo é observado quanto à qualidade orgânica do alimento, levando o agricultor a expressar seu estranhamento sobre a necessidade de certificação de uma produção ‘organicamente orgânica’. Há deslocamentos e marginalização de saberes, de práticas, de modos de se relacionar com a terra e produzir alimentos que são históricos na agricultura familiar, porém só são aceitos quando cooptados pelo mercado.

Ploeg (2008) mostra como os mercados convencionais e as grandes redes globais de comercialização de alimentos constituíram-se como impérios alimentares, que operam sobre os modos de vida e de produção dos agricultores. O campo empírico desta tese evidencia haver inventividade de técnicas de cultivo, de tipos de mercado, de modos de organizar e cooperar, criados e recriados pelos próprios agricultores, em consequência dos processos de mercantilização capitalista dos impérios alimentares. Embora a herança da Revolução Verde

ainda reverbera fortemente no sufocamento dos espaços de diferença e dos diferentes, no que concerne aos padrões da agricultura moderna, na ‘periferia’ da rede fazem-se negociações, criam-se técnicas, compartilham-se saberes, encontram-se brechas e linhas de fuga. Há sempre alguém que persiste: “A gente que teima em existir” (diário de campo, 18/09/2019). As inventividades mostram-se mais complexas do que meras estratégias de acesso ao mercado, por serem políticas. Elas emprestam existência e resistência à agricultura familiar, assim como a pessoas, plantas, solo, natureza etc.

O percurso de pesquisa empreendido apresenta os modos de organização dos agricultores e das agricultoras familiares que, cada qual à sua maneira (cooperativa, associação, grupo etc.), engajam-se na agricultura familiar e a ela se vinculam. Reconhecer esses modos de organização implica seguir o envolvimento dos agricultores com a materialidade, isto é, com a terra, com o território, com a água, com o alimento, com as ‘plantinhas’... Através desse caráter pragmático, relacional e sociomaterial, constituem-se os modos de fazer agricultura (familiar e agroecológica), observados durante a pesquisa. Em consequência, as relações, situadas no tempo e no espaço e sempre provisórias, entre elementos heterogêneos – agricultores, terras, alimento, cooperativas, consumidores etc. – criam e sustentam um modo de produzir o alimento que se conecta à força-ideia da rede agroalimentar alternativa.

Desconsiderar a agência da terra, do alimento e de muitos outros não humanos na constituição da agricultura familiar é reduzir os agricultores a simples produtores de alimentos. Conforme observado no campo empírico, por trás da produção de cada alimento há uma infinidade de relações de atores heterogêneos, humanos e não humanos, que geram muito mais do que produtos orgânicos. A cooperação é um dos efeitos da rede agroalimentar alternativa. Se não humanos, como a terra e o alimento, são atores significativos na constituição da rede agroalimentar alternativa, então são igualmente atores relevantes nas cooperações que dela emergem.

No decorrer do estudo, observei algumas práticas de cooperação instauradas na organização dos agricultores. Há cooperação na organização de uma cooperativa como a COOMAFITT. Há cooperação na organização de grupos de agricultores, como o Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Há cooperação na associação dos agricultores do município de São Domingos do Sul. Há cooperação nas trocas de saberes entre os agricultores. Há cooperação entre as cooperativas, que trabalham com alimentos de produção regional. Há muitas cooperações sendo constantemente criadas e recriadas – como o ‘velho’ e o ‘novo cooperativismo’ – na organização do espaço rural. Os modos de cooperar que observei nos territórios de pesquisa da COOMAFITT e do Grupo Orgânicos Mãos na Terra pertencem a

cooperações mais elevadas e exigentes – dialógicas, para resgatar o termo de Sennett (2012) –, para a força-ideia das redes agroalimentares alternativas. Porém, as limitações desta tese esbarram nesse ângulo de análise.

Há muita riqueza nos modos de cooperação que se manifestam na organização social, política e econômica do mundo rural. A imersão pelos territórios da terceira *hinterland* possibilitou algumas amostras dessa riqueza. Considero, inclusive, que os modos de organizar e cooperar da agricultura familiar constituem a principal referência da experiência da GiraSol, como cooperativa de consumidores no espaço urbano. Olhar com maior empenho para a cooperação performada no espaço rural é um tema necessário a ser abordado em pesquisas futuras.

O caminho da pesquisa levou-me a compreender como a materialidade presente no espaço rural conecta-se com o cotidiano da GiraSol no espaço urbano. O alimento é o não humano mais visível na intersecção da GiraSol com os territórios da terceira *hinterland*. Ao adentrá-los, observei que o alimento concentra tamanha agência não apenas por sua significação ou representação (‘alimento de verdade’ e/ou ‘enche barriga’), mas por ser algo que excede tal domínio: o alimento propicia a conexão com a agricultura familiar e toda a sociomaterialidade por ela engendrada. O alimento torna-se ‘porta-voz’ da agricultura familiar; de seus modos de vida; de suas relações com a terra e com os elementos da natureza; de suas lutas políticas; de sua maneira de produzir o alimento.

A GiraSol opera constantemente – por meio de suas redes sociais, do atendimento aos consumidores, das propostas de formação da cooperativa – para dar visibilidade à complexidade de relações sociomateriais amalgamadas no alimento. Essas práticas configuram-se como importante mecanismo de resistência e de denúncia das disputas envolvendo a história e a existência da agricultura familiar e seus modos de produção (agroecologia). A referência “alimento para a alma da gente” não expressa apenas simbolismo, nostalgia ou satisfação em comer um ‘alimento de verdade’.

Cada vez que aquele caminhãozinho chega aqui, e chega aquela cestinha, eu me sinto muito feliz, porque tem muito significado por trás disso, tem muita construção, e principalmente tem muita potencialidade, porque isso aponta para o que é possível. E eu acho que essa é a coisa mais forte da GiraSol. É mostrar que é possível. Isso dá uma esperança na gente de uma forma muito forte. Então, aquela luminosidade da GiraSol, a GiraSol traz o sol. Então, eu acho que é uma experiência muito, muito rica nesse sentido. É uma espécie de acolhimento, é uma coisa de estar compartilhando. Eu estou isolada dentro da minha casa, mas eu estou compartilhando uma construção bem maior com muita gente, inclusive com quem está plantando e colhendo o alimento lá no seu local, tu entendes? (entrevistada E6).

Na atuação da GiraSol, que mobiliza tantos elementos (materiais e subjetivos), o alimento oportuniza o encontro entre diversos atores que performam a rede agroalimentar alternativa e engendra engajamentos entre múltiplos atores, inscritos na produção, circulação e consumo do alimento. Esses engajamentos, no entanto, são interrompidos pelas relações mercantis ‘não conscientes’, produzindo vínculos padronizados e abstratos entre produtores e consumidores. As cadeias agroalimentares industriais, por meio de seu aparato, forçam a produção de alimentos ‘universais’ que solapam ou sufocam a especificidade e a multiplicidade da agricultura familiar. A maneira como o alimento ‘universal’ se faz presente nas práticas de consumo torna raras as possibilidades de cooperação. A GiraSol, cujo intuito primeiro é organizar consumidores, engendra também muitas resistências e tensões, mobilizando politicamente sujeitos, organizações e materialidade para mudar a maneira como o alimento e tudo que nele se materializa é compreendido.

Cooperar para e na GiraSol não é apenas ter acesso a um ‘alimento de verdade’, mas também estabelecer vínculos com uma multiplicidade de outros atores (humanos e não humanos), que agem muito antes de qualquer semente ser lançada na terra. O principal objetivo da GiraSol não está unicamente na organização do consumo, antes disso, ela atua na construção e no fortalecimento de um modo de fazer agricultura familiar e agroecológica, que não encontra eco nos padrões dos mercados convencionais. A narrativa de um evento vivenciado por uma consumidora da GiraSol elucida essa discussão:

Nós vivemos em uma cidade onde o abastecimento está ancorado numa rede [*nome preservado*] que ela foi aos poucos terminando com os mercadinhos das regiões da cidade e se instituindo cada vez mais pesadamente. É um negócio fora de propósito, assim. Uma vez eu briguei dentro do [*nome preservado*] com os caras, com o gerente por causa do pêssego da Vila Nova. ‘Por que vocês não têm pêssego da Vila Nova aqui? Comprando esse pêssego da Argentina, do Chile, parece que é uma coisa de plástico’. E a resposta foi: ‘Não! O [*nome preservado*] não compra dos produtores da Vila Nova, porque os produtores da Vila Nova não escalam para vender para o [*nome preservado*]’. Ah, mas eu respondi: ‘Mas que vergonha! Porque vocês deviam estar fomentando eles. Devia ser o contrário, devia ser o contrário! Vocês deviam se orgulhar de fomentar os pequenos’ (entrevistada E6).

A discussão aqui mobilizada evidencia que há certas disputas, fluxos e possibilidades que excedem a paisagem visível da atuação da GiraSol, ou seja, o que está em jogo não é a organização dos consumidores no espaço urbano, mas um tipo de relação entre produtores, consumidores e muitos outros atores, que as cadeias agroalimentares industriais buscam apagar ou padronizar em um alimento ‘sem história’. A reivindicação da existência de ‘histórias’ amalgamadas no alimento é capaz de produzir cooperações. Essas histórias estão impregnadas da vida de atores que ‘teimam em existir’ no mundo, como aqueles agricultores e agricultoras

que encontrei; como as ‘plantinhas’ sem valor comercial cultivadas pela agricultura do Grupo Orgânicos Mãos na Terra; como os ‘bichinhos’ que existem na agroecologia e precisam se alimentar.

Não se trata de afirmar que homens cooperam com o alimento e vice-versa, pois tal análise só faz sentido se alocada na rede de relações latouriana. A relação do consumidor (consciente ou ‘não consciente’) com a GiraSol impulsiona a rede agroalimentar alternativa e, por si só, delinea algum modo de cooperação. A relação diferenciada do consumidor com o alimento e sua história possibilita modos de engajamento que geram cooperações pela vinculação entre atores ‘desconhecidos’ e fisicamente distante. Esse modo de cooperação é exigente, porque requer considerar a existência da multiplicidade de outros (humanos e não humanos) que atuam muito antes de o consumidor chegar à GiraSol. O alimento deixa de ser apenas uma mercadoria, pois tem sua ‘história’ e, através dele, surgem modos de engajamento que circulam pelas relações de atores heterogêneos, na constituição da rede agroalimentar alternativa. Desses modos de engajamento críticos e diferenciados emanam muitas cooperações.

Por meio dessas cooperações, abrem-se espaços para que o consumo consciente se concretize nas práticas cotidianas dos consumidores. O consumo consciente de que falam os interlocutores da GiraSol é mais um modo de cooperação do que uma escolha deliberada do indivíduo. Se um “horticultor não se forma em menos de 20 anos”, um consumidor consciente não se forma em menos tempo. O consumo consciente torna-se um exercício constante de aprendizado, esse é o principal desafio da GiraSol.

Assumindo a discussão posta, abre-se espaço para questionar a ideia subjacente, na literatura do domínio dos estudos organizacionais, de que a cooperação é resultado da intencionalidade humana, daqueles que querem cooperar por algum objetivo (Mayo, 1949; Etzioni, 1974; Barnard, 1971). Conforme essa ideia, o ‘querer cooperar’ apresenta-se como elemento explicativo de por que a cooperação acontece. Nesse ponto, a teoria ator-rede, especialmente sua noção de sociomaterialidade, muito ajuda. Negligenciar a atuação de elementos como a terra e o alimento é reduzir a complexidade da rede agroalimentar alternativa e limitar a cooperação a interações sociais humanas, que direcionam o plano analítico para determinantes individuais, grupais e organizacionais que levam as pessoas a cooperar.

Essa visão, ancora-se na definição de social como pertencente apenas às relações humanas, exclui outros tipos de elementos não sociais, assumindo que eles estão separados na prática de cooperar. Como explica Law (2000), a separação entre elementos sociais e não sociais como algo essencial no plano analítico é um equívoco, já que, na ausência dos não

humanos, as interações humanas ficariam limitadas quanto ao que poderia fazer com as próprias habilidades. Por conseguinte, nessa concepção, ficam excluídas do plano de análise as relações sociomateriais heterogêneas que constituem a rede agroalimentar alternativa e por ela são constituídas, bem como as cooperações que dela emanam. Durante a pesquisa, evidenciaram-se amostras de como a materialidade está imbricada nas cooperações observadas na rede agroalimentar alternativa. Compreender a rede agroalimentar alternativa só é factível ao se considerar a agência de não humanos como o alimento e a terra. A materialidade que constitui as redes agroalimentares alternativas não se desassocia dos modos como a cooperação é performada.

Alicerçado na semiótica material (Law, 1992) – que dá conta da performatividade – observei, pela ótica do *enactment*, a cooperação como relação, mais do que ação intencional de alguém, mas uma relação constituída de atores heterogêneos, humanos e não humanos. A maneira como compreendo a cooperação – em seus agenciamentos entre humanos e não humanos – desloca a análise do agente da cooperação para a agência, para a ação do cooperar sendo performada por uma rede de atores heterogêneos. Antes da intencionalidade ou da propensão humana à cooperação, interessam-me as relações que produzem as cooperações. Há múltiplas cooperações performadas no mundo. Aquelas que observei, no campo empírico desta tese, são efeito da ação política que constitui o acontecimento da rede agroalimentar alternativa, o qual é engendrado em relações sociomateriais que enactam múltiplos objetos simultaneamente. Emanam cooperações no cotidiano da GiraSol, nos empreendimentos solidários filiados à RESF, na rede logística da RedeCoop, na organização cooperativista na COOMAFITT, nas práticas do Grupo Orgânicos Mãos na Terra. Elas também circulam na constituição da rede agroalimentar alternativa.

Na rede agroalimentar alternativa, além dos atores humanos, atuam a materialidade e as tecnologias criadas pelo homem, como técnicas de produção, produtos inovadores, plantas, solo, sementes, água, entre outros. O alimento e a terra emergiram como os não humanos mais vigorosos na constituição da rede agroalimentar alternativa aqui pesquisada. Esses elementos compõem as relações, confundindo-se, em certos momentos, com os próprios sujeitos: “Eu não vivo sem minhas plantinhas”. A terra, como explicam os interlocutores da terceira *hinterland*, não pode ser analisada como algo externo, dominável e administrável, como cogita a ‘máquina modernizadora’ do modelo do agronegócio. Em consequência, falar na relação do agricultor com a terra nada tem a ver com a gestão dos elementos da natureza, como faz crer a ciência que embasa a agricultura moderna. Existe um modo de pertença recíproca entre sujeito e terra,

marginalizada pela agricultura moderna, mas que encontra eco nos consumidores organizados na GiraSol.

Nos estudos organizacionais, as teorias *mainstream* sobre cooperação ignoram e interditam a possibilidade de elementos materiais, como terra e alimento, fazerem parte das relações que fabricam a cooperação. Isso diverge das relações tecidas na rede agroalimentar alternativa, na qual elementos não humanos não só fazem diferença, como também concebem modos de organizar, cooperar e outros. Com inspiração na teoria ator-rede, é possível reunir esses elementos heterogêneos, que, por vezes, são abordados de modo segmentado, na literatura dos estudos organizacionais.

ENCERRAMENTOS INSTÁVEIS E PROVISÓRIOS

No momento em que chego ao fechamento desta tese, mais de 5 milhões de vidas já foram perdidas, no mundo, em decorrência da Covid-19, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. No Brasil, foram mais de 600 mil vidas perdidas. A disseminação de uma nova variante do vírus, a Ômicron, desencadeia uma disparada no número de contaminados. A imprensa constantemente divulga dados alarmantes sobre o mapa da fome no Brasil. A pesquisa Datafolha, divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo, em 24 de dezembro de 2021, mostra que 26% dos brasileiros dizem que, em suas casas, a quantidade de comida não é suficiente para alimentar suas famílias. O percentual chega a 37%, no segmento com renda mensal inferior a dois salários mínimos⁴⁰. No Rio Grande do Sul, uma severa estiagem atinge o estado⁴¹, sendo estimados prejuízos bilionários na economia. Nesse cenário, vejo agricultores e agricultoras perdendo muito mais do que suas produções – triste paisagem que acompanhou a elaboração desta tese. A vivência cotidiana na GiraSol, no entanto, transformou-se em reduto de esperança. Nos muitos locais em que estive, muitas vezes deparei-me com pessoas e eventos que me fizeram ‘teimar’ em desenvolver o objetivo proposto: compreender a cooperação como prática performada para e nos processos organizativos das redes agroalimentares alternativas.

Ao escrever este encerramento, percebo muitas perguntas que ficaram sem resposta. Muitos *insights* permanecem guardados nas páginas do diário de campo, nos excertos de entrevistas, nos documentos recuperados e, principalmente, nas memórias angariadas nos dezessete meses de pesquisa empírica. Fazer o recorte de uma trama de realidades mais ou menos organizada é reconhecer que muitas outras realidades escapam à abrangência deste trabalho. Nos caminhos percorridos para e com o campo empírico, coloquei em evidência a reconstituição das experiências de pensar e repensar a cooperação.

O lugar do pesquisador não é nem pode ser neutro. As escolhas teóricas e metodológicas derivaram da relação que delineei com os territórios de pesquisa, mas a escolha do campo empírico foi perpassada por minha própria história. O disfarce de pesquisador externo, que vesti para ingresso na GiraSol, não se sustentou por muito tempo. Antes de ser um pesquisador, sou um ‘nativo’ desse campo. Essa condição tornou-se mais latente à medida que o estudo

⁴⁰ Ver notícia “Datafolha mostra que falta de comida afeta quase 40% dos brasileiros de baixa renda”. Recuperado em 29 de dezembro, 2021, de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/datafolha-mostra-que-falta-de-comida-afeta-quase-40-dos-brasileiros-de-baixa-renda.shtml>

⁴¹ Ver notícia “RS tem a pior seca dos últimos 17 anos e perdas chegam a R\$ 20 bilhões”. Recuperado em 8 de janeiro, 2022, de <https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/01/rs-tem-a-pior-seca-dos-ultimos-17-anos-e-perdas-chegam-a-r-20-bilhoes/>

avançava. Assim como Loic Wacquant assumiu o ‘corpo e alma’ em seu fazer científico com os lutadores de boxe em Detroit, também assumi a minha relação com a GiraSol como um modo de pesquisa e de engajamento ético com o campo empírico. Dessa maneira, apreendi e aprendi novos modos de me relacionar com os agentes em campo e com eles fazer pesquisa.

Durante a investigação, aprendi novos gestos, expressões, saberes impossíveis de exteriorizar nas letras frias desta tese, por exemplo, não cabe, na escrita, o modo como passei a ‘vibrar o alimento’; não cabe, na escrita, a alegria pela inauguração do Armazém GiraSol. O modo como conduzi a investigação não se restringiu apenas a observar ou participar do campo, mas significou compor e ser composto, como pesquisador, como mais um ator na rede de relações. Diversos foram os eventos em que assumi o papel de comerciante, administrador, agrônomo, motorista, agricultor. Esse modo de engajamento produziu muito mais do que dados empíricos. É difícil limitar essas realidades, que ajudei a construir com o campo empírico, a uma narrativa escrita, linear. A linha de escrita inverteu a sequência do desenvolvimento do estudo. Teoria e método não foram o ponto de partida, como pode erroneamente sugerir a estrutura desta tese. Os delineamentos teóricos e metodológicos foram sendo construídos conforme as determinações produzidas no decorrer da pesquisa empírica.

A teoria ator-rede mostrou-se um valioso repertório teórico/metodológico para a condução da investigação. O *method assemblage*, proposto por Law (2004), permitiu acompanhar múltiplos atores heterogêneos, com diferentes trajetórias e objetivos, que constituem as redes agroalimentares alternativas, e lançar luzes sobre impasses, dilemas, dúvidas, desafios vivenciados no percurso da pesquisa, assumindo o caráter performativo do método (Law et al., 2011). O método configurou-se como um processo contínuo de criar e recriar os limites necessários entre multiplicidades, presenças e ausências performadas na rede (Law, 2004). Ele levou-me a territórios cujo cruzamento com a pesquisa parece ter sido obra do destino. A GiraSol foi a porta de entrada para o campo empírico, mas o modo de engajamento de meu fazer científico irrigou o terreno para que novas possibilidades se abrissem. Os territórios RESF, RedeCoop, COOMAFITT e Grupo Orgânicos Mãos na Terra encontraram-se com a pesquisa e, por suas relações instauradas com a GiraSol, constituem o que defini como rede agroalimentar alternativa. O emaranhado de realidades, que ora se conectavam, ora se afastavam, ora se sobrepunham na constituição da rede agroalimentar alternativa, suscitou o questionamento inicial: como as redes agroalimentares alternativas organizam-se? A primeira possibilidade de resposta a esse questionamento corresponde a uma contribuição desta tese aos estudos sobre tal contexto.

A organização das redes agroalimentares alternativas é um objeto de estudo ainda pouco explorado. Ele requer maior atenção dos pesquisadores do domínio dos estudos organizacionais, tanto por sua contemporaneidade e relevância, quanto pela complexidade de diferentes modos de organização (cooperativas, feiras, redes, grupos, associações etc.), assentados em experiências políticas, que poucos subsídios encontram no conhecimento científico da administração. Especificamente no caso da GiraSol, a transferência de teorias, modelos e ferramentas gerenciais, apoiadas em *designs* científicos do *management*, encontrou enguiços nas práticas de uma organização que se afasta do modelo hierárquico, estruturado e formal de uma empresa. Diferentemente de outros autores, que adotam a narrativa da empresarização das organizações, evidencio o imperativo de criação de conhecimento gerencial com e para aquelas que não se inserem nos modelos tradicionais.

Certas aproximações com a ciência da administração não passam apenas por questões epistemológicas, mas também pela trama de realidades, aparentemente invisíveis na GiraSol, que engendram a existência, o lugar e o papel de uma cooperativa de consumidores na constituição de uma rede agroalimentar alternativa. Compreender a GiraSol em sua singularidade, unicamente como uma cooperativa organizada por consumidores para consumidores, é uma redução analítica. Em grande medida, o insucesso das propostas de ferramentas gerenciais que ofereci à GiraSol decorreu dessa compressão inicial equivocada. Ao avançar no estudo, fui colhendo pistas de que muitas outras ‘coisas’ existiam junto à GiraSol, as quais não eram agentes externos, mas elementos dela constitutivos. Analisar os processos organizativos da GiraSol requereu, então, compreender como ela se enacta e é enactada na rede. Em consequência, RESF, RedeCoop, COOMAFITT e Grupo Orgânicos Mãos na Terra emergiram como territórios de pesquisa.

A forma como esses territórios foram se apresentando e ganhando relevância motivou a escolha metodológica do dispositivo das *hinterlands*. Apoiado nele, organizei e analisei os arranjos de relações que, inicialmente, mostravam-se mais ‘próximos’ e visíveis: a GiraSol, primeira *hinterland*. As observações cotidianas na GiraSol levaram-me a outros arranjos de relações, que, inicialmente, pareciam mais ‘distantes’, menos visíveis, mas que se manifestavam no cotidiano da GiraSol: RESF e RedeCoop, segunda *hinterland*. Esses arranjos, por sua vez, levaram-me a outros arranjos de relações, ainda mais ‘distantes’ e difíceis de visualizar e produzir, embora a necessária presença na GiraSol: COOMAFITT e Grupo Orgânicos Mãos na Terra, terceira *hinterland*.

A noção de *hinterlands* permitiu-me separar e reconectar esses conjuntos de relações, para torná-las visíveis como realidades provisoriamente estáveis, partes do fluxo da rede

analisada. As *hinterlands* auxiliaram a performar os conjuntos de realidades do escopo desta tese. A adoção do *method assemblage* (Law, 2004) representou uma contribuição metodológica a este trabalho. A noção de *hinterland*, proposta por Law (2004) como um dispositivo analítico do *method assemblage*, possibilitou expandir a rede e compreender o fluxo e o movimento de relações, nos diferentes territórios de pesquisa, para, apoiado nessa abstração, analisar a cooperação performada nas redes agroalimentares alternativas. As *hinterlands* ensejaram a análise das redes agroalimentares alternativas, iniciando pela organização do consumo, com o território da GiraSol. Seguindo o rastro de suas relações, a rede foi sendo expandida e desenhada até alcançar a esfera da produção. Esta tese contribui com a literatura ao compreender a constituição da rede agroalimentar alternativa, através da organização do consumo, afastando-se das críticas que indicam a primazia das análises na esfera da produção, em estudos sobre o sistema agroalimentar (Barbosa & Campbell, 2006; Cassol & Schneider, 2015; Goodman & Dupuis, 2002).

Confeccionada e estabilizada a rede que entretece GiraSol, RESF, RedeCoop, COOMAFITT e Grupo Orgânicos Mãos na Terra, avancei na análise de como as redes agroalimentares alternativas organizam-se. Orientado pela teoria ator-rede e diante da complexidade e da diversidade organizacional dos cinco territórios de pesquisa, busquei aporte na noção pós-moderna de *organizing*, para conceber a organização como um constante curso de ações e de resultados de processos precários e parciais. Os processos de organizar foram concebidos como realizações que estão sempre no curso de ações e que são resultados de processos coletivos, precários e parciais (Law & Cooper, 1995). A noção de *organizing* levou-me a olhar para a diversidade de organizações que se entremearam com o estudo, pois, conquanto estejam conectadas a uma rede, as relações e as práticas organizativas que cada uma comporta são distintas.

Ao assumir a noção de *organizing*, visualizei contextos que fogem dos modelos de organização estruturada, rígida, formal, hierárquica, com objetivos e normas bem definidos. Assim, contemplei a conjugação de ações, relações, relacionamentos interligados, que geram divisões, espaços, enquadramentos, centros, margens, inclusões, exclusões (Law, 1992) e que performam modos de organizar e cooperar. A noção de *organizing* oferece uma contribuição importante às pesquisas sobre redes agroalimentares alternativas, por possibilitar o engendramento da diversidade e da complexidade de organizações à mesma rede de relações, conectando modos de organizar negligenciados e esquecidos pelas análises *mainstream* da administração. Ao adentrar os territórios rurais deparei-me com organizações não formais, que

não têm CNPJ, nem diretoria, hierarquia, normas e regras escritas, mas encontraram, na ação coletiva, modos de se constituírem.

Esses modos organizativos, alicerçados na ação coletiva, na coordenação do trabalho, nas trocas de saberes, na luta por direitos e em outras possibilidades, compõem a paisagem dos territórios de pesquisa investigados na terceira *hinterland*. As práticas neles observadas mostram pontos de passagem obrigatórios ao percurso da investigação. Analisar apenas organizações formais, como as cooperativas, esconde a complexidade de outras práticas organizativas importantes nas redes agroalimentares alternativas. As organizações não formais também se conectam com aquelas mais ou menos formalizadas. Organizações não formais estabelecem relações comerciais com cooperativas formalizadas, mas também atuam em feiras e desenvolvem seus próprios canais de comercialização, à beira de estradas, pelo WhatsApp etc. O estudo não abrangeu toda essa complexidade, mas pistas importantes foram colhidas para a compreensão da multiplicidade de práticas organizativas que performam as redes agroalimentares alternativas.

A noção de *organizing* auxiliou a compreender como a GiraSol está organizada em uma zona de práticas. Ela ora pende mais à informalidade, horizontalizada, constituída pela concepção de que o fazer e o pensar são ações indissociáveis, no cotidiano da cooperativa. Ora é preciso reforçar a organização formal, hierarquizada e com unidade de comando, em consonância com os enquadros da estrutura de governança definida pela Lei do Cooperativismo (Brasil, 1971). Embora essa zona engendre diferentes versões da GiraSol, que coexistem e, em alguns casos, se entretecem, encontrei pistas de que há muita inventividade nos modos de organizar que não cabem na estrutura formal, os quais engendram também modos de cooperação.

A cooperação mais elevada e exigente, adotando as palavras de Sennett (2012), observada no cotidiano da GiraSol, encontra mais espaço para acontecer nas práticas performadas à margem da estrutura formal de governança da cooperativa. Essa argumentação perpassa os diferentes territórios da rede agroalimentar alternativa. A cooperação não precede as práticas. A cooperação é efeito de processos organizativos, muitos dos quais não se ajustam às prescrições das práticas formais de uma estrutura de governança cooperativa. Por conseguinte, a cooperação é compreendida como efeito contínuo dos processos de organizar com múltiplos atores – alimento, consumidores, agricultores, cooperados etc. – que se enactam para e na cooperação e assim se constituem cada um como tal enactando a cooperação.

A emergência da cooperação como campo teórico exigiu o resgate do estado da arte de quadros e referenciais teóricos do domínio dos estudos organizacionais sobre o tema. Inspirado

pela proposta de Alvesson e Sandberg (2013), desenvolvi uma problematização teórica que se ancorou na identificação e na articulação dos pressupostos subjacentes à literatura dominante sobre cooperação no domínio dos estudos organizacionais. Ao perscrutar as obras, deparei-me com a diversidade de pesquisas e com a amplitude de conceitos distintos relacionados com a cooperação, mobilizada desde os pioneiros da Escola de Relações Humanas. Seus impactos auspiciosos são estudados em vasta literatura que explora as cooperativas e o cooperativismo. Igualmente, ela é examinada pela literatura de redes interorganizacionais como uma vantagem competitiva, principalmente dos pequenos e médios empreendimentos empresariais. As obras enraizadas no comportamento organizacional, abordam a cooperação como elemento gerenciável que produz resultados desejáveis no trabalho. Ela ainda é compulsada, na literatura sobre estratégia organizacional, pelo paradoxo cooperação *versus* competição.

A cooperação é uma noção presente na literatura contemporânea do domínio dos estudos organizacionais. No entanto, a primeira constatação ao analisar essa literatura refere-se aos poucos estudos que exploram, especificamente, como a cooperação acontece. De modo geral, a cooperação é mobilizada como uma noção acessória para condução de trabalhos com outros objetos de pesquisa. Nos estudos organizacionais, a cooperação é sempre compreendida como uma noção dada *a priori*, abstrata, auspiciosa, utilitária e que antecede as práticas organizacionais. Não identifiquei, na literatura contemporânea, teorias específicas sobre a cooperação. Para entender a noção de cooperação, são adotadas ideias desenvolvidas por autores clássicos dos estudos organizacionais: Chester Barnard, Elton Mayo e Amitai Etzioni. Prosseguindo nesse direcionamento e orientado pelas proposições de Alvesson e Sandberg (2011), tentei identificar os elementos com os quais Barnard (1971), Mayo (1949) e Etzioni (1974) desenvolveram suas teorias sobre a cooperação. Quatro desses elementos foram problematizados, tensionados e interpelados pelas realidades estudadas. Por consequência, esta tese oferece uma contribuição teórica para literatura sobre cooperação nos estudos organizacionais, ao discernir novas compreensões sobre como a cooperação acontece.

O primeiro pressuposto subjacente identificado na literatura do domínio dos estudos organizacionais diz ser a cooperação sempre positiva e pressupor a existência de ideias, projetos e propósitos comuns, seja ela formal ou informal (Barnard, 1971), espontânea (Mayo, 1949) ou consentida (Etzioni, 1974). A investigação envolvendo a GiraSol mostrou que conceber a cooperação como um processo positivo, que acontece apenas quando há denominadores comuns entre os cooperadores, é uma simplificação da realidade. A cooperação observada, no cotidiano da GiraSol, que, de algum modo, estende-se aos demais territórios de pesquisa, é um processo complexo e espinhoso, que, não rara às vezes, gera tensões e discordâncias. Contudo,

diferenças e discordâncias não constituem entraves para que a cooperação aconteça. Por exemplo, as discussões sobre a comercialização de produtos de origem animal mobilizaram apoiadores e opositores, os quais, no entanto, encontraram um modo de cooperar, sem aniquilar as diferenças. Esse tipo de cooperação encontra eco nos escritos de Richard Sennett (2012) sobre a cooperação dialógica. Em sua proposição, cooperações mais elevadas e exigentes, como a prática dialógica, não acontecem apenas quando há unidade e consenso entre aqueles que querem cooperar.

As cooperações que observei, durante a pesquisa são processos vivos e constantemente negociados entre seus artífices, que não têm a unidade como requisito para participar do processo cooperativo. Embora tensões e discordâncias pareçam fragilizar a cooperação, as práticas organizativas na GiraSol, coadunadas por relações horizontalizadas, pela permeabilização dos espaços de poder, pela troca de informações, performam práticas de cooperação mais elevadas e exigentes, que acontecem mesmo diante de tensões geradas por diferenças. As práticas organizativas da GiraSol, em seu cotidiano, engendram modos de cooperação que afastam o comportamento tribal de alguns grupos contra outros. Os resultados da investigação na GiraSol diferenciam-se das proposições de Barnard (1971), Mayo (1949) e Etzioni (1974), mostrando que a cooperação é algo múltiplo, que não depende de ideias, projetos e propósitos comuns para acontecer.

O segundo pressuposto subjacente na literatura do domínio dos estudos organizacionais diz que a cooperação segue a lógica de evolução institucional, segundo a qual as práticas ditas informais, se bem-sucedidas, tendem a se institucionalizar em organizações formais (Barnard, 1971). A pesquisa na GiraSol evidenciou diversas práticas consideradas informais, ou seja, que acontecem à margem da estrutura de governança da cooperativa, que reconstróem o decurso histórico das versões da GiraSol 1.0 e 2.0. No entanto, nenhuma evidência sugere o desaparecimento ou a institucionalização dessas práticas como parte da organização formal, como expõe Barnard (1971). Práticas como os ‘tocadores’ e o ‘conselho de administração ampliado’ estão presentes na GiraSol desde sua fundação e nenhum documento recuperado revela a existência dessas práticas nos modos como a cooperativa está organizada. No entanto, elas existem e assumem primazia nos processos organizativos da GiraSol. Práticas formais, como as prescritas na Lei do Cooperativismo (Brasil, 1971) e no estatuto da cooperativa, e informais, delineadas no cotidiano, coexistem e, em alguns casos, chocam-se ou sobrepõem-se. A separação reducionista entre formal e informal, conforme faz Barnard (1971), desvela que as práticas cotidianas, embasadas em autoridade, responsabilidade e confiança, produzem modos

de cooperações muito mais elevados do que os modos de cooperação que acontecem nos limites da estrutura de governança formal da cooperativa.

A estrutura formal mostrou-se pobre para fabricação de cooperações mais elevadas e exigentes, como a prática dialógica. O modelo de estrutura de governança de uma cooperativa, como prescrito na Lei do Cooperativismo (Brasil, 1971), é lastreada por concepções de hierarquia e unidade de comando que consideram a separação ontológica entre fazer e pensar, entre gerenciar e cooperar. Não raras as vezes, criam-se elites decisórias pensantes que se isolam do fazer cotidiano da organização, minando as possibilidades de cooperação entre ‘pensadores’ e ‘fazedores’, despertando comportamentos tribalísticos que desabilitam a cooperação mais elevada e exigente. Os dados empíricos evidenciam que, para a cooperação prática dialógica acontecer, é preciso compor práticas organizativas horizontalizadas e inclusivas, que garantam as trocas diferenciadas e que vibrem as diferenças. As práticas ditas informais ostentam maior vigor para fabricação de cooperações mais elevadas e exigentes. As práticas performadas à margem da organização formal, – ‘conselho de administração ampliado’, grupos de trabalhos, práticas cotidianas de tomada de decisão, representatividade dos ‘tocadores’ – abrem espaços para que a cooperação aconteça.

O terceiro pressuposto da literatura do domínio dos estudos organizacionais diz ser a cooperação sempre gerenciável e ser função do executivo promover as condições para que as pessoas cooperem (Etzioni, 1974; Barnard, 1971). No trabalho de campo, notei que a cooperação, no contexto das redes agroalimentares alternativas, não existe *per se*, como algo que possa ser estimulado e gerenciado. A cooperação observada não é gerenciável, não é uma virtude do indivíduo que pode ser motivado à cooperação. Ela é enactada para e nos processos organizativos. Sennett (2012) foi um aporte relevante para compreender que o pressuposto de gerenciamento da cooperação tem em si uma ideia de cooperação forjada na ação política de cima para baixo. Essas formas de ação pressupõem a coalizão e a unidade e nelas se enquadram apenas as realidades que se ajustam a denominadores comuns. As ações políticas de cima para baixo são formas socialmente frágeis para a produção de cooperações, especialmente em uma rede agroalimentar alternativa, composta por diferentes territórios, cujas conexões e vínculos nem sempre são suficientemente aparentes.

Por conseguinte, concebo que, ao invés de um fenômeno gerenciável, a cooperação é política, pois está sendo constantemente performada e negociada, em um processo político e ativo de criação e composição de mundos. A análise da dimensão política da cooperação requer o afastamento da noção de cooperação unicamente como dispositivo político que engendra transformações na sociedade. Para compreender a cooperação na rede agroalimentar

alternativa, recorri, pois, às noções de alteridade e multiplicidade presentes no conceito de *enactment* da teoria ator-rede. Esse direcionamento exigiu compreender que a realidade é múltipla e que, nessa multiplicidade, sempre haverá um Outro (Law, 2004; Mol, 2002). Surgiu assim o Outro das redes agroalimentares alternativas: as cadeias agroalimentares industriais. Nessas cadeias há realidades situadas no que delimito como ‘centro’ da rede.

O lugar ocupado na rede não é apenas uma localização específica. A pesquisa colheu pistas acerca das desigualdades performadas entre o ‘centro’ e a ‘periferia’ da rede de relações. As realidades que atuam no ‘centro’ geram estratégias excludentes, naturalizando as realidades próximas ao ‘centro’ como padrão universal para outras localidades ‘periféricas’ (Law & Mol, 2008). Eventos como o estranhamento do agricultor que precisa atestar, por certificado, que sua produção é orgânica e a narrativa da agricultora que precisa adquirir um equipamento disfuncional à sua produção de manteiga, mostram como ‘centro’ e ‘periferia’ estão em condições de desigualdade. Em consequência, para além de múltiplas realidades, se reconhece o processo de supressão do Outro, ‘periférico’, que, de algum modo, ‘teima em existir’. Nesse complexo de tensões, falar de cooperações não é falar apenas de acessos aos mercados possibilitados pelas redes agroalimentares alternativas, mas é falar de pessoas e de suas histórias. Os atores que atuam na ‘periferia’, no entanto, não são passivos nem apolíticos. Há muita inventividade na ‘periferia’ da rede que dá lugar e existência a realidades que não cabem na ‘monocultura’ de realidades performada no ‘centro’ da rede. Sustento que a rede agroalimentar alternativa, performada em uma posição ‘periférica’ em relação às cadeias agroalimentares industriais, é um acontecimento político que instaura meios de preservar territórios e modos de vida, de produzir, de habitar e de estabelecer vínculos sociais, embebidos em historicidades e materialidades.

A cooperação é política, porque a rede agroalimentar alternativa é um acontecimento político que dá lugar àqueles que ‘teimam em existir’ e compor seu mundo, como algo múltiplo e repleto de denominadores incomuns. Nesse emaranhado de multiplicidades, as cooperações acontecem de distintas formas, pois atores articulam instavelmente resistências, demandas, desejos, muitos dos quais se cruzam e chocam-se entre si. Observei, durante a pesquisa, que especialmente as redes como a RESF e a RedeCoop atuam como articuladoras de múltiplas realidades, geradas pela relação com diferentes atores, objetivos, visões de mundo, que ora se encontram, ora se chocam, ora se sobrepõem, mas que sempre encontram espaços para cooperar. Ao invés de um processo gerenciável, considero que a cooperação é efeito do constante processo de construir, consertar, lutar, fracassar, tentar novamente, engendrando e compondo mundos diversos.

O quarto pressuposto subjacente da literatura do domínio dos estudos organizacionais diz ser a cooperação resultado da intencionalidade humana, daqueles que querem cooperar visando a algum objetivo (Mayo, 1949; Etzioni, 1974; Barnard, 1971). As experiências nos territórios de terceira *hinterland* mostram que a cooperação não acontece apenas nas relações entre humanos. Orientado pela noção de simetria generalizada da teoria ator-rede (Latour, 1997; 2012), fui provocado a investigar a agência dos não humanos nos processos de fabricação das cooperações. Nas realidades performadas nas redes agroalimentares alternativas, observei as agências das tecnologias, das técnicas de produção, das plantas, dos alimentos, do solo, das sementes, da água, entre outros atores não humanos.

No trabalho de campo, dois não humanos desapontaram com relevância e vigor no engendramento das redes agroalimentares alternativas: o alimento e a terra. O alimento é o não humano mais visível na constituição de uma rede agroalimentar alternativa. Ele circula pelos diferentes territórios de pesquisa e contém em si uma história de relações e de realidades, aparentemente invisíveis no âmbito do consumo, mas que atuam constantemente na rede de relações que se entrecruzam nos cinco territórios de pesquisa. Ao reivindicar a história amalgamada no alimento, uma cooperativa de consumidores, como a GiraSol, intenta instaurar um tipo de relação entre produtores, consumidores e muitos outros atores, que se diferencie daquelas das cadeias agroalimentares industriais, que operam na lógica da padronização de um alimento ‘sem história’. Reivindicar a existência da ‘história do alimento’ abre caminhos para engajamentos críticos e diferenciados, que, por efeito, engendram muitas cooperações, até mesmo entre agricultores e consumidores fisicamente distantes e desconhecidos.

Falar sobre a história do alimento não é simbólico, ela remete à multiplicidade de atores – humanos e não humanos – que ‘teimam em existir’. O ‘teimar em existir’ também tem, com a terra, um emaranhado de relações portadoras de ancestralidades e saberes constitutivos dos próprios sujeitos e da agricultura familiar. A terra mostrou-se como um aspecto de conflito, de disputas pela existência de modos de vida, de produzir, de habitar característicos da agricultura familiar, mas que não se enquadram nas realidades performadas no ‘centro’ da rede, como as narrativas do agronegócio. Assim, ultrapassando a simbologia, o alimento possibilita conexões de consumidores da GiraSol com a agricultura familiar e toda a sociomaterialidade por ela engendrada. A cooperação na GiraSol conecta-se com os modos de vida; as relações com a terra e elementos da natureza; as lutas políticas por existência; os modos de produzir o alimento da agricultura familiar. Esta percepção produz novas interpretações sobre a cooperação em diferentes contextos. Antes da intencionalidade ou propensão humana à cooperação, como postulam autores clássicos (Mayo, 1949; Etzioni, 1974; Barnard, 1971), a análise do contexto

das redes agroalimentares alternativas sugere que a cooperação é uma relação constituída por atores heterogêneos, humanos e não humanos.

Ao problematizar os quatro pressupostos subjacentes na literatura sobre cooperação no domínio dos estudos organizacionais, não os refuto, apenas ofereço à análise organizacional, outras possibilidades para (re)pensar a cooperação como processos múltiplos, complexos, políticos e heterogêneos. As teorizações dos autores clássicos são aplicáveis e profícuas em análises dos contextos empresariais e institucionais, porém mostraram-se frágeis e questionáveis para compreender a cooperação performada nas redes agroalimentares alternativas. Esta tese presta uma contribuição teórica, ao oferecer a compreensão da cooperação como uma prática performada no acontecimento das redes agroalimentares alternativas e que se manifesta de múltiplas formas. Os resultados analíticos mostram que as cooperações são performadas por múltiplos atores heterogêneos; são efeito dos processos organizativos; estão engendradas nas ações políticas que geram as redes agroalimentares alternativas.

Os resultados obtidos nesta tese, conforme a proposta do *assemblage*, possibilitam compreender as práticas de organizar e cooperar, que mantêm o conjunto de relações mais ou menos unidas e estabilizadas na constituição das redes agroalimentares alternativas. A proposta do *assemblage* (Law, 2004) permitiu compreender a cooperação através das relações entretecidas em um conjunto de diversos atores e agências que performam e são performadas para e nas redes agroalimentares alternativas. A cooperação em consonância com a proposta do *assemblage* é, portanto, um modo para compreender por que e como as realidades aproximam-se, friccionam-se, chocam-se e sobrepõem-se e, assim, fabricam cooperações na constituição de uma rede agroalimentar alternativa.

Esta tese oferece uma forma de entender como múltiplos atores heterogêneos, nem sempre coerentes, instauram relações que geram múltiplos modos de cooperação. A cooperação é um processo que reúne elementos heterogêneos, atores/agentes quanto objetivos, que impulsiona resultados, muitas vezes, imprevisíveis e efêmeros. Por conseguinte, torna-se impossível engessar as múltiplas cooperações em um único conceito cristalizado. A compreensão da cooperação como um processo múltiplo e efêmero enriquece, criticamente, a literatura no domínio dos estudos organizacionais, e disponibiliza novas alternativas para explorar as múltiplas cooperações emergentes nos engendramentos dos processos de cooperar e de organizar. As análises aqui expostas reincorporam, nos estudos organizacionais, a complexidade dos processos de cooperações. Isso propicia reimaginação da cooperação para

além de um fenômeno abstrato, auspicioso, gerenciável, humano e que existe metafisicamente descolado das práticas.

Ao descrever e analisar os distintos modos de cooperação, a proposta do *assemblage* enfatiza que as realizadas estabilizadas nas páginas desta tese são produzidas e envelopadas em um processo situado, temporal e efêmero. Embora tenham sido delineadas descrições e análises relevantes ao domínio dos estudos organizacionais, a proposta do *assemblage* sugere buscar outras possibilidades e potencialidades para remontar diferentes cooperações. Sinto-me, pois, na obrigação de apresentar algumas possibilidades de agenda para pesquisas futuras, as quais emergiram do desenvolvimento da pesquisa e das reflexões acerca das realidades que ultrapassam a abrangência desta tese. A proposta do *assemblage* conforta-me neste processo de encerramento, por saber que as realidades aqui construídas vão ser recortadas para se transformarem em novos estudos, em novos textos impulsionadores de outras análises e reflexões.

O diário de campo guarda uma riqueza de pistas e questões acerca das conexões da GiraSol com a reforma agrária. Em 2020, eu planejava expandir a investigação até os assentamentos e as organizações cooperativas da reforma agrária. Esse planejamento, no entanto, foi adiado em consequência da pandemia de Covid-19 e tornou-se agora uma possibilidade de investigação futura. As discussões tecidas nesta tese, como as lutas pela terra e sua convocação a participar dos processos de cooperação, poderão ser enriquecidas com as realidades que circunscrevem a reforma agrária no Brasil. Outra relevante agenda para investigações refere-se à diversidade de organizações possíveis, na esfera do consumo alimentar, nos espaços urbanos. Novas análises podem incluir outros tipos de organização, como feiras, grupos de consumo, vendas por aplicativos, os quais se conectam à perspectiva de alternativa ao modelo das cadeias agroalimentares industriais. Como demandado pelos interlocutores da pesquisa, sugiro problematizar o que a administração tem promovido, em ensino, pesquisa e extensão, com e para as organizações alternativas, que não se ajustam ao repertório ferramental *mainstream*, desenvolvido para o contexto das organizações empresariais.

Como ponto final desta tese, retomo uma vivência em campo, quando dialoguei com agricultores e agricultoras em uma das imersões nos territórios de pesquisa. Na ocasião, logo na chegada, apresentei-me como doutorando em administração da UFRGS mas, como de costume, ressaltai minhas credenciais de filho de agricultores familiares. Logo após, fui interpelado: “Filho de agricultor familiar? Por que tu saiu da agricultura e foi fazer administração?” (diário de campo, 30/09/2019). Essa parece ser uma simples pergunta

protocolar de cordialidade entre pessoas que acabam de se conhecer, entretanto ela reverberou por dezenas de registros no diário de campo. Aquele momento despertou em mim um sentimento, que me acompanhou até o término desta tese: estou fazendo, como professor e pesquisador em administração, muito menos pela agricultura familiar, pela agroecologia, pela economia solidária, pela multiplicidade de organizações reunidas na definição de rede agroalimentar alternativa, do que fazem os agricultores, os cooperados, os dirigentes, os militantes que cruzaram com a construção desta tese. Não encontro respostas concretas à minha angustia, então, para encerrar, escolho as palavras de Paulo Freire:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo, se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenho para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

- Abate, G. T., Francesconi, G. N., & Getnet, K. (2014). Impact of agricultural cooperatives on smallholders' technical efficiency: empirical evidence from Ethiopia. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 85(2), 257–86. <https://doi.org/10.1111/apce.12035>
- Abebaw, D., & Haile, M. G. (2013). The impact of cooperatives on agricultural technology adoption: empirical evidence from Ethiopia. *Food Policy*, 38, 82–91. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2012.10.003>
- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- Adorno, T. (1994). Indústria cultural. In G. Cohn (Org.), *Theodor Adorno* (pp. 92–99). São Paulo: Ática.
- Alcadipani, R., & Hassard, J. (2010). Actor-network theory, organizations and critique: towards a critique of organizing. *Organization*, 17(4), 419–435. <https://doi.org/10.1177/1350508410364441>
- Alcadipani, R., & Tureta, C. (2009). Teoria ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações & Sociedade*, 16(51), 647–664. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302009000400003>
- Alencar, A. I., & Yamamoto, M. E. (2008). A teoria dos jogos como metodologia de investigação científica para a cooperação na perspectiva da psicologia evolucionista. *Psico*, 39(4), 522–529. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3786>
- Alentejano, P. (2012). Modernização da agricultura. In R. S. Caldart, I. B. Pereira, P. Alentejano, & G. Frigotto (Orgs.), *Dicionário da educação do campo* (pp. 477–483). São Paulo: Expressão Popular.
- Allen, P., FitzSimmons, M., Goodman, M., & Warner, K. (2003). Shifting plates in the agrifood landscape: the tectonics of alternative agrifood initiatives in California. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 61–75. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00047-5](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00047-5)
- Almeida, J. (2003). A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, 24(2), 499–520. <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/ensaios/article/view/734>
- Altieri, M. (1998). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Alvesson, M., & Sandberg, J. (2013). *Generating research questions: doing interesting research*. London: Sage Publication.
- Amaral, A. M. (2001). *Fatores críticos de sucesso de organizações cooperativas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Amsterdamska, O. (1990). Surely you are joking, Monsieur Latour!. *Science, Technology, Human Values*, 15(4), 495–504. <https://doi.org/10.1177/016224399001500407>

- Andrade, M. C., & Alves, D. C. (2013). Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração IMED*, 3(3), 194–208. <https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v3n3p194-208>
- Arantes, R. C., Mineiro, A. A. C., Castro, C. C., & Deboçã, L. P. (2021). Creating and appropriating value in cooperation networks. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 20(1), e18242. <https://doi.org/10.5585/riae.v20i1.18242>
- Arboleda, O., Zabala, H., & Cueto, E. (2019). El cooperativismo caficultor en Colombia: el caso de la Cooperativa de Caficultores de Andes en el Departamento de Antioquia, 1927-2015. *América Latina en la Historia Económica*, 27(1), e1025. <https://doi.org/10.18232/alhe.1025>
- Atouba, Y., & Shumate, M. (2010). Interorganizational networking patterns among development organizations. *Journal of Communication*, 60(2), 293–317. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2010.01483.x>
- Ávila, M. L., Caldas, E. L., & Assad, S. S. (2013). Sinergia e coordenação em políticas públicas: o caso do PAA e PNAE. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, 7(3), 68–81. <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/182/139>
- Axelrod, R. (2011). Launching “the evolution of cooperation”. *Journal of Theoretical Biology*, 299, 21–24. <https://doi.org/10.1016/j.jtbi.2011.04.015>
- Axelrod, R., & Dion, D. (1988). The further evolution of cooperation. *Science*, 242(4884), 1385–1390. <https://doi.org/10.1126/science.242.4884.1385>
- Aydos, H. P. de (2020). *As práticas ecológicas da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT)* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, RS, Brasil.
- Bager, T. (1994). Isomorphic processes and the transformation of cooperatives. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 65(1), 35–59. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8292.1994.tb01505.x>
- Balestrin, A., Vargas, L. M., & Fayard, P. (2008). Knowledge creation in small-firm network. *Journal of Knowledge Management*, 12(2), 94–106. <https://doi.org/10.1108/13673270810859541>
- Balestrin, A., Verschoore, J. R., & Reys, E. Jr. (2010). O campo de estudos sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(3), 458–477. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000300005>
- Baptista, V. F. (2015). As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 141–164. <https://doi.org/10.1590/0034-76121603>
- Barbosa, L., & Campbell, C. (2006). O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In L. Barbosa, & C. Campbell (Orgs.), *Cultura, consumo e identidade* (pp. 21–44). Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Barbosa, O. G., Mingo, G., Grippo, R., Frutos, S., Reziale, E., Gamarci, A., & Corvoisier, F. (2008). Cooperativas de trabajo y pequeñas empresas solidarias en la micro-región de Paraná (Argentina). *Ciencia, docencia y tecnología*, 36, 121–148.

http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17162008000100006&lng=es&nrm=iso

Barbosa, R. N. C. (2007). *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Barcelos, L. B., & Rover, O. J. (2021). Consumidores organizados promovendo a cooperação: os circuitos curtos de comercialização da Cooperativa GiraSol - Porto Alegre/RS/Brasil. In F. L. Búrigo, O. J. Rover, & R. G. Ferreira (Orgs.), *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos* (pp. 195–210). Florianópolis: Letras Acadêmicas.

Barnard, C. I. (1971). *As funções do executivo*. São Paulo: Editora Atlas.

Barreiros, R. F., Prottil, R. M., & Moreira, V. R. (2008). Processo decisório nas cooperativas agroindustriais do Paraná: uma análise comparativa utilizando o modelo racional e o modelo político de decisão. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 3–22.

<https://doi.org/10.11606/rco.v2i4.34718>

Barringer, B. R., & Harrison, J. S. (2000). Walking a tightrope: creating value through interorganizational relationships. *Journal of Management*, 26(3), 367–404.

[https://doi.org/10.1016/S0149-2063\(00\)00046-5](https://doi.org/10.1016/S0149-2063(00)00046-5)

Bauhardt, C. (2014). Solutions to the crisis? the green new deal, degrowth, and the solidarity economy: alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. *Ecological Economics*, 102, 60–68.

<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.03.015>

Belik, W., & Domene, S. M. A. (2012). Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo - Brasil. *Revista Agroalimentaria*, 18(34), 57–72.

<https://biblat.unam.mx/hevila/AgroalimentariaMeridaVenezuela/2012/vol18/no34/4.pdf>

Belik, W., & Fornazier, A. (2016). Políticas públicas e a construção de novos mercados para a agricultura familiar: analisando o caso da alimentação escolar no município de São Paulo.

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, 36(2), 70–81.

<https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.460>

Benetti, M. D. (1992). *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul* (3ª ed). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Bengtsson, M., & Kock, S. (2000). “Coopetition” in business networks—to cooperate and compete simultaneously. *Industrial Marketing Management*, 29(5), 411–426.

[https://doi.org/10.1016/s0019-8501\(99\)00067-x](https://doi.org/10.1016/s0019-8501(99)00067-x)

Bengtsson, M., & Kock, S. (2014). Coopetition—Quo vadis? Past accomplishments and future challenges. *Industrial Marketing Management*, 43(2), 180–188.

<https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2014.02.015>

- Bengtsson, M., Raza-Ullah, T., & Vanyushyn, V. (2016). The coopetition paradox and tension: the moderating role of coopetition capability. *Industrial Marketing Management*, 53, 19–30. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2015.11.008>
- Benini, E. A., & Benini, E. G. (2010). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Organizações & Sociedade*, 17(55), 605–619. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11125>
- Bialoskorski, S. Neto (2006). *Aspectos econômicos das cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos.
- Bilewicz, A., & Śpiewak, R. (2019). Beyond the “Northern” and “Southern” divide: food and space in Polish consumer cooperatives. *East European Politics and Societies*, 33(3), 579–602. <https://doi.org/10.1177/0888325418806046>
- Boellstorff, T. (2010). A typology of ethnographic scales for virtual worlds. In W. Bainbridge (Ed.), *Online worlds: convergence of the real and the virtual* (pp. 123–133). London: Springer.
- Boltanski, L., & Thevenot, L. (2006). *On justification: economies of worth*. Princeton: Princeton University Press.
- Borgo, C. B., Bianco, M. de F., & Colbari, A. de L. (2013). Competência e cooperação em uma empresa brasileira de mineração. *Revista Economia & Gestão*, 13(33), 28–50. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2013v13n33p28>
- Bourdieu, P. (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP.
- Braga, A. (2012). Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais. *Revista E-Compós*, 15(3), 1–8. <https://doi.org/10.30962/ec.856>
- Brandenburg, A. (2002). Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 6(1), 11–28. <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22125>
- Brasil. (1971). *Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm
- Brasil. (2003a). *Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003*. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm
- Brasil. (2003b). *Decreto n. 4.764, de 24 de junho de 2003*. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4764.htm
- Brasil. (2003c). *Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm

- Brasil. (2006). *Lei n. 11.326, de 24 de julho 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm
- Brasil. (2009). *Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm
- Brasil. (2012). *Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012*. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm
- Brasil. (2014). Ministério da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*: apresentação. Recuperado em 25 de novembro, 2014, de <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>
- Brasil. (2017a). *Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017*. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília: Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm
- Brasil. (2017b). Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Portaria n. 234, de 4 de abril de 2017*. Estabelece as condições e procedimentos gerais para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Brasília: Diário Oficial da União. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20144761/do1-2017-04-05-portaria-n-234-de-4-de-abril-de-2017-20144666
- Brasil. (2017c). Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Portaria n. 1, de 13 de abril de 2017*. Brasília: Diário Oficial da União. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20168928/do1-2017-04-18-portaria-n-1-de-13-de-abril-de-2017-20168848
- Brekke, K. A., Kverndokk, S., & Nyborg, K. (2003). An economic model of moral motivation. *Journal of Public Economics*, 87(9-10), 1967–1983. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(01\)00222-5](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(01)00222-5)
- Bressan, V. G. F., Braga, M. J., Bressan, A. A., & Resende, M. A. Filho (2011). Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação do sistema Pearls. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(2), 113–144. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000200006>
- Bruni, A. (2005). Shadowing software and clinical records: on the ethnography of non-humans and heterogeneous contexts. *Organization*, 12(3), 357–378. <https://doi.org/10.1177/1350508405051272>

- Brunori, G. (2007). Local food and alternative food networks: a communication perspective. *Anthropology of Food*, S2(Special issue), 1–18. <https://doi.org/10.4000/aof.430>
- Buainain, A. M. (2006). *Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate*. Brasília: IICA.
- Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M. da, & Navarro, Z. (2013). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 22(2), 105–121. <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311>
- Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M. da, & Navarro, Z. (2014). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. Silveira, & Z. Navarro, *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 1159–1182). Brasília: Embrapa.
- Buendía-Martínez, I., Álvarez-Herranz, A., & Menéndez, M. M. (2020). Business cycle, SSE policy, and cooperatives: the case of Ecuador. *Sustainability*, 12(13), 5485. <https://doi.org/10.3390/su12135485>
- Burtet, C. G. (2019). *(Re)pensando a inovação e o conceito de inovação inclusiva: um estudo do movimento maker no Brasil à luz da teoria ator-rede* (Tese de Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Bussular, C. Z. (2017). *A amargura do rio que era doce: às margens da lama e dos processos de aprender a organizar* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Bussular, C. Z., Burtet, C. G., & Antonello, C. S. (2019). The actor-network theory as a method in the analysis of Samarco disaster in Brazil. *Qualitative Research in Organizations and Management*, 15(2), 176–191. <https://doi.org/10.1108/QROM-04-2017-1520>
- Büttenbender, P. L. (2010). *Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora SESCOOP/RS.
- Calbino, D., & Paes-de-Paula, A. P. (2013). Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. *Gestão Contemporânea*, 10(14), 371–397.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of the Scallops and the Fishermen of St-Brieuc Bay. In J. Law (Ed.), *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* (pp. 196–223). London: Routledge.
- Callon, M. (1998). Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In M. Callon (Ed.), *The laws of the market* (pp. 1–57). Oxford: Blackwell.
- Callon, M. (2004). Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado – o papel das redes sociotécnicas. In A. Parente (Org.), *Tramas da rede* (pp. 64–79). Porto Alegre: Sulina.

- Callon, M., & Latour, B. (1981). Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In K. Knorr-Cetina, & A. V. Cicourel, *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macrosociologies* (pp. 277–303). Londres: Routledge & Paul Kegan.
- Callon, M., & Law, J. (1982). On interests and their transformation: enrollment and counter-enrollment. *Social Studies of Science*, 12(4), 615–625. <https://doi.org/10.1177/030631282012004006>
- Callon, M., Méadel, C., & Rabeharisoa, V. (2002). The economy of qualities. *Economy and Society*, 31(2), 194–217. <https://doi.org/10.1080/03085140220123126>
- Camargo, N. A. Filho, Lima, J. J. M., & Mendina, H. J. C. (2014). Mapeamento do estudo acadêmico contemporâneo em cooperação entre 2000 e 2013. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, 2(1), 72–90. <https://doi.org/10.18226/23190639.v2n1.04>
- Camillis, P. K. (2016). *Organizando com barro: a bioconstrução como prática de cooperação* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Camillis, P. K., & Antonello, C. S. (2016). Da translação para o enactar: contribuições da teoria ator-rede para a abordagem processual das organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(1), 61–82. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761231412>
- Camillis, P. K., Bussular, C. Z., & Antonello, C. S. (2016). A agência a partir da teoria ator-rede: contribuições para as pesquisas em Administração. *Organizações & Sociedade*, 23(76), 73–91. <https://doi.org/10.1590/1984-9230764>
- Candemir, A., Duvaleix, S., & Latruffe, L. (2021). Agricultural cooperatives and farm sustainability – a literature review. *Journal of Economic Surveys*, 35(4), 1118–1144. <https://doi.org/10.1111/joes.12417>
- Cano, W. (2012). A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, 21(Edição especial), 831–851. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>
- Carattini, S., Levin, S., & Tavoni, A. (2019). Cooperation in the climate commons. *Review of Environmental Economics and Policy*, 13(2), 227–247. <https://doi.org/10.1093/reep/rez009>
- Carvalho, N., Zanquetto, H. Filho, & Oliveira, M. P. V. (2018). Confiança interorganizacional e cooperação em habitats de inovação. *Revista Gestão & Tecnologia*, 18(1), 88–114. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2018.v18i1.1183>
- Cassol, A. (2013). *Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Cassol, A., & Schneider, S. (2015). Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, 95(1), 143–177. <https://doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (6ª. ed.). São Paulo: Paz e Terra.

- Cavalcanti, M. F. R., & Alcadipani, R. (2013). Organizações como processos e a teoria ator-rede: a contribuição de John Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 556–568. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000400006>
- Charão-Marques, F. (2009). *Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Charão-Marques, F. (2011). Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. In S. Schneider, & M. Gazolla (Orgs.), *Os atores do desenvolvimento rural* (pp. 145–158). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Charão-Marques, F., Ploeg, J. D. van der, & Dal-Soglio, F. K. (2012). New identities, new commitments: something is lacking between niche and regime. In B. Elzen, & M. Barbier (Orgs.), *System innovations, knowledge regimes, and design practices towards sustainable agriculture* (pp. 23–46). Toulouse: INRA.
- Chatman, J. A., & Barsade, S. G. (1995). Personality, organizational culture and cooperation: evidence from a business simulation. *Administrative Science Quarterly*, 40(3), 423–443. <https://doi.org/10.2307/2393792>
- Chaves, R., & Sajardo, A. (2004). Economía política de los directivos de las empresas de economía social. *Revista de Economía Pública Social y Cooperativa*, 48, 31–52.
- Chayanov, A. V. (1988). *L'economia di lavoro, scritti scelti, a cura di Fiorenzo Sperotto*. Milan: Franco Angeli/INSOR.
- Chayanov, A. V. (2017). *A teoria das cooperativas camponesas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Chen, M. J. (2008). Reconceptualizing the competition-cooperation relationship: a transparadox perspective. *Journal of Management Inquiry*, 17(4), 288–304. <https://doi.org/10.1177/1056492607312577>
- Chia, R. (1995). From modern to postmodern organizational analysis. *Organization Studies*, 16(4), 579–604. <https://doi.org/10.1177/017084069501600406>
- Chia, R. (1996). The problem of reflexivity in organizational research: towards a postmodern science of organization. *Organization*, 3(1), 31–59. <https://doi.org/10.1177/135050849631003>
- Child, J., & McGrath, R. G. (2001). Organizations unfettered: organizational form in an information-intensive economy. *The Academy of Management Journal*, 44(6), 1135–1148. <https://doi.org/10.5465/3069393>
- Chim-Miki, A. F., Batista-Canino, R. M., & Medina-Brito, P. (2018). Associativismo no setor turístico como vetor do comportamento de cooperação. *Caderno Virtual de Turismo*, 18(2), 41–57. <https://doi.org/10.18472/cvt.18n2.2018.1292>
- Chiodi, R. E., Almeida, G. F. de, & Assis, L. B. (2022). Efeitos de políticas de compras institucionais sobre a organização de produtores familiares no Vale do Ribeira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(3), e230363. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.230363>

Clegg, S. R., Kornberger, M., & Rhodes, C. (2005). Learning/Becoming/Organizing. *Organization*, 12(2), 147–167. <https://doi.org/10.1177/1350508405051186>

Conterato, M., Gazolla, M., & Schneider, S. (2007). A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: suas metamorfoses e reações locais. In E. Sabourin, & J. P. Tonneau (Orgs.), *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais* (pp. 47–60). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Conti, B. R., Rocha, L. R. V. G. da, & Viteze, N. de N. (2018). As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo*, 12(2), 1–21. <https://doi.org/10.17648/raoit.v12n2.5049>

Contini, E. (2014). Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In A. M. Buainain, E. Alves, J. M. da Silveira, & Z. Navarro (Eds.), *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 147–174). Brasília: Embrapa.

Cooper, R. (1976). The open field. *Human Relations*, 29(11), 999–1017. <https://doi.org/10.1177/001872677602901101>

Cooper, R. (1989). Modernism, post modernism and organizational analysis 3: the contribution of Jacques Derrida. *Organization Studies*, 10(4), 479–502. <https://doi.org/10.1177/017084068901000402>

Cooper, R., & Burrell, G. (1988). Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. *Organization Studies*, 9(1), 91–112. <https://doi.org/10.1177/017084068800900112>

Cooper, R., & Law, J. (1995). Organization: distal and proximal views. In S. B. Acharach, P. Gagliardi, & B. Mundell (Eds.), *Research in the sociology of organizations* (pp. 237–274). London: JAI Press.

Costa, B. A. L., Amorim, C. G., & Silva, M. G. (2015). As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 109–126. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>

Costa, D. R. de M., Azevedo, P. F., & Chaddad, F. R. (2012). Determinantes da separação entre propriedade e gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. *Revista de Administração*, 47(4), 581–595. <https://doi.org/10.5700/rausp1060>

Costa, P. A., Meira, F. B., & Icaza, A. M. S. (2016). Redes como estratégia de superação das contradições da economia solidária: concepções e práticas de treze redes de empreendimentos de artesanato em Porto Alegre - Brasil. *Revista de Economia Solidária*, 10, 44–67. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/170176/001052590.pdf?sequence=1>

Costa, R. A., Vizcaino, A. C., & Costa, E. M. (2020). Participação em cooperativas e eficiência técnica entre agricultores familiares no Brasil. In J. E. R. Vieira Filho, & J. G. Gasques (Orgs.), *Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do censo agropecuário* (pp. 243–258). Brasília: IPEA.

- Costa, R. S. da, Silva, E. D., & Nogueira, D. P. (2016). Ações de cooperação, aprendizagem e estratégias organizacionais em redes interorganizacionais: estudo nos arranjos produtivos locais (APL) de software do Paraná. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 15(3), 189–208. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2016012>
- Costabeber, J. A. (2006). Transição agroecológica: rumo à sustentabilidade. *Agriculturas*, 3(3), 4–5. <http://aspta.org.br/article/transicao-agroecologica-rumo-a-sustentabilidade>
- Cruz, F. T. da (2012). *Produtores, consumidores e a valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos campos de cima da Serra/RS* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Cruz, F. T. da, Matte, A., & Schneider, S. (2016). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Crúzio, H. de O. (1999). Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?. *Revista de Administração de Empresas*, 39(2), 18–26. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901999000200003>
- Cunha, W. A. da, Freitas, A. F., & Salgado, R. J. dos S. F. (2017). Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(3), 427–444. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>
- Czakon, W., & Czernek-Marszałek, K. (2021). Competitor perceptions in tourism coopetition. *Journal of Travel Research*, 60(2), 312–335. <https://doi.org/10.1177/0047287519896011>
- Czarniawska, B. (2004). On time, space, and action nets. *Organization*, 11(6), 773–791. <https://doi.org/10.1177/1350508404047251>
- Czarniawska, B. (2007). *Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies*. Herndon: Copenhagen Business School Press.
- Czarniawska, B., & Hernes, T. (2005). Constructing macro actors according to ANT. In B. Czarniawska, & T. Hernes (Eds.), *Actor-network theory and organizing* (pp. 7–13). Malmö: Liber & Copenhagen Business School Press.
- Dalcin, D., Souza, A. R. L. de, Freitas, J. B. de, Padula, A., & Dewes, H. (2014). Organic products in Brazil: from an ideological orientation to a market choice. *British Food Journal*, 116(12), 998–2015. <https://doi.org/10.1108/BFJ-01-2013-0008>
- Darwin, C. (2002). *A origem das espécies* (4ª ed.). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Dawes, R. M. (1980). Social dilemmas. *Annual Review of Psychology*, 31, 169–193. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.31.020180.001125>
- Dawes, R. M., & Thaler, R. H. (1988). Anomalies: cooperation. *Journal of Economic Perspectives*, 2(3), 187–197. <https://doi.org/10.1257/jep.2.3.187>

Dean, J., Holmes, S., & Smith, S. (1997). Understanding business networks: evidence from the manufacturing and service sectors in Australia. *Journal of Small Business Management*, 35(1), 78–84.

Delgado, G. da C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp.

Delgado, G. da C. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Del-Grossi, M. E. (1999). *Evolução das ocupações rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981-1995* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Della-Corte, V., & Aria, M. (2016). Coopetition and sustainable competitive advantage: the case of tourist destinations. *Tourism Management*, 54, 524–540. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.12.009>

Demajorovic, J., Caires, E. F., Gonçalves, L. N. da S., & Silva, M. J. da C. (2014). Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxos reversos de resíduos sólidos pós-consumo: o caso Vira-Lata. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(Edição especial), 513–532. <https://doi.org/10.1590/1679-39519020>

Dias, T. D. (2011). *Gestão Social em empreendimentos econômicos solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Dias, V. da V., Schultz, G., Schuster, M. da S., Talamini, E., & Révillion, J. P. (2015). O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. *Ambiente & Sociedade*, 18(1), 155–174. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC841V1812015en>

Dicken, P. (1998). *Global shift: transforming the world economy* (3ª ed.). London: Paul Chapman.

DIEESE. (2015). Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Informalidade na economia solidaria*. São Paulo: DIEESE. Recuperado em 20 de novembro, 2019, de <https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf>.

Dixit, A. K., & Levin, S. A. (2017). Social creation of pro-social preferences for collective action. In W. Buchholz, & D. Rübhelke (Eds.), *The theory of externalities and public goods* (pp. 127–143). Cham: Springer International Publishing.

Dixit, A. K., Levin, S. A., & Rubenstein, D. I. (2013). Reciprocal insurance among Kenyan pastoralists. *Theoretical Ecology*, 6, 173–187. <https://doi.org/10.1007/s12080-012-0169-x>

Donato, H. C., Peretti, L. C., Faria, A. C., Pinheiro, L. R. D., Gaspar, M. A., & Farina, M. C. (2019). Relacionamento interorganizacional cooperativo na indústria automobilística brasileira. *Revista Pretexto*, 20(4), 11–26. <https://doi.org/10.21714/pretexto.v20i4.3558>

Douglas, M., & Isherwood, B. (2009). *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Duarte, J. S., Justin, B. E., Souza, A., Grisa, C., & Bolter, J. (2021). “Reinvenção” e inclusão socioprodutiva a partir dos mercados alimentares digitais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. In P. Niederle, S. Schneider, & A. Cassol (Orgs.), *Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas* (pp. 121–152). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Duarte, M. de F. (2015). *Práticas de organizar na indústria criativa: a produção de um espetáculo de teatro musical em São Paulo-SP* (Tese de doutorado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Duarte, M. de F., & Alcadipani, R. (2016). Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 23(76), 57–72.
<https://doi.org/10.1590/1984-9230763>

Dueñas, G. H., Con, F. D. la O. D., & Chávez, D. A. A. (2021). Clasificación de cooperativas financieras en Ecuador y su afectación en la eficiencia financiera de los segmentos 4 y 5 en Portoviejo. *Cofin Habana*, 15(2), e23.
http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2073-60612021000200023&lng=es&tlng=es.

Dyer, J. K., & Nobeoka K. (2000). Creating and managing a high performance knowledge-sharing network: the Toyota case. *Strategic Management Journal*, 21(3), 345–367.
[https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-0266\(200003\)21:3<345::AID-SMJ96>3.0.CO;2-N](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-0266(200003)21:3<345::AID-SMJ96>3.0.CO;2-N)

Edelman, M., & Borrás, S. M. Jr. (2016). *Political dynamics of transnational agrarian movements*. Rugby: Practical Action Publishing.

Eriksen, S. N. (2013). Defining local food: constructing a new taxonomy – three domains of proximity. *Acta Agriculturae Scandinavica, Section B — Soil & Plant Science*, 63(1), 47–55.
<https://doi.org/10.1080/09064710.2013.789123>

Escher, F., Schneider, S., Scarton, L. M., & Conterato, M. A. (2014). Caracterização da pluriatividade e do plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(4), 643–668.
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000400002>

Etzioni, A. (1974). *Análise comparativa de organizações complexas: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos*. São Paulo: EDUSP.

Etzioni, A. (1976). *Organizações modernas* (5ª ed.). São Paulo: Pioneira.

Falco, S. D., & Rensburg, T. M. van (2008). Making the commons work: conservation and cooperation in Ireland. *Land Economics*, 84(4), 620–634. <https://doi.org/10.3368/le.84.4.620>

FAO (2016). Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Cooperativas agrícolas: a chave para reduzir a fome e a pobreza*. Recuperado em 09 de março, 2021, de <https://www.fao.org.br/cacrfp.asp>

Fauquet, G. (1980). *O sector cooperativo*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Feenstra, G. (2002). Creating space for sustainable food systems: lessons from the field. *Agriculture and Human Values*, 19, 99–106. <https://doi.org/10.1023/A:1016095421310>
- Fehr, E., & Gächter, S. (2000). Cooperation and punishment in public goods experiments. *The American Economic Review*, 90(4), 980–994. <https://doi.org/10.1257/aer.90.4.980>
- Fehr, E., & Schmidt, K. M. (1999). A Theory of fairness, competition, and cooperation. *The Quarterly Journal of Economics*, 114(3), 817–868. <http://www.jstor.org/stable/2586885>
- Ferguson, H., & Kepe, T. (2011). Agricultural cooperatives and social empowerment of women: a Ugandan case study. *Development in Practice*, 21(3), 421–429. <https://doi.org/10.1080/09614524.2011.558069>
- Ferreira, M. A. M., & Braga, M. J. (2004). Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 33–55. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552004000400003>
- Fischbacher, U., Gächter, S., & Fehr, E. (2001). Are people conditionally cooperative? Evidence from a public goods experiment. *Economics Letters*, 71(3), 397–404. [https://doi.org/10.1016/S0165-1765\(01\)00394-9](https://doi.org/10.1016/S0165-1765(01)00394-9)
- Fischler, C. (1988). Food, self and identity. *Social Science Information*, 2(27), 275–292. <https://doi.org/10.1177/053901888027002005>
- Fitzsimmons, M., & Goodman, D. (1998). Incorporating nature: environmental narratives and the reproduction of food. In B. Braun, & N. Castree (Eds.), *Remaking reality: nature at the millennium* (pp. 194–220). London: Routledge.
- Flick, U. (2008). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Fornazier, A., & Oliveira, A. L. M. de (2013). O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. *OIKOS*, 12(1), 87–111. <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/322>
- Fowler, F. J. Jr. (2011). *Pesquisa levantamento* (4ª ed.). Porto Alegre: Penso.
- França, G. C. Filho (2002). Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, 12(1), 9–19. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25741>
- França, G. C. Filho, & Laville, J. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Francesconi, G. N., & Ruben, R. (2012). The hidden impact of cooperative membership on quality management: a case study from the Dairy Belt of Addis Ababa. *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 1(1), 85–103. <https://doi.org/10.5947/jeod.2012.005>
- Franco, M. J. B. (2007). Tipologia de processos de cooperação empresarial: uma investigação empírica sobre o caso português. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(3), 149–176. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000300008>

- Freitas, A. F. de, Freitas, A. F. de, Coelho, F. M. G., & Dias, M. M. (2011). Implicações da constituição de organizações formais para o acesso a políticas públicas. *Revista Isegoria - Ação Coletiva em Revista*, 1(1), 82–99.
- Freitas, A. F. de, Freitas, A. F. de, Sampaio, D. de O., & Máximo, M. S. (2010). Organização do quadro social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 45–66. <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.4020>
- Frias, R. P. C., Siqueira, R. C., Xavier, J. L. J. Filho, & Fernandes, N. M. (2021). Cooperação interorganizacional: contribuições para o alcance da missão de uma instituição federal de ensino. *Gestão e Sociedade*, 15(42), 4287–4310. <https://doi.org/10.21171/ges.v15i42.3497>
- Friedmann, H. (2005). From colonialism to green capitalism: social movements and emergence of food regimes. In F. H. Buttel, & P. McMichael (Eds.), *New directions in the sociology of global development* (pp. 227–274). Amsterdam: Elsevier.
- Friedmann, H. (2006). Focusing on agriculture: a comment on Henry Bernstein's 'Is there an agrarian question in the 21st century?'. *Canadian Journal of Development Studies*, 27(4), 461–465. <https://doi.org/10.1080/02255189.2006.9669167>
- Friedmann, H., & McMichael, P. (1989). Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the Present. *Sociologia Ruralis*, 29(2), 93–117. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>
- Fulton, M., & Giannakas, K. (2013). The future of agricultural cooperatives. *Annual Review of Resource Economics*, 5(1), 61–91. <https://doi.org/10.1146/annurev-resource-091912-151928>
- Fuster, M., Espelt, R., & Renau, M. (2021). Cooperativismo de plataforma: análisis de las cualidades democráticas del cooperativismo como alternativa económica en entornos digitales. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 102, 5–31. <https://doi.org/10.7203/CIRIEC-E.102.18429>
- Fuzinato, N. M., Cassol, F. E., Batista, C., & Bernardy, R. J. (2019). Os impactos do cooperativismo de produção no desenvolvimento de pequenos municípios. *Gestão e Sociedade*, 13(35), 2901–2929. <https://doi.org/10.21171/ges.v13i35.2551>
- Gadea, E. (2009). Innovación y cooperativismo: propuestas para una reforma armonizadora de la normativa española reguladora de las sociedades cooperativas. *Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo*, 43, 159–177. <https://doi.org/10.18543/baidc-43-2009pp159-177>
- Gaiger, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(82), 211–228. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>
- Galerani, J. (2003). Formação, estruturação e implementação de aliança estratégica entre empresas cooperativas. *Revista de Administração de Empresas*, 2(1), 1–16. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/41904/formacao--estruturacao-e-implementacao-de-alianca-estrategica-entre-empresas-cooperativas/i/pt-br>

- Garcias, B. R. (2018). *Catalisando sentidos: um estudo etnográfico sobre os tocadores da cooperativa GiraSol* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Garrido, G., Borges, M., Borges, R., & Silveira, M. (2019). Métricas do presenteísmo e suas relações com a cooperação: uma evidência empírica. *Revista de Administração Mackenzie*, 20(2), 1–30. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190107>
- Gaulin, S. J. C., & MacBurney, D. H. (2001). *Psychology: an evolutionary approach*. New Jersey: Practice Hall.
- Giddens, A. (1989). *A constituição da sociedade* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (1997). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (Orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 73–134). São Paulo: Editora da UNESP.
- Gilioli, R. M., & Borsatti, D. (2021). O cooperativismo, o seu impacto na vida de trabalhadores e organizações e os desafios a serem superados. *Revista Gestão e Organizações*, 6(1), 44–64. <http://dx.doi.org/10.18265/2526-2289v6n1p44-64>
- Gimenes, R. M. T., Opazo, M. A. U., & Gimenes, F. M. P. (2003). Como decidem os executivos financeiros sobre estrutura de capital em cooperativas agropecuárias. *Revista de Ciências da Administração*, 5(9), 71–84. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Gnyawali, D. R., Madhavan, R., He, J., & Bengtsson, M. (2016). The competition–cooperation paradox in inter-firm relationships: a conceptual framework. *Industrial Marketing Management*, 53, 7–18. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2015.11.014>
- Gnyawali, D. R., & Ryan-Charleton, T. (2018). Nuances in the interplay of competition and cooperation: towards a theory of coepetition. *Journal of Management*, 44(7), 2511–2534. <https://doi.org/10.1177/0149206318788945>
- Gold, R. L. (1958). Roles in sociological field observations. *Social Forces*, 36(3), 217–223. <https://doi.org/10.2307/2573808>
- Goodman, D. (1999). Agro-food studies in the ‘Age of Ecology’: nature, corporeality, biopolitics. *Sociologia Ruralis*, 39(1), 17–38. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00091>
- Goodman, D. (2002). Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. *Sociologia Ruralis*, 42(4), 271–277. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00216>
- Goodman, D. (2003). The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 1–7. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00043-8](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00043-8)
- Goodman, D. (2004). Rural Europe redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. *Sociologia Ruralis*, 44(1), 3–16. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00258.x>
- Goodman, D., & Dupuis, E. M. (2002). Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, 42(1), 5–22. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00199>

Goodman, D., Dupuis, E. M., & Goodman, M. K. (2012). *Alternative food networks: knowledge, practice, and politics*. Abingdon: Routledge.

Goodman, D., & Whatts, M. (1997). *Globalising food: agrarian question and global restructuring*. London: Routledge.

Gouvêa, J. B., & Ichikawa, E. Y. (2015). Alienação e resistência: um estudo sobre o cotidiano cooperativo em uma feira de pequenos produtores do Oeste do Paraná. *Gestão & Conexões*, 4(1), 68–90. <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2015.4.1.8015.68-90>

Gräf, F. A. (2019). *Novas reconfigurações em torno das cadeias curtas de abastecimento alimentar: uma análise comparada entre dois Grupos de Consumo em Porto Alegre, RS (Trabalho de Conclusão de Curso)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Grain. (2015). *Seed laws that criminalise farmers: resistance and fightback*. Recuperado em 03 de março, 2020, de <https://grain.org/en/article/5142-seed-laws-that-criminalise-farmers-resistance-and-fightback>

Grandori, A., & Soda, G. (1995). Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. *Organizations Studies*, 16(2), 183–214. <https://doi.org/10.1177/017084069501600201>

Graziano, F. Neto (1985). *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense.

Graziano-da-Silva, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp.

Greatti, L., & Sela, V. M. (2021). Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. *Enfoque Reflexão Contábil*, 40(3), 21–37. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i3.52027>

Grisa, C., Schmitt, C. J., Mattei, L. F., Maluf, R. S., & Leite, S. P. (2010). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, 13(1), 137–170. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2010.v13i1.69>

Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista Economia e Sociologia Rural*, 52(Suppl 1), 125–146. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

Grohmann, R. (2018). Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. *Liinc em Revista*, 14(1), 19–32. <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4149>

Guardia, M. L., & Lima, F. (2019). Cooperação e relações de confiança: a construção da segurança e da saúde no trabalho de alto risco. *Laboreal*, 15(1), 1–23. <https://doi.org/10.4000/laboreal.1331>

Guasselli, I. G. G. (2002). *Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã: um projeto para a Região do Município de Vacari/RS (Dissertação de Mestrado)*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Guérin, I. (2003). Sociologia econômica e relações de gênero. In M. Teixeira, M. Emílio, M. Nobre, & T. Godinho (Orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas* (pp. 71–88). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.
- Guérin, I. (2005). *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola.
- Guivant, J. S., Spaargaren, G., & Rial, C. (2010). *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Hanisch, M., Rommel, J., & Müller, M. (2013). The cooperative yardstick revisited: panel evidence from the European dairy sectors. *Journal of Agricultural & Food Industrial Organization*, 11(1), 151–162. <https://doi.org/10.1515/jafio-2013-0015>
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*, 162(3859), 1243–1248. <https://doi.org/10.1126/science.162.3859.1243>
- Hardt, M., & Negri, A. (2000). *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.
- Harvey, D. (2004). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Harvey, M., Mcmeekin, A., & Warde, A. (2004). *Qualities of food: alternative empirical and theoretical approaches*. Manchester: Manchester University Press.
- Hebinck, P. (2001). Maize and socio-technical regimes. In P. Hebinck, & G. Verschoor (Eds.), *Resonances and dissonances in development actor, networks and cultural repertoires* (pp. 119–138). Assen: Van Gorcum.
- Helmberger, P., & Hoos, S. (1962). Cooperative enterprise and organization theory. *Journal of Farm Economics*, 44(2), 275–290. <https://doi.org/10.2307/1235830>
- Hine, C. (2015). *Ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday*. London/New York: Bloomsbury.
- Hine, C. (2020). A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos de Campo*, 29(2), e181370. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370>
- Hinrichs, C. C. (2003). The practice and politics of food system localization. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 33–45. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00040-2](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00040-2)
- Hocayen-da-Silva, A. J., & Silva, A. H. da (2021). Protagonismo das cooperativas na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável: reflexões teóricas e agenda de pesquisa. *Desenvolvimento em Questão*, 19(54), 83–103. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.54.83-103>
- Hoffmann, V. E., Bandeira-de-Mello, R., & Molina-Morales, X. (2011). Innovation and knowledge transfer in clustered interorganizational networks in Brazil. *Latin American Business Review*, 12(3), 143–163. <https://doi.org/10.1080/10978526.2011.614168>
- Hoken, H., & Su, Q. (2018). Measuring the effect of agricultural cooperatives on household income: case study of a rice-producing cooperative in China. *Agribusiness*, 34(4), 831–846. <https://doi.org/10.1002/agr.21554>

- Holloway, L., Cox, R., Kneafsey, M., Dowler, E., Venn, L., & Tuomainen, H. (2010). Are you alternative? 'Alternative' food network and costumers' definitions of alterity. In D. Fuller, A. Jonas, & R. Lee (Eds.), *Interrogating alterity: alternative economic and political space* (pp. 161–174). Aldershot: Ashgate.
- IBGE. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006: Agricultura Familiar - MDA/PRONAF* (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Recuperado em 30 de agosto, 2020, de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-mda-pronaf>
- IBGE. (2017). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2017*. Recuperado em 30 de novembro, 2020, de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>
- Ilbery, B., & Kneafsey, M. (1998). Product and place: promoting quality products and services in the lagging regions of the European Union. *European Urban and Regional Studies*, 5(4), 329–341. <https://doi.org/10.1177/096977649800500404>
- Ilsøe, A., & Felbo-Kolding, J. (2020). The role of physical space in labour–management cooperation: a microsociological study in Danish retail. *Economic and Industrial Democracy*, 41(1), 145–166. <https://doi.org/10.1177/0143831X17695440>
- Jansen, A. C., Maehler, A. E., & Wegner, D. (2018). Governança cooperativa e o dilema de legitimidade: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 17(3), 61–80. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i3.2602>
- Jarillo, J. C. (1988). On strategic networks. *Strategic Management Journal*, 9(1), 31–41. <https://doi.org/10.1002/smj.4250090104>
- Jarosz, L. (2008). The city in the country: growing alternative food networks in metropolitan areas. *Journal of Rural Studies*, 24(3), 231–244. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2007.10.002>
- John, E., Gomes, C. L. M. de O., Nyegray, J. A. L., Vilela, J. S., Pigatto, M. B., & Cunha, S. K. da (2016). Beta technology innovation park: the importance of cooperative network interactions for sustainable development in Brazil. *Revista Alcance*, 23(3), 329–351. [https://doi.org/10.14210/alcance.v23n3\(Jul-Set\).p329-351](https://doi.org/10.14210/alcance.v23n3(Jul-Set).p329-351)
- Johnston, F. L., Santana, A. S. de, & Santos, G. R. dos (2020). Produção agropecuária e cooperativismo na Região Sul do Brasil: destaques dos dados do censo agropecuário de 2017. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 23(Edição especial), 135–148. <http://dx.doi.org/10.38116/brua23art10>
- Kageyama, A. (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In G. da C. Delgado, J. G. Gasques, & C. M. Vila-Verde (Orgs.), *Agricultura e políticas públicas* (pp. 113–223). Brasília: IPEA.
- Kasparian, D. (2020). Cooperativismo, políticas públicas y organizaciones sociales: conflictividad en cooperativas promovidas por el Estado em Argentina. *Psicoperspectivas*, 19(2), 94–106. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol20-issue2-fulltext-1952>
- Kautsky, K. (1980). *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial.

- Kim, K. H. (2018). Coopetition. *Organizational Dynamics*, 49(2), 100683. <https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2018.09.005>
- Knutson, R. D. (1966). Cooperatives and the competitive ideal. *Journal of Farm Economics*, 48(3), 111–121. <https://doi.org/10.2307/1236321>
- Kocher, M. G., Cherry, T. L., Kroll, S., Netzer, R. J., & Sutter, M. (2008). Conditional cooperation on three continents. *Economics Letters*, 101(3), 175–178. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2008.07.015>
- Kopelman, S. (2009). The effect of culture and power on cooperation in commons dilemmas: implications for global resource management. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 108(1), 153–163. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2008.06.004>
- Kotzab, H., & Teller, C. (2003). Value-adding partnerships and co-opetition models in the grocery industry. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 33(3), 268–281. <https://doi.org/10.1108/09600030310472005>
- Kunzler, M. T., & Bulgacov, S. (2011). As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). *Revista de Administração Pública*, 45(5), 363–393. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500006>
- Lamarche, H. (1997). *A agricultura familiar*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Latour, B. (1983). Give me a laboratory and I will raise the world. In K. D. Knorr-Cetina, & M. Mullkay (Eds.), *Science observed: perspectives on the social study of science* (pp. 141–170). Londres: Sage Publication.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, B. (1997). *On actor-network theory: a few clarifications*. Centre for Social Theory and Technology (CSTT), Keele University. Recuperado em 20 de julho, 2019, de <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9801/msg00019.html>
- Latour, B. (1999a). *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte et Syros.
- Latour, B. (1999b). On recalling ANT. In J. Law, & J. Hassard (Eds.), *Actor-network theory and after* (pp. 15–26). Oxford: Blackwell.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Latour, B. (2001). *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Editora EDUSC.
- Latour, B. (2004). Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. *Critical Inquiry*, 30(2), 225–248. <https://doi.org/10.1086/421123>
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Editora da UFBA.

Latour, B., & Woolgar, S. (1997). *Laboratory life: the social construction of scientific facts*. Beverly Hills: Sage Publication.

Laville, J. (1997). L'association: une liberté propre à la démocratie e L'association: une organisation productive originale. In J. Laville, & R. Sainsaulieu (Orgs.), *Sociologie des associations: des organisations à l'épreuve du changement social* (pp. 35–73). Paris: Desclée de Brouwer.

Law, J. (1986). On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India. *Sociological Review Monograph*, 32(1suppl), 234–263. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00114.x>

Law, J. (1991). Introduction. In J. Law (Ed.), *Monsters, machines and sociotechnical relations a sociology of monsters?* Essays on power, technology and domination (pp. 1–23). London: Routledge.

Law, J. (1992). Notes on the theory of the actor-networking: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practice*, 5(4), 379–373. <https://doi.org/10.1007/BF01059830>

Law, J. (1994). *Organizing modernity*. Oxford: Blackwell Publishing.

Law, J. (1999). After ANT: Complexity, naming and topology. In: J. Law, & J. Hassard (Eds.), *Actor-network theory and after* (pp. 1–14). Oxford: Blackwell.

Law, J. (2000). Comment on Suchman, and Gherardi and Nicolini: knowing as displacing. *Organization*, 7(2), 349–354. <https://doi.org/10.1177/135050840072009>

Law, J. (2002). Objects and Spaces. *Theory, Culture and Society*, 19(5-6), 91–105. <https://doi.org/10.1177/026327602761899165>

Law, J. (2004). *After method: mess in social science research*. New York: Routledge.

Law, J. (2007). *Actor network theory and material semiotics*. Centre for Science Studies and Department of Sociology, Lancaster University. Recuperado em 18 de junho, 2019, de <http://www.heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>

Law, J., & Hassard, J. (1999). *Actor-network theory and after*. Oxford: Blackwell.

Law, J., & Lien, M. E. (2013). Slippery: field notes in empirical ontology. *Social Studies of Science*, 43(3), 363–378. <https://doi.org/10.1177/0306312712456947>

Law, J., & Mol, A. (2008). Globalisation in practice: on the politics of boiling pigswill. *Geoforum*, 39(1), 133–143. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2006.08.010>

Law, J., Ruppert, E., & Savage, M. (2011). The double social life of methods. *Centre for Research on Socio-Cultural Change*, working paper n. 95, 1–18.

Law, J., & Singleton, V. (2013). ANT and politics: working in and on the world. *Qualitative Sociology*, 36, 485–502. <https://doi.org/10.1007/s11133-013-9263-7>

- Lee, N., & Brown, S. (1994). Otherness and the actor network: the undiscovered continent. *American Behavioral Scientist*, 37(6), 772–790. <https://doi.org/10.1177/0002764294037006005>
- Lee, N., & Hassard, J. (1999). Organisation unbound: actor-network theory, research strategy and institutional flexibility. *Organisation*, 6(3), 391–404. <https://doi.org/10.1177/135050849963002>
- Lee, S., & Monge, P. (2011). The coevolution of multiplex communication networks in organizational communities. *Journal of Communication*, 61(4), 758–779. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2011.01566.x>
- Lemos, A. (2013). *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume.
- Liang, H. Y., Shih, H. A., & Chiang, Y. H. (2015). Team diversity and team helping behavior: the mediating roles of team cooperation and team cohesion. *European Management Journal*, 33(1), 48–59. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2014.07.002>
- Lin, C. P., He, H., Baruch, Y., & Ashforth, B. E. (2017). The effect of team affective tone on team performance: the roles of team identification and team cooperation. *Human Resource Management*, 56(6), 931–952. <https://doi.org/10.1002/hrm.21810>
- Long, N. (1984). A perspective on the sociology of development. *Sociologia Ruralis*, 24(3-4), 168–184. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1984.tb00642.x>
- Long, N. (2001). *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge.
- Long, N., & Ploeg, J. D. van der (1994). Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In D. Booth (Ed.), *Rethinking social development: theory, research and practice* (pp. 62–90). Harlow: Longman.
- Lourenço, A. V., Schneider, S., & Gazolla, M. (2017). A agricultura orgânica no brasil: um perfil a partir do Censo Agropecuário 2006. *Revista Extensão Rural*, 24(1), 42–61. <https://doi.org/10.5902/2318179624514>
- Luo, Y. (2007). A cooperation perspective of global competition. *Journal of World Business*, 42(2), 129–144. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2006.08.007>
- Ma, W., & Abdulai, A. (2016). Does cooperative membership improve household welfare? Evidence from apple farmers in China. *Food Policy*, 58, 94–102. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2015.12.002>
- Maciel, C. O., Hocayen-da-Silva, A. J., & Castro, M. (2008). Liderança e cooperação nas organizações. *Revista de Economia e Administração*, 7(3), 313–327.
- Maldonado, F., & Santos, A. C. dos (2006). Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 8(3), 323–333. <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/157>

- Maluf, R. S., Burlandy, L., Santarelli, M., Schottz, V., & Speranza, J. S. (2015). Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(8), 2303–2312. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.14032014>
- MAPA (2021). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Orgânicos*. Recuperado em 15 de julho, 2021, de <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>
- Marcuse, H. (1979). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marin, J. O. B. (2009). Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica. *Revista UFG*, 11(7), 38–45. <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48253>
- Marsden, T. (1998). New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*, 14(1), 107–117, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(97\)00041-7](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(97)00041-7)
- Marsden, T., Banks, J., & Bristow, G. (2000). Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 424–438. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158>
- Marx, K. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Mason, C. F., & Phillips, O. R. (1997). Mitigating the tragedy of the commons through cooperation: an experimental evaluation. *Journal of Environmental Economics and Management*, 34(2), 148–172. <https://doi.org/10.1006/jjem.1997.1006>
- Mattei, L. (2007). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. *Cadernos do CEAM*, 7(27), 33–44.
- Mattei, L. (1999). *Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Maye, D. (2013). Moving alternative food networks beyond the niche. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 20(3), 383–389. <https://doi.org/10.48416/ij saf.v20i3.173>
- Mayo, E. (1949). *The human problems of industrial civilizations*. New York: Routledge.
- Mazzoleni, E. M., & Nogueira J. M. (2006). Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 44(2), 263–293. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032006000200006>
- McAllister, D. J. (1995). Affect and cognition based trust as foundations for interpersonal cooperation in organizations. *Academy of Management Journal*, 38(1), 24–59. <https://doi.org/10.2307/256727>
- McMichael, P. (2005). Global development and the corporate food regime. In F. Buttel, & P. McMichael (Eds.), *New directions in the sociology of global development* (pp. 229–267). Amsterdam: Elsevier.

- McMichael, P. (2016). Commentary: food regime for thought. *Journal of Peasant Studies*, 43(3), 648–670. <https://doi.org/10.1080/03066150.2016.1143816>
- Mendras, H. (1976). *La fin des paysant*. Paris: Actes Sud.
- Mendras, H. (1978). *As sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mielitz, C. G. A. Neto (2011). A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: P. Bonnal, & S. P. Leite (Orgs.), *Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação* (pp. 221–251). Rio de Janeiro: Cirad/Mauad X.
- Miettinen, R., Samra-Fredericks, D., & Yanow, D. (2009). Re-turn to practice: an introductory essay. *Organization Studies*, 30(12), 1309–1327. <https://doi.org/10.1177/0170840609349860>
- Milone, P. (2009). *Agriculture in transition: a neo-institutional analysis*. Assen: Van Gorcun.
- Mior, L. C. (2005). *Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos.
- Mojo, D., Fischer, C., & Degefa, T. (2017). The determinants and economic impacts of membership in coffee farmer cooperatives: recent evidence from rural Ethiopia. *Journal of Rural Studies*, 50, 84–94. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.12.010>
- Mol, A. (1999). Ontological politics: a word and some questions. In J. Law, & J. Hassard (Eds.), *Actor-network theory and after* (pp. 74–89). Oxford: Blackwell, 1999.
- Mol, A. (2002). *The body multiple: ontology of medical practice*. Durham: Duke University Press.
- Monje-Reyes, P. (2011). Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 704–723. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300003>
- Monticelli, J. M. (2015). Competição, cooperação e coopeção: simetrias e discrepâncias na indústria vitivinícola do RS. *Revista de Administração da Unimep*, 13(2), 1–25. <https://doi.org/10.15600/1679-5350/rau.v13n2p1-25>
- Moors, E., Rip, A., & Wiskerke, J. S. C. (2004). The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. In J. S. C. Wiskerke, & Ploeg, J. D. van der (Eds.), *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture* (pp. 31–56). Assen: Van Gorcun.
- Müller-Seitz, G. (2011). Leadership in interorganizational networks: a literature review and suggestions for future research. *International Journal of Management Reviews*, 14(4), 428–433. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2011.00324.x>
- Murdoch, J. (2000). Networks – a new paradigm of rural development?. *Journal of Rural Studies*, 16(4), 407–419. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(00\)00022-X](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(00)00022-X)

- Murdoch, J., Marsden, T., & Banks, J. (2000). Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. *Economic Geography*, 76(2), 107–125. <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2000.tb00136.x>
- Neves, M. de C. R., Castro, L. S. de, & Freitas, C. O. de (2019). O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), 559–76. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187145>
- Niederle, P. A. (2016). A construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul: sociogênese de uma plataforma de diálogos entre governos e movimentos sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 24(2), 569–603. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/668>
- Niederle, P. A. (2017). Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In G. da C. Delgado, & S. M. P. Bergamasco (Orgs.), *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro* (pp. 168–196). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Niederle, P. A. (2018). A pluralist and pragmatist critique of food regime's genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture. *Journal of Peasant Studies*, 45(7), 1460–1483. <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1313238>
- Niederle, P. A., & Almeida, L. (2013). A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In P. A. Niederle, L. Almeida, & F. M. Vezzani (Orgs.), *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* (pp. 23–68). Curitiba: Kairós.
- Niederle, P. A., & Wesz, V. Jr. (2018). *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Nobre, M. (2003). Diálogos entre economia solidária e economia feminista. In N. Faria, & M. Nobre (Orgs.), *A produção do viver: ensaios de economia feminista* (pp. 91–101). São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista.
- Nowak, M. A., Sigmund, K., & Leibowitz, M. L. (2000). Cooperation versus competition. *Financial Analysts Journal*, 56(4), 13–22. <https://doi.org/10.2469/faj.v56.n4.2370>
- Nyborg, K., Howarth, R. B., & Brekke, K. A. (2006). Green consumers and public policy: on socially contingent moral motivation. *Resource and Energy Economics*, 28(4), 351–366. <https://doi.org/10.1016/j.reseneeco.2006.03.001>
- Nygaard, B., & Storstad, O. (1998). De-globalisation of food markets? Consumer perceptions of safe food: the case of Norway. *Sociologia Ruralis*, 38(1), 35–53. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00062>
- OCB (2020). Organização das Cooperativas Brasileiras. *Anuário do cooperativismo 2020*. Brasília: OCB. Recuperado em 30 de janeiro, 2021, de <https://www.ocb.org.br/publicacao/79/anuario-do-cooperativismo-brasileiro>
- O'Connor, N., Lowry, P. B., & Treiblmaier, H. (2020). Interorganizational cooperation and supplier performance in high-technology supply chains. *Heliyon*, 6(3), e03434. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e03434>

- Ofori, E., Sampson, G. S., & Vipham, J. (2019). The effects of agricultural cooperatives on smallholder livelihoods and agricultural performance in Cambodia. *Natural Resources Forum*, 43(4), 218–229. <https://doi.org/10.1111/1477-8947.12180>
- Olinger, G. (1996). *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI.
- Oliveira, D., Grisa, C., & Niederle, P. A. (2020). Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. *Redes*, 25(1), 135–163. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248>
- Oliveira, F. de (2007). Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, 9(Edição especial), 75–83. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400011>
- Oliver, C. (1990). Determinants of inter-organizational relationships: integration and future directions. *Academy of Management Review*, 15(2), 241–265. <https://doi.org/10.2307/258156>
- Oliver, L. G., & Sánchez, R. G. (2016). Las cuatro grandes empresas comercializadoras y los precios internacionales de los alimentos. *Economía Informa*, 400, 24–39, <https://doi.org/10.1016/j.ecin.2016.09.003>
- Olson, M. (1965). *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press.
- Oreiro, J. L., & Feijó, C. A. (2010). Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30(2), 219–232. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>
- Orlikowski, W. J. (2007). Sociomaterial practices: exploring technology at work. *Organization Studies*, 28(9), 1435–1448. <https://doi.org/10.1177/0170840607081138>
- Ortega, D. L., Bro, A. S., Clay, D. C., Lopez, M. C., Tuyisenge, E., Church, R. A., & Bizosa, A. R. (2019). Cooperative membership and coffee productivity in Rwanda's specialty coffee sector. *Food Security*, 11, 967–979. <https://doi.org/10.1007/s12571-019-00952-9>
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ostrom, E. (2000). Collective action and the evolution of social norms. *The Journal of Economic Perspectives*, 14(3), 137–158. <https://doi.org/10.1257/jep.14.3.137>
- Ostrom, E. (2005). *Understanding institutional diversity*. Princeton: Princeton University Press.
- Ostrom, E., & Ahn, T. K. (2003). *Foundations of social capital*. Northampton: Edward Elgar.
- Pereira, M. C. G. (2016). *Água e convivência com o semiárido: múltiplas águas, distribuições e realidades* (Tese de Doutorado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

- Pies, M. P., Baggio, D. K., & Romeiro, M. do C. (2016). Participação dos associados: um pilar estratégico de governança do cooperativismo. *Revista de Administração IMED*, 6(2), 221–236. <https://doi.org/10.18256/2237-7956/raimed.v6n2p221-236>
- Pinheiro, P. dos S. (2010). *Saberes, plantas e caldas: a rede sociotécnica de produção agrícola de base ecológica no Sul do Rio Grande do Sul* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Pinto, M. B., Pinto, J. K., & Prescott, J. E. (1993). Antecedents and consequences of project team cross-functional cooperation. *Management Science*, 39(10), 1281–1297. <https://doi.org/10.1287/mnsc.39.10.1281>
- Ploeg, J. D. van der (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Ploeg, J. D. van der, Bouma, J., Rip, A., Rijkenberg, F. H. J., Ventura, F., & Wiskerke, J. S. C. (2004). On regimes, novelties, niches and co-production. In J. D. van der Ploeg, & J. S. C. Wiskerke (Eds.), *Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture* (pp. 1–30). Assen: Van Gorcum.
- Ploeg, J. D. van der, Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., Roest, K. de, Sevilla-Guzman, E., & Ventura, F. (2000). Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 391–408. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>
- Podolny, J. M., & Page, K. L. (1998). Network forms of organization. *Revisões Anuais Sociológicas*, 24, 57–76. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.57>
- Poletto, C. A., Araújo, M. A. D. de, Mata, W. (2011). Gestão compartilhada de P&D: o caso da Petrobras e a UFRN. *Revista de Administração Pública*, 45(4), 1095–1117. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7028>
- Porto, A. da S. C., & Kieling, C. G. (2019). Comunicação e economia solidária: o desenvolvimento da Cooperativa GiraSol através de uma trajetória pessoal. *Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, Porto Alegre, RS, Brasil, 20.
- Porto, M. F. de S. (2018). O trágico pacote do veneno: lições para a sociedade e a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(7), e00110118. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110118>
- Porto, S. I. (2014). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidad Internacional de Andalucía, Baeza, Espanha.
- Posch, A. (2010). Industrial recycling networks as starting points for broader sustainability-oriented cooperation?. *Journal of Industrial Ecology*, 14(2), 242–257. <https://doi.org/10.1111/j.1530-9290.2010.00231.x>
- Poteete, A. R., Janssen, M. A., & Ostrom, E. (2010). *Working together: collective action, the commons, and multiple methods in practice*. Princeton: Princeton University Press.
- Poulain, J. P. (2004). *Sociologia da alimentação*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Prestes-Motta, F. (1981). *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Prestes-Motta, F. (1994). *O que é burocracia*. São Paulo: Brasiliense.

Prestes-Motta, F., & Bresser-Pereira, L. C. (1980). *Introdução à organização burocrática*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Prior, L. (2008). Repositioning documents in social research. *Sociology*, 42(5), 821–836. <https://doi.org/10.1177/0038038508094564>

Procedi, A. (2019). *A trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Rio Grande do Sul: entre a descontinuidade da política pública e a capacidade de ação dos atores sociais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Procópio, M. L. (2007). A Cooperação espontânea: relativizando a importância da atividade formal de gestão no funcionamento das organizações. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 2(1), 62–77. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v2i1.13123

Provan, K. G., & Kenis, P. (2007). Modes of network governance: structure, management, and effectiveness. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(2), 229–252. <https://doi.org/10.1093/jopart/mum015>

Putnam, R. (2007). E pluribus unum: diversity and community in the twenty-first century. *Scandinavian Political Studies*, 30(2), 137–174. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2007.00176.x>

Ramos, L. V., & Mendes, A. M. (2013). A dinâmica da cooperação entre gestores de uma empresa multinacional. *Revista Gestão & Tecnologia*, 13(3), 222–246. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2013.v13i3.540>

Rank, O. N., & Tuschke, A. (2010). Perceived influence and friendship as antecedents of cooperation in top management teams: a network approach. *BuR - Business Research*, 3(2), 151–171. <https://ssrn.com/abstract=1703336>

Raza-Ullah, T., Bengtsson, M., & Kock, S. (2014). The cooperation paradox and tension in cooperation at multiple levels. *Industrial Marketing Management*, 43(2), 189–198. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2013.11.001>

Renting, H., Marsden, T., & Banks, J. (2003). Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 35(3), 393–411. <https://doi.org/10.1068/a3510>

Ritala, P., Golnam, A., & Wegmann, A. (2014). Cooperation-based business models: the case of Amazon.com. *Industrial Marketing Management*, 43(2), 236–249. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2013.11.005>

Robinson, L., & Schulz, J. (2009). New avenues for sociological inquiry: evolving forms of ethnographic practice. *Sociology*, 43(4), 685–98. <https://doi.org/10.1177/0038038509105415>

- Roemer, J. E. (2010). Kantian equilibrium. *Scandinavian Journal of Economics*, 112(1), 1–24. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9442.2009.01592.x>
- Roemer, J. E. (2015). Kantian optimization: a microfoundation for cooperation. *Journal of Public Economics*, 127, 45–57. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2014.03.011>
- Sadowski, J., Spierre, S. G., Selinger, E., Seager, T. P., Adams, E. A., & Berardy, A. (2014). Intergroup cooperation in common pool resource dilemmas. *Science and Engineering Ethics*, 21(5), 1197–1215. <https://doi.org/10.1007/s11948-014-9575-3>
- Sage, C. (2003). Social embeddedness and relations of regard: alternative ‘good food’ networks in south-west Ireland. *Journal of Rural Studies*, 19(1), 47–60. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00044-X](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00044-X)
- Salais, R., & Storper, M. (1992). The four worlds of contemporary industry. *Cambridge Journal of Economics*, 16(2), 169–193. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035199>
- Salvagni, J., Silva, V. M. da, Grohmann, R., & Abs-da-Cruz, D. (2021). Por trabalho decente no cooperativismo de plataforma. *Revista Ciências do Trabalho*, 20, 1–7. <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/280>
- Santos, C. F. dos, Siqueira, E. S., Araújo, I. T. de, & Maia, Z. M. G. (2014). A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, 17(2), 33–52. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200004>
- Santos, J. V. T. (1978). *Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, O. B. D., Olave, M. E. L., Rocha, R., & Nogueira, A. S. S. (2021). Cooperação, competição e coopeção em clusters. *Revista Gestão & Tecnologia*, 21(2), 132–155. <http://dx.doi.org/10.20397/2177-6652/2021.v21i2.2016>
- Sauaia, A. C. A., & Kallás, D. (2007). O dilema cooperação-competição em mercados concorrenciais: o conflito do oligopólio tratado em um jogo de empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(Edição especial), 77–101. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000500005>
- Schatzki, T. R. (2006). On organizations as they happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863–1873. <https://doi.org/10.1177/0170840606071942>
- Schermer, M. (2015). From “food from nowhere” to “food from here”: changing producer–consumer relations in Austria. *Agriculture and Human Values*, 32(1), 121–132. <https://doi.org/10.1007/s10460-014-9529-z>
- Schlager, E. (2002). Rationality, cooperation, and common pool resources. *American Behavioral Scientist*, 45(5), 801–819. <https://doi.org/10.1177/0002764202045005005>
- Schmitt, C. J. (2001). *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Schmitt, C. J. (2011). Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, 13(27), 82–112. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200005>

Schneider, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Schneider, S. (2007). A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, 16(3), 15–34.

<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/457/408>

Schneider, S. (2016). Prefácio a edição brasileira. In J. D. van der PLOEG, *Camponeses e a arte da agricultura* (pp. 14–21). Porto Alegre: Editora UFRGS.

Schneider, S., Cazella, A. A., & Mattei, L. F. (2021). Post scriptum ao artigo “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. *Revista Grifos*, 30(51), 42–67.

<https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5660>

Schneider, S., & Gazolla, M. (2017). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In M. Gazolla, & S. Schneider (Orgs.), *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas* (pp. 9–24). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Scholz, T. (2017). *Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.

Schütz, G., & Frizo, P. (2017). A retomada da GiraSol em Porto Alegre: caminhos e descaminhos na construção de uma cooperativa de consumo responsável. In J. R. Gonçalves, & T. S. Mascarenhas (Orgs.), *Consumo responsável em ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade* (pp. 118–127). São Paulo: Instituto Kairós.

Scott, W. R. (1972). Field methods in the study of organizations. In J. G. March (Ed.), *Handbook of organizations* (pp. 412–440). Chicago: Rand McNally & Company.

Segata, J. (2016). Dos cibernautas às redes. In J. Segata, & T. Rifiotis (Orgs.), *Políticas etnográficas no campo da cibercultura* (pp. 91–114). Brasília: ABA Publicações.

Sen, A. K. (1977). Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory. *Philosophy & Public Affairs*, 6(4), 317–344. <https://www.jstor.org/stable/2264946>

Sennett, R. (1974). *The fall of public man*. London: Faber and Faber.

Sennett, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sennett, R. (1998). *The corrosion of character: the personal consequences of work in the new capitalism*. London: W. W. Norton & Company.

Sennett, R. (2006). *The culture of the new capitalism*. New Haven: Yale University Press.

Sennett, R. (2009). *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record.

Sennett, R. (2012). *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record.

Sennett, R. (2018). *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record.

Serres, M. (1974). *Hermès III: la traduction*. Paris: Minuit.

Sexton, R. J. (1990). Imperfect competition in agricultural markets and the role of cooperatives: a spatial analysis. *American Journal of Agricultural Economics*, 72(3), 709–720. <https://doi.org/10.2307/1243041>

Shanin, T. (2005). A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, 8(7), 1–21. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>

Silva, E. R. da, & Toledo, D. A. da C. (2016). As contribuições de Robert Cooper para o debate sobre ontologia organizacional. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(1), 116–134. <https://doi.org/10.1590/1679-395131382>

Silva, G. G., Cheung, T. L., Vilpoux, O. F., & Sanches, F. T. (2014). Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 16(2), 153–166. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.262724>

Silva, H. C. H., Binotto, E., & Vilpoux, O. F. (2016). Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais em um assentamento rural. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 6(1), 89–108. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/23515>

Silva, R. S., Donaire, D., & Gaspar, M. A. (2021). Analysis of the competition, cooperation, and coepetition: a comparison between planned and unplanned retailer clusters. *Revista de Administração da UFSM*, 14(4), 827–847. <https://doi.org/10.5902/1983465963708>

Simmel, G. (1998). O dinheiro na cultura moderna. In J. Souza, & B. Oelze (Orgs.), *Simmel e a modernidade* (pp. 23–40). Brasília: Editora da UNB.

Simmel, G. (2004). A moda. In G. Simmel (Ed.), *Fidelidade e gratidão e outros textos* (pp. 95–131). Lisboa: Relógio D'Água.

Singer, P. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In P. Singer, & A. R. de Souza (Orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (pp. 11–24). São Paulo: Contexto.

Singer, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, 16(1-2), 100–112. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Singer, P. (2014). *Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)*. Brasília: IPEA. Recuperado em 20 de outubro, 2020, de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3784>

- Slicher-van-Bath, B. H. (1978). Over boerenvrijheid (inaugurele rede Groningen, 1948). In B. H. Slicher-van-Bath, & A. C. van Oss (Eds.), *Geschiedenis van maatschappij en cultuur* (pp. 71–92). Baarn: Basisboeken Ambo.
- Smith, K. G., Carroll, S. J., & Ashford, S. J. (1995). Intra and interorganizational cooperation: toward a research agenda. *Academy of Management Journal*, 38(1), 7–23. <https://doi.org/10.5465/256726>
- Soares, M. de N. M. (2019). *Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Sonnino, R. (2019). Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. *Redes*, 24(1), 14–29. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13036>
- Sonnino, R., Spayde, J., & Ashe, L. (2016). Políticas públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In F. C. Marques, M. A. Conterato, & S. Schneider (Orgs.), *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural* (pp. 311–330). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Sordi, V. F., Binotto, E., & Ruviaro, C. F. (2014). A cooperação e o compartilhamento de conhecimentos em uma cooperativa de crédito. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 4(1), 119–134. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/16654>
- Souza, I. M. de A. (2015). A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas. *Revista ILHA*, 17(2), 49–73. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n2p49>
- Souza, P. M. Neto, & Valery, F. D. (2010). O doce sabor da cooperação: uma matriz de relacionamento colaborativo na economia solidária. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 4(1), 67–82. <https://doi.org/10.6034/78>
- Spear, R. (2004). El gobierno democrático en las organizaciones cooperativas. *Revista de Economía Pública Social y Cooperativa*, 48, 11–30.
- Spier, K. F., Mombach, A., & Lucas, T. R. (2019). Cooperativa GiraSol – colaboração solidária, consumo sustentável e comércio justo. *Anais do Workshop de Estratégias Alimentares e de Abastecimento*, Porto Alegre, RS, Brasil, 2.
- Stark, E., Bierly, P., & Harper, S. R. (2014). The interactive influences of conflict, task interdependence and cooperation on perceptions of virtualness in co-located teams. *Team Performance Management*, 20(5-6), 221–241. <https://doi.org/10.1108/TPM-06-2013-0020>
- Storper, M. (1997). *The regional world*. London: Guilford Press.
- Stryjan, Y. (1994). Understanding cooperatives: the reproduction perspective. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 65(1), 59–79. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8292.1994.tb01506.x>
- Swensson, L. F. J., Hunter, D., Schneider, S., & Tartanac, F. (2021). Public food procurement as a game changer for food system transformation. *The Lancet Planetary Health*, 5(8), E495–E496. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00176-5](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00176-5)

Swensson, L. F. J., & Tartanac, F. (2020). Public food procurement for sustainable diets and food systems: the role of the regulatory framework. *Global Food Security*, 25, 100366. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100366>

Tabellini, G. (2008). The scope of cooperation: values and incentives. *The Quarterly Journal of Economics*, 123(3), 905–950. <https://doi.org/10.1162/qjec.2008.123.3.905>

Tarui, N., Mason, C. F., Polasky, S., & Ellis, G. (2008). Cooperation in the commons with unobservable actions. *Journal of Environmental Economics and Management*, 55(1), 37–51. <https://doi.org/10.1016/j.jeem.2007.08.001>

Tauile, J., Rodrigues, H., Vilutis, L., & Faria, M. (2005). *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*. Brasília: IPEA.

Thesek, C. N. L. (2006). Cultura da cooperação: uma abordagem psicossocial em uma cooperativa de trabalho. *Revista Gestão & Tecnologia*, 6(1), 1–15. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2006.v6i1.170>

Thies, V. F. (2020). *Desagrarização e concentração produtiva: análise longitudinal das trajetórias da agricultura familiar nas Missões do RS (Tese de Doutorado)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Tidström, A. (2014). Managing tensions in coepetition. *Industrial Marketing Management*, 43(2), 261–271. <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2013.12.001>

Tiozo, E., & Bertolini, G. R. F. (2021). Percepções de cooperados e não cooperados em relação à dimensão social da sustentabilidade de uma cooperativa leiteira da agricultura familiar. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 15(2), 159–180. <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.47661>

Tomazzoni, G. C., & Schneider, S. (2022). A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. *Desenvolvimento Regional em Debate*, 11(Edição especial), 65–88. <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3901>

Torgnon, L., Bousset, J., Brannigan, J., & Lagrange, L. (1999). Consumers' attitudes towards regional food products: a comparison between five different European countries. *Anais of Socioeconomics of Origin Labelled Products in Agri-Food Supply Chains Conference*, Le Mans, France, 67.

Tragtenberg, M. (2004). *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora da UNESP.

Tregear, A. (2011). Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. *Journal of Rural Studies*, 27(4), 419–430. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2011.06.003>

Tureta, C. (2011). *Práticas organizativas em escolas de samba: o setor de harmonia na produção do desfile do Vai-Vai (Tese de Doutorado)*. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

- Tureta, C., & Alcadipani, R. (2009). O objeto na análise organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(1), 50–70. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100005>
- Turrini, A., Cristofoli, D., Frosini, F., & Nasi, G. (2009). Networking literature about determinants of network effectiveness. *Public Administration*, 88(2), 528–550. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2009.01791.x>
- Ventura, E., & Milone, E. (2005). *Innovatività contadina e sviluppo rurale: un'analisi neoinstitutionale del cambiamento in agricoltura in tre regioni del Sud L'Italia*. Milano: Franco Angeli.
- Venturini, T. (2010). Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public understanding of science*, 19(3), 258–273. <https://doi.org/10.1177/0963662509102694>
- Verschoore, J. R., & Balestrin, A. (2008). Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação. *Revista de Administração USP-Eletrônica*, 1(1), 1–21.
- Villamayor-Tomas, S. (2014). Cooperation in common property regimes under extreme drought conditions: empirical evidence from the use of pooled transferable quotas in Spanish irrigation systems. *Ecological Economics*, 107, 482–493. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2014.09.005>
- Vogt, M., Beuren, I. M., & Silva, M. Z. (2020). Influência dos objetivos colaborativos na mensuração do desempenho da cooperação mediada pelas características de transação. *Revista Eletrônica de Administração*, 26(3), 765–795. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.302.98058>
- Volk, S., Thöni, C., & Ruigrok, W. (2012). Temporal stability and psychological foundations of cooperation preferences. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 81(2), 664–676. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2011.10.006>
- Wallerstein, I. (1974). *The modern world system*. New York: Academic Press.
- Walsham, G. (1997). Actor-network theory and its research: current status and future prospects. In A. Lee, J. Liebenau, & J. Degross (Eds.), *Information systems and qualitative research* (pp. 466–480). London: Chapman and Hall.
- Walton, J. K. (1997). Co-operative movement. In J. Cannon (Ed.), *The Oxford companion to British history* (p. 237). Oxford: Oxford University Press.
- Wanderley, M. de N. B. (2009). *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Wegner, D., & Padula, A. D. (2011). Estratégias de crescimento e a governança de redes horizontais de empresas: o caso da maior rede cooperativa de varejo de alimentos na Alemanha. *Revista de Ciências da Administração*, 13(30), 220–248. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n30p220>
- Wesz, V. Jr. (2014). *O Mercado da soja e suas relações de troca entre produtores rurais e empresas do Sudeste do Mato Grosso (Brasil)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Wesz, V. Jr. (2016). Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. *Journal of Peasant Studies*, 43(2), 286–312. <https://doi.org/10.1080/03066150.2015.1129496>
- Whatmore, S., Stassart, P., & Renting, H. (2003). What's alternative about alternative food networks?. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 35(3), 389–391. <https://doi.org/10.1068/a3621>
- Whatmore, S., & Thorne, L. (1997). Nourishing networks: alternative geographies of food. In D. Goodman, & M. Whatts (Eds.), *Globalising food: agrarian question and global restructuring* (pp. 287–304). London: Routledge.
- Whittle, A., & Spicer, A. (2008). Is actor network theory critique?. *Organization Studies*, 29(4), 611–629. <https://doi.org/10.1177/0170840607082223>
- Wilhelm, M., & Sydow, J. (2018). Managing coopeition in supplier networks - a paradox perspective. *Journal of Supply Chain Management*, 54(3), 22–41. <https://doi.org/10.1111/jscm.12167>
- Wilkinson, J. (1997). A new paradigm for economic analysis?. *Economy and Society*, 26(3), 335–339. <https://doi.org/10.1080/03085149700000017>
- Wilkinson, J. (1999). A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares – algumas considerações iniciais. *Ensaio FEE*, 20(2), 64–80. <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1951>
- Wilkinson, J. (2006). Network theories and political economy: from attrition to convergence?. *Research in Rural Sociology and Development*, 12, 11–38. [https://doi.org/10.1016/S1057-1922\(06\)12002-8](https://doi.org/10.1016/S1057-1922(06)12002-8)
- Wilkinson, J. (2008). *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Wilkinson, J., & Goodmann, D. (2017). Les analyses en terme de ‘food regime’: une relecture. In G. Allaire, & B. Daviron (Eds.), *Transformations agricoles et agrolimentaires: entre écologie et capitalism* (pp. 275–290). Versailles: Quae.
- Wolf, E. (1976). *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Woolgar, S. (1982). Laboratory studies: a comment on the state of the art. *Social Studies of Science*, 12(4), 481–498. <https://doi.org/10.1177/030631282012004001>
- Woolgar, S., & Lezaun, J. (2013). The wrong bin bag: a turn to ontology in science and technology studies? *Social Studies of Science*, 43(3), 321–340. <https://doi.org/10.1177/0306312713488820>
- Wossen, T., Abdoulaye, T., Alene, A., Haile, M. G., Feleke, S., Olanrewaju, A., & Manyong, V. (2017). Impacts of extension access and cooperative membership on technology adoption and household welfare. *Journal of Rural Studies*, 54, 223–233. <https://doi.org/doi:10.1016/j.jrurstud.2017.06.02>

- Yang-Trevor-Yu, K., & Cable, D. M. (2011). Unpacking cooperation in diverse teams: incorporating long-term orientation and civic virtue in the study of informational diversity. *Team Performance Management*, 17(1-2), 63–82. <https://doi.org/10.1108/13527591111114710>
- Yu, L., Chen, C., Niu, Z., Gao, Y., Yang, H., & Xue, Z. (2021) Risk aversion, cooperative membership and the adoption of green control techniques: evidence from China. *Journal of Cleaner Production*, 279, 123288. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123288>
- Yu, L., & Huang, W. (2020). Non-economic societal impact or economic revenue? A performance and efficiency analysis of farmer cooperatives in China. *Journal of Rural Studies*, 80, 123–134. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.08.010>
- Zarnott, A., Dalbianco, V. P., Neumann, P. S., & Fialho, M. A. V. (2018). Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. *Revista de la Facultad de Agronomía*, 116(3), 107–119. <https://revistas.unlp.edu.ar/revagro/article/view/6147>
- Zhang, S., Sun, Z., Ma, W., & Valentinov, V. (2020). The effect of cooperative membership on agricultural technology adoption in Sichuan, China. *China Economic Review*, 62, 101334. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2019.101334>
- Zhou, J., Liu, Q., & Liang, Q. (2018). Cooperative membership, social capital, and chemical input use: evidence from China. *Land Use Policy*, 70, 394–401. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2017.11.001>
- Zhuge, H. (2003). Workflow-and agent-based cognitive flow management for distributed team. *Cooperation Information & management*, 40(5), 419–429. [https://doi.org/10.1016/S0378-7206\(02\)00061-7](https://doi.org/10.1016/S0378-7206(02)00061-7)

APÊNDICE

Apêndice A. Compilação dos Roteiros de Entrevistas

É preciso reforçar que as perguntas a seguir não representam um roteiro de entrevista. Trata-se de um conjunto amplo de perguntas, construídas a partir dos registros dos processos observacionais no diário de campo, e que foram sendo mobilizadas, adaptadas e reformuladas na construção individual de cada um dos treze roteiros de entrevistas.

Pergunta 1: Desde a sua fundação, em 2006, a Cooperativa GiraSol passou por diferentes momentos: GiraSol 1.0, GiraSol 2.0 e GiraSol 3.0. *Fale sobre a história da GiraSol?*

Pergunta 2: Um dos marcos da retomada da GiraSol, em 2016, é o fortalecimento das relações com as cooperativas da agricultura familiar. Se entre 2006 e 2011, a GiraSol priorizou uma ideia de relação direta consumidor/agricultor, a partir de 2016 a GiraSol passou a priorizar as relações com as cooperativas e associações de produção. *Por que a GiraSol passou a priorizar as relações com produtores organizados coletivamente?*

Pergunta 3: A GiraSol 3.0 tem como marco o projeto FBB/ONU-Mulheres, que é resultado de uma articulação de várias redes, cooperativas e movimentos sociais. *Qual o papel do projeto FBB/ONU-Mulheres na rede que se formou a partir da articulação da GiraSol com a RESF, a RedeCoop e as Cooperativas da Agricultura Familiar?*

Pergunta 4: A noção de trabalho em rede é um princípio importante na organização da GiraSol. A GiraSol apresenta-se como um empreendimento articulado com outras redes, como a RESF e a RedeCoop. *Qual o papel da GiraSol como cooperativa de consumidores na articulação dessas redes?*

Pergunta 5: A GiraSol apresenta-se como uma cooperativa que objetiva a construção e o fortalecimento de um coletivo que pense o consumo e a produção de forma sustentável e solidária; que entenda a cadeia produtiva de alimentos a partir de relações e parcerias cooperativas; que busca uma mudança radical nos comportamentos pessoais construídos dentro de uma lógica competitiva, individualista, acumuladora e de consumismo irresponsável. *Que transformação é essa que fala a GiraSol?*

Pergunta 6: A GiraSol propõe-se a ser mais do que um comércio de orgânicos. *Além da qualidade orgânica, o que mais constitui o alimento que a GiraSol comercializa?*

Pergunta 7: Eu ouvi, por várias vezes no centro de distribuição, a expressão: “Você precisa vibrar o alimento quando montar a cesta”. *O que é vibrar o alimento?*

Pergunta 8: Acompanhando as reuniões do conselho, as assembleias e as reuniões de equipe pude perceber que as decisões tomadas na GiraSol são, em geral, pautadas em discussões coletivas e amplamente debatidas. Muitas dessas discussões geram controvérsias, diferentes pontos de vista, opiniões. Um exemplo pode ser a assembleia na qual foi debatida a reforma estatutária para revogação do artigo que proibia, na GiraSol, a comercialização de produtos de

abate animal. Lembro-me da fala de um cooperado: “Não se pode simplesmente votar a retirada desse artigo sem um amplo debate, porque a inclusão desse artigo foi feita depois de muita discussão dentro da GiraSol”. *Como as diferenças são recebidas na GiraSol?*

Pergunta 9: A GiraSol defende o movimento popular de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar. *Qual o papel da GiraSol como cooperativa urbana de consumidores no fortalecimento da agricultura familiar?*

Pergunta 10: Eu já observei discussões que tocam nas diferentes compreensões sobre o que é um produto orgânico e o que é um produto agroecológico. *Quais as diferenças entre o produto orgânico e o produto agroecológico?*

Pergunta 11: Inicialmente, você chegou até a GiraSol como uma voluntária. *Quais as motivações para cooperar na GiraSol?*

Pergunta 12: Uma das grandes metas do processo de retomada da GiraSol foi a redução da dependência do trabalho voluntário e a remuneração profissional dos trabalhadores. *Qual a importância dessa meta para a GiraSol?*

Pergunta 13: A GiraSol é um empreendimento que, desde a sua função em 2006, está alicerçado nos valores da economia solidária. No momento atual, denominado GiraSol 3.0, o projeto da FBB/ONU-Mulheres traz como proposta o fortalecimento da economia solidária e feminista. *Como a cooperação, na GiraSol, fortalece a economia e solidária e feminista?*

Pergunta 14: Nós já tivemos algumas conversas sobre as grandes cooperativas agrícolas do Rio Grande do Sul e algo chamou minha atenção: “Ser uma cooperativa não significa necessariamente ter cooperação”. *Você poderia falar sobre o que é cooperar na GiraSol?*

Pergunta 15: A noção de trabalho em rede é um princípio importante na organização da GiraSol. A GiraSol apresenta-se como um empreendimento articulado com outras redes, como a RESF e a RedeCoop. *Como essa rede se organiza?*

Pergunta 16: A RESF surgiu como uma proposta que visa unir a economia solidária e a economia feminista. *Como a economia feminista está conectada à economia solidária?*

Pergunta 17: Observando o cotidiano da GiraSol, eu pude acompanhar a definição de alguns posicionamentos que foram sendo alterados ao longo do tempo. Por exemplo, inicialmente, a GiraSol definiu que não comercializaria produtos fora de época de cultivo no Rio Grande do Sul, para garantir a noção de cadeia curta. Entretanto, algumas flexibilizações foram sendo realizadas e, por consequência, produtos de origem mais distante estão sendo comercializados. *Como esses posicionamentos são definidos na GiraSol?*

Pergunta 18: A GiraSol é a única cooperativa urbana de consumidores filiada à RedeCoop. *Como a GiraSol diferencia-se das cooperativas rurais da agricultura familiar?*

Pergunta 19: A GiraSol estabeleceu um quadro de prioridades a ser observado nas relações comerciais com as cooperativas fornecedoras. Alguns produtores individuais fornecem alimentos para a GiraSol, porém, a maioria dos fornecedores são organizações cooperativas, filiadas à RedeCoop. *Por que surgiu a necessidade de priorização das organizações cooperativas da agricultura familiar?*

Pergunta 20: Durante o percurso de pesquisa, observei diferentes estratégias organizadas pelos agricultores para criação de canais de comercialização. Na cidade de Porto Alegre, as feiras representam importantes canais de comercialização da agricultura familiar. *Em termos de canais de comercialização para a agricultura familiar, quais são as diferenças entre a organização das feiras e a organização das cooperativas de consumo, como a GiraSol?*

Pergunta 21: A RedeCoop é constantemente referenciada como uma experiência importante para o processo de retomada da GiraSol. *Como surgiu a necessidade de criação da RedeCoop?*

Pergunta 22: A experiência de retomada da GiraSol foi alicerçada nas relações com as cooperativas da agricultura familiar. *Quais os benefícios para o agricultor que trabalha de modo cooperativo?*

Pergunta 23: A questão da sazonalidade foi amplamente debatida nos momentos de planejamento da GiraSol 3.0. O papel formativo foi um dos pontos mais reforçados durante essas discussões. *Qual o papel da educação e da formação na organização da GiraSol?*

Pergunta 24: Os mercados privados têm emergido como uma nova possibilidade para atuação da COOMAFITT. *Quais as diferenças entre as relações comerciais estabelecidas com cooperativas de consumo, como a GiraSol, e as relações convencionais de comercialização?*

Pergunta 25: O consumo consciente procura mostrar o que está por trás do alimento. Esse é um princípio da GiraSol e da COOMAFITT. *O que o consumidor leva para casa quando compra, na GiraSol, a banana produzida pelos agricultores da COOMAFITT? O que essa banana carrega consigo, além da qualidade orgânica?*

Pergunta 26: A fundação da COOMAFITT gerou impactos na qualidade de vida e na organização das propriedades rurais. *Qual o papel da cooperação nos modos de vida e de produção da agricultura familiar?*

Pergunta 27: A pandemia provocou mudanças na atuação comercial do Grupo Orgânicos Mãos na Terra. *Qual o papel da organização de consumidores, como a Cooperativa GiraSol, na organização dos agricultores no espaço rural?*

Pergunta 28: Durante o processo de pesquisa, observei relatos de agricultores insatisfeitos com os processos de orientação técnica direcionados à agroecologia. *Como ocorrem os processos de orientação técnica nas unidades rurais do grupo?*

Pergunta 29: São Domingos do Sul tem uma associação de agricultores, da qual o Grupo Orgânicos Mãos na Terra é uma ramificação. *Como surgiu essa associação dos agricultores?*

Pergunta 30: A organização em associações, grupos, cooperativas foi fomentada pelas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. *Qual o papel dessas políticas na organização da agricultura familiar?*

Pergunta 31: O início das atividades do grupo na feira de Passo Fundo ocorreu no final da década de 1990. *Como a feira possibilitou o modo agroecológico de fazer agricultura?*

Pergunta 32: *Do ponto de vista da agricultura familiar, qual o papel da cooperação na organização social, política e econômica dos agricultores?*

Pergunta 33: *Qual é o papel de uma cooperativa de consumidores, organizada por consumidores e para consumidores, nas relações de produção, circulação e consumo de alimentos?*

Pergunta 34: *O que é cooperação?*

Pergunta 35: *Diante das diferenças, qual a base comum para que a cooperação aconteça na GiraSol?*

Pergunta 36: *Qual a dimensão política de cooperar na GiraSol?*

Pergunta 37: *Como o conceito economia feminista é incorporado na GiraSol?*

Pergunta 38: *Por que a agroecologia tornou-se referência de agricultura nas propriedades rurais do grupo?*

Pergunta 39: *Como a agroecologia impacta na vida dos agricultores e das agricultoras familiares?*